



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIII Nº 99, QUARTA-FEIRA, 4 DE JULHO DE 2018

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE)

Presidente

Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador João Alberto Souza (PMDB - MA)

2º Vice-Presidente

Senador José Pimentel (PT-CE)

1º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)

2º Secretário

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)

3º Secretário

Senador Zeze Perrella (PMDB-MG)

4ª Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º - Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)

2º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

3º - Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

4º - Senador Cidinho Santos (PR-MT)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 103ª SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 3 DE JULHO DE 2018

1.1 – ABERTURA	13
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	13
1.2.2 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Manifestação positiva sobre o e-Ranking Cidadão, ferramenta lançada pelo laboratório de estudos políticos sociais, que visa acompanhar as atividades dos parlamentares; e outro assunto.	13
Senador José Medeiros, como Líder – Destaque para a necessidade de investimentos na segurança das fronteiras do Brasil, em especial, do estado do Mato Grosso; e outros assuntos.	16
Senadora Vanessa Grazziotin – Manifestação contrária ao eventual congelamento dos salários de servidores previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; e outros assuntos.	18
Senadora Ana Amélia – Considerações acerca da instabilidade das decisões provenientes do STF; e outros assuntos.	21
Senadora Ângela Portela – Lamento pelos recentes reajustes ocorridos nos planos de saúde.	24
Senador Lasier Martins, como Líder – Críticas à decisão do STF que concedeu liberdade ao ex-ministro José Dirceu; e outro assunto.	27
Senadora Simone Tebet – Reflexões a respeito dos acontecimentos ocorridos nos Estados Unidos, em que filhos de imigrantes ilegais eram separados de seus pais e encarcerados pela imigração.	28
Senador Lindbergh Farias – Preocupação com o eventual congelamento de salários de servidores federais previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias; e outros assuntos.	30
1.2.3 – Realização de sessão	
Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional, hoje, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados.	33



1.2.4 – Oradores (continuação)

Senador Rudson Leite – Comentários a respeito da saída integral da Petrobras do setor de produção de fertilizantes.	33
Senador Rodrigues Palma – Considerações sobre a necessidade de avanço no modelo tributário do País.	35
Senador Reguffe – Críticas à Resolução Normativa nº 433/2018, da ANS, que aumenta os valores cobrados pelos Planos de Saúde.	37
Senadora Gleisi Hoffmann – Considerações sobre o processo eleitoral que ocorrerá em outubro do presente ano; e outros assuntos.	39
Senador José Medeiros – Críticas ao discurso de parlamentares do Partido dos Trabalhadores relacionado ao <i>impeachment</i> da ex-presidente Dilma Rousseff; e outro assunto.	42
Senador Pedro Chaves – Pesar pelo falecimento do Sr. Edson Machado Sousa, ocorrido no dia 20 de junho.	46
Senador Jorge Viana – Felicitações pelo aniversário de 108 anos da fundação da cidade de Brasília, no estado do Acre.	47
Senador Antonio Carlos Valadares – Comentários acerca da importância do Projeto de Resolução do Senado nº 31/2017, que possibilitará a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos municipais; e outros assuntos.	50
Senadora Regina Sousa – Satisfação com o desenvolvimento de instrumentos aptos a assegurar o combate à violência contra a mulher no estado do Piauí; e outro assunto.	54

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 32/2018, da Comissão de Assuntos Econômicos, que <i>autoriza o Município de Hortolândia, situado no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América). Aprovado.</i>	57
Redação final do Projeto de Resolução nº 32/2018 (Parecer nº 121/2018-CDIR/PLEN-SF). Aprovada. À promulgação.	57

1.3.2 – Item extrapauta

Mensagem nº 47/2018 (nº 296/2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. EVANDRO DE SAMPAIO DIDONET, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Confederação Suíça e, cumulativamente, ao Principado de Liechtenstein. Aprovada (votação nominal).	57
---	----

1.3.3 – Item extrapauta

Projeto de Resolução nº 31/2017, do Senador Antonio Carlos Valadares, que <i>altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos. Aprovado o Substitutivo (Emenda nº 1-CAE), após aprovação do Requerimento nº 398/2018</i> (Prejudicado o Projeto de Resolução nº 31/2017).	69
Redação do vencido, para o turno suplementar, do Substitutivo ao Projeto de Resolução nº 31/2017 (Parecer nº 123/2018-CDIR/PLEN-SF). Substitutivo definitivamente adotado. À promulgação.	72

1.3.4 – Item extrapauta



Mensagem nº 41/2018 (nº 265/2018, na origem), do Presidente da República, que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. TOVAR DA SILVA NUNES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à Federação Russa e, cumulativamente, à República do Uzbequistão. **Aprovada** (votação nominal). 72

1.3.5 – Mensagem do Presidente da República

Nº 325/2018, na origem (**Mensagem nº 65/2018, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado a indicação do Sr. JOSÉ DA SILVA TIAGO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT. 80

1.3.6 – Convocação de sessão

Convocação de sessão deliberativa extraordinária para amanhã, às 11 horas. 81

1.3.7 – Realização de sessão

Realização de sessão conjunta do Congresso Nacional hoje, às 19 horas, no Plenário da Câmara dos Deputados. 81

1.4 – ENCERRAMENTO 81

PARTE II

2 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 103ª SESSÃO

2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Abertura de prazo

Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Resolução nº 31/2017; ao Projeto de Lei da Câmara nº 76/2018-Complementar; e ao Projeto de Lei do Senado nº 334/2017-Complementar. 83

2.1.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 349/2018, na origem, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento nº 893/2017, do Senador Acir Gurgacz. 85

Nº 54/2018, na origem, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em resposta ao Requerimento nº 466/2017, do Senador Jader Barbalho. 85

2.1.3 – Comunicações

Do Senador Antonio Anastasia, que encaminha relatório de viagem realizada por S. Ex^a em missão no período de 14 a 20 de abril último, nos termos do Requerimento nº 173/2018. 87

Da Liderança do Bloco da Maioria, de indicação de membro para integrar a Comissão de Serviços de Infraestrutura (**Ofício nº 80/2018**). 88

Da Liderança do Bloco Moderador, de substituição de membro na Comissão de Serviços de Infraestrutura (**Ofício nº 46/2018**). *Substituído o membro*. 89

2.1.4 – Discurso e documento encaminhados à publicação

Senador Eduardo Braga – Celebração pela passagem do Festival Folclórico de Parintins, ocorrido no Amazonas, em junho. 91



Senadora Gleisi Hoffmann – Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno	94
2.1.5 – Expediente do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	
S/nº/2018, na origem, que comunica a extinção da pessoa jurídica objeto do Projeto de Decreto Legislativo nº 182/2001.	98
2.1.6 – Mensagens do Presidente da República	
Nº 354/2018, na origem (Mensagem nº 64/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. GABRIEL FARIA OLIVEIRA, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato do Sr. Carlos Eduardo Barbosa Paz.	100
Nº 325/2018, na origem (Mensagem nº 65/2018, no Senado Federal), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. JOSÉ DA SILVA TIAGO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT.	134
2.1.7 – Ofícios de empresas	
"S" nº 31/2018 (nº 5/2018, na origem), da LIQUIGÁS-Petrobras, que encaminha a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da referida empresa, realizadas pelo Conselho de Administração.	167
"S" nº 32/2018 (nº 45/2018, na origem), da Gas Brasileiro Distribuidora S.A., que encaminha o Relatório da Administração de 2017 da referida empresa.	283
"S" nº 33/2018 (nº 25/2018, na origem), da Gaspetro, que encaminha o Relatório Anual da Administração de 2017 da referida empresa.	351
"S" nº 34/2018 (s/nº, na origem), da Transpetro, que encaminha a análise anual de atendimentos das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da referida empresa.	362
2.1.8 – Ofício do Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações	
Nº 20.882/2018, na origem, em resposta ao Requerimento nº 624/2017, da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.	426
2.1.9 – Projetos de Decreto Legislativo	
Nº 81/2018, dos Senadores Humberto Costa e Lindbergh Farias, que <i>susta a Resolução Normativa nº 433 de 27 de junho de 2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, que dispõe sobre os Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil e dá outras providências; revoga o § 2º do art. 1º, os incisos VII e VIII do art. 2º, o art. 3º, a alínea "a" do inciso I e os incisos VI e VII do art. 4º, todos da Resolução do Conselho de saúde Suplementar - CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998, que dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde; e revoga o inciso II e respectivas alíneas do art. 22, da RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, fixa as diretrizes de atenção à saúde e dá outras providências.</i>	428



Nº 82/2018, do Senador Armando Monteiro, que *susta os efeitos do Decreto nº 9.393, de 30 de maio de 2018, que regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegra de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra.* 434

Nº 83/2018, do Senador Ricardo Ferraço, que *susta os efeitos da RN nº 433, de 27 de junho de 2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que dispõe sobre os Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil e dá outras providências; revoga o § 2º do art. 1º, os incisos VII e VIII do art. 2º, o art. 3º, a alínea “a” do inciso I e os incisos VI e VII do art. 4º, todos da Resolução do Conselho de saúde Suplementar CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998, que dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde; e revoga o inciso II e respectivas alíneas do art. 22, da RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, fixa as diretrizes de atenção à saúde e dá outras providências.* 439

2.1.10 – Projetos de Lei do Senado

Nº 318/2018, da Senadora Rose de Freitas, que *altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para instituir o bônus-desconto aos usuários pela redução do consumo de energia elétrica.* 446

Nº 319/2018, da Senadora Rose de Freitas, que *altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para estabelecer obrigação de construir biblioteca escolar em todas as novas escolas públicas de educação básica.* 451

Nº 320/2018, do Senador Rudson Leite, que *altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998; 8.313, de 23 de dezembro de 1991; 13.155, 4 de agosto de 2015; e 11.345, de 14 de setembro de 2006, para majorar em vinte por cento os valores arrecadados em concursos de prognósticos a serem repassados para as áreas de esporte e cultura.* 455

Nº 321/2018, do Senador Antonio Anastasia, que *confere ao Município de Bom Repouso (MG) o título de Capital Nacional do Morango.* 463

Nº 322/2018, do Senador Lasier Martins, que *altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre os dias e horários de funcionamento dos serviços notariais e de registro para a emissão de certidões de óbito.* 467

Nº 323/2018, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que relatem suspeitas de irregularidades no âmbito de entes públicos ou privados.* 471

Nº 324/2018, do Senador Ciro Nogueira, que *altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir os agricultores familiares que sofrerem perdas decorrentes de estiagem ou excesso hídrico na produção de hortaliças no Benefício Garantia-Safra.* 504

2.1.11 – Projeto de Resolução

Nº 33/2018, do Senador Paulo Rocha, que *dispõe sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na TV Senado.* 510

2.1.12 – Requerimentos

Nº 395/2018, do Senador Fernando Bezerra Coelho, de informações ao Ministro de Estado da Saúde. 515

Nº 396/2018, da Senadora Regina Sousa, de homenagens de pesar pelo falecimento de Dom Miguel Fenelon Câmara Filho. 519



Nº 397/2018, do Senador Antonio Carlos Valadares, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Artur Oscar de Oliveira Déda.	522
Nº 399/2018, do Senador Cristovam Buarque e outros senadores, de realização de sessão especial, em 10 de agosto próximo, destinada a homenagear os 94 anos da Sociedade Brasileira de Eubiose.	525
Nº 400/2018, do Senador Fernando Bezerra Coelho, de homenagens de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Guilherme Uchoa.	529
Nº 401/2018, do Senador Pedro Chaves e outros senadores, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Edson Machado de Sousa.	532
Nº 402/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, de homenagens de pesar pelo falecimento da Sr ^a Neide Gondim.	536
Nº 403/2018, da Senadora Vanessa Grazziotin, de voto de aplauso e congratulações aos integrantes do Boi Bumbá Caprichoso.	539

2.1.13 – Término de prazo

Término do prazo, em 29 de junho último, sem interposição de recurso para apreciação, pelo Plenário, dos Projetos de Lei do Senado nºs 354 e 399/2017.	543
---	-----

2.2 – DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

2.2.1 – Projeto de Resolução nº 32/2018

Redação final (Parecer nº 121/2018-CDIR/PLEN-SF).	545
--	-----

2.2.2 – Mensagem nº 47/2018

Lista de votação.	550
------------------------	-----

2.2.3 – Projeto de Resolução nº 31/2017

Requerimento nº 398/2018.	553
--------------------------------	-----

Redação do vencido (Parecer nº 123/2018-CDIR/PLEN-SF).	556
---	-----

2.2.4 – Mensagem nº 41/2018

Lista de votação.	561
------------------------	-----

3 – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES

Nº 54/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 334/2017-Complementar	564
--	-----

Nº 55/2018-CAE, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 31/2017	574
--	-----

Nº 56/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294/2014	584
---	-----

Nº 57/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76/2018-Complementar	594
---	-----

Nº 58/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 75/2018	603
--	-----

Nº 59/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 468/2011	610
---	-----

Nº 60/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 145/2016	615
---	-----



Nº 61/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105/2017	624
Nº 62/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 227/2011	633
Nº 63/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 319/2013	644
Nº 64/2018-CAE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53/2018; e os Projetos de Lei do Senado nºs 330/2013, 131 e 181/2014	652
Nº 42/2018-CE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14/2017	673
Nº 122/2018-CDH/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 145/2016	681
Nº 124/2018-CDR/PLEN-SF, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 468/2011	687

PARTE III

4 – RESOLUÇÃO

Nº 14/2018	695
------------------	-----

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	698
--	-----

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	701
---------------------------------------	-----

7 – LIDERANÇAS	702
----------------------	-----

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	706
---------------------------------	-----

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	719
--	-----

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	723
--	-----

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	772
-------------------------------	-----



Ata da 103ª Sessão, Deliberativa Ordinária, em 3 de julho de 2018

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura

Presidência dos Srs. Eunício Oliveira, João Alberto Souza e Antonio Carlos Valadares, da Srª Simone Tebet, dos Srs. Dário Berger e José Medeiros e da Srª Marta Suplicy.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 18 horas e 47 minutos.)





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal 55ª Legislatura 4ª Sessão Legislativa Ordinária

103ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas
Presenças no período: 03/07/2018 07:00:00 até 03/07/2018 21:48:00
Votos no período: 03/07/2018 07:00:00 até 03/07/2018 21:48:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
MDB	SP	Airton Sandoval	X	X
PODE	PR	Alvaro Dias	X	X
PP	RS	Ana Amélia	X	X
PDT	RR	Ângela Portela	X	X
PSDB	MG	Antonio Anastasia	X	X
PSB	SE	Antonio C Valadares	X	X
PTB	PE	Armando Monteiro	X	X
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	X	X
PP	AL	Benedito de Lira	X	X
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	X	X
PP	PI	Ciro Nogueira	X	X
PPS	DF	Cristovam Buarque	X	X
PSDB	SC	Dalirio Beber	X	X
MDB	SC	Dário Berger	X	X
PSDB	SE	Eduardo Amorim	X	
MDB	AM	Eduardo Braga	X	X
PODE	PI	Elmano Férrer	X	X
MDB	CE	Eunício Oliveira	X	
MDB	PE	Fernando Coelho	X	X
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	X	X
PT	PR	Gleisi Hoffmann	X	X
PROS	DF	Hélio José	X	X
MDB	PA	Jader Barbalho	X	X
MDB	MA	João Alberto Souza	X	X
PSB	AP	João Capiberibe	X	X
PT	AC	Jorge Viana	X	X
DEM	RN	José Agripino	X	X
PODE	MT	José Medeiros	X	X
PT	CE	José Pimentel	X	X
PSDB	SP	José Serra	X	X
PDT	TO	Kátia Abreu	X	X
PSD	RS	Lasier Martins	X	X
PT	RJ	Lindbergh Farias	X	X
PSB	GO	Lúcia Vânia	X	X
PR	ES	Magno Malta	X	X
MDB	SP	Marta Suplicy	X	X
PSD	AM	Omar Aziz	X	X
PSDB	SC	Paulo Bauer	X	X
PT	RS	Paulo Paim	X	X
PT	PA	Paulo Rocha	X	X
PRB	MS	Pedro Chaves	X	
PSD	PB	Raimundo Lira	X	X
PP	RO	Reditário Cassol	X	X
PT	PI	Regina Sousa	X	X
-	DF	Reguffe	X	X

Emissão 03/07/2018 21:51:29





REGISTRO DE COMPARECIMENTO E VOTO

Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

103ª Sessão Deliberativa Ordinária, às 14 horas

Presenças no período: 03/07/2018 07:00:00 até 03/07/2018 21:48:00

Votos no período: 03/07/2018 07:00:00 até 03/07/2018 21:48:00

Partido	UF	Nome Senador	Presença	Voto
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	X	X
PR	MT	Rodrigues Palma	X	X
PODE	RJ	Romário	X	X
MDB	RR	Romero Jucá	X	
DEM	GO	Ronaldo Caiado	X	X
PODE	ES	Rose de Freitas	X	X
PV	RR	Rudson Leite	X	X
PSD	AC	Sérgio Petecão	X	X
MDB	MS	Simone Tebet	X	X
PSDB	CE	Tasso Jereissati	X	
MDB	RO	Valdir Raupp	X	X
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	X	X
PR	TO	Vicentinho Alves	X	X
MDB	MS	Waldemir Moka	X	X
PR	MT	Wellington Fagundes	X	X
DEM	GO	Wilder Morais	X	X

Compareceram 61 senadores.

Emissão 03/07/2018 21:51:29



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Há número regimental. Declaro aberta a sessão.

Presentes na Casa 33 Srs. Senadores.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241 do Regimento Interno, vai à publicação no *Diário do Senado Federal* (**Vide Parte II do Sumário**).

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do PT do Rio Grande do Sul, por dez minutos, Excelência.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador João Alberto Souza, eu venho falar da tribuna, no dia de hoje, sobre o trabalho que recebi do e-Ranking Cidadão, um monitoramento da atividade parlamentar.

O Laboratório de Estudos Político-Sociais (Labep) lançou, nesse mês de junho, o e-Ranking Cidadão.

Esse instrumento, Presidente, é uma ferramenta de monitoramento da atividade parlamentar para auxiliar a sociedade na avaliação do desempenho de seus representantes no Congresso Nacional, ou seja, de todos os Parlamentares nesta Casa.

Essa primeira edição avaliou o desempenho parlamentar em temas que trouxeram mudanças significativas para a sociedade brasileira, especialmente no mundo do trabalho e da Previdência. Trata essa análise de direitos trabalhistas e previdenciários – leia-se reformas –, terceirização, seguro-desemprego, pensão por morte e auxílio-doença, teto de gastos públicos e lei do pré-sal.

Segundo o doutor em Ciência Política pela UnB Kléber Chagas Cerqueira, a mestre em Desenvolvimento Sustentável e especialista em Ciência Política também pela UnB Juliana Miranda e o Diretor do Diap, Antônio Augusto de Queiroz, o e-Ranking Cidadão, Sr. Presidente, é de extrema importância para a sociedade brasileira, pois permite saber quem é quem no Congresso Nacional, suas atuações e ações, além de auxiliar no monitoramento do desempenho dos Parlamentares em pautas que causam grande impacto social e econômico. Mais ou menos saber quais as causas que os Parlamentares defendem. Nesse contexto, os 594 Parlamentares – Câmara e Senado – tiveram a oportunidade de se engajar na tramitação desses temas que aqui citei e interferirem na dinâmica legislativa de assuntos e projetos que afetam milhões e milhões de brasileiros.

Conforme o texto de divulgação do Labep: "Muitos mandatários se empenharam no processo legislativo para fazer valer suas convicções para além do voto." Aí ele cita – e eu recebi hoje o documento – alguns desses exemplos de quem se dedica pelas causas com muita força, muita gana, muito amor. "É o Senador Paulo Paim, que foi um dos Parlamentares que ficou com destaque de atuação dentro dos parâmetros que a Casa oferece, promovendo audiências públicas, apresentando emendas e – lembraram eles aqui – até um voto em separado vitorioso, na Comissão de Assuntos Sociais, que foi o da reforma trabalhista". Mas que depois perdemos no Plenário.

Eles também citam outros Parlamentares, da Câmara e do Senado, em que a análise foi feita também com a mesma profundidade.

O meu nome, senhores e senhoras, deste Senador que vos fala, é, conforme o e-Ranking Cidadão do Laboratório de Estudos Político-Sociais (Labep), um Parlamentar muito bem avaliado pela atuação aqui no Congresso Nacional.



Mas não quero entrar em detalhes da pesquisa. A pesquisa completa, metodologia e avaliações por temas podem ser acessados pelo site www.labep.com.br.

O Laboratório de Estudos Político-Sociais (Labep) é composto por profissionais especializados, interessados em pesquisar, analisar, elaborar e divulgar estudos e pesquisas sobre a política e os seus impactos na sociedade brasileira. Produzem pesquisas políticas e socioeconômicas aplicadas, que sejam relevantes para o desenvolvimento social do País, ou seja, as grandes causas de interesse do povo brasileiro.

A principal missão do laboratório é aproximar os cidadãos dos seus representantes, por meio da informação clara e fidedigna de tudo o que acontece na dinâmica legislativa; e por outro lado, ensinar os Parlamentares a atuarem de maneira cada vez mais propositiva e coerente com os interesses do povo brasileiro.

Cito aqui os seus diretores: Jorge Mizael, que casualmente está aqui, porque foi quem me entregou hoje de manhã esse estudo, e Gustavo Tavares, cientistas políticos; e André Peixoto e Willian Ferreira, cientistas da computação.

Quero parabenizar, com muito carinho, o Labep pela iniciativa. O e-Ranking Cidadão é mais uma possibilidade que a sociedade tem de conhecer a atuação de todos os Parlamentares, Senadores e Deputados.

Quero dizer, senhores e senhoras, que mantenho a mesma forma de atuar desde que obtive meu primeiro mandato como Deputado e constituinte. Forma quatro mandatos de Deputado Federal. Estou no meu segundo mandato de Senador da República. Sempre pautei a minha atuação em defesa dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo e da cidade, dos aposentados, dos pensionistas, dos deficientes, das mulheres, dos negros, dos brancos, dos índios, daqueles que têm compromisso com empreendimentos na área social. Enfim, de todos os brasileiros e brasileiras.

O meu querido Estado do Rio Grande do Sul, de cada região daquela terra tão querida por todos nós, de todos os gaúchos e gaúchas que me fazem crer que é possível sonhar e acreditar na boa política tendo sempre como base a melhoria da vida das pessoas. Por isso, tanta paixão, tanta emoção quando está em debate o confronto de ideias que, no meu entendimento, vão atingir o nosso povo e a nossa gente.

Eu sempre digo que aquele que perde a capacidade de indignação, perde o sentimento da alma e do próprio coração e a sensibilidade para defender os interesses do seu País e do seu povo.

Acredito cada vez mais que a solução para os problemas do Brasil e do Rio Grande do Sul está num projeto, projeto de Estado, projeto de Nação. Está também no voto, nas urnas, está na democracia. Com a democracia, tudo; sem a democracia, nada!

Que bom seria se o nosso reconhecimento não viesse pelos temas que serviram de base para a pesquisa do e-Ranking Cidadão. Digo isso, pois, é absolutamente inaceitável que o Estado brasileiro, o Governo e o Congresso atuem contra os interesses de jovens, de crianças, de mulheres – enfim, da nossa gente.

Senador Lindbergh, V. Ex^a me pediu um aparte.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Eu queria cumprimentar V. Ex^a, Senador Paim. V. Ex^a é um grande Parlamentar que defende trabalhadores. Esse Governo aí, Senador Paulo Paim, do Temer, está destruindo conquistas históricas dos trabalhadores. Veja, tudo está piorando. O desemprego: 13 milhões e 900 mil pessoas desempregadas, 27 milhões subocupadas. A pobreza está voltando. O Lula tirou 32 milhões de pessoas da miséria e da pobreza absoluta. Em 2017, 1,5 milhão voltaram. Eu fico



vendo este Senado aqui, aqueles Deputados que votaram todos com o Temer, contra os trabalhadores naquela reforma trabalhista. O trabalhador não vai ter direito nem a um salário mínimo, pode receber por hora, Senador Paulo Paim. É o tipo do trabalho intermitente que eles aprovaram. E a gente sabe que eles, depois da eleição, vão querer vir mexer na reforma da previdência,...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...tirar dos aposentados, dos mais pobres. Eu estou falando tudo isso aqui porque a vida do povo está piorando muito. O botijão de gás subiu 70%. Na época do Lula era R\$30,00. agora está R\$80,00, R\$90,00. Sobe tudo! A passagem de ônibus no Rio de Janeiro subiu 17%; a conta de luz. A vida do povo está piorando muito e, por isso, quando vejo Lula nas pesquisas ele sobe. Por quê? Porque as pessoas lembram. Na época do Lula era diferente a vida do mais pobre, do trabalhador. Eu ando na Baixada e as pessoas me dizem, Senador Paulo Paim: "Na época do Lula...

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – ...eu tinha dinheiro para fazer um churrasquinho no final de semana, para tomar uma cerveja, para juntar os familiares". É por isso que eu acho que nessa eleição a gente vai virar o jogo. Parabéns a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito obrigado, Senador Lindbergh, pela sua fala, que eu peço que seja incorporada ao meu pronunciamento, que é bem pontual, bem objetiva, exatamente na linha do estudo feito pelo e-Ranking, que me colocou nessa posição de destaque.

E eu lhe digo, Senador Lindbergh: se eu não falar aqui, não é a grande mídia que vai falar. Então, eu me obrigo, e não gostaria de vir à tribuna para citar esse estudo do e-Ranking que mostra claramente a nossa atuação.

Por isso concluo dizendo, que, enfim, o nosso trabalho aqui é sempre na linha de defender os trabalhadores, os aposentados, os pensionistas, toda a nossa gente, pessoas que estão contribuindo, estão avançando nos seus sonhos, acalentando o desejo de vida. E eu quero viver esse sonho junto com eles, de viverem dignamente, de estudarem, trabalharem, de serem felizes, simplesmente serem felizes.

É nossa obrigação, é dever defender as causas do povo, os seus direitos sociais, econômicos e trabalhistas, direitos como a aposentadoria. Por isso apresentei e sei que foi importante para essa pontuação a CPI contra a reforma da Previdência, para que os direitos dos cidadãos sejam respeitados, como os de todos os brasileiros.

Sr. Presidente, queria terminar agradecendo muito ao e-Ranking Cidadão, que fez esse estudo profundo para que aqueles que efetivamente defendem o interesse do povo brasileiro tenham o estudo na mão, como eu o tenho aqui neste momento.

Eu sei que a pesquisa foi completa, foi científica, foi social.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Preocupou-se apenas em avaliar.

Eu agradeço, agradeço muito por ter ficado como destaque.



Este é o documento que recebi hoje, o estudo feito pelo e-Ranking Cidadão – monitoramento da atividade parlamentar.

Eu sempre digo: que prevaleça a verdade, só a verdade, nada mais que a verdade. Se o estudo mostra que essa é a verdade, eu posso só agradecer ao povo do Rio Grande, agradecer ao Congresso pelo espaço que sempre tive, agradecer ao e-Ranking Cidadão, que fez esse estudo chamado "Monitoramento da Atividade Parlamentar", que me colocou como destaque de forma muito contundente, pelo documento que aqui recebi.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Paulo Paim.

Concedo a palavra, pela Liderança do Podemos, ao Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos que nos assistem pela TV Senado, que nos ouvem pela Rádio Senado; cumprimentar o Vereador Vanderlei, do Município de Alto Araguaia, e também PRF, ao Carvalho, que estão aqui nos visitando.

Sr. Presidente, hoje tivemos uma sessão solene no Plenário Ulysses Guimarães, na Câmara, de homenagem aos 90 anos da Polícia Rodoviária Federal, uma bela homenagem, uma audiência requisitada pelos Deputados Hugo Leal e João Campos; merecida homenagem, por tudo que essa corporação tem feito, essa instituição tem feito por este País.

Trabalham quietinhos todos os dias, mas é uma das instituições de maior capilaridade em todo o cenário nacional. Em todos os locais por onde andam os brasileiros, está lá um posto da Polícia Rodoviária Federal. E trabalham dia e noite, faça sol ou faça chuva, dando segurança às rodovias.

Então, essa homenagem foi merecida. E deixo os meus parabéns a todos os policiais rodoviários federais que, neste momento, tiram plantão aí pelas rodovias federais.

Sr. Presidente, queria também fazer outro registro. Estive no Estado de Mato Grosso neste final de semana e, andando por aquele vasto Estado... Esse Estado – eu sempre digo aqui – é do tamanho de um país, aliás, maior do que muitos países. Lá cabem dez países do tamanho de Portugal, cabem quase duas França, cabem sete Inglaterra, então é gigantesco aquele Estado.

Mas, Sr. Presidente, volto a repisar aqui, nós estamos com muita dificuldade lá. Foi feita a concessão de uma rodovia. Era para ter saído o aporte dos recursos para a duplicação, não saiu. Já passou do tempo da duplicação, já fechou a época de eles cumprirem o contrato, o pedágio continua sendo cobrado e a duplicação não sai.

Eu entrei com uma representação junto à Procuradoria da República para que esse pedágio seja temporariamente suspenso até que a obra volte a ser construída. Não é possível que o mato-grossense fique pagando por uma coisa que não existe. Pagar pedágio só para ser bonito não dá. Esse é um tema que vamos voltar a tocar aqui.

Outro ponto que volto a falar novamente – e agradeço já de antemão o Ministro Raul Jungmann – é sobre a questão da fronteira. Aproveito que está aqui a presença do inspetor Vanderlei: nós precisamos, na questão da segurança, Senador João Alberto, de atacar o crime nas fronteiras, atacar o narcotráfico no atacado. Não adianta ficar no varejo, lá nos bairros do Rio de Janeiro. É importante fazer a segurança no Rio de Janeiro? É. Em São Paulo? É. Mas é melhor



you pegar uma tonelada de cocaína na entrada do País do que ficar disputando a petequinha lá em cada bairro.

Então, solicitei ao Ministro que possa fechar as fronteiras, principalmente ali no Estado de Mato Grosso, Senador João Alberto, porque eles acham terreno muito fácil. Eles passam nas fazendas, roubam aquelas caminhonetes dos agricultores, trocam por cocaína e voltam rapidamente para dentro do País com a droga.

Solicitei isso. A Polícia Rodoviária Federal já começou, junto com a PF, junto com o Exército, uma grande operação lá na fronteira, e esperamos que possam, em breve, ser aportados mais recursos, com helicópteros, com todo o aporte, para que isso possa dar reforço para a intervenção federal que está havendo no Rio de Janeiro. É a partir do combate a todas as frentes do crime que nós vamos ter sucesso no combate ao narcotráfico.

Eu sempre tenho dito que o Brasil precisa se decidir: se vai prevenir, ou se vai reprimir, ou se vai fazer as duas coisas bem feitas. Não pode é ficar nessa coisa: parte defendendo, solta; e outra, prende. Prende e solta.

Bandido, Senador João Alberto, traficante, tem que voltar ao que era, não pode sair em audiência de custódia. Traficante tem que ficar preso. Traficante faz um mal tremendo à sociedade. Tenho defendido que o trabalho que a Polícia faz, a duras penas, porque não é fácil prender traficante... Ele tem que ficar preso. Temos que ver: a cadeia é exceção? É, mas há tipo de criminoso que tem que comer cadeia.

Já encerro, Sr. Presidente, neste próximo minuto, mas é importante sabermos que a pessoa que está lá no bairro hipossuficiente, com duas ou três bocas de fumo, espera que a legislação seja cumprida, que, com o trabalho que a polícia faz, quando prende aquele traficante, ele possa ficar lá. E hoje não está ficando, e o cidadão fica agoniado.

As pessoas às vezes se admiram e falam: "Por que Bolsonaro está explodindo nas pesquisas?" Está explodindo, não porque está com toda essa sustância: é a indignação das pessoas.

Então, nós precisamos investir, e espero que o Presidente possa investir. E, hoje, em homenagem à Polícia Rodoviária Federal, que possa investir nessa corporação, porque gastar com a Polícia Rodoviária Federal é investir com a certeza do retorno, com retorno certo, porque, todos os dias, são toneladas, Senador João Alberto, que são apreendidas pelo Brasil afora.

Ontem mesmo, foram toneladas e toneladas de maconha, de cocaína, que foram apreendidas.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Agora, já encerro mesmo.

Isso tem que ser levado em conta. Nós precisamos gastar menos com papel e mais com recursos que vão nos dar retorno.

Senador João Alberto, agora, encerrando, nesta semana será inaugurada, na cidade de Rondonópolis, uma base da Polícia Rodoviária Federal, com a presença do Ministro Raul Jungmann, do Diretor da Polícia Rodoviária Federal.

Será um ponto importante, porque Rondonópolis é uma confluência de duas BRs muito importantes do Estado de Mato Grosso, e por ali a criminalidade passa constantemente sobre rodas. É o único ponto em que... Vamos dizer assim, parece uma cintura do Brasil: todos os armamentos e drogas que vêm para o Sul e Sudeste do País passam por ali.

Muito obrigado, Sr. Senador João Alberto.



O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador José Medeiros, do Podemos, de Mato Grosso.

Concedo a palavra à Senadora Vanessa Grazziotin, PCdoB, do Amazonas, Partido Comunista do Brasil.

Dez minutos, Excelência.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Muito obrigada, Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras.

Sr. Presidente, hoje todos os jornais do País, os meios de comunicação, os nacionais, os regionais, todos eles estão dando a notícia acerca do conteúdo do relatório do projeto de lei que trata da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

E o que a imprensa vem destacando é o fato de que, mesmo existindo lei aprovada pelo Congresso Nacional que garante aos servidores públicos reajustes, ou seja, a recomposição de seus salários, apesar disso, da existência da lei, o relatório que será apresentado pelo relator propõe um congelamento não só dos salários do conjunto de servidores, mas também de todos os benefícios que são pagos.

Isso é muito grave, Sr. Presidente, tanto que nós falamos sobre segurança jurídica. E segurança jurídica não é algo que deva arbitrar as relações do público com o privado, CNPJ, com as empresas. Não. Segurança jurídica é algo que deve arbitrar toda e qualquer relação, seja com pessoas físicas, seja com pessoas jurídicas.

E mais, Sr. Presidente: todos nós lembramos que, em decorrência da defasagem... Eu não estou aqui falando de salário de marajá, não; eu estou aqui falando do salário da grande maioria dos servidores públicos, que varia e chega, no máximo, a R\$3 mil, R\$4 mil, R\$5 mil, que é o que ganha a maior parte dos servidores públicos, que lutaram por muito tempo, fazendo greves exaustivas, difíceis, para que pudessem obter do Governo um direito seu garantido, que é a recomposição das perdas salariais.

E essas negociações começaram ainda com o Governo da Presidenta Dilma e seguiram-se com este atual Governo de Michel Temer, porque várias leis nós aprovamos após Michel Temer se sentar na cadeira de Presidente da República.

Pois bem, senhores e senhoras, vem o relator do projeto de lei que trata das diretrizes do Orçamento e simplesmente prevê o congelamento. Ou seja, nós, no Congresso Nacional, deveremos, nos próximos dias, analisar esse projeto de lei, analisar o relatório do Senador Dalirio Beber, que é o Relator da matéria e é do PSDB de Santa Catarina.

Eu quero falar aqui – falo com muita esperança e conto com isso – que inclusive os servidores têm que fazer o seu papel, têm que buscar todos os Parlamentares – Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras – e exigir que, no mínimo, aquilo que eles conquistaram no passado, no mínimo, seja respeitado, respeitado. Eu quero ver qual é o Deputado, qual é o Senador que vai votar contra o trabalhador. É isso que eu quero ver.

Mas o projeto de diretrizes orçamentárias não para aí, apesar de esse ter sido o grande foco da imprensa. O projeto se baseia todo, Senador Lindbergh, na lei, que é a emenda constitucional que estabeleceu o teto de gastos. E o Governo Federal, em vez de buscar dinheiro com quem pode pagar, ele faz isto: ele corta daquele que mais precisa, corta em forma de salário e corta em forma de programas.



Eu tenho repetido muitas vezes e vou continuar repetindo, porque eu fico revoltada com isso, não apenas por ser Senadora, mas por ser farmacêutica: fecharam todas as farmácias populares do Brasil – todas, não sobrou uma! E não existe assistência à saúde se não houver assistência medicamentosa. Não adianta consultar o médico, fazer o exame, ter um diagnóstico na mão, se não tem o principal de todos os instrumentos que é aquele produto que mantém ou restabelece a saúde, que é o medicamento. Isso é lamentável!

Mas, vamos lá.

Eu apresentei e tenho certeza, Senadora Ângela, Sr^{as} Senadoras, de que grande parte da Bancada feminina, porque sentimos falta, no projeto de lei proposto pelo Poder Executivo, de um programa que, para nós, é muito caro, um programa que é fundamental e que representa o início de uma política pública mais efetiva de combate à violência contra a mulher... Não estava no projeto original o programa de construção da Casa da Mulher Brasileira e dos centros de atendimento. O Governo não contemplou. Apresentamos várias emendas. Todas elas rejeitadas. Todas elas rejeitadas. Ou seja, a prioridade... Ainda dizem que há uma prioridade à segurança pública. Mas que prioridade é essa de segurança pública? Eu repito.

E há outra matéria aqui, que foi publicada há algum tempo em jornais, que mostra o seguinte: Brasil é paraíso tributário para super-ricos. Esse estudo vem de onde? Das Nações Unidas. O paraíso fiscal. O Brasil junto à Estônia, Senador, são os únicos dois países do mundo que não tributam a distribuição de lucros e dividendos.

E olhe o que mostra o estudo – isto é muito grave: que em torno de 71 mil pessoas, que correspondem a 0,05%, as mais ricas da população, ganharam, em média, mais de R\$4 milhões ou mais de 1,5 milhão de euros. E, desses 71 mil brasileiros, 50 mil, no mínimo, segundo o estudo das Nações Unidas, recebem a partir da distribuição de dividendos, a partir da distribuição de dividendos, ou seja, não pagam impostos, não pagam tributos. Mas com esses o Michel Temer não mexe.

Eu vejo, Senador Lindbergh, que V. Ex^a solicita um aparte. Pois não.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Em treze anos, não dava para ter consertado isso?

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Senador Lindbergh.

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Senadora, este Governo Temer está massacrando o trabalhador. Imagine isto: dizer que um servidor público, um professor vai ficar com zero de aumento em 2018, zero em 2019. Isso é inconstitucional. Nem reposição à inflação ele quer dar. Mas é massacre para tudo que é lado, Senadora Vanessa. Veja a pobreza. Lula tirou 32 milhões de pessoas da pobreza absoluta. Em 2017, nós voltamos ao Mapa da Fome: 1,5 milhão de pessoas na pobreza. Quando andamos nas grandes cidades, vemos as pessoas dormindo ali. V. Ex^a falou: fecharam 400 farmácias populares, que davam remédio de graça para hipertensão, para diabetes, para asma. É um massacre no trabalhador para tudo que é lado. É por isso que, quando eles botam pesquisa, o Lula está na frente, porque, na época do Lula, era diferente. Você pode até discordar do Lula, mas as pessoas têm que reconhecer que, na época do Lula, a vida do trabalhador, dos mais pobres melhorou. Quando eu ando na Baixada Fluminense, as pessoas dizem: "Naquela época, eu tinha dinheiro no final de semana para fazer um churrasquinho com a família, para tomar uma cerveja." Agora falta dinheiro para tudo. É por isso que ele cresce. Agora eu fico vendo, para concluir, Senadora, este



Senado aqui. Esses Senadores e Deputados votaram a favor daquela reforma trabalhista, que tirou o direito, por exemplo, de o trabalhador receber, no mínimo, um salário mínimo. Agora ele pode receber por hora. E há um bocado de gente aqui que quer votar, depois da eleição, a reforma da previdência, para mexer com a aposentadoria do trabalhador.

(Soa a campanha.)

O Sr. Lindbergh Farias (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – Quero chamar a atenção porque esse tem que ser um debate da eleição. Nós temos um posicionamento – não é, Senadora Vanessa? Nós somos contra essa reforma da previdência. Nós sempre votamos aqui do lado dos trabalhadores. Eu quero cumprimentar V. Ex^a.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu, Senador, agradeço o aparte de V. Ex^a e o incorporo ao meu pronunciamento.

Eu iria abordar a questão exatamente sob este aspecto: será que não basta o que Michel Temer fez com o povo brasileiro quando aprovou "iludindo" – entre aspas –, pelo menos teoricamente, a sua Base, porque a sua Base aqui... E todos nós somos testemunhas, aliás, o povo brasileiro é testemunha. Basta recapitular os discursos feitos desta tribuna, os discursos feitos durante os debates nas Comissões em que todos diziam: "De fato, essa proposta de reforma trabalhista tem muito problema, mas nós aprovaremos como está, porque Michel Temer vai mudar, através de vetos e da edição de uma medida provisória."

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – A proposta não mudou, e o trabalhador hoje deixou, sim, de ter o direito a receber o salário mínimo, o trabalhador pode deixar, sim, de ter o direito a receber férias, a receber décimo terceiro. E pode como? Se o empresário contratá-lo como autônomo exclusivo e contínuo.

O que é o autônomo exclusivo e contínuo? É um trabalhador que tem o mesmo patrão, apenas não tem uma carteira assinada. E se não possui uma carteira de trabalho assinada, não tem direito nenhum.

Então, eu chamo a atenção, senhoras e senhores, para a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Não podemos aprovar a lei como está. E é simples, Senador: para quem acha que só há críticas, nós apresentamos a solução. A própria Lei de Diretrizes Orçamentárias pode prever, sim, a instituição, a partir do ano que vem, da cobrança do tributo...

(Interrupção do som.)

(Soa a campanha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – ... de distribuição de lucros e dividendos e "adendar" ao Orçamento no mínimo mais R\$40 milhões – no mínimo! Isso pode ser feito. Mas pode ser feito mais: pode ser incluído também – e nós estamos apresentando as emendas –, Senador, o Imposto sobre Grandes Fortunas. Pode ser incluído. Eles não incluem as privatizações que pretendem fazer como recursos que ingressarão nos cofres públicos? Pois vamos incluir isso. Vamos tirar, porque, além de o Brasil ter voltado para o Mapa da Fome, como diz V. Ex^a... E voltou por quê? Porque acabaram com a política de valorização de salário mínimo, acabaram com a política de valorização do trabalhador.



Além disso, o Brasil, repito, segundo as Nações Unidas, é o paraíso tributário para os super-ricos, que não pagam impostos.

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Eu concluo, Senador João Alberto, nesse minuto que V. Ex^a me concede.

Em vez de tirar dinheiro, acabando com programas importantes de combate à violência contra a mulher, programas importantes de assistência às crianças, à juventude, de congelar salário de servidor, em vez de fazer isso, o que o Governo deveria fazer? Buscar aqui em quem pode pagar. Mas não. E depois reclamam quando a gente diz que Michel Temer chegou ao poder pelas mãos da maioria do Parlamento brasileiro – Deputados e Senadores –, e lá chegou para cumprir um objetivo claro, que é fazer as reformas impopulares, reformas que um governo eleito não teria condições de fazer: reforma trabalhista e reforma tributária.

É por isso que a esperança ainda se mantém viva; viva em derrotar todos esses que estão querendo derrotar o povo brasileiro nas próximas eleições.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Vanessa Grazziotin.

Concedo a palavra à Senadora Ana Amélia, Partido Progressista, do Rio Grande do Sul. Por dez minutos, Excelência.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Caro Presidente, Senador João Alberto, Colegas Senadoras, Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, chego à tribuna hoje depois de ter feito uma agenda importante no Rio Grande do Sul. Inclusive, ontem foi a posse da Presidência da Afisvec (Associação dos Auditores Fiscais do Estado do Rio Grande do Sul), auditores esses que são muito comprometidos com o ajuste fiscal e com a excelência na gestão financeira dos Municípios, dos Estados e também, claro, da União e com um projeto muito importante que o Presidente Marcelo Barros tem para mudar a Lei Kandir, que penaliza os Estados exportadores.

Mas eu, além de fazer essa referência, queria dizer que aqui, nesta tribuna, há pouco, a Senadora levantou questões sobre direito dos trabalhadores e, sobretudo, apontando que o Brasil é um País de grandes empresários e muitos incentivos fiscais.

Agora, coincidentemente, a Senadora é autora de um projeto que beneficia quem? Os maiores e mais lucrativos negócios da Zona Franca de Manaus, R\$9 bilhões de incentivos e desoneração de IPI. E lá estão os mais ricos empresários. E os lucros gerados por essas empresas, na Zona Franca de Manaus, defendidos pela Senadora – e ela tem legitimidade para isso –, não são tributados no Brasil, são tributados lá fora, na sede dessas empresas, e são multinacionais do capitalismo americano. Eu não tenho nenhum preconceito com o capitalismo americano, com multinacional, com ninguém, mas a gente tem que ter coerência com as coisas que fazemos aqui dentro, senão não seria conveniente estar falando.

Então, o rico, a riqueza está concentrada na Zona Franca de Manaus, e só duas empresas – nem vou citar os nomes para não dizer que eu estou fazendo propaganda, porque elas aparecem na



Copa do Mundo com os maiores anunciantes – são empresas que são protegidas na Zona Franca de Manaus.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – V. Ex^a me concede um aparte, Senadora?

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Eu só não vou dar, porque eu não fiz aparte a V. Ex^a exatamente para não criar polêmica aqui, Senadora...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Mas eu não quero polemizar, eu apenas gostaria...

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Vanessa Grazziotin não vou lhe dar...

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Só gostaria de agradecer o relato que V. Ex^a faz em relação à nossa postura em defesa da Zona Franca. A Zona Franca, Senadora Ana Amélia, é formada, em geral, por empresas multinacionais, não são só do setor de bebidas e concentrados. Lá há a Samsung, a maior de eletroeletrônico. Enfim, é o único modelo legal do Brasil baseado em incentivos fiscais. E é isso que felizmente gera o emprego, o pão de cada dia, da maioria da nossa gente que vive na Amazônia e que vive no Amazonas, Senadora. Então, eu agradeço, sei que V. Ex^a defende o seu Estado, assim como eu defendo o meu. Mas o que eu falava não era só sobre incentivos fiscais não, eu falava sobre a falta de tributação das pessoas mais ricas, Senadora, apenas isso. Obrigada, Senadora, e desculpa.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Senadora Vanessa, eu tenho também – eu diria – autoridade moral para defender os trabalhadores, porque fui relatora aqui do projeto que regulamentou a atividade dos empregos domésticos, as pessoas que estão trabalhando hoje com carteira assinada, com regulamentação, com direito a Fundo de Garantia e a vários benefícios que estavam ausentes do direito do trabalhador doméstico em todo o nosso País. Foi um grande avanço. Tive a honra de aqui ser a relatora dessa matéria.

Mais do que isso, meus caros Senadores: a pedido do Tribunal Superior do Trabalho, a Justiça superior do trabalho, a última instância das questões trabalhistas, a pedido do Ministro Dalazen, que presidia aquela Corte, fui a relatora de uma das leis mais protetivas aos trabalhadores, a lei que trata de agilizar a indenização, o pagamento da indenização ao trabalhador na hora da rescisão do seu contato de trabalho. Que direito, Senador Rodrigues Palma, maior que este, do que a Justiça fazer isso e ter agilidade? Eu fui a relatora. E fiz uma discussão democrática com todos os agentes envolvidos, e daí foi produzida uma lei extraordinariamente avançada para os direitos, agilizando também para a Justiça do Trabalho os procedimentos relacionados aos direitos dos trabalhadores. Então, eu tenho a consciência de aqui estar trabalhando.

E agora o Supremo Tribunal Federal acaba de confirmar e reafirmar a legalidade da retirada da contribuição obrigatória aos sindicatos, de qualquer trabalhador, qualquer empresa, porque vale para os dois, para o empregador e para o trabalhador, a contribuição sindical. Aquele sindicato que presta um serviço relevante para a sua categoria sem dúvida vai merecer o apoio do trabalhador ou da empresa que é associada ao sindicato patronal. Não há dúvida disso. Acontece que essa é uma decisão. Assim que nós aqui votamos, os trabalhadores correram para fazer fila para tirar aquele desconto de um dia de trabalho. Eles estavam cansados – eles, trabalhadores – de pagar um dia de trabalho para um sindicato que não lhes oferecia serviços protetivos, o



sindicato da categoria, e, sim, para talvez atividades políticas que não estavam necessariamente ajustadas à pauta do trabalhador, que está mais preocupado com assistência à saúde, assistência odontológica, assistência ao salário-família e todas as demais atividades que um sindicato de boa qualidade faz, inclusive na preparação e qualificação de mão de obra para que ele avance de patamar no seu salário, essas coisas que o sindicato deveria fazer em benefício do trabalhador. Mas como isso não era feito, a percepção do trabalhador era: "Eu não quero mais pagar." O trabalhador teve a liberdade, e assim que foi votado aqui, ele correu para a fila para dizer: "Não quero mais que descontem do meu salário."

Então, nós temos que enxergar a lei, Senador João Alberto, como ela é e como trabalhamos aqui.

Mas eu queria apenas remeter à questão que está provocando... Não é nem a felicidade dos brasileiros pela vitória ontem sobre o México, mas é a questão, de novo, envolvendo as decisões da Suprema Corte, envolvendo a Operação Lava Jato. Muita dúvida suscita; todo mundo pergunta. E eu volto aqui hoje a uma questão de critérios usados pelos magistrados da Suprema Corte, que têm criado ou provocado uma certa insegurança e incerteza. Afinal, que futuro terá a Lava Jato?

É claro que jamais esta Senadora vai concordar com desvios de conduta, com algum deslize que tenha sido feito na confecção ou nas atitudes tomadas na Operação Lava Jato. Mas ela não é sozinha; a Lava Jato é composta por Ministério Público, Procuradoria-Geral da República, por Polícia Federal e também pelas decisões que são tomadas na 4ª Região da Justiça Federal em Porto Alegre e também submetidas ao crivo do Supremo Tribunal Federal. Mas algumas geram insegurança jurídica.

Hoje, o Juiz Sergio Moro está vendo que não foi bem compreendido na questão das torçozeiras para o José Dirceu, explicando que ele se valeu de uma outra decisão, de outro entendimento da Suprema Corte, que agora mudou em relação à proibição da torçozeira.

E a questão é que hoje ainda – e aí vai se saber se vai mudar essa decisão –, o Juiz Marcelo Bretas, do Rio de Janeiro, condenou Eike Batista a 30 anos de prisão. A decisão consta da sentença da Operação Eficiência, assinada pelo magistrado, que eu acabo de citar, na segunda-feira. Eike teve a prisão preventiva decretada após dois doleiros dizerem que ele pagou US\$16,5 milhões a Sérgio Cabral, ex-Governador do Rio, o equivalente a R\$52 milhões, em propina.

Eu acho que essas coisas estão acontecendo e estão demonstrando realmente que se está tirando o lixo debaixo do tapete e mostrando-o à população graças a essa Operação Lava Jato.

O estranho é que o Ministro Toffoli e a 2ª Turma, que tomaram a decisão em relação à libertação do ex-Ministro José Dirceu, o Ministro não teve o mesmo cuidado em relação a um pobre coitado, que lá, em Minas Gerais, roubou uma bermuda – roubou uma bermuda – que valia R\$10, uma bermuda por R\$10, e mandou-o voltar para a cadeia. Claro que certamente não houve nenhum juízo de valor pela categoria social desse pobre coitado, que era o quê? Simplesmente uma pessoa, um bêbado, estava embriagado. E qual foi a razão de devolvê-lo à prisão, mesmo que a bermuda que essa pessoa roubou tivesse sido devolvida à loja de onde ele a tirou, a bermuda de R\$10? É que a Defensoria Pública chegou a entender que o acusado pedia a aplicação do princípio da insignificância, R\$10 uma bermuda, mas o pleito não teve sucesso na Suprema Corte, na mão do Ministro Dias Toffoli.

De acordo com a Defensoria Pública, o homem é morador de rua – morador de rua –, não tem assistência de ninguém, nem da sociedade, morador de rua e é alcoólatra. Em primeira instância, foi condenado a 1 ano e 7 meses de reclusão pelo furto, pena que foi mantida pelo



Tribunal de Justiça de Minas Gerais e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ). Em todos os julgados pesou contra o acusado o fato de haver mais de uma condenação definitiva por crimes da mesma natureza, mas não foi o mesmo critério usado em outras reincidências de outros presos famosos.

É exatamente por isso que a sociedade está olhando muito – eu diria – decepcionada, olhando muito triste pelo que está acontecendo em relação à Praça dos Três Poderes e, ali do lado, onde há aquela estátua da Deusa da Justiça com os olhos vendados. Ela tem que estar de olhos vendados para não saber se é um rico, se é um pobre, se é um poderoso, se é um sem poder. É essa Justiça que nós queremos mais isenta, mais republicana, uma Justiça mais imparcial.

E por isso eu volto aqui a encarecer – e não é por causa da Lava Jato, não é por causa dessas demandas à 2ª Turma, não é por causa de nenhuma pendência ou de nenhuma litigância ou de nenhum confronto que esteja havendo entre o Supremo e esta Casa ou entre o Supremo e o Poder Executivo ou entre quem quer que seja –, porque nós votamos, bem antes de tudo isso, Senador João Alberto, muito antes de tudo isso, na CCJ – e eu sou Relatora, com muita honra –, duas PECs; uma do Senador Cristovam Buarque e outra do Senador Lasier Martins, que tratam de retirar a vitaliciedade da composição ou do exercício do mandato de ministro da Suprema Corte, tirando a vitaliciedade e estabelecendo um prazo de dez anos. Eu acho que dessa forma nós nos igualamos aos países mais desenvolvidos do mundo do ponto de vista democrático e institucional para o Estado democrático de direito. Dez anos, e tem que haver uma carência, não pode pertencer ao Poder Executivo três anos antes da indicação. E a indicação tem que ser feita pelo Supremo, pelo STJ, pela OAB, pelo TST, pela Defensoria Pública, pela Procuradoria-Geral da República, e eventualmente aqui, quando for acrescentado.

Eu acho que dessa forma se faz uma lista tríplice de pessoas idôneas, de pessoas com grande conhecimento e saber jurídico, encaminha-se essa lista tríplice ao Presidente da República, que não perde a prerrogativa de fazer a indicação ao Congresso Nacional, mais precisamente ao Senado, que na Constituição tem essa prerrogativa. E nós aqui analisamos essa indicação, submetendo-a a uma sabatina, como no caso de Fachin, que foi a mais longa de toda a história das sabinas da CCJ que tivemos – 17 horas ininterruptas.

Então penso que é hora de a gente enfrentar esse dilema e ter uma Justiça e um Judiciário que sejam isentos de qualquer contágio de interesses dentro da nossa Suprema Corte.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senadora Ana Amélia.

Por permuta com o Senador Paulo Rocha, concedo a palavra à Senadora Ângela Portela, PDT de Roraima. Por dez minutos, Excelência.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, hoje eu vou falar aqui sobre os planos de saúde. Lamentavelmente as mudanças afetam imensamente o povo brasileiro.

No mês de junho, o Juiz José Henrique Prescendo, da 22ª Vara Cível Federal de São Paulo, concedeu liminar estabelecendo o reajuste máximo dos planos de saúde individuais em 5,72%. A decisão foi tomada no bojo de ação civil pública ajuizada pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idec), às vésperas da divulgação do reajuste anual dos planos de saúde pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).



A liminar é, como sabemos, uma medida de caráter precário e já foi cassada nas instâncias superiores do Judiciário. O que nos interessa, entretanto, é discutir o verdadeiro absurdo que se tornou o reajuste dos planos de saúde no Brasil.

A justificativa do magistrado para a concessão da liminar é um bom ponto de partida: a falta de clareza na metodologia utilizada pela ANS para a explicação do reajuste e a inexistência de equilíbrio entre os interesses dos consumidores e os valores pedidos pelas operadoras.

Não se pode relevar que o aumento dos planos de saúde foi o principal motivo de queixa dos consumidores em 2017, tendo como base as reclamações enviadas ao Idec. A maior parte dos problemas relatados se refere aos planos coletivos, em que as operadoras são livres para definir o percentual de reajuste. Segundo o Idec, o aumento médio em 2017 foi de 19%, contra uma inflação de apenas 3% no período. A majoração dos planos coletivos foi superior ao reajuste dos planos individuais no ano passado, fixado em 13,55%.

Está aí um dos principais motivos para que as operadoras não tenham mais interesse em oferecer planos individuais: é que, nos coletivos, elas podem cobrar o que querem do consumidor indefeso.

De todo modo, mal caiu a liminar, a Agência Nacional de Saúde Suplementar anunciou um reajuste de 10% para os planos individuais, contra uma inflação que gira na casa dos 3%!

Seja cliente dos planos individuais, seja de coletivos, o consumidor brasileiro é a principal vítima de um sistema que só privilegia as empresas e que dá muito pouca importância à vida e à saúde das pessoas, à vida e à saúde dos brasileiros. O tão decantado equilíbrio econômico-financeiro das operadoras tem servido de motivo para que elas aumentem e muito as mensalidades dos planos coletivos e para que a própria ANS autorize, ano após ano, reajustes igualmente exorbitantes para os planos individuais, persistentemente majorados muito acima da inflação.

É a principal razão para a diminuição reiterada do número de brasileiros que possuem plano de saúde. Só em 2017, segundo dados da própria ANS, os planos perderam mais de 3 milhões de usuários, Senador Rudson Leite, do meu Estado de Roraima. Perderam mais de três milhões de usuários porque as pessoas não podem pagar os planos de saúde. É lamentável. Todas essas pessoas vão aonde? Para o SUS agora.

Trata-se de uma situação insustentável, que exige de nós repostas à altura. É por isso que apoiamos a iniciativa da Senadora Lídice da Mata de propor a realização da CPI dos Planos de Saúde. Será, sem dúvida, uma ótima oportunidade para discutir o assunto e para o encaminhamento de soluções que contemplem os cidadãos brasileiros, os cidadãos roraimenses que sofrem e que precisam ter os seus planos de saúde assegurados.

Verdade seja dita, a saúde do povo brasileiro está jogada às traças! Os hospitais públicos estão sucateados: faltam leitos; faltam materiais básicos; faltam médicos e enfermeiros. Uma simples consulta leva meses para acontecer; pacientes morrem sem tratamento para o câncer. E nós vemos, assim, diariamente, nos meios de comunicação nacional, as reclamações dos pobres, das pessoas que precisam dos Sistema Único de Saúde.

Programas como o Farmácia Popular foram praticamente extintos pelo Governo de Michel Temer e de seus aliados.

Não contentes com tamanho descaso, eles patrocinaram na Câmara dos Deputados a nova lei de planos de saúde que estabelece cinco faixas de reajuste para os beneficiários com mais de 60 anos. Uma situação lamentável!



Em outras palavras, eles querem expulsar os idosos dos planos de saúde por incapacidade de pagar a mensalidade, justamente aqueles que mais precisam de assistência. É uma verdadeira expulsão dos idosos do plano de saúde essa proposta que está lá na Câmara Federal.

Em outra frente de maldades, a Agência Nacional de Saúde, além do estratosférico reajuste de 10%, propõe a criação de franquia para os planos de saúde, o que na prática pode dobrar o valor das mensalidades. Imagina, dobrar o valor das mensalidades pagas. Como é que vai ficar essa situação? O valor das mensalidades a esse preço fica praticamente impossível.

Aumentaram também o valor da coparticipação para 40%. Somando-se todas as medidas, juntamente com os reajustes anuais – todas essas medidas que falei aqui –, com as medidas de reajustes anuais muito acima da inflação, Temer e seus aliados conseguem o seu verdadeiro objetivo que é excluir os mais pobres dos planos de saúde, garantindo em primeiro lugar os lucros das operadoras.

Isso é injusto, isso é cruel com o povo brasileiro que precisa de saúde.

Essa malsinada operação é posta em marcha também contra o servidor público, cujo principal plano de saúde, a Geap, está sendo sufocada pelo Governo Federal com a falta de repasses orçamentários. A Geap, que é um plano importantíssimo no meu Estado de Roraima, onde há muitos servidores públicos, já perdeu milhares de beneficiários na esteira de um reajuste de mais de 80% nos últimos três meses. Imagina, Senador Rudson Leite: nos últimos três meses, a Geap já reajustou em mais de 80%. Como ficam os servidores públicos do nosso Estado de Roraima, com um atendimento caro, uma mensalidade caríssima para que eles possam ter direito a esse plano de saúde, Geap, que é tão importante para os servidores do nosso Estado?

Concedo um aparte a V. Ex^a.

O Sr. Rudson Leite (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR) – Senadora Ângela, eu tenho recebido diversas mensagens, principalmente de filhos, falando da questão de seus pais, de suas mães, que não estão tendo mais como sustentar, pagar a mensalidade do plano de saúde. Lá em Roraima, há a Geap, um dos principais, e a Unimed. Os preços estão... ninguém pode pagar. E não existe expectativa, parece-me, de melhorar isso. Então a vida de quem depende de plano de saúde está ruim; imagina a de quem depende de serviço público de saúde. Então, Senadora – eu já concluo –, nós, como Senadores, temos que ver isso com muita preocupação porque são pessoas que estão num momento da vida em que mais precisam de uma assistência de saúde, e aí vêm esses preços altos, deixando as pessoas na mão.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Só para reforçar, Senador Rudson, nos últimos três meses, aumentou a mensalidade da Geap em 80%. É inadmissível.

Concedo um aparte à Senadora Marta Suplicy.

A Sr^a Marta Suplicy (Bloco Maioria/MDB - SP) – Quero parabenizá-la, Senadora Ângela, por trazer essa matéria à discussão aqui em plenário, e dizer que também vivi essa indignação lendo...

(Soa a campanha.)

A Sr^a Marta Suplicy (Bloco Maioria/MDB - SP) – ... essa semana, tudo o que está sendo posto à prova, até – eu diria – o povo brasileiro. E quero dizer que, amanhã, na nossa comissão, Comissão de Assuntos Sociais, vou requerer uma audiência pública, chamando Leandro Fonseca da Silva, Diretor-Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar; um representante do



TCU; um representante do Idec, para que nós possamos realmente aprofundar essa questão. Eles vão ter que dar algumas explicações – espero que muitas – porque realmente nós não estamos aceitando. Se nós não cumprirmos esse papel aqui, a população vai estar em uma indignação extraordinária, com toda a razão, porque eles têm que explicar o porquê. Se eles conseguirem nos convencer, será uma coisa, mas acho muito, muito difícil a partir dos dados que V. Ex^a trouxe também.

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Muito obrigada, Senadora Marta Suplicy, que bom que nós temos mais uma Senadora e um Senador que também não vão aceitar essas medidas tão abusivas do aumento de mensalidade dos planos de saúde.

(Soa a campanha.)

A SR^a ÂNGELA PORTELA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - RR) – Vai ser muito interessante essa audiência pública, promovida pela Comissão de Assuntos Sociais.

Era isso, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Pela Liderança do PSD, concedo a palavra ao Senador Lasier Martins – PSD, do Rio Grande do Sul.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PSD - RS. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente João Alberto, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, telespectadores, ouvintes, eu venho à Tribuna para manifestar minha estranheza e surpresa com a soltura do ex-Ministro José Dirceu.

É um assunto que tem sido bastante focado ultimamente, mas ele não se esgota tão rapidamente assim, porque deve-se recordar que, quando Lula foi candidato a Presidente da República, José Dirceu foi seu advogado. Uma vez eleito... Toffoli foi advogado de Lula. Uma vez eleito Lula, Toffoli, Dias Toffoli, o Ministro que libertou José Dirceu, foi para a Subchefia da Casa Civil. Depois foi para a Advocacia da União durante o Governo Lula. Portanto, o Ministro Dias Toffoli é de uma vinculação extraordinária ao Governo Lula e ao Ministro José Dirceu. Pois agora, vindo às suas mãos um pedido de liberdade, Toffoli não se deu por impedido, contrariando completamente a regra do Processo Civil brasileiro.

É por essas coisas que há uma indignação nacional irrefreável. E de minha parte, cada vez mais, uma contrariedade com esta atual sistemática da indicação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.

José Dirceu prestou favores a Toffoli e Toffoli agora retribui. Não poderia ser Ministro do Supremo Tribunal Federal nessas condições. Não poderia julgar um pedido de liberdade de José Dirceu. É por isso que vem transcorrendo num imenso descrédito o atual Supremo Tribunal Federal. Ainda ontem à noite, assistindo o programa Roda Viva da TV Cultura, um dos entrevistados debatia que o Supremo Tribunal Federal vive o seu pior momento. É o pior Supremo Tribunal Federal de todos os tempos. É por essas coisas, porque Gilmar Mendes, campeão em libertação de delinquentes, também não se dá por impedido. Dias Toffoli, a mesma coisa. Então há um clamor repetido, incessante, do Brasil inteiro, que exige uma mudança no atual sistema. Ninguém mais aguenta isso. E nós temos uma PEC, a PEC nº 35, que está aqui há dois anos. Embora não possa ser votada no presente momento, ela pode ser discutida.



Atualmente essa PEC nº 35, de minha autoria, que tem como relatora a Senadora Ana Amélia Lemos, propõe um outro modo, não mais a decisão monocrática do Presidente da República que escolhe quem ele quiser, fica especulando quem mais lhe convém para futuros favores na Suprema Corte. Que tenhamos uma comissão de juristas para, dentro do período de um mês da vacância, escolher entre grandes profissionais do Direito para indicar ao Supremo Tribunal Federal, e com prazo fixo, não mais o sistema atual.

O sistema atual é inconfiável. O sistema atual não confere segurança jurídica, não confere confiabilidade à população brasileira nessa que sempre foi chamada a última trincheira da República para a defesa de direitos e obrigação ao cumprimento dos deveres. Não é o que vem acontecendo.

Então, Sr. Presidente, venho, neste espaço curto, pela Liderança, para dizer também da desconformidade com mais essa decisão do Ministro Dias Toffoli, colocando em liberdade um delinquente condenado a trinta anos e nove meses de cadeia, que prestou serviços a ele, o seu benfeitor de agora.

Isso não é justiça.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senador Lasier Martins.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Não, o momento agora é de oradores inscritos. Se não falar Lindbergh, vai falar... Vou conceder ao orador seguinte.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. *Fora do microfone.*) – Eu faço uma permuta na inscrição, com o orador inscrito.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Ah, com permuta...

Então, com permuta com o Senador Lindbergh Farias, concedo a palavra à Senadora Simone Tebet, MDB, de Mato Grosso do Sul.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS) – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Por dez minutos, Excelência.

A SR^a SIMONE TEBET (Bloco Maioria/MDB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, sei que vivemos no País um momento muito grave, um momento em que há muitos problemas pontuais para serem resolvidos, inclusive, por esta Casa, problemas locais, problemas nos nossos Estados, problemas regionais e mesmo problemas nacionais, mas permitam-me aqui uma breve reflexão, que, confesso, brota muito mais do meu coração do que da minha mente.

Eu não consigo sequer imaginar como deve ser o sono de um ser humano que retira dos braços de outro ser humano a sua cria frágil e indefesa e a coloca numa jaula, separando, assim, ambos, pais e filhos, tratando-os como verdadeiros animais.



Eu só sei de uma coisa: esse não pode ser o sono dos justos. Eu ousou imaginar – acredito até que, como mãe, tenho certeza do que digo agora – qual é o sentimento de um pai ou de uma mãe, o desespero de sair do seu país de origem, de fugir do seu país de origem, para buscar, em outro local, terra desconhecida, diante das incertezas, de abandonar tudo que tem, melhores dias em outras terras. Tenho certeza de que o que move essas pessoas é a extrema necessidade – necessidade gerada da fome, da miséria, do desemprego, da guerra, da perseguição. Esse sono, sem dúvida nenhuma, desses pais, juntamente com seus filhos, é o sono dos desesperados.

Claro que falo, como óbvio, dos acontecimentos recentes dos Estados Unidos, no episódio conhecido pelo mundo como o episódio dos meninos enjaulados do Texas. E por que estou falando disso neste momento, nesta tarde? Porque mais um capítulo dessa novela triste, mas real aconteceu no final de semana.

Um juiz federal teve a coragem, nos Estados Unidos, de liberar uma mulher brasileira e seu filho, alegando que, por uma série de princípios contra a humanidade, pela violação desses princípios, não se pode separar dessa forma criança e mãe. E nesse episódio, nesse final de semana, nós tivemos conhecimento: nós não estamos falando apenas de 58 crianças brasileiras separadas, arrancadas de seus pais e de suas mães, de forma violenta e injusta; nós estamos falando de 2,3 mil crianças que foram separadas nos Estados Unidos, fruto dessa política de tolerância zero contra a imigração ilegal no Governo Trump.

Ora, senhoras e senhores, nós poderíamos resumir todo o episódio na cena que vimos, na televisão, de uma âncora do jornal de uma TV americana que, acostumada já a relatar, por dever de ofício, de forma imparcial, retirando toda a parte de sentimento de episódios tão bárbaros quanto, não se conteve em lágrimas e, ao vivo, não conseguiu ler a matéria.

Nós estamos diante de um estado de calamidade mundial. Nós estamos evoluindo, ou melhor, involuindo nos preceitos mais básicos da civilização. Estou falando aqui da falta, no governo americano, de fraternidade, de solidariedade, até de piedade e de amor.

Mas o que me traz a esta tribuna é a constatação de que esses meninos do Texas não são apenas do Texas. O Texas é aqui, o Texas está no Oriente Médio. Nós temos meninos e meninas nas mesmas condições ou em condições similares no Brasil e no mundo, nas balsas improvisadas que sucumbem perante a profundidade do Mar Mediterrâneo e que matam milhares de refugiados, nos campos de refugiados hoje criados em países europeus. Nós temos as crianças do Texas nas favelas do nosso País, nos bairros mais humildes, quando tiramos a inocência dessa criança através da violência sexual, quando não damos para as nossas crianças e os nossos filhos melhores oportunidades, quando tiramos delas hoje, muitas vezes, miseráveis, a esperança.

Casos como esse, senhoras e senhores, e essa é a razão da minha fala, não podem apenas nos emocionar e nos indignar. Casos como esses precisam de ação. É verdade que nada podemos. Como não podemos fazer nada em relação àquele menino de três anos, Alan, naquela foto que também viralizou na rede social, carregado, já morto, por um soldado egípcio. Ele, a mãe e outro irmão faleceram, fugindo da guerra e tentando novos ares.

É claro que não podemos fazer, no Senado Federal, infelizmente nada no que se refere a tantas guerras civis, mas podemos, sim, fazer muito em relação à guerra civil não declarada no País. E estamos fazendo.

Recentemente, o Supremo Tribunal Federal, num *habeas corpus* coletivo, estabeleceu que toda mãe encarcerada, gestante ou com filhos até 12 anos que ainda esteja esperando uma sentença na cadeia deve ser colocada em regime domiciliar, é claro, desde que não faça parte de



organização criminosa, nem seja nociva à sociedade, para não separar filhos e mãe. Aguardar a decisão da sentença em regime domiciliar, como a maioria das pessoas de posse e primárias, muitas vezes, fazem. Mas essa decisão do Supremo – aí, sim, é obrigação nossa, é nosso dever e nossa responsabilidade – não está sendo cumprida por metade dos juízes ou das decisões judiciais. O Supremo deu até abril deste ano para que o Judiciário soltasse, imediatamente, as mulheres nessas situações, e juízes, por medo ou, muitas vezes, resistindo por falta de conhecimento ou de sensibilidade, ainda permitem que essas mulheres permaneçam encarceradas.

Cabe à Comissão de Direitos Humanos desta Casa e mesmo ao Senado Federal, não só solicitar informações do próprio Conselho Nacional de Justiça e pedir esclarecimentos, mas atuar de forma direta.

Nosso projeto, aprovado por unanimidade no Senado Federal, que transforma em lei uma decisão do Supremo nesse sentido, encontra-se dormitando na Câmara dos Deputados. Aqui eu rogo a sensibilidade dos Deputados e Deputadas para que não deixem dormir e não deixem engavetar um projeto dessa relevância. Nós não estamos falando de mães encarceradas. Nós estamos falando de filhos, Senador Lindbergh, que nascem dentro de um cárcere sujo, de um cárcere impróprio. A primeira grade que essa criança, esse bebê vê não é a grade de seu berço, mas as grades de uma cela. A sua certidão de nascimento não é de nascimento, é uma sentença, porque ela acaba sendo condenada junto com essa mãe.

Enfim, é o apelo que faço aqui à Câmara dos Deputados: que transforme em lei esse projeto para que não tenhamos aqui meninas e meninos, crianças enjauladas também nas penitenciárias e nos presídios brasileiros. O Texas, como disse, também é aqui. Cabe a nós – é a nossa responsabilidade, cuidando dos nossos, atuando de uma forma cristã –, acima de tudo, mais que como Parlamentar, mas como seres humanos, acabar ou diminuir com esse sofrimento. Afinal, nós temos que combater esse sofrimento sem trégua, porque só a humanidade, atuando em conjunto, pode garantir à própria humanidade um destino que possamos chamar de efetivamente humano.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Alberto Souza. Bloco Maioria/MDB - MA) – Eu que agradeço a V. Ex^a, Senadora Simone Tebet.

Concedo a palavra ao Senador Lindbergh Farias, PT, do Rio de Janeiro, por dez minutos.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse Temer quer massacrar o trabalhador. Essa história agora de que, no Orçamento de 2019, é reajuste zero para tudo que é servidor público é um absurdo. Nem reposição da inflação. Disse: nem mexer com auxílio-alimentação. Imagine um professor, um enfermeiro de um hospital federal no Rio de Janeiro, que está completamente abandonado. É massacre para trabalhador para tudo que é lado. Eu fico vendo este País. Quando o Lula foi Presidente, a vida do povo mais pobre, do povo trabalhador melhorou. Trinta e dois milhões de pessoas saíram da pobreza extrema. Em 2017, o Brasil está voltando ao Mapa da Fome: 1,5 milhão de pessoas voltaram à pobreza. Você anda numa cidade, muita gente dormindo na rua. É muito abandono!

Veja que, no País, agora as pessoas estão voltando a cozinhar com fogão a lenha. Por quê? Porque o botijão de gás subiu 70% – R\$80, R\$90. Quando era Lula, era R\$30.

O desemprego nunca esteve tão ruim: 13,9 milhões de pessoas desempregadas. Se você junta subemprego, são 27 milhões de pessoas. E este Governo, numa situação como esta de crise, o que faz? Acaba com o Farmácia Popular, que foi criado pelo Lula. Quatrocentas farmácias fecharam.



Farmácias que davam remédios de graça para hipertensão, diabetes, asma. É por isso que eles não conseguem entender que o Lula não para de subir nas pesquisas. Está subindo por isto: porque as pessoas lembram que, na época do Lula, era diferente.

Foi por isto que eles botaram Temer: para massacrar trabalhador. Agora, o pior é que a maioria desses Senadores e Deputados estão juntos com Temer, só votando contra trabalhador, só votando a favor dos interesses dos grandes. Votaram aqui a reforma trabalhista, pessoal. Agora, o trabalhador não tem mais direito nem ao salário mínimo, ele pode receber por hora. É a tal da jornada intermitente.

Vocês viram que agora caiu 40% o número de pessoas que estavam entrando na Justiça contra o patrão. Sabe por quê? Porque, se a pessoa entra Justiça contra o patrão e perde, tem que pagar o advogado da empresa. Então, as pessoas não estão entrando.

E há um tema aqui que – eu sei, eles estão calados agora, mas vão querer vir – é o da reforma da previdência, mexer com a aposentadoria do trabalhador. Por isso que digo: vocês fizeram tudo isso e colocaram o Temer para isso? Esse sistema aqui está podre.

Eu, sinceramente, vou torcer para que Lula seja eleito Presidente da República, mas depois vamos ter que mudar isso aqui, fazer uma Assembleia Nacional Constituinte para fazer uma reforma política, uma reforma do Judiciário, porque isso aqui, volto a dizer, pessoal, é tudo contra o povo, é tudo contra os trabalhadores.

Eu estava vendo o discurso da Senadora Ângela Portela, falando sobre plano de saúde. Nós estamos vendo, por um lado, há a destruição completa do SUS, o corte no Orçamento de 2018 foi de 3 bilhões. Já falei da situação do Farmácia Popular. Agora há muita gente apertada, de classe média, que recebe R\$3 mil, dois mil e tantos reais e que tem plano de saúde. Sabe o que eles aprovaram? Uma resolução, na semana passada, em que, além do aumento do plano individual em 10% – o plano empresarial teve aumento médio este ano de 19% –, agora regulamentaram uma coparticipação, que já existia, mas que não era regulamentada e tinha um teto de 30%. Não havia coparticipação, por exemplo, para internação.

Sabe o que é a coparticipação? Agora, eles querem que, por determinado procedimento, em uma cirurgia de R\$1 mil, a pessoa tenha que pagar mais R\$400 ao plano de saúde. É escandaloso! É escandaloso! Senadora Simone Tebet, eu estava conversando com V. Ex^a que o Senador Humberto Costa e eu apresentamos um projeto de decreto legislativo para sustar essa resolução. Agora proponho o seguinte: que assinemos em conjunto, Senadores dos mais diversos partidos, para que possamos cancelar esse tipo de coisa. É escandaloso! Eles vão querer que todo mundo migre para essa forma de coparticipação. Você sabe o que eles dizem para quem tem um plano empresarial? Se você paga uma mensalidade de R\$500, ao final do ano você pagará R\$6 mil. Você poderia pagar de coparticipação por ano sabe até quanto? Até R\$9 mil – 150% a mais –, e, no caso de plano individual, 100% a mais. Então, o que eles estão querendo fazer agora é isto: fazer com que a pessoa que tem um plano de saúde pague diretamente a ele.

Nós, Senadores, podemos resolver isso com projeto de decreto legislativo; podemos votar aqui. Eu queria ir hoje à reunião de Líderes para tentar convencer os Senadores, o Presidente do Senado, Eunício Oliveira, e os outros Líderes a fazerem isso. É isso que a sociedade espera da gente aqui.

Eu fico olhando a inflação oficial por parte do Governo. Eles anunciam 2,8, mas, para o povo mais pobre, não são 2,8.



O botijão de gás, como eu falei aqui, tem um impacto gigantesco no orçamento familiar. Se o aumento foi de 70%, imagine. Há gente que está escolhendo entre comprar comida ou comprar botijão de gás. Mas sabe quanto foi o aumento nacional de conta de energia elétrica, de luz pelo IPCA? Foi de 13% também. Conta de luz, para a pessoa mais pobre, tem um impacto gigantesco; para quem é muito rico, não. Então, veja bem: para o pobre está aumentando botijão de gás, conta de luz, passagem de ônibus também. Lá na cidade do Rio de Janeiro, de dezembro para cá, o aumento foi de 17%. Se os senhores forem ver, são todos preços administrados pelo Governo os que eu estou falando aqui: passagem de ônibus, gás, gasolina, conta de energia elétrica. Então, a vida para o povo piorou muito. Esse é um fato, Senador Dário Berger. É por isso que o Lula resiste, no meio de toda essa perseguição, de todas essas manobras.

Hoje, o Presidente Lula preparou uma carta que foi lida pela Senadora Gleisi Hoffmann, falando dessas injustiças, das manobras do Poder Judiciário para que o caso dele não seja pautado. Como é que a Presidente do Supremo Tribunal Federal diz: "Eu não vou pautar." Não vai pautar sabe por quê? Porque é Lula. E quer chegar à eleição sem pautar a ADC, porque, em tese, já há uma maioria contra, nessa ação declaratória de constitucionalidade, e ela simplesmente diz que não vai pautar. Aí o Ministro Fachin faz manobra, tira da Segunda Turma, joga para o Plenário – faz todo tipo de manobra. É escandaloso! E o Lula resiste; resiste porque o povo está percebendo que tudo isso tem uma motivação apenas: impedi-lo de ser candidato a Presidente da República, já que se sabe que, se ele for candidato, ele ganha. E, ganhando, ele volta a fazer pelo povo. Vai ter que ter dinheiro, sim, do Orçamento para os pobres, para voltarem a abrir as farmácias populares que eles fecharam. O Lula sabe colocar este País para crescer, pessoal, porque não é preciso muito.

Lembram-se da crise em 2008? Ele olhou para o povo com a liderança que ele tinha e disse: "Vamos consumir. Isso vai ser uma marolinha." E foi. O que não dá é para crescer com essa política econômica do Temer, do Meirelles. Não há jeito. Num momento de estagnação econômica, tem que se fazer o que Lula fez. E ele fez o quê? Ele aumentou investimento, aumentou investimento social em 10% no meio da crise, porque ele sabia que o dinheiro que vai para a mão do mais pobre, o dinheiro que vai para a mão do trabalhador vai para a economia, porque esse dinheiro movimenta o comércio, movimenta as empresas.

Este foi o grande segredo do Lula: melhorar para todo mundo, porque cuidou do pobre, porque cuidou do trabalhador, e não como agora, esse tipo de coisa. A economia não reage porque as pessoas estão sem dinheiro. Não tem jeito. Eles ficavam dizendo: "Ah, os empresários estavam sem confiança." Não é. O empresário investe quando existe gente para comprar, e hoje as pessoas estão desempregadas e estão tendo redução de salário e de renda. Os 5% mais pobres do País tiveram uma queda na renda de 38%. É um massacre social que está acontecendo, um massacre social, volto a dizer, que penaliza os trabalhadores.

Eu, quando ando na Baixada Fluminense, as pessoas sempre me dizem que, quando o Lula era Presidente, eles tinham dinheiro para fazer um churrasquinho, para tomar uma cerveja, para juntar os familiares, e agora não; não têm dinheiro para nada.

O que eu quero aqui, Sr. Presidente, e encerro, é reafirmar a candidatura do Lula. Nós vamos registrar o Lula nosso candidato no dia 15 de agosto, e eles vão começar uma batalha para impedir. Agora eu digo aos senhores e senhoras: nenhum brasileiro na situação do Lula foi impedido de disputar eleição, porque há um artigo na Lei da Ficha Limpa, art. 26-C, que diz o seguinte: enquanto houver recurso em instâncias superiores, os direitos políticos estão preservados.



Só que eles estão tratando o Lula de forma diferente. É um direito, uma justiça para o Lula completamente diferente. Por quê? Por causa desses interesses econômicos que eles estão querendo sustentar neste País e porque eles têm essa certeza de que o Lula, se conseguir ser candidato – e nós vamos lutar até o fim –, vai ser eleito Presidente da República. Vai ser eleito, porque esse pessoal que está aí, essa turma do Temer, esses candidatos que estão aí não têm um projeto para apresentar ao País que faça essa economia crescer, melhorando a vida do povo mais pobre. Não têm; quem tem é Lula.

E é por isso, Sr. Presidente, que eu agradeço o tempo que V. Ex^a me concedeu, mas quero dizer aqui que nós vamos resistir. Eu chamo a atenção dos Senadores: essa proposta de lei de diretrizes orçamentárias que zera aumento de funcionalismo não pode ser aceita. Eu lembro que Fernando Henrique Cardoso ficou oito anos e foi zero de aumento. Eu achei engraçado que havia muito funcionário público que criticava o Lula, criticava... Estão vendo agora o que é: zero de aumento. Estão dizendo que nem vão repor inflação. Nem auxílio-alimentação, vale alimentação do trabalhador. Auxílio-moradia não, esse devia acabar. Há juiz casado com juíza que recebe dois auxílios-moradia e tem casa própria. Mas é o vale alimentação do trabalhador, do servidor público. Quando eu estou falando de servidor público, estou falando principalmente do professor, dos profissionais de saúde, desse pessoal que trabalha no dia a dia e para quem eles querem dar aumento zero.

Eu espero que este Senado Federal aqui se levante dessa vez. Este Senado ficou acovardado muito tempo, votando tudo com Temer, votando tudo contra funcionário público, votando tudo contra o trabalhador. É hora de levantar a cabeça para impedir que esse absurdo contra o funcionalismo público do País passe. Eu espero sinceramente que a gente mude essa LDO.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, o Sr. João Alberto Souza, 2º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sr^a Simone Tebet.)

(Durante o discurso do Sr. Lindbergh Farias, a Sr^a Simone Tebet deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Dário Berger.)

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Eu é que agradeço a V. Ex^a.

O próximo orador inscrito é o Senador Rudson Leite, do PV, de Roraima.

Enquanto S. Ex^a se desloca à tribuna, esta Presidência lembra aos Srs. Congressistas que está convocada para hoje, às 19h, a continuação da 10ª Sessão Conjunta do Congresso Nacional, iniciada dia 26 de junho, destinada à deliberação dos Vetos nºs 14 e 19, de 2018, e das matérias orçamentárias.

Então, lembro os Srs. Congressistas de que a continuação da sessão conjunta do Congresso Nacional se dará hoje, às 19h, para apreciação dos Vetos 14 e 19, de 2018, e das matérias orçamentárias.

V. Ex^a tem a palavra.

O SR. RUDSON LEITE (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PV - RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, na sexta-feira do dia 22 de junho próximo passado, a administração da Petrobras



confirmou, a despeito das críticas que vinha recebendo, a decisão de fechar duas fábricas destinadas à produção de fertilizantes.

As duas unidades produtivas que serão fechadas localizam-se na Região Nordeste. Uma delas é a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados estabelecida na Bahia, no Polo Petroquímico de Camaçari, e a outra é a Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados de Sergipe, instalada no Município de Laranjeiras.

O fechamento dessas fábricas, Sr. Presidente, é mais um triste evento na sequência de decisões equivocadas que vêm sendo tomadas desde 2016 pela administração da Petrobras.

Senadoras e Senadores, a retirada integral da Petrobras da atividade de produção de fertilizantes é mais uma das medidas de apequenamento da nossa maior estatal anunciadas no Plano de Negócios e Gestão da empresa para o período de 2017 a 2021.

A saída da Petrobras do setor de fertilizantes integra – ao lado do encerramento da produção de biocombustíveis, do fim da distribuição do gás liquefeito de Petróleo e do término das participações em petroquímica – um conjunto de medidas que tem por objetivo, nos termos empregados pela direção da empresa, abro aspas, "gerir o portfólio com foco em rentabilidade e geração de caixa no curto prazo, visando à desalavancagem", fecho aspas.

Esse foco no curto prazo, essa obsessão dinheirista, essa perseguição míope de metas corporativas de inspiração privatista levará a Petrobras à ruína.

Ora, a Petrobras não é, como já foi dito, uma padaria. Ela é muito mais do que isso: a Petrobras é, talvez, o principal instrumento de construção de autonomia, de manutenção da soberania e do desenvolvimento econômico de todos nós, brasileiras e brasileiros.

Em consequência de sua importância para essas dimensões estratégicas do projeto histórico nacional, a Petrobras não é uma empresa que se deve gerir visando exclusivamente ao lucro.

Para além dos resultados financeiros, a Petrobras é fundamental para o equilíbrio e para a independência dos setores da economia nos quais ela atua, bem como para bancar o desenvolvimento desses setores com investimentos públicos. Investimentos esses, Sr^{as} e Srs. Senadores, que a iniciativa privada não suportaria sem repassar os custos para a frente, onerando o mercado consumidor sempre.

No setor de fertilizantes, Sr. Presidente, isso fica especialmente evidente. Juntas, as fábricas de fertilizantes da Bahia e de Sergipe produzem, a cada ano, 1,1 milhão de toneladas de ureia, que é a principal fonte de nitrogênio para a agricultura brasileira. Em 2021, conforme dados da Associação Internacional de Fertilizantes, o Brasil consumirá 8 milhões de toneladas de ureia.

Fica a questão: diante dessa estimativa de aumento de demanda, é prudente adotarmos uma estratégia de dependência total de importações?

A ureia pecuária, Sr. Presidente, é um suplemento alimentar absolutamente indispensável na alimentação dos ruminantes. Os riscos decorrentes de um eventual desabastecimento desse produto para o agronegócio brasileiro são enormes, pois mais de 170 milhões de reses bovinas dependem do seu fornecimento. Sem salvaguardas de preço, sem controle de qualidade e sem garantia da quantidade de fornecimento da ureia, a pecuária nacional ficará em um inaceitável estado de vulnerabilidade, à mercê dos humores dos mercados e de decisões estratégicas externas, sobre as quais não temos nenhuma influência.

Lá na frente, isso poderá acarretar aumento dos custos dos pecuaristas e, conseqüentemente, dos preços da carne e do leite. Isso sem falar das implicações sociais, do desemprego, da realocação



dos milhares de trabalhadores, diretos e indiretos, que terão suas vidas transtornadas por essa estratégia suicida da Petrobras de fechar suas unidades produtoras de fertilizantes.

Junto-me, portanto, Sr. Presidente, a todas as Senadoras, a todos os Senadores, a todos os Parlamentares que manifestaram e que venham a manifestar repúdio à insensibilidade estratégica, ao desacerto, ao perigo que representa o fechamento das unidades da Fábrica de Fertilizantes Nitrogenados da Petrobras.

Era isso, Sr. Presidente, o que tinha a dizer, e mesmo sendo de um Estado distante da Bahia e de Sergipe, eu me sinto, todos os Estados se sentem alcançados por essa medida, porque todos os Estados estão produzindo, produzem alimentos, criam gado, e essas atividades dependem diretamente desses fertilizantes.

Era o que eu tinha a dizer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Eu que agradeço a V. Ex^a e o cumprimento pelo pronunciamento.

E passo a palavra agora, a seguir, ao Senador Rodrigues Palma, do PR, do Mato Grosso.

O SR. RODRIGUES PALMA (Bloco Moderador/PR - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, cidadãos que nos acompanham pela TV, rádio e pela internet.

Sr. Presidente, os assuntos aqui tratados são dos mais variados. Hoje, por exemplo, nós escutamos vários pronunciamentos sobre diversos assuntos. Mas existe um assunto que quero tratar no dia de hoje que nunca deixa de ser discutido, mas que infelizmente não avança no Congresso Nacional.

Segundo o *ranking* do Banco Mundial, o Brasil ocupava em 2017 a 184^a posição entre 190 países no quesito pagamento de impostos.

Temos mais de 80 tipos de impostos, taxas e contribuições, que podem ser federais, estaduais e municipais.

São tributados no Brasil o consumo, a renda, a propriedade e a folha de pagamentos em um sistema complexo que tira a competitividade do Brasil e sufoca os brasileiros.

Há 30 anos, quando eu era Deputado Federal, a reforma tributária já era discutida. Propus, naquela época, um projeto de lei para isentar o salário no Brasil. Salário é uma contrapartida pelo serviço prestado pelo trabalhador e não pode ser considerado como renda. Infelizmente, a proposta não foi aceita.

Não podemos mais virar as costas para essa questão, que já mostrou que não será resolvida por si mesma. Urge uma reforma séria, que simplifique o modelo vigente e adeque a carga tributária à realidade nacional. Precisamos repensar o nosso modelo tributário, levando em consideração o impacto da tecnologia na economia, as vocações brasileiras, o contexto internacional, para que o País volte a crescer.

Estudo do Banco Mundial mostra que os tributos indiretos representam cerca de 55% da receita brasileira, gerando um efeito cascata sobre itens essenciais como alimentação, medicamentos, vestuário e transporte.

O impacto desse efeito cascata recai principalmente sobre os mais pobres, que gastam 32% de tudo que ganham em tributos.

Imagine, Sr. Presidente, um pai de família, que ganha salário mínimo e tem um terço dos seus rendimentos consumidos por impostos.



É preciso repensar a nossa tributação a fim de propiciar justiça social, com a tributação direta e progressiva sobre as grandes fortunas, sobre heranças, sobre a renda e sobre a propriedade.

Só para exemplificar, o Brasil cobra 8% de impostos sobre heranças, enquanto a média dos países europeus é de 15%. Os Estados Unidos cobram cerca de 40% e o Japão 50% de impostos sobre a herança.

Outro ponto urgente é a revisão das renúncias fiscais, que em 2015 somaram R\$282 bilhões. Isso é uma quantia maior do que todos os investimentos em educação, saúde, assistência social, transporte e ciência e tecnologia feitos em 2014.

Precisamos ajustar a balança de forma que aqueles que ganham mais paguem mais impostos e ajudem a sustentar o financiamento de políticas sociais, estimulando o mercado interno e rompendo com o ciclo de desigualdades perpetuado no nosso País.

O Estado brasileiro tem uma estrutura inchada que precisa ser reduzida, com racionalidade econômica para permitir a retomada do crescimento e a geração de empregos. Isso inclui os Três Poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário. São estruturas enormes e caras, pagas pelo contribuinte brasileiro.

Precisamos olhar para nós mesmos e reduzir gastos, cortar privilégios, otimizar o trabalho, reduzir a burocracia. Austeridade, Sr. Presidente, é a palavra necessária para recuperarmos a confiança.

O povo brasileiro é trabalhador e esforçado, criativo e empreendedor. Irá crescer a partir do momento que tiver um ambiente favorável para isso.

Diversas experiências no mundo adotaram o modelo de um imposto único sobre o valor agregado, para evitar o efeito cumulativo e simplificar a cobrança de impostos. O desafio do Brasil é aprender aquilo que deu certo e adequar ao nosso modelo federativo.

Aí, ao falar em modelo federativo, entramos em outra discussão antiga: a reforma do pacto federativo. Os Estados e Municípios brasileiros precisam de autonomia, e uma reforma tributária precisa ter como objetivo o desenvolvimento regional; minimizar as desigualdades, acabar com as guerras fiscais e propiciar a todos os brasileiros oportunidades de uma vida digna.

Não quero dizer, Sr. Presidente, que é uma missão fácil.

Minha fala é no sentido de convocar todos os colegas Parlamentares para este desafio tão grande e tão urgente para o Brasil. É responsabilidade de nós, Congressistas, criar uma legislação tributária propícia para a grandeza do Brasil, convocando a sociedade e as instituições para a discussão.

Recebemos no mês passado a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal e a Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital para discutir a proposta da Reforma Tributária Solidária.

É necessário aprofundarmos os debates, envolvermos outros agentes, apresentar e votar rapidamente uma proposta que modernize a carga tributária brasileira ao mesmo tempo que preserve o Estado social previsto na Constituição cidadã de 1988.

O momento é propício, as eleições se aproximam, e podemos eleger um presidente alinhado a este projeto de futuro.

Com uma carga tributária mais equilibrada sobre todos, simplificada e com um Estado menor, todos sairão ganhando. Deixaremos de vez a recessão, rumo a um País mais justo.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.



Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Cumprimento V. Ex^a pelo pronunciamento.

Em seguida, ofereço a palavra ao Senador Reguffe, do Distrito Federal.

V. Ex^a tem a palavra.

Em seguida falará a Senadora Gleisi Hoffmann.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, acho que é melhor fechar a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar), porque o que a ANS está fazendo é uma verdadeira barbaridade.

Enquanto o IPCA no ano passado foi de 2,95%, a ANS (Agência Nacional de Saúde Suplementar) autorizou um aumento nos planos de saúde de 10%, sem contar que no ano passado já teve um aumento de 13,55%.

O Idec, (Instituto de Defesa do Consumidor) entrou na Justiça e, de acordo com o IPCA da saúde, que é maior do que o IPCA oficial, pediu que fosse implementado o reajuste medido pelo IPCA na área de saúde, que foi de 5,72%.

O juiz deu uma liminar autorizando que fosse de 5,72%. O que fez a Agência Nacional de Saúde Suplementar, cuja diretoria, cujos conselheiros são pagos com o dinheiro do contribuinte? É uma instituição que é paga com o dinheiro do contribuinte. O que fez? Entrou na Justiça para derrubar a liminar do juiz e derrubou a liminar do juiz, que tinha dado um reajuste de 5,72%, voltando o reajuste de 10%.

A ANS ela apenas serve hoje a interesses comerciais. E eu não estou falando isso como um discurso político, não. Eu estou mostrando os fatos. A ANS entrou na Justiça para derrubar uma liminar do juiz, de uma ação do Idec (Instituto de Defesa do Consumidor) que já tinha colocado um aumento equilibrado – sequer era o IPCA do ano passado, que foi de 2,95%. Tinha colocado o IPCA sobre saúde, que era de 5,72%. A ANS derruba isso e coloca um aumento de 10%!

O que dizer dessa ANS? É melhor fechar a ANS! Ela atende apenas a interesses comerciais. Não dá para aceitar uma coisa dessas.

E agora, como se não bastasse isso, como se dissesse que isso é pouco, a ANS agora solta a Resolução nº 433, que permite simplesmente que possa ser cobrado do consumidor 40% do atendimento. Aí a ANS, que é boazinha, chega e fala assim: "não, mas vai ser limitado a 100% a mais na mensalidade para o plano individual e a 150% a mais para o plano coletivo e empresarial. E vai ter uma redução no preço da mensalidade de 20% a 30%." Ora, esses 20% a 30% vão sair muito mais caro depois, porque se vai pagar 100% a mais depois...

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – V. Ex^a me permite um aparte, Senador?

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Eu já permito, Senadora Gleisi.

Eu queria saber para que serve a ANS?

Nós tínhamos que defender aqui a extinção dessa agência então, porque se ela vive de defender interesse comercial, para quê? Não tenho como concordar com isso. O meu papel nesta Casa aqui, a minha responsabilidade é defender o contribuinte, é defender o cidadão, é defender o consumidor. Eu tenho um lado. Meu lado é esse.

Não dá para concordar com uma coisa dessa. Vou votar aqui favorável a esse Projeto de Decreto Legislativo para sustar essa medida da ANS. Essa medida não é correta. E quero dizer aos Srs. Senadores...



(Soa a campanha.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Eu pediria ao Presidente que me desse mais um tempo. Eu agradeceria.

Eu pediria aos Srs. Senadores que tivessem muita atenção na hora de votar, porque esses diretores da ANS passam por este Plenário. São sabatinados e passam por este Plenário. E o que eles estão fazendo é defender interesses comerciais. Ainda bem que eu votei contra essas indicações. Agora, não dá para aceitar isso.

Concedo um aparte à Senadora Gleisi.

A Sr^a Gleisi Hoffmann (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Obrigada, Senador Reguffe. Eu queria parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento, dizer que de fato é uma vergonha isso. Para que serve a ANS? Se é para ser contra o contribuinte, se não é para regular um serviço e ajudar a população, não deveria existir. Fica mais um fardo. Eu também, como V. Ex^a, votei contra todos os diretores da ANS que foram indicados, agora, por esse Governo. Essa questão de os planos de saúde poderem cobrar algo extra? Você vai fazer um exame de R\$1 mil, e o plano vai poder cobrar até 40% de você, ou seja, R\$400? E isso está limitado à anualidade? Então, quer dizer, se a minha anualidade é R\$8 mil, posso ser cobrada pelo plano de saúde até R\$8 mil a mais. Aumentam em 10%, sendo que a inflação neste ano não está chegando a 3%. É uma vergonha, Senador Reguffe, o que nós estamos vivendo na inversão das coisas. E a saúde pública sendo desmontada. Estamos com o SUS sendo sucateado, estão fechando agora Unidades Básicas de Saúde, retirando médico de família, já vários profissionais do Mais Médicos foram. Fico perguntando como a população vai se virar para se socorrer na questão da saúde. Então, queria parabenizar V. Ex^a, dizer que apoio a iniciativa de V. Ex^a. V. Ex^a vai apresentar projeto de resolução. Também apresentaram projeto de resolução neste sentido de sustar – o Senador Humberto Costa e o Senador Lindbergh Farias. Nossa Bancada está coesa nisso: nós vamos votar para sustar. Acho que o Congresso Nacional, o Senado da República tem que mostrar a força que tem. Tem que mostrar a que viemos, por que somos Senadores. E uma grande oportunidade é exatamente esta: aprovarmos um projeto de decreto legislativo que suste essa resolução da ANS.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senadora Gleisi.

Quero dizer que não sou contra que se crie um mercado de coparticipação, em que a pessoa contribua com uma parte. Mas não com 40%, não dobrando-se a mensalidade, porque essa é uma forma de dobrar a mensalidade de forma indireta. Ninguém está vendo. "Ah, mas se ocorrer vai dobrar". Vai dobrar sempre. Então, é uma vergonha isso, uma entidade que é paga com dinheiro do contribuinte estar fazendo isso.

Infelizmente, tenho que dizer que esses diretores foram aprovados por este Plenário.

Senador José Medeiros.

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Muito obrigado, Senador Reguffe. Queria parabenizá-lo pelo pronunciamento. Nós precisamos, realmente, falar sobre as agências reguladoras, Senador Reguffe. Neste ano não dá mais tempo, mas, se o bom povo de Mato Grosso me permitir voltar no ano que vem, quero propor a CPI das agências reguladoras; se não, quero deixar já a sugestão para que V. Ex^a proponha, Senador Reguffe, porque não é só a ANS. Se V. Ex^a verificar bem, nós aprovamos aqui, inclusive, um projeto. Eu tinha feito um requerimento para sustar aquele aumento da questão das bagagens, e o Senador Humberto Costa também fez. Nós votamos o requerimento dele. Foi para a Câmara, está parado



lá. Mas qual era a desculpa? "Nós vamos autorizar a cobrança de bagagem, mas o preço das passagens vai diminuir". Não diminuíram.

(Soa a campainha.)

O Sr. José Medeiros (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – Não diminuíram o preço. E, se V. Ex^a começar a passar uma lupa em cada agência, vai chegar à mesma conclusão a que chegou sobre a ANS. O contribuinte brasileiro não está sendo representado. Eu lhe dou um exemplo. Eu entrei com um projeto aqui sobre a questão do açúcar, do excesso de açúcar, porque a Organização Mundial de Saúde já deixou claro que um dos principais fatores de doenças é o excesso de consumo de açúcar. E eu propus que, nos rótulos, viesse informada melhor essa questão do açúcar, do excesso do consumo de açúcar. Pasmem! O órgão que veio contra esse meu projeto e ajudou a afundá-lo lá na comissão foi a Anvisa, dizendo que isso aí poderia implicar prejuízo para os brasileiros nas relações com o Mercosul. Tem cabimento, Senador Reguffe, a Anvisa se meter? O que a Anvisa tem a ver com o Mercosul, com rotulagem e tal? Eu vi uma reportagem recentemente dizendo que talvez a Anvisa vá começar a propor alguma medida nesse sentido. Não vai! A gente sabe que não vai. Então, eu queria parabenizá-lo porque V. Ex^a traz à tona um problema que não se refere só a uma agência; refere-se a todas. Há algum problema nesse modelo e eu vejo que a gente precisa falar mais sobre essas agências – não sei se acabar com elas ou se melhorá-las –, de forma que quem ficar à frente desses cargos possa representar realmente os interesses da população e não os de quem eles deveriam investigar, porque hoje, na sua grande maioria, a população não se sente representada por essas agências.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Muito obrigado, Senador Medeiros. V. Ex^a pode contar com a minha assinatura nesse requerimento. Eu considero que o que as agências reguladoras estão fazendo não é regular os serviços públicos; é infelizmente priorizar e defender interesses privados/comerciais de agentes privados nesses serviços. Isso, para mim, é absolutamente inaceitável.

Eu acho que nós temos obrigação aqui, como representantes da sociedade, porque é apenas isso que nós somos, de defender essa sociedade. E o que as agências reguladoras, nesse caso específico, o que a Agência Nacional de Saúde Suplementar – que, volto a dizer, é paga com o dinheiro do contribuinte; os salários ali são pagos pelos contribuintes brasileiros – está fazendo neste momento, defendendo os interesses das operadoras de planos de saúde, é absolutamente inaceitável.

Então, espero que o Senado Federal revogue essa resolução. Espero que os Senadores tenham muito mais cuidado na hora de aprovar nomes de diretores para essas agências reguladoras e espero, Sr. Presidente, que esta Casa aqui vote pensando no consumidor e não vote também esta Casa pensando em agradar interesses comerciais.

É isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Dário Berger. Bloco Maioria/MDB - SC) – Cumprimento o Senador Reguffe, mais uma vez, pelo pronunciamento.

Agora ofereço a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann, do PT, do Paraná.

V. Ex^a tem a palavra.

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as}



Senadoras, quem nos ouve na Rádio Senado, nos assiste pela TV Senado e nos acompanha pelas redes sociais, eu vim agora de um evento que considero muito importante para a política brasileira, para a nossa democracia e para os compromissos com o desenvolvimento do País e com os direitos do povo: o lançamento de uma frente parlamentar, de um manifesto, melhor dizendo, por uma frente parlamentar compromissada com a reconstrução e o desenvolvimento do Brasil. E por que isso é importante? Pelo peso que o Parlamento brasileiro, o Congresso Nacional, este Senado da República, os Deputados Federais têm em relação às políticas que estão sendo desenvolvidas no Brasil.

Nós vamos nos aproximando das eleições presidenciais, e ganha muito espaço a discussão dos programas de governo. E os candidatos à Presidência costumam apresentar programas mais ousados, programas para mudar radicalmente as coisas que estão colocadas, para mudar a vida das pessoas. Ocorre que Presidente não pode tudo. Muitas das propostas apresentadas por candidatos à Presidência necessitam passar pelo Parlamento brasileiro, necessitam fazer mudanças de lei, mudanças da Constituição. Portanto, elas não são autoaplicáveis. Muitas vezes, quando essas propostas vêm para esta Casa, elas não encontram apoio, mesmo tendo sido aprovadas na urna, na eleição presidencial. Por que não encontra apoio? Porque, na realidade, nós não damos o mesmo espaço, a mesma importância para a eleição de Parlamentares, Deputados e Senadores, que fazem as leis, que modificam as leis. E, muitas vezes, o que nós temos na construção de legislação por parte do Congresso Nacional é contrário aos interesses públicos.

Vamos pegar o que nós estamos vivendo hoje no Brasil. O que gerou esse resultado? O que gerou esse resultado, que é muito ruim para o povo brasileiro – essa bagunça na economia, na política, nas instituições, o Brasil quebrado, o povo sofrendo e infeliz? Onde começou isso? Lá com o chamado *impeachment* da Dilma, que nós dissemos aqui que era golpe. Iam tirar a Presidente sem crime de responsabilidade. E, a partir de lá, rasgando-se a Constituição, nós íamos desestabilizar o País. Pois bem. Onde foi aprovado o *impeachment* da Dilma, o golpe? Aqui na Câmara dos Deputados – muitos se lembram daquela sessão horrorosa em que os Deputados votavam por tudo, menos pela democracia do País e pelos direitos do povo, para retirar a Dilma, uma sessão que ficou vexatória, uma sessão que manchou a imagem do Congresso Nacional – e depois aqui por este Senado. E nós avisávamos: vocês vão fazer isso, vão se arrepender, haverá instabilidade no País, que é o que está acontecendo. Mas foi este Congresso que fez.

Vamos ver outra barbaridade que o Congresso ajudou a fazer, porque o Presidente não faria sozinho: a Emenda Constitucional 95, que congelou todos os gastos e investimentos por 20 anos. Se nós estamos hoje tendo problemas na educação, na saúde, na assistência social, vem de onde? Exatamente dessa emenda constitucional. Nós não estamos permitindo que o Estado brasileiro gaste com quem mais precisa. Uma emenda que privilegiou quem? O sistema financeiro, os bancos. Pagar o serviço da dívida – isto mesmo: pagar o serviço da dívida – em detrimento dos investimentos e em detrimento dos recursos para as áreas sociais. Quem fez essa barbaridade? O Congresso Nacional, os Deputados e Senadores, a maioria desta Casa.

Aliás, às vezes, eu vejo Senador vir aqui falar contra determinadas situações do Governo Temer – que tem que liberar dinheiro para isso, liberar dinheiro para aquilo –, eu fico olhando para a carinha e digo: mas ele votou na Emenda Constitucional 95. Nós avisamos a ele. Avisamos a ele que, se votasse nessa emenda, o recurso ficaria congelado. Então por que ele está vindo aqui? É para fazer proselitismo, enganar o eleitor, enganar o povo? É isso que acontece.



A reforma trabalhista, senhores. Em um ano, o que nós tivemos com a reforma trabalhista? Mais desemprego e menos direitos, exatamente o contrário do que prometiam. Vocês lembram o que prometiam? Faz a reforma trabalhista que nós vamos ter emprego, flexibilização no mercado de trabalho, nós vamos melhorar as condições, vai ser melhor para o trabalhador. Para quem vai ser melhor, cara-pálida? Para o trabalhador não foi.

A maioria dos empregos gerados hoje são precários, não têm os direitos mínimos, as pessoas estão ganhando menos. Isso sem contar o desemprego, que está na casa de 13 milhões de pessoas. Um ano depois da reforma trabalhista, o que aconteceu? O trabalhador se ferrou, está com menos direito e com menos emprego. Quem patrocinou a reforma trabalhista? O Congresso Nacional. Esta Casa aqui votou, a Câmara dos Deputados votou também. Então, essas pessoas colocadas pelo povo votaram contra o povo.

Há também a reforma da previdência, que só não foi pior porque houve mobilização popular. Era tão grande a ação contrária ao interesse popular que houve mobilização, não deixaram isso vicejar na Câmara.

Aqui também passou o desmonte da Petrobras, da indústria de petróleo e gás, de conteúdo nacional. Também acabaram com os empregos.

Na Câmara, na semana passada, passou uma vergonha de uma proposta: a entrega das reservas da Petrobras, do pré-sal, às petrolíferas privadas. Que vergonha é essa, gente? A Petrobras tinha uma reserva que ela poderia utilizar, dada pela União, para que pudesse ter investimentos, fazer caixa. Entregaram para fazer a concessão para as grandes petroleiras. Quem fez isso? A Câmara dos Deputados.

Então, lançar uma frente dessas é fundamental para dizermos à população: gente, olhem, vocês vão escolher o Presidente, mas escolham o Senador, escolham o Deputado Federal, porque, se você não se cuidar, vai pôr gente lá que vota contra você; que vai lá no teu Município, diz que está dando uma emendinha para melhorar a estrada rural – muito legal, todo mundo aplaude, "o Deputado e o Senador deram uma emenda aqui" –, e aí o cara vem para cá, apoiado pelo pessoal do Município por conta da estrada, votar contra eles, votar contra o povo. Nós temos que ficar de olho aberto. Por isso, essa frente, esse manifesto para uma frente parlamentar é muito importante, inclusive para que barremos os retrocessos que estão sendo colocados na pauta legislativa e para que possamos, a partir do ano que vem, retomar a pauta em favor do povo, em favor daqueles que mais precisam do Estado brasileiro.

Quero também deixar registrado aqui, Sr. Presidente, que hoje, na reunião executiva da direção do Partido dos Trabalhadores, recebemos uma carta do Presidente Lula, a qual lemos publicamente, uma carta, eu diria, quase uma carta desabafo, uma carta em defesa da democracia. E eu quero ler três trechos, que eu acho muito importantes. Três trechos foram escritos por esse homem, o maior líder político popular da história do Brasil, que está preso há quase 90 dias, de forma injusta, sem provas, sem crime tipificado, quando nós temos diversos outros que cometeram crimes mais bárbaros que já foram soltos pelo sistema Judiciário ou que nunca foram presos. E três trechos dizem o seguinte, no primeiro deles, diz o Presidente:

Tudo isso me leva a crer que já não há razões para acreditar que terei Justiça, pois o que vejo agora, no comportamento público de alguns ministros da Suprema Corte, é a mera reprodução do que se passou na primeira e na segunda instâncias.

[...]



É dramática e cruel a dúvida entre continuar acreditando que possa haver Justiça e a recusa de participar de uma farsa.

[...]

Não cometi nenhum crime. Repito: não cometi nenhum crime. Por isso, até que apresentem...

(Soa a campanha.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – ... pelo menos uma prova material que macule minha inocência, sou candidato a Presidente da República. Desafio meus acusadores a apresentar esta prova até o dia 15 de agosto deste ano, quando minha candidatura será registrada na Justiça Eleitoral.

E será registrada mesmo. Iremos com Lula, porque o povo está com Lula. Mais de 30% das pessoas querem votar no Presidente Lula pelo o que ele significou neste País. E repito desta tribuna: a prisão de Lula é injusta, a prisão de Lula não encontra base jurídica, a prisão de Lula terá de ser explicada à luz da história para o cenário nacional e internacional.

E quero pedir, Sr. Presidente, para registrar, na íntegra, nos *Anais* desta Casa a carta de Lula em defesa da democracia.

E, para terminar, Sr. Presidente, só quero registrar aqui, porque acho importante, a eleição de López Obrador no México.

(Interrupção do som.)

A SR^a GLEISI HOFFMANN (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PR) – Ventos progressistas voltam a soprar na América Latina. Dão-nos esperança, confiança de que temos um caminho a seguir e podemos retomar uma América Latina voltada aos interesses do povo e dos trabalhadores e não só do sistema financeiro e das suas elites, que tantas riquezas tiraram deste povo.

Muito obrigada.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELA SR^a SENADORA GLEISI HOFFMANN

(Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.) (Vide item 2.1.4 do Sumário)

Matéria referida:

– Carta em defesa da democracia.

(Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. Dário Berger deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Medeiros.)

(Durante o discurso da Sr^a Gleisi Hoffmann, o Sr. José Medeiros deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Antonio Carlos Valadares, 3º Secretário.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador José Medeiros, tem a palavra V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Quero aproveitar para cumprimentar todos os que nos assistem e também ressaltar aqui, Sr. Presidente, que tem que tirar o chapéu, viu? Há muita gente que diz que nesta Copa o Neymar merecia ganhar um Oscar, porque estaria simulando falta. Eu diria que a oradora que me antecedeu deveria receber um Oscar também, porque, como consegue, nenhum roteirista de



Hollywood conseguiria fazer um roteiro de uma realidade alternativa tão perfeito como ela fez aqui.

Primeiro, Sr. Presidente, o País não estava às mil maravilhas e, de repente, os Congressistas se reuniram e começaram a implantar o caos. Não é verdade. Havia 13 milhões de desempregados, fizeram renúncia fiscal de quase 300 bilhões.

A Presidente realmente tinha causado um caos, tinha perdido seus principais pilares, apoio político; a questão econômica tinha ido para o ralo, e ela tinha perdido também todas as condições com o povo, o apoio popular. Quando se perdem esses três pilares, até monarquia cai, qualquer governo cai. Então, não venham imputar ao Congresso brasileiro; a Presidente caiu, e até o PT sabia que era insustentável a situação dela.

Em segundo lugar, dizer: "Ah, vamos aprovar a reforma trabalhista e vai surgir emprego do nada." Não. Todo mundo sabe que emprego surge a partir do momento em que começa a se gerar riqueza, começam as empresas a volta a funcionar, a economia começa a funcionar. O que se fez aqui foi descriminalizar a CLT, que estava virando um código penal. A CLT brasileira estava criando conflito onde não era para haver conflito; entre patrões e empregados.

Teto de gastos. Teto de gastos, Senador Chaves: V. Ex^a é um empresário, e se V. Ex^a não tiver um orçamento e não tiver um teto de gastos, a sua empresa quebra em dois tempos. Toda casa, do mais pobre ao mais rico, precisa ter uma previsão de gastos. Mas, infelizmente, a Bancada que passou, que ficou 13 anos, que fala tanto dessas elites, que fala tanto em desenvolvimento, infelizmente, não quis, não viabilizou o País. Pelo contrário, o País estava quebrado, com 13 milhões de desempregados, e eu pergunto o que fizeram, o que foi que aconteceu para de repente o Brasil chegar a esse ponto. A Senadora que me antecedeu disse: "O que fez o Brasil entrar nessa crise? O golpe que deram na Presidente Dilma." Conversa fiada. Todo mundo sabe que não. O País estava para as calendas. Na verdade, o que nós temos é uma recuperação de lá para cá, a inflação era de dois dígitos, e a inflação caiu. Nós temos números.

Mas a realidade alternativa é que eu digo que aí merece o Oscar. E o Senado devia ter algum prêmio para isso, porque a realidade que se cria é outra totalmente diferente. E eu achei interessante a carta que veio de Curitiba. A carta diz o seguinte: parece que a Corte Suprema vai confirmar o que as outras instâncias já confirmaram. É óbvio que vai. Está muito na cara que vai. Por quê? Porque ali já haviam sido 16 juízes. Gente, não é possível que 16 juízes se reúnam em conspiração. Infelizmente, eu lamento muito, até porque nós estamos sem referências, sem lideranças, e eu sempre considerei – e considero – o Lula uma referência, uma das lideranças brasileiras. Agora, vamos separar as searas. Problema de polícia se resolve com polícia e judiciário, e problema político é na política. Mas, sabidamente, toda a bancada do atraso tem feito uma estratégia muito inteligente, tem politizado o processo. E isso não foi de graça.

Numa das gravações, o inteligente e comedido Senador Jorge Viana dizia: "Lula, vamos trazer para a seara política, vamos politizar esse processo." E ele estava certo, politicamente falando. Por quê? Porque aí você joga para a galera, e aí você cria a história que você quiser, porque, quando você traz para a seara política, fica o seu discurso contra o do juiz, e aí não importa, você pode apresentar prova, vídeo, o que for porque aí não vale. Mas vamos lá: reforma da previdência. Eu já mostrei inclusive aqui vídeo, áudio em que Lula dizia: "Quando a Lei Eloy Chaves foi feita, o brasileiro vivia de 30 a 40 anos; hoje, o brasileiro vive de 70 a 80 anos. Eu mesmo já estou chegando a 70", ele falava. Isso são palavras de Lula. Então, ele defendendo uma reforma da previdência. E eu digo: a Previdência não precisa ser reformada, não; ela tem que ser



feita de novo, porque hoje é uma transferência dos mais pobres para os mais ricos. Esse é o jeito da nossa Previdência hoje, mas isso é o que a bancada do atraso defende aqui.

Então, é bom a gente vir aqui fazer esse contraponto para repor, porque, senão, você começa a pensar que, com esse enredo, esse roteiro criado aqui pela Senadora, que nem Spielberg faria melhor, seria a realidade dos fatos, e não é.

Dito isso, Sr. Presidente, só colocando as coisas novamente no seu devido lugar, eu quero dizer que este Congresso – a Câmara e o Senado – vota de acordo com o momento, com as circunstâncias e com a convicção de cada Senador.

Essa história de eu vir aqui e criar uma lista, como a Senadora colocou aqui: "Vou fazer uma frente parlamentar para indicar o eleitor em quem que ele vai votar", olha, se a gente for fazer uma contrafrente parlamentar, então, seria o caos. Então, eu acho melhor deixar o eleitor decidir o voto dele tranquilamente porque não é porque eu não concordo com a Senadora Gleisi que eu vou falar para não votar nela no Paraná. Deixe o eleitor do Paraná votar nela. Agora, Senadora, se vocês criarem essa frente aqui e forem para Mato Grosso falar para não votar no Senador Medeiros, o que vai acontecer é que nós vamos simplesmente fazer o contraponto e falar também para não votar em vocês. Por quê? Porque vocês defendem o Maduro, defendem o Obrador, defende tudo o que é de atraso na América Latina. E aí nós vamos falar: "Olha, vai acontecer conosco o que está acontecendo na Venezuela."

Sr. Presidente, esses últimos dois minutos eu tiro para fazer um ressaltos agora sobre uma questão local, questão do Município de Guiratinga, no Mato Grosso.

Senador Antonio Carlos Valadares, V. Ex^a tem uma experiência muito grande e mora naquele Estado, que optou por não ser automóvel, optou para o ser jipe. Essa piadinha o senhor já deve ter ouvido um monte de vezes. Infame.

Mas o que acontece? Lá, em Mato Grosso, no Município de Guiratinga, foi descoberta uma grande jazida de manganês. Era para ter sido construído um linhão para que a empresa que extraía esse manganês, Senador Antonio Carlos Valadares, pudesse fazer uma indústria, um alto-forno em Guiratinga. Não aconteceu. O linhão não foi e, desde que eu cheguei no Senado, eu tenho cobrado, porque, nos últimos dez anos que se retira manganês de lá, entrou – pasme, Senador Antonio Carlos Valadares – menos de R\$500 mil nos cofres da Prefeitura de Guiratinga. E todos os dias sai um monte de carretas de lá com destino a Minas Gerais. O que acontece? A pauta do manganês lá é muito baixa; a empresa que tem lá vende para ela mesma e os guiratinguenses ficam a ver navios. Agora, recentemente, deparei-me ... E eu entrei com representação no Ministério Público e na Receita Estadual...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... para que o Município de Guiratinga – e já encerro, Sr. Presidente – tenha o seu quinhão.

Deparei-me ontem com a notícia de jornal: "Secretaria da Fazenda dobra pauta do manganês de Guiratinga." Eu vou dizer aqui, eu vou dizer uma coisa para vocês: Guiratinga tem um Senador da República. Para azar de vocês, eu morei na Taboca. A Taboca, para quem não conhece, é na zona rural da cidade de Guiratinga. Então, não vão dar o balão em Guiratinga, não. Não venham passar mel na boca de Guiratinga, porque eu vou fundo nessa questão. Guiratinga vai receber pelo manganês dela. Esses dias vieram dizer, "Medeiros, para com essa conversa do manganês de Guiratinga. O manganês de lá não vale nada." Se não vale nada, deixa lá. Por que é que se aboletam de tirar caminhões, carretas e carretas?



Só mais um minuto e já encerro, Sr. Presidente.

Por que é que tiram carretas e carretas e levam para Minas Gerais, se não vale nada? "Ah, vale a mesma coisa que brita." Então, fica com a sua brita, tira a brita lá em Minas Gerais. Por que é que vai buscar em Guiratinga? Há angu nesse caroço, e eu vou descobrir.

E dobrar a pauta do manganês de Guiratinga não vai resolver o problema de Guiratinga.

Então, eu vou fundo. Já pedi ao Ministério Público do Estado de Mato Grosso, ao Dr. Mauro Curvo. Já solicitei à Sefaz. E não me venham com essa conversa mole de dobrar pauta, porque a pauta que havia era quase nada. Nada e nada, zero de nada é nada.

Então, eu quero dizer para o bom povo de Guiratinga que vocês têm aqui um representante. Aliás, sou um representante do Estado de Mato Grosso, mas não seria um representante do Estado de Mato Grosso se não fosse também de Guiratinga. Então, quero dizer que eu vou fundo nessa questão do manganês, porque a riqueza de Guiratinga tem que ser retornada em benefício dos guiratinguenses.

E nós vamos continuar lutando...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT) – ... para que o linhão, para que vá energia para aí. Como é que antigamente diziam que iam construir um alto-forno aí e de repente vêm com essa história de que o manganês daí não presta? Então, nós vamos aí, primeiro vamos aferir se esse manganês não presta mesmo, como estão dizendo, porque de repente vieram dizer que o manganês é de baixa qualidade. Nós vamos para cima dessa questão.

E quero dizer que essa história de que a pauta dobrou não funciona nada. Se dobrou, significa que nos próximos dez anos, Guiratinga vai ganhar R\$1 milhão? Nos próximos dez anos? E o buraco que fica aí?

Então, quero mandar esse recado para os meus conterrâneos e dizer que Guiratinga merece mais. Estou aqui para ver isso. Aliás, durante todo esse período que passei aqui, foi vendo e cobrando essa questão do manganês. E agora, perto do final do mandato, vieram com essa história de que vai dobrar a pauta. Dobrar a pauta coisa nenhuma. Dobrar nada, porque a pauta hoje é uma mixaria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Antes de passar a palavra ao próximo orador inscrito, eu gostaria de registrar a presença, neste plenário, do Dr. Caio Marcelo, representando aqui o Consórcio Público do Agreste Central de Sergipe, e do Dr. Victor Borges, representando aqui a Rede Nacional de Consórcios. Essas duas autoridades estão percorrendo os gabinetes dos Senadores e a Comissão de Assuntos Econômicos, acompanhando o andamento do Projeto de Resolução – de minha autoria – nº 31, de 2017, que dispõe sobre a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos.

Trata-se de uma proposição da maior importância, porque se volta para o fortalecimento da ação municipal, principalmente dos pequenos Municípios, que precisam de gestão de hospitais, de construção de estradas ligando vários Municípios do consórcio, como também aterros sanitários.

Será, sem dúvida alguma, uma proposta que o Senado Federal – uma vez que está em regime de urgência – irá tomar uma decisão favorável, como tomou na Comissão de Assuntos



Econômicos, hoje pela manhã, tendo como Relatora a Senadora Kátia Abreu, substituindo a Senadora Maria do Carmo, que, por motivos superiores, não estava presente na reunião.

Por isso, quero parabenizar a luta dos consórcios nacionais e estaduais por esta grande conquista que estamos conseguindo aqui no âmbito do Senado Federal, pelo fortalecimento da ação de todos os Municípios brasileiros que se veem impedidos de tomar empréstimos, e o Ministério da Fazenda resiste. E estava precisando de uma ação legislativa, e estamos tomando essa iniciativa que, tenho certeza absoluta, vem ao amparo e ao interesse de todos aqueles que defendem o municipalismo brasileiro.

Dr. Caio Marcelo, Dr. Victor Borges, sintam-se à vontade no Senado Federal, que, certamente, dará aos senhores o maior apoio no andamento e na aprovação de matéria tão importante para o desenvolvimento nacional.

Concedo a palavra ao próximo orador inscrito – em permuta com o Senador Antonio Carlos Valadares –, Senador Pedro Chaves, do PRB.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco Moderador/PRB - MS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o nosso boa-tarde.

É com imenso pesar que ocupo esta tribuna para compartilhar o falecimento de meu amigo Edson Machado de Sousa, ocorrido no dia 20 de junho, do corrente ano, aqui em Brasília.

Edson morreu aos 78 anos, após uma vida dedicada à educação. Formado em Matemática, foi um intelectual brilhante e deixou um legado de conhecimentos após trabalhar em diversas instituições da capital, como o Ministério da Educação, a Secretaria da Educação Superior, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e foi Ministro do Ministério de Ciência e Tecnologia.

Natural de Ponta Grossa, no Paraná, formou-se em Matemática, mas fez sua carreira acadêmica como professor e pesquisador do tema educação e planejamento. Foi professor na Faculdade de Filosofia do Paraná, professor no Departamento de Economia da Universidade de Brasília e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no curso de Especialização em Planejamento de Educação.

Conheci Edson Machado no final da década de 1960, quando ele coordenava o Centro de Recursos Humanos do Ipea, onde eu também trabalhava como consultor. Logo nos tornamos muito amigos.

Quando fui cursar o Mestrado em Economia no programa Fipe, da USP, ele me ajudou muito. Inclusive recomendou ao Prof. Marcos Pereira Vieira que me concedesse uma bolsa de estudo porque minhas pesquisas atendiam às demandas teóricas do Ministério do Planejamento.

Terminei meu mestrado e voltei a Campo Grande para ajudar os meus irmãos a consolidar nosso projeto de ensino fundamental e médio na Escola Mace.

Sempre em contato com meu amigo Edson Machado, acompanhei suas conquistas e sua brilhante trajetória em cargos cada vez mais importantes e desafiadores, tanto no Brasil como no exterior.

Depois do Ipea, ele foi Diretor Nacional, no governo brasileiro, do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD), no Projeto de Planejamento de Recursos Humanos, concomitantemente foi Secretário Executivo do Centro Nacional de Recursos Humanos da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.



Foi convidado a dirigir o Departamento de Assuntos Universitários do Ministério da Educação (DAU); a Secretaria de Educação do Paraná; a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); e a Secretaria de Ensino Superior do MEC.

Ocupou o cargo de Secretário de Ciência e Tecnologia com prerrogativas de ministro, no governo do Presidente Fernando Collor, de 1991 a 1992, e foi Chefe de Gabinete do Ministro da Educação Paulo Renato, de 1995 a 2001.

Edson Machado também contribuiu com a iniciativa privada por meio do Instituto de Educação Superior de Brasília (Iesb), e como consultor na área de economia da Ergo – Consultoria Econômica e Estatística, importante empresa com sede no Rio de Janeiro.

Na segunda metade da década de 70, eu e meus irmãos decidimos construir um Centro de Ensino Superior em Campo Grande, o Cesup, com uma estrutura moderna e focada no desenvolvimento das forças produtivas do sul de Mato Grosso.

Como não tínhamos experiência com o ensino superior, procurei o meu amigo Edson Machado para me orientar. Ele foi receptivo, como sempre, e me indicou o caminho certo.

Mais tarde, em 1996, também decidimos construir a Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal (Uniderp). Mais uma vez, procuramos orientações do amigo Edson Machado, que se revelaram pontos importantes, fundamentais para o sucesso que alcançamos.

Após sua aposentadoria do serviço público, Edson foi Diretor-Adjunto do Iesb, que, desde sua criação, em 1998, já preparou mais de 30 mil profissionais e cidadãos em Brasília.

Edson deixa saudade, principalmente para os amigos e familiares. Ele deixa também um profundo vazio no campo da educação superior nacional. Sua importância para a educação brasileira será sentida por muitos e muitos anos. Seu legado no ensino superior é reconhecido por todos que acreditam na força transformadora da educação.

Que Deus o coloque em lugar de luz e de paz.

Eu e minha esposa, Reni Domingos dos Santos, enviamos nossas condolências à família enlutada e aos amigos, neste momento de saudade e de muita dor.

O Edson, na verdade, é um ícone da educação brasileira. Graças a ele, muitas mudanças foram feitas, e o ensino superior realmente encontrou o seu verdadeiro caminho.

Um abraço saudoso a toda a família, mais uma vez.

Obrigado pela oportunidade.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Valadares. Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Senador Jorge Viana, o próximo orador é V. Ex^ª.

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, caro colega, Senador Valadares, que preside esta sessão, queria cumprimentar os Senadores e Senadoras aqui na Casa através da rádio e TV Senado, cumprimentar os meus conterrâneos e dizer que neste ambiente de Copa do Mundo a gente segue, todos, vibrando pelo Brasil.

Hoje, daqui a pouco, quando o Presidente Eunício chegar – já falei com ele – eu pretendo vir à tribuna para falar sobre o fim de um processo, o único processo que havia contra mim, questionando minha conduta pública. E graças a Deus não tenho mais nenhum processo, nem mesmo que suspeitasse de alguma coisa na eleição de 2010.



Mas eu não quero tratar desse assunto agora. Eu estou vindo aqui para fazer um registro, Sr. Presidente, sobre os 108 anos de Brasileia.

Brasileia é um Município muito especial para mim, para a minha vida. É a terra da mãe do meu pai, meu pai já falecido, terra do meu pai e do meu irmão mais velho, ambos falecidos, Wildy e o Wildy Filho.

Brasileia hoje completa 108 anos e tem uma curiosidade – é bom que todos de Brasília e até daqui possam saber –: lá era a antiga Vila Brasília. Em 1943 ela passou a ser chamada Brasileia. E com isso, se liberou o nome para que Brasília pudesse ser a única cidade com esse nome, Senadora Ana Amélia. E hoje Brasileia completa 108 anos de sua fundação. É a terra, como eu já falei, da minha avó, que nem meu pai mesmo conheceu, porque ela faleceu quando ele tinha dois anos, mas é a terra do meu pai e do meu irmão mais velho, ambos falecidos. Vivi um período importante da minha infância sempre em Brasileia, e é um Município mãe. Ele tinha junto a Vila Paraguaçu, que hoje é Assis Brasil, na fronteira com o Peru e com a Bolívia, e hoje Município de Eritaciolândia, que era Vila Eritaciolândia também, como parte do Município de Brasileia.

É também a base, o berço, do movimento sindical rural, de Wilson Pinheiro, que foi assassinado lá em Brasileia dentro do sindicato, e de Chico Mendes, que foi morto dentro da sua casa em Xapuri, mas a militância toda aconteceu no Município de Brasileia.

Brasileia é um polo importante. Na fronteira temos Cobija. Na época em que eu assumi o Governo, Brasileia era um final de linha, uma espécie de final de linha de onde tinha que se voltar. Nem podia ir para a Bolívia. De certa forma, no máximo, Cobija, não se alcançava Assis Brasil, muito menos o Peru. E nós começamos um trabalho e, no final desse trabalho, o resultado foi extraordinário: em toda a estrada até Assis Brasil, na tríplice fronteira (Assis Brasil, Bolpebra, e Iñapari), estava concluído todo o asfalto; a ponte também sobre o Rio Acre, ligando o Brasil ao Peru estava pronta; e a ponte ligando o Brasil à Bolívia também estava pronta.

E isso me deixa muito satisfeito, muito satisfeito mesmo, porque a gente consegue, de alguma maneira, deixar um registro do amor, do carinho que eu sempre tive por Brasileia, por Eritaciolândia, por Assis Brasil, por Xapuri, pelo Alto Acre – dali de Capixaba para frente é que eu chamo de Alto Acre. É um lugar muito especial na minha vida; recentemente, fui superbem acolhido lá. E, naquele período em que eu assumi o governo, Brasileia estava sofrendo muito, as pessoas, as famílias estavam indo embora, saindo de lá.

Brasileia foi um espaço, junto com Xapuri, muito importante na formação econômica, na ocupação daquela parte pelo povo brasileiro, com os famosos turcos, que usavam apenas o passaporte otomano, mas, no fundo, eram muito libaneses, sírios que foram para lá; famílias grandes hoje com seus descendentes que, somados com os nordestinos, ocuparam aquela região importante do Alto Acre. E hoje Brasileia é administrada pela Prefeita Fernanda Hassem, uma amiga também de uma família tradicional – veja o nome, Fernanda Hassem –, porque ali nós temos muito da bonita história do Acre.

Quero também cumprimentar a Deputada Estadual, amiga Leila, ela é ex-prefeita; o ex-prefeito Alvani e a atual Prefeita Fernanda Hassem, os vereadores, colegas Parlamentares, porque, nesses 108 anos, Brasileia já enfrentou muitas dificuldades, superou todas elas e hoje é um Município que vive em plena expansão econômica, crescimento no comércio...

Recentemente, tive uma reunião importantíssima, do meu ponto de vista, com comerciantes de Eritaciolândia e de Brasileia. Há hoje uma expectativa de que o Brasil definitivamente entenda que os Municípios, que as cidades nas áreas de fronteira precisam de uma política diferenciada.



Cobija se desenvolveu muito do lado boliviano, mas, do nosso lado, nós temos problemas de toda ordem, apesar dos avanços que tivemos.

A área de livre comércio de Eritaciolândia precisa ser expandida para Brasileia e para Assis Brasil também. Eu sou autor de um projeto que faz valer isso para todas as cidades nas áreas de fronteira do Acre, mas não é só isso. Nós temos que ter uma política de ICMS diferenciada; nós temos que ter um tratamento para as empresas que atuam ali de maneira diferenciado, para que elas possam, sem burocracia, importar e, sem burocracia, exportar também. São elas geradoras de emprego. Eu ouvi muito empresários e sei que, com o mandato de Senador associado com um governo federal que realmente pense o Brasil, que pense como nós, podemos desenvolver as cidades fronteiriças, nós podemos avançar muito, obviamente somado com o governo do Estado e com as prefeituras.

É nesse sentido que eu venho aqui. Acho que Brasileia tem o que comemorar, apesar de ter muitos problemas a vencer; tem um povo trabalhador na área rural, agricultores, tem ribeirinhos também que produzem muito, tem extrativistas que ajudam, e eu tenho satisfação de ter começado, quando governador, o processo de beneficiamento e industrialização dos nossos produtos; a primeira unidade de beneficiamento de castanha, a fábrica de castanha, também o início do projeto da Acreaves, tudo isso pensando em ter uma infraestrutura, com energia elétrica para todos; com rodovias, como nós concluímos a 317, e também um trabalho, um apoio na área de ramais. Mas o importante é associar isso a um programa forte de educação. Nós temos ali, na área da fronteira, muitos brasileiros estudando Medicina do lado de Cobija. Nós temos que ter uma política também de acolhimento desses nossos jovens, com uma boa parceria, para que não dificulte tanto a vida das famílias e dos que procuram uma formação numa das áreas mais importantes para nós, que é termos mais médicos, brasileiras e brasileiros – eu faço essa ressalva. Mas também sou defensor de termos ali, como fiz quando era governador... Levei, a partir de um convênio com a Universidade Federal do Acre, curso de nível superior para os 22 Municípios do Acre. Eu acho que nunca aconteceu isso no Brasil, e nós conseguimos fazer lá na nossa Brasileia, em Eritaciolândia, em Assis Brasil, nos 22 Municípios do Estado.

Brasileia precisa ser tratada como uma espécie de cidade-polo junto com Eritaciolândia, ali do Alto Acre. É muito importante, tem uma história muito bonita, tem uma tradição fantástica. Agora, teve um Carnaval fora de época, pelo qual parabenizo a Prefeita Fernanda Hassem e toda sua equipe pelo trabalho que fazem de conciliar um estímulo para a atividade comercial, empresarial, de geração de emprego, dos serviços de boa vizinhança com os irmãos nossos bolivianos e peruanos, mas também no bom trato hoje com os brasileiros que vivem ali. A Prefeita Fernanda Hassem está fazendo um extraordinário trabalho. Tem tido o nosso apoio.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu mesmo informava a ela agora que conseguimos encaminhar R\$700 mil para a melhoria das ruas, e ela já está trabalhando nesse sentido, além das emendas que a gente sempre apresenta como forma de valorizar Eritaciolândia, Brasileia, Assis Brasil, Xapuri e Capixaba, no Alto Acre.

Peço que possa constar nos *Anais* da Casa a comemoração e os meus cumprimentos a todos que têm amor por Brasileia pela passagem dos seus 108 anos que celebramos neste 3 de julho.

Obrigado, Sr. Presidente.



(O Sr. Antonio Carlos Valadares, 3º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Srª Marta Suplicy.)

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Srª Presidente Marta Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Pois não, Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Nós estamos chegando próximo da Ordem do Dia e, como temos sessão do Congresso Nacional para conclusão de votação de destaques sobre vetos presidenciais, queria fazer uma referência ao que foi aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos hoje, que trata da criação de consórcios.

Precisamente, o autor está agora ocupando a tribuna, Senador Antonio Carlos Valadares, e, além do projeto dele, relatado pela Senadora Maria do Carmo, também do seu Estado, Sergipe, havia também um projeto de resolução do nosso colega, Senador Walter Pinheiro, do PT da Bahia, sem partido hoje, que trata de criação de consórcios municipais para viabilizar o acesso daqueles Municípios com número de habitantes inferior ao permitido pela legislação à tomada de empréstimos externos, que são os recursos mais baratos para essas comunidades.

Então, eu quero cumprimentar o Senador Valadares pela iniciativa, fazer a homenagem ao Senador Valter Pinheiro e à Relatora e pedir também, pela relevância que tem esse assunto, que o Presidente traga a plenário em regime de urgência a votação dessa matéria.

A Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs) está empenhadíssima nessa matéria. Teremos a eleição, a posse do novo Presidente, substituindo meu correligionário Salmo Dias nesta semana, e também a homenagem ao Senador, nosso colega Walter Pinheiro, para que a própria Confederação Nacional dos Municípios, presidida pelo Presidente Aroldi, também tem interesse relevante.

Tivemos uma audiência com o Presidente Eunício Oliveira, tratando desse assunto, e ele, como municipalista que é, deu inteiro apoio e prioridade a esse projeto.

Assim é que eu aqui apresento o desejo de que esse assunto, Senador Valadares, venha a plenário o mais breve possível em regime de urgência.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidente.

Senadora Ana Amélia, eu tenho a informar a V. Exª, e agradeço pelo interesse que demonstrou, não só na Comissão como também aqui, no plenário, em favor da aprovação do Projeto de Resolução nº 31, de 2017, que ele já está aqui na Secretaria da Mesa do Senado, em regime de urgência, conforme a aprovação pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Esperamos que, diante do pedido de V. Exª, que é uma das Senadoras mais prestigiadas pela Mesa do Senado Federal, e do interesse de todos os Senadores, a matéria venha a ser objeto de apreciação hoje ou amanhã, o mais tardar, e assim os Municípios menores, aqueles que não têm o amparo da legislação mas o têm da Constituição – faltava apenas uma iniciativa legislativa para



apoiá-los... Temos certeza absoluta de que o Senado Federal dará uma resposta positiva, e, assim, os consórcios municipais poderão realizar financiamentos, empréstimos, que são concedidos apenas aos Estados e aos grandes Municípios.

Agradeço a V. Ex^a.

Eu gostaria, Sr^a Presidente, de registrar, com tristeza, o desaparecimento de um dos maiores homens públicos do Estado de Sergipe: o Desembargador Artur Oscar de Oliveira Deda, jurista, professor, escritor, intelectual do mais alto quilate e renome, reconhecido em Sergipe e além-fronteiras como um homem que se devotou à judicatura com idealismo, com competência, com brilho e, acima de tudo, com imparcialidade e correção.

Filho de José de Carvalho Deda, que foi Deputado Estadual e também um grande advogado, advogado rábula, mas um dos mais preparados e competentes que eu já conheci em toda a minha vida, e de D^a Maria Acioly de Oliveira Deda; nasceu em 2 de março de 1932. Em 1958, graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Sergipe da universidade federal, da qual foi professor da disciplina: Direito Civil.

Em sua trajetória, passou pela Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de Sergipe. Também foi Promotor Público substituto na Comarca de Aquidabã, no ano de 1958, e Juiz de Direito das Comarcas de Riachão do Dantas, em 1961; Maruim, em 1964; Estância, em 1968, e, finalmente, da 3^a Vara Cível da Comarca de Aracaju.

Especializou-se em Direito Público e Direito Privado, na Faculdade de Direito de Sergipe. Inclusive ele tem um livro: *A Prova no Processo Civil*. Em junho de 1975, tomou posse como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, atuando depois como Corregedor-Geral da Justiça e Presidente do Tribunal de Justiça. Presidiu, também, o Tribunal Regional Eleitoral. Foi o primeiro Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Sergipe.

Excelente jurista, o Desembargador Artur Oscar de Oliveira Deda teve trabalhos publicados nas melhores revistas especializadas em Direito Civil, além de publicar vários verbetes na *Enciclopédia Saraiva de Direito*. Integrou o conselho editorial da *Revista de Direito Civil*, de São Paulo, e da *Revista Ciência Jurídica*.

É autor de diversos livros, entre eles *Histórias de Vários Tempos - Fatos e Pessoas* e também *Aconteceu em Santanópolis*. Refere-se à cidade de Simão Dias. Simão Dias, antigamente, era Anápolis. Então, ele escreveu um livro que, na realidade, traz histórias da antiga Anápolis, hoje Simão Dias. Tomou posse na Cadeira n^o 28 da Academia Sergipana de Letras em 11 de agosto de 1982.

Em fevereiro de 2002, aposentou-se do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe, mas dedicou o restante de sua vida à atividade cultural na produção de livros e poemas.

Nossos sentimentos, então, à família de Desembargador Artur Oscar de Oliveira Deda e a toda a sua família, assim como à Associação dos Magistrados de Sergipe, e também as nossas condolências ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Sr^a Presidente, eu gostaria de aproveitar o tempo que me falta para referir-me a um projeto que dei entrada hoje. Estou convicto de que o Senado reagirá duramente em relação à corrupção que assola este País. O combate à corrupção é hoje clamor enfático das ruas. Não poderia ser diferente, desde que passamos a assistir, entre atordoados e indignados, à sucessão de denúncias de desvios de bilhões em recursos públicos. Combustível da nossa enorme desigualdade, a corrupção sangra os cofres públicos, subtraindo dinheiro que deveria ser aplicado na melhoria das condições de vida do povo brasileiro.



É verdade que hoje contamos com um razoável aparato legislativo para atacar a corrupção sistêmica. E cito aqui as leis da lavagem de dinheiro e de delação premiada – a de lavagem de dinheiro, que, inclusive, teve a minha participação como autor. Todavia, falta uma terceira parte para formar o tripé da eficiência e da resolutividade no enfrentamento dessa mazela.

Trago para apreciação e debate uma proposta de projeto de lei a que dei entrada na tarde de hoje, que ambiciona preencher essa lacuna. Trata-se do projeto que protege e incentiva a qualquer pessoa, ao cidadão comum, reportar a ocorrência de atos ilícitos lesivos ao interesse público ou a suspeita de grave irregularidade em andamento. Naturalmente, já é um direito, e até mesmo dever do cidadão ou cidadã, denunciar ilicitudes. No entanto, faltam mecanismos efetivos para incentivar e dar segurança, proteção, aos que desejam denunciar e cumprir o seu direito e dever cívico.

O nosso projeto justamente estabelece um canal seguro para realização da denúncia e assegura proteção robusta a quem apresentar às autoridades provas determinadas ou indícios que evidenciam a probabilidade da ocorrência de ação ou ilicitude. Terceira haste de um tripé de combate à corrupção, o projeto estabelece um caminho acessível e confiável para que a pessoa possa reportar suspeitas ou provas de crimes, obtendo a garantia da preservação de sua identidade e de que não será retaliada no ambiente de trabalho, familiar ou em sociedade. Ao mesmo tempo, a proposta estabelece procedimentos e mecanismos detalhados e minuciosos para apuração, prevenção de desvios futuros e para a interrupção de ações criminosas em andamento.

A legislação prevê ainda a possibilidade de sistemas de recompensas, pelos quais o denunciante ou reportante poderá receber, mediante critérios, uma proporção dos fundos recuperados ou de multas aplicadas como resultado...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... de sua denúncia. É importante ressaltar...

Se V. Ex^a me permitir mais uns cinco minutos, já que não tem mais oradores.

O projeto prevê ainda a possibilidade de sistemas de recompensas, pelos quais o denunciante ou reportante poderá receber, mediante critérios, uma proporção dos fundos recuperados ou de multas aplicadas como resultado de sua denúncia. É importante ressaltar que a proposta não sobrecarrega os cofres públicos, uma vez que as estruturas de avaliação e de apuração dos relatos serão compostas por recursos humanos já disponíveis.

Da mesma forma, cabe destacar que o projeto difere da delação premiada. O delator é um criminoso que resolve falar com o propósito de salvar a própria pele. Já o reportante, é o cidadão comum, de boa-fé, inconformado com a situação ilegal que vê em andamento, mas que hoje não se sente seguro em denunciar. Em uma sociedade verdadeiramente democrática é de fundamental importância que os cidadãos possam relatar suspeitas de irregularidade sem o risco de retaliações de qualquer natureza, como ameaças, demissões, perdas salariais e outras.

Fruto de reflexão madura, a proposta buscou inspiração em exitosas experiências internacionais nesse sentido. É uma prática pouco conhecida no Brasil, mas já foi provada a sua eficiência em vários países desenvolvidos, como os Estados Unidos e a Inglaterra.

A título de exemplo, entre os anos de 2009 e 2014, o Departamento de Justiça norte-americano recebeu milhares de dicas de reportantes acerca de comportamentos ilícitos, denúncias que resultaram na recuperação de aproximadamente US\$22 bilhões em punições e acordos. Desde



2017, suspeitas apontadas por reportantes permitiram à Receita Federal americana coletar US\$3 bilhões em receitas tributárias.

Um estudo realizado em 2002 na Austrália e Nova Zelândia indicou que 25% das fraudes no setor privado daqueles países foram reportadas pelos próprios empregados. Na África, os empregados relataram 44% das fraudes.

A proposta, ora apresentada, alinha-se aos princípios internacionais para legislação de proteção ao reportante da Transparência Internacional. Encontra-se prevista em compromissos internacionais subscritos pelo Brasil, além de ser considerada por especialistas das Nações Unidas e do G20 como uma das mais importantes ferramentas de combate a irregularidades.

Para além, o projeto adota, em grande medida, a proposta da campanha Unidos Contra a Corrupção, que elencou 70 medidas para o aprimoramento do marco normativo de enfrentamento à corrupção no País, um projeto grandioso coordenado pela Transparência Internacional a partir de sugestões formuladas por mais de 300 instituições, 200 especialistas e 912 participantes cadastrados em uma plataforma política.

Nos tempos sombrios em que vivemos, o Poder Legislativo deve oferecer uma resposta eficiente e adequada aos ilícitos, que geram enorme impacto econômico negativo e comprometem o futuro de nosso País e do nosso povo.

O Banco Mundial já mostrou que países que conseguiram controlar a corrupção têm uma renda *per capita* quatro vezes mais alta do que aqueles que ainda tem altos índices de corrupção. Com efeito, a corrupção é um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do País e, conseqüentemente, um entrave ao fim das desigualdades sociais e à implantação de políticas públicas dirigidas, em especial, às classes mais baixas na pirâmide social.

Estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) calcula que até 2,3% do nosso Produto Interno Bruto são perdidos a cada ano com práticas de corrupção. Considerando em R\$150 bilhões o montante perdido no ralo da corrupção, com base no PIB do ano passado, daria para cobrir o rombo de R\$159 bilhões nas contas públicas projetado para este ano.

Lembro ainda que o Brasil caiu 17 posições e ficou na posição 96, em um *ranking* de 180 países menos corruptos em 2017,...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... elaborado pela Transparência Internacional. Foi o pior resultado dos últimos cinco anos.

Reforço, portanto, minha convicção acerca da proposta de legislação protetiva, que protege aos reportantes e os incentiva a agirem na forma da lei.

Precisamos dar corpo a respostas eficientes a essa chaga que se chama corrupção, a essa verdadeira epidemia que invadiu o Brasil há muitos anos e que agora se acentua muito mais,...

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... tal qual uma hidra de 100 cabeças, e que ceifa o futuro do Brasil e dos brasileiros.

Agradeço, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco Maioria/MDB - SP) – Obrigada, Senador Valadares.



Com a palavra a Senadora Regina Sousa.

A SR^a REGINA SOUSA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidenta, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, ouvintes da Rádio Senado, telespectadores da TV Senado, quem nos acompanha na rede, eu tenho só dois assuntos para abordar rapidamente.

O primeiro é sobre o combate à violência contra a mulher. A gente tem visto tanta coisa ruim acontecendo com as mulheres nesses últimos tempos – no meu Estado, eu não canso de falar que o feminicídio extrapolou toda e qualquer expectativa de combate e também de acontecimentos –, mas eu venho trazendo uma notícia boa sobre o combate à violência contra a mulher no meu Estado, apesar dos índices que não nos dão orgulho, que nos colocam entre os primeiros da violência contra a mulher.

O Governo do Estado tem desenvolvido equipamentos, através da Secretaria de Segurança, muito eficientes no combate à violência, e hoje a gente teve a inauguração do Departamento de Atenção à Mulher dentro da estrutura da Secretaria de Segurança. E não é um departamento simplesmente criado por decreto, é lei. Toda a estrutura, tudo que foi criado em relação ao combate à violência contra a mulher foi transformado em legislação, para não deixar que outro governo entre e possa desfazer.

Então, no Piauí, além das Delegacias da Mulher, nós temos a Delegacia do Feminicídio e nós temos o Plantão de Gênero. Quer dizer, à noite, as delegacias podem fechar, mas há o Plantão de Gênero, para as mulheres buscarem apoio na hora da violência. Nós temos delegadas e delegados já qualificados para atuarem nessa área, também muito competentes, e temos também o melhor índice de inquéritos policiais resolvidos – os agressores estão presos. O problema nosso agora são os processos judiciais, para que eles possam andar mais rápido. A gente pretende fazer uma visita ao Tribunal de Justiça para ver se a gente cria uma fila para os processos do feminicídio, para eles não ficarem na fila única de processos. Então, quero parabenizar o Governo do Estado por isso, por ter dado mais esse instrumento.

E nós temos no Piauí – estava lá hoje o Governo do Maranhão para assinar um convênio – talvez o melhor aplicativo de combate à violência, que é o aplicativo Salve Maria, um aplicativo, que é para celular, desenvolvido totalmente por tecnologia lá do Piauí e que já está sendo copiado, levado para alguns Estados, mediante convênio. Não é a pessoa que está sendo agredida que vai denunciar, porque ela não vai ter chance de mexer no celular, mas é quem está ouvindo, passando e assistindo a uma mulher sendo agredida. Ela pode manusear esse aplicativo, que é muito simples, e denunciar, porque, em cinco minutos, a delegacia mais próxima chega ao local da agressão.

Então, são instrumentos muito bons que o Piauí está desenvolvendo em relação ao combate à violência contra a mulher.

E eu queria registrar um requerimento, que eu não sei se está na mesa; eu queria registrar aqui e pedir que aprovassem esse requerimento. É porque o Piauí perdeu o seu Arcebispo Emérito de Teresina Dom Miguel Fenelon Câmara Filho, e eu gostaria que essa nota de pesar chegasse à Arquidiocese de Teresina e à Igreja Católica do Piauí. Um bispo dedicado à causa dos excluídos, dos mais pobres, preocupado com a questão da terra neste País, com a questão da reforma agrária, com a questão da exclusão social.



Então, um Bispo que orgulhou toda a Igreja Católica, e que foi ativo mesmo depois que deixou a Igreja pelas regras episcopais, pois continuou ativo na sua ação social em defesa dos mais pobres, em defesa dos excluídos.

Então, a Igreja Católica perde um grande líder, Dom Miguel Fenelon Câmara Filho.

Eu gostaria que essa nota de pesar chegasse à Igreja Católica do Piauí.

Muito obrigada.

(Durante o discurso da Sr^a Regina Sousa, a Sr^a Marta Suplicy deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eunício Oliveira, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora Marta Suplicy, ainda não comecei a Ordem do Dia. Sei que a senhora está muito atenta aí.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Só um minutinho para eu abrir a Ordem do Dia.

Há número regimental. Declaro aberta a Ordem do Dia.

Mas, antes, Senadora, deixe-me registrar aqui para poder valer.

Está aberta a Ordem do Dia.

Tem a palavra V. Ex^a.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria de solicitar a leitura e a votação do requerimento de urgência para o Projeto de Resolução do Senado 32, que autoriza o Município de Hortolândia, no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento, no valor de até US\$42 milhões.

Se houver acordo das Lideranças, gostaria que fosse ainda votado o projeto.

(Soa a campanha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Primeiro, deixe-me responder à Senadora Marta Suplicy, se não for o mesmo tema.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu sei o interesse que V. Ex^a tem pelo Estado de São Paulo. Sei a importância que tem esse empréstimo que V. Ex^a solicita. Portanto, independentemente da questão de regime de urgência, eu vou fazer a inversão. Ao invés de acatar a solicitação de regime de urgência, para atender V. Ex^a, eu vou direto à matéria, na sequência, por se tratar da possibilidade de a Mesa, de a Presidência pautar de ofício. Então, para atender V. Ex^a, eu vou pautar de ofício, independentemente do requerimento de urgência.

A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP) – Eu agradeço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, foi aprovado hoje pela



Comissão de Assuntos Econômicos, pela CAE, o Projeto de Resolução nº 31, de 2017, que trata de consórcios municipais, a fim de que eles possam tomar empréstimos que poderão beneficiar, portanto, os pequenos Municípios, que não têm acesso a financiamentos perante os bancos oficiais. E agora, com a aprovação desse projeto de resolução, tenho certeza absoluta de que estamos atendendo aos Municípios, aos consórcios, àqueles que não têm direito a promoverem ações de empréstimos, como os grandes Municípios dos Estados, para, por exemplo, obras de estradas, aterros sanitários; enfim, para a execução de obras importantes que, individualmente, jamais esses Municípios poderiam realizar. Mas através de consórcios, sim, se esses consórcios receberem os financiamentos – que poderão ser feitos, caso o Plenário Senado Federal aprove essa matéria que foi hoje, Sr. Presidente, debatida e aprovada, por unanimidade, na Comissão de Assuntos Econômicos.

Agradeço a V. Ex^a.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Como é o mesmo assunto, Presidente, do Senador Valadares, eu quero endossar a solicitação feita por ele, que é o Autor da iniciativa – a Senadora Maria do Carmo foi a Relatora. Lembro também que o Senador Walter Pinheiro também tinha um projeto semelhante; talvez a anterioridade prevaleça, pelo Regimento da Casa.

Lembro também, renovando o agradecimento a V. Ex^a, que V. Ex^a recebeu uma comitiva da Confederação Nacional dos Municípios e da Federação dos Municípios do Rio Grande do Sul fazendo a V. Ex^a o pleito de que a matéria tivesse um tratamento de prioridade, agora de urgência de apreciação pelo Plenário, sugerida pelo Senador Valadares, em uma demonstração clara, quando V. Ex^a estava recebendo os representantes, inclusive dos consórcios municipais, de que o senhor, como municipalista que é, entendia a relevância da matéria.

Então, estamos convencidos todos de que V. Ex^a dará cobertura regimental também para essa questão. Estamos às vésperas do nosso recesso do mês de julho, é um ano eleitoral, então, quanto mais pudermos apressar...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... matérias relevantes como essa, mais conveniente será para os Municípios e para o País.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – V. Ex^a sabe a minha posição de municipalista. Inclusive, tive o privilégio de, ontem à noite, ter sido homenageado pelos prefeitos do meu Estado como o municipalista do ano. Ontem à noite, lá em Fortaleza, recebi esse prêmio e voltei para presidir a Casa no dia de hoje.

Nós vamos ter a sessão aqui do Senado e, na sequência, teremos uma sessão muito importante do Congresso Nacional sobre alguns PLNs que entregam dinheiro para saúde e que entregam dinheiro para educação. Então, nesta sessão de hoje, eu vou pedir aos Senadores a presença deles lá, vai ser logo depois da Câmara, mas será uma sessão extremamente importante para que a gente possa liberar os recursos para FNE e para a saúde do Brasil.



Então, vamos à Ordem do Dia. Pauta.

Projeto de Resolução nº 32, de 2018 (apresentado como conclusão do Parecer nº 53, de 2018, da CAE, a Relatora foi a Senadora Simone Tebet) – e eu peço aos Senadores e às Senadoras que venham ao plenário, vamos entrar em processo de votação nominal – que autoriza o Município de Hortolândia, situado no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até U\$42 milhões dos Estados Unidos da América.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto em turno único.

Para discutir, Senadora Marta Suplicy.

A SR^a MARTA SUP LIC Y (Bloco Maioria/MDB - SP. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Presidente, eu quero agradecer esse gesto de V. Ex^a. Está aqui o Prefeito de Hortolândia, Angelo Perugini, que batalhou durante muito tempo, com uma equipe forte. Batalhou também aqui na Comissão de Assuntos Econômicos, onde tivemos uma brilhante defesa da Senadora Simone Tebet do projeto. E hoje é importante realmente esse gesto que V. Ex^a está fazendo porque nós sabemos que vamos ter o recesso e Hortolândia há muito tempo está esperando esse recurso, que vai ser usado para uma melhoria da qualidade de vida da população dessa cidade tão querida do Estado de São Paulo.

Muito obrigada novamente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Srs. Senadores e Sr^{as} Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Há parecer da Comissão Diretora oferecendo a redação final, que será publicado na forma regimental (**Parecer nº 121/2018-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.1 do Sumário**).

Discussão da redação final. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão da redação final.

Em votação.

Os Srs. Senadores e as Sr^{as} Senadoras que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria vai à promulgação.

Senadora Vanessa, o que está acontecendo com a senhora? Com frio e magrela demais! (*Risos.*)

Mensagem nº 47, de 2018 – a senhora está muito magrinha! – (de nº 296, de 2018, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Evandro de Sampaio Didonet, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Parecer nº cinquenta...

Eu estou aprendendo alemão com os dois lados aqui. Pela primeira vez, a simultaneidade aqui funcionou! (*Risos.*)

Parecer nº 56, de 2018, da Comissão de Relações Exteriores, Relator o Senador Antonio Anastasia.



Discussão do Parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Passa-se à votação, que, de acordo com o disposto no art. 291 do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} Senadoras e os Srs. Senadores já podem votar.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – E eu peço aos Senadores e às Senadoras que estão nos seus gabinetes que compareçam ao plenário. Estamos em processo de votação nominal.

A Senadora Vanessa pede a palavra pela ordem.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – O Senador Jorge Viana tinha pedido, mas não está presente.

Senadora Vanessa.

A SR^a VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PCdoB - AM. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Presidente, quero-lhe dizer que, quando V. Ex^a diz a uma mulher que ela está magra, esse é talvez o maior de todos os elogios que V. Ex^a possa fazer à mulher. Então, eu agradeço as observações de V. Ex^a!

Mas, Sr. Presidente, eu quero, neste momento, falar a respeito do Festival Folclórico de Parintins, o festival dos Bois-Bumbás, que começou na última sexta-feira, dia 29 do mês de junho, e teve o último dia ocorrido no domingo, dia 1º do mês de julho. O Festival Folclórico de Parintins, Sr. Presidente, acontece sempre no último final de semana do mês de junho, na cidade de Parintins, que fica no interior do Amazonas, conhecida como a Ilha Tupinambarana, porque Parintins é efetivamente uma ilha.

Este ano realizou-se o 53º festival, sagrando-se vencedor, já, portanto bicampeão, o Boi-Bumbá Caprichoso, que é o boi que representa as cores azul e preta. O segundo lugar, obviamente, ficou com o Garantido, vermelha e branca. O tema que o Caprichoso levou para a arena este ano, Sr. Presidente, foi Sabedoria Popular: Uma Revolução Ancestral.

O festival, este ano, segundo dados da prefeitura, do Governo do Estado do Amazonas, da Secretaria de Cultura, deve ter movimentado, do ponto de vista dos recursos, em torno de R\$80 milhões, gerando aproximadamente 5 mil empregos diretos, em várias áreas, não apenas na área da confecção das alegorias, das fantasias, mas em várias áreas, inclusive na área da gastronomia, do turismo. Muitas pessoas que vão de fora do Brasil e até mesmo de outras regiões do Brasil aproveitam para fazer turismo naquela região muito bela, naquela região muito bonita, que é o médio Amazonas.

Então, quero, neste momento, Sr. Presidente, parabenizar a cidade de Parintins, parabenizar todos que se envolvem nessa festa. Parintins é mundialmente conhecida e hoje já também pela organização, não só do seu festival, mas pela contribuição que dá na organização do Carnaval do Rio de Janeiro, que é, sem dúvida nenhuma, a maior festa popular brasileira. Grande parte das alegorias a que o Brasil inteiro e o mundo assistem são alegorias que saem das mãos de



parintinenses, tamanho é o desenvolvimento tecnológico deles, sem falar no artístico e cultural também.

Então, ficam aqui meus cumprimentos a todos e, em especial, meus cumprimentos ao Boi Caprichoso – repito – bicampeão.

O Boi Caprichoso, Presidente Eunício, é o boi azul, mas vim de vermelho hoje em solidariedade ao Boi Garantido. Essa é uma festa que orgulha todos nós, do Estado do Amazonas, e que, sem dúvida nenhuma, orgulha todo o Brasil.

Então, encaminho, Sr. Presidente, à Mesa, uma moção de aplauso, não apenas ao Boi Caprichoso, mas aos dois Bois, pela realização de mais um evento que foi vitorioso e que movimentou uma quantidade de pessoas muito importantes vindas de todo o Brasil.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador Ricardo Ferraço.

Peço aos Senadores e Senadoras que venham ao plenário, estamos num processo de votação nominal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, após um longo período de debates e mais debates, não apenas aqui no Senado, mas também na Câmara, conseguimos, depois de muita controvérsia, construir um grande e importante consenso e convergência na linha de votarmos o projeto que regulamenta a proteção de dados pessoais de um ambiente digital, o que significa consagrar na prática, no ambiente da Internet, uma garantia fundamental, civilizatória, qual seja, o direito e a preservação à intimidade e à privacidade das pessoas.

O nosso País, Sr. Presidente, é o único no Mercosul que não dispõe de uma lei geral visando à proteção dos dados pessoais no ambiente digital.

Este projeto foi aprovado na Câmara Federal e relatado pelo Deputado Orlando Silva. Fizemos audiências públicas, na Comissão de Assuntos Econômicos, temos toda uma convergência em torno desse tema, ao final dos debates, deliberamos, na Comissão de Assuntos Econômicos, e lá aprovamos um requerimento para que o projeto viesse em regime de urgência para o plenário.

Por certo, V. Ex^a deverá ouvir as demais Bancadas, mas, conversando com os Líderes de todos os partidos, há um sentimento objetivo de que há consenso em relação a esse tema.

Por isso mesmo, peço que V. Ex^a possa votar o requerimento de urgência e possamos deliberar sobre esse projeto, que é muito importante, Sr. Presidente, porque ele consagra uma garantia fundamental; ele estabelece princípios, conceitos, valores, penalidades; ele combate a *fake news*. Ou seja, Sr. Presidente, a internet não pode ser um mundo do vale-tudo. A internet precisa ser um mundo em que princípios e valores, sobretudo o da garantia fundamental do direito à privacidade, possam ser preservados.

Por isso mesmo, eu peço a V. Ex^a que, ouvindo as Lideranças, nós possamos fazer a votação desse processo ainda nesta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Seria importante que as demais Lideranças, assim como o Senador Lindbergh, pudessem se manifestar em relação a essa proposta e a esse projeto.

Muito obrigado.



A SR^a MARTA SUPLICY (Bloco Maioria/MDB - SP. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) – Sem querer ultrapassar, peço um minutinho só, Senador Lindbergh.

Presidente, pela ordem. É simples.

Quero dar parabéns à Senadora Vanessa, que trouxe o Festival de Parintins – não sei se V. Ex^a já foi alguma vez. Eu achei uma das coisas mais lindas que já vi na vida. Não fui dessa vez – faz muitos anos que fui.

Quero parabenizar, então, o povo do Amazonas e dizer que é uma ópera amazônica. É algo que impacta todo o mundo: de fora do Brasil e dentro do Brasil. Convido todos para o festival do ano que vem. Neste ano, foi o 53^o, e todo ano nós temos. Realmente, cada vez é mais bonito. Parabéns!

Parabéns, Vanessa, por ter trazido!

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Parabéns à Senadora Vanessa.

Eu recebi ali também a visita do Deputado Orlando Silva, que, junto com a Senadora Marta Suplicy, foi ao meu gabinete para pedir a aprovação.

Para mostrar o tamanho do prestígio de V. Ex^{as} – a Senadora pediu aqui, na abertura dos trabalhos, e eu tinha recebido, há pouco tempo, o Deputado Orlando –, quero dizer que eu, de ofício, dispensei o pedido de regime de urgência, porque a matéria teria que tramitar em regime de urgência. De ofício, eu pautei a matéria, que já foi aprovada para a alegria do povo de Hortolândia e, obviamente, para consagrar o trabalho de V. Ex^{as}. É só para comunicar a V. Ex^a, que veio aqui, obviamente, com essa intenção.

Senador Lindbergh e, depois, Senador Cássio Cunha Lima.

O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ. Sem revisão do orador.) – Na verdade, o Deputado Orlando está aqui por dois motivos: pelo empréstimo a Hortolândia e também porque ele foi Relator desse projeto na Câmara sobre dados pessoais, Senador Eunício. Devo reconhecer que não existia acordo inicialmente, mas o Senador Ricardo Ferraço fez um trabalho escutando todas as partes, e, hoje, as entidades envolvidas nesse debate pedem também a aprovação com urgência desse projeto.

De modo, Sr. Presidente, que eu quero aqui, em nome do PT – tenho certeza de que falo também em nome da oposição; o Senador Humberto não está aqui –, dizer que, se a Casa assim entender, para nós seria positivo votarmos a urgência desse projeto, que é relatado pelo Senador Ricardo Ferraço.

No mais, Sr. Presidente, hoje, na tribuna aqui, vários Senadores, como a Senadora Marta Suplicy, a Senadora Ângela Portela, falaram sobre a questão dos planos de saúde. Na quinta-feira da semana passada, saiu uma resolução da Agência Nacional de Saúde que, para mim, é um verdadeiro absurdo. O que diz a resolução, Senador Jader? Primeiro, aumentam os planos individuais em 10%, quando a inflação é de 2,8%. Vale dizer que o aumento médio dos planos empresariais, neste ano, foi de 19%. Mas havia uma questão que era mais grave. Ela regulamentou a coparticipação em franquia e colocou um limite de 40%. A coparticipação em franquia já existia, era 30%, e não existia para internação; mas agora, com a regulamentação, na nossa avaliação, os planos de saúde vão querer forçar as pessoas a migrarem para coparticipação.

O que é coparticipação? Eles querem dizer que, em cada procedimento, cirurgia, exame ou internação, a pessoa paga até 40% do valor a mais diretamente para o plano. Se houver uma cirurgia de mil reais: você que já paga a sua mensalidade do plano, só que você vai ter que pagar



R\$400 a mais. Se você tem uma internação – e internação não podia antes –, e a internação custa R\$10 mil, além da mensalidade que você paga no plano, Senador Cássio Cunha Lima, você teria que pagar R\$4 mil a mais.

E o mais grave: eles colocam um teto. Eles dizem que, na coparticipação, se você tem uma mensalidade de R\$500, ou seja, uma anualidade de R\$6 mil, você só pode pagar até esse valor, se você tem plano individual. Ou seja, você poderia pagar R\$6 mil a mais no plano individual. No plano empresarial, isso aumenta para 150%. Então, uma pessoa que tem uma anualidade de R\$6 mil pode ter que pagar até R\$9 mil a mais.

Então, Senador Cássio Cunha Lima, eu apresentei um projeto de decreto do Senado, junto com o Senador Humberto Costa, para sustar essa resolução. A Senadora Marta já anunciou hoje aqui que, amanhã, na reunião da CAS, de que ela é a Presidente, vai apresentar um requerimento, para convocar o pessoal da Agência Nacional de Saúde. Eu acho que esse primeiro passo é importante, mas eu me disponho aqui, Senador Cássio Cunha Lima, eu e o Senador Humberto, a retirar o nosso nome desse projeto e assinarmos todos nós, Senadores.

Isso é um absurdo! Está envolvendo muita gente! É muita gente apertada que tem plano de saúde. Gente que ganha R\$2 mil, R\$3 mil...

Então, eu acho que esse é um tema sobre o qual o Senado da República poderia se debruçar. Nós estamos falando de muita gente. É muita reclamação!

É um tema importante, até porque, na saúde pública, sabemos o que é que está acontecendo, não é? Fecharam 400 farmácias populares, os mais prejudicados são os idosos, os aposentados, e houve um corte de 3 bi.

Então, eu faço um apelo aqui a todos os Senadores: eu acho que essa – e eu vou, junto com o Senador Humberto Costa, tentar articular neste sentido – podia ser uma proposição assinada por um número enorme de Senadores, dos mais diversos partidos, mostrando que há uma preocupação da Casa com as pessoas e com os consumidores.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Pela ordem, Senador Cássio, Senador Jader e Senadora Ana Amélia.

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o tema que me traz a este microfone é também saúde, e não é a primeira vez que o faço diante do absurdo que vem acontecendo com os portadores de doenças raras no nosso Brasil.

Mais uma vez presente aqui, no nosso plenário, Patrick Dorneles, que é portador de doença rara – tem MPS. Ele já esteve aqui várias vezes. E não apenas Patrick, mas vários outros pacientes na Paraíba e em outros Estados. Só na Paraíba, são 31 pacientes que estão sem medicação. E sem medicação há meses. Não há como justificar tamanha omissão. É um crime que se comete contra a vida de brasileiros que já enfrentam dificuldades terríveis na sua existência, pela própria doença rara.

Como se não bastasse a convivência com a doença rara, o que se tem é a omissão completa, o descaso, o descompromisso, a insensibilidade, a incompetência do Ministério da Saúde, que simplesmente não resolve o problema, mesmo com decisões judiciais determinando a aquisição do medicamento, como é o caso de Patrick e de tantos outros pacientes.



Patrick tem uma decisão judicial, e eu não quero apenas personificar o caso dele, até porque ele não aceita isso. Patrick luta pela própria vida e luta pela vida dos outros doentes raros do Brasil inteiro. Mas, no caso, apenas tomando o exemplo do Patrick Dornelles, existe uma decisão judicial, e simplesmente o Ministério da Saúde não cumpre; alega justificativas burocráticas, de processo licitatório. O fato é que não cumpre, não respeita a decisão judicial para aquisição do tratamento. E a suspensão do tratamento significa desesperança. Para alguns deles, representou morte. As pessoas estão morrendo!

Então, aqui mais uma vez, não é a primeira, nem a segunda, nem a terceira vez que faço isto: um apelo, uma súplica, um apelo veemente ao Ministro Gilberto Occhi, para que o Ministro tome providências. O País não pode simplesmente achar que é normal a omissão diante de caso tão grave, de descompromisso com o povo brasileiro, com cidadãos brasileiros, como é este que está aqui ao meu lado, ao nosso lado.

Patrick vem aqui para chamar a atenção do Senado Federal, chamar a atenção dos responsáveis pela gestão federal, chamar a atenção do Ministro Gilberto Occhi, dos responsáveis pela aquisição dos medicamentos por via judicial.

Recentemente, a Dr^a Patrícia Paim, que era a técnica responsável pela aquisição desses medicamentos, foi exonerada. Não me recordo aqui de memória o nome da pessoa que a substituirá, mas, quem quer que seja, que tome providências para ontem. Esses brasileiros não podem mais esperar.

Estamos tendo mortes, estamos tendo óbitos de forma permanente, de maneira constante, pela omissão do Governo, pelo descaso, pelo descompromisso, pela insensibilidade, pela irresponsabilidade. Em alguns atos, vou ser mais contundente, é uma atitude criminosa, porque, se você tem – e eu concluo, Sr. Presidente – uma decisão judicial...

(Soa a campanha.)

O SR. CÁSSIO CUNHA LIMA (Bloco Social Democrata/PSDB - PB) – ... há meses, há anos, e essa decisão simplesmente não é cumprida, essa decisão não é respeitada... E se alega processo licitatório, alegam-se justificativas outras, e o fato é que vem faltando, mês após mês, a medicação.

E a interrupção do tratamento representa regredir na situação de saúde. Não é uma doença como as doenças comuns, em que você pode momentaneamente suspender um tratamento, retomar o tratamento e ter sequência na terapêutica. Não! Quando, no caso de um paciente como Patrick, o tratamento é suspenso, o paciente regride. E regride, muitas vezes, sem chance de voltar ao patamar em que se encontrava. É um absurdo completo! Não há como entender isso, não há como aceitar isso!

Então, Sr. Presidente, apelo a V. Ex^a, apelo a todos os Senadores, apelo a todas as Senadoras, para que possamos nos unir diante dessa causa dos doentes raros brasileiros. Patrick está aqui apenas para representá-los, não está aqui em causa própria.

Eu vou trazer, para concluir, um depoimento do que fez Patrick: quando, em determinado momento, para um outro portador de MPS faltou medicamento, ele tirou do dele, para ceder ao seu irmão de tratamento.

Então, que possamos cobrar, exigir do Ministro Gilberto Occhi e do Ministério da Saúde providências para ontem. Não dá mais para esperar, não é possível mais tolerar essa situação. É muita incompetência, é muito descaso, é muito descompromisso, é muita falta de sensibilidade.

Que se faça algo urgente, antes que seja tarde demais!



O SR. LINDBERGH FARIAS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RJ) – S. Ex^a tem todo o nosso apoio, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Jader; depois, Senadora Ana Amélia.

E peço aos Senadores que venham ao plenário. Estamos em processo de votação nominal.

O SR. JADER BARBALHO (Bloco Maioria/MDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores.

Sr. Presidente, eu ocupo a tribuna neste momento para fazer um registro em relação a uma reunião feita pela Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos (SPPI) do Governo Federal, que resolveu propor uma solução para o Governo Federal, que é a de renovar a concessão para a Vale da ferrovia que sai de Carajás, no Pará, para Itaquí, no Maranhão, por 30 anos. Como compensação por essa renovação, a Vale viabilizaria a Ferrovia de Integração Centro-Oeste (Fico) e também uma ferrovia em São Paulo, denominada Ferroanel.

Eu quero, inclusive, manifestar ao Senador Ferraço que eu tive a oportunidade de acompanhar uma manifestação sua, nas redes sociais, manifestação em favor dos interesses do Espírito Santo – justos interesses. E eu quero dizer que venho à tribuna, respeitosamente, em relação aos interesses do Centro-Oeste do Brasil, que merece políticas de desenvolvimento, e com o maior respeito ao Estado de São Paulo, mas não posso aceitar, Sr. Presidente, como paraense, que o meu Estado seja preterido mais uma vez, em relação a um projeto fundamental como esse.

O Pará contribui, ao longo do tempo, para as exportações brasileiras, particularmente no que diz respeito à empresa que antes era Vale do Rio Doce e que, hoje, é chamada apenas de Vale. Nós somos a maior província mineral deste País.

A empresa Vale tem a maioria dos seus projetos fundamentais localizada no Estado do Pará, e eu não aceito isso de forma alguma, assim como, creio, todos os paraenses, por uma questão de justiça para conosco.

Não quero absolutamente dificultar a aplicação de recursos em relação ao Centro-Oeste brasileiro, que tem toda a minha solidariedade, muito menos em relação a São Paulo, esse grande Estado da Federação brasileira, mas é inconcebível, é inaceitável que se vá renovar a concessão da ferrovia da Vale, que escoar o nosso minério de ferro através do Porto de Itaquí, deixando muito pouco no nosso Estado.

Até hoje, nós estamos assistindo a apenas o trem levar a nossa riqueza. O Pará tem lutado há muito tempo pela possibilidade de verticalização do ferro no nosso Estado. E, agora, assistimos, em nome da logística, em nome do desenvolvimento regional, a se marginalizar o Estado do Pará. É inaceitável! Nós não aceitamos!

Eu pretendo, se ainda hoje for possível, ter uma audiência a nível da Presidência da República, para deixar bem claro que, como Senador pelo Estado do Pará, traduzindo – não tenho dúvida alguma – o sentimento dos meus colegas que integram também a Bancada do Pará aqui no Senado da República, mas, fundamentalmente, traduzindo o sentimento do povo do Pará, nós não aceitamos esse esbulho!

Já quando da implantação da ferrovia, nós pagamos um grande preço, que era assistir ao nosso minério de ferro sendo escoado pelo Porto de Itaquí, no Maranhão. Aguardamos esses anos todos pela possibilidade de assistir à verticalização, isto é, à implantação da indústria do ferro no Estado do Pará. E agora... E não é só o ferro, não! A Vale tem tantos outros interesses, em quase toda a área mineral no Estado do Pará, e eu não posso, como nós, paraenses, assistir agora ao



Governo Federal negociar com a Vale a renovação da concessão da ferrovia e implantar, como compensação, um projeto no Centro-Oeste brasileiro e um projeto em São Paulo. E nós, paraenses, vamos assistir a isso? Já não bastasse a tal da Lei Kandir, que, ao longo dos anos, subtrai a arrecadação do Estado do Pará...

O Pará é superavitário no que diz respeito à questão de exportação e de importação, e nós pagamos por isso. Agora, assistir a essa decisão dessa comissão do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) do Governo Federal, fazendo essa negociação com a Vale, nós não admitimos!

E eu quero dizer, Senador Ferraço, que sou solidário também, porque o Espírito Santo é outro Estado que contribui fundamentalmente para a história do que era a Vale do Rio Doce e do que hoje é a Vale. Nós, evidentemente, temos uma contribuição, atualmente, muito maior. Não é só Carajás, não! É Canaã dos Carajás, é o sul do Pará, é Paragominas, é Barcarena! Enfim, nós damos uma contribuição enorme! E nós assistimos...

Eu quero dizer, como V. Ex^a diz, Senador Ferraço: eu, como representante do Pará, também vou até o Judiciário.

O Governo Federal, que conta comigo para ajudar o Brasil... Mas eu tenho um Brasil primeiro, que é o Brasil que eu represento, é o Pará, são os paraenses. Esta é a Casa da Federação, e eu não vou, Sr. Presidente, com todo respeito aos interesses dos meus irmãos do Centro-Oeste brasileiro e de São Paulo... Se o Governo Federal quer investir, quer fazer parcerias para ajudar o Centro-Oeste, ele tem a minha solidariedade; se quer ajudar São Paulo, tem a minha solidariedade, mas eu quero dizer que não aceito que o meu Estado contribua de forma fantástica no campo das exportações, da política mineral deste País, da política hidroenergética... Nós temos não só a hidroelétrica de Tucuruí, mas hoje a de Belo Monte contribuindo para todo o Brasil.

Nós temos direito a crescer, direito a nos desenvolver. Nós somos estratégicos para o Brasil, nós temos o porto mais próximo para a Europa, para os Estados Unidos e até para a Ásia, através do canal do Panamá. Nós não aceitamos isso que eu considero um esbulho – um esbulho – contra o Estado do Pará.

Ajudem o Centro-Oeste, ajudem São Paulo, mas sem prejudicar o meu Estado. O meu Estado é prioritário nesta questão. Podem renovar a concessão da Vale, mas permutem em favor de investimento no meu Estado, no Estado do Pará, que hoje detém, seguramente, não só em favor da Vale e do Brasil, uma riqueza imensurável.

Portanto, o meu protesto em relação a esta decisão, e nós iremos até as últimas consequências se isso for mantido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora Ana Amélia; depois, Senador Jorge Viana.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS. Sem revisão da oradora.) – Eu quero apenas falar da indicação – e não só isso – do Embaixador Evandro Didonet para Suíça e Liechtenstein, meu caro Presidente, porque ele é gaúcho de Santa Maria, uma cidade que está em uma situação de preocupação, porque já foram hoje anunciados, entre os Governos do Município e do Estado do Rio Grande do Sul, atualizando o surto de toxoplasmose naquela cidade, um total de 1.563 casos notificados e 594 confirmados por meio de contraprova em laboratórios.



Essa crise, esse surto é o maior do País, o último que aconteceu foi no Estado do Paraná. Aliás, os médicos infectologistas de Santa Maria, da Universidade Federal de Santa Maria, da Faculdade de Medicina, têm trabalhado intensamente para identificar as causas e a origem desse surto, que mobiliza as autoridades municipais, o Prefeito Jorge Pozzobom, o Governador do Estado do Rio Grande do Sul, José Ivo Sartori, e as respectivas secretarias de saúde. O próprio Ministro Gilberto Occhi também tem determinado uma atenção de emergência para esse surto de toxoplasmose em Santa Maria, terra do nosso Embaixador Didonet.

Eu queria também mencionar aqui, Presidente Eunício Oliveira – há pouco o Senador Cássio Cunha Lima falou sobre os medicamentos destinados a doenças raras –, que o Senador Moka liderou uma subcomissão na Comissão de Assuntos Sociais para tratar desse tema e está com um projeto pronto para tentar ter uma efetividade maior desse caso que é rumoroso.

Finalmente, Presidente, penso que o tema relacionado ao reajuste dos planos de saúde volta ao tema do trabalho das agências reguladoras, que foram criadas para fazer a interface entre o cliente e a concessionária do serviço. Hoje, nós estamos vendo o seguinte: as agências operando para o lado mais forte.

A Anac, no caso da aviação civil, criou regulamentos e modificações sob o argumento, Senador Jorge Viana – e V. Ex^a tem falado muito nessa questão da Anac –, de que a passagem aérea, se você não despachasse a bagagem, ficaria o preço mais barata. Nós, além de pagarmos a bagagem, o preço da passagem não baixou e nós a cada dia estamos no aeroporto e não podemos carregar mais de dois volumes: uma mala de mão e talvez a sua bolsa, mulheres que sempre carregam bolsa, ou uma mochila.

Então, é muito complicada essa relação das agências reguladoras, seja no caso da ANS, que determinou um reajuste abusivo para os planos de saúde, seja no caso da Anac, quando define critérios que são insuportáveis para os passageiros que usam as companhias aéreas, sem falar em outras agências reguladoras que estão operando. É preciso que elas tenham um pouco mais de equilíbrio para estabelecer exatamente...

(Soa a campainha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco Parlamentar Democracia Progressista/PP - RS) – ... o interesse, preservar o interesse do usuário do serviço e o interesse da concessionária na operação dos mesmos serviços, seja na área da aviação civil, seja na área dos planos de saúde.

É isso, Presidente.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a palavra também para discussão.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Jorge Viana, tem a palavra por inscrição.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Em seguida, peço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Vou encerrar esta votação, vou abrir outra e dou a palavra a V. Ex^a.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Jorge.



O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Só preciso de uns cinco minutos, mas eu queria chamar a atenção dos colegas Senadores e Senadoras, dos servidores da Casa e do Presidente, porque eu entendo que todos nós devemos prestar contas à opinião pública, à sociedade e até mesmo aos colegas de trabalho.

Na última sexta-feira, eu estava no Acre e acompanhei pelo Jornal Nacional a matéria onde se noticiava que o Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Gilmar Mendes, arquivava com várias razões uma acusação que levava a uma eventual investigação da campanha do Governador Tião Viana, em 2010, e da minha para o Senado.

Há quase dois anos, nós tivemos os nomes envolvidos em algo e nós só tentamos fazer algo nesse período que era mostrar a nossa inocência. Foi fartamente noticiado na grande imprensa nacional que nós poderíamos estar envolvidos no tal esquema da Lava Jato. Aquilo foi duro e foi difícil. Não faltou a confiança das pessoas que nos conhecem, tanto o Governador, como também me conhecem. Lá no Acre, foi mais fácil de lidar, porque lá as pessoas me conhecem. Eu fui Prefeito, fui Governador. O Governador Tião Viana foi Senador e é hoje Governador do Estado. As pessoas se conhecem. Fica um pouco mais fácil. Mas, no Brasil, como é que fica? Eram 300 nomes, e, daqui a pouco, você vê também o seu nome questionado.

Não é nada fácil, mas eu venho hoje aqui para dar uma satisfação a todos aqueles que estavam em dúvida, e até respeito essa dúvida. Mas eu trago também um exemplo: será que é assim que nós devemos proceder no nosso País? Transformar um questionamento em acusação, essa acusação em sentença, e destruir, às vezes, um nome, uma história, uma vida?

As pessoas mais próximas sofreram muito. Lamentavelmente, o meu pai mesmo não está aqui para ver isto, para ver que a mais alta Corte de Justiça do País sentenciou que nem o Tião nem eu temos contas a acertar com a Justiça.

Digo aos colegas que ser questionado não é sentença. Não é nem acusação. Vários colegas estão nessa situação. Tenham paciência e busquem a justiça.

Mas, para mim, eu fui Prefeito, fui Governador. Eu não tenho um único processo! Nenhum pendente em qualquer corte, nos Municípios, no Estado, nem na União Federal. Mas eu tinha há dois anos que esperar por uma sentença judicial. Ela saiu na sexta-feira.

Não quero o mal dos acusadores, não quero mal dos falsos informadores que jogaram tinta, botaram nas capas, reproduziram um questionamento e o transformaram em sentença e condenação. Não quero mal a nenhum deles. Que as consciências possam ser levadas. Vários jornais puseram muitas vezes os nossos nomes e nenhuma notinha deram! O que fazer? Quem pode reparar esse dano?

O Governador Tião Viana já foi reeleito e não é candidato a nada. Eu estou como pré-candidato ao Senado.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Seria justo eu entrar, Sr. Presidente, numa campanha sob suspeição? Acho que não é justo. Eu não quero ser mais, nem menos do que ninguém. Senador Wilder, nem mais, nem menos. Eu só queria entrar, como graças a Deus eu vou poder entrar, de cabeça erguida, com meus erros, com os meus defeitos, com os problemas que a gente tem, com as pessoas que nem gostam da gente às vezes, e têm lá seus motivos, mas entrar sob suspeição, não. A decisão que nos foi dada, primeiro foi dada pelo Ministério Público Federal. Depois, a Presidente Cármen Lúcia, depois o Ministro



Fachin, Relator da Lava Jato, que disse: "O Governador Tião Viana não tem a ver com Petrobras, nem com Lava Jato". E o mesmo fez com meu nome.

Há mais de oito meses, mais aquela protelação, os prazos indo, e, agora, o Supremo Tribunal Federal, através do Ministro Gilmar, sentença de maneira definitiva que o Governador Tião Viana não é e não foi ficha-suja e que, graças a Deus, eu sigo ficha-limpa.

Faço isso aqui em respeito ao Senado. Eu sei que alguns até dizem: "Não fala mais disso não! Deixa para lá! O importante era a sentença."

Não, o importante não é a sentença; o importante é a honra, o importante é a vida a que a gente se dedica. Ninguém faz o que muitos aqui fizeram e que eu tentei fazer, um bom trabalho na prefeitura, um bom trabalho no governo, se não trabalhar honestamente. Ninguém consegue fazer. Ninguém consegue. E eu tenho me esforçado para ser um bom Senador. Mas de que adianta você estar nos lugares e as pessoas o olharem com um ar de desconfiança ou de condenação?

Eu, graças a Deus, não entrei na Lava Jato, mas quero ser um Senador pós-Lava Jato.

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – Eu vou radicalizar nessa campanha. Essa é uma palavra de que eu não gosto muito, nem pratico, mas eu vou, no limite da lei, além desse limite para tentar fazer uma campanha ética, honesta, que traga de volta a confiança das pessoas que perderam a confiança na classe política. Uma democracia não pode seguir assim, sem partidos respeitados, sem representantes respeitados. Não dá para seguir assim.

Eu sou de um Estado pequeno, mas tudo o que eu quero é tentar contribuir com meu País, ver se a gente ajuda a superar essa crise, virar essa página, e vou fazer isto com fé, com esperança de que a política ainda é uma atividade nobre que pessoas decentes e honestas podem fazer.

Eu não estou tirando conta com ninguém, não quero tripudiar em cima de ninguém; eu só queria que a grande imprensa nacional, na hora da absolvição, na hora do arquivamento,...

(Soa a campanha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... desse o tratamento, desse a mesma posição, ou pelo menos um pouquinho, dez por cento, do que deu divulgando, quando a gente não era investigado, a gente não tinha sentença, a gente não estava pagando pena.

Este País, nessa marcha da insensatez, vai para um caminho muito errado. As pessoas, depois, vão estar se agredindo nas ruas, como já estão, vão estar se batendo nas ruas, por tanta coisa ruim que carregam dentro de si. Para mim, a nossa sociedade está doente. A atividade política hoje é parte dessa doença, e nós todos precisamos nos curar. Eu já vim aqui dizer que nós deveríamos fazer um pedido de desculpa coletivo pelos erros que cometemos, mas a atividade política não é uma atividade criminosa. Nós não podemos ser sentenciados por tal.

Eu encerro aqui, Sr. Presidente, agradecendo. Eu vim fazer este registro, porque acho importante constar nos *Anais do Senado*, da Casa em que eu trabalho, no lugar em que tento representar o povo do Acre e o povo brasileiro, que sigo ficha-limpa, graças a Deus. A mais alta Corte de Justiça do País mandou arquivar o único processo a que eu respondia, ou estava para responder, já que não havia uma denúncia formulada contra mim e o Governador Tião Viana. Eu faço isto prestando contas ao povo do Acre, ao povo brasileiro e a todos os colegas Senadoras e Senadores e servidores desta Casa, que me acolheu há sete anos e que me acolhe com muito



respeito, porque eu só quero poder ajudar o meu Estado, ajudar o Brasil, e tenho fé em Deus que nós vamos conseguir vencer esses tempos difíceis.

Quero, por último, também convidar os colegas para estarem, às 18h30, ali na Biblioteca do Senado, pois eu vou estar apresentando um trabalho, prestando contas. É a quinta revista do meu mandato. Eu vou estar fazendo...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE VIANA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - AC) – ... uma apresentação dessa revista.

Sr. Presidente, peço a compreensão para mais 30 segundos.

Eu queria que os colegas que puderem passar lá agora, às 18h30. Nós vamos estar fazendo um pequeno coquetel, com coisas do Acre, mas, ao mesmo tempo, eu vou estar prestando conta para os convidados do trabalho que a gente tenta desenvolver aqui, no Senado Federal.

Mas que esse exemplo, comigo e com o Tião, possa servir para outros colegas. Quem tem contas a acerrar com a Justiça que as acerte; quem cometeu crime que pague por ele. Mas que aqueles que forem inocentados recebam, pelo menos de setores da grande imprensa, o tratamento justo daqueles que são inocentes.

Fica essa reflexão para que os amigos jornalistas que estão aí e que escreveram notas – não me incriminaram, não, divulgaram – possam agora, quem sabe, também fazer chegar ao conhecimento público que o Supremo Tribunal Federal nos absolveu e que nós não temos – nem o Governador Tião Viana nem eu...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Vou encerrar a votação. *(Pausa.)*

Está encerrada a votação.

(Procede-se à apuração.) **(Lista de votação – Vide item 2.2.2 do Sumário)**

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Votaram SIM 43; NÃO, 02.

Está, portanto, aprovado o nome do Sr. Evandro de Sampaio Didonet, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Parecer nº 56.

Já foi lido e já aprovado, que era do Senador Antonio Anastasia – fazer questão de citar ali o meu grande Líder Antonio Anastasia, que foi o Relator dessa matéria.

E será feita a devida comunicação à Presidência da República.

Eu vou pedir aos Senadores e Senadoras que venham ao plenário.

Nós vamos fazer votações nominais e, às 20h, teremos sessão do Congresso Nacional para aprovarmos os PLNs, sob pena de a gente não entrar no período de recesso no mês de julho.

Foi apresentado um requerimento de urgência, que será publicado na forma regimental, para o Projeto de Resolução 31, de 2017 **(Requerimento nº 398/2018 – Vide item 2.2.3 do Sumário)**.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam o requerimento permaneçam como se acham. *(Pausa.)*



Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Projeto de Resolução 31, de 2017, do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Resolução do Senado 43, de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos.

Parecer 55, da CAE, Relatora *ad hoc* foi a Senadora Kátia Abreu, favorável, nos termos da Emenda nº 1, da CAE (Substitutivo), que oferece.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão.

Discussão do projeto e da emenda, em turno único.

Para discutir, pede a palavra o Senador Flexa Ribeiro.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. *Fora do microfone.*) – E eu, Sr. Presidente? Sou mais velho do que ele.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – V. Ex^a tinha pedido a palavra para discutir? Ele tinha pedido a palavra para discutir, e ele estava lá... E eu encerrei a votação anterior, dizendo para ele que daria a palavra a V. Ex^a também e, depois, ao Senador Magno Malta.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco Social Democrata/PSDB - TO) – Eu acho, Sr. Presidente... Abra o painel, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Calma! Calma! Enquanto tiver discussão, não posso abrir painel.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Sem revisão do orador.) – Não, Presidente, eu pedi a palavra para fazer um pronunciamento e não para discutir a matéria. V. Ex^a pode abrir o painel e me conceder a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Então, eu vou ver se tem alguém inscrito. É o Regimento.

O Senador Ferraço está inscrito para discutir a matéria. Então, ele tem preferência para discutir a matéria.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Pois não. Aguardo.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – Sr. Presidente, eu também versaria sobre outro tema, enquanto houvesse o processo de votação, não discutiria sobre esse tema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Deixe-me só entender aqui o Plenário: o Senador Flexa queria falar, mas não é esse o assunto que nós estamos debatendo; o Senador Ricardo Ferraço queria falar, mas não é sobre esse tema.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – Eu quero falar sobre o tema.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Sobre o tema, então, o Senador Valadares está inscrito e a Senadora Kátia Abreu.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esta matéria é sumamente importante para os destinos dos Municípios brasileiros, notadamente aqueles Municípios que, para realizarem obras e serviços, precisam se juntar, precisam fazer uma fusão dos seus interesses através dos consórcios. Os consórcios municipais existem em todo o Brasil. No Estado de Sergipe, por exemplo, há quatro consórcios muito atuantes, e, sem dúvida alguma,



pequenos Municípios, individualmente, não poderão tomar determinados financiamentos devido à natureza da obra ou do serviço a realizar. Por exemplo, o aterro sanitário. O aterro sanitário é uma obra que atende, no interior ou mesmo na capital de qualquer Estado, aos interesses múltiplos de Municípios circunvizinhos. Aí é onde aparece o consórcio, que poderá tomar um empréstimo para financiar a construção daquele aterro sanitário.

Assim mesmo, do mesmo modo, a construção de um hospital, por exemplo, que venha servir a quatro, cinco Municípios ou dez Municípios que participam, que integram um determinado consórcio. Ora, aquele hospital não vai servir somente a um Município; vai servir a vários Municípios, cujas populações vão se beneficiar daquela obra, daquela unidade hospitalar que vai atender aos interesses das diversas comunas presentes naquele território. Por isso que o consórcio pode atuar no intuito de, atendendo aos interesses dos Municípios, tomar um financiamento. Esse financiamento será dividido, naturalmente, com aqueles que integram o consórcio.

E eu quero, neste momento, parabenizar a Senadora Maria do Carmo, que é de Sergipe, Relatora do processo, e também a Senadora Kátia Abreu, que hoje, como Relatora *ad hoc*, leu o parecer da Senadora Maria do Carmo na Comissão de Assuntos Econômicos.

Então, trata-se de matéria extremamente relevante, de vez que, apesar de uma previsão constitucional, não havia...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... o devido amparo legal para dar suporte a esse benefício, já que o Ministério da Fazenda exigia, e exige, que os Municípios integrantes dos consórcios manifestem o interesse e tenham o embasamento jurídico...

(Soa a campainha.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PSB - SE) – ... através de uma resolução do Senado Federal.

E é isso que nós estamos fazendo, Senador Anastasia. V. Ex^a, que é um grande municipalista, igualmente o nosso Presidente Eunício Oliveira, que recebeu ontem uma homenagem dos seus conterrâneos do Ceará como o municipalista número um. V. Ex^a, Senador Anastasia, também é um grande municipalista, assim como a Senadora Maria do Carmo e a Senadora Kátia Abreu, e trabalhamos, todos juntos,

Eu que fui Prefeito de um Município do interior chamado Simão Dias, onde comecei a minha vida política, pude ver de perto a necessidade que têm os Municípios para fazer determinadas obras, como, por exemplo, o matadouro. O matadouro pode ser que venha servir a uma vasta região, atendendo a vários Municípios, e nós temos problemas sérios, hoje, com a Dema, um órgão do meio ambiente, impondo determinadas soluções, iniciativas dos Municípios, que, sozinhos, não poderão realizar, mas, em conjunto, através dos consórcios, quem sabe, eles poderão ultrapassar as dificuldades e servirem bem às suas comunidades.

Por isso, Sr. Presidente, eu apresentei esse projeto a pedido dos consórcios públicos brasileiros e também do consórcio público do agreste central de Sergipe. E, aqui, estão os representantes, tanto do nacional como do Estado de Sergipe, que já foram, hoje, ao meu gabinete agradecer a iniciativa que nós tivemos de apresentar essa proposta, que vem ao encontro dos interesses dos Municípios brasileiros.



Portanto, Sr. Presidente, o meu voto não poderia deixar de ser favorável, enaltecendo as Relatorias, a Senadora Maria do Carmo e a Senadora Kátia Abreu.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Para discutir a matéria, Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero parabenizar o nosso Senador Antônio Carlos Valadares pela autoria desse projeto. Não há nada mais moderno hoje, principalmente em momentos de crise, de dificuldades, do que a união de forças. Consórcios municipais, intermunicipais e consórcios interestaduais são uma grande solução, que já é usada por toda parte do mundo – a união faz a força.

E eu quero lembrar que esse projeto trata de uma novidade, de uma inovação, que, na verdade, admite e aceita que os Municípios que fazem parte do consórcio possam unificar um pedido de empréstimo: um empréstimo no Brasil ou um empréstimo no exterior, com juros mais baratos, para infraestrutura dos seus Municípios, mas também para financiar a saúde e a educação.

Aqui o Senador Antônio Carlos Valadares deu vários exemplos. Eu também gostaria aqui de deixar um exemplo. Nós construímos um consórcio no Tocantins, um consórcio estadual, e eu coloquei quase sete milhões de emendas para este consórcio para comprar duas equipes de máquinas para asfaltar os Municípios. Então, eu dividi o Estado ao meio: um conjunto de máquinas para o sul e um conjunto de máquinas para o norte. As máquinas já foram licitadas – é emenda de 2016 – e já foram praticamente entregues para começar o trabalho. Os Municípios vão entrar com as suas máquinas base para fazer a base do asfalto e o consórcio vai chegar com as máquinas mais sofisticadas para fazer o asfaltamento. Nós pretendemos asfaltar quase todos os Municípios antes do final dos mandatos dos prefeitos.

Então, esse consórcio é presidido pelo Prefeito Washington, da cidade de Fátima, mas nós temos outros. O Consórcio do Bico do Papagaio, presidido pelo Castro, Prefeito de Axixá, e, também, o Consórcio do Sul, que é presidido pelo Onassys, Prefeito de Jaú, que tem o Prefeito Laurez; o Prefeito Fábio, de Palmeirópolis. Enfim, agora é mais uma possibilidade.

E eu quero lembrar ainda aos ministérios do Brasil que existe uma lei, aprovada por esta Casa, que deverá ser facilitado o envio e a liberação de recursos de emendas parlamentares para os consórcios. Há ministérios que não estão obedecendo a essa lei, que estão dificultando a vida dos consórcios e não permitem que isso aconteça.

Alguns, por desconhecimento, mas, na Integração Nacional, por exemplo, via Sudam, os recursos de consórcio fluíram muito bem com o Ministro Helder, e nós liberamos quase sete milhões – e eu pretendo continuar, através de emendas parlamentares. Agora, há essa nova opção, que é o financiamento privado internacional.

Então, é uma cultura que nós vamos expandindo no Brasil, a exemplo das cooperativas. O cooperativismo é uma questão de sucesso no País e no mundo. Então, os consórcios não são uma cooperativa, mas são um modelo de que a união faz a força.

Eu acredito na organização, na maturidade dos gestores. Isso vai fazer com que os consórcios se tornem a moda no País para economizar recurso público, para otimizar os recursos da União, das emendas da União e também emenda dos Estados.



Então, eu quero aqui parabenizar a Senadora Maria do Carmo, o Senador Antonio Carlos Valadares e dizer que nós vamos votar. Eu voto a favor desta matéria.

E quero agradecer ao Eunício Oliveira, o nosso Presidente. Essa matéria não estava pautada, ela foi votada hoje na CAE. Votamos a urgência. Ele não precisava colocá-la hoje, mas viu a importância dos consórcios. Apesar de várias matérias que estão na fila, ele fez questão de colocar, a nosso pedido, a matéria dos consórcios.

Muito obrigada, Presidente Eunício Oliveira, por atender o pedido de vários Senadores e pautar o projeto dos consórcios. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (Bloco Social Democrata/PSDB - MG. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

De maneira muito rápida, para cumprimentar a autoria do Senador Valadares neste importantíssimo projeto e as relatorias das Senadoras Maria do Carmo e Kátia, porque o tema de consórcio em meu Estado, Sr. Presidente, é uma realidade; dezenas de consórcios intermunicipais na área da saúde, saneamento, obras, em todos os segmentos. É uma realidade positiva que visa agregar, concentrar e otimizar recursos para aprimorar a prestação dos serviços públicos.

Então, eu fico muito satisfeito, porque esse projeto vai aperfeiçoar esse modelo, que é um modelo moderno, participativo, democrático e, fundamentalmente, municipalista.

Fico feliz que esta Casa, o Senado da República, a Casa da Federação, está dando hoje guarida aos Municípios, um elo tão importante da nossa Federação, exatamente o elo básico, que é o Município.

Muito obrigado.

Parabéns a esta Casa por essa aprovação, que antevejo vitoriosa daqui a alguns instantes.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Em votação.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores que aprovam permaneçam como se acham. (*Pausa.*)

Aprovado o substitutivo, fica prejudicado o projeto.

O parecer da Comissão Diretora, oferecendo a redação do vencido para o turno suplementar, será publicado na forma regimental (**Parecer nº 123/2018-CDIR/PLEN-SF – Vide item 2.2.3 do Sumário**).

Como está em regime de urgência, eu vou votar já o turno suplementar.

Passa-se à apreciação em turno suplementar.

Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão. (*Pausa.*)

Não há oradores inscritos para a discussão dessa matéria.

Está encerrada, então, a discussão, sem apresentação de emendas.

O substitutivo é dado como definitivamente adotado sem votação, nos termos do art. 284 do Regimento Interno.

A matéria vai à promulgação.

Mensagem nº 41.

Votação nominal, para os que não votaram nominalmente, ainda.

Alertando que nós teremos sessão do Congresso Nacional, com um PLN com dinheiro para a educação, para a saúde e para o Ministério da Integração, na noite de hoje, após as 20h; aliás, desculpem, 19h.

Mensagem nº 41, de 2018 (nº 265, de 2018, na origem), pela qual a Presidência da República submete à apreciação do Senado Federal a escolha do Sr. Tovar da Silva Nunes, Ministro de



Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Parecer 55, de 2018, da Comissão de Relações Exteriores, Relator: Senador Lasier Martins.

Discussão do parecer. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir ...

É para discutir o parecer?

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. *Fora do microfone.*) – Apenas para elogiar, para fazer um comentário. Mas pode ser depois.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Passa-se à votação que, de acordo com o disposto no art. 291 do Regimento Interno, deve ser procedida por escrutínio secreto.

As Sr^{as} e os Srs. Senadores já podem votar.

(Procede-se à votação.)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senadora Kátia Abreu.

A SR^a KÁTIA ABREU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PDT - TO. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu não poderia deixar de fazer aqui um comentário bastante apropriado a respeito do Embaixador Tovar da Silva Nunes. Eu normalmente não costumo fazer nenhuma manifestação na aprovação de embaixadores, pois a grande maioria eu não os conheço, mas o Embaixador Tovar merece a minha declaração de apoio e também a minha constatação do seu trabalho na Índia como Embaixador daquele país. Como Ministra da Agricultura, pude constatar que o seu trabalho na Índia, junto com o Ministério, foi fundamental.

É um embaixador extremamente preparado, uma pessoa íntegra e, além de tudo, obstinado para resolver problemas. Não se conforma com os não. O Embaixador Tovar, na Rússia, que é um país importante para o Brasil... Nós temos um comércio intenso com aquele país, mas temos grandes dificuldades de relações diplomáticas durante as nossas importações e exportações, especialmente de carnes. Nós estamos há bastante tempo com as nossas exportações de carne suína suspensas para a Rússia, o que traz um prejuízo enorme ao Brasil e aos produtores rurais. Quando soube da ida do Embaixador Tovar para a Rússia, eu me dirigi à Comissão de Relações Exteriores. Vim de longe apenas para ajudar a aprová-lo, porque eu tenho certeza de que ele vai ajudar-nos a superar essas dificuldades.

Ministro Blairo Maggi, atente para esse embaixador, que poderá colaborar muito com o Ministério da Agricultura para reabrir o mercado de carnes na Rússia para as nossas exportações.

Embaixador Tovar, seja muito feliz na Rússia, com sua esposa, Guadalupe, e que vocês possam desempenhar lá um grande trabalho, o que dará muito orgulho ao País.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Flexa Ribeiro.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA. Pronuncia o seguinte discurso. Com revisão do orador.) – Presidente Senador Eunício Oliveira, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, eu venho hoje aqui à tribuna para denunciar mais um golpe que o Governo do Presidente Temer quer aplicar no meu Estado, o Estado do Pará.



Eu faço isso porque, ao longo dos meus quase oito anos deste mandato, lutei aqui permanentemente, quase que diariamente, defendendo o Estado do Pará nas comissões permanentes do Senado Federal, alertando para todo e qualquer esbulho que se quisesse fazer com o meu Estado.

Agora, o Governo anuncia – através do Programa de Parcerias de Investimento (PPI), da Presidência da República – que permitiu à Vale renovar por mais 30 anos a concessão da ferrovia de Carajás, e, como contrapartida, a mineradora irá construir o trecho da Ferrovia de Integração Centro-Oeste, denominada Fico, por R\$4 bilhões em 383km, ligando o Município goiano de Campinorte a Água Boa, no Mato Grosso.

Meus amigos e amigas do Pará, esse assunto da renovação da concessão da ferrovia de Carajás, da Vale, foi por mim tratado por diversas vezes, não só no plenário daqui, do Senado Federal, mas muitas vezes nas comissões e, em especial, na Comissão de Infraestrutura. O então secretário de Desenvolvimento do Estado do Pará, Adnan Demachki, fez um trabalho minucioso, chamado de Pará 2030, que era exatamente para alavancar o desenvolvimento do Pará. Nesse trabalho, estava prevista a construção de uma ferrovia ligando Santana do Araguaia, lá no extremo sul do Pará, com o Porto de Vila do Conde, no Município de Barcarena. Eram 1.300 quilômetros, mais ou menos, de extensão dessa ferrovia, cortando 23 Municípios do meu Estado. E toda ela no Estado do Pará, mas que iria beneficiar significativamente o Estado, permitindo o alavancamento da verticalização do setor mineral. Atendia, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, ao projeto da Votorantim no Município de Rondon e a outros projetos ao longo da ferrovia, Senador Eunício Oliveira.

E o que aconteceu? Fomos várias vezes, inclusive eu, em audiência com o Presidente Michel Temer, e disse a ele: "Presidente, não somos contra a renovação da ferrovia da Vale, muito pelo contrário. Agora, não é possível que esses recursos, que são tirados do Pará através da Lei Kandir, não sejam, parte deles, investidos na ferrovia paraense, em especial no primeiro tramo, de Vila do Conde até Marabá".

Estivemos também, desde o início dessa proposta, lá com o então Ministro Moreira Franco, da área do PPI, da Presidência da República. O próprio Ministro Moreira Franco, com o Dr. Tarcísio, reconheceu que a Fepasa era importante para o desenvolvimento, não só do Pará, mas do Brasil, e retiraram – observem bem, paraenses! – do leilão que o Governo Federal iria fazer o tramo da Ferronorte, que ligaria Açailândia a Barcarena, e optaram por apoiar a Ferrovia Paraense.

E agora eu sou informado de que não, que vai se usar o recurso da renovação para construir parte da Fico. Não tenho nada contra! Acho que tem que se fazer realmente, tem que se ligar, fazer a ferrovia.

Ainda hoje ou ontem, está nos jornais aí...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Está nos jornais que o Governo brasileiro vai investir em ferrovias, e isso é importante para poder dar competitividade à produção, aos produtos brasileiros.

Agora, a Companhia Vale era para o meu Pará, que ela explora não só a Mina de Ferro de Carajás... Lá atrás, na década de 70 ou 80, optaram por levar o ferro de Carajás para exportar pelo Porto de Itaquí. Argumentaram, à época, que no Pará não havia um porto com calado suficiente para receber os navios de 350 mil toneladas. Mero engano! Hoje está provado que o Pará



tem, sim, portos de calados melhores do que os de Itaqui, com menos problemas do que os do Porto de Itaqui.

Então, já nos levaram o escoamento do minério que é nosso, que é do Pará, é dos paraenses, para exportar por Itaqui. E aí a Vale, além de ferro de Carajás, está lá com o projeto de minério S11D, lá em Canaã dos Carajás. Pasmem: é o maior projeto de mineração do mundo!

Ela está tirando os minérios que são do Pará para ajudar o Brasil? Ótimo! Queremos ajudar o Brasil, sim, mas nós não podemos deixar de lutar pelo desenvolvimento do meu Estado. Como disse, ao longo desses oito anos, permanentemente aqui, no Senado Federal, lutamos para que o Pará fosse respeitado. Fizemos uma audiência pública...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... no dia 21 de março deste ano, para tratar exatamente desse tema, e foram convidados todos os Parlamentares. Participaram dessa audiência o Dr. Tarcísio Freitas, que era o Secretário do PPI; o Presidente da ANTT; o Secretário de Fomento do Ministério de Transportes, ou seja, o Ministério dos Transportes; e o então Secretário de Desenvolvimento, Adnan Demachki. Naquela audiência, o Secretário Tarcísio chegou a afirmar que não saberia se a outorga geraria algum recurso ao Governo. Aspas para o que ele disse, está na degravação da audiência pública: "Se esses...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... recursos existirem [palavras do secretário Tarcísio Freitas], podemos, sim, ver a possibilidade de destinar parte deles à Fepasa, não como financiamento completo, mas como um impulso ao projeto" – fecho aspas.

Vejam, paraenses, a luta que estamos travando há bastante tempo, não só nesse tema, mas também na questão da Lei Kandir, mas também na questão da CFEM, que é o *royalty* da mineração – que lamentavelmente não conseguimos elevar à alíquota que gostaríamos, que era de 5% sobre o valor da *commoditie*; ficaram em 3,5% sobre o valor da *commoditie*; aumentou um pouquinho, mas não aquilo que é necessário para cobrir as necessidades do Estado do Pará para os seus investimentos.

O Pará perde, por ano, pela Lei Kandir, R\$2 bilhões. Ao longo desses 20 anos, de 1996 até agora, mais de R\$40 bilhões foram tirados dos paraenses. Isso ajuda quem? Ajuda o Brasil, mas o Pará não pode ser colocado como uma ovelha negra para a Nação brasileira. O Pará tem que ser respeitado pelos brasileiros; não pelos brasileiros, mas pelo Governo da República do Brasil!

O presidente Michel Temer, do MDB, tem que respeitar o Estado do Pará; ele não fará a destinação desses recursos, porque, tenho certeza absoluta, não só eu, Senador Flexa Ribeiro, mas toda a Bancada do Pará vamos usar, Presidente Eunício Oliveira, de todos os instrumentos regimentais para obstruir...

(Soa a campanha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... qualquer votação que houver, seja ela encaminhada pela Presidência da República. A começar, eu, como primeiro Vice-Presidente da Comissão de Orçamento, vou lá, sim, obstruir a CMO enquanto o Presidente Temer não cumprir aquilo que é obrigação do Governo brasileiro: parte dos recursos da renovação serem aplicados no Estado do Pará.



E mais, a Companhia Vale é um morcego a chupar o sangue dos paraenses, ela tira do Pará suas riquezas, lucra – houve ano que lucrou R\$40 bilhões. No primeiro trimestre desse ano, o lucro da Vale foi de R\$5 bilhões. O que ela deixa para o Pará? Nada! Pinta uma igreja, faz publicação, faz convênio para fazer parque cultural...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – Já concluo, Presidente.

A maioria desses recursos que ela destina para o Pará são da Lei Rouanet, ou seja, nem os lucros ela destina. Quando a Vale era estatal, ela destinava 8% do seu resultado para investir nos Municípios impactados pela mineração, pela ferrovia.

Como Presidente da Federação das Indústrias, eu lutei, levantei a bandeira da privatização da Vale do Rio Doce. Mero engano! A Vale privatizada é pior do que a Vale estatal, é pior do que... Gente, nunca a Vale foi privatizada. A Vale continua estatal, porque a maioria do seu capital é dos fundos de investimento da Petrobras, dos Correios, da Caixa, que formam a maioria. Então, a estatal, a Vale continua sob o comando do Governo Federal.

Meus amigos, eu já esgotei o meu tempo, mas vou falar diariamente, Senadora Vanessa, sobre esse assunto e outros que venho colocando também, permanentemente, quase que diariamente, nas sessões ou nas comissões permanentes.

Aí, minha gente, eu peço o apoio dos meus pares. Se acontecer algo semelhante no Estado de qualquer um dos meus pares que aqui defendem com competência, eu estarei ao lado de vocês para defender também os interesses de cada um dos Estados.

Termino aqui pedindo ao Secretário do PPI... Vou fazer uma visita, vou pedir uma audiência a ele ainda hoje para que lá...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... nós possamos voltar a discutir com o Dr. Tarcísio, com o Ministro Moreira Franco, com o Presidente Temer, com os quais tratei desse assunto aqui por muito tempo, por anos eu diria.

Somos surpreendidos agora por mais...

(Soa a campainha.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco Social Democrata/PSDB - PA) – ... um esbulho que o Governo Federal quer fazer com o meu Estado, mas não o fará. Fiquem certos disso, paraenses!

Obrigado, Presidente.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Fernando Bezerra.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Maioria/MDB - PE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal que seja consignado nos Anais desta Casa voto de pesar pelo falecimento do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Estadual Guilherme Uchoa, nesta terça-feira, dia 3 de julho de 2018.



Faleceu hoje, no Recife, aos 71 anos, o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Estadual Guilherme Uchoa.

Em seu sexto mandato parlamentar, reeleito Presidente da Assembleia Legislativa pelo sexto biênio consecutivo, Guilherme Uchoa foi Governador em exercício por cinco vezes. Seguramente, uma das mais relevantes figuras políticas do nosso Estado.

Natural de Timbaúba, possuía bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco e era formado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. Exerceu a profissão de escrivão de polícia e aposentou-se como Juiz de Direito, tendo atuado nas comarcas de Palmeirinha, Angelim, Riacho das Almas, Caruaru, Cumaru, Goiana, Olinda e Recife.

Como Presidente da Assembleia Legislativa, foi autor e contribuinte de importantes iniciativas responsáveis por modernizar o Legislativo Pernambucano.

Cite-se a construção do edifício Governador Miguel Arraes de Alencar e do anexo ao prédio sede, que abrigam o novo plenário da Assembleia, bem como os gabinetes parlamentares, a 1ª Secretaria e a Presidência, o que deu início à transformação do Palácio Joaquim Nabuco em museu e espaço de atividades culturais. Também na sua gestão como Presidente, Guilherme Uchoa elencou como prioridade de sua gestão a estruturação da TV Alepe e sua expansão para o interior do Estado.

O Parlamentar representou a Assembleia em ações de grande relevo junto à Suprema Corte do País. Dentre elas, duas ações diretas de inconstitucionalidade que obtiveram liminares favoráveis. Uma delas foi contra a redução do número de cadeiras no Parlamento estadual. A outra questionou o modo de cobrança das taxas dos terrenos de marinha.

O Estado de Pernambuco perde uma de suas mais significativas lideranças políticas. Apresento nossos sinceros sentimentos de solidariedade à família de Guilherme Uchoa, um homem de inúmeras qualidades, que tinha compromisso com o seu Estado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – A Mesa registrará o voto de V. Ex^a e concede a palavra ao Senador Ricardo Ferraço. Após, encerrarei a votação para abrir uma nova votação nominal.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu sempre acreditei e terei de continuar acreditando no bom senso. Eu acho que o bom senso é uma das virtudes mais importantes na construção da civilidade e do avanço. Sinceramente, não acredito que as coisas possam se dar ou que os resultados possam aparecer pelos extremos. Os extremos são, na prática, a última das buscas que nós precisamos fazer quando o bom senso é violado. Eu quero crer que o restabelecimento do bom senso e da razoabilidade vai fazer prevalecer esse sentimento e esse princípio.

Por que digo isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores? Ficamos todos nós capixabas impressionados, indignados e até mesmo surpreendidos – acho que esta é a palavra: surpreendidos –, até porque não podemos nos colocar na condição de filho bastardo da Federação brasileira. Não! Nem o Espírito Santo nem os capixabas são filhos bastardos da Federação brasileira. É verdade que somos um Estado territorialmente pequeno? É verdade. É verdade que somos um Estado com população menor que a de muitos Estados da Federação? Também é verdade, mas nem por isso... O Estado do Espírito Santo e os capixabas dão uma contribuição ao desenvolvimento econômico e



social do nosso País. Sr. Presidente, foi com enorme surpresa que nós assistimos ao conselho administrativo do Programa de Parcerias de Investimentos anunciar que estará antecipando a renovação da concessão da Ferrovia Vitória a Minas. Aliás, em bom tempo, é bom frisar que, se isso é possível, foi porque nós Parlamentares aprovamos aqui a Medida Provisória 752, criando essa possibilidade, pois não havia marco legal. Então, essa foi uma medida acertada.

Na medida em que o Governo não tem recursos para fazer investimentos na infraestrutura brasileira e, sobretudo, na infraestrutura ferroviária, vamos, então, antecipar a renovação dessas concessões. E o resultado dessa renovação da concessão nós vamos, por certo, aplicar em novos investimentos no território e na região onde essa ferrovia produz impacto econômico, impacto social e impacto ambiental.

A grande surpresa é que o Conselho de Administração do Programa de Parcerias de Investimentos quer autorizar a Vale do Rio Doce a renovar a sua concessão. E nós estamos absolutamente de acordo, mas não podemos aceitar que, em lugar de os investimentos dessa renovação se darem no Espírito Santo, eles possam se dar na Região Centro-Oeste, porque isso é absolutamente injusto. E eu não consigo conceber a causa dessa inversão de valores que desejam esses burocratas que precisam respeitar o Espírito Santo.

A Ferrovia Vitória a Minas tem 114 anos de existência. Por essa ferrovia, são transportados, por ano, em média, 120 milhões de toneladas de minério, um terço praticamente da exportação de minério do nosso País. Uma boa parte desse minério fica em nosso Estado. Lá ele é processado, lá ele é transformado em *pellets*, lá ele é transformado em placas de aço, e outra parte é exportada, um terço da exportação brasileira de minério. Por essa ferrovia, um milhão de pessoas se deslocam do Estado de Minas e do Estado do Espírito Santo.

A Vale do Rio Doce assinou a sua última concessão há 30 anos. E me parece absolutamente meritório que ela tenha a renovação dessa concessão. A Companhia Vale do Rio Doce é uma companhia estratégica e importante para o nosso País. Agora, não é possível nós admitirmos uma coisa como esta: papagaio come pedra, periquito leva a fama. Não é possível que o Espírito Santo fique com o apito do trem e os investimentos possam ir para outros Estados. Isso não é justo, Sr. Presidente.

Por isso mesmo, eu quero crer... Estou solicitando uma audiência ao Presidente da República, até porque pessoalmente tratei com Sua Excelência sobre esse assunto e mereci, por parte do Presidente da República, todo o acolhimento e justiça para com esse pleito. Não apenas eu; na companhia do Governador Paulo Hartung, nós debatemos, dialogamos com o Presidente da República...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... a esse respeito, que, de pronto, de maneira diligente, pegou o telefone determinado que o Ministro Moreira Franco, de então, assim agisse. E nós conversamos também com o Ministro Moreira Franco por mais de uma vez sobre a justiça, sobre a necessidade de esses investimentos acontecerem onde eles impactam a vida e o dia a dia das pessoas.

Essa inversão de valores é uma coisa absurda. É como se quisessem fazer chover de baixo para cima. Por isso mesmo, eu quero crer que o Presidente da República, o Presidente Michel Temer vai intervir, não apenas no caso do Espírito Santo, mas também no caso do Pará, porque se trata de uma injustiça flagrante contra Estados que dão enormes contribuições ao desenvolvimento econômico e social do nosso País.



É preciso que o Senado se ponha de pé. É preciso que o Senado exerça a chamada solidariedade federativa. Assim como o Pará, o Espírito Santo também pede e clama: solidariedade aos Estados federados! É a mesma solidariedade que estamos oferecendo ao Estado do Amazonas e a tantos outros Estados que, em momentos circunstanciais, necessitam da nossa solidariedade.

Eu me coloco na condição de uma pessoa de muita fé e de muita confiança. A minha fé e a minha confiança são de que o Presidente da República vai reverter e vai impedir esse ato, feito por burocratas que não têm conhecimento e dimensão de quão perversa é uma decisão como essa, Sr. Presidente, para que nós possamos reparar esse dano. Não tem cabimento! Essa ferrovia corta o Espírito Santo! Essa ferrovia impacta o Espírito Santo econômica, social e ambientalmente. Nós temos enormes desafios com a poluição atmosférica desse complexo industrial. Como admitir, diante disso, que esses impactos fiquem no Espírito Santo e que os investimentos possam ir para outro Estado? Isso não tem pé e não tem cabeça.

Eu solicitei ao Presidente da República uma audiência. Estou aguardando de Sua Excelência deferimento para que eu possa tratar desse assunto, que é um assunto que está chamando a atenção dos capixabas e – tomo conhecimento –, da mesma forma, dos paraenses. É preciso parar essa marcha da insensatez! Essa é uma marcha de insensatez contra o meu Estado e contra a necessidade de esses investimentos ficarem no Espírito Santo.

Por que digo isso? Porque o Complexo Siderúrgico de Tubarão, um dos maiores complexos não do Brasil, mas do mundo, está no seu esgotamento. E nós temos um projeto; nós temos um conjunto de conversas e entendimentos que fizemos com o Presidente da República. Apresentamos à Presidência da República o projeto chamado Ferrovia Sul Litorânea, ligando o Complexo Siderúrgico de Tubarão, que vai cortar os Municípios de Vitória, Vila Velha, Cariacica, Guarapari, Piúma, Anchieta, Itapemirim até Marataízes e Presidente Kennedy, onde está projetado o Porto Central, uma nova fronteira econômica na infraestrutura do nosso Estado e do nosso País. E essa ferrovia é absolutamente estratégica para que nós possamos conectar todos esses terminais. Sem essa ferrovia, por certo nós estaremos perdendo janelas de oportunidades, e isso não seria – e não será – justo.

Portanto, eu faço aqui uma manifestação de muita confiança no bom senso, na razoabilidade e na confiança de que o Presidente Temer vai intervir e vai impedir que essa injustiça possa ser feita contra os capixabas.

Por ser uma pessoa de muita fé, por ser uma pessoa que acredita no bom senso, estou fazendo, por ora, esta manifestação, naturalmente aguardando a oportunidade para que eu possa dialogar com o Presidente da República e, naturalmente, aprofundar com ele os entendimentos todos que fizemos na direção da Ferrovia Sul Litorânea, que vai viabilizar a interiorização...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco Social Democrata/PSDB - ES) – ... do desenvolvimento econômico na região sul e na região do extremo sul do Estado do Espírito Santo. É nisso que eu acredito, Sr. Presidente.

Por ora, fico por aqui. Naturalmente, retornarei à tribuna do Senado quantas vezes forem necessárias e tomarei as atitudes que forem necessárias na proteção e na defesa dos interesses do povo capixaba, até como ensinou São Paulo. Nós vamos dar, nesse caso, mais uma vez, um bom combate, em nome dos elevados interesses do Estado do Espírito Santo e dos capixabas.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.



O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Vou encerrar a votação, mas, antes, o Senador Medeiros pede a palavra pela ordem. Na sequência, vou encerrar a votação.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Diante da discussão colocada aqui pelo Senador Flexa, pelo Senador Jader e, agora, também pelo Senador Ricardo Ferraço, eu não tinha como não externar também o sentimento dos mato-grossenses, Sr. Presidente, que creio ser o mesmo sentimento do Senador Wellington Fagundes e do Senador Rodrigues Palma, em relação à necessidade que temos da Ferrovia de Integração Centro-Oeste (FICO). Digo isso, Sr. Presidente, porque, bem próximo da região de Água Boa, há toda uma região próspera em soja e em milho, que precisam ser escoados. Isso vai beneficiar o País inteiro. Então, não estou defendendo que se tirem recursos do Pará nem do Espírito Santo, mas estou defendendo que seja construída aquela ferrovia, que é de extremo interesse não só para Mato Grosso, mas para o País inteiro.

Repito o que constantemente tenho dito: Mato Grosso tem apenas 20% das suas rodovias pavimentadas e uma ferrovia de pé quebrado, porque ela liga nada a lugar nenhum, praticamente, que é a Ferronorte, que chega a Rondonópolis. Então, nós precisamos imensamente de infraestrutura.

Nesta discussão, agora, a única coisa que não podemos permitir é que o Estado de Mato Grosso, que sempre foi deixado para um segundo momento, seja prejudicado neste momento. Fico temeroso de que, no meio dessa discussão entre dois Estados imensamente desenvolvidos, que são o Espírito Santo e o Pará, o Mato Grosso acabe ficando para escanteio.

Então, já peço aqui ao Governo Federal que possa assegurar – se não for com esse dinheiro, que seja com outro – a construção da FICO, que liga, de forma transversal, o Estado de Mato Grosso e que, com certeza, vai dinamizar o transporte e o escoamento de grãos no Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Eu vou encerrar a votação.

Todos já votaram? (*Pausa.*)

Está encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*) (**Lista de votação – Vide item 2.2.4 do Sumário**)

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Votaram SIM 45 Sr^{as} e Srs. Senadores; NÃO, 01.

Abstenção: 01.

Portanto, está aprovado o nome do Sr. Tovar da Silva Nunes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa, acumulando com a República do Uzbequistão.

Será feita a devida comunicação à Presidência da República. (*Pausa.*)

Mensagem do Presidente da República.

Mensagem nº 325 de 2018, da origem; submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Sr. José da Silva Tiago para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura e de Transporte (DNIT) (**Vide item 2.1.6 do Sumário**).

A matéria vai à CI (Comissão de Infraestrutura). (*Pausa.*)



Eu vou encerrar a sessão deliberativa e vou continuar com a sessão de debate, pedindo aos Senadores e às Senadoras que compareçam hoje, daqui a pouco, para presença no plenário da Câmara dos Deputados, na sessão do Congresso Nacional.

Tem um PLN que trata de dinheiro para a saúde e para a educação. Na semana passada nós não conseguimos votar. Havia dois destaques, nós vamos votar os dois destaques e, na sequência dos dois destaques, votaremos a matéria principal, que é o PLN de dinheiro para a saúde, recursos para a saúde e recursos para a educação.

Portanto, é extremamente importante a presença dos Srs. Senadores e das Sr^{as} Senadoras nessa sessão do Congresso Nacional, que se realizará no plenário da Câmara dos Deputados.

Nada mais havendo a tratar no dia de hoje, vou encerrar a Ordem do Dia, antes convocando para a sessão deliberativa amanhã, às 11h da manhã.

Está encerrada a sessão deliberativa.

Continuaremos com a sessão de debate.

O próximo orador inscrito é a Senadora Regina Sousa. (*Pausa.*)

A Senadora Regina Sousa está presente? (*Pausa.*)

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania/PODE - MT. *Fora do microfone.*) – Eu já falei.

O SR. PRESIDENTE (Eunício Oliveira. Bloco Maioria/MDB - CE) – Senador Jorge Viana. (*Pausa.*)

Não havendo mais inscritos, vou encerrar a sessão.

Antes de encerrar a sessão, mais uma vez convoco os Senadores e as Senadoras para daqui... 19h30min... Se já encerrou a sessão da Câmara, eu vou para lá agora, para às 19h... Que compareçam, são matérias importantes para deliberarmos no plenário do Congresso Nacional.

Está, portanto, encerrada a sessão do Senado Federal no dia de hoje.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 47 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 103ª SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazo



Concluída a instrução do Projeto de Resolução do Senado nº 31/2017, do Projeto de Lei da Câmara nº 76/2018-Complementar e do Projeto de Lei do Senado nº 334/2017-Complementar, as matérias ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.



Avisos de Ministros de Estado



Expedientes recebidos de Ministros de Estado:

- Aviso nº 349, de 26 de junho de 2018, do Ministro de Estado da Saúde, em resposta ao Requerimento de Informações nº 893, de 2017, de autoria do Senador Acir Gurgacz;

- Aviso nº 54, de 28 de junho de 2018, do Ministro de Estado dos Transportes, Portos e Aviação Civil, em resposta ao Requerimento de Informações nº 466, de 2017, de autoria do Senador Jader Barbalho;

As respostas foram encaminhadas aos requerentes e disponibilizadas no sítio do Senado Federal.

Os Requerimentos vão ao Arquivo.



Comunicações



Expediente, do Senado Antonio Anastasia, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação em missão oficial, no Japão, no período de 14 a 20 de abril de 2018, nos termos do Requerimento nº 173, de 2018.

O Requerimento vai ao Arquivo.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Líder do MDB e da Maioria

à presidente
03.07.18
[Assinatura]

OF. GLPMDB nº 080 / 2018

Brasília, 3 de julho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador **GARIBALDI ALVES FILHO** – MDB/RN para compor como **SUPLENTE** a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, em vaga existente.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.

Senadora **SIMONE TEBET**
Líder do MDB e da Maioria

Recebido em 03 / 07 / 2018
Hora: 18 : 35

[Assinatura]
Diágo Geovani Paes Ferreira
Matrícula: 29851 SLSF/SGM





SENADO FEDERAL
Bloco Moderador

OF. Nº 046/2018-BLOMOD

Faça-se a substituição solicitada
Em 03/07/18
[Assinatura]
Brasília, 03 de julho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **EUNÍCIO OLIVEIRA**
Presidente do Senado Federal

Senhor Presidente,

Cumprimentando Vossa Excelência, indico o nome do Senador **Rodrigues Palma (PR/MT)** para compor, como membro **Titular**, na Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI, em substituição ao Senador **Armando Monteiro (PTB/PE)**

Atenciosamente,

[Assinatura]
Senador WELLINGTON FAGUNDES
Líder em Exercício do Bloco Moderador
PTB – PR – PRB – PTC

Recebido em 03 / 07 / 2018
Hora: 14 : 15

[Assinatura]
Thiago Geovani Paes Ferreira
Matrícula: 20851 SLSF/SGM



Discurso e documento encaminhados à publicação



O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Maioria/MDB-AM. Sem apanhamento taquigráfico.)

– Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, mais uma vez, o Brasil volta sua atenção para a região Norte, para admirar uma de suas mais exuberantes manifestações culturais: o Festival Folclórico de Parintins.

Esta riquíssima manifestação da cultura brasileira tem seu ápice na festa anual que reúne milhares de pessoas para celebrar a cultura popular e as tradições do Estado do Amazonas.

De acordo com os folcloristas que se dedicaram ao tema, datam do início do século 19 os primeiros registros da brincadeira do boi no País.

Porém, foi nas primeiras décadas do século 20 que surgiram os grupos organizados, com destaque para aqueles se mantiveram vivos e ativos ao longo dos tempos:

O Boi Garantido, representado pelas cores vermelho e branco, com um coração na testa; e o Boi Caprichoso, adornado nas cores azul e preto, que tem uma estrela como emblema.

Em 1965, com a criação do Festival Folclórico de Parintins, instituiu-se definitivamente a rivalidade entre os grupos dos dois bois. Até a geografia urbana de Parintins é marcada pela dualidade Caprichoso versus Garantido.

Na cidade, todos tomam partido! Entretanto, é nessa saudável disputa que se constrói a unidade, pois, em Parintins, [abro aspas], “ama-se um boi e admira-se o outro”.

Esse conflito festivo tornou-se traço fundamental da alma de Parintins e, em 1988, foi construído o bumbódromo, o famoso estádio com formato de boi e uma arquibancada com capacidade para 35 mil espectadores.

É necessário, Senhor Presidente, enfatizar a relevância cultural da nossa festa.

Por meio de uma manifestação de grande riqueza cênica, com simbologia e ritual próprios, a celebração recupera e mantém vivos valores e práticas que distinguem a região Norte no cenário cultural brasileiro.

O enredo básico é bastante conhecido e gira em torno da morte de um boi: Pai Francisco mata o animal para atender ao pedido de sua mulher, Mãe Catirina, que está grávida. Ao descobrir o que ocorreu com o animal mais bonito do rebanho, o dono da fazenda se revolta e, como punição, manda prender Francisco.

Entretanto, no final da história, o drama se resolve: um padre e um pajé conseguem trazer o boi de volta à vida e todos os personagens se juntam em uma grande comemoração.

A festa do boi, portanto, é uma narrativa de reconciliação, de encontros de culturas. Outros personagens, mitos e lendas amazônicas, como a Cunhã-Poranga, ganham vida e surgem na história em uma celebração da vida e da alegria!

Toda a apresentação é cantada e lindamente coreografada, com adereços de um colorido e de dimensões impressionantes. As músicas, executadas em coro, denominadas toadas, resgatam a tradição oral da região e exaltam as lendas e os personagens da floresta amazônica.

Na festa de Parintins, Senhoras Senadoras, Senhores Senadores, conta-se, de uma forma bem particular, como se formou o Brasil, com suas diferenças e sua capacidade de construir a união na adversidade.

Um país que é um amálgama de povos, culturas e tradições!

As dimensões da festa são impressionantes, Senhoras Senadoras e Senhores Senadores: são mais de 400 músicos, em apresentações que se estendem por mais de três horas.



É, de fato, surpreendente a energia que o espetáculo transmite e desperta em todos os seus participantes!

Com uma grandiosidade comparável à do Carnaval do Rio de Janeiro, o Festival de Parintins possui um riquíssimo significado antropológico e, também, grande relevância econômica.

De acordo com levantamento da Empresa Estadual de Turismo do Amazonas, a Amazonastur, em 2017, o Festival aportou aproximadamente 118 milhões de reais à economia da cidade.

Cerca de 70 mil turistas permaneceram na cidade durante os dias do evento, conhecendo nossas belezas naturais, a exuberante cultura amazonense e a espetacular gastronomia da nossa região.

Este ano, apenas em investimentos diretos na festa, a cidade recebeu mais de 20 milhões de reais. Quantia semelhante foi aplicada no aperfeiçoamento da estrutura viária do município. Todo esse montante, somado aos gastos dos turistas, produz um impacto extraordinário na economia local, gerando emprego e renda, e fortalecendo toda a estrutura de comércio e de serviços.

Como se vê, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, não foi por acaso que o Festival de Parintins alcançou, nos últimos anos, um reconhecimento que ultrapassa as fronteiras do nosso País.

Graças ao trabalho do povo do Estado do Amazonas e à sua vontade de preservar e difundir nossa cultura, turistas de várias regiões do mundo vêm anualmente conhecer nossa cultura e nossa majestosa floresta.

Deixo, portanto, para o povo da Ilha Tupinambarana e todos os cidadãos amazonenses, meus votos de que o sucesso da quinquagésima terceira edição do Festival Folclórico de Parintins!

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado!



Documento encaminhado pela Sr^a Gleisi Hoffmann,
nos termos do art. 210 do Regimento Interno



CARTA EM DEFESA DA DEMOCRACIA

Meus amigos e minhas amigas,

Chegou a hora de todos os democratas comprometidos com a defesa do Estado Democrático de Direito repudiarem as manobras de que estou sendo vítima, de modo que prevaleça a Constituição e não os artifícios daqueles que a desrespeitam por medo das notícias da Televisão.

A única coisa que quero é que a Força Tarefa da Lava Jato, integrada pela Polícia Federal, pelo Ministério Público, pelo Moro e pelo TRF-4, mostrem à sociedade uma única prova material de que cometi algum crime. Não basta palavra de delator nem convicção de *power point*. Se houvesse imparcialidade e seriedade no meu julgamento, o processo não precisaria ter milhares de páginas, pois era só mostrar um documento que provasse que sou o proprietário do tal imóvel no Guarujá.

Com base em uma mentira publicada pelo jornal O Globo, atribuindo-me a propriedade de um apartamento em Guarujá, a Polícia Federal, reproduzindo a mentira, deu início a um inquérito; o Ministério Público, acolhendo a mesma mentira, fez a acusação e, finalmente, sempre com fundamento na mentira nunca provada, o Juiz Moro me condenou. O TRF-4, seguindo o mesmo enredo iniciado com a mentira, confirmou a condenação.

Tudo isso me leva a crer que já não há razões para acreditar que terei Justiça, pois o que vejo agora, no comportamento público de alguns ministros da Suprema Corte, é a mera reprodução do que se passou na primeira e na segunda instâncias.

Primeiro, o Ministro Fachin retirou da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal o julgamento do *habeas corpus* que poderia impedir minha prisão e o remeteu para o Plenário. Tal manobra evitou que a Segunda Turma, cujo posicionamento majoritário contra a prisão antes do trânsito em julgado já era de todos conhecido, concedesse o *habeas corpus*. Isso ficou demonstrado no julgamento do Plenário, em que quatro dos cinco ministros da Segunda Turma votaram pela concessão da ordem.



Em seguida, na medida cautelar em que minha defesa postulou o efeito suspensivo ao recurso extraordinário, para me colocar em liberdade, o mesmo Ministro resolveu levar o processo diretamente para a Segunda Turma, tendo o julgamento sido pautado para o dia 26 de junho. A questão posta nesta cautelar nunca foi apreciada pelo Plenário ou pela Turma, pois o que nela se discute é se as razões do meu recurso são capazes de justificar a suspensão dos efeitos do acórdão do TRF-4, para que eu responda ao processo em liberdade.

No entanto, no apagar das luzes da sexta-feira, 22 de junho, poucos minutos depois de ter sido publicada a decisão do TRF-4 que negou seguimento ao meu recurso (o que ocorreu às 19h05m), como se estivesse armada uma tocaia, a medida cautelar foi dada por prejudicada e o processo extinto, artifício que, mais uma vez, evitou que o meu caso fosse julgado pelo órgão judicial competente (decisão divulgada às 19h40m).

Minha defesa recorreu da decisão do TRF-4 e também da decisão que extinguiu o processo da cautelar. Contudo, surpreendentemente, mais uma vez o relator remeteu o julgamento deste recurso diretamente ao Plenário. Com mais esta manobra, foi subtraída, outra vez, a competência natural do órgão a que cabia o julgamento do meu caso. Como ficou demonstrado na sessão do dia 26 de junho, em que minha cautelar seria julgada, a Segunda Turma tem o firme entendimento de que é possível a concessão de efeito suspensivo a recurso extraordinário interposto em situação semelhante à do meu. As manobras atingiram seu objetivo: meu pedido de liberdade não foi julgado.

Cabe perguntar: por que o relator, num primeiro momento, remeteu o julgamento da cautelar diretamente para a Segunda Turma e, logo a seguir, enviou para o Plenário o julgamento do agravo regimental, que pela lei deve ser apreciado pelo mesmo colegiado competente para julgar o recurso?

As decisões monocráticas têm sido usadas para a escolha do colegiado que momentaneamente parece ser mais conveniente, como se houvesse algum compromisso com o resultado do julgamento. São concebidas como estratégia processual e não como instrumento de Justiça. Tal comportamento, além de me privar da garantia do Juiz natural, é concebível somente para



acusadores e defensores, mas totalmente inapropriado para um magistrado, cuja função exige imparcialidade e distanciamento da arena política.

Não estou pedindo favor; estou exigindo respeito.

Ao longo da minha vida, e já conto 72 anos, acreditei e preguei que mais cedo ou mais tarde sempre prevalece a Justiça para pessoas vítimas da irresponsabilidade de falsas acusações. Com maior razão no meu caso, em que as falsas acusações são corroboradas apenas por delatores que confessaram ter roubado, que estão condenados a dezenas de anos de prisão e em desesperada busca do beneplácito das delações, por meio das quais obtêm a liberdade, a posse e conservação de parte do dinheiro roubado. Pessoas que seriam capazes de acusar a própria mãe para obter benefícios.

É dramática e cruel a dúvida entre continuar acreditando que possa haver Justiça e a recusa de participar de uma farsa.

Se não querem que eu seja Presidente, a forma mais simples de o conseguir é ter a coragem de praticar a democracia e me derrotar nas urnas.

Não cometi nenhum crime. Repito: não cometi nenhum crime. Por isso, até que apresentem pelo menos uma prova material que macule minha inocência, sou candidato a Presidente da República. Desafio meus acusadores a apresentar esta prova até o dia 15 de agosto deste ano, quando minha candidatura será registrada na Justiça Eleitoral.

Luiz Inácio Lula da Silva

Curitiba, 3 de julho de 2018



Expediente do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Expediente do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, por meio do qual informa que a pessoa jurídica objeto do Projeto de Decreto legislativo nº 182, de 2001, foi extinta.

O Projeto de Decreto Legislativo nº 182, de 2001 e o Requerimento de Informações nº 935, de 2016, que visa a instruí-lo, retornam à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.



Mensagens do Presidente da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 64, DE 2018

(nº 354/2018, na origem)

Submete à consideração do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, o nome do Senhor GABRIEL FARIA OLIVEIRA, Defensor Público Federal, no Estado de Santa Catarina para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Carlos Eduardo Barbosa Paz.

AUTORIA: Presidência da República

DESPACHO INICIAL: À CCJ



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 354

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição, combinado com o art. 6º da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, submeto à consideração de Vossas Excelências o nome do Senhor GABRIEL FARIA OLIVEIRA, Defensor Público Federal, no Estado de Santa Catarina, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Carlos Eduardo Barbosa Paz.

Brasília, 25 de junho de 2018.



Currículo Gabriel Faria Oliveira

(De acordo com a Res. 41/2009 do Senado Federal)

Informações pessoais



- Gabriel Faria Oliveira
- Estado civil: casado
- Nacionalidade: brasileiro
- Idade: 38 anos (nascimento 26/09/1979)
- Naturalidade: Florianópolis/SC
- Filiação: Osvaldo Vitorino Oliveira e Marilza da Silva Faria
- CPF: 032.952.749-59 – RG: 3.751.686-8 SSPSC

Rua das Corticeiras, 81, apto 306, BL. 3, Campeche, Florianópolis/SC, CEP 88063,160

Telefone : (48) 3221-9412 - (48) 98848-0581

E-mail : gabriel.oliveira@dpu.def.br , gfariaoliveira@hotmail.com

Currículo resumido

- Defensor Público Federal de 1ª categoria e titular do Ofício Regional da Defensoria Pública da União no Estado de Santa Catarina, formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC;
- Pós graduado em Direito Público pela Universidade do Vale do Itajaí –



UNIVALI;

- Defensor Público Federal desde 18/10/2006;
- Ex-Defensor Público Chefe das Unidades de Curitiba/PR (05/2008-09/2008);
- Ex-Defensor Público Chefe de Umuarama/PR (09/2008- 03/2009);
- Ex-Defensor Público Chefe de Florianópolis/SC (02/2014-08/2015);
- Ex-Presidente da Comissão de Prerrogativas da Defensoria Pública-Geral da União (08/2009-11/2010);
- Ex-Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF (07/2011-10/2013);
- Membro da Comissão Nacional da Defensoria Pública do Ministério da Justiça (2012/2013);
- Subcoordenador da Força Nacional da Execução Penal da Defensoria em Santa Catarina em 04/2013;
- Ex-Advogado da União (11/2005-10/2006);
- Ex-Membro do conselho científico da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de apoio à Saúde da Mama – FEMAMA;
- Ex-Membro do grupo de trabalho da Defensoria Pública da União de combate ao trabalho escravo;
- Ex-Membro do grupo de trabalho da Defensoria Pública da União de segurança alimentar;
- Ex-Professor de Direito Processual Civil I no CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PLANALTO – IESPLAN (03/2006-10/2006);
- Ex-Professor da ESCOLA BRASILEIRA DE ENSINO JURÍDICO NA INTERNET LTDA – EBEJI, na disciplina princípios institucionais da Defensoria Pública (02/2014-02/2015);



Formação

- Bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Estado de Santa Catarina – UFSC, conforme curso reconhecido pelo Decreto Federal 20.334/46 – D.O.U. 01/02/1946, registrado nos termos da Lei nº 9.394/96, Registro nº 36, Livro CCJ/0001, fls. 12, em 20/09/2003;
- Pós-Graduação, em nível de Especialização na modalidade “Magistério Superior” em Direito Público, promovido pela universidade do Vale do Itajaí em Convênio com o Instituto dos Juizes Federais do Estado de Santa Catarina – IJUFE, de 05/04/2004 a 19/11/2004 (570 horas aulas) – com honra ao mérito -;

**Experiência
a
profissional**

- Servidor do Tribunal do Estado de Santa Catarina de 08-2001 a 11/2005;
- Advogado da União 11/2005 a 10/2006 junto à Secretaria Geral do Contencioso, no gabinete do Exmo. Advogado-Geral da União;
- Cargo de Defensor Público Federal desde 18/10/2006 até a presente data;
- Defensor Público Chefe da unidade do Paraná – Curitiba/PR - (05/2008-09/2008);
- Defensor Público Chefe da unidade de Umuarama/PR (09/2008-03/2009);
- Defensor Público Chefe da unidade de Santa Catarina – Florianópolis/SC (02/2014-08/2015);



- Defensor Público Subchefe da Unidade do Mato Grosso em 2011;
- Presidente da Associação Nacional dos Defensores Público Federais – ANADEF de 07/2011 a 11/2013;
- Membro da Comissão Nacional da Defensoria Pública do Ministério da Justiça, criada pelo Exmo. Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo (2012);
- Subcoordenador da Força Nacional da Execução Penal da Defensoria em Santa Catarina (2013), indicado pelo Exmo. Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo;
- Ex-Membro do conselho científico da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de apoio à Saúde da Mama – FEMAMA;
- Ex-Membro do grupo de trabalho da Defensoria Pública da União de combate ao trabalho escravo;
- Ex-Membro do grupo de trabalho da Defensoria Pública da União de segurança alimentar;
- Ex-Professor de Direito Processual Civil I no CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PLANALTO – IESPLAN (03/2006-10/2006);
- Ex-Professor da ESCOLA BRASILEIRA DE ENSINO JURÍDICO NA INTERNET LTDA – EBEJI, na disciplina princípios institucionais da Defensoria Pública (02/2014-02/2015);

Atividades extracurricular es

Palestras

- Palestrante na mesa redonda “Judicialização dos Medicamentos” durante a III Jornada Científica do CEPON, PROMOVIDO PELO Centro de Estudos De. Sérgio Felipe Pizani Muller, nos dias 19 e 20/11/2009, Florianópolis/SC;



- Palestrante no III Encontro Brasileiro de Portadores de Câncer e VII Encontro Catarinense da Mulher Mastectomizada, promovido pela Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC), em 20/05/2011, Florianópolis/SC;
- Palestrante na V Conferência Nacional de Primeiras-Damas, que abordou o Direito à Saúde na Mesa da Justiça, em 22/05/13, Brasília/DF
- Palestrante no III Seminário de Direito à Saúde, realizado pela Escola da Magistratura do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, nos dias 31 de maio e 1º de junho de 2010, Florianópolis/SC;
- Palestrante no 4º Curso de Formação à Carreira de Defensor Público Federal, no período de 22 de setembro a 1º de outubro de 2010, Brasília/DF;
- Palestrante no evento "Judicialização da Saúde, caminhos e descaminhos: da Saúde e Sobrevivência Humana à Saúde e Sobrevivência Institucional", realizado pela UNISUL, com total de 8 horas/aula, no dia 26/10/2010, Palhoça/SC;
- Painelista na 21ª Conferência Nacional dos Advogados, tema Desafios para Acesso à Justiça em um País em Desenvolvimento. Interseções entre as Questões Social, Ética e Ambiental, realizado entre os dias 20 e 24 de novembro de 2011, Curitiba/PR;
- Palestrante no IV Encontro Brasileiro de Portadores de Câncer e VIII Encontro Catarinense da Mulher Mastectomizada, promovido pela Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC), em 1º e 2 de agosto de 2013, Florianópolis/SC;
- Palestrante no 10º Curso de Formação à Carreira de Defensor Público Federal, no período de 10 a 31 de outubro de 2013, Brasília/DF;
- Palestrante no V Congresso de Direito Constitucional – Os 25 anos da Constituição brasileira, com 24 horas/aula, realizado



nos dias 23, 24 e 25 de outubro de 2013, Belo Horizonte/MG;

- Palestrante no seminário "Derrubando Mitos sobre o câncer", realizado no Auditório do Hospital Pérola Byington, São Paulo, promovido pela FEMAMA, em 04/02/14, São Paulo/SP;
- Palestrante no I Ciclo de debates sobre Câncer de Mama para Parlamentares no dia 03 de abril de 2014, sob o tema "Câncer de Mama: Por que não curamos mais?", na Câmara dos Deputados, Brasília/DF;
- Palestrante no "I Seminário da Saúde da Mulher em Destaque", em 24/05/2014, organização Instituto Arte de Viver, coordenação-geral Prof. Dr. Edmund Chada Bacarat, auditório do Hospital Alemão Oswald Cruz, São Paulo/SP;
- Palestrante no II Encontro da Associação Amor a Vida – AMOVI, com carga horária de 8 horas, em 10/07/2014, em Criciúma/SC;
- Ministrante da Palestra "Defensoria Pública: previsão constitucional e atuação na garantia do acesso à justiça à população hipossuficiente", promovida pelo Centro Acadêmico de Direito em parceria com o CESUSC, no dia 28/08/14, CESUSC, Florianópolis/SC;
- Palestrante no II Encontro dos Renais, defesa e garantia de direitos, no dia 30/08/2014, promovido pela Associação dos Pacientes Renais de Santa Catarina – APAR, Florianópolis/SC;
- Palestrante na VI Conferência Nacional de Primeiras-Damas, que abordou a necessidade de acesso ao tratamento para pacientes de câncer de mama avançado e à prevenção, diagnóstico e tratamento de câncer de colo de útero, em 27/05/15, Brasília/DF;
- Palestrante no V Encontro Brasileiro de Portadores de Câncer e IX Encontro Catarinense da Mulher Mastectomizada, promovido pela Associação Brasileira de Portadores de Câncer (AMUCC), em 13 e 14 de agosto de 2015,



Florianópolis/SC;

- Participação no painel de debates "Santa Catarina Debate a reforma do Poder Judiciário", realizado em Florianópolis/SC de 02 a 03 de julho de 1999 (16 horas);
- Participação da palestra "Gerenciamento de Negócio Jurídico", no período de 30/11/1999 (02 horas);
- Participação na palestra "Perspectivas de Santa Catarina", no período de 29/02/2000 (02 horas);
- Participação no ciclo intensivo "Aspectos destacados do Direito do Consumidor", promovido pela Escola Superior da Advocacia, da OAB/SC, no período de 15 e 16/05/2000, São José/SC, com carga horária de 06 horas/aula, tendo como ministrante o Juiz e Professor MSC Antônio do Rego Monteiro Rocha;
- Participação na V Semana Jurídica, promovida pelo Centro Acadêmico XI de Fevereiro, no Fórum Distrital do Norte da Ilha, em Florianópolis/SC, de 02 a 05/04/2002 (20 horas-aula);
- Participação na VI Semana Jurídica – "Direito e Sociedade sob um enfoque crítico", no período de 18 a 22/11/2002 (20 horas-aula);
- Participação na palestra sobre "Eficácia e Proteção dos Direitos Sociais", promovida pela Escola superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (03 horas aula);
- Participação na palestra sobre "A Quebra Da Bipolaridade Sistema Americano/Sistema Kelseniano De Controle Da Constitucionalidade", promovida pela Escola superior da Magistratura do Estado de Santa Catarina (03 horas aula);
- Participação no I Congresso do Mercosul de Direito Previdenciário com 20 horas/aula, realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Previdenciário – IBDP, nos dias 30 e 31 de agosto de 2007 em Curitiba/PR;
- Participação no Seminário de Direito à Saúde com 14 horas/aula promovido pela Escola da Magistratura do Tribunal



Regional Federal da 4ª região e pela Escola de Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul, nos dias 26 e 27 de junho de 2008, Curitiba/PR;

- Participação no III congresso Nacional de La Defensa Pública del Uruguay organizado pela Asociación de Defensores de Oficio del Uruguay, nos dias 5, 6 e 7 de outubro de 2011;

Cursos

- Curso Intensivo sobre Responsabilidade Fiscal, realizado de 16 a 17/02/2001, pelo Instituto Brasileiro do Direito e Negócios Internacionais – IBRADI, em Florianópolis/SC (12 horas-aulas);
- Curso de Juizados da Cidadania, realizado na Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, no período de dezembro de 2000 a Fevereiro de 2001 (120 horas-aulas);
- Curso On-line – Língua Portuguesa, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, órgão do Conselho da Justiça Federal, no período de 26/09 a 23/11/2001, num total de 40 horas/aulas, com aproveitamento de 89% e registro nº LP2001141;
- Curso On-line – Língua Portuguesa II, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, órgão do Conselho da Justiça Federal, no período de 20/03 a 15/05/2002, num total de 44 horas/aulas, com aproveitamento de 83% e registro nº LP11200280;
- Curso On-line – Língua Portuguesa: Produção de Textos, realizado pelo Centro de Estudos Judiciários, órgão do Conselho da Justiça Federal, no período de 11/09 a 27/11/2002, num total de 60 horas/aulas, com aproveitamento de 83% e registro nº LPPT4200257;
- Curso intensivo de Direito Civil (Parte Geral): aspectos



críticos, ministrado por Pablo Stolze Gagliano, no dia 16/10/2002, em Florianópolis/SC (04 horas-aulas);

- Curso de extensão "Atualização em Direito Penal – Parte Geral", ministrado pelo Professor Sidney Eloy Dalabrida, no período de 05/04 a 12/07/2003 (36 horas-aulas);
- Curso de Responsabilidade Civil em face do novo Código Civil, promovido pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, realizado nos dias 07, 14 e 21/07/2003, em Florianópolis (12 horas/aulas);
- Curso de Direito Ambiental, promovido pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, realizado nos dias 10, 17 e 24/07/2003, em Florianópolis (12 horas/aulas);
- Curso Fundamentos de Direito Público, promovido pelo Poder Judiciário de Santa Catarina, realizado nos dias 19 e 26/08 e 02/09/2003, em Florianópolis (12 horas/aulas);
- Curso Orçamento Público: conceitos básicos – Turma 1/2014, realizado de 15/04/2014 a 12/05/2014, carga horária 30 horas;
- Curso Resolução Consensual de Conflitos Coletivos envolvendo políticas públicas (EaD, no período de 09/06/2014 a 27/07/2014, carga horária 50 horas, promovido pela Escola Nacional de Mediação e Conciliação (ENAM);

**Cargos no
serviço público**

- Cargo de Técnico Judiciário Auxiliar na Comarca de São José/SC, Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina/SC, de 08/08/2001 a 06/03/2003;
- Cargo de Técnico Judiciário Auxiliar do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, de 06/03/2003 a 07/11/2005;
- Cargo de Advogado da União de 11/2005 a 10/2006 junto à secretaria geral do contencioso, no gabinete do Exmo.



Advogado-Geral da União;

- Cargo de Defensor Público Federal desde 10/2006 até a presente data;

**Certificados de
mérito
recebidos**

- Certificado de Desempenho Acadêmico, conforme Resolução nº 17/Cun/97 – UFSC, por ter obtido índice de aproveitamento igual ou superior a 9,00 no segundo semestre de 1999;
- Certificado de Desempenho Acadêmico, conforme Resolução nº 17/Cun/97 – UFSC, por ter obtido índice de aproveitamento igual ou superior a 9,00 no primeiro semestre de 2001;
- Certificado de Desempenho Acadêmico, conforme Resolução nº 17/Cun/97 – UFSC, por ter obtido índice de aproveitamento igual ou superior a 9,00 no primeiro semestre de 2002;
- Diploma de Mérito Estudantil por ter obtido o melhor índice de aproveitamento no Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Público em Nível de Especialização para o Mercado de Trabalho e Preparação à Magistratura Federal;

**Aprovação em
Concursos
Públicos**

- Aprovado em concurso público para o cargo de Técnico Judiciário Auxiliar do quadro do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, no ano de 1999 (Convocado – Assumiu em 06/03/2003);
- Aprovado em concurso público, em 1º lugar, para o cargo de Técnico Judiciário Auxiliar da Comarca de São José/SC, Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no ano de 2000 (Convocado – Assumiu em 08/08/2001);



- Aprovado em concurso público para o cargo de Analista Judiciário/Área Judiciária/Sem Especialidade, junto ao Quadro Permanente de Pessoal das Secretarias da Justiça Federal de Primeiro Grau do Estado de Santa Catarina, Subseção Judiciária de Florianópolis, Edital nº 01/2004 do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, tendo sido aprovado e classificado em 24º lugar, sendo na 45ª posição na Lista Geral do Estado (Convocado para lista geral em 24/01/2005 – Não assumiu);
- Aprovado em concurso público para Advogado da Caixa Econômica Federal, classificação 21, no concurso para Advogado Júnior, pólo Santa Catarina, realizado no ano de 2004, conforme homologação do resultado final publicada no D.O.U de 24/08/2004;
- Aprovado em concurso público, em 2º lugar para a cidade de Lages/SC, para Advogado das Centrais Elétricas de Santa Catarina – CELESC, conforme Edital de Concurso Público nº 01/2004 (Convocado em 25/07/2005 – Não Assumiu);
- Aprovado em concurso público para o cargo de Defensor Público da União de 2ª categoria, classificação 48 na Região Sul, conforme Edital nº 12, de 29/11/2004, do resultado final do concurso, publicado no DOU de 30/11/2004, Seção 3, págs. 50 e 51;
- Aprovado em concurso público para o cargo de Advogado da União de 2ª categoria, conforme Edital nº 13, de 16/06/2005, do resultado final do concurso, publicado no DOU de 17/06/2005, Seção 3;
- Aprovado em concurso público para o cargo de Analista do Ministério Público da União, Área Processual, ficando na colocação 1.465, conforme Edital nº 72, de 04/10/2004, publicado no DOU de 05/10/2004, Seção 3;

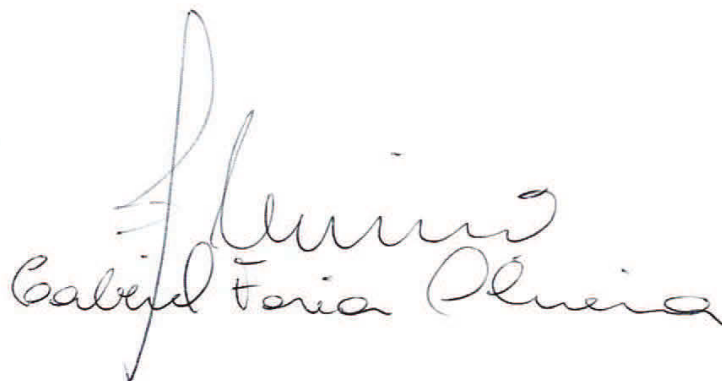


**Artigos
Publicados**

- Artigo publicado em 17/03/2011, no site consultor jurídico, "*MP ao lado do juiz viola equidistância das partes*", em conjunto com Eduardo Tergolina Teixeira e Vinicius Diniz Monteiro de Barros – <http://www.conjur.com.br/2011-mar-17/ministerio-publico-lado-juiz-viola-equidistancia-partes>;
- Artigo publicado em 04/08/2011, no site consultor jurídico, "*Ação da OAB sobre Defensorias é corporativistas*", em conjunto com Vinicius Diniz Monteiro de Barros – <http://www.conjur.com.br/2011-ago-04/acao-oab-atuacao-defensoria-interesses-corporativistas>;
- Artigo publicado em 22/07/2011, no site congressoemfoco, "*Pela autonomia da Defensoria Pública da União*" – <http://congressoemfoco.uol.com.br/opiniao/forum/pela-autonomia-da-defensoria-publica-da-uniao/>;
- Artigo publicado em 10/08/2011, no site consultor jurídico, "*O baixo número de defensores é uma injustiça*" – <http://www.conjur.com.br/2011-ago-10/populacao-pobre-sofre-devido-baixo-numero-defensores>;
- Artigo publicado em 13/03/2012, no site consultor jurídico, "*Sistema de defensoria dativa penaliza advogados*" – <http://www.conjur.com.br/2012-mar-13/sistema-defensoria-dativa-alem-inconstitucional-penaliza-advogados>;
- Artigo publicado em 18/05/2012, no site consultor jurídico, "*Justiça para quem não pode pagar*" – <http://www.conjur.com.br/2012-mai-18/gabriel-faria-oliveira-justica-quem-nao-pagar>;
- Artigo publicado na Revista Jurídica Consulex, nº 387, 1 maio 2013, "*ACESSO À JUSTIÇA • UM DESAFIO PARA A DEMOCRACIA BRASILEIRA*";
- Artigo publicado no blog da Escola Brasileira de Ensino Jurídico na Internet, em 14/02/2014, "*DPU, o concurso e os desafios*" - <http://blog.ebeji.com.br/dpu-o-concurso-e-os-desafios/>;



- Artigo publicado no blog da Escola Brasileira de Ensino Jurídico na Internet, em 06/03/2014, "*A alteração dos parâmetros objetivos de hipossuficiência das pessoas naturais no âmbito da DPU*" - <http://blog.ebeji.com.br/a-alteracao-dos-parametros-objetivos-de-hipossuficiencia-das-pessoas-naturais-no-ambito-da-dpu/>;
- Artigo publicado no blog da Escola Brasileira de Ensino Jurídico na Internet, em 03/04/2014, "*A inovação na fixação dos parâmetros objetivos de hipossuficiência das pessoas jurídicas no âmbito da DPU*" - <http://blog.ebeji.com.br/a-inovacao-na-fixacao-dos-parametros-objetivos-de-hipossuficiencia-das-pessoas-juridicas-no-ambito-da-dpu/>;
- Artigo publicado no blog da Escola Brasileira de Ensino Jurídico na Internet, em 03/06/2014, "*Defensoria Pública e as novas mudanças com a aprovação da PEC Defensoria para todos*" - <http://blog.ebeji.com.br/defensoria-publica-e-as-novas-mudancas-com-a-aprovacao-da-pec-defensoria-para-todos/>.


Flávia Pereira Oliveira



DECLARAÇÕES DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO Nº 41/2009 DO SENADO FEDERAL

Eu, Gabriel Faria Oliveira, Defensor Público Federal, candidato a Defensor Público-Geral Federal, escolhido pelo Exmo. Presidente da República conforme Mensagem Presidencial encaminhada sob o nº 354/2018, venho perante o Senado Federal e aos Excelentíssimos Senhores Senadores da República DECLARAR, nos termos do art. 383 do Regimento Interno:

- a) Quanto à existência de parentes seus que exercem ou exercem atividades, públicas ou privadas, vinculadas a sua atividade profissional, com discriminação dos referidos períodos;

- DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE NENHUM DE MEUS PARENTES EXERCEU OU EXERCE ATIVIDADE PÚBLICA OU PRIVADA VINCULADA À MINHA ATIVIDADE PROFISSIONAL DE DEFENSOR PÚBLICO FEDERAL.


Gabriel Faria Oliveira

- b) Quanto à sua atuação, nos últimos 5 (cinco) anos, contados retroativamente ao ano em que se deu sua indicação, em juízos e tribunais, em conselhos de administração de empresas estatais ou em cargos de direção de agências reguladoras;

- DECLARO, SOB AS PENAS DA LEI, QUE NÃO HOUE ATUAÇÃO EM JUÍZOS E/OU TRIBUNAIS, EM CONSELHOS DE



ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS ESTATAIS OU EM CARGOS
DE DIREÇÃO DE AGÊNCIAS REGULADORAS.

Gabriel Faria Oliveira

PARTICIPAÇÃO EM ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS:

- associado da Associação Equestre de Rancho Queimado –
CNPJ 16.646.642/0001-00 desde 30 de julho de 2012.

AÇÕES JUDICIAL:

- Ação judicial nº 5006267-91.2014.404.7200 – Autor:
Gabriel Faria Oliveira X Réu: União Federal – Objeto:
desconto de IR e PSS sobre 1/3 de férias – atualmente
sobrestada aguardando julgamento de processo paradigma
no Supremo Tribunal Federal;

- Ação judicial nº 5016117-67.2017.404.7200 – Autor:
Gabriel Faria Oliveira X Réu: União Federal – Objeto:
pagamento de ajuda de custo em remoção – atualmente
pautada para julgamento de recurso na 3ª Turma Recursal
de Santa Catarina em 12/07/2018.



27/06/2018



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA
DA UNIÃO**

Nome: GABRIEL FARIA OLIVEIRA
CPF: 032.952.749-59

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 23:05:18 do dia 27/06/2018 <hora e data de Brasília>.
Válida até 24/12/2018.

Código de controle da certidão: 936C.4571.3DA6.9D44
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.





MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

Emissão em: 26/06/2018 23:35:57
Por meio do e-CAC
CPF do Certificado: 032.952.749-59
Página 1 de 1

Relatório de Situação Fiscal

CPF: 032.952.749-59 - GABRIEL FARIA OLIVEIRA

Informações Cadastrais

UA de Domicílio: DRF FLORIANOPOLIS-SC Código da UA: 09.201.00
Endereço: R DAS CORTICEIRAS nº 65 - APTO 306
Bairro: CAMPECHE
Município: FLORIANOPOLIS CEP: 88063-160 UF: SC
Data de Nascimento: 26/09/1979
Situação no CPF: REGULAR

Diagnóstico Fiscal

Não foram detectadas pendências nos controles da Receita Federal e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

Este documento não tem validade de Certidão RFB / PGFN.

Final do Relatório





ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS

Nome (razão social): GABRIEL FARIA OLIVEIRA
CNPJ/CPF: 032.952.749-59
(Solicitante sem inscrição no Cadastro de Contribuintes do ICMS/SC)

Esta certidão é válida para o número do CPF ou CNPJ informado pelo solicitante, que não consta da base de dados da Secretaria de Estado da Fazenda.

O nome e o CPF ou CNPJ informados pelo solicitante devem ser conferidos com a documentação pessoal do portador.

Ressalvando o direito da Fazenda Estadual de inscrever e cobrar as dívidas que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam, na presente data, pendências em nome do contribuinte acima identificado, relativas aos tributos, dívida ativa e demais débitos administrados pela Secretaria de Estado da Fazenda.

Dispositivo Legal:	Lei nº 3938/66, Art. 154
Número da certidão:	180140059717110
Data de emissão:	27/06/2018 22:39:36
Validade (Lei nº 3938/66, Art. 158, modificado pelo artigo 18 da Lei nº 15.510/11.):	26/08/2018

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Secretaria de Estado da Fazenda na Internet, no endereço: <http://www.sef.sc.gov.br>

Este documento foi assinado digitalmente
Impresso em: 27/06/2018 22:39:36



**PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS**

Secretaria Municipal da Fazenda

Certidão Negativa de Débitos Relativos a Tributos Municipais e Dívida Ativa do Município

Nome / Razão Social: **GABRIEL FARIA OLIVEIRA**
CPF/CNPJ: **032.952.749-59**

Certidão emitida a partir de Inscrição Imobiliária, não está vinculada ao ramo de atividade do contribuinte.

Ressalvado o direito de a Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade da(s) pessoa(s) acima identificada(s) que vieram a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) e a inscrições em Dívida Ativa do Município. Esta certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa física no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda de Florianópolis.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, no endereço <<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/receita>>, Serviços - Serviços on-line - link Verificação de Documentos Eletrônicos, passando o número do documento 1685044 e o código CC5878C0

Certidão Número 4863918

Emitida 27/06/2018 22:45:15

Válida até 25/09/2018 conforme o Art. 194 Lei Complementar 4823 de 02 de janeiro de 1996.

Florianópolis (SC) 27 de junho de 2018
Secretaria Municipal da Fazenda

Assinatura Digital: CC5878C0493783218F0508E632679F320871168B
Data: 27/06/2018 22:45:15 - Protocolo: 16063868 - Documento: 1685044
Documento autenticado digitalmente

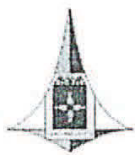


ATENÇÃO: Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento

Rua Tenente Silveira 60, Centro - Florianópolis - SC 0**48 3251 6400 - CEP 88010-300.
<http://portal.pmf.sc.gov.br/entidades/receita>, link Serviços - Serviços on-line -Verificação de Documentos Eletrônicos.



27/06/2018

www.fazenda.df.gov.br/aplicacoes/certidao/emite_certidao.cfm imprimir

DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº : 211-00.936.030/2018
NOME : GABRIEL FARIA OLIVEIRA
ENDEREÇO : SETOR CCSW 04 LT 02 501 AP 501
CIDADE : SUDOESTE
CPF : 032.952.749-59
CNPJ :
CF/DF :

FINALIDADE : JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima.

Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.

Válida até 25 de Setembro de 2018.

Brasília, 27 de Junho de 2018.

Certidão emitida via internet às 22:40:48 e deve ser validada no endereço www.fazenda.df.gov.br



01/07/2018

:: eproc - - Consulta Processual ::

Lista de Processos (2 registros):

Nº Processo	Autor	Réu	Classe Judicial	Último Evento
<u>5006267-91.2014.404.7200</u> SCFLPTRPR3	GABRIEL FARIA OLIVEIRA	UNIÃO - FAZENDA NACIONAL	RECURSO CÍVEL	31/05/2016 18:42:52 - Ato Ordinatório
<u>5016117-67.2017.404.7200</u> SCFLPTR03C	UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO	GABRIEL FARIA OLIVEIRA	RECURSO CÍVEL	22/06/2018 17:57:49 - Intimação Eletrônica - Expedida/Certificada - Pauta





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA
POLÍCIA FEDERAL

CERTIDÃO DE ANTECEDENTES CRIMINAIS

Nº 34401682018

A **Polícia Federal CERTIFICA**, após pesquisa no Sistema Nacional de Informações Criminais - SINIC, que até a presente data, **NÃO CONSTA** decisão judicial condenatória com trânsito em julgado* em nome de **GABRIEL FARIA OLIVEIRA**, nacionalidade BRASILEIRO, filho(a) de OSVALDO VITORINO DE OLIVEIRA e MARILZA FARIA OLIVEIRA, nascido(a) aos 26/09/1979, natural de FLORIANOPOLIS/SC 0000678919, Documento de identificação 37516868 SSP/SC, CPF 032.952.749-59.

Observações:

- 1) *Certidão expedida nos termos do Art. 20, Parágrafo Único do Código de Processo Penal. "Nos atestados de antecedentes que lhe forem solicitados, a autoridade policial não poderá mencionar quaisquer anotações referentes à instauração de inquérito contra os requerentes";
- 2) Certidão expedida gratuitamente por meio da Internet em conformidade com a Instrução Normativa nº 005/2008-DG/PF;
- 3) Esta certidão foi expedida com base nos dados informados e somente será válida com a apresentação de documento de identificação para confirmação dos dados;
- 4) A autenticidade desta certidão DEVERÁ ser confirmada na página da Polícia Federal, no endereço (<http://www.pf.gov.br>)
- 5) Esta certidão é válida por 90 dias.

Brasília-DF, 22:58 de 27/06/2018



34401682018





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Capital

29/06/2018

7648099

CERTIDÃO
CRIMINAL

CERTIDÃO Nº: 5454734

FOLHA: 1/1

À vista dos registros criminais constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Capital, com distribuição anterior à data de 22/06/2018, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

GABRIEL FARIA OLIVEIRA, portador do RG: 37516868, CPF: 032.952.749-59, filho de Osvaldo Vitorino de Oliveira e Marilza Faria Oliveira, nascido aos 26/09/1979. *****

OBSERVAÇÕES: a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada; b) foram considerados o disposto no inciso LVII do art. 5º da Constituição Federal e os normativos do Conselho Nacional de Justiça; c) não tem validade para fins eleitorais; d) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário; e) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjsc.jus.br/portal>; f) a certidão da Capital abrange os crimes do Código Penal Militar, no primeiro grau de jurisdição; g) para a Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Capital, sexta-feira, 29 de junho de 2018.

PEDIDO Nº:

7648099





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
Comarca de Capital

29/06/2018

7648108

CERTIDÃO
CÍVEL

CERTIDÃO Nº: 5454737

FOLHA: 1/1

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Capital, com distribuição anterior à data de 22/06/2018, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

GABRIEL FARIA OLIVEIRA, portador do RG: 37516868, CPF: 032.952.749-59. *****

ATENÇÃO: a) será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada; b) não abrange as ações de falência, concordata e recuperação judicial; c) a certidão da Capital abrange ações cíveis contra atos disciplinares militares, conforme art. 125 § 5º da CFB; d) não tem validade para fins eleitorais; e) foram considerados os normativos do CNJ; f) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário; g) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico [http://www.tjsc.jus.br/portal/opção Certidões/Conferência de Certidão](http://www.tjsc.jus.br/portal/opção/Certidões/Conferência%20de%20Certidão); h) para a Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Bancário, Norte da Ilha e Distrital do Continente.

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Capital, sexta-feira, 29 de junho de 2018.

PEDIDO Nº:

7648108



27/06/2018

:: Portal da Justiça Federal da 4ª Região ::

Certidão [imprimir]

f663e7c7d35599031091307c65bf7834



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados fornecidos pelo solicitante. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 403, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
GABRIEL FARIA OLIVEIRA

OU

contra o CPF:
032.952.749/59

NADA CONSTA

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 27/06/2018 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 27/06/2018 às 02:01
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 27/06/2018 às 02:01
- Paraná (Processo Papel) até 27/06/2018 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 26/06/2018 às 23:50
- Santa Catarina (Processo Papel) até 26/06/2018 às 20:00

Certidão emitida em: 27/06/2018 às 22:28 (hora e data de Brasília)

A confirmação de sua **autenticidade** na Internet poderá ser verificada pelo destinatário, através do endereço https://www.trf4.jus.br/trf4/processos/certidao/verifica_processo_certidao.php?numero_documento=f663e7c7d35599031091307c65bf7834



27/06/2018

Certidão Negativa



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO

CERTIDÃO DE AÇÕES CRIMINAIS
30908871

Certificamos que contra

Nome: **GABRIEL FARIA OLIVEIRA**

CPF: **032.952.749-59**

Data de Nascimento: **26/09/1979**

Nome da mãe: **MARILZA FARIA OLIVEIRA**

NADA CONSTA

no que se refere a Ações Penais Militares em andamento ou com sentença condenatória transitada em julgado e/ou Processo de Execução Penal em andamento na Justiça Militar da União.

Certidão emitida em 27/06/2018 às 22:51:13 (hora de Brasília) com base na Resolução nº 149, de 03/08/2007, do Superior Tribunal Militar, publicada no DJ de 17/08/2007.

Os dados pessoais acima são de responsabilidade do solicitante da certidão.


A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no endereço <http://www.stm.jus.br> (Menu "Certidão Negativa/Autenticação de Certidão") informando o Número de Controle e o CPF do emissor da Certidão.

Certidão gratuita e de âmbito nacional
Esta certidão é válida por 90 dias



27/06/2018

.: Sistema de Emissão de Certidões Negativas da 1ª Região .:

 imprimir

Nº 155392



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL
LOCAL

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO PARA FINS GERAIS
CÍVEIS E CRIMINAIS

CERTIFICAMOS, após pesquisa nos registros eletrônicos de distribuição de ações e execuções Cíveis, Criminais e JEF mantidos na Seção Judiciária do Distrito Federal, que

N A D A C O N S T A

contra **GABRIEL FARIA OLIVEIRA** nem contra o **CPF: 032.952.749-59**.

Observações:

- a) o parâmetro de pesquisa para confecção desta certidão levou em conta apenas e tão somente processos e procedimentos que estejam em tramitação, inclusive nos Juizados Especiais Federais. Poderão, contudo, ser excluídos processos sigilosos cuja divulgação possa frustrar eventuais investigações;
- b) a pesquisa de ações e execuções cíveis abrange também as execuções fiscais;
- c) a autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Seção Judiciária do Distrito Federal (www.jfdf.jus.br), informando-se o número de controle acima descrito.
- d) Para conferir os municípios abrangidos pela competência das unidades jurisdicionais, acesse o link: (<http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/institucional/organizacao/varas-federais/jurisdicoes-das-varas-federais.htm>)

Não foram incluídos na pesquisa os processos do PJe.

Certidão Emitida em: 27/06/2018 às 22:31 (hora e data de Brasília).

Última atualização dos bancos de dados: 27/06/2018, 22h31min.

Endereço: SAS, Quadra 02, bloco G, lote 08, Anexo A, CEP: 70040-000, BRASÍLIA - DF. Fone: (61) 3221-6000. e-Mail: nucju@df.trf1.gov.br



**TJDFT**

Poder Judiciário da União

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DISTRIBUIÇÃO (ESPECIAL - AÇÕES CÍVEIS E CRIMINAIS)
1ª e 2ª Instâncias**

CERTIFICAMOS que, após consulta aos registros eletrônicos de distribuição de ações cíveis e criminais disponíveis até 26/06/2018, **NADA CONSTA** contra o nome por extenso e CPF/CNPJ de:

GABRIEL FARIA OLIVEIRA

032.952.749-59

(MARILZA FARIA OLIVEIRA / OSVALDO VITORINO DE OLIVEIRA)

OBSERVAÇÕES:

- a) Os dados de identificação são de responsabilidade do solicitante da certidão, devendo a titularidade ser conferida pelo interessado e pelo destinatário.
- b) A autenticidade deverá ser confirmada no site do TJDFT (www.tjdft.jus.br), informando-se o número do selo digital de segurança impresso.
- c) A certidão será emitida de acordo com as informações inseridas no banco de dados. Em caso de exibição de processos com dados desatualizados, o interessado deverá requerer a atualização junto ao juízo ou órgão julgador.
- d) A certidão será negativa quando não for possível a individualização dos processos por carência de dados do Poder Judiciário. (artigo 8º, § 2º da Resolução 121/CNJ).
- e) A certidão cível contempla ações cíveis, execuções fiscais, execuções e insolvências civis, falências, recuperações judiciais, recuperações extrajudiciais, inventários, interdições, tutelas e curatelas. A certidão criminal compreende os processos criminais, os processos criminais militares e as execuções penais. Demais informações sobre o conteúdo das certidões, consultar em www.tjdft.jus.br, Cidadãos, Certidão de Nada Consta, Tipos de Certidão.
- f) A certidão cível atende ao disposto no inciso II do artigo 31 da Lei 8.666/1993.
- g) Medida prevista no artigo 26 do Código Penal, sentença não transitada em julgado.

Emitida gratuitamente pela internet em: 28/06/2018

Data da última atualização do banco de dados: 26/06/2018

Selo digital de segurança: 2018.CTD.EFR7.A2RA.Z6CU.U36E.P9M6

*** VÁLIDA POR 30(TRINTA) DIAS ***



ARGUMENTAÇÃO ESCRITA, APRESENTADA DE FORMA SUCINTA, EM QUE O INDICADO DEMONSTRE TER EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL, FORMAÇÃO TÉCNICA ADEQUADA E AFINIDADE INTELECTUAL E MORAL PARA O EXERCÍCIO DA ATIVIDADE

Chamo-me GABRIEL FARIA OLIVEIRA, resido em Florianópolis/SC, sou servidor público desde agosto de 2001 quando ingressei como servidor do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina, Defensor Público Federal desde o ano de 2006, e submeto meu nome à aprovação do Senado Federal e nomeação da Presidência da República para o cargo de Defensor Público-Geral Federal, biênio 2018-2020.

Registro que figuro pela segunda vez consecutiva como Defensor Público mais votado em lista tríplice formada pela votação direta das colegas Defensoras e dos colegas Defensores Públicos Federais votantes.

Me formei em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC em setembro de 2003 e conclui Pós-Graduação em nível de Especialização na modalidade “Magistério Superior” em Direito Público, promovido pela universidade do Vale do Itajaí em Convênio com o Instituto dos Juízes Federais do Estado de Santa Catarina – IJUFE, de 05/04/2004 a 19/11/2004 (570 horas aulas) – com honra ao mérito por ter obtido as melhores notas/conceito.

Já servi ao Serviço Público Federal como Advogado da União entre os anos de 2005 e 2006, no Gabinete do Advogado-Geral da União (Dr. Álvaro Augusto Ribeiro da Costa), e desde outubro de 2006 venho prestando serviços à Defensoria Pública da União em diversas frentes.



Hoje titularizo o 3º Ofício Regional da Unidade da Defensoria Pública da União em Santa Catarina, com atribuição cível, previdenciária, eleitoral e criminal, porém já titularizei ofícios de atuação em Curitiba/PR, Umuarama/PR, Florianópolis/SC e Cuiabá/MT.

Chefiei as Unidades de Curitiba e Umuarama no Estado do Paraná, entre maio de 2008 e março de 2009. Também tive a oportunidade de chefiar a Unidade de Santa Catarina no período de fevereiro de 2014 a agosto de 2015. Fui chefe substituto da Unidade do Mato Grosso no ano de 2011.

Também tive a oportunidade de presidir a Associação Nacional dos Defensores Público Federais – ANADEF, entre o mês de julho de 2011 e novembro de 2013.

Fui membro da Comissão Nacional da Defensoria Pública do Ministério da Justiça, criada pelo Exmo. Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo (2012). Também tive a oportunidade de ser Subcoordenador da Força Nacional da Execução Penal da Defensoria em Santa Catarina (2013), também indicado pelo Exmo. Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo.

Sou membro colaborador do Conselho científico da Federação Brasileira de Instituições Filantrópicas de apoio à Saúde da Mama – FEMAMA. Já integrei e participei como membro dos grupos de trabalho da Defensoria Pública da União de Combate ao Trabalho Escravo e de Segurança alimentar.

Ministrei aulas de Direito Processual Civil I no CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES DO PLANALTO – IESPLAN (03/2006-10/2006), bem como na ESCOLA BRASILEIRA DE ENSINO



JURÍDICO NA INTERNET LTDA – EBEJI, na disciplina princípios institucionais da Defensoria Pública (02/2014-02/2015).

Durante o período em que estive como Presidente da Associação Nacional dos Defensores Públicos Federais – ANADEF pude participar e presenciar o valoroso empenho dos Senhores Parlamentares, Deputados Federais e Senadores da República, no sentido de fortalecer a assistência jurídica integral e gratuita às pessoas carentes de recursos, reconhecimento que firmo juntamente com o compromisso de na mesma linha trabalhar incessantemente como Defensor Público-Geral Federal para a concretização da assistência jurídica e para o fortalecimento ao direito de ampla defesa e contraditório em respeito aos direitos fundamentais.

Respeitosamente,

Brasília-DF, 25 de junho de 2018.



Gabriel Faria Oliveira

Defensor Público Federal

Candidato à Defensor Público-Geral Federal



Aviso nº 316 - C. Civil.

Em 25 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor GABRIEL FARIA OLIVEIRA, Defensor Público Federal, no Estado de Santa Catarina, para exercer o cargo de Defensor Público-Geral Federal, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Carlos Eduardo Barbosa Paz.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República





SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 65, DE 2018

(nº 325/2018, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso III, alínea "f", da Constituição Federal, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, o nome do Senhor JOSÉ DA SILVA TIAGO, para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)

DESPACHO INICIAL: À CI.



[Página da matéria](#)



Mensagem nº 325

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso III, alínea “f”, da Constituição, combinado com o art. 88 da Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, submeto à apreciação de Vossas Excelências o nome do Senhor JOSÉ DA SILVA TIAGO para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Brasília, 12 de junho de 2018.



ESTE DOCUMENTO NÃO FAZ PARTE DO PROCESSO



Aviso nº 288 - C. Civil.

Em 12 de junho de 2018.

A Sua Excelência o Senhor
Senador JOSÉ PIMENTEL
Primeiro Secretário do Senado Federal

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem na qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor JOSÉ DA SILVA TIAGO para exercer o cargo de Diretor-Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT.

Atenciosamente,

ELISEU PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil
da Presidência da República



CURRICULUM VITAE

JOSE DA SILVA TIAGO



1-) DADOS PESSOAIS

NOME: José da Silva Tiago
ESTADO CIVIL: Casado
ENDEREÇO: Rua José Ribeiro de Macedo Júnior, 270
Bairro Jardim Social
82.520-220 - Curitiba/PR
Fone: (041) 991984910

CARTEIRA DE IDENTIDADE: 822/D
ÓRGÃO EXPEDIDOR: CREA- 14ª Região

TÍTULO ELEITORAL: 0060.7265.1880
ZONA: 002
SEÇÃO: 0393
MUNICÍPIO: Curitiba/PR

SITUAÇÃO MILITAR: Isento
DOCUMENTO: nr. 897193
SEÇÃO EXPEDIDORA: 5ª Circunscrição do Serviço Militar
CIDADE: Ribeirão Preto/SP

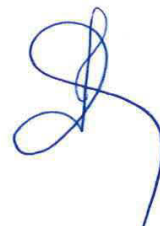
2-) FORMAÇÃO ACADÊMICA

TÍTULO: Engenheiro Civil
UNIVERSIDADE: Universidade Federal de Mato Grosso
DATA: 18 de janeiro de 1.974
LOCAL: Cuiabá/MT

**3-) CURSOS DE EXTENSÃO, ATUALIZAÇÃO E/OU
APERFEIÇOAMENTO ESPECIAL**

CURSO: Matemática Moderna
PATROCINADOR: Instituto Americano de Lins
LOCAL: Lins/SP
PERÍODO: 01 a 03/10/64

CURSO: Datilografia
PATROCINADOR: Escola de Datilografia Renascentista
LOCAL: São José do Rio Preto/SP
PERÍODO: 01/12/66 a 01/05/67



CURSO: CADES
PATROCINADOR: Ministério de Educação e Cultura e Governo do
Estado de Mato Grosso
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 07 a 28/01/69

CURSO: Matemática
PATROCINADOR: Centro de Treinamento para Professores de
Ciências e Universidade de São Paulo
LOCAL: São Paulo/SP
PERÍODO: 12 a 30/01/70

CURSO: Pavimentação Rodoviária
PATROCINADOR: DNER e Universidade Federal de Mato Grosso
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 25/08 a 02/11/75

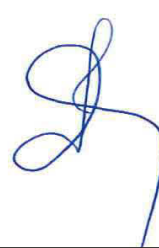
CURSO: Conservação Rodoviária
PATROCINADOR: IPR/DNER e Universidade Federal de Mato Grosso
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 19/09 a 12/12/77

CURSO: Engenharia de Trânsito
PATROCINADOR: IPR/DNER e Universidade Federal de Mato Grosso
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 06/11/78 a 13/02/79

CURSO: Hidrologia e Drenagem
PATROCINADOR: IPR/DNER e Universidade Federal de Mato Grosso
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 03/12/79 a 09/02/80

CURSO: Viabilidade Econômica para Restauração Rodoviária
PATROCINADOR: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
LOCAL: Rio de Janeiro/RJ
PERÍODO: 23 a 27/09/96

CURSO: Introdução ao Processamento de Dados e Sistema
Operacional MS-DOS
PATROCINADOR: SOS Informática
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 20 a 24/05/91



CURSO: Utilização do HDM (Highway Desing and Maintenance Standards Model)
PATROCINADOR: Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
LOCAL: Rio de Janeiro/RJ
PERÍODO: 12 a 16/05/97

CURSO: WORDSTAR
PATROCINADOR: SOS Informática
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 10 a 14/06/91

CURSO: Gestão Ambiental para Empreendimentos Rodoviários
PATROCINADOR: BIRD/ DNER
LOCAL: IME/ Rio de Janeiro/ RJ
PERÍODO: 04 a 08/08/87

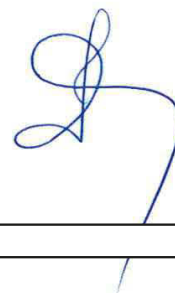
CURSO: Projeto e Execução de Pavimentação Flexível
PATROCINADOR: BIRD/DNER
CONVÊNIO: DNER/IME
LOCAL: IME/Rio de Janeiro/RJ
PERÍODO: 13 a 24/07/98

4-) PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, CONFERÊNCIAS, SEMINÁRIOS OU SIMPÓSIOS

NOME: A Cuiabá-Santarém em todos os seus aspectos
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 14 a 20/08/70

NOME: 11ª Semana de Estudos Geológicos de Mato Grosso
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 11 a 15/10/71

NOME: 1º Seminário de Desenvolvimento Regional de Mato Grosso
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 29 a 31/07/74



NOME: Seminário sobre Solos Lateríticos
LOCAL: São Luiz/MA
PERÍODO: 22 a 25/08/77

NOME: 1ª Reunião sobre Controle de Obras Rodoviárias
LOCAL: Rio de Janeiro/RJ
PERÍODO: 17 a 21/10/77

NOME: Curso de treinamento DAI-110
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 07 a 18/05/79

NOME: 21ª Reunião Anual de Pavimentação
LOCAL: Salvador/BA
PERÍODO: 22 a 26/09/86

NOME: 22ª Reunião Anual de Pavimentação
LOCAL: Maceió/AL
PERÍODO: 31/08/87 a 04/09/87

NOME: Seminário Gerencial
LOCAL: São Paulo/SP
PERÍODO: 16 e 17/10/87

NOME: 1º Encontro Mato-grossenses para Implantação da Hidrovia
Paraná-Paraguai
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 28 e 29/11/91

NOME: 10ª Reunião Mundial da International Road Federation
LOCAL: Rio de Janeiro/RJ
PERÍODO: 22 a 26/10/84

NOME: 1º Encontro Nacional de Conservação Rodoviária
LOCAL: Goiânia/GO
PERÍODO: 07 a 09/05/96

NOME: Curso de Gestão Ambiental para Empreendimentos
Rodoviários
LOCAL: IME/ Rio de Janeiro/ RJ
PERÍODO: 04 a 08/08/97



5-) ATIVIDADES PROFISSIONAIS E AFINS

FUNÇÃO: Professor
CADEIRAS: Matemática, Física Teórica e Física Prática
INSTITUIÇÃO: Colégio Estadual de Mato Grosso
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: Março/69 a Dezembro/71

FUNÇÃO: Professor
CADEIRA: Matemática
INSTITUIÇÃO: Liceu Salesiano São Gonçalo
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: Agosto a Dezembro/73

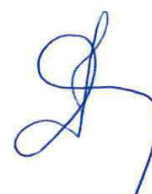
FUNÇÃO: Monitor
CADEIRA: Mecânica Geral
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 01/08/71 a 31/12/73

FUNÇÃO: Professor
CADEIRAS: Cálculo III e Cálculo IV
INSTITUIÇÃO: Universidade Federal de Mato Grosso
LOCAL: Cuiabá/MT
PERÍODO: 01/01 a 31/12/75

FUNÇÃO: Engenheiro Civil
FIRMA: Proenge Ltda.
LOCAL: Cuiabá/MT
CARGO: Chefe da Seção de Cálculo e Projetos
PERÍODO: março/73 a julho/74

FUNÇÃO: Engenheiro Civil
FIRMA: Departamento de Obras Públicas do Estado de Mato Grosso
LOCAL: Cuiabá/MT
CARGO: Fiscal de Obras
PERÍODO: 15/07/74 a 31/07/75

6-) CARGOS EXERCIDOS
CARGO: Chefe da Seção de Laboratório do Serviço de Planejamento
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 10/09/75 a 12/11/75



CARGO: Chefe da Seção de Construção do Serviço de Obras
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 13/11/75 a 22/05/77

CARGO: Representante do Instituto de Pesquisas Rodoviárias junto
ao 11º DRF
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 01/08/76 a 01/05/80

CARGO: Chefe do Serviço de Obras
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 23/05/77 a 08/09/80

CARGO: Responsável pela Chefia do EF-11/10, sediado
em Corumbá/MS
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 29/11/76 a 10/01/81

CARGO: Responsável pelo Serviço de Planejamento
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 19/08/80 a 19/02/81

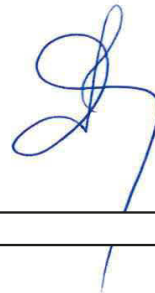
CARGO: Responsável pelo Serviço de Obras
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 17/10/80 a 17/04/81

CARGO: Assistente do Chefe do 11º DRF
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 09/09/80 a 14/03/87 e 17/02/89 a 19/10/89

CARGO: Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem
do Estado de Mato Grosso
INSTITUIÇÃO: Governo do Estado de Mato Grosso
PERÍODO: 15/03/87 a 16/02/89

CARGO: Subchefe Distrital
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 20/10/89 a 08/08/91

CARGO: Chefe do Serviço de Administração e Finanças
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 09/08/91 a 29/03/94



CARGO: Chefe do Setor de Melhoramentos e Restauração
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 10/01/96 a 29/09/98

CARGO: Chefe do 11º Distrito Rodoviário Federal
INSTITUIÇÃO: 11º DRF/DNER
PERÍODO: 18/11/98 a 18/02/2002

CARGO: Coordenador da Inventariança do DNER em extinção no
Estado de Mato Grosso
INSTITUIÇÃO: Inventariante do DNER em extinção
PERÍODO: 19/02/2002 a 13/05/2002

CARGO: Coordenador da 11ª Unidade de Infra-Estrutura Terrestre-
-UNIT
INSTITUIÇÃO: Departamento de Infra-Estrutura de Transportes-
DNIT
PERÍODO: 14/05/2002 a 22/04/2003

CARGO: Assessor do Diretor de Planejamento e Pesquisa do DNIT
PERÍODO: 01/05/2003 a 12/12/2007

CARGO: Gerente de Projetos da Diretoria Geral do DNIT
PERÍODO: 13/12/2007 a 04/03/2009

CARGO: Coordenador Geral de Cadastro e Licitação do DNIT
PERÍODO: 05/03/2009 a 17/09/2009

CARGO ATUAL: Superintendente do DNIT no Estado do Paraná
PERÍODO: 18/09/2009 A em exercício

7-) EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

- estagiário do 11º DRF/DNER no período de janeiro/70 a fevereiro/72
- acompanhamento na fiscalização dos serviços de implantação e pavimentação da BR- 364/MT, trecho Cuiabá-Rondonópolis;
- sondagem a percussão num total de 11.509 metros;
- elaboração de anteprojeto de pavimentação alfáltica da cidade de Várzea Grande;
- fiscalização de pavimentação asfáltica, tipo concreto asfáltico, num total de 35.200 metros quadrados em vias urbanas;
- fiscalização das obras de construção civil, estrutura metálica, terraplenagem e drenagem do Centro Esportivo de Cuiabá, no período de julho/74 a julh/75;
- fiscalização da construção do 2º Edifício da sede do 11º DRF, bem como, da reforma nas demais dependências do Distrito;



-acompanhamento, como representante do DNER, das obras de implantação das rodovias constantes da malha I do Sistema Rodoviário do Pantanal Mato-grossense;

-coordenador dos serviços de implantação e pavimentação da BR-463/MS, trecho Dourados-Ponta Porã, subtrechos I e III, no período de março/78 a dezembro/80;

-acompanhamento dos serviços de implantação, pavimentação e obras de arte especiais na rodovia BR- 070/163/364/MT, trecho Contorno de Cuiabá;

-acompanhamento dos serviços de implantação e pavimentação da duplicação da BR- 070/163/364/MT, trecho Cidade Universitária - Areão;

- coordenador da construção de 12(doze) pontes de vazão, num total de 958,0 metros lineares na BR-262/MS, trecho: Morro do Azeite - Corumbá;

-acompanhamento da construção da ponte em concreto protendido sobre o Rio Jaurú na BR-174, com extensão de 90,0 metros;

-acompanhamento de parte dos serviços de revisão dos projetos finais de engenharia da rodovia JBR-174/364, trecho: Cuiabá-Porto Velho;

-coordenador designado pela Chefia do 11ºDRF, das obras de implantação e pavimentação da Rodovia BR- 070/174/364/MT, da ligação Cuiabá-Porto Velho, no subtrecho: Cuiabá-KM 776,486, com extensão de 776,486 Km.

08-) OUTROS

- diploma de Mérito conferido pela Liga Esportiva do Instituto Americano de Lins, em Lins/SP, em 1.964 e 1.965;
- diploma de Honra ao Mérito, conferido pelo Colégio São José, de São José do Rio Preto/SP, em 1.967;
- diploma de Honra ao Mérito, conferido pela Comissão Coordenadora do 25º Aniversário de Cuiabá, em 31 de dezembro de 1.969;
- participação no Projeto Rondon IV, no período de 21 a 31 de julho de 1.969;
- participações em várias comissões, designado através de Portarias do Engº Chefe do 11º DRF, encarregado de confecção de medições mensais, medições finais, classificações de materiais escavados, licitações, etc...;
- diploma de AMIGO DA POLÍCIA MILITAR, conferido pelo Comandante da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, por reconhecimento a valiosa colaboração prestado à corporação, em 05/09/87;
- Diploma de COLABORADOR EMÉRITO DO EXÉRCITO BRASILEIRO conferido pelo Exército Brasileiro, em reconhecimento aos serviços prestados, em 25/08/86;
- medalha Engº Regis Bittencourt, conferida pela Associação Rodoviária do Brasil, em São Paulo/SP, por relevantes serviços prestados ao Rodoviarismo Nacional, em 25/11/87;



- Título de Cidadão Honorário Vilariquense, conferido pela Câmara Municipal de Vila Rica no Estado de Mato Grosso;
- Título de Cidadão Matogrossense conferido pela Assembléia Legislativa do Estado de Mato Grosso.

Curitiba/PR, 10 de maio de 2018



JOSE DA SILVA TIAGO



DECLARAÇÃO

Eu, **JOSE DA SILVA TIAGO**, brasileiro, casado, RG nº448.344/SSPMT, CPF: 089.172.641-15, residente e domiciliado à Rua Coronel José Ribeiro de Machado Júnior, nº 270, em Curitiba/PR, CEP: 82520-220, em cumprimento ao art. 1º, inciso II, alínea "a", do Ato nº 1, de 12 de março de 2009 – Comissão de Serviços de Infraestrutura, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º da 7.115/1983), que não possuo parentes que exercem ou exerceram atividades públicas ou privadas vinculadas à minha atividade profissional.

Por se verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Curitiba, 13 de junho de 2018.



JOSE DA SILVA TIAGO



DECLARAÇÃO

Eu, **JOSE DA SILVA TIAGO**, brasileiro, casado, RG nº448.344/SSPMT, CPF: 089.172.641-15, residente e domiciliado à Rua Coronel José Ribeiro de Machado Júnior, nº 270, em Curitiba/PR, CEP: 82520-220, em cumprimento ao art. 1º, inciso II, alínea "a", do Ato nº 1, de 12 de março de 2009 – Comissão de Serviços de Infraestrutura, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º da 7.115/1983), que minha regularidade fiscal, no âmbito federal, estadual e municipal, devidamente comprovada pelas certidões emitidas pelos órgãos competentes em cumprimento ao § 2º do art. 1º do citado ato.

Por se verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Curitiba, 13 de junho de 2018.



JOSE DA SILVA TIAGO



<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/Cn...>



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: JOSE DA SILVA TIAGO
CPF: 089.172.641-15

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 08:58:16 do dia 09/05/2018 <hora e data de Brasília>.

Válida até 05/11/2018.

Código de controle da certidão: **960F.3FCA.96DE.9221**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Confirmação de Autenticidade da Certidão

<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATSP0/Certidao/certa...>

Confirmação de Autenticidade das Certidões

Resultado da Confirmação de Autenticidade da Certidão

CPF : 089.172.641-15

Data da Emissão : 09/05/2018

Hora da Emissão : 08:58:16

Código de Controle da Certidão : 960F.3FCA.96DE.9221

Tipo da Certidão : Negativa

Certidão **Negativa** emitida em 09/05/2018, com validade até 05/11/2018.

[Página Anterior](#)



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Coordenação da Receita do Estado

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 018024512-26

Certidão fornecida para o CPF/MF: **089.172.641-15**

Nome: **CPF NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta certidão engloba pendências do próprio CPF ou pelas quais tenha sido responsabilizado e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como, ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 06/09/2018 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet

www.fazenda.pr.gov.br



Secretaria da Fazenda

<http://www.cdw.fazenda.pr.gov.br/cdw/confirmacao>**Governo do Estado do Paraná
Secretaria da Fazenda**☐ Recelta PR ☐ Sefanet ☐ EXPRESSO

chave:

senha:

Ok



Secretaria da Fazenda

palavra-chave

Pesquisar

Confirmação de Certidão**Informações do Documento**

Certidão 018024512-26

Tipo Certidão Negativa de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual - Automática

Fornecida para o CPF 089.172.641-15

CPF não consta no Cadastro de Contribuintes do ICMS/PR

Emissão 09/05/2018 09:10:45

Data de Validade 06/09/2018

Voltar

© Secretaria da Fazenda - SEFA

Av. Vicente Machado, 445 - Centro - 80420-902 - Curitiba - PR

[Localização](#)

<http://www5.curitiba.pr.gov.br/gtm/certidaonegativa/frmListarCerti...>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS
PESSOA FÍSICA**

CONTRIBUINTE: JOSE DA SILVA TIAGO
CPF: 089.172.641-15

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

É expedida esta **CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS**, em nome do sujeito passivo inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Certidão expedida com base no Decreto nº 670/2012, de 30/04/2012.

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre Serviços - ISS), Imobiliários (Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos - ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros Débitos Municipais.

CERTIDÃO Nº: 156076/2018

EMITIDA EM: 10/05/2018

VÁLIDA ATÉ: 06/09/2018

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO: 2819.CEFB.1C3C.453D-5.9FB3.E1A7.A809.898A-5

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Curitiba, na Internet, no endereço <http://www.curitiba.pr.gov.br> - link: Secretarias / Finanças.

Reserva-se a Fazenda Municipal, o direito de cobrar dívidas posteriormente constatadas, mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta.

Certidão expedida pela internet gratuitamente.



<http://www5.curitiba.pr.gov.br/gtm/certidaonegativa/frmListarCerti...>



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO**

**CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS
PESSOA FÍSICA**

CONTRIBUINTE: JOSE DA SILVA TIAGO
CPF: 089.172.641-15

FINALIDADE: VERIFICAÇÃO

É expedida esta **CERTIDÃO NEGATIVA DE TRIBUTOS E OUTROS DÉBITOS MUNICIPAIS**, em nome do sujeito passivo inscritos ou não em Dívida Ativa, até a presente data.

Certidão expedida com base no Decreto nº 670/2012, de 30/04/2012.

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre Serviços - ISS), Imobiliários (Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU, Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Inter-vivos - ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros Débitos Municipais.

CERTIDÃO Nº: 156076/2018

EMITIDA EM: 10/05/2018

VÁLIDA ATÉ: 06/09/2018

CÓDIGO DE AUTENTICIDADE DA CERTIDÃO: 2819.CEFB.1C3C.453D-5.9FB3.E1A7.A809.898A-5

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na página da Prefeitura Municipal de Curitiba, na Internet, no endereço <http://www.curitiba.pr.gov.br> - link: Secretarias / Finanças.

Reserva-se a Fazenda Municipal, o direito de cobrar dívidas posteriormente constatadas, mesmo as referentes a períodos compreendidos nesta.

Certidão expedida pela internet gratuitamente.



DECLARAÇÃO

Eu, **JOSE DA SILVA TIAGO**, brasileiro, casado, RG nº448.344/SSPMT, CPF: 089.172.641-15, residente e domiciliado à Rua Coronel José Ribeiro de Machado Júnior, nº 270, em Curitiba/PR, CEP: 82520-220, em cumprimento ao art. 1º, inciso II, alínea "a", do Ato nº 1, de 12 de março de 2009 – Comissão de Serviços de Infraestrutura, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º da 7.115/1983), que figuro como réu em Ação de Improbidade Administrativa, constante no Processo de nº 2006.36.004594-4, do Tribunal Regional Federal de Mato Grosso, o qual, encontra-se em fase final de decisão.

Por se verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Curitiba, 13 de junho de 2018.



JOSE DA SILVA TIAGO



Tribunal Superior Eleitoral - Certidão de Quitação - Emissão

<https://apps.tse.jus.br/saac/emissaoCertidaoQuitacao.do?dispatcher...>

JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

Certidão

Certifico que, de acordo com os assentamentos do Cadastro Eleitoral e com o que dispõe a Res.-TSE nº 21.823/2004, o eleitor abaixo qualificado **ESTÁ QUITE** com a Justiça Eleitoral na presente data.

Eleitor: **JOSE DA SILVA TIAGO**

Inscrição: **006072651880** Zona: 2 Seção: 393

Município: 75353 - CURITIBA UF: PR

Data de Nascimento: 20/03/1948 Domiciliado desde: 28/02/2018

Filiação: ANA JESUINA DA SILVA
SEBASTIAO JESUINO TIAGO

Certidão emitida às 12:10 de 13/06/2018

Res.-TSE nº 21.823/2004:

"O conceito de quitação eleitoral reúne a plenitude do gozo dos direitos políticos, o regular exercício do voto, salvo quando facultativo, o atendimento a convocações da Justiça Eleitoral para auxiliar os trabalhos relativos ao pleito, a inexistência de multas aplicadas, em caráter definitivo, pela Justiça eleitoral e não remetidas, excetuadas as anistias legais, e a regular prestação de contas de campanha eleitoral, quando se tratar de candidatos."

A plenitude do gozo de direitos políticos decorre da inoccorrência de perda de nacionalidade; cancelamento de naturalização por sentença transitada em julgado; interdição por incapacidade civil absoluta; condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos; recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa; condenação por improbidade administrativa; conscrição; e opção, em Portugal, pelo estatuto da igualdade.

Esta **certidão de quitação eleitoral** é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br>, por meio do código **BNBØ.I7ØL.TTU6.XE7P**

* O literal Ø no código de validação representa o número 0 (zero).





433785

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DA 4ª REGIÃO
CERTIDÃO REGIONAL PARA FINS GERAIS
CÍVEL E CRIMINAL

A presente certidão é confeccionada apenas com base nos registros internos dos sistemas processuais da Justiça Federal da 4ª Região, justiça comum e juizados especiais federais, a partir dos dados de identificação destacados abaixo. As pesquisas são efetivadas em dois momentos distintos e desvinculados: a) pelo NOME/RAZÃO SOCIAL fornecido; b) pelo CPF/CNPJ fornecido. A conferência dos dados pessoais fornecidos pela parte interessada é de responsabilidade exclusiva do destinatário.

Nestes termos, em conformidade com o art. 403, I e II da Consolidação Normativa da Corregedoria Regional da Justiça Federal da 4ª Região, certificamos que,

contra o NOME/RAZÃO SOCIAL
JOSE DA SILVA TIAGO

OU

contra o CPF:
089.172.641/15

qualificado com o(s) seguinte(s) dado(s):

TIT. ELEIT.: **6072651880**

NASCIMENTO: **20/03/1948**

MÃE: **ANA JESUINA DA SILVA**

NADA CONSTA

Curitiba, 13 de junho de 2018

nos registros de distribuição mantidos a partir de 25 de abril de 1967, de AÇÕES E EXECUÇÕES CÍVEIS E FISCAIS em andamento, AÇÕES CRIMINAIS em andamento com condenação transitada em julgado, de EXECUÇÕES PENAS definitivas em andamento e de MEDIDAS DE SEQUESTRO e ARRESTO CRIMINAL nas Seções Judiciárias Federais

- Paraná (Processo Eletrônico) até 13/06/2018 às 02:01
- Rio Grande do Sul (Processo Eletrônico) até 12/06/2018 às 02:01
- Santa Catarina (Processo Eletrônico) até 13/06/2018 às 02:01
- Paraná (Processo Papel) até 13/06/2018 às 00:30
- Rio Grande do Sul (Processo Papel) até 12/06/2018 às 23:50
- Santa Catarina (Processo Papel) até 12/06/2018 às 20:00



Documento assinado eletronicamente por EDUARDO AUGUSTO I. ARAUJO, TÉCNICO JUDICIÁRIO, em 13/06/2018 às 13:12. A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br> (Menu "Serviços Judiciais/Autenticidade de Certidão") informando o Número de Controle 433785 e demais informações.



República Federativa do Brasil
Poder Judiciário



Foro Central
Comarca da Região Metropolitana de Curitiba
Estado do Paraná

Bel. Nilo U. de Souza Sampaio

Titular

Bel. Péricles Coelho
Bel. Edivaldo Pereira da Silva
Bel. Luis Fernando Vieira

Juramentados

CERTIDÃO NEGATIVA CRIMINAL
(PARA EFEITOS CIVIS)


CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada, que
revendo os livros de Registros existentes nesta Serventia a meu cargo, dos mesmos
NADA CONSTA contra:

JOSE DA SILVA TIAGO - RG 448344 SP

no período de 4 de dezembro de 1989, até a presente data, em razão de
distribuição(ões) de competência da Vara da Auditoria da Justiça Militar Estadual e da
2a.Vara de Execução de Penas e Medidas Alternativas e Cartas Precatórias Criminais.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FÉ.

Curitiba, 12 de junho de 2018 .


Luis Fernando Vieira
- juramentado -

Lei nº19.350 de 20/Dez/17
Tabela XVI dos Distribuidores nº VI letra a (R\$ 31.30)
Emitida por: LF





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Rua Mauá, 920 - Sobreloja - Bairro Alto da Glória - CEP 80030-200 -
Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

CERTIDÃO

A BACHAREL MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI

SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

CERTIFICA, a requerimento protocolizado sob nº **39841-96/2018**, que consultando os registros computacionais mantidos na Seção competente do Departamento de Gestão Documental, verificou-se **não constar autuados neste Tribunal de Justiça, até as 18h00 min do dia 11/06/2018, ações ou recursos cíveis** em que figure como parte **JOSE DA SILVA TIAGO, inscrita(o) sob o CPF nº 089.172.641-15**.

Eu, **LUCIANA GARCIA FERREIRA**, Técnico Judiciário, extraí a presente certidão e a conferi.

Eu, **FERNANDO ANTONIO WYATT MARIA SOBRINHO**, Diretor do Departamento de Gestão Documental, a subscrevi.

Eu, **MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI**, Secretária do Tribunal de Justiça do Paraná, DOU FÉ



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA GARCIA FERREIRA**, Técnico Judiciário, em 14/06/2018, às 12:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO WYATT MARIA SOBRINHO**, Diretor do Departamento de Gestão Documental, em 14/06/2018, às 16:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI**, Secretário do Tribunal de Justiça do Paraná, em 14/06/2018, às 16:14, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **3012663** e o código CRC **FC32D6D8**.

0039841-96.2018.8.16.6000

3012663v2





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Rua Mauá, 920 - Sobreloja - Bairro Alto da Glória - CEP 80030-200 -
Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

CERTIDÃO

A BACHAREL MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI SECRETÁRIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ

CERTIFICA, a requerimento protocolizado sob nº 39837-59/2018, que consultando os registros computacionais mantidos na Seção competente do Departamento de Gestão Documental, verificou-se não constar autuados neste Tribunal de Justiça, até as 18h00 min do dia 11/06/2018, ações ou recursos criminais em que figure como ré(u) JOSE DA SILVA TIAGO, inscrita(o) sob o CPF nº 089.172.641-15.

Eu, **LUCIANA GARCIA FERREIRA**, Técnico Judiciário, extraí a presente certidão e a conferi.

Eu, **FERNANDO ANTONIO WYATT MARIA SOBRINHO**, Diretor do Departamento de Gestão Documental, a subscrevi.

Eu, **MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI**, Secretária do Tribunal de Justiça do Paraná, DOU FÉ



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANA GARCIA FERREIRA**, Técnico Judiciário, em 13/06/2018, às 16:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FERNANDO ANTONIO WYATT MARIA SOBRINHO**, Diretor do Departamento de Gestão Documental, em 14/06/2018, às 16:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALICE DE CARVALHO PANIZZI**, Secretário do Tribunal de Justiça do Paraná, em 14/06/2018, às 16:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador 3011287 e o código CRC 0351BEEA.

0039837-59.2018.8.16.6000

3011287v2



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CURITIBA

1º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO
CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL 1

AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 • 1º ANDAR • CEP 80530-906

FONE/FAX: (41) 3027-5253

www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDOS DE CERTIDÕES

AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 • TÉRREO • CEP: 80530-906



ESTADO DO PARANÁ

EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
CHRISTIANNE SOARES MOREIRA
KARINA BAVARO ALVES
VANESSA MANENTE
FERNANDA GALLASSINI**JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO**
TITULAR

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CÍVEL

VARAS CRIMINAIS • VARAS DA FAZENDA • VARAS DA FAMÍLIA • VARAS DE
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO • REGISTROS PÚBLICOS • TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS • JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA

fls. 1

C E R T I D A O

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, que revendo os livros de distribuições CÍVEL (1 A 5 VARA DA FAZENDA), FALÊNCIAS, CONCORDATAS, RECUP. JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL, EXECUÇÃO ESTADO E MUNICÍPIO, existentes neste Cartório, dos mesmos não consta qualquer ação contra:

- JOSE DA SILVA TIAGO -

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste Cartório) (Lei No. 4.677, de 29/12/62), até a presente data.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FE'.

Curitiba, 12 de junho de 2018.

FERNANDA GALLASSINI
Escrivente JuramentadaCUSTAS: R\$ 31,30
EMITIDA POR: FERNANDA

Página 29 de 32

Parte integrante do Avulso da MSF nº 65 de 2018.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

COMARCA DE CURITIBA

1º OFÍCIO DO DISTRIBUIDOR, PART. E CONTADOR JUDICIAL DO FORO
CENTRAL DA COMARCA DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA

EDIFÍCIO DO FÓRUM CÍVEL 1

AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 • 1º ANDAR • CEP 80530-906

FONE/FAX: (41) 3027-5253

www.1distribuidorcuritiba.com.br

PEDIDOS DE CERTIDÕES

AV. CÂNDIDO DE ABREU, 535 • TÉRREO • CEP: 80530-906



JOSÉ BORGES DA CRUZ FILHO
TITULAR

ESTADO DO PARANÁ

EMPREGADOS JURAMENTADOS

SANDRA LUCIA PELIKI
LUIZ CARLOS KOFANOVSKI
ISABEL ANGELA WYPYCH
MARIANY BEATRIZ DA SILVA SCAPINELI
CHRISTIANNE SOARES MOREIRA
KARINA BAVARO ALVES
VANESSA MANENTE
FERNANDA GALLASSINI

RECUPERAÇÃO JUDICIAL * FALÊNCIA * CONCORDATA * CRIME * CÍVEL

VARAS CRIMINAIS • VARAS DA FAZENDA • VARAS DA FAMÍLIA • VARAS DE
EXECUÇÕES FISCAIS DO ESTADO E DO MUNICÍPIO • REGISTROS PÚBLICOS • TRIBUNAL DO JURI
TABELIONATOS • JUIZADO ESPECIAL CÍVEL, CRIMINAL E DA FAZENDA

fls. 1

C E R T I D A O

CERTIFICO, a pedido de parte interessada, para fins exclusivamente civis, que revendo os livros de distribuições CRIME existentes neste Cartório, dos mesmos não consta qualquer ação contra:

- JOSE DA SILVA TIAGO -

no período de 18 de março de 1963 (data da instalação deste Cartório) (Lei No. 4.677, de 29/12/62), até a presente data.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FE'.

Curitiba, 12 de junho de 2018.

FERNANDA GALLASSINI
Escrevente Juramentada

CUSTAS: R\$ 31,30
EMITIDA POR: FERNANDA



DECLARAÇÃO

Eu, **JOSE DA SILVA TIAGO**, brasileiro, casado, RG nº448.344/SSPMT, CPF: 089.172.641-15, residente e domiciliado à Rua Coronel José Ribeiro de Machado Júnior, nº 270, em Curitiba/PR, CEP: 82520-220, em cumprimento ao art. 1º, inciso II, alínea "a", do Ato nº 1, de 12 de março de 2009 – Comissão de Serviços de Infraestrutura, **declaro**, sob as penas da lei (art. 2º da 7.115/1983), que não tive ou tenho participação, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente de empresas ou entidades não governamentais.

Por se verdade, firmo a presente declaração para que produza os efeitos legais, ciente de que a falsidade de seu conteúdo pode implicar na imputação de sanções civis, administrativas, bem como na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Curitiba, 13 de junho de 2018.



JOSE DA SILVA TIAGO



ARGUMENTAÇÃO DE CAPACIDADE TÉCNICA E AFINIDADE INTELECTUAL E MORAL

Em atendimento às exigências constantes na **letra c do item 5**. Da Resolução Nº 41, de 2013 do Senado Federal, a argumentação que demonstre minha capacidade técnica adequada e afinidade intelectual e moral para o exercício do Cargo de Diretor Geral do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte – DNIT, relatamos abaixo nossas atividades exercidas:

- 1-) ingressei no serviço Público Federal em 10/09/1975, mais especificamente no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, através de Concurso Público;
- 2-) que, ao longo de minha carreira profissional no Departamento, exerci várias atividades e Chefias, quer seja de Funções Comissionadas, quer seja de Fiscal de Obras e Serviços de Engenharia, assim como Coordenador de grandes obras, a exemplo da Cuiabá-Porto Velho, no segmento de Jurisdição do 11º Distrito Rodoviário Federal;
- 3-) exerci também, a atividade de Diretor Geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Mato Grosso – DERMAT, no período de 15/03/1987 a 16/02/1989;
- 4-) atuei como Chefe do 11º Distrito Rodoviário Federal do DNER, com jurisdição no Estado de Mato Grosso, no período de 18/11/1998 a 22/04/2003;
- 5-) exerço a função de Superintendente do DNIT no Estado do Paraná desde 18/09/2009;
- 6-) tenho vários cursos de especializações no setor de transportes.

Com relação minha afinidade intelectual e moral, fui agraciado com diplomas de Honra ao Mérito, tanto na esfera Civil, como na esfera Militar, inclusive do Exército Brasileiro.

Na esfera Administrativa e Judicial, ao longo de minha vida profissional, jamais fui condenado por atos de improbidade administrativa, ou atos de corrupção por quaisquer ações desempenhadas.

Assim, com as informações acima, sinto-me com capacidade técnica, afinidade Intelectual e Moral para desempenhar a importante função de Diretor Geral do DNIT

Curitiba, 13 de junho de 2018

JOSE DA SILVA TIAGO



Ofícios de empresas





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 31, DE 2018

Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da LIQUIGÁS-Petrobras, realizadas pelo Conselho de Administração.

AUTORIA: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras

DOCUMENTOS:

[- Texto do ofício](#)

DESPACHO INICIAL: Às CI e CTFC.



[Página da matéria](#)



LIQUIGÁS00100.082766/2018-11
04.02.03.12
(21/01E)Liquigás Distribuidora S.A.
Av Paulista, 1842 6º andar
01310-923 São Paulo SP Brasil
Tel 55 11 3703 2000

PRD – 005/2018

São Paulo, 22 de junho de 2018

Ao Ilmo Sr.
Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira
Senado Federal Anexo 1, 17º andar
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Prezado Senhor,

A Liquigás Distribuidora S.A., subsidiária integral da Petrobras, sociedade anônima de capital fechado, situada na cidade de São Paulo, à Av. Paulista, 1.842, inscrita no CNPJ/MF 60.886.413/0001-47, vem pela presente informar ao Congresso Nacional, em cumprimento do disposto na Lei 13.303/16, art. 23, §2º, combinado com o previsto no Decreto 8.945/16, art. 37, §3º, que o Conselho de Administração desta companhia realizou a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da Liquigás.

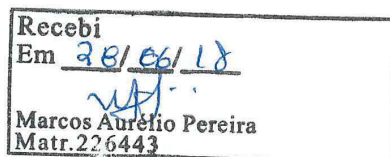
As referidas conclusões encontram-se publicadas no Relatório Anual de 2017, que segue anexo e que também poderá ser acessado em <http://appweb.liquigas.com.br/relatorioanual/2017/index.html>.

Sendo o que cabe para este momento, colocamo-nos à disposição e aproveitamos a oportunidade para renovar nossos cumprimentos a V. S.ª e ao Congresso Nacional.

Atenciosamente,



Ricardo Mendes de Paula
Diretor Presidente



Presidência do Senado
Jacqueline de Souza, Mat. 300618
RECEBI O ORIGINAL
Em 26/06/18 Hora 17:06
Jacqueline



Relatório Anual 2017

LIQUIGÁS
BR PETROBRAS

ÍNDICE

2	Sobre o Relatório	51	Relacionamento com público de interesse
3	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	31	Fornecedores e transportadores
4	Mensagem do Presidente da Liquigás	31	Revendas
5	O Setor GLP	32	Clientes Granel
5	Panorama setorial	32	Consumidores
7	A Liquigás	33	Eventos e campanhas
7	Perfil	33	Responsabilidade social
7	Missão, Visão e Valores	34	Reconhecimentos e premiações
8	Estrutura societária	36	Desempenho econômico-financeiro
9	Governança Corporativa	36	Resultados
9	Estrutura organizacional	38	Ebitda
12	Políticas e diretrizes de governança	39	Demonstração do valor adicionado
12	Gestão de riscos e conformidade	41	Endividamento
14	A Liquigás em números	42	Perspectivas
16	Gestão de negócios	43	Audidores Independentes
16	Planejamento estratégico	43	Declaração da Diretoria
16	Áreas de negócios	45	Demonstrações Contábeis 2017
18	Suporte aos negócios	46	Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis
22	Investimentos	50	Balanço Patrimonial
23	Gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS)	51	Demonstração de Resultado
23	"Compromisso com a vida" - Política e diretrizes de SMS	52	Demonstração dos Resultados Abrangentes
25	Regras de Ouro	53	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
26	Saúde e qualidade de vida	54	Demonstração dos Fluxos de Caixa
26	Responsabilidade ambiental	56	Demonstração do Valor Adicionado
28	Gestão do Capital Humano	58	Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis
28	Política e diretrizes de recursos humanos	106	Informação complementar - Balanço Social (não auditado)
28	Gerenciamento de desempenho	111	Parecer do Conselho Fiscal
28	Processo de promoção funcional e avanço de nível	112	Diretoria Executiva e Conselho de Administração
28	Capacitação e desenvolvimento	113	Glossário
29	Ambiência organizacional		
30	Comunicação com a força de trabalho		

SOBRE O RELATÓRIO

O Relatório da Administração, relativo ao ano de 2017, cumpre a exigência da Lei das Sociedades Anônimas 6.404/1976, sendo publicado conjuntamente com as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e segue as recomendações do Parecer de Orientação CVM nº 15, de 28 de dezembro de 1987, da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 5 de 116



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

A postura da Liquigás perante o mercado e a sociedade sempre esteve fortemente alicerçada no respeito, ética, transparência e no firme compromisso em oferecer produtos e serviços com excelência, buscando sempre atender as expectativas de seus clientes, contando para tanto com a dedicação de mais de 3.000 profissionais, sua equipe de gestores e seus dirigentes, que, com determinação e competência, têm possibilitado a empresa cumprir esses objetivos com resultados econômicos que têm gerado valor contínuo ao acionista.

Apesar de o setor de GLP ter enfrentado no decorrer de 2017 grandes desafios, a Companhia sustentou com resiliência e disciplina o alinhamento às estratégias estabelecidas e o esforço permanente em prol da competitividade, da eficiência operacional, da segurança e da otimização de custos.

Como resultado final, a Liquigás manteve seu market share em relação a 2016 e a liderança no mercado de GLP para uso doméstico em botijões de 13 quilos. Suas vendas atingiram o volume total de 1.600,7 mil toneladas, receita líquida de R\$ 3.996,5 milhões, o que representou um crescimento de 11,3% em relação ao ano anterior.

Com relação aos indicadores de segurança, embora não tenhamos alcançado o objetivo do indicador de acidentes registráveis, que ficou acima do limite de alerta, a Liquigás demonstrou ter intensificado os esforços para aprimorar a

política de segurança e valorizar a prevenção de acidentes, investindo em novas medidas e, em especial, centrados no fator humano para alcançar estratégias cada vez mais avançadas na cultura da segurança

Considerando que o ano de 2018 ainda trará importantes desafios à Companhia, acredito plenamente que a Liquigás permanecerá em sua trajetória de conquistas, lastreadas sempre na relação de respeito e confiança dos seus revendedores, clientes e consumidores.

Finalmente, em nome do Conselho de Administração da Liquigás, parabeno e agradeço o resultado e desempenho obtidos até aqui e reitero a confiança deste Colegiado na competência e comprometimento da Diretoria Executiva, da equipe gerencial e de todos os colaboradores da Liquigás na busca da realização consistente dos objetivos e metas estabelecidos para 2018, no Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 da Companhia.

Antonio Rubens Silva Silvino
Presidente do Conselho de Administração

Liquigás 03



MENSAGEM DO PRESIDENTE DA LIQUIGÁS

Ao compartilhar o Relatório Anual da Liquigás, reafirmamos nosso compromisso com a transparência. Os indicadores aqui demonstrados permitem compreender a maneira como determinados fatores impactaram os negócios da Companhia. Apresentamos ainda as principais ações socioambientais e aquelas voltadas à garantia e qualidade dos nossos produtos, bem como à otimização dos processos da empresa.

Em 2017 o maior desafio foi a condução das operações da empresa diante do cenário macroeconômico do país, sem crescimento do consumo e do comportamento setorial relacionado ao mercado de GLP, impactado pela revisão da política de preços da Petrobras, a partir do segundo semestre do ano. Para enfrentar as dificuldades apresentadas foi implementada rigorosa política de redução e otimização de custos e despesas operacionais e gerais, sem perda de eficiência, com vistas à sustentabilidade dos negócios da empresa.

Apesar das dificuldades, atingimos um lucro líquido de R\$ 60,0 milhões e Ebitda de R\$ 133,7 milhões. Entre os destaques estão a manutenção da liderança no market share de botijões de até 13kg e o planejamento financeiro que, dentre as principais ações, permitiu a liquidação antecipada da dívida da empresa com o BNDES.

Investimos permanentemente na capacitação das equipes comerciais e operacionais priorizando a segurança e a qualidade dos produtos comercializados e dos serviços prestados pela companhia. Ações de relacionamento no segmento Granel, bem como as de marketing, integradas à rede de Revendas, buscam constantemente a excelência no atendimento e a fidelização do nosso público consumidor.

O comprometimento permanente com a saúde e o bem-estar dos empregados foi corroborado em 2017, com a implementação do programa "Compromisso com a Vida", em alinhamento com a Petrobras, visando a prevenção de acidentes e fortalecimento de práticas de segurança.

A condução dos nossos negócios, fundamentada nos princípios da ética e da transparência, é apoiada pelo Código de Ética do Sistema Petrobras e por diversos canais de relacionamento como a Ouvidoria, o Fale Conosco, o SIC Serviço de Informação ao Cidadão. Questões que infrinjam os Valores da Companhia ou normas de compliance são conduzidas com rigor.

Por fim, quero agradecer aos nossos parceiros, clientes, consumidores e membros dos Conselhos de Administração e Fiscal pela confiança e apoio, e reconhecer o esforço e comprometimento da nossa força de trabalho, contando com o seu contínuo apoio para que juntos possamos manter a capacidade da Liquigás de enfrentar os próximos desafios.

Ricardo Mendes de Paula
Presidente



O SETOR GLP

O GLP é considerado uma fonte de energia limpa e essencial para a população brasileira, sendo amplamente adotado em residências, estabelecimentos comerciais, na indústria e no agronegócio.

Segundo dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), o GLP tem abrangência nacional é distribuído em 100,0% dos municípios do Brasil e utilizado em 95,0% dos domicílios, inclusive em locais longínquos onde não há nem mesmo energia elétrica ou saneamento básico.

Dessa forma, o GLP contribui para o progresso socioeconômico e o desenvolvimento sustentável do País. É uma atividade importante na geração de empregos e desempenha importante papel na preservação ambiental, já que é um combustível de elevado rendimento energético e combustão eficiente, com baixa emissão de resíduos.

Ao todo, 22 distribuidoras e aproximadamente 53 mil revendedores atuam no mercado brasileiro de GLP. A forma mais comum de comercialização do produto no varejo é o botijão de 13 kg, destinado ao uso doméstico que corresponde em cerca de 71,0% do consumo nacional. Os outros 29,0% correspondem em grande parte ao consumo do produto a granel, utilizado principalmente pelos condomínios residenciais, comércio, indústrias (siderúrgica, cerâmica, fundição, papel e celulose, têxtil, vidro, etc.) e agronegócios.

Panorama setorial

O ano de 2017 foi de persistência do cenário desafiador registrado em períodos anteriores. A alta dos preços das commodities foi impactada pelo acordo da

Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) com relação à redução da produção e pelo fato de outros grandes produtores de petróleo acompanharem essa tendência.

O setor foi impactado pela nova política de preços da Petrobras, anunciada em junho de 2017 e direcionada para a comercialização às distribuidoras do Gás Liquefeito de Petróleo comercializado em botijões de até 13 kg e de uso residencial. Como consequência, no segundo semestre do ano, o preço do GLP aumentou seis vezes; no período também houve uma redução, motivada pelo reposicionamento da Petrobras.

Com a mudança, o preço final às distribuidoras passou a ser formado pela média mensal das cotações do butano e do propano no mercado europeu, convertida em reais, e pela média diária das cotações de venda do dólar acrescida de uma margem de 5,0%. A Petrobras revisitou sua política de preços no final de 2017 e a tendência é que passe a praticar reajustes trimestrais, aplicados a partir de janeiro de 2018.

O mercado brasileiro de GLP totalizou 7.390,5 mil toneladas vendidas em 2017, consumo aparente, representando uma redução de 0,1% em relação ao ano anterior (7.395,9 mil toneladas). No período, o segmento Envasado apresentou um crescimento de 0,6%, com venda de 5.360,8 mil toneladas e o segmento Granel uma retração de 1,8%, correspondente a 2.029,7 mil toneladas vendidas, segundo dados divulgados pela ANP.





A LIQUIGÁS

Perfil

A Liquigás, subsidiária integral da Petrobras, segunda maior distribuidora do setor de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) no Brasil, lidera o mercado de comercialização de botijões com até 13 kg, os mais utilizados em residências, e ocupa a terceira posição no segmento Granel, de acordo com dados da ANP, que regulamenta as atividades na distribuição de GLP.

Sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, a Companhia possui operações em 24 estados brasileiros e no Distrito Federal, o que representa uma ampla cobertura nacional. Suas atividades são segmentadas em duas áreas de negócio: Envasado, para atendimento do consumo residencial, e Granel, para abastecimento de comércio, indústrias, condomínios, agronegócio e serviços.

No final de 2017, a Liquigás contava com 3.126 empregados, 23 Centros Operativos, 19 depósitos, 1 base de armazenagem e carregamento rodoviário, e 4 unidades de envasamento em terceiros. Possui também cerca de cinco mil revendas diretas e aproximadamente 21 mil clientes granel.

Comprometida em atender seus clientes com segurança e em zelar por sua força de trabalho, a Liquigás mantém o foco no fortalecimento das práticas, processos e atividades de gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) voltadas à prevenção de acidentes, bem como da capacitação de seus empregados e disseminação das melhores práticas.

Missão, Visão e Valores

Diretrizes Estratégicas

LIQUIGÁS
Petrobras

MISSÃO

Engarrafar, comercializar e distribuir GLP e correlatos atendendo às expectativas dos clientes com competitividade, rentabilidade e responsabilidade social e ambiental

VISÃO

Manter a liderança no mercado envasado, ampliando as receitas no mercado granel, de maneira competitiva e rentável, preservando a marca Petrobras e evoluindo com a sociedade

VALORES

Respeito à vida,
às pessoas e ao
meio ambiente

Ética e
transparência

Orientação
ao mercado

Superação e
confiança

Resultados

Liquigás 07



A LIQUIGÁS

Com Valores, queremos dizer:

Respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente

- Consideramos a vida acima de tudo e damos especial atenção à saúde e à segurança.
- Zelamos pelo meio ambiente e comunidades que são afetadas pela atuação da Companhia.
- Valorizamos e respeitamos as pessoas, a diversidade humana e cultural e a pluralidade de pensamento.

Ética e transparência

- Agimos com integridade, coerência e transparência nas relações com pessoas e instituições.
- Praticamos comunicação interna e externa franca e aberta.
- Atuamos em conformidade com a legislação e com as normas da Companhia e requeremos dos outros a mesma postura no relacionamento com a Petrobras.

Orientação ao mercado

- Conhecemos as tendências de mercado e demandas dos clientes, traduzindo-as em oportunidades de negócios.
- Estamos atentos aos movimentos de nossos concorrentes e demais públicos de interesse.
- Buscamos colaborações e parcerias que acelerem nossa capacidade de entregar o que o mercado requer.

Superação e confiança

- Encaramos os desafios com coragem e determinação.
- Investimos nas relações de confiança e autonomia com responsabilidade.
- Exploramos novas formas de pensamento e de ação que permitam avançar no nosso conhecimento técnico e em nossa capacidade tecnológica,

fortalecendo constantemente nossas competências críticas.

- Temos uma postura pioneira e proativa e nos orgulhamos de nossas conquistas e da superação de adversidades.
- Somos realistas no momento de reconhecer nossas forças e âgeis para corrigir nossas falhas.

Resultados

- Visamos a geração de valor para o acionista e a sociedade.
- Buscamos o sucesso dos negócios com foco em disciplina de capital, gestão de custos e rentabilidade.
- Promovemos uma cultura organizacional de meritocracia e voltada para resultados.
- Investimos na atração, desenvolvimento e retenção de talentos como um diferencial para o desempenho da Petrobras.
- Estimulamos o trabalho cooperativo e somos comprometidos com a produtividade e com a sustentabilidade da companhia.
- Operamos de forma integrada e contribuimos para o desenvolvimento do Brasil e dos países onde atuamos.

Estrutura societária

Fundada em 1953, a Liquigás foi adquirida pela Petrobras Distribuidora S.A. em agosto de 2004 e, em novembro de 2012, após reorganização societária, tornou-se subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que detém 100,0% das ações da Companhia. A Liquigás, por sua vez, detém 31,0% de participação na Utingás Armazenadora S.A.

Em novembro de 2016, a Petrobras anunciou a venda da Liquigás Distribuidora S.A. à Companhia Ultragaz S.A., subsidiária da Ultrapar Participações S.A., pelo valor total de R\$ 2,7 bilhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em reunião realizada no dia 28 de fevereiro de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) não aprovou, por maioria de votos, a operação de venda da Liquigás à Ultragas.

Estrutura organizacional

Os negócios da Liquigás são conduzidos dentro de sólida cultura organizacional, fundamentada nos princípios de transparência, equidade, ética, responsabilidade na gestão e integração entre as áreas.

<p>Conselho de Administração</p> <p>É composto por até sete membros, sendo cinco indicados pela Petrobras, um deles indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão e um representante dos empregados, eleito pela força de trabalho ativa da Liquigás, todos com prazo de gestão de um ano.</p>	<p>Composição do Conselho de Administração</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Antonio Rubens Silva Silvino – Presidente ▶ Antonio Augusto Almeida Faria – Conselheiro ▶ Carlos Alberto Gratti – Conselheiro ▶ Tomaz Andres Barbosa – Conselheiro ▶ Patrícia Souto Audi – Conselheira ▶ Simone da Conceição Ribeiro Iamamura – Conselheira
<p>Conselho Fiscal</p> <p>Órgão independente composto por até três membros efetivos e seus suplentes, eleitos pela Assembleia Geral, todos com mandato de dois anos. Suas atribuições e competências estão previstas na legislação vigente, em especial o disposto no art. 163 da Lei das Sociedades Anônimas 6.404/1976 e no Estatuto Social da companhia.</p>	<p>Composição do Conselho Fiscal</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Daniel Lima de Oliveira – Presidente ▶ Marcelo Pereira de Amorim – Conselheiro ▶ José Silvio Petrungraro – Conselheiro
<p>Diretoria Executiva</p> <p>É composta por seis membros, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um diretor-presidente e cinco diretores responsáveis pelas seguintes áreas: Financeira e de Serviços, GLP Envasado, GLP Granel, Operações e Logística e Planejamento de Mercado. O mandato é de três anos, permitida a reeleição, podendo haver destituição a qualquer tempo.</p>	<p>Composição da Diretoria Executiva</p> <ul style="list-style-type: none"> ▶ Ricardo Mendes de Paula – Diretor Presidente ▶ Plínio Osvaldo Bressan – Diretor Financeiro e de Serviços ▶ Eduardo Luis Martins – Diretor de Operações e Logística ▶ Geraldo Magela de Abreu – Diretor de GLP Envasado ▶ Rodrigo Solha Pazzini de Freitas – Diretor de GLP Granel ▶ Celso da Frota Braga – Diretor de Planejamento de Mercado



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em seu processo decisório, a Diretoria Executiva é assessorada por 10 comitês permanentes de apoio à gestão, conforme relação a seguir:

- Segurança, Meio Ambiente e Saúde;
- Marketing;
- Suprimentos e Botijões;
- Crédito e Cobrança;
- Avaliação de Desempenho Empresarial;
- Gênero e Raça;
- Inovação;
- Responsabilidade Social e Ambiental;
- Tecnologia da Informação;
- Gestão de Pessoas.

Órgãos de Apoio e Controle

Ouvidoria

Subordinada ao Conselho de Administração, atende aos públicos externo e interno, recepcionando e direcionando as demandas aos diversos órgãos da Companhia, de modo que sugestões, reclamações, denúncias e demais manifestações sejam tratados dentro de prazos preestabelecidos.

A Ouvidoria monitora as manifestações registradas no Canal de Denúncia da Petrobras, no que tange a Liquigás, sendo também responsável pelo atendimento do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), instituído a partir da Lei 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e do Fale Conosco, destinado principalmente a dirimir dúvidas de consumidores e público em geral.

10 Relatório da Administração 2017

Auditoria Interna

A Liquigás conta com a Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, que realiza regularmente a avaliação dos principais processos de controle interno, com o objetivo de assegurar que a sua execução seja feita em conformidade com as diretrizes definidas pela Alta Administração, os padrões de processos e a legislação vigente.

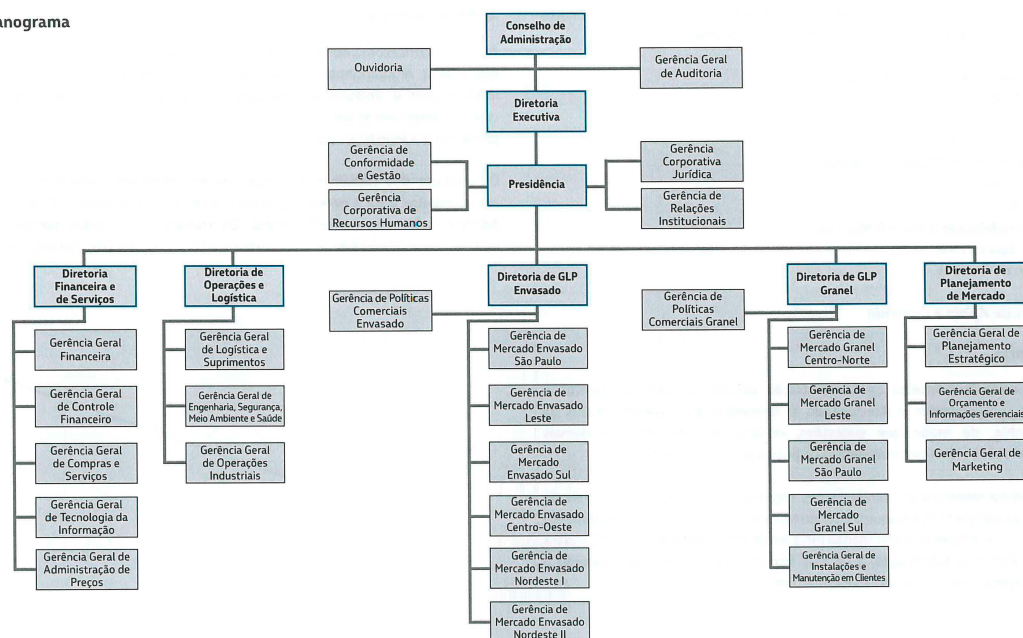
O resultado dos trabalhos é formalizado em relatórios específicos que são encaminhados para a gerência auditada, a Diretoria Executiva, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Os trabalhos concluídos também são informados ao Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU).

Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 13 de 116

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Organograma



Liquigás 11

GOVERNANÇA CORPORATIVA

Políticas e diretrizes de governança

A estrutura de governança corporativa integra questões de ordem social, ambiental e econômica visando a criação de valor para a sociedade, a sustentabilidade e a perenidade dos negócios, obedecendo as diretrizes voltadas para as empresas estatais, seguindo rigorosamente o desdobramento das boas práticas adotadas pela Petrobras.

A Companhia adota o Código de Ética e o Guia de Conduta do Sistema Petrobras, documentos orientados pelos princípios de respeito, de honestidade e de responsabilidade. As condutas compõem as regras básicas para o agir ético.

A Liquigás também possui uma Comissão de Ética, atuando na gestão e apuração de eventuais transgressões ao Código de Ética.

Gestão de riscos e conformidade

A Companhia mantém uma Política de Gestão de Riscos Empresariais, acompanhada pelo Conselho de Administração e revisitada anualmente.

Como prática de gestão de risco e desdobramento do Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC), a Liquigás mantém um e-mail exclusivo destinado a disseminar e esclarecer questões relacionadas à conformidade.



GOVERNANÇA CORPORATIVA

Gestão de riscos financeiros

A Liquigás mantém um nível de endividamento alinhado às diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Petrobras para as suas subsidiárias, sendo considerado de baixa alavancagem e reduzido risco financeiro.

Considerando que seus ativos e passivos estão representados exclusivamente em moeda nacional, a Companhia não está exposta a risco cambial. A Liquigás não está sujeita a risco advindo de exposição a derivativos financeiros e possui mecanismos formais para a identificação de tais instrumentos. Caso seja indicada a necessidade de proteção em cenários adversos, a administração pode se utilizar de ferramentas (como por exemplo *hedge*) para proteger a solvência e a liquidez.

Em relação ao risco de crédito e gestão de cobrança, a Política de Crédito e Cobrança estabelece as diretrizes e orientações para as práticas a serem seguidas por toda a organização, e monitoradas pelo Comitê de Crédito e Cobrança.

Os resultados positivos da gestão estão refletidos no diminuto nível de inadimplência observado no decorrer 2017, mantendo-se inferior à meta estabelecida para o ano.

Gestão de riscos de acesso à informação

A Liquigás estabelece um conjunto de diretrizes e regras de **segurança da informação** e aloca recursos organizacionais, humanos e materiais necessários à sua implementação.

A Companhia realiza ações direcionadas à sua força de trabalho e, em 2017 foram realizadas campanhas de conscientização, reforçando regras de segurança da informação, por meio de seus meios de comunicação internos, disseminando conteúdos relativos à temática, como publicações no portal interno, informativos e palestras.

Desde 2012, a Liquigás mantém modelos definidos para evitar riscos de conflitos de funções e a realização de controles compensatórios com o objetivo de dar suporte à atividade de saneamento de perfis de acesso ao sistema SAP-ECC, o que possibilita a evolução das regras de segregação de funções.

Gestão de riscos patrimoniais e de segurança empresarial

Para assegurar a proteção ao patrimônio, ao meio ambiente, à saúde ocupacional e aos direitos e responsabilidades, contra eventuais perdas financeiras ocasionadas por sinistros, a Liquigás conta com uma gestão de seguros alinhada à Política e Diretrizes de Seguros da Petrobras.

Todo o processo de inventário de bens em instalações próprias e cedidas em regime de comodato (instalações industriais de GLP e botijões) é padronizado, o que garante a adequação aos padrões de controle definidos.

Como instrumento de prevenção de riscos contra atos intencionais, a Liquigás conta com sua **Política de Segurança Empresarial**, além das Diretrizes e Gestão de Segurança Patrimonial que tem como objetivo promover a cultura de segurança em suas instalações, a proteção de ativos críticos e a continuidade das operações.



A LIQUIGÁS EM NÚMEROS

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2017/2016
Resultados (R\$ milhões)						
Receita Operacional Bruta	3.370,3	3.464,0	3.843,0	4.191,5	4.675,9	11,6%
Receita Operacional Líquida	2.898,8	2.977,5	3.295,8	3.589,4	3.996,5	11,3%
Lucro Bruto (LB)	870,9	924,0	1.077,8	1.239,9	1.180,1	-4,8%
Lucro Líquido (LL)	23,3	52,9	114,3	200,5	60,0	-70,1%
Ebitda	112,7	147,8	214,0	319,8	133,7	-58,2%
Margens						
Margem Bruta	30,0%	31,0%	32,7%	34,5%	29,5%	-5,0 p.p.
Margem Líquida	0,8%	1,8%	3,5%	5,6%	1,5%	-4,1 p.p.
Margem Ebitda	3,9%	5,0%	6,5%	8,9%	3,3%	-5,6 p.p.
Dados Financeiros (R\$ milhões)						
Ativo Total (AT)	1.178,1	1.283,0	1.338,7	1.320,9	1.386,4	5,0%
Patrimônio Líquido (PL)	859,5	910,2	940,4	967,3	924,8	-4,4%
Investimentos (C _{oper})	127,9	130,0	133,1	72,1	71,4	-1,0%
Dívida Bruta (DB)	64,4	114,5	145,3	45,1	19,1	-57,7%
Dívida Líquida (DL)	41,4	101,6	132,1	7,6	5,3	-30,2%
Indicadores Financeiros						
Endividamento Bruto (DB/(DB+PL))	7,0%	11,2%	13,7%	4,5%	2,0%	-2,4p.p.
Endividamento Líquido (DL/(DL+PL)) ¹	4,6%	10,0%	12,3%	0,8%	0,6%	-0,2p.p.
Índice de Endividamento / Ebitda ¹	0,37	0,69	0,62	0,02	0,04	0,02
Retorno sobre PL (ROE=LL/PL)	2,8%	6,2%	12,6%	21,3%	6,2%	-15,1p.p.



A LIQUIGÁS EM NÚMEROS

Descrição	2013	2014	2015	2016	2017	2017/2016
-----------	------	------	------	------	------	-----------

Indicadores de Vendas (toneladas)

GLP Envasado	1.325.045	1.339.606	1.330.461	1.291.929	1.297.830	0,5%
GLP Granel	336.743	328.767	322.562	308.990	302.875	-2,0%
Vendas Totais GLP	1.661.787	1.668.373	1.653.023	1.600.919	1.600.705	0,0%

Market Share

GLP Envasado	24,1%	24,0%	23,8%	22,9%	22,8%	-0,1p.p.
GLP Granel	19,3%	18,8%	19,5%	18,5%	18,7%	0,2p.p.
Total GLP	22,7%	22,5%	22,6%	21,6%	21,7%	0,1p.p.

Indicadores de Produtividade

Empregados (nº)	3.171	3.253	3.167	3.321	3.126	-5,9%
Lucro Líquido por empregados (R\$ mil)	7,4	16,3	36,1	60,4	19,2	-68,2%
Ativo por empregados (R\$ mil)	371,5	394,4	422,7	397,7	443,5	11,5%

Indicadores de Sustentabilidade

Investimento em SMS (R\$ mil)	1.517,8	2.639,8	4.686,3	1.926,7	1.535,4	-20,3%
TFCA ²	0,2	1,0	0,6	1,0	0,8	-16,3%
TOR ³	10,4	9,3	5,8	4,8	6,1	26,6%

¹ O limite estabelecido pelo Conselho de Administração da Petrobras é de 35% do Patrimônio Líquido e 2,5 em relação ao Ebitda.

² Taxa de Frequência de Acidentes com Afastamento.

³ Taxa de Ocorrências Registráveis.

GESTÃO DE NEGÓCIOS

Planejamento estratégico

Desdobrado a partir do planejamento estratégico da Petrobras que define cenários para o consumo de derivados do petróleo em geral, o planejamento da Liquigás é elaborado para três horizontes:

- Plano Anual de Negócio (PAN) - curto prazo
- Plano de Negócios e Gestão (PNG) - médio prazo
- Plano Estratégico - longo prazo

No Plano Anual de Negócio é definido o orçamento, no qual são detalhadas as receitas, despesas e investimentos, de forma a projetar o resultado do exercício. O PAN é acompanhado mensalmente pelo Comitê de Desempenho Empresarial da Companhia.

O Plano de Negócios e Gestão representa o detalhamento econômico-financeiro para os próximos cinco anos na Companhia.

O Plano Estratégico contém a Missão, a Visão, os Valores e os Objetivos Estratégicos da Liquigás (Diretrizes Estratégicas), considerando os cenários macroeconômicos, as premissas e índices econômicos no setor de distribuição e comercialização de GLP, num horizonte de longo prazo.

Áreas de negócios

Os investimentos da Companhia são suportados por Estudos de Viabilidade Técnica Econômica (EVTE) que permitem o acompanhamento e gerenciamento da carteira.

16 Relatório da Administração 2017

Em 2017 a Liquigás trabalhou para implementar a solução SAP BPC – Business Planning Consolidation para automatizar o processo de EVTE, permitindo acompanhar se os valores investidos estão atingindo os indicadores acordados na negociação com o cliente.

A solução contempla também a prospecção de clientes, relatórios de vendas e fluxo de aprovações, integração com SAP para cadastramento de condições comerciais e reserva de recursos de investimentos no cliente aprovados na negociação.



GESTÃO DE NEGÓCIOS

GLP Envasado

A operação envolve a entrega de aproximadamente 8,0 milhões de botijões por mês em lares de todo o Brasil. Em 2017, a área foi responsável por 81,1% do volume comercializado pela Companhia, com vendas que totalizaram 1.297,8 mil toneladas, o que confere à Liquigás a manutenção da liderança nesse segmento com *market share* de 22,8%.

Embora tradicionalmente o botijão de 13 kg (P-13) ainda seja o mais utilizado nas residências, a Liquigás tem desenvolvido produtos diferenciados que visam acompanhar as mudanças nos hábitos e costumes da sociedade brasileira, apresentando opções de recipientes com diversas capacidades, intercambiáveis, que permitem ao consumidor trocar um vasilhame por outro de maior ou menor quantidade de GLP, pagando apenas pelo volume carregado no botijão. Assim, a Companhia disponibiliza ao mercado recipientes de 5 kg, 8 kg, 13 kg, 20 kg e 45 kg, sendo que os de 20 kg são destinados ao uso em empilhadeiras no comércio e na indústria.

Engajada no combate à clandestinidade, a Liquigás compõe o programa Frente Pró-Legalidade, que busca mitigar a informalidade da venda de botijões de gás no mercado. O programa é fruto de uma parceria mantida entre o Sindigás, a ANP, o Corpo de Bombeiros e o Ministério Público, que trouxe como resultado uma queda de 84,0% na informalidade das vendas de GLP.



GESTÃO DE NEGÓCIOS

GLP Granel

O segmento GLP Granel da Liquigás é responsável pelo atendimento a indústrias, estabelecimentos comerciais, hospitais, hotéis, condomínios, empresas do agronegócio, entre outros, tendo sido comercializados, em 2017 o volume de 302,9 mil toneladas de produto. Com um portfólio que oferece soluções diferenciadas, abastece mais de 21 mil clientes diretamente, incluindo aproximadamente 800 condomínios com 46 mil unidades residências atendidas pelo sistema de **Medição Individualizada**, serviço que permite a leitura individual de cada unidade, com emissão do demonstrativo de consumo no ato da leitura já com o código de barras para pagamento, conferindo agilidade e comodidade para os consumidores.

Purogas FLEXGÁS FLEXGÁS
Medição Individualizada
Purogas Medição Individualizada

A área Granel desenvolveu produtos inovadores, que ano a ano vêm ganhando expressividade no mercado, como o **Purogas**, gás desodorizado destinado ao mercado de propelentes, considerando que o Brasil é o país que apresenta o maior potencial de crescimento de consumo de aerossóis da América Latina. Comercializa também o **FLEXGÁS**, mistura de GLP com ar que permite a imediata intercambiabilidade com o gás natural.

18 Relatório da Administração 2017

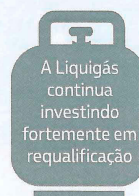
Suporte aos negócios

Operações e Logística

Em 2017, a Liquigás atuou intensamente na otimização dos custos, estruturas e processos operacionais. A Companhia realiza um mapeamento das operações de todas as suas unidades de produção, garantindo o controle, a eficiência operacional e a redução dos custos, mediante a mensuração comparativa das performances realizada mensalmente.

Neste ano, a Liquigás inaugurou a unidade de distribuição de GLP Envasado em Mossoró (RN) que funciona como um operador logístico e é responsável pelo armazenamento, administração do estoque e abastecimento das vendas da sua área de influência.

No final de 2017, encontrava-se em fase de pré-operação mais um Depósito de distribuição de GLP da Liquigás, no município de Juazeiro (BA). A meta para esta nova unidade operacional é a movimentação de 1,1 mil toneladas de GLP por mês.



0,3 %
é o índice de devolução por não conformidade

0,89 %
é o percentual de defeito de envase



GESTÃO DE NEGÓCIOS

As ações de melhoria implementadas e a gestão ativa fazem com que a Liquigás tenha eficiência operacional, que se reflete no quase nulo índice de devolução de botijões com alguma não conformidade (0,3%) e no percentual de defeito de envase (0,89%), demonstrando um efetivo controle de qualidade de processos em suas plantas. As medidas reduzem eventuais inconformidades durante a avaliação feita pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e por outros órgãos reguladores e, conseqüentemente, geram menos sanções administrativas e operacionais.

Referência quanto à requalificação de botijões, a Liquigás continuou investindo fortemente na requalificação de recipientes transportáveis de GLP, visando a manutenção de recipientes de sua marca em todo o Brasil, a segurança e a melhoria contínua dos processos. Em 2017, foram requalificados mais de 2,7 milhões de recipientes de GLP com gastos de R\$ 50,0 milhões. Os recipientes reprovados no processo de requalificação são inutilizados e sucateados, conforme tabela abaixo:

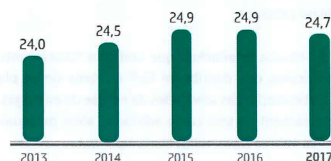
	Volume de recipientes requalificados em 2017	Percentual de recipientes sucateados no processo de requalificação em 2017
P-13	2,7 milhões de recipientes	4,50%
P-20	11,4 mil recipientes	4,39%
P-45	43,7 mil recipientes	1,95%

20 Relatório da Administração 2017

Para repor os botijões sucateados e garantir a quantidade suficiente para o atendimento do mercado, a Companhia adquire botijões novos, com investimentos de R\$ 17,3 milhões em 2017, referentes à aquisição de 378 mil recipientes P-13, além de 3,8 mil recipientes P-45 da marca Liquigás.

Com a aquisição de novos botijões e a subtração dos inutilizados no processo de requalificação, a Liquigás manteve um universo estimado em 24,7 milhões de recipientes da sua marca em circulação no mercado brasileiro.

Universo de recipientes P-13
(Milhões de recipientes)



24,7 milhões
de recipientes com a marca Liquigás

GESTÃO DE NEGÓCIOS

Com relação à eficiência logística está em desenvolvimento o **Projeto de Programação CIF (Cost, Insurance and Freight)**, que tem por objetivo promover melhorias na programação de entregas do segmento do GLP Envasado e substituir a solução existente para as entregas do pequeno granel com a utilização de uma plataforma integrada, possibilitando a redução da circulação de caminhões e menor emissão de gases poluentes. Os principais benefícios serão:

- Visão logística dos dados de clientes;
- Previsão de consumo por cliente/produto;
- Definição da melhor data de entrega para o cliente;
- Maior balanceamento nas entregas semanais visando otimizar a frota alocada;
- Novos relatórios e indicadores;
- Maior acuracidade no processo.

Outro destaque é o sistema **InfoPocket**, que unifica o faturamento móvel e o rastreamento dos veículos que distribuem GLP em uma única plataforma. A facilidade permite a otimização das atividades da equipe de entregas, uma maior abrangência de rastreamento e sem custo adicional, além da atualização e do acesso às informações sobre faturamento em tempo real.

Marketing

Em 2017, a área de Marketing coordenou diversas ações, entre elas, três estudos importantes:

- Jornada do Consumidor e Força das Marcas;
- Jornada do Cliente Granel e Força das Marcas;
- Perfil e Jornada do Revendedor e Força das Marcas.

Foi realizada também a primeira **Pesquisa de Cliente Oculto** na rede de revendas autorizadas Liquigás. O projeto teve como objetivo medir a qualidade dos serviços e atendimento prestado pelas revendas autorizadas aos consumidores de botijão de GLP de 13 kg, verificando a conformidade destes serviços com os padrões estabelecidos pela Companhia.

Sempre buscando antecipar-se às demandas dos consumidores, estreitar laços com revendedores e incrementar as vendas, a Liquigás conta com o **Plano de Marketing Integrado Liquigás (Plano MIL)**. As ações do Plano MIL da área de Envasado são custeadas pela Liquigás e pelo Fundo de Marketing com recursos aportados pelas revendas.

Para o mercado de GLP Granel, as ações buscam estreitar o relacionamento da Liquigás com os clientes da Companhia, bem como, divulgar a marca e os serviços oferecidos para os diversos setores da economia brasileira:

• Patrocínios

Foram realizadas diversas ações de patrocínios em 2017 que têm por objetivo atingir mercados-chave para a Liquigás, principalmente, por meio da aproximação com as associações de classe dos diversos segmentos atendidos pela Companhia.

• Feiras

De forma direta e segmentada, a Liquigás esteve presente nos eventos direcionados aos segmentos em que o GLP é utilizado, visando fortalecer a imagem da empresa através da presença da marca e prospectar novos clientes.

GESTÃO DE NEGÓCIOS

Investimentos

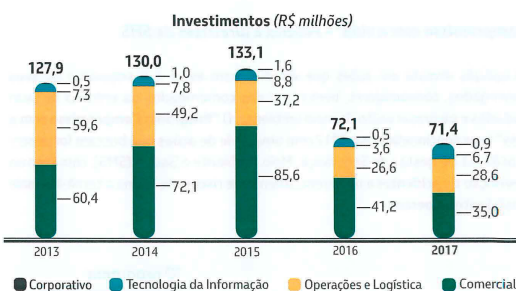
Em 2017, foram realizados investimentos de R\$ 71,4 milhões, valor 1,6% inferior ao montante do ano anterior (R\$ 72,1 milhões). A redução no valor do investimento se deu por conta da retração do mercado, principalmente na área industrial, o que provocou uma redução na instalação de novas centrais de GLP Granel em clientes.

O mercado de GLP doméstico se encontra estável, de modo que os investimentos da Liquigás na compra de botijões novos foram, principalmente, destinados à reposição de vasilhames sucateados no processo de requalificação.

A maior parte dos investimentos (49,0%) foi realizada na Área Comercial (instalações granel, investimentos em botijões e padronização da marca), e somaram R\$ 35,0 milhões. Por sua vez, os investimentos em Operações e Logística (modernização e adequação das unidades operacionais, segurança, meio ambiente e saúde) somaram R\$ 28,6 milhões, configurando 40,1% do total investido.

A área de Tecnologia da Informação (TI) teve investimentos de R\$ 6,7 milhões (softwares e equipamentos) equivalentes a 9,4%. Entre os investimentos realizados, a Liquigás, com apoio de uma consultoria externa, atuou para desenvolver e implantar o **Plano de Contingência de TI**, projeto de gestão de risco operacional. Em decorrência, foi ativado o **Site de Contingência - Disaster Recovery (DR)**, no qual os processos e dados críticos da Companhia são replicados em outro ambiente de execução, de forma a permitir a continuidade das operações em caso de incidente grave.

22 Relatório da Administração 2017



GESTÃO DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE (SMS)

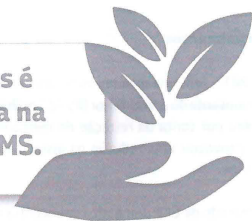
"Compromisso com a vida" - Política e diretrizes de SMS

A Liquigás investe em ações que visam o bem-estar e a segurança de seus empregados, consumidores, bem como das comunidades do entorno de suas unidades e na preservação do meio ambiente. O **"Programa Compromisso com a Vida"** teve continuidade em 2017 com uma série de ações que buscam fortalecer as práticas de gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), com foco na prevenção de acidentes e no gerenciamento de riscos, de forma a torná-las mais consistentes e perenes.

"O programa Compromisso com a vida, visa a preservação do meio ambiente, e a segurança e bem-estar das pessoas".



A Liquigás é referência na área de SMS.



O assunto SMS é uma constante nas ações diárias da Liquigás, comprovado em sua definição como um de seus valores. Os bons resultados alcançados nos últimos anos são fruto do comprometimento da força de trabalho com os programas, das melhorias contínuas implementadas, do cumprimento das normas e procedimentos internos, além das constantes orientações sobre atitudes e comportamento seguro, transmitidas em reuniões, bate-papos e palestras realizadas nas unidades operacionais.

O resultado da Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento (TFCA), que indica o número de acidentados (empregados próprios, temporários e terceiros) afastados do trabalho por 1 milhão de homens-hora de exposição ao risco, foi de 0,82, acima do Limite de Alerta (LA) de 0,70 estabelecido para o ano de 2017 e abaixo do TFCA de 2016, que foi de 0,98. Já a Taxa de Acidentes Registráveis (TAR) encerrou 2017 com o índice de 2,71, acima do Limite de Alerta (LA) de 2,62. Apesar desses resultados ficarem acima dos respectivos LA's, a Liquigás manteve sua posição de *benchmark*, na gestão de SMS, no setor nacional de distribuição de GLP, conquistada em 2008.

Liquigás 23



GESTÃO DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE (SMS)

Com relação ao Percentual de Tempo Perdido (PTP), indicador que mede as horas de afastamento por motivo de doença ou acidente, houve uma redução de 2,7% em relação ao ano anterior, fechando o ano de 2017 em 6,14. Esta redução é o reflexo do "Programa de Gestão de Afastamento Médico" que tem por objetivo a redução do absenteísmo, promoção, manutenção e recuperação da saúde dos empregados para reintegrá-los ao ambiente corporativo, por meio do controle médico, da análise de atestados e acompanhamento periódico dos empregados afastados pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Embora as atividades da Liquigás sejam de baixo potencial de impacto ao meio ambiente, a Companhia possui diversas práticas de gestão voltadas à preservação ambiental. Em 2017, o resultado da Taxa de Geração de Resíduos Sólidos (TGRP) que mede a quantidade de resíduos perigosos gerados nas atividades operacionais em relação ao volume de GLP envasado, foi de 0,278, sendo 7,4% menor que a meta estabelecida para 2017.

Com foco na segurança das instalações em clientes, a Liquigás mantém o programa "De Olho na Instalação Granel", em que são realizadas inspeções visuais em todas as instalações granel da Companhia. O principal objetivo é zelar, de maneira preventiva, pela segurança das pessoas, pelo patrimônio do cliente e da Liquigás, identificando não conformidades existentes, para que ações de correção sejam adotadas, evitando acidentes e falhas de processos. O maior desafio é solucionar as não conformidades encontradas nas centrais, de forma rápida e eficiente, utilizando os recursos existentes e preservando os resultados do negócio.

Pelo fato de o GLP ser um produto inflamável, a Liquigás mantém uma estrutura de atendimento emergencial em regime de 24 horas para a realização de assistência técnica corretiva dos equipamentos.

24 Relatório da Administração 2017



Página 27 de 116 Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.



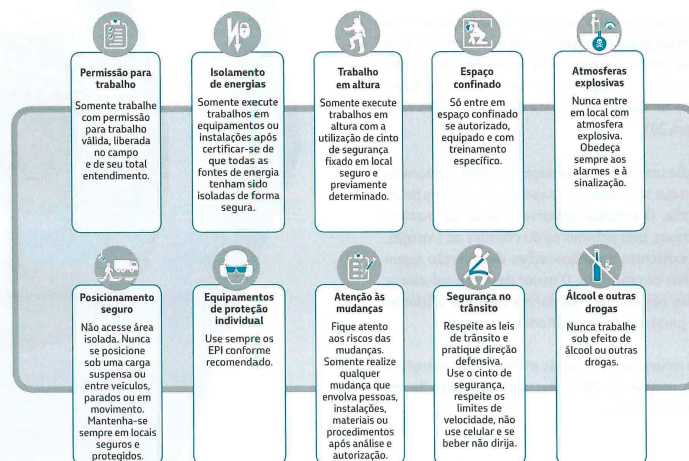
GESTÃO DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE (SMS)

Regras de Ouro

A Companhia também mantém as “10 Regras de Ouro”, que fomentam aspectos fundamentais de segurança e estão diretamente relacionadas com atitudes que podem evitar acidentes e salvar vidas. Em 2017, as diretrizes foram amplamente

disseminadas, por meio de eventos presenciais, treinamentos e testes *online*, que tiveram participação de 100,0% dos empregados próprios, temporários e terceiros e exigência para aprovação de, no mínimo, 90,0% de acertos.

10 Regras de Ouro



Liquigás 25



GESTÃO DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE (SMS)

Saúde e qualidade de vida

Em 2017, foi dada continuidade à ginástica laboral nas unidades operacionais e ao Programa Preventivo de Saúde, que faz parte do **Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional**. A Liquigás também mantém um calendário corporativo para apoiar e mobilizar sua força de trabalho a participar de movimentos importantes, como: Dia Mundial de Segurança e Saúde no Trabalho; Dia Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho; Dia Mundial do Meio Ambiente; Outubro Rosa, com foco na prevenção do câncer de mama; o Dia Internacional da não violência contra a Mulher; e Novembro Azul, sobre a prevenção do câncer de próstata.

Visando oferecer opções voltadas para a melhoria da saúde e da qualidade de vida de seus colaboradores, a Liquigás lançou o **Programa Saúde e Movimento**, de gestão de saúde. O programa possui três níveis de abrangência, para prevenir doenças, mitigar e evitar complicações e gerenciar casos mais complexos. Cada nível é detalhado por meio de ações periódicas, com temas variados de saúde e bem-estar. A iniciativa contempla todos os empregados de todas as unidades.

Responsabilidade ambiental

A gestão ambiental na Liquigás se dá por meio dos programas integrados de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS), priorizando a proteção da vida em todas as suas formas, conforme as melhores práticas e de acordo com os preceitos do Sistema Petrobras.

A Companhia foi pioneira nessa área, tendo sido a primeira empresa no estado de São Paulo a gerar créditos pelo mecanismo de compensação de emissões por reduções de poluentes de fontes móveis, previsto no Decreto Estadual 52.469/2007, segundo informações da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb).

Atualmente, 72,0% dos caminhões utilizados na distribuição pequeno granel já utilizam o Diesel S-10, combustível com baixo teor de enxofre. Esses veículos contam com a tecnologia de recirculação de gases de exaustão ou de redução catalítica seletiva, que diminuem em até 98% as emissões de óxidos de nitrogênio (NOx) e em até 80,0% as emissões de material particulado.

Os resíduos contaminantes gerados em todas as unidades de envase de GLP são coprocessados, ou seja, após misturados a outros resíduos industriais são utilizados como insumos para queima em fornos, evitando a disposição final ao meio ambiente.



Atualmente, 72% dos caminhões utilizados na distribuição pequeno granel contam com a tecnologia de recirculação de gases de exaustão ou de redução catalítica seletiva, que diminuem em até

98% as emissões de óxidos de nitrogênio (NOx)
80% as emissões de material particulado.



GESTÃO DE SEGURANÇA, MEIO AMBIENTE E SAÚDE (SMS)

A Liquigás também mantém o projeto **Efluente Zero**, de maneira que todo efluente líquido gerado nas unidades de produção é tratado internamente, propiciando a reutilização da água.

Parte das unidades operacionais é equipada com sistemas de redução da dispersão do GLP na atmosfera, minimizando a poluição ambiental.

Com o objetivo de diminuir o consumo de água tratada, a Liquigás desenvolveu um programa de captação de águas pluviais, contribuindo para a preservação dos corpos hídricos por meio de um sistema que recolhe e armazena água da chuva. O projeto está em operação nos Centros Operativos de Passo Fundo (RS) e de Duque de Caxias (RJ) e sua implantação em outras unidades operacionais é avaliada de acordo com a viabilidade financeira do projeto.



GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

Política e diretrizes de recursos humanos

As práticas e os processos de gestão de pessoas são direcionados pelo Comitê de Gestão de Pessoas que se reúne periodicamente com o objetivo de debater e discutir os temas que serão apresentados à deliberação da Diretoria Executiva.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantinha 3.126 empregados em seu quadro funcional. O tempo médio de casa dos empregados da Liquigás é de 14 anos. Como forma de reconhecimento aos seus colaboradores a Liquigás realizou um evento para homenagear 80 empregados que completaram 25 ou 45 anos de Companhia.

Além de oferecer uma remuneração compatível com o mercado de trabalho nacional, a Liquigás oferece benefícios como assistência médica, vale-alimentação, vale-refeição, participação nos resultados, auxílio-creche e auxílio-funeral, além de cursos para o desenvolvimento profissional e melhoria das competências individuais.

Gerenciamento de desempenho

Para auxiliar na organização do trabalho e na condução das equipes para o estabelecimento e cumprimento do plano de metas, a Liquigás pratica o **Gerenciamento de Desempenho (GD)**. A iniciativa define, por meio de um processo participativo, as metas de cada empregado, além de recursos necessários para a execução das atividades, favorecendo o desenvolvimento profissional e pessoal de cada membro da força de trabalho. O GD além de favorecer a comunicação entre o gestor e seus subordinados, permite que a

Liquigás e seus empregados tenham clareza sobre as expectativas dos resultados de cada meta, e do desdobramento das ações do Planejamento Estratégico da Companhia.

Processo de promoção funcional e avanço de nível

O Processo de Promoção Funcional e Avanço de Nível por Mérito ou Antiguidade é um instrumento de valorização da força de trabalho e tem como base as necessidades da Companhia e o desempenho individual do empregado.

Em 2017, 28,0% dos empregados elegíveis foram contemplados com, no mínimo, um nível na tabela salarial do Plano de Cargos e Salários, o que corresponde a 2,5% de aumento real aplicado ao salário-base. Na categoria de promoção por mérito e antiguidade, o processo contemplou 43 empregados, sendo 32 da categoria de nível médio e 11 de nível superior.

Capacitação e desenvolvimento

No ano, foram investidos R\$ 1,2 milhão em programas de treinamento e desenvolvimento com a participação de 3.100 empregados, com carga horária total de 63.095 horas.

Foram realizados treinamentos relativos a diversas temáticas tais como: *compliance*, segurança, comportamentais e desenvolvimento de líderes. Com relação à segurança, foram promovidas capacitações sobre as "10 Regras de Ouro", que reforçam aspectos fundamentais de segurança.



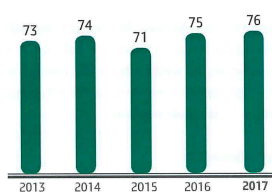
GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

Ambiência organizacional

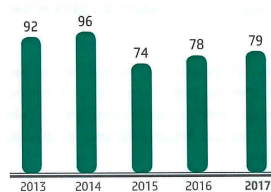
Com o objetivo de conhecer a percepção que os colaboradores têm da Companhia sobre diversos fatores, a Liquigás realiza, anualmente, a Pesquisa de Ambiência Organizacional. Em 2017, a Companhia disponibilizou, pela primeira vez, a opção

dos empregados responderem a pesquisa, 100,0% *online* (celulares, *tablets* e *notebooks*). Os principais indicadores obtidos são apresentados nos gráficos abaixo:

Índice de Satisfação do Empregado (ISE)
em (%)



Índice de Comprometimento do Empregado (ICE)
em (%)



Nota: a metodologia para cálculo do ISE e ICE foi modificada em 2015.



GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

Comunicação com a força de trabalho

A comunicação é realizada por meio de diversos canais, entre eles:

Aplicativo RH 24 horas

Em 2017, a Liquigás estreitou o relacionamento com a força de trabalho, por meio do aplicativo RH 24 horas, no qual os empregados podem consultar informações como dados pessoais, ponto, banco de horas e demonstrativo de pagamento, diretamente pelo celular. Anteriormente, essas informações estavam disponíveis para acesso somente por meio de desktops da Companhia.

Bate-papo

Forma de comunicação com toda força de trabalho dos Centros Operativos e Depósitos, de maneira a garantir a atenção e o treinamento constante para as questões de Saúde, Meio Ambiente e Segurança.

Carta do Presidente

Comunicação mensal do Presidente com a força de trabalho, destacando os principais assuntos e atividades realizados no mês anterior.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 33 de 116



RELACIONAMENTO COM PÚBLICO DE INTERESSE

A Liquigás mantém a seção **Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)** em seu site.

Além deste, são disponibilizados canais como o Fale Conosco e a Ouvidoria, que atende as demandas dos públicos internos e externos à Liquigás, de maneira independente e isenta. A Companhia utiliza também as redes sociais para se comunicar com seu público de interesse: a página do Facebook (www.facebook.com/liquigas) encerrou 2017 com mais de 117.653 mil seguidores.

Fornecedores e transportadores

Em 2017, foi colocado em prática o **Canal Fornecedor** que provê informações sobre como se tornar um fornecedor de bens e serviços; conteúdo de requisitos para contratação; circularização de materiais; e um novo serviço com informações de pagamentos de faturas realizados, agendados e em aberto centralizando as informações em um único canal de comunicação.

O Programa de Avaliação de Prestadores de Serviços do segmento Granel avalia o desempenho dos fornecedores de instalações industriais de GLP.

Além disso, a Liquigás mantém parcerias com instituições financeiras para apoiar as revendas, em suas necessidades de capital de giro e de investimentos, entre outros.

Revendas

A rede de revendas é o principal canal de relacionamento entre a Liquigás e o consumidor final.

Para dar suporte e legitimidade às ações realizadas e fortalecer a relação com as revendas, a Liquigás mantém reuniões periódicas com o **Conselho Consultivo de Revendedores Liquigás (CCRL)**, formado por 18 conselheiros eleitos, sendo 12 revendedores da Liquigás e 6 gerentes da Companhia.

Campanha de Incentivo Desafio Liquigás

O programa tem por objetivo motivar os participantes (revendedores, equipes comerciais das revendas e colaboradores da Liquigás) a aumentar o volume de vendas, avaliar os resultados das revendas e colaboradores da empresa, melhorar as práticas de gestão do negócio, assegurar o cumprimento da padronização visual e a qualidade no atendimento ao consumidor.

Comunicação com a rede de revendas

LiqNews: atualiza os revendedores a respeito das melhores práticas do setor, novidades na legislação, informações sobre mercado, campanha de incentivo, promoção, entre outros.

RELACIONAMENTO COM PÚBLICO DE INTERESSE

Envio de informações via SMS

Também são realizados investimentos em treinamentos de fornecedores, por meio de iniciativas como:

Portal de Negócios, disponibiliza funcionalidades como:

- Segunda via de boleto;
- Agendamento para retirada de GLP;
- Histórico das *newsletters* enviadas;
- Informações sobre o Plano MIL;
- Eleição para representantes do Conselho Consultivo de Revendedores;
- Downloads de treinamentos para as equipes das vendas;
- Produtos e serviços com descontos e condições diferenciadas.

Diagnóstico de Gestão de Revendas (DGR)

Ferramenta desenvolvida com o objetivo de aprimorar a gestão das vendas Liquigás de modo a obter melhores resultados e elevar o seu nível de competitividade. Em 2017, o DGR foi aplicado em 1.043 vendas, aumento de 35,6% em relação a 2016 (769 vendas).

Programa de Capacitação de Revendas Liquigás (PROCAP)

Em 2017, foram realizados 7.200 treinamentos, atendendo a cerca de 25 mil pessoas, com 7 novos módulos:

- Assistência Técnica para GLP - cilindros P-20 e P-45;
- Direção Defensiva - Zelo e Manutenção da Frota;
- Gestão Financeira;
- Gestão de Pessoas: Liderança e Solução de Conflitos;
- Marketing;
- Meios Digitais;
- Sucessão Familiar.

Clientes Granel

Em 2017, foi mantida a ação de *Hospitality Centers* (HCs) nos principais estádios de futebol do país. Esta ação visa estreitar o relacionamento da Liquigás com clientes e *prospects* por meio de uma experiência que associa a paixão pelo futebol à marca Liquigás.

Consumidores

A Companhia realizou em 2017 a promoção “Chama que vem Prêmio” que contemplou os consumidores das vendas autorizadas com 3,7 mil cartões pré-pagos, com valores que totalizaram R\$ 210,0 mil em prêmios. A cada compra de botijão de 5 kg, 8 kg, 13 kg ou 45 kg para uso doméstico realizada nas vendas autorizadas participantes, o consumidor recebia um cupom lacrado contendo um código promocional. Os vales-brinde puderam ser trocados por cartões carregados com créditos de 50, 100, 200, ou 400 reais.

RELACIONAMENTO COM PÚBLICO DE INTERESSE

Eventos e campanhas

Ao longo do ano, a Liquigás participou de eventos e promoveu campanhas para disseminar questões como a segurança no uso de GLP e a inovação no setor de óleo e gás. A Companhia participou do Encontro Técnico, evento de referência no setor de GLP. Na ocasião, a Companhia foi reconhecida por seu diferencial tecnológico e pela sua atuação na busca da excelência em seus produtos e serviços.

Buscando formas de difundir a cultura da segurança entre os consumidores domésticos, a Liquigás mantém, desde 2011, a **Campanha Chama Segura**. Realizada em parceria com o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo e a Fundação de Apoio ao Corpo de Bombeiros da Polícia Militar do Estado de São Paulo, a campanha tem como objetivo a proteção à vida e o aumento da segurança comunitária.

A campanha promove palestras educativas e realiza a substituição dos *kits* de gás (regulador de pressão, mangueira e abraçadeiras) vencidos ou em condições inadequadas de uso por *kits* novos, em conformidade com as normas do INMETRO.

Responsabilidade social

Para a Liquigás, os investimentos em ações sociais geram impactos positivos em suas atividades, ao mesmo tempo em que permitem a efetiva interação entre a Companhia e a sociedade.

A Companhia realizou no decorrer do ano diversas ações e campanhas que visaram reforçar tais princípios: diversidade humana e cultural, respeito às diferenças e igualdade de oportunidades.

Programa Escola da Família

A Liquigás participa do Programa Escola da Família da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. A Companhia ministrou palestras sobre dicas de segurança para o uso de botijões de gás em ambientes residenciais em 13 escolas estaduais, sendo seis na capital paulista e sete no interior e litoral do estado.

Inverno Solidário Liquigás

Em maio de 2017, a Liquigás mobilizou sua força de trabalho para participar e ajudar instituições selecionadas e indicadas por empregados, tanto da Sede quanto das unidades. O objetivo das campanhas de inverno é mobilizar os empregados em prol de instituições e projetos que cuidam de idosos. Na Sede, a instituição escolhida foi o Lar das Mãezinhas, que recebeu 1.046 itens, como materiais de higiene e limpeza, alimentos, produtos hospitalares, artigos para atividades de lazer e peças de vestuário.

Nas unidades, a campanha foi finalizada no mês de julho, com a distribuição de 2.735 itens arrecadados, beneficiando 494 pessoas.

Natal Solidário Liquigás 2017

Além da campanha de Natal promovida na Sede para auxiliar as escolas integrantes do Programa Escola da Família, da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, as unidades operacionais da Liquigás promoveram ações de voluntariado beneficiando oito entidades filantrópicas que cuidam de crianças carentes ou com necessidades especiais, e algumas de idosos. Foram doados 1.589 itens, entre eles, alimentos, produtos de limpeza, roupas, calçados, *kits* de higiene e brinquedos para 501 pessoas.

Liquigás 33

RELACIONAMENTO COM PÚBLICO DE INTERESSE

Selo Empresa Amiga da Criança

Pelo sexto ano consecutivo, a Liquigás renovou o Selo Empresa Amiga da Criança da Fundação Abrinq. Por meio da parceria, o Selo Abrinq de Empresa Amiga da Criança é estampado no verso das contas dos mais de 46 mil clientes do Serviço de Medição Individualizada da Liquigás para condomínios comerciais e residenciais, e nas etiquetas dos mais de oito milhões de botijões distribuídos pela empresa todos os meses.

A renovação do selo reitera o compromisso da Companhia em promover ações em prol de crianças e adolescentes nas áreas de educação, saúde, cultura e assistência social, incluindo filhos de empregados e membros das comunidades nas quais atua.

Projeto Esqueça um Livro

Projeto baseado no *bookcrossing*, movimento cultural de incentivo à leitura que surgiu nos Estados Unidos. A Liquigás participou do Projeto Esqueça um Livro, cuja finalidade é esquecer propositalmente um livro em lugares públicos, com um marcador ou um bilhete indicando que aquele livro faz parte do projeto, para formar uma corrente de leitura e compartilhar conhecimento.

Campanha GRAAC

A Liquigás divulgou para sua força de trabalho uma campanha em parceria com renomada rede de *fast food*, promovida pelo GRAAC (Grupo de Apoio ao Adolescente e Criança com Câncer), visando estimular o espírito de solidariedade em prol das crianças e adolescentes com câncer.

34 Relatório da Administração 2017

A campanha foi realizada pelos voluntários de cada unidade da Liquigás e a empresa adquiriu em consignação tíquetes para revender aos empregados. Dessa forma, a compra antecipada ficou a critério de cada voluntário.

Reconhecimentos e premiações

Ao longo de 2017, em razão de sua atuação de forma ética e transparente, na constante busca da qualidade de seus produtos e serviços, a Liquigás obteve o reconhecimento por parte de conceituadas instituições e organizações da sociedade, bem como de veículos de mídia.

Prêmio RHs mais admirados do Brasil 2017

Reconhecimento obtido com base em uma pesquisa nacional feita com os profissionais de recursos humanos das mil melhores empresas para se trabalhar do Brasil. Por meio de votação eletrônica, opinaram os profissionais que atuam nas "1.000 Melhores e Maiores do País" (critério Revista Exame) e nas "150 Melhores Empresas para Trabalhar" (Great Place to Work).

Melhores Empresas Psicologicamente Saudáveis para se Trabalhar 2017

A revista Gestão RH, especializada no setor, reconheceu a Liquigás na categoria "Envolvimento do colaborador", pelo seu trabalho desenvolvido em relação ao autogerenciamento das equipes, comitês de trabalhadores ou força tarefa e ações que envolvam a tomada de decisão do empregado.

RELACIONAMENTO COM PÚBLICO DE INTERESSE

Prêmio GLP de Inovação e Tecnologia 2017

Reafirmando sua postura inovadora e voltada ao desenvolvimento de novas tecnologias aplicadas ao uso de GLP, a Liquigás foi contemplada com 12 prêmios, em 6 categorias diferentes, no Projeto GLP Qualidade Compartilhada:

Aplicações do GLP

Bronze pelo estudo "Queima direta do GLP como alternativa à recuperação de calor do vapor em processo de secagem".

Gestão

Ouro pelo case "Metodologia de análise de tempo de retorno e migração geográfica de recipientes transportáveis de GLP";

Prata pelo case "Gestão de Contratos de Transportes"; Prata em parceria com o Sindigás, pelo "Guia de referência da regulamentação da sistemática de destroca de recipientes";

Bronze em parceria com o Sindigás, pelo "Estudo sobre a utilização de plataforma web para acompanhamento dos recipientes transportáveis de aço para gás liquefeito de petróleo para destrocas".

Meio Ambiente

Ouro pelo case "Redução de emissão de GLP por meio da substituição dos bicos de enchimento do sistema de envase";

Prata pelo projeto "Metodologia de quantificação de emissão de COV (compostos orgânicos voláteis) oriundas do sistema de envase de GLP".

Produção

Ouro pelo case "Método de fixação e substituição mecânica de plaqueta de tara em alças de recipientes P-13, realizado através de placa de informações com alojamento com garras (PI) e dispositivos especiais".

Saúde

Ouro em parceria com o Sindigás, pelo projeto "Queima de lenha e carvão em ambientes fechados";

Bronze pelo case "Gestão de afastamento médico".

Segurança

Ouro pela campanha socioeducativa "Chama Segura";

Bronze pelo case "Sistema de iluminação para veículos que transportam produtos inflamáveis".

Prêmio Cozinha Profissional

A Liquigás foi eleita como uma das melhores marcas, pelos leitores da revista Cozinha Profissional, voltada para o segmento de cozinhas industriais.

Prêmio Abrasca de Relatório Anual (edição 2017)

Promovido pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), a Liquigás participa na categoria de companhias de capital fechado, reconhecida constantemente por figurar entre as primeiras colocadas do *ranking*. Em 2017 foi classificada na quarta colocação.



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultados

O ambiente econômico e político em 2017 impactou negativamente o mercado de GLP, a forte concorrência e os aumentos de preço de custo do produto nas refinarias afetaram o segmento, contribuindo para a redução das margens de distribuição.

Mesmo neste cenário desafiador, o mercado brasileiro comercializou o volume de 7.390,5 mil toneladas do produto em 2017 com leve queda de 0,1% em relação a 2016, que totalizou 7.395,9 mil toneladas vendidas.

Com 21,7% de *market share*, a Liquigás manteve a segunda posição no segmento de distribuição de GLP, comercializando o volume total de 1.600,7 mil toneladas no ano de 2017, ligeiramente abaixo do ano anterior quando vendeu 1.600,9 mil toneladas.

Receita operacional líquida

Em 2017, a receita operacional líquida da Liquigás foi R\$ 3.996,5 milhões, um crescimento de 11,3% em relação ao montante obtido em 2016, que foi de R\$ 3.589,4 milhões. O crescimento é justificado pelo repasse dos reajustes de preço do GLP, utilizado para consumo doméstico e industrial, além da reposição de perdas inflacionárias relativas aos demais custos de distribuição.

Receita Operacional Líquida (R\$ milhões)



Custo dos produtos vendidos

No ano de 2017, o GLP, principal produto comercializado pela Liquigás, sofreu diversos reajustes em virtude da nova política de precificação adotada pela Petrobras, o custo também sofre a influência da reposição de perdas inflacionárias sobre insumos necessários à distribuição como, por exemplo, o frete. O custo dos produtos vendidos totalizou R\$ 2.816,4 milhões, aumentando em 19,9% quando comparado ao exercício anterior, quando atingiu o total de R\$ 2.349,5 milhões.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Lucro bruto

O lucro bruto da Liquigás atingiu o montante de R\$ 1.180,1 milhão em 2017, queda de 4,8% em relação ao ano anterior, reflexo da pressão concorrencial característica do setor, agravada pelo processo relativo à venda da companhia e pelo aumento de custo da principal mercadoria comercializada pela empresa, o GLP.

Receitas (despesas) operacionais

As despesas operacionais líquidas totalizaram R\$ 1.090,5 milhão em 2017, frente aos R\$ 968,3 milhões registrados em 2016, um aumento de 12,6%, variação acima do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) que foi de 2,95%.

Este resultado decorre, principalmente, da elevação de 7,1% das despesas com vendas em 2017 no valor de R\$ 807,5 milhões, em relação aquelas registradas no exercício anterior, reflexo do aumento nos custos estruturais e de distribuição. O aumento decorre também de medidas tomadas pela Administração para garantir a manutenção do *market share* diante do cenário operacional desfavorável vivenciado pela Companhia.

As despesas Gerais e Administrativas foram de R\$ 205,7 milhões, 3,1% acima do exercício anterior em virtude dos impactos gerados pelo reajuste da categoria (3,0%) e dos benefícios a empregados. As despesas com o benefício de assistência médica foram reajustadas em 19,0% em novembro/2017 (29,0% em novembro/2016), percentuais acima daqueles negociados para as cláusulas econômicas da convenção coletiva da categoria. Tais aumentos foram atenuados por medidas administrativas, que permitiram que o crescimento ficasse próximo do IPCA.

Em setembro de 2017, a Liquigás assinou um Termo de Compromisso de Cessação de Prática (TCC) com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), despesa não recorrente, referente à contribuição indenizatória compensatória no valor R\$ 59,2 milhões. Essa contribuição será quitada em oito parcelas semestrais a partir do mês de março de 2018. O acordo afetou as Outras despesas operacionais líquidas, que aumentaram de R\$ 2,7 milhões, registradas no ano anterior, para R\$ 67,0 milhões em 2017.

Resultado financeiro líquido

Em 2017, o resultado financeiro líquido foi de R\$ 16,9 milhões, acréscimo de 82,1% em decorrência da queda das despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos obtidos com o BNDES e Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados do Sistema Petrobras (FIDC-NP), além da receita obtida pela atualização de direitos como, por exemplo, depósitos judiciais e cauções.



Liquigás 37



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

Houve uma redução significativa do montante do IRPJ e da CSLL, passando de R\$ 60,6 milhões em 2016 para R\$ 20,2 milhões em 2017, principalmente, pelo resultado da queda do lucro operacional.

A alíquota efetiva do Imposto de Renda sobre Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) incidentes sobre o lucro operacional foi de 25,2% em função do efeito das adições e exclusões permanentes efetuadas no exercício.

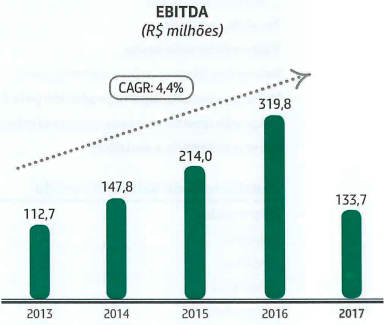
Lucro líquido

A companhia adotou a estratégia de priorização do market share e, por intermédio do gerenciamento e otimização dos custos, buscou a manutenção da rentabilidade, alcançando em 2017, o Lucro líquido de R\$ 60,0 milhões diante de R\$ 200,5 milhões em 2016, queda de 70,1% motivada principalmente pela forte pressão concorrencial e do registro da despesa relacionada ao acordo assinado com o CADE. Excluído o efeito do acordo com o CADE, o Lucro líquido obtido pela Liquigás seria de R\$ 97,3 milhões apresentando redução de 51,5% em relação ao lucro alcançado no exercício anterior.

Ebitda

O Ebitda atingiu R\$ 133,7 milhões em 2017, comparado aos R\$ 319,8 milhões do ano anterior, registrando queda de 58,2%. A margem Ebitda foi de 3,3% em 2017, no ano de 2016 ela foi de 8,9%, uma redução de 5,6 pontos percentuais entre os períodos analisados.

Ebitda (R\$ milhões)	2013	2014	2015	2016	2017	2017/2016
Lucro Líquido (LL)	23,3	52,9	114,3	200,5	60,0	-70,1%
Resultados Financeiros Líquidos	2,5	1,6	3,5	-9,3	-16,9	82,1%
IRPJ e CSLL	17,3	24,4	28,8	60,6	20,3	-66,6%
Depreciação e Amortização	69,6	68,9	67,4	68,0	70,3	3,4%
Ebitda	112,7	147,8	214,0	319,8	133,7	-58,2%



Página 42 de 116

Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Demonstração do valor adicionado

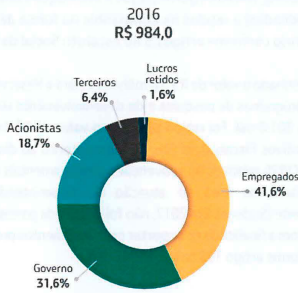
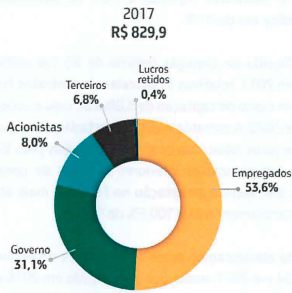
Em 2017, as atividades da Liquigás geraram R\$ 829,9 milhões em riqueza à sociedade, queda de 15,7% comparado ao valor adicionado distribuído no exercício de 2016:

DVA em milhares de reais	2017	2016	
Receitas	4.710.540	4.215.534	
Insumos adquiridos de:			
Terceiros	(552.646)	(455.294)	
Sistema Petrobras	(3.294.322)	(2.738.876)	
Total de insumos	(3.846.968)	(3.194.170)	
Valor adicionado bruto	863.572	1.021.364	
Retenções (depreciação e amortizações)	(70.313)	(67.969)	
Valor adicionado líquido produzido pela Cia.	793.259	953.395	
Valor adicionado recebido em transferência	36.639	30.681	
Valor adicionado a distribuir	829.898	984.076	
Distribuição do Valor Adicionado	2017	2016	2017 / 2016
Empregados	445.047	409.696	8,6%
Governo	258.217	310.992	-17,0%
Terceiros	66.604	62.897	5,9%
Acionistas	56.588	184.355	-69,3%
Lucros Retidos	3.442	16.136	-78,7%
Valor adicionado distribuído	829.898	984.076	-15,7%



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Distribuição do Valor Adicionado
(em R\$ milhões)



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

De cada R\$ 1,00 de receita obtida pela Liquigás no ano, R\$ 0,18 foi distribuído entre diferentes *stakeholders*: empregados e administradores (remuneração e benefícios), governo (tributos), terceiros (juros pagos a instituições financeiras e aluguéis), acionistas (dividendos) e retidos na Companhia na forma de reservas de parte do lucro do exercício conforme artigo 25 do Estatuto Social da Liquigás.

Para a Reserva Legal foi destinado o valor de R\$ 3,0 milhões e para a Reserva Especial destinada ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico foi retida a quantia de R\$ 301,0 mil. Foi retido também o valor de R\$ 147,0 mil a título de Reserva de Incentivos Fiscais para fins de atendimento ao disposto no artigo 195-A da Lei 6.404/1976 relativos às subvenções governamentais recebidas por investimentos realizados na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Em 2017, não foi destinada parcela de lucro para formação de reserva com a finalidade de suportar os investimentos previstos no orçamento de capital (conforme artigo 196 da Lei 6.404/1976).

Endividamento

A gestão de capital da Liquigás tem como objetivo remunerar adequadamente sua estrutura de capital, visando a continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas. As principais fontes de recursos da empresa têm sido sua geração operacional de caixa, além de recursos obtidos através de financiamentos e antecipação de recebíveis no FIDC-NP.

A Companhia mantém um nível de endividamento alinhado às diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Petrobras para as suas subsidiárias. O limite de alavancagem é mensurado em 35,0% do valor do Patrimônio Líquido e de 2,5 em relação ao Ebitda.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta onerosa da Liquigás totalizou R\$ 19,1 milhões, 57,7% abaixo da registrada na mesma data do ano anterior (R\$ 45,1 milhões). O montante equivale a 2,0% do patrimônio líquido, em 2016 este mesmo índice era de 4,5%.

A dívida líquida da Liquigás reduziu de R\$ 7,6 milhões em 2016 para R\$ 5,3 milhões em 2017, relativos às parcelas de contratos firmados com o BNDES, que possuía um custo de captação de 9,8% a.a., cujo o vencimento ocorreria somente no final de 2020. A estratégia está suportada pela expectativa de manutenção da política de juros básico da economia, definida pelo Banco Central do Brasil em 7,0% a.a., em patamares inferiores às taxas de contratação dessas linhas de crédito, o que tornou a captação no FIDC-NP mais atrativa, pois o custo deste tipo de financiamento é de 100,5% do CDI.

O índice de alavancagem mensurado através do endividamento líquido/EBITDA atingiu 0,04 em 2017, maior que o alcançado em 2016 que foi de 0,02. Em 2017, o endividamento líquido é de 0,6% do Patrimônio Líquido apresentando ligeira queda em relação ao ano anterior que foi de 0,8%.

Em 2017 o índice de alavancagem atingiu **0,04**, e o endividamento líquido é de **0,6%** do Patrimônio Líquido.



Liquigás 41



DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Perspectivas

Em 2018, o setor deverá manter o processo de adequação à nova política de preços estabelecida pela Petrobras e aos desdobramentos da resolução nº 51 da ANP, contendo o "marco regulatório" em termos de fidelização, de forma oficializada e regulamentada, entre as distribuidoras e as revendas vinculadas.

A Companhia espera que sejam regulamentados pela ANP, os estudos realizados sobre as novas aplicações do GLP como fonte de energia, possibilitando a ampliação dos negócios para o segmento Granel.

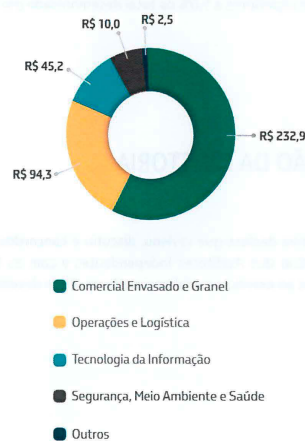
Em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Liquigás aprovou o Plano de Negócios e Gestão 2018-2022, que está alinhado ao posicionamento estratégico e reflete o detalhamento econômico financeiro para os próximos cinco anos, com ênfase nos resultados e nos recursos necessários para a implementação das diretrizes estratégicas da Companhia.

Para alcance das metas estabelecidas no horizonte 2018-2022, a Liquigás pretende manter a sua política de investimentos, proporcionando condições para manutenção do seu *market share* e melhoria dos resultados.

A Liquigás continuará atenta aos sinais do mercado, de forma a minimizar as incertezas a ajustar a sua estratégia comercial, sempre que necessário, formulando ações promocionais e de estreitamento da relação com o consumidor final, doméstico ou industrial, investindo na diversificação e diferenciação de seus produtos e serviços para atingir seus objetivos.

42 Relatório da Administração 2017

Investimento do PNG 2018 - 2022
Total R\$ 384,9 milhões



Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 45 de 116



AUDITORES INDEPENDENTES

Em 2017, as Demonstrações Contábeis da Liquigás foram auditadas pela KPMG Auditores Independentes, no ano de 2016 a auditoria foi realizada pela PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes (PwC). Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, a Liquigás informa que, em 2017, a KPMG Auditores Independentes não prestou serviços não relacionados à auditoria contábil cujos honorários fossem superiores a 5,0% do total desembolsado por esse serviço.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.



Liquigás 43





RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores da Liquigás Distribuidora S.A. - São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Liquigás Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos Fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Liquigás Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus Fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais

responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato de que parte substancial das operações comerciais da Companhia, principalmente para compras de materiais derivados de petróleo, são realizadas com partes relacionadas, conforme descrito na nota explicativa 14. Portanto, as demonstrações contábeis acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias Fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Valores correspondentes

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentadas como valores correspondentes nas demonstrações contábeis no exercício corrente, foram anteriormente auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório datado em 17 de março de 2017, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria

Liquigás 47

Parte integrante do Anexo do OFS nº 31 de 2018.

Página 49 de 116



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

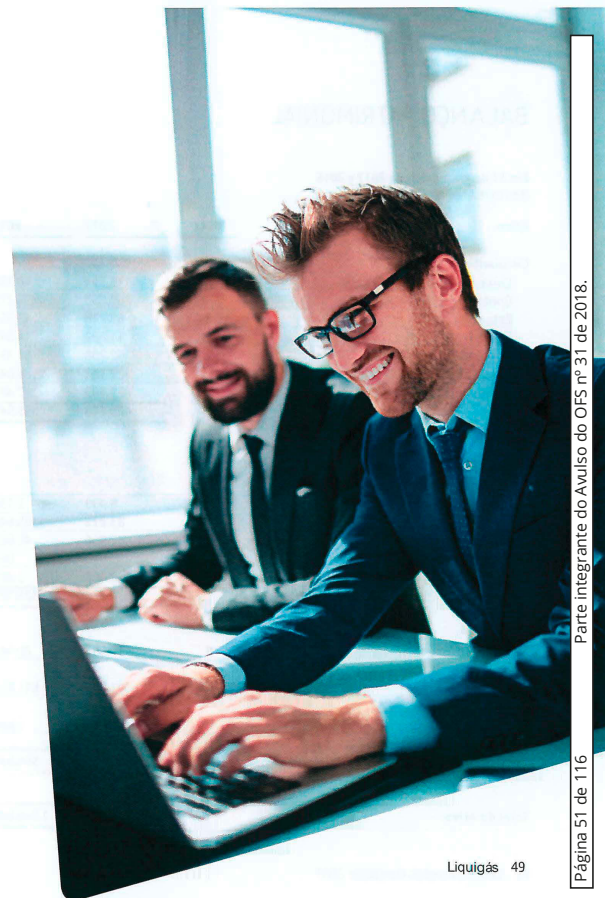
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC2SP014428/O-6

Wagner Petelin
Contador CRC1SP142133/O-7



Liquigás 49

Página 51 de 116 Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.



BALANÇO PATRIMONIALEm 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2017	2016
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.754	10.194
Contas a receber, líquidas	7.1	260.853	233.279
Estoques	8	63.218	43.556
Imposto de renda e contribuição social	15.1	11.829	4.049
Impostos e contribuições	15.1	62.706	51.333
Despesas antecipadas		7.131	6.043
Outros ativos		9.169	7.487
		428.660	355.941
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Contas a receber, líquidas	7.1	9.499	7.135
Cauções e depósitos judiciais	23.2	83.273	65.647
Imposto de renda e contribuição social diferidos	15.3	32.956	49.089
Impostos e contribuições	15.1	910	863
Outros ativos		2.100	2.387
		128.738	125.121
Investimentos	9	17.593	20.343
Imobilizado	10	801.729	811.853
Intangível	11	9.709	7.622
		957.769	964.939
Total do ativo		1.386.429	1.320.880

50 Demonstrações Contábeis 2017

Passivo	Nota	2017	2016
Circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	144.342	106.714
Salários, férias e encargos		54.809	54.134
Empréstimos e financiamentos	13	18.028	23.661
Impostos e contribuições	15.2	19.566	16.284
Dividendos a pagar	18.3	14.220	-
Adiantamentos de clientes		5.892	4.091
Provisão para plano de assistência médica	16.2	7.317	6.404
Outras contas e despesas a pagar		9.024	3.724
		273.198	215.012
Não circulante			
Fornecedores e contas a pagar	12	49.214	-
Empréstimos e financiamentos	13	1.057	21.479
Coligadas	14.2	1.240	1.326
Provisão para plano de assistência médica	16.2	90.866	73.489
Provisão para processos judiciais	23.1	44.045	41.296
Outras contas e despesas a pagar		1.991	932
		188.413	138.522
		461.611	353.534
Patrimônio líquido	18		
Capital social		644.093	644.093
Reserva de capital		165.080	165.080
Reservas de lucros		117.310	151.815
Outros resultados abrangentes		(1.665)	6.358
		924.818	967.346
Total do passivo e patrimônio líquido		1.386.429	1.320.880

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	2017	2016
Receitas líquidas de vendas	19	3.996.516	3.589.374
Custo dos produtos vendidos		(2.816.413)	(2.349.483)
Lucro bruto		1.180.103	1.239.891
Receitas (despesas) operacionais			
Vendas	20	(807.487)	(754.126)
Gerais e administrativas	20	(205.685)	(199.541)
Tributárias		(10.404)	(11.926)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	21	(66.968)	(2.716)
		(1.090.544)	(968.309)
Resultado de participações em investimentos	9.3	3.490	8.607
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras		93.049	280.189
Receitas financeiras	22	13.977	12.863
Despesas financeiras	22	(6.311)	(11.604)
Variações monetárias, líquidas	22	9.224	8.017
		16.890	9.276
Participação nos lucros ou resultados - empregados	17	(29.646)	(28.353)
Lucro antes dos impostos		80.293	261.112
Imposto de renda e contribuição social	15.4	(20.263)	(60.621)
Lucro líquido do exercício		60.030	200.491
Resultado por ação (básico) - R\$	18.4	7,37	24,61

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis. Liquigás 51

Parte integrante do Anexo do OFS nº 31 de 2018.

Página 53 de 116



Página 54 de 116 Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	2017	2016
Lucro líquido do exercício		60.030	200.491
Outros resultados abrangentes:			
Itens que não serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período			
Variação na reserva de reavaliação em coligadas	18.3	(7)	(9)
Perdas atuariais líquidas - Planos de assistência médica	16.1	(8.016)	(12.464)
Resultado abrangente total		52.007	188.018

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva de capital	Reservas de lucros				Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes		Total do patrimônio líquido
		Capital subscrito e integralizado	Reserva especial de ágio	Legal	Estatutária P&D	Incentivos fiscais	Dividendo adicional proposto		Reserva de reavaliação	Ajuste de avaliação patrimonial	
Em 1º de janeiro de 2016		644.093	165.080	51.240	836	3.272	57.012	-	84	18.747	940.364
Distribuição de dividendos conforme AGO de 27/04/2016		-	-	-	-	-	(57.012)	-	-	-	(57.012)
Realização da reserva de reavaliação em coligadas		-	-	-	-	-	-	9	(9)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	200.491	-	-	200.491
Ajuste avaliação patrimonial - ganhos / (perdas) atuariais		-	-	-	-	-	-	-	-	(12.464)	(12.464)
Destinações:											
Apropriações em reservas	18.3	-	-	10.025	1.002	5.118	-	(16.145)	-	-	-
Juros sobre capital próprio	18.3	-	-	-	-	-	-	(59.436)	-	-	(59.436)
Dividendo antecipado	18.3	-	-	-	-	-	-	(44.597)	-	-	(44.597)
Dividendo adicional proposto	18.3	-	-	-	-	-	80.322	(80.322)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2016		644.093	165.080	61.265	1.838	8.390	80.322	-	75	6.283	967.346
Distribuição de dividendos conforme AGO/E de 26/04/2017		-	-	-	-	-	(80.322)	-	-	-	(80.322)
Realização da reserva de reavaliação em coligadas		-	-	-	-	-	-	7	(7)	-	-
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	60.030	-	-	60.030
Ajuste avaliação patrimonial - ganhos / (perdas) atuariais		-	-	-	-	-	-	-	-	(8.016)	(8.016)
Destinações:											
Apropriações em reservas	18.3	-	-	3.001	301	147	-	(3.449)	-	-	-
Dividendo obrigatório	18.3	-	-	-	-	-	-	(14.220)	-	-	(14.220)
Dividendo adicional proposto	18.3	-	-	-	-	-	42.368	(42.368)	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2017		644.093	165.080	64.266	2.139	8.537	42.368	-	68	(1.733)	924.818

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Liquigás 53

Parte integrante do Anexo do OFS nº 31 de 2018.

Página 55 de 116



Página 56 de 116
Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Atividade operacional		
Lucro líquido do exercício	60.030	200.491
Ajustes:		
Resultado de participações em investimentos	(3.490)	(8.607)
Depreciação e amortização	70.313	67.969
Valor residual de bens baixados de natureza permanente	5.122	(10.410)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	20.263	36.421
Encargos financeiros sobre financiamentos	3.770	8.391
Provisão de plano de assistência médica (benefício definido)	10.049	9.078
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.253	1.992
Provisão para processos judiciais	13.342	13.111
Atualização monetária depósitos judiciais	(16.240)	(2.550)
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	(33.191)	(33.085)
Estoques	(19.662)	(14.053)
Depósitos judiciais	(1.386)	(4.873)
Impostos a recuperar	(19.201)	9.306
Outros ativos	(3.652)	9.925
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores e contas a pagar	87.504	27.339
Impostos, taxas e contribuições	3.282	(5.904)
Plano de assistência médica pago (benefício definido)	(3.905)	(3.376)
Pagamentos de contingências	(10.593)	(4.029)
Outros passivos	8.956	-
Recursos líquidos provenientes da atividade operacional	174.564	297.136
Atividade de investimento		
Aquisição de imobilizado e intangível	(72.273)	(71.925)
Venda de imobilizado	4.004	35.330
Dividendos recebidos	7.411	6.001
Recursos líquidos na atividade de investimento	(60.858)	(30.594)



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Atividade de financiamento		
Captações - FIDC e arrendamento mercantil	19.085	-
Amortização do principal - FIDC	-	(70.324)
Amortização de juros - FIDC (*)	(873)	(2.816)
Amortização do principal - BNDES	(45.314)	(30.289)
Amortização de juros - BNDES	(2.722)	(5.105)
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos aos acionistas	(80.322)	(161.045)
Recursos líquidos na atividade de financiamento	(110.146)	(269.579)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa no exercício	3.560	(3.037)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	10.194	13.231
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	13.754	10.194
	3.560	(3.037)
Transações de investimentos e financiamentos que não envolvem caixa		
Aquisição de imobilizado, inclui arrendamento mercantil	14.182	15.053
	14.182	15.053

(*) Os juros pagos no período estão sendo apresentados em atividade de financiamento em conjunto com o valor principal de empréstimos pagos.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Liquigás 55

Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 57 de 116



Página 58 de 116
Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Receitas		
Vendas de mercadorias e derivados de petróleo	4.647.902	4.167.354
Outras receitas e despesas	31.766	31.082
Receitas relativas à construção de ativos para uso	34.125	19.090
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - constituição	(3.253)	(1.992)
	4.710.540	4.215.534
Insumos adquiridos de:		
Terceiros		
Materiais consumidos	(53.395)	(45.193)
Custo das mercadorias para revenda	(6.998)	(8.247)
Energia, serviços de terceiros e outros	(466.091)	(377.925)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos de terceiros	(26.162)	(23.929)
Sistema Petrobras		
Materiais consumidos	(8)	(8)
Custo das mercadorias para revenda	(2.809.415)	(2.341.236)
Energia, serviços de terceiros e outros	(20.504)	(17.429)
Créditos fiscais sobre insumos adquiridos	(464.395)	(380.203)
Total de insumos	(3.846.968)	(3.194.170)
Valor adicionado bruto	863.572	1.021.364
Retenções		
Depreciação e amortização	(70.313)	(67.969)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	793.259	953.395
Valor adicionado recebido em transferência		
Resultado de participações em investimentos	3.490	8.607
Receitas financeiras - incluem variações monetárias	32.781	21.759
Aluguéis	368	315
	36.639	30.681
Valor adicionado a distribuir	829.898	984.076



INFORMAÇÕES SUPLEMENTARES ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (Continuação)

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais)

	2017	2016
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Remuneração direta		
Salários	271.312	252.077
Participação nos lucros ou resultados - empregados	29.646	28.353
Benefícios		
Vantagens	64.564	60.802
Assistência médica	46.603	40.020
Plano de assistência médica (benefício def nido)	10.049	9.079
FGTS	22.873	19.365
	445.047	409.696
Tributos		
Federais	76.930	117.047
Estaduais	175.784	189.935
Municipais	5.503	4.010
	258.217	310.992
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros, variações monetárias	15.891	12.483
Despesas de aluguéis	50.713	50.414
	66.604	62.897
Acionistas		
Juros sobre capital próprio	-	59.436
Dividendos	56.588	124.919
Lucros retidos	3.442	16.136
	60.030	200.491
Valor adicionado distribuído	829.898	984.076

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Liquigás 57



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 A Companhia e suas operações

A Liquegás Distribuidora S.A. ("Companhia" ou "Liquegás") é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, e tem por objeto, observados os preceitos legais, a manipulação, a estocagem, o engarrafamento, o transporte, a distribuição e o comércio de derivados de petróleo, especialmente Gás Liquefeito de Petróleo - GLP. A sede social da Companhia está localizada em São Paulo - SP.

1.1 Plano de desinvestimento da Petrobras

Em novembro de 2016, a Petrobras anunciou a aprovação da assinatura do contrato para venda da Liquegás Distribuidora S.A. para Companhia Ultragaz S.A., subsidiária da Ultrapar Participações S.A.

Conduzido por meio de processo competitivo, o valor total da venda corresponde ao valor da empresa - R\$ 2,7 bilhões - e será corrigido pelo Certificado de Depósito Interbancário (CDI), entre as datas de assinatura e de fechamento da operação. Além disso, estará sujeito a ajustes em razão das variações de capital de giro e da posição da dívida líquida da Liquegás entre 31 de dezembro de 2015 e a data de fechamento da transação.

A transação foi aprovada nas Assembleias Gerais Extraordinárias da Petrobras e da Ultrapar - realizadas, respectivamente, em 31 e 23 de janeiro de 2017 - e está sujeita ao cumprimento de condições precedentes usuais, incluindo a aprovação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE).

A alienação da Companhia é parte integrante do Plano de Desinvestimentos 2015-2016 e está alinhada ao Plano Estratégico da Petrobras, que visa otimizar o portfólio de negócios, com foco em óleo e gás, saindo integralmente das atividades de distribuição de GLP.

2 Base de elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na Nota Explicativa nº 3.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis finais foi aprovada pelo Conselho de Administração em 13 de março de 2018.

2.1 Demonstração do Valor Adicionado - DVA

A Demonstração do Valor Adicionado - DVA apresenta informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas. Essas demonstrações foram preparadas de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado e são apresentadas como informação adicional.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.2 Moeda funcional

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto aqueles itens mensurados ao valor justo por meio do resultado.

3 Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia nas demonstrações contábeis apresentadas.

3.1 Instrumentos financeiros

3.1.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação, que é a data na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos e os passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tem a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.1.2 Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Liquigás 59

Parte integrante do Anexo do OFS nº 31 de 2018.

Página 61 de 116



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de Fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos em caixa, depósitos à vista e contas correntes remuneradas, sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor justo, e são utilizadas pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

3.1.3 Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Passivos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses passivos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

3.2 Estoques

Os estoques da Companhia estão avaliados pelo custo médio ponderado relativo ao valor nominal de aquisição, incluindo o valor dos impostos não recuperáveis e os fretes, deduzidos da provisão, se for o caso, para atender a perdas prováveis por obsolescência, desuso ou para ajuste a valor de mercado quando este for inferior (Nota Explicativa nº 8).

3.3 Investimentos societários

Os investimentos em coligadas com participação no capital votante, superior a 20%, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (Nota Explicativa nº 9). A Companhia não consolidou estes investimentos por serem coligadas, sem exercício de controle nas decisões financeiras e operacionais.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nos lucros acumulados da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia reconhece perdas adicionais da coligada.

Os dividendos recebidos desses investimentos societários são reconhecidos como redução do valor dos respectivos investimentos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.4 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessária para que esses possam operar.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos, caso contrário, é reconhecido no resultado como despesa.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo estão apresentadas na Nota Explicativa nº 10.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.5 Intangível

Os ativos estão demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por impairment, quando existentes. A amortização é calculada pelo método linear, com base em taxas determinadas em função do prazo esperado para geração de benefícios à Companhia (Nota Explicativa nº 11). É composto por direitos que incluem, principalmente, marcas e patentes, softwares.

3.6 Redução do valor recuperável – Impairment

3.6.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

Liquigás 61

Parte integrante do Anexo do OFS nº 31 de 2018.

Página 63 de 116



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Evidência objetiva de que os ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que a Empresa não consideraria em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou o emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou dos emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aquelos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores

de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

3.6.2 Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor recuperável é testado anualmente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Para testes de redução no valor recuperável, os ativos são agrupados em uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes à UGC são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC, e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC de forma pro-rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.7 Arrendamentos mercantis

Arrendamentos de ativo imobilizado que transferem para a Companhia substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados

como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é mensurado por montante igual ao menor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, o ativo é contabilizado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo. Para os arrendamentos mercantis financeiros em que a Companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

3.8 Provisões, ativos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas quando existir uma obrigação presente como resultado de um evento passado e seja provável que uma saída de recursos incluindo benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, cujo valor possa ser estimado de maneira confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, porém os passivos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados.

3.9 Ajuste a Valor Presente - AVP

A Companhia não aplica o ajuste a valor presente - AVP, devido à irrelevância dos valores envolvidos em decorrência do curto ciclo das operações, exceto no passivo atuarial conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.11.2.

Liquigás 63

Parte integrante do Anexo do OFS nº 31 de 2018.

Página 65 de 116



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

3.10.1 Despesa de Imposto de renda e contribuição social correntes

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que refletem as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.10.2 Despesa de Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações contábeis e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesas de imposto de renda e contribuição social diferidas.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.11 Benefícios concedidos a empregados e aposentados

3.11.1 Planos de contribuição def nida

O Plano de Previdência Liquigás - PPL foi implantado na modalidade de contribuição def nida para os seus empregados. As contribuições são pagas para uma entidade de fundo de previdência, Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, não gerando nenhuma obrigação legal ou construtiva posterior. A Companhia contribui para os planos de contribuição def nida, cujos percentuais são baseados na remuneração do empregado, sendo essas contribuições levadas ao resultado quando incorridas.

3.11.2 Compromisso atuarial de plano de assistência médica (benefício pós-emprego)

O compromisso atuarial com o plano de benefício de assistência médica é provisionado com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano⁽¹⁾, quando aplicável.

As premissas atuariais incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos empregados.

O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação f nial.

Mudanças na obrigação de benefício def nido são reconhecidas quando incorridas da seguinte maneira: I) custo do serviço e juros líquidos, no resultado do exercício; e II) remensurações, em outros resultados abrangentes.

O custo do serviço compreende: I) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício def nido resultante do serviço prestado pelo empregado no período corrente; II) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício def nido por serviço prestado por empregados em períodos anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício def nido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e III) qualquer ganho ou perda na liquidação (settlement), quando ocorrer.

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício def nido é a mudança, durante o período, no valor líquido de passivo de benefício def nido resultante da passagem do tempo.

As remensurações do valor líquido de passivo de benefício def nido reconhecidas em outros resultados abrangentes compreendem os ganhos e perdas atuariais, e excluem os valores considerados nos juros líquidos sobre a obrigação líquida do benefício def nido.

Os ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício def nido resultantes de ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e os efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

⁽¹⁾Não há ativos garantidores para a liquidação da obrigação atuarial relativa ao benefício oferecido pela Companhia.

Liquigás 65

Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 67 de 116



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.12 Capital social e remuneração aos acionistas

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no Estatuto da Companhia.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício.

3.13 Outros resultados abrangentes

São classificados como outros resultados abrangentes, os ajustes decorrentes das variações de valor justo envolvendo os ganhos e perdas atuariais, líquidos do efeito do imposto de renda e da contribuição social, bem como, as variações na reserva de reavaliação.

3.14 Subvenções e assistências governamentais

A subvenção é algumas vezes apresentada como crédito na demonstração do resultado, quer separadamente sob um título geral tal como "outras receitas", quer, alternativamente, como dedução da despesa relacionada. A subvenção, seja por acréscimo de rendimento proporcionado ao empreendimento, ou por meio de redução de tributos ou outras despesas, deve ser registrada na demonstração do resultado no grupo de contas de acordo com a sua natureza.

3.15 Reconhecimento de receitas, custos e despesas

A receita é reconhecida quando for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável, compreendendo o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de derivados de petróleo, principalmente GLP, vasilhames e outras mercadorias, líquida das devoluções, descontos, impostos e encargos sobre vendas.

A receita de vendas é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega. As receitas de vendas de serviços são reconhecidas em função de sua realização.

As receitas e despesas financeiras incluem principalmente receitas de juros sobre aplicações financeiras oriundas do Fundo de Investimento exclusivo do Sistema Petrobras (FIDC-NP), despesas com juros sobre financiamentos, ganhos e perdas com avaliação ao valor justo, de acordo com a classificação do título, além das variações monetárias líquidas. As despesas financeiras excluem os custos com empréstimos que são capitalizados como parte do custo do ativo.

As receitas, os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

3.16 Distribuição de dividendos

O estatuto da Companhia prevê que no mínimo 25% do lucro líquido anual ajustado sejam distribuídos como dividendos. Portanto, a Companhia registra provisão, no encerramento de cada exercício social no montante do dividendo mínimo obrigatório. Os dividendos superiores a esse limite são destacados em conta específica no patrimônio líquido denominado "Dividendo Adicional Proposto".

3.17 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício dividido pela média ponderada das ações. A Companhia não está apresentando o resultado por ação diluído, pois não possui nenhum instrumento potencialmente conversível em ações, com efeito, diluidor nos termos do CPC 41 - Resultado por ação.

4 Estimativas e julgamentos relevantes

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da Companhia.

4.1 Benefícios concedidos a empregados e aposentados

O compromisso atuarial e o custo com o plano de benefício definido de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro.

- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada por conjunto projetado de taxas anuais considerando a evolução histórica dos desembolsos per capita do plano de saúde, observáveis nos últimos 05 anos, para definição de um ponto inicial da curva que decresce gradualmente em 30 anos para alcance do patamar de inflação geral da economia.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

As análises de sensibilidade das taxas de desconto e de variação de custos médicos e hospitalares assim como informações adicionais das premissas estão divulgadas na Nota Explicativa nº 16.

4.2 Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A Companhia é parte envolvida em diversos processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais, trabalhistas e ambientais decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Companhia com base em pareceres de seus assessores jurídicos e nos julgamentos da Administração. Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na Nota Explicativa nº 23.

Liquigás 67

Parte integrante do Anexo do OFS nº 31 de 2018.

Página 69 de 116



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

4.3 Tributos diferidos sobre o lucro

A Companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações contábeis. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. O tributo diferido passivo é reconhecido integralmente.

A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas dos lucros tributáveis futuros contidas no Plano de Negócios e Gestão (PNG) para a Companhia, que anualmente é aprovado pelo Conselho de Administração.

Outras informações sobre tributos diferidos são apresentadas na Nota Explicativa nº 15.

4.4 Provisão para perda em crédito de liquidação duvidosa

São monitoradas regularmente pela Administração, sendo constituídas em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber. São consideradas evidências de possíveis relativas aos clientes para fins de constituição da provisão: os casos de dificuldades financeiras significativas, cobrança judicial, pedido de falência ou recuperação judicial e outros.

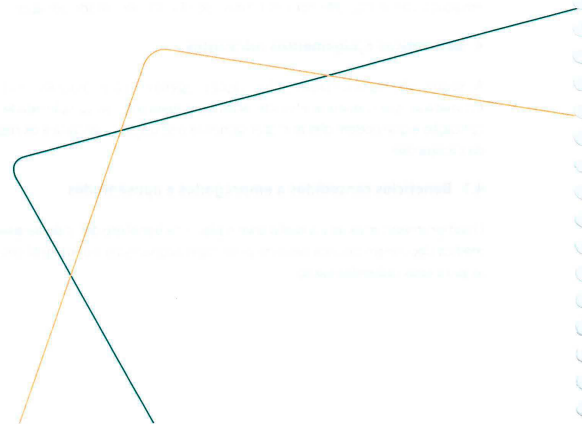
Outras informações sobre provisões para perdas em crédito de liquidação duvidosas são apresentadas na Nota Explicativa nº 7.

68 Demonstrações Contábeis 2017

5 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2018. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas não tenham um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia no período de adoção inicial. A Companhia continuará avaliando o impacto estimado que a aplicação inicial das normas terá sobre o patrimônio em 1º de janeiro de 2018, para fins de emissão das demonstrações comparativas.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Norma	Exigências-chave	Data de vigência
CPC 47 - "Receitas de Contrato com Clientes"	<p>Estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes. Os requerimentos do CPC 47 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos. Após a adoção da norma, determinados serviços de frete podem ser identificados como uma obrigação de desempenho distinta dos produtos relacionados, podendo alterar o momento de reconhecimento de receita.</p> <p>A Companhia avaliou o modelo de perdas do CPC 47 e não espera que ocorram impactos significativos nas demonstrações contábeis no período de adoção inicial em 2018.</p>	1º de janeiro de 2018
CPC 48 - "Instrumentos Financeiros"	<p>Estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas.</p> <p>A Companhia avaliou o modelo de perdas do CPC 48 e não espera que ocorram impactos significativos nas demonstrações contábeis no período de adoção inicial em 2018.</p>	1º de janeiro de 2018
CPC 06 (R2) - "Arrendamento Mercantil"	<p>Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos.</p> <p>Dentre as mudanças para arrendatários, o CPC 06 (R2) eliminará a classificação entre arrendamentos mercantis financeiros e operacionais. Assim, passará a existir um único modelo no qual todos os arrendamentos mercantis resultarão no reconhecimento de ativos referentes aos direitos de uso dos ativos arrendados. Se os pagamentos previstos nos arrendamentos mercantis forem devidos ao longo do tempo, também deverão ser reconhecidos passivos financeiros.</p> <p>A Companhia avaliará os impactos da adoção do CPC 06 (R2) ou complementar com o que faltou sobre seus ativos e passivos no seu balanço patrimonial.</p>	1º de janeiro de 2019



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

6 Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Bancos	13.570	10.017
Caixa	184	177
Total de caixa e equivalentes de caixa	13.754	10.194

7 Contas a receber**7.1 Contas a receber, líquidas**

	2017	2016
Cientes		
Terceiros	290.978	230.209
Partes relacionadas (Nota 14.1)		
Aplicação no Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC-NP	-	27.312
Empresas do Sistema Petrobras	709	975
	291.687	258.496
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(21.335)	(18.082)
	270.352	240.414
Circulante	260.853	233.279
Não Circulante	9.499	7.135

7.2 Movimentação das perdas em créditos de liquidação duvidosa - PCLD

	2017	2016
Saldo inicial	18.082	16.090
Adições	5.355	6.612
Baixas	(62)	(10)
Reversões	(2.040)	(4.610)
Saldo final	21.335	18.082
Circulante	21.335	18.082

As provisões são constituídas sobre as contas a receber registradas no ativo circulante e no realizável a longo prazo. A Companhia analisa de forma criteriosa sua carteira de clientes levando em consideração: (I) o nível de perdas no segmento em que atua; (II) o valor atual das contas a receber que já venceram; (III) análise

da situação individual dos clientes; (IV) condições de garantias em que se deu a venda; e (V) custo de financiamento de vendas, de modo a provisionar os valores considerados de difícil recuperação. A Companhia provisiona integralmente os títulos em cobrança judicial, exceto os que possuem garantia hipotecária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

7.3 Contas a receber a vencer e vencidos

Contas a receber	Sem Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	Com Constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	Saldo do contas a receber
Partes relacionadas	709	-	709
A Vencer	234.038	25	234.063
Vencidos:			
Até 3 meses	11.564	225	11.789
De 3 a 6 meses	988	505	1.493
De 6 a 12 meses	475	1.980	2.455
Acima de 12 meses	22.578	18.600	41.178
Saldo total	270.352	21.335	291.687

8 Estoques

	2017	2016
Derivados de petróleo	45.999	35.073
Botijões para revenda	8.493	7
Materiais e suprimentos para manutenção	9.027	8.765
Outros	119	131
	63.638	43.976
Provisão de perda materiais e suprimentos para manutenção	(420)	(420)
	63.218	43.556

Os estoques incluem produtos derivados de petróleo (em nosso poder e em poder de terceiros), principalmente, GLP, Butano e Propano e botijões P-13 adquiridos para

revenda. Os estoques de materiais e suprimentos para manutenção são compostos basicamente de materiais operacionais e materiais para engarrafamento de botijões.

9 Investimentos

Investimentos	2017	2016
Coligadas	15.534	19.455
Subvenção governamental	1.171	-
Incentivos fiscais (*)	888	888
	17.593	20.343

(*) Incentivos fiscais líquidos de provisão para perda.

Liquidações 71



Página 74 de 116
Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9.1 Informações sobre coligadas

	Capital subscrito	Ações ordinárias	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do período	Percentual (%) de participação
Utingás Armazenadora S.A. (*)	30.739	5.394.151	47.137	10.032	31,00%
Plenogás Distribuidora de Gás S.A. (*)	928	4.152.924	1.717	634	33,33%
Metalúrgica Plus S.A. (*)	4.476	9.000	1.049	879	33,33%

(*) Os investimentos foram avaliados através da equivalência patrimonial com base nas mutações patrimoniais ocorridas em 30 de novembro de 2017.

9.2 Descrições das atividades das coligadas

a) Utingás Armazenadora SA.

Tem como objeto a prestação de serviços de armazenagem de gás liquefeito de petróleo - GLP.

b) Plenogás Distribuidora de Gás SA.

Tem como objeto a comercialização de gás liquefeito de petróleo - GLP e outros hidrocarbonetos e a comercialização de equipamentos para consumo de gás liquefeito de petróleo - GLP. Atualmente, a coligada está com suas atividades operacionais paralisadas.

c) Metalúrgica Plus SA.

Tem como objeto a comercialização de chapa de barras de aço, fabricação e comercialização de recipientes, vasos de pressão, vasilhame de acondicionamento de gás liquefeito de petróleo - GLP, inclusive sua manutenção e reparo, podendo ainda exercer outras atividades próprias às indústrias metalúrgicas. Atualmente, a coligada está com suas atividades operacionais paralisadas.

9.3 Mutação dos investimentos em coligadas

	Coligadas			2017
	Utingás	Plenogás	Metalplus	
No início do exercício	18.624	759	72	19.455
Equivalência patrimonial	3.000	212	278	3.490
Dividendos recebidos	(7.012)	(399)	-	(7.411)
No fim do exercício	14.612	572	350	15.534

	Coligadas			2016
	Utingás	Plenogás	Metalplus	
No início do exercício	16.591	141	117	16.849
Equivalência patrimonial	8.034	618	(45)	8.607
Dividendos recebidos	(6.001)	-	-	(6.001)
No fim do exercício	18.624	759	72	19.455

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

9.4 Subvenção governamental

A Companhia realizou depósitos visando à obtenção de incentivos fiscais de reinvestimento na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

	2017
SUDENE - incentivo	759
SUDENE - recursos próprios	412
	<u>1.171</u>

Benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que beneficia as pessoas jurídicas com empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE, com o reinvestimento de 30% (trinta por cento) do imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamento.

O montante depositado, é remunerado pelo Banco com base na Taxa Extramercado do Banco Central (em torno de 95% da SELIC), conforme o artigo 10, da Lei nº 10.177, de 12/01/2001.

9.5 Incentivos fiscais

	2017	2016
FINOR	5.872	5.872
FINAM	2.974	2.974
INFORMÁTICA	31	31
	<u>8.877</u>	<u>8.877</u>
Provisão para perda	(7.989)	(7.989)
	<u>888</u>	<u>888</u>

Em conformidade com o CPC 7 - Subvenção e Assistência Governamentais, enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento da receita com subvenção na demonstração do resultado, a contrapartida da subvenção governamental registrada no ativo deve ser feita em conta específica do passivo. O valor foi registrado como receita diferida e pela relevância do saldo está sendo apresentado na rubrica outras contas e despesas a pagar - não circulante.

Liquigás 73

Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 75 de 116



Página 76 de 116
Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

10 Imobilizado

10.1 Composição do imobilizado

	2017			2016
	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Terrenos	20.445	-	20.445	20.445
Edifícios	128.502	(41.914)	86.588	79.706
Instalações industriais	297.922	(109.288)	188.634	174.492
Instalações operacionais	413.666	(296.668)	116.998	126.696
Vasilhames (*)	393.505	(107.968)	285.537	296.507
Veículos	1.565	(1.492)	73	355
Móveis e utensílios	23.400	(12.195)	11.205	11.442
Computadores e periféricos (**)	34.325	(24.520)	9.805	9.539
Imobilizado em andamento / obras em execução	33.143	-	33.143	36.621
Benfeitorias em propriedade de terceiros	58.055	(9.792)	48.263	48.439
Adiantamento a fornecedores	1.038	-	1.038	7.611
Outros	255	(255)	-	-
	1.405.821	(604.092)	801.729	811.853

(*) Os vasilhames são apresentados líquidos dos incentivos fiscais - reinvestimentos obtidos nos anos de 2009 a 2012.
(**) Em dezembro de 2017, a Companhia firmou contrato junto ao Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A para a aquisição de computadores pelo valor de R\$ 1.585.

10.2 Movimentação do custo

	2017				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. (1)	Saldo final
Movimentação do custo					
Terrenos	20.445	-	-	-	20.445
Edifícios	118.776	99	-	9.627	128.502
Instalações industriais	274.958	626	(1.241)	23.579	297.922
Instalações operacionais	398.498	15.894	(2.975)	2.249	413.666
Vasilhames (*)	389.172	211	(13.946)	18.068	393.505
Veículos	5.344	-	(2.744)	(1.035)	1.565
Móveis e utensílios	22.149	933	(84)	402	23.400
Computadores e periféricos (**)	31.271	3.735	(952)	271	34.325
Imobilizado em andamento / obras em execução	36.621	48.581	-	(52.059)	33.143
Benfeitorias em propriedade de terceiros	56.330	-	-	1.725	58.055
Adiantamento a fornecedores	7.611	21	-	(6.594)	1.038
Outros	255	-	-	-	255
	1.361.430	70.100	(21.942)	(3.767)	1.405.821

(*) Os vasilhames são apresentados líquidos dos incentivos fiscais - reinvestimentos obtidos nos anos de 2009 a 2012.
(**) Em dezembro de 2017, a Companhia firmou contrato junto ao Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A para a aquisição de computadores pelo valor de R\$ 1.585.
(1) Transferência para ativo intangível.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2016					
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. (1)	Saldo final
Movimentação do custo					
Terrenos	20.445	-	-	-	20.445
Edif. cações	118.598	177	-	1	118.776
Instalações industriais	228.634	2.427	(1.017)	44.914	274.958
Instalações operacionais	382.086	18.373	(1.962)	1	398.498
Vasilhames (*)	407.074	1.142	(39.708)	20.664	389.172
Veículos	5.825	5	(486)	-	5.344
Móveis e utensílios	20.558	1.166	(800)	1.225	22.149
Computadores e periféricos	30.104	1.224	(115)	58	31.271
Imobilizado em andamento / obras em execução	102.912	42.033	-	(108.324)	36.621
Benfeitorias em propriedade de terceiros	14.817	62	-	41.451	56.330
Adiantamento a fornecedores	3.170	4.441	-	-	7.611
Outros	256	-	(1)	-	255
	1.334.479	71.050	(44.089)	(10)	1.361.430

(*) Os vasilhames são apresentados líquidos dos incentivos fiscais - reinvestimentos obtidos nos anos de 2009 a 2012.

(1) Transferência para ativo intangível.

10.3 Movimentação da depreciação

		2017				
	Taxa de depreciação % ao ano	Saldo inicial	Encargos Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo final
Movimentação da depreciação						
Edif. cações	2,5	(39.070)	(2.844)	-	-	(41.914)
Instalações industriais	5,26	(100.466)	(9.544)	754	(32)	(109.288)
Instalações operacionais	3,33	(271.802)	(26.655)	2.746	(957)	(296.668)
Vasilhames (*)	5,55	(92.665)	(21.029)	5.726	-	(107.968)
Veículos	16,66	(4.989)	(77)	2.585	989	(1.492)
Móveis e utensílios	8,33	(10.707)	(1.551)	63	-	(12.195)
Computadores e periféricos	20	(21.732)	(3.730)	942	-	(24.520)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2,5	(7.891)	(1.901)	-	-	(9.792)
Outros	10	(255)	-	-	-	(255)
		(549.577)	(67.331)	12.816	-	(604.092)

(*) Os vasilhames são apresentados líquidos dos incentivos fiscais - reinvestimentos obtidos nos anos de 2009 a 2012.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Taxa de depreciação % ao ano	2016				
		Saldo inicial	Encargos Deprec.	Baixas	Transf.	Saldo final
Movimentação da depreciação						
Edifícios	2,5	(36.360)	(2.710)	-	-	(39.070)
Instalações industriais	5,26	(92.286)	(8.419)	914	(675)	(100.466)
Instalações operacionais	3,33	(248.406)	(26.050)	1.974	680	(271.802)
Vasilhames (*)	5,55	(86.201)	(21.639)	15.028	-	(92.812)
Veículos	16,66	(5.146)	(316)	473	-	(4.989)
Móveis e utensílios	8,33	(9.986)	(1.384)	668	(5)	(10.707)
Computadores e periféricos	20	(18.068)	(3.775)	111	-	(21.732)
Benfeitorias em propriedade de terceiros	2,5	(6.922)	(969)	-	-	(7.891)
Outros	10	(255)	-	-	-	(255)
		(503.630)	(65.262)	19.168	-	(549.577)

(*) Os vasilhames são apresentados líquidos dos incentivos fiscais - reinvestimentos obtidos nos anos de 2009 a 2012.

11 Intangível**11.1 Composição do intangível**

	2017			2016
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido
Movimentação do custo				
Software	107.346	(98.658)	8.688	6.601
Marcas, patentes e direitos	1.021	-	1.021	1.021
	108.367	(98.658)	9.709	7.622

11.2 Movimentação do custo

	2017			
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. (2)
Movimentação do custo				
Software	102.277	1.302	-	3.767
Marcas, patentes e direitos	1.021	-	-	-
	103.298	1.302	-	3.767

(2) Transferência do imobilizado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	2016				
	Saldo inicial	Adições	Baixas	Transf. ⁽²⁾	Saldo f. nal
Movimentação do custo					
Software	101.197	1.070	-	10	102.277
Marcas, patentes e direitos	1.021	-	-	-	1.021
	<u>102.218</u>	<u>1.070</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>103.298</u>

(2) Transferência do imobilizado.

11.3 Movimentação da amortização

	Taxa amortização % ao ano	2017			
		Saldo inicial	Encargos Amortização	Baixas	Saldo f. nal
Movimentação da amortização					
Software	20	(95.676)	(2.982)	-	(98.658)
		<u>(95.676)</u>	<u>(2.982)</u>	<u>-</u>	<u>(98.658)</u>

	Taxa amortização % ao ano	2016			
		Saldo inicial	Encargos Amortização	Baixas	Saldo f. nal
Movimentação da amortização					
Software	20	(92.823)	(2.853)	-	(95.676)
		<u>(92.823)</u>	<u>(2.853)</u>	<u>-</u>	<u>(95.676)</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

12 Fornecedores e contas a pagar

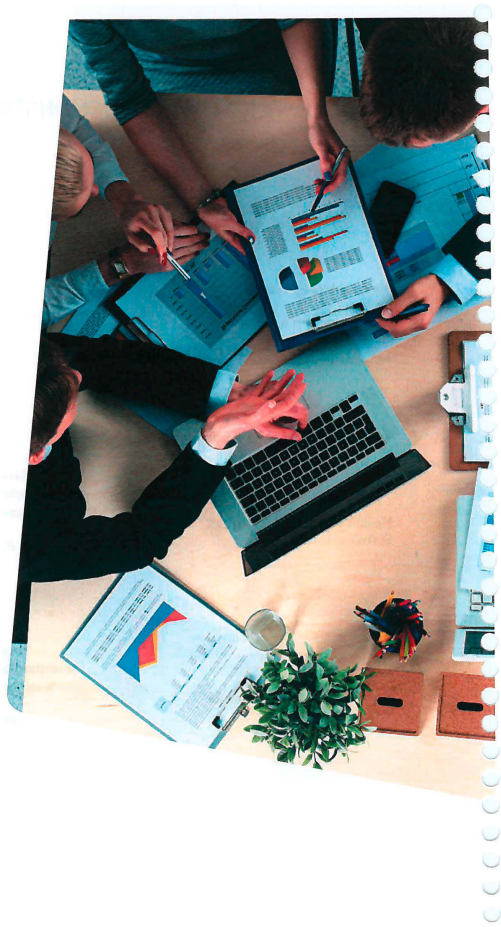
Passivo circulante	2017	2016
Fornecedores	22.140	16.806
Partes relacionadas (Nota 14.2)	55.203	38.955
Contas a pagar (*)	66.999	51.161
	<u>144.342</u>	<u>106.922</u>

Passivo não circulante	2017	2016
Contas a pagar (*)	49.214	-
	<u>49.214</u>	<u>-</u>

(*) Em setembro de 2017, a Companhia assinou Termo de Compromisso de Cessação de Prática - TCC junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, no montante de R\$ 59.244 de principal e R\$ 6.234 de atualização monetária, cuja a quitação será feita em 8 parcelas semestrais a partir do mês de março/2018. Sendo apresentado 2 parcelas no circulante e 6 parcelas no não circulante.

O Uluxo dos pagamentos de longo prazo está demonstrado a seguir:

	Contribuição indenizatória
2019	16.405
2020	16.405
2021	16.404
Total	<u>49.214</u>



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

13 Empréstimos e financiamentos

As movimentações dos saldos dos empréstimos e financiamentos são apresentadas a seguir:

	Arrendamento Mercantil		FIDC		BNDES	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Saldo inicial em 1º de janeiro	-	-	-	70.600	45.140	74.684
Adições de empréstimos e financiamentos	1.585	-	17.500	-	-	-
Juros incorridos no período	-	-	873	2.540	2.536	4.995
Variações monetárias no período	-	-	-	-	360	855
Principal + variação monetária pagos	-	-	-	(70.324)	(45.314)	(30.289)
Juros pagos	-	-	(873)	(2.816)	(2.722)	(5.105)
Saldo final em 31 de dezembro	1.585	-	17.500	-	-	45.140

	2017	2016
Circulante	18.028	23.661
Não Circulante	1.057	21.479

Em dezembro de 2017, a Companhia optou pela quitação antecipada da dívida com o BNDES no valor de R\$ 21.479, em decorrência do processo de redução da taxa básica de juros da economia para 7,00% a.a. em dezembro/2017 sendo que o custo de manutenção da dívida do BNDES era de 9,76% a.a., tornando-se financeiramente viável a liquidação antecipada da dívida.

A Companhia realizou captações de recursos através do produto de Antecipação de Recebíveis, junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados do Sistema Petrobras - FIDC-NP. Essa linha de crédito possui uma taxa fixada em 100,5% do CDI para antecipação de recursos, garantidos através da cessão de títulos da carteira de recebíveis ao Sistema Petrobras.



Página 82 de 116

Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

13.1 Vencimentos do principal e juros dos empréstimos e financiamentos no passivo não circulante

	2017	2016
2018	-	10.556
2019	484	6.254
2020	528	4.669
2021	45	-
Total	1.057	21.479

13.2 Captações de empréstimos e financiamentos

O saldo de captação realizada em 2017 está demonstrado a seguir:

Data	Valor	Vencimento	Captação
26/12/2017	17.500	03/01/2018	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC-NP
30/12/2017	528	30/12/2018	Arrendamento mercantil financeiro
30/12/2017	484	30/12/2019	Arrendamento mercantil financeiro
30/12/2017	528	30/12/2020	Arrendamento mercantil financeiro
30/12/2017	45	30/12/2021	Arrendamento mercantil financeiro
	19.085		

Em dezembro de 2017, a Companhia firmou contrato junto ao Daycoval Leasing - Banco Múltiplo S/A para a aquisição de computadores através da modalidade de arrendamento mercantil financeiro no valor de R\$ 1.585.

A Companhia mantém os seus empréstimos e financiamentos, garantias e restrições usuais de mercado. A Companhia não possui nenhuma cláusula restritiva (covenants) quanto aos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2017.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

14 Partes relacionadas

Os saldos de transações realizadas com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

14.1 Ativo

	Contas a receber		Antecipação de recebíveis	
	2017	2016	2017	2016
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC-NP	-	-	-	27.312
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	294	486	-	-
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	195	323	-	-
Outras empresas do Sistema Petrobras	220	166	-	-
	709	975	-	27.312

14.2 Passivo

	Fornecedores, por compras de GLP e outros	Empréstimos e f nanciamentos	Dividendos a pagar	Operações de mútuo com coligadas	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC-NP	-	17.500	-	-	17.500
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	51.520	-	14.220	-	65.740
Refinaria Petróleo Rio Grandense S.A.	2.340	-	-	-	2.340
Outras empresas do Sistema Petrobras	593	-	-	-	593
Outras coligadas (*)	750	-	-	1.240	1.990
31/12/2017	55.203	17.500	14.220	1.240	88.163

	Fornecedores, por compras de GLP e outros	Operações de mútuo com coligadas	Total
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	35.556	-	35.556
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	766	-	766
Outras empresas do Sistema Petrobras	1.301	-	1.301
Outras coligadas (*)	1.332	1.326	2.658
31/12/2016	38.955	1.326	40.281

(*) Trata-se de mútuo com as coligadas Metalúrgica Plus S.A. e Plenogás Distribuidora S.A., sem juros e sem correção.

Liquigás 81

Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 83 de 116



Página 84 de 116
Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

14.3 Resultado

	Receitas (despesas) operacionais líquidas	Receitas (despesas) financeiras líquidas	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC-NP	-	3.763	3.763
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	(7.381)	-	(7.381)
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	(1.841)	(5)	(1.846)
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	(1.396)	-	(1.396)
Braskem S.A.	1.334	-	1.334
Utingas Armazenadora S.A.	(6.117)	-	(6.117)
Outras empresas do Sistema Petrobras	(105)	-	(105)
31/12/2017	(15.506)	3.758	(11.748)

	Receitas (despesas) operacionais líquidas	Receitas (despesas) financeiras líquidas	Total
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC-NP	-	528	528
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	(2.243)	-	(2.243)
Petrobras Distribuidora S.A. - BR	(1.175)	-	(1.175)
Petrobras Transporte S.A. - Transpetro	(1.323)	-	(1.323)
Braskem S.A.	5.396	-	5.396
Utingas Armazenadora S.A.	(8.525)	-	(8.525)
Outras empresas do Sistema Petrobras	(234)	-	(234)
31/12/2016	(8.104)	528	(7.576)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

14.4 Compras

	Estoque inicial	Compras	Estoque final	Custo do produto vendido
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	35.073	2.678.057	45.999	2.667.131
Outras empresas do Sistema Petrobras	-	21.162	-	21.162
31/12/2017	35.073	2.699.219	45.999	2.688.293

	Estoque inicial	Compras	Estoque final	Custo do produto vendido
Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras	19.998	2.343.773	35.073	2.328.698
Outras empresas do Sistema Petrobras	-	19.730	-	19.730
31/12/2016	19.998	2.363.503	35.073	2.348.428

Parte integrante do Anexo do OFS nº 31 de 2018.

Página 85 de 116

Liquigás 83



Página 86 de 116

Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

14.5 Remuneração dos empregados e dirigentes

O Plano de Cargos e Salários e de Benefícios da Companhia e a legislação específica estabelecem os critérios para todas as remunerações atribuídas a seus empregados e dirigentes.

As remunerações de empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais e dirigentes da Companhia, relativas ao mês de dezembro de 2017 e 2016, foram as seguintes:

	2017	2016
	(em reais)	(em reais)
Remuneração mensal por empregado		
Menor remuneração	1.717,42	1.282,61
Remuneração média	4.117,38	3.981,03
Maior remuneração	48.878,12	47.454,49
Remuneração mensal por dirigente (maior)	77.536,31	77.536,31

As remunerações totais dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva da Companhia são apresentadas a seguir:

	2017			2016		
	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total	Diretoria Executiva	Conselho de Administração	Total
Salários e benefícios	6.057	556	6.613	6.230	558	6.788
Encargos sociais	1.570	95	1.665	1.785	94	1.879
Previdência complementar	364	-	364	443	-	443
Remuneração total - pagamento realizado	7.991	651	8.642	8.458	652	9.110
Número de membros	6	7	13	6	7	13

Na Assembleia Geral Ordinária (AGO), realizada em 26 de abril de 2017, foi fixada a remuneração anual dos membros do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva da Companhia no montante de R\$ 11.517.967,13, no período compreendido entre abril de 2017 e março de 2018, incluindo salário, benefícios, remuneração variável e contribuição para seguridade social.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

15 Tributos

15.1 Tributos correntes

	2017	2016
Imposto de renda e contribuição social		
Imposto de renda pessoa jurídica	8.103	3.254
Contribuição social sobre o lucro líquido	3.726	795
	<u>11.829</u>	<u>4.049</u>
 Demais impostos e contribuições		
ICMS a recuperar e a repassar	166.147	145.772
PIS/PASEP a recuperar	1.079	645
COFINS a recuperar	4.091	2.759
Contribuição previdenciária cooperativa	-	499
Outros impostos	2.606	2.133
Provisão para perda ICMS a recuperar e a repassar	(110.307)	(99.612)
	<u>63.616</u>	<u>52.196</u>
	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Circulante	74.535	55.382
Não circulante	910	863

15.2 Impostos, encargos e contribuições a recolher

	2017	2016
Passivo circulante		
ICMS	5.513	2.569
INSS	6.390	6.521
FGTS	1.890	1.906
INSS - retido na fonte	1.083	868
IRRF	3.406	3.434
Outros	1.284	986
	<u>19.566</u>	<u>16.284</u>



Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 87 de 116



Página 88 de 116
Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

15.3 Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

Natureza	2017	2016	Fundamento para realização
Provisão para Plano de Assistência Médica	33.382	27.164	Pagamentos mensais da assistência médica dos ativos e aposentados ou reversão de provisão com base na mudança de premissas atuariais.
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	7.254	6.148	Recebimento ou caracterização de perda de crédito conforme previsto na legislação f scal (RIR/1999, art. 340, § 1o).
Provisão para Perda ICMS – Portaria CAT e Bitributação	2.504	2.504	Aproveitamento ou ressarcimento do crédito f scal ou dedaração de inconstitucionalidade da legislação.
Amortização IRPJ/CSLL sobre Ágio	1.962	21.203	Realização do IRPJ/CSLL pela alienação ou depreciação do ativo que possui Ágio distribuído pela Mais Valia.
Contingências trabalhistas	9.776	6.710	Julgamento das causas cuja expectativa de perda da Companhia é considerada provável.
Contingências f scais	376	3.033	Perda efetiva pelo indeferimento e/ou impossibilidade de interposição de recurso ou êxito nos processos em que a Companhia está envolvida.
Contingências cíveis	4.465	3.860	Perda efetiva pelo indeferimento e/ou impossibilidade de interposição de recurso ou êxito nos processos administrativos em que a Companhia está envolvida.
IRPJ s/prejuízo f scal e CSLL s/base negativa	42.877	27.817	Constituição dos impostos diferidos sobre a apuração de base negativa nos exercícios sociais de 2014 e 2017.
IRPJ e CSLL s/aproveitamento de ágio	-	8.014	Realização do IRPJ/CSLL sobre o Ágio Rentabilidade Futura.
Provisão de perda ICMS Próprio	35.001	31.364	IR e CS diferidos calculados sobre a provisão de ICMS de difícil realização.
Provisão de despesas operacionais	2.909	1.621	Realização pelo registro do documento f scal.
Outros	2.688	2.234	
Subtotal ativo	143.194	141.672	
Desapropriação de imóvel	(1.501)	(1.554)	Realização pela depreciação dos bens adquiridos em substituição aos bens desapropriados.
Atualização de depósitos judiciais	(8.322)	-	Por ocasião do ganho da ação judicial (trânsito em julgado).
Diferença de taxa de depreciação Lei 12.973/14	(100.415)	(91.029)	Pela depreciação dos imobilizados (ajuste da depreciação societária em relação à dedução f scal admitida).
Subtotal passivo	(110.238)	(92.583)	
Total (*)	32.956	49.089	(*) Os valores do imposto de renda e da contribuição social diferidos estão sendo apresentados com base na compensação de ativo e passivo.

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos:

	2017
Saldo inicial	49.089
Realizações	(20.263)
Constituição	4.130
Saldo f nal	32.956

86 Demonstrações Contábeis 2017

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

15.3.1 Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

	Imposto de renda e CSLL diferidos	
	Ativos	Passivos
2018	30.891	18.256
2019	30.393	15.998
2020	7.490	15.056
2021	6.918	13.989
2022	8.656	10.790
2023 em diante	58.846	36.149
Total	143.194	110.238

15.4 Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos registrados nos exercícios de 2017 e 2016 estão apresentados a seguir:

	2017	2016
Lucro do exercício antes dos impostos	80.293	261.112
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(27.300)	(88.778)
Ajustes para apuração pela alíquota efetiva:		
• Juros sobre o capital próprio	-	20.208
• Adições/Exclusões permanentes, líquidas	(282)	(691)
• Resultado equivalência patrimonial	1.186	2.926
• Incentivos fiscais	50	5.714
• Contribuição indenizatória compensatória para CADE em 2013	6.083	-
Despesa com formação de provisão para imposto de renda e contribuição social	(20.263)	(60.621)
Imposto de renda/contribuição social diferidos	(20.263)	(36.421)
Imposto de renda/contribuição social correntes	-	(24.200)
	(20.263)	(60.621)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	25,24%	23,22%



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

16 Benefícios concedidos a empregados

O compromisso da Companhia relacionado à assistência médica (extensão de 18 a 24 meses) é estabelecido nas Convenções Coletivas de Trabalho resultantes das negociações sindicais com os empregados da categoria GLP, e atende aposentados e seus dependentes legais. Para aposentados até o ano 1998 o benefício é vitalício.

Conforme o CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, a Companhia em 31 de dezembro de 2017 reconhece uma Provisão para Benefício de Assistência Médica aos empregados e aposentados no montante de R\$ 98.183 (R\$ 79.893 em 31 de dezembro de 2016). Os empregados titulares do plano não contribuem com o custeio do benefício.

O plano de assistência médica patrocinado pela Companhia não possui ativo líquido constituído.

O PPL - Plano de Previdência Liquigás é um plano constituído no modelo de benefício pós-emprego de contribuição definida. As contribuições relativas ao PPL no ano de 2017 atingiram o montante de R\$ 7.216 (R\$ 6.596 em 2016).

16.1 Movimentação do saldo da provisão relativa ao benefício de assistência médica

	2017	2016
Valor da obrigação - 1º de janeiro	79.893	55.306
Custo de juros	8.335	7.749
Custo do serviço corrente	1.714	1.330
Benefícios pagos	(3.905)	(3.376)
Perda atuarial sobre obrigação	12.146	18.884
Valor da obrigação - 31 de dezembro	98.183	79.893

A perda atuarial R\$ 12.146 (R\$ 18.884 em 2016) foi reconhecida como outros resultados abrangentes líquida do imposto de renda e da contribuição social pelo montante de R\$ 8.016 (R\$ 12.464 em 2016).



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

16.2 Valores reconhecidos nas demonstrações contábeis

	2017	2016
Passivo circulante		
Provisão para plano de assistência médica	7.317	6.404
Passivo não circulante		
Provisão para plano de assistência médica	90.866	73.489
	98.183	79.893

16.3 Despesa líquida com plano de assistência médica

	2018 Estimado	2017	2016
Custo do serviço corrente	(1.428)	(1.714)	(1.330)
Custo dos juros sobre obrigação atuarial	(9.060)	(8.335)	(7.749)
Custo líquido no exercício	(10.488)	(10.049)	(9.079)

16.4 Análise de sensibilidade

A variação de 1 p.p. nas premissas de taxa de desconto e custos médicos teria o seguinte efeito:

	Taxa de desconto		Taxa de variação de custos médicos e hospitalares	
	+ 1 p.p.	- 1 p.p.	+ 1 p.p.	- 1 p.p.
Obrigação atuarial	(7.964)	9.298	9.384	(8.153)
Custo do serviço	(83)	94	95	(85)
Custo dos juros	102	(147)	899	(781)

16.5 Premissas

Modalidade	Premissa atual
Plano de benefício	Benefício def nido
Método de custeio	Método do Crédito Unitário Projetado
Tábua de mortalidade	EX - PETROS 2013
Invalidez	Grupo americana
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 Masculina
Composição familiar	Ativos: Para titular do sexo masculino, 77% casados com cônjuge do sexo feminino 6 anos mais nova. Para titular do sexo feminino, 39% casados com cônjuge do sexo masculino 2 anos mais velho. Ademais, 1,62 f lhos do sexo feminino na idade de 25 anos. Para os participantes assistidos, foi considerada a família informada no cadastro.
	Homens 57 anos; Mulheres 56 anos
	3,63%
Entrada em aposentadoria	
Aging Factor	



Página 92 de 116

Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Rotatividade - Tabela Liquigás 2017

Tempo de Empresa	Idade (em anos)	Taxa (% a.a.)
0 ano	Até 25 anos	11,494%
	entre 26 e 30 anos	8,783%
	entre 31 e 35 anos	2,636%
	entre 36 e 40 anos	1,163%
	entre 41 e 45 anos	0,471%
	entre 46 e 50 anos	0,700%
	entre 51 e 55 anos	0,431%
	entre 56 e 60 anos	0,000%
	Acima de 60 anos	0,000%
1 a 2 anos	Até 25 anos	6,897%
	entre 26 e 30 anos	6,009%
	entre 31 e 35 anos	3,808%
	entre 36 e 40 anos	0,830%
	entre 41 e 45 anos	0,941%
	entre 46 e 50 anos	0,175%
	entre 51 e 55 anos	0,647%
	entre 56 e 60 anos	0,000%
	Acima de 60 anos	0,000%
3 a 4 anos	Até 25 anos	0,000%
	entre 26 e 30 anos	3,236%
	entre 31 e 35 anos	1,757%
	entre 36 e 40 anos	0,498%
	entre 41 e 45 anos	0,314%
	entre 46 e 50 anos	0,175%
	entre 51 e 55 anos	0,000%
	entre 56 e 60 anos	0,000%
	Acima de 60 anos	0,948%
Acima de 4 anos	Até 25 anos	0,000%
	Entre 26 e 30 anos	2,773%
	Entre 31 e 35 anos	1,464%
	Entre 36 e 40 anos	1,495%
	Entre 41 e 45 anos	0,785%
	Entre 46 e 50 anos	1,749%
	Entre 51 e 55 anos	4,096%
	Entre 56 e 60 anos	3,510%
	Acima de 60 anos	14,218%

Taxa nominal de desconto para o passivo atuarial - 2018
Taxa de rendimento esperada sobre os ativos do plano
Taxa de inflação médica para o próximo ano - 2018
Taxa de reajuste de benefícios do plano - 2018
Última taxa de inflação - 2027+
Último ano de decréscimo da inflação médica

9,59% a.a.
benefício não possui ativos
11,46%
3,96%
4,50%
2048



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

17 Participação nos lucros ou resultados

A participação dos empregados nos lucros ou resultados, conforme disposto na legislação em vigor, ocorre baseada em Convenção Coletiva de Trabalho, pactuada entre o sindicato da categoria econômica e as entidades sindicais. A participação dos empregados nos resultados (PR) do exercício de 2017 é de R\$ 29.646 (R\$ 28.353 em 2016).

18 Patrimônio líquido

18.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 o capital social subscrito e integralizado no valor de R\$ 644.093 está representado por 8.145.118 ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

18.2 Reservas de lucros

a) Reserva legal

É constituída de acordo com o artigo 25, alínea "a", do Estatuto Social da Companhia, mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

b) Reserva estatutária

É constituída de acordo com o artigo 25, alínea "c", do Estatuto Social da Companhia, mediante a apropriação de 0,5% do lucro do exercício, não podendo exceder 5% do valor do Capital Social. Esta reserva especial destina-se ao custeio dos programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico.

c) Reserva de incentivos fiscais

É constituída mediante destinação de parcela do resultado do exercício equivalente aos incentivos fiscais decorrentes de subvenções governamentais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei das Sociedades por Ações. Essa reserva somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital social.

Liquigás 91

Parte integrante do Anexo do OFS nº 31 de 2018.

Página 93 de 116



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

18.3 Dividendos

Ao acionista é garantido um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, de acordo com o artigo 25, alínea “b” do Estatuto Social da Companhia e nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Demonstração do lucro básico para cálculo dos dividendos:

	2017	2016
Lucro líquido do exercício	60.030	200.491
Apropriação		
Reserva legal	(3.001)	(10.025)
Reserva de incentivos fiscais	(147)	(5.118)
Lucro básico para determinação dos dividendos obrigatórios	56.882	185.348
Reserva estatutária especial para pesquisa e desenvolvimento tecnológico	(301)	(1.002)
Reserva de reavaliação em coligadas	7	9
	56.588	184.355
Composição dos dividendos:		
Juros sobre o capital próprio	-	59.436
Dividendo obrigatório	14.220	-
Dividendo antecipado	-	44.597
Dividendo adicional proposto	42.368	80.322
Total dos dividendos	56.588	184.355
Dividendos por ações	6,95	22,63

O saldo remanescente do lucro ajustado, no valor de R\$ 42.368, está disponível como dividendo adicional proposto para deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

Os juros sobre o capital próprio estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei nº 9.249/95 e alterações. Esses juros foram imputados aos dividendos do exercício de 2016, na forma prevista no Estatuto Social da Companhia, contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertidos contra lucros acumulados.

18.4 Resultado por ação

	2017	2016
Numerador básico		
Lucro líquido do exercício	60.030	200.491
Denominador básico		
Quantidade de ações	8.145.118	8.145.118
Resultado por ação (básico)	7,37	24,61

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício da Companhia pela quantidade de ações.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

19 Receita de vendas

	2017	2016
Receita bruta de vendas	4.675.862	4.191.556
Menos:		
Impostos sobre vendas	(651.386)	(577.980)
Devoluções e abatimentos	(27.960)	(24.202)
Receita líquida de vendas	3.996.516	3.589.374

20 Custos e despesas por natureza

	2017	2016
Derivado de petróleo e outros materiais revendidos	(2.816.413)	(2.349.483)
Despesas com pessoal	(475.469)	(438.895)
Depreciação e amortização	(70.313)	(67.969)
Serviços, fretes e aluguéis	(340.395)	(311.923)
Materiais aplicados no engarrafamento e requalificação	(31.068)	(30.196)
Publicidade e propaganda	(4.560)	(9.057)
Água e energia elétrica	(14.939)	(14.570)
Combustíveis e lubrificantes	(14.881)	(15.138)
Outros	(61.547)	(65.919)
	(3.829.585)	(3.303.150)
Na Demonstração do Resultado		
Custo dos produtos vendidos	(2.816.413)	(2.349.483)
Despesas com vendas	(807.487)	(754.126)
Despesas gerais e administrativas	(205.685)	(199.541)
	(3.829.585)	(3.303.150)



Página 96 de 116
Parte integrante do Aviso do OFS nº 31 de 2018.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

21 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2017	2016
Receita com venda de vasilhames	1.409	5.985
Despesa com vasilhames sucateados	(6.316)	(10.490)
Receita com engarrafamento a congêneres	8.987	8.173
Receita com descargas e armazenagens	4.047	3.681
Provisão para perdas de ICMS difícil realização	(10.695)	(8.350)
Provisão plano de assistência médica (assistidos)	(4.225)	(4.450)
Receita com multa contratual por não retirada de produto	1.013	11.221
Reversão de ressarcimento ICMS ST	3.465	301
Despesa com contribuição indenizatória compensatória (*)	(59.244)	-
(Despesas) e receitas outras	(5.409)	(8.787)
	(66.968)	(2.716)

(*) Refere-se à contribuição pecuniária estabelecida no Termo de Cessação de Conduta, assinado pela Companhia com o CADE para extinção de processo que anteriormente estava classificado como perda possível.

22 Resultado financeiro líquido

	2017	2016
Receitas financeiras		
Aplicações financeiras (FIDC)	4.636	3.068
Juros sobre atrasos de clientes	9.053	9.637
Outras	288	158
	13.977	12.863
Despesas financeiras		
Taxas e comissões bancárias	(2.539)	(2.268)
Juros sobre financiamentos (BNDES e FIDC)	(3.409)	(7.535)
Outras	(363)	(1.801)
	(6.311)	(11.604)
Variações monetárias ativas	18.804	8.896
Variações monetárias passivas	(9.219)	(23)
Variações monetárias FIDC	(361)	(856)
Variações monetárias, líquidas	9.224	8.017
Encargos financeiros, líquidos	16.890	9.276



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

23 Processos judiciais e contingências

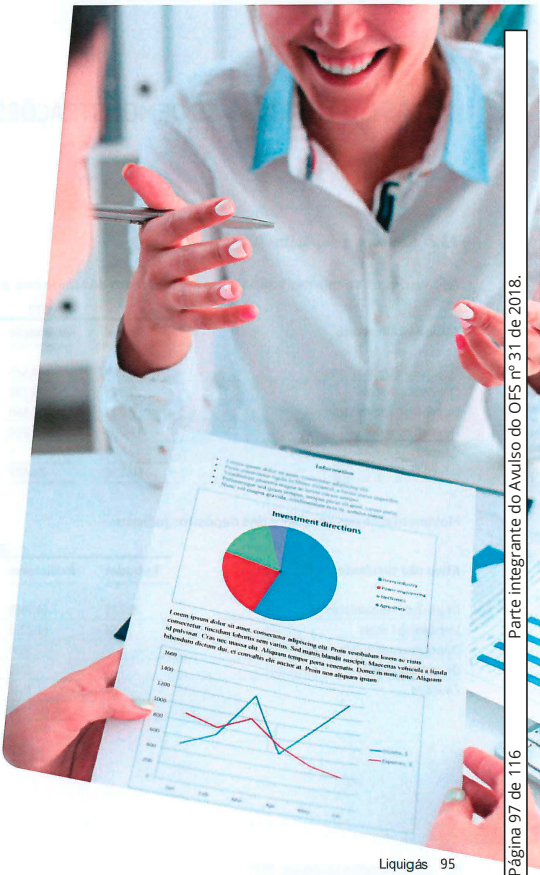
Os processos judiciais provisionados e não provisionados, além dos depósitos judiciais são apresentados a seguir:

23.1 Processos judiciais provisionados

A Companhia no curso normal de suas operações está envolvida em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental e constituiu provisões para processos legais por valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis.

Os valores provisionados são os seguintes:

	2017	2016
Passivo não circulante		
Processos trabalhistas	28.753	19.734
Processos fiscais	1.004	8.920
Processos administrativos	972	1.055
Processos cíveis	13.133	11.352
Processos ambientais	183	235
	44.045	41.296
	2017	2016
Saldo inicial	41.296	32.215
Adições, líquidas	17.993	12.770
Utilização por pagamentos	(10.593)	(4.029)
Atualização de juros	-	830
Outros	(4.651)	(490)
Saldo final	44.045	41.296



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

23.2 Cauções e depósitos judiciais

As cauções e os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	2017			2016		
	Principal	Atualização	Total	Principal	Atualização	Total
Depósitos trabalhistas	32.864	4.525	37.389	30.860	4.345	35.205
Depósitos fiscais	7.969	9.730	17.699	9.157	195	9.352
Depósitos administrativos	2.217	3.368	5.585	2.306	-	2.306
Depósitos cíveis	15.284	6.854	22.138	14.651	3.697	18.348
Cauções	462	-	462	436	-	436
	<u>58.796</u>	<u>24.477</u>	<u>83.273</u>	<u>57.410</u>	<u>8.237</u>	<u>65.647</u>

Movimentação das cauções e dos depósitos judiciais:

Ativo não circulante	2017				2016
	Entradas	Realizações	Atualização	Total	Total
Depósitos trabalhistas	6.773	(4.769)	180	37.389	35.205
Depósitos fiscais	34	(1.222)	9.535	17.699	9.352
Depósitos administrativos	-	(89)	3.368	5.585	2.306
Depósitos cíveis	711	(78)	3.157	22.138	18.348
Cauções	77	(51)	-	462	436
	<u>7.595</u>	<u>(6.209)</u>	<u>16.240</u>	<u>83.273</u>	<u>65.647</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

23.3 Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2017, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	2017	2016
Trabalhistas	80.207	83.882
Fiscais	122.323	111.594
Administrativos	169.461	91.592
Cíveis	127.620	115.783
Ambientais	39	360
	499.650	403.211

Processos trabalhistas: os processos trabalhistas envolvem dois grandes grupos - empregados próprios e terceiros, e discutem, em linhas gerais, pedidos similares, envolvendo horas extras, danos materiais e morais, prêmios ou gratificações e verbas não pagas pelas empresas prestadoras de serviços.

Processos fiscais: os processos fiscais envolvem, em sua maioria, discussão de valores cobrados pelos fiscos federal, estaduais e municipais, todos relacionados com a atividade da Companhia e cujos tributos fazem parte da operação. Relevante informar que para este grupo de processos a discussão ocorre na esfera judicial.

Processos administrativos: os processos administrativos envolvem, em sua maioria, discussão de valores cobrados pelos fiscos federal, estaduais e municipais, todos relacionados com a atividade da Companhia e cujos tributos fazem parte da operação. Relevante informar que para este grupo de processos a discussão ocorre na esfera administrativa e, na quase totalidade, comporta discussão futura na esfera judicial.

Processos cíveis: os processos cíveis, em sua maioria e por ordem de relevância, envolvem a discussão oriunda de sinistros decorrentes da operação (comercialização do GLP), bem como a discussão envolvendo contratos comerciais com revendedores e prestadores de serviços. A Companhia possui seguro para cobertura de responsabilidade civil geral na modalidade de reembolso com participação de POS - Participação Obrigatória do Segurado e participação de franquia mínima para os casos decorrentes de sinistros da operação.

Processos ambientais: os processos ambientais envolvem a discussão de casos decorrentes da atividade da Companhia e rotina da operação.

No tocante aos processos que discutem questões concorrenciais, importante destacar:

• Processo de cartel no Distrito Federal - Operação Júpiter: processo com condenação. Pendente recurso no STJ;



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

·Processos de cartel no Rio Grande do Sul: são dois os processos envolvendo os mesmos fatos. O primeiro uma ação que visa anular decisão do CADE que aplicou multa de 1% sobre o faturamento bruto da Liquigás na região de Canoas e Porto Alegre. Processo ainda pendente de julgamento em primeira instância. Já o segundo processo é uma Ação Civil Pública que discute os mesmos fatos e que foi julgada improcedente. Pendente recurso junto ao STF;

·Processo de cartel no Triângulo Mineiro: processo que visa anular multa aplicada pelo CADE. Processo na fase inicial sem decisão até o presente momento.

24 Instrumentos financeiros e atividades de gerenciamento de riscos

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e empréstimos. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos e também não efetua aplicações de caráter especulativo, seja derivativo ou quaisquer outros ativos de risco, inclusive operações com moeda estrangeira. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos da Companhia em 31 de dezembro de 2017 estão descritos a seguir, bem como os critérios para sua avaliação.

a) Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros ativos circulantes e fornecedores e outras contas a pagar

Os valores contabilizados aproximam-se do valor de realização.

b) Financiamentos

Cessão de direitos creditórios junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Créditos Não Padronizados do Sistema Petrobras (FIDC-NP) em curto prazo (100,5% do CDI), registrados por valor aproximado ao de realização.

c) Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

	Nota	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	2017
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	6	13.754	-	13.754
Contas a receber, líquidas	7.1	270.352	-	270.352
Cauções e depósitos judiciais	23.2	83.273	-	83.273
		<u>367.379</u>	<u>-</u>	<u>367.379</u>
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar	12	-	193.556	193.556
Empréstimos e f nanciamentos	13	-	19.085	19.085
Dividendos a pagar	18.3	-	14.220	14.220
Coligadas	14.2	-	1.240	1.240
		<u>-</u>	<u>228.101</u>	<u>228.101</u>
Ativo				
	Nota	Empréstimos e recebíveis	Passivos pelo custo amortizado	2016
Caixa e equivalentes de caixa	6	10.194	-	10.194
Contas a receber, líquidas	7.1	240.414	-	240.414
Cauções e depósitos judiciais	23.2	65.647	-	65.647
		<u>316.255</u>	<u>-</u>	<u>316.255</u>
Passivo				
Fornecedores e contas a pagar	12	-	106.922	106.922
Empréstimos e f nanciamentos	13	-	45.140	45.140
Dividendos a pagar	18.3	-	-	-
Adiantamentos de clientes		-	4.091	4.091
Coligadas	14.2	-	1.326	1.326
		<u>-</u>	<u>157.479</u>	<u>157.479</u>

Liquigás 99



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

d) Valor justo

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação.

Instrumentos financeiros "não derivativos"

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data, em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de aplicações financeiras, contas a receber, cauções e depósitos judiciais, assim como fornecedores, contas a pagar, empréstimos e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2017.

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Apuração do valor justo

A Companhia mantém instrumentos financeiros classificados apenas no nível 2.

Para os níveis 1 e 3, a Companhia não possuía nenhuma operação a ser classificada.

24.1 Risco e gerenciamento de taxas de juros

Os instrumentos financeiros utilizados pela Companhia estão atrelados às taxas pós-fixadas e seu risco se limita à volatilidade das taxas de juros da economia brasileira, SELIC e CDI. As aplicações financeiras da Companhia, caracterizadas por operações de curto prazo, são rentabilizadas pela variação do CDI assim como seu passivo, composto por cessão de direitos creditórios junto ao Fundo de Investimentos em Direitos Créditos Não Padronizados do Sistema Petrobras (FIDC-NP) em curto prazo também remunerados pelo CDI.

A Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A tabela a seguir demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados:

Exposição patrimonial	Exposição	Risco	Taxa de juros efetiva em 2017	Cenários				
				I - Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos FIDC	(17.500)	CDI	6,90%	1.208	1.509	1.812	906	604
		Efeito		1.208	1.509	1.812	906	604

24.2 Risco de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito de clientes, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2017, a exposição máxima era de R\$ 284.106 (R\$ 250.608 em 2016) referente ao caixa e equivalentes de caixa e as contas a receber.

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de exposições de crédito a clientes do segmento envasado e granel, incluindo contas a receber em aberto. A área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo

Padrão de Gestão de Crédito e Cobrança da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente.

A Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

24.2.1 Objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos de crédito

No tocante a Risco de Crédito e Gestão de Cobrança, a Companhia possui Política de Crédito e Cobrança na qual estão estabelecidas diretrizes e orientações para as práticas a serem seguidas por todas as unidades da Companhia e monitoradas, regularmente, pelo Comitê de Crédito. O Comitê foi concebido como sendo um fórum decisório no processo de avaliação e aprovação de propostas, concessão de Limites de Créditos e Renegociações de Dívidas para os clientes da Companhia, bem como para deliberar sobre outros assuntos pertinentes às práticas de

Liquigás 101

Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 103 de 116



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Crédito e Cobrança, sempre em consonância com o que determina a sua Política de Crédito e Cobrança, na qual estão claramente definidas as regras para garantir e recuperar os créditos da Companhia no âmbito da Gestão de Cobrança: prazos, formas de atuação corretiva e preventiva, entre outros. Os resultados positivos dessa gestão estão refletidos no diminuto nível de inadimplência ao final de 2017.

24.2.2 Parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos de crédito e gestão de cobrança

A Companhia utiliza, na gestão de riscos de crédito, parâmetros quantitativos e qualitativos adequados a cada um dos segmentos de mercado em que atua (Granel e Envasado). As regras, bem como as tabelas de alçadas de aprovações, estão claramente definidas na Política de Crédito e Cobrança da Companhia. O processo de análise e concessão de crédito é previamente analisado por comitê definido pela administração da Companhia.

Quanto à Gestão de Cobrança, a Companhia, através da utilização do sistema integrado SAP ECC, tem como principal ferramenta de controle o bloqueio de faturamentos a clientes inadimplentes e para clientes que estejam com seu limite de crédito excedido ou vencido. Este bloqueio faz com que as solicitações de novos faturamentos, antes de sua liberação, passem pela análise da área comercial e financeira da Companhia e com isso o eventual risco na concessão de crédito, bem como de inadimplência, é mitigado consideravelmente.

24.2.3 Garantias utilizadas no gerenciamento de riscos de crédito

É prática da Companhia priorizar a obtenção de garantias de clientes para as vendas a prazo.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

24.3 Risco de liquidez

A Companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e pagamentos de dividendos. Historicamente, as condições são atendidas com recursos gerados internamente, dívidas de curto e longo prazo, f nanciamento de projetos, transações de vendas e arrendamento. Estas origens de recursos

somadas à posição f nanceira da Companhia deverão continuar permitindo o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

O quadro a seguir demonstra os riscos de liquidez por faixa de vencimento e reUt em o Uluxo f nanceiro da Companhia em 31 de dezembro de 2017:

	Total	Até 1 ano	Superiores há 1 ano
Ativo			
Caixa e equivalentes de caixa	13.754	13.754	-
Contas a receber, líquidas	270.352	260.853	9.499
	284.106	274.607	9.499
Passivo			
Fornecedores e contas a pagar	193.556	144.342	49.214
Empréstimos e f nanciamentos	19.085	18.028	1.057
	212.641	162.370	50.271

24.3.1 Gerenciamento de risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez adotada pela Companhia é adequada ao ciclo de investimentos; levantamento de capital por contratos de f nanciamento de médio e longo prazo, incluindo f nanciamento de fornecedores e projetos.

Liquigás 103

Parte integrante do Anexo do OFS nº 31 de 2018.

Página 105 de 116



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

24.4 Gestão de capital

A gestão de capital da Companhia tem como objetivo a manutenção de sua estrutura de capital em níveis adequados, visando à continuidade do seu negócio e o aumento de valor para a Controladora. As principais fontes de recursos da Companhia têm sido a geração operacional de caixa e os recursos de terceiros obtidos através de empréstimos de longo prazo junto ao BNDES, BNDESPAR e captações de curto prazo junto ao FIDC - NP Petrobras - Cessão de Direitos Creditórios.

A Companhia limita o seu índice de endividamento líquido em 2,50, alinhado com as diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração da Petrobras para as suas subsidiárias, sendo considerado de baixa alavancagem e reduzido risco financeiro.

O endividamento líquido é calculado através da soma do endividamento de curto e de longo prazo, subtraído de caixa e equivalentes de caixa. O EBITDA é o lucro líquido antes do resultado financeiro líquido, imposto de renda/contribuição social e depreciação/amortização.

	2017	2016
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC-NP (Nota 7 e 13)	17.500	(27.312)
Empréstimos e financiamentos curto prazo outros (Nota 13)	528	23.661
Empréstimos e financiamentos longo prazo (Nota 13)	1.057	21.479
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(13.754)	(10.194)
Endividamento líquido	5.331	7.634
Patrimônio líquido	924.818	967.346
Endividamento líquido/(endividamento líquido + patrimônio líquido)	0,57%	0,78%
EBITDA	133.716	319.805
Endividamento líquido/EBITDA	0,04	0,02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

25 Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que leva em consideração, principalmente, a concentração de riscos, a relevância e o valor de reposição dos seus ativos, com fundamento em avaliações de bens conforme técnicas de engenharia para cobertura de sinistros de incêndios, responsabilidade civil e outros. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte

do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. No entanto, o valor segurado é considerado suficiente pela Administração para cobrir perdas por eventuais sinistros que venham a ocorrer.

Os itens e valores segurados em 31 de dezembro de 2017 são:

Ativo	Tipos de cobertura	Importância segurada
Instalações, equipamentos e produtos em estoque	Básica (incêndio, raio e explosão) e coberturas acessórias.	1.534.997
Responsabilidade civil geral	Operações, produtos, empregador, contingência de veículos, poluição ambiental, danos morais, erro médico e objetos.	827.000
Veículos	Danos materiais e danos corporais causados a terceiros (por veículo).	1.000
Transporte nacional de mercadorias	Riscos rodoviários (por evento).	265

26 Avais e garantias

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía o montante de R\$ 2.498 (R\$ 20.989 em 2016) em processos fiscais, cíveis e trabalhistas, para os quais foram dados ativos fixos em garantia.

27 Eventos subsequentes

Em reunião realizada no dia 28 de fevereiro de 2018, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) não aprovou, por maioria de votos, a operação de venda da Liquigás à Ultragas.

Liquigás 105

Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 107 de 116



INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR BALANÇO SOCIAL (Não auditado)

O Balanço Social demonstra os indicadores sociais, ambientais, o quantitativo funcional e informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial. Algumas informações foram obtidas por meio de registros auxiliares e de determinadas informações gerenciais da Companhia.

2017				2016			
1 - Base de Cálculo							
Receita líquida (RL)			3.996.516				3.589.374
Resultado operacional (RO)			80.293				261.112
Folha de pagamento bruta (FPB)			445.047				409.696
2 - Indicadores Sociais Internos ⁽¹⁾							
	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre FPB	% sobre RL	
Alimentação	42.854	9,63%	1,07%	39.739	9,70%	1,11%	
Encargos sociais compulsórios	87.166	19,59%	2,18%	81.367	19,86%	2,27%	
Previdência privada	7.389	1,66%	0,18%	7.008	1,71%	0,20%	
Saúde	60.557	13,61%	1,52%	50.346	12,29%	1,40%	
Segurança e saúde no trabalho	3.338	0,75%	0,08%	2.256	0,55%	0,06%	
Capacitação e desenvolvimento profissional	1.281	0,29%	0,03%	1.131	0,28%	0,03%	
Participação nos lucros ou resultados - empregados	29.646	6,66%	0,74%	28.353	6,92%	0,79%	
Outros	12.340	2,77%	0,31%	12.136	2,96%	0,34%	
Total - Indicadores sociais internos	244.571	54,95%	6,12%	222.336	54,27%	6,19%	
3 - Indicadores Sociais Externos							
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Educação para qualificação profissional	3.163	3,94%	0,08%	2.904	1,11%	0,08%	
Cultura	461	0,57%	0,01%	502	0,19%	0,01%	
Outros: (Campanhas Públicas, Seminários e Congressos)	132	0,16%	0,00%	980	0,38%	0,03%	
Total das contribuições para a sociedade	3.756	4,68%	0,09%	4.386	1,68%	0,12%	
Tributos (excluídos encargos sociais)	193.924	241,52%	4,85%	248.990	95,36%	6,94%	
Total - Indicadores sociais externos	197.680	246,20%	4,95%	253.376	97,04%	7,06%	
4 - Indicadores Ambientais							
	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil)	% sobre RO	% sobre RL	
Investimentos relacionados com a produção/operação da empresa	4.474	5,57%	0,11%	3.627	1,39%	0,10%	
Total dos investimentos em meio ambiente	4.474	5,57%	0,11%	3.627	1,39%	0,10%	
2017				Metas 2018			
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:							
<input type="checkbox"/> não possui metas				<input type="checkbox"/> não possui metas			
<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%				<input type="checkbox"/> cumpre de 0 a 50%			
<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%				<input type="checkbox"/> cumpre de 51 a 75%			
<input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%				<input checked="" type="checkbox"/> cumpre de 76 a 100%			

106 Demonstrações Contábeis 2017

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR **BALANÇO SOCIAL** (Não auditado)

5 - Indicadores do Corpo Funcional

	2017	2016
Nº de empregados (as) ao f í nal do período ^(III)	3.126	3.321
Nº de admissões durante o período	69	326
Nº de empregados (as) terceirizados (as) ^(III)	1.665	1.849
Nº de empregados (as) acima de 45 anos	1.419	1.395
Nº de mulheres que trabalham na empresa	390	410
% de cargos de chef e a ocupados por mulheres	22,37%	21,52%
Nº de negros (as) que trabalham na empresa	791	808
% de cargos de chef e a ocupados por negros (as)	16,61%	15,51%
Nº de portadores (as) de def ciência ou necessidades especiais	66	60



Parte integrante do Aulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 109 de 116



INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR BALANÇO SOCIAL (Não auditado)

6 - Informações relevantes quanto ao exercício da Cidadania Empresarial

	2017			Metas 2018		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	28,5			28,5		
Número total de acidentes de trabalho ^(iv)	10			8		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() direção	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa	(X) direção e gerências	() todos(as) empregados(as)	() todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	() não se envolve	() segue as normas da OIT	(X) incentiva e segue a OIT	() não se envolverá	() seguirá as normas da OIT	(X) incentivará e seguirá a OIT
A previdência privada contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
A participação dos lucros ou resultados contempla:	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	() direção	() direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	() não são considerados	(X) são sugeridos	() são exigidos	() não serão considerados	(X) serão sugeridos	() serão exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	() não se envolve	() apóia	(X) organiza e incentiva	() não se envolverá	() apoiará	(X) organizará e incentivará
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as): ^(v)	na empresa 1.483	no Procon 130	na Justiça 54	na empresa 1.334	no Procon 0	na Justiça 0
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 98%	no Procon 3%	na Justiça 12%	na empresa 100%	no Procon 100%	na Justiça 100%
Valor adicionado total a distribuir (em mil R\$):	Em 2017: 829.898			Em 2016: 984.076		
Distribuição do Valor Adicionado (DVA):	31% governo 53% colaboradores (as) 7% acionistas 8% terceiros 1% retido			32% governo 42% colaboradores (as) 18% acionistas 6% terceiros 2% retido		

108 Demonstrações Contábeis 2017

INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR **B** BALANÇO SOCIAL (Não auditado)

7 - Outras informações

1) CNPJ: 60.886.413/0001-47 - Setor econômico: Comércio atacadista de gás liquefeito de petróleo (GLP) - UF da sede da Companhia: São Paulo.

2) Responsável pelas informações: Reinaldo Mendes Lopes - Gerente Geral de Controle Financeiro - Telefone (11) 3703-2000 - correio eletrônico: rm.lopes@liquigas.com.br.

3) A Liquigás Distribuidora S.A. - empresa do Sistema Petrobras, tem entre os seus valores a diversidade humana e cultural e o respeito à vida, não utiliza mão de obra infantil ou trabalho degradante e análogo à escravidão, não tem envolvimento com prostituição ou exploração infantil ou adolescente e não está envolvida com corrupção. A Liquigás também promove a igualdade de gênero dentro do ambiente de trabalho por meio de diversas iniciativas, como a criação e distribuição das cartilhas de Combate ao Assédio Moral e Sexual, de Saúde da Mulher e de Saúde do Homem, ampliação da licença maternidade (para 180 dias), entre outras. A preocupação da Companhia com o tema conferiu à Liquigás, pela segunda vez, o Selo Pró-Equidade de Gênero e Raça entregue pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres da Presidência da República.

4) A principal atividade empresarial da Liquigás é a distribuição de gás liquefeito de petróleo (GLP) - gás de cozinha. Um produto caracterizado como uma fonte limpa de energia, pois o GLP gera impactos reduzidos e controlados ao meio ambiente, desde a sua produção até o seu consumo, graças à facilidade de armazenamento, transporte e comercialização, a partir do seu engarrafamento em vasilhames não descartáveis (botijões, cilindros e tanques), também propicia um ambiente de trabalho saudável, com instalações limpas, pois não há deposição de poluentes ou resíduos tóxicos.

5) As empresas do Sistema Petrobras não admitem nenhuma forma de preconceito, seja ele racial, religioso, político, de gênero ou qualquer outra natureza. Os números refletem a espontânea manifestação individual do empregado, em cumprimento a determinações legais para elaboração de informações que constam na RAIS, segundo a legislação brasileira.

I. O Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas - Ibase, permite a utilização de itens que apresentem somente os investimentos focais que a Companhia realiza regularmente. Sendo assim o Balanço Social 2017 utiliza como indicadores sociais externos as ações socialmente responsáveis incentivadas pela empresa. Para a Liquigás, os investimentos em ações sociais geram impactos positivos em suas atividades, ao mesmo tempo em que permitem a efetiva interação entre a Companhia e a sociedade. Educação para Qualidade Profissional: inclui os investimentos do Programa Jovem Aprendiz; Cultura: constam patrocínios a projetos culturais, citamos a 32ª Edição do "Natal Luz", maior evento natalino da América Latina, realizado anualmente na cidade de Gramado - RS, em parceria com a Prefeitura Municipal, a empresa levou gratuitamente dois mil alunos de escolas públicas da cidade para assistirem ao espetáculo "Natal pelo Mundo" no Expo Gramado. Festa de Rua de São Vito Mártir, como uma autêntica manifestação cultural italiana em São Paulo, o evento ajuda a manter as obras sociais da paróquia, inclusive a creche, que abriga 120 crianças pobres de até 4 anos. Estas são ações permanentes, planejadas, coordenadas e buscam a elevação da qualidade de vida e a inclusão social a médio e longo prazo. Em sintonia com os princípios da Governança Corporativa do Sistema Petrobras. Outrossim, a Liquigás apoia também diversas iniciativas assistenciais pontuais, táticas e aleatórias em parceria com seus revendedores, como distribuição de brindes e lanches nos eventos do PROERD - Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência, distribuição de cestas

Liquigás 109

Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 111 de 116



INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR BALANÇO SOCIAL (Não auditado)

básicas e brinquedos em ações realizadas em comunidades carentes. Parcerias com Corpo de Bombeiros Estaduais, para promoção de palestras educativas em escolas e centros comunitários, divulgando o correto manuseio do gás de cozinha, principalmente, o Projeto "Chama Segura" onde são fornecidos o Manual de Segurança para Consumidores de GLP, cartilhas de orientação e distribuição de kits de instalação residencial (mangueiras, reguladores e abraçadeiras), retirando de circulação equipamentos em situação de risco. Com o objetivo de unir esforços na promoção da saúde e bem-estar de seus empregados e da sociedade, a Liquigás tem atuado na divulgação das campanhas de saúde pública em parceria com o Ministério da Saúde, por exemplo: Outubro Rosa, Novembro Azul, entre outros, trata-se de campanhas de agendamento de pensamento, que visam a conscientização sobre a importância da prevenção e do diagnóstico precoce de doenças, são campanhas de interesse social que promovem temas relevantes à sociedade, sendo reconhecidas como ferramenta de utilidade pública em saúde. Anualmente, a Liquigás incentiva o voluntariado entre a força de trabalho, realizando campanhas como o Natal Solidário e Inverno Solidário, através da participação de seus empregados, por meio da doação de brinquedos, roupas, calçados, produtos de higiene e limpeza. O mérito das ações de voluntariado é todo dos colaboradores, sendo que o suporte da Companhia se restringe aos gastos de transporte e o de divulgação, e liberação dos colaboradores de diversas áreas para participar das entregas das doações, que beneficiam diversas entidades de assistência social.

II. Do total de 3.126 empregados da Liquigás, não foram considerados no cálculo: 1 Presidente, 5 diretores, 8 conselheiros, 1 suplente, 7 cedidos à Petrobras Distribuidora S.A., 5 cedidos à Stratura Asfaltos S.A. e 2 cedidos à Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.

III. Inclui as atividades: serviços de manutenção industrial, para apoio direto à operação; serviços de apoio indireto à operação; serviços de apoio administrativo; serviços técnicos de manutenção industrial; serviços técnicos de obras e montagens.

IV. O indicador relacionado ao item é a TFCA - Taxa de Frequência de Acidentados com Afastamento, que indica o número de Acidentados (empregados e contratados) afastados do trabalho por 1 milhão de homens-hora de exposição ao risco. Esse indicador é padronizado internacionalmente e terá como Limite de Alerta (L.A.) na Companhia para 2018 o valor de 0,7 que considerando uma estimativa de 12 milhões de homens-hora de exposição ao risco para o período, corresponde a 8 acidentados com afastamento.

V. As informações "na Companhia" incluem o quantitativo de reclamações e críticas recebidas pela OUVIDORIA da Liquigás.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da LIQUIGÁS DISTRIBUIDORA S.A., no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinou os seguintes documentos emitidos pela Companhia: 1) Relatório da Administração do Exercício Social de 2017; e 2) Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Foram verif cadas as seguintes propostas encaminhadas pela Administração da Companhia à deliberação da Assembleia Geral Ordinária - AGO: 1ª) aprovar o Relatório de Administração relativo ao exercício social de 2017; 2ª) aprovar as Demonstrações Contábeis da LIQUIGÁS de 31/12/2017; e 3ª) aprovar a proposta para destinação do resultado do exercício social de 2017, com a distribuição de dividendos no montante de R\$ 56.588.685,57 (cinquenta e seis milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos); e à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária - AGE, a se realizar na mesma data: 1ª) aprovar, em atendimento ao Artigo 24 do Estatuto Social da Companhia, o provisionamento contábil da Participação dos Empregados nos Lucros ou Resultados - PLR do exercício social 2017, no valor total de R\$ 29.645.758,39 (vinte e nove milhões, seiscentos e quarenta e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito reais e trinta e nove centavos), submetendo a parcela dos administradores à aprovação dos acionistas.

Com base nos exames efetuados e no relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, bem como nas informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina no sentido de que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2018.

Daniel Lima de Oliveira
Presidente do Conselho

José Sílvio Petrungraro
Conselheiro

Marcelo Pereira de Amorim
Conselheiro

Liquigás 111

Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 113 de 116



DIRETORIA EXECUTIVA E CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Diretoria Executiva (DE)

Ricardo Mendes de Paula - Diretor Presidente
Plínio Osvaldo Bressan - Diretor Financeiro e de Serviços
Eduardo Luis Martins - Diretor de Operações e Logística
Geraldo Magela de Abreu - Diretor de GLP Envasado
Rodrigo Solha Pazzini de Freitas - Diretor de GLP Grel
Celso da Frota Braga - Diretor de Planejamento de Mercado

Conselho de Administração (CA)

Antonio Rubens Silva Silvino - Presidente do Conselho
Antonio Augusto Almeida Faria - Conselheiro
Carlos Alberto Gratti - Conselheiro
Tomaz Andres Barbosa - Conselheiro
Patrícia Souto Audi - Conselheira
Simone da Conceição Ribeiro lamamura - Conselheira

Contabilista responsável

Reinaldo Mendes Lopes - Gerente Geral de Controle Financeiro
CRC 1SP-180910/O-6

112 Demonstrações Contábeis 2017



GLOSSÁRIO

ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis): órgão regulador do setor de petróleo e gás natural no Brasil criada pela Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, como autarquia especial vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social): criado pela Lei nº 1.628, de 20 de junho de 1952, é um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

CAGR (Compounded Annual Growth Rate): refere-se à Taxa Composta de Crescimento Anual.

Capex (Capital Expenditures): gastos ou investimentos de capitais ocorridos quando uma empresa investe na compra, melhoramento, desenvolvimento ou extensão da vida de ativos físicos, tais como infraestruturas, equipamento, sistemas, propriedades, etc., que tenham um período de vida útil (produzam benefícios) superior ao exercício (um ano).

Centro Operativo (CO): unidade industrial cujas finalidades principais consistem na armazenagem, envase e distribuição de GLP, nas modalidades envasado e granel.

Ebitda (Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): lucro operacional antes do resultado financeiro, impostos, depreciação e amortização.

GLP (Gás Liquefeito de Petróleo): compostos orgânicos, chamados hidrocarbonetos, constituídos de carbono e hidrogênio, obtidos principalmente da destilação do petróleo.

Hedge: Cobertura, proteção, salvaguarda. Posição ou combinação de posições financeiras de uma empresa adotada para reduzir riscos em transações comerciais.

Missão: os propósitos, a razão de ser e os compromissos essenciais de uma empresa, como base de sua constituição estratégica.

Ranking: é uma classificação ordenada de acordo com critérios determinados.

Recipiente: nomenclatura técnica que denomina o vasilhame transportável que acondiciona GLP com capacidades de 5kg, 8kg, 13kg, 20kg ou 45kg de GLP, popularmente chamado de **botijão**.

Revendedor: pessoa física ou pessoa jurídica que opera o estabelecimento comercial devidamente autorizada pelo órgão regulador para o exercício da atividade de revenda de GLP Varejo.

Stakeholder: designa todos os segmentos e usuários que influenciam ou são influenciados pelas ações de uma organização.

Valores: normas, princípios ou padrões culturais estabelecidos para o alcance da Missão e da Visão definidos pelo Planejamento Estratégico.

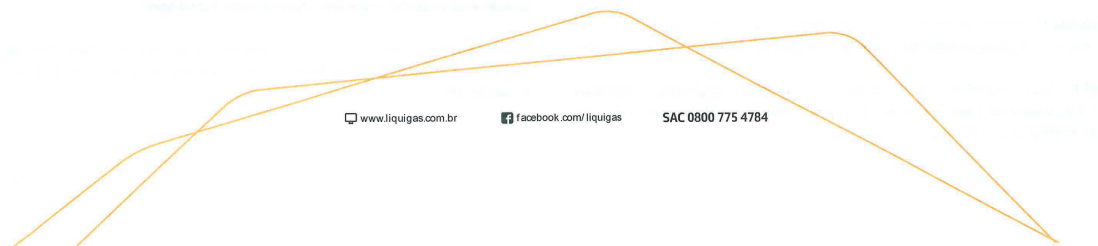
Visão: Orientação para se alcançar o posicionamento expresso pela Visão de Futuro. É a imagem da situação desejada pela empresa dentro de um prazo estabelecido.

Liquigás 113

Parte integrante do Avulso do OFS nº 31 de 2018.

Página 115 de 116







SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 32, DE 2018

Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 junho de 2016 (Lei das Estatais), combinado com o artigo 37, § 3º, do Decreto nº 8.945/2016, o Relatório de Administração de 2017.

AUTORIA: Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO INICIAL: Às CI e CTFC.



[Página da matéria](#)





00100 083093/2018-17

Via de Acesso Eng. Ivo Najm, 3.800 | 2º Dist. Industrial
Araraquara - SP | CEP 14808-159
Atendimento ao cliente: 0800 773 6099
www.gasbrasiliano.com.br

DPR-045/2018

04020312(2/50/E)

Araraquara, 22 de junho de 2018.

Exmo. Sr. Senador Eunício Oliveira

Presidente do Congresso Nacional

Senado Federal – Anexo 1 – 17º andar – Pç. dos Três Poderes

Brasília/DF – CEP: 70.165-900

Assunto: Relatório de Administração - 2017 – Atendimento à Lei nº 13.303/16 e ao Decreto nº 8.945/16.

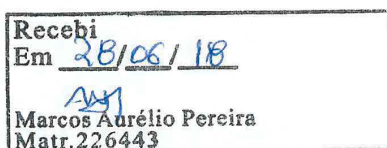
Exmo. Sr.,

A **GAS BRASILIANO DISTRIBIDORA S.A.**, vem, à presença de V.Exa., em atendimento ao disposto no art. 23, §2º da Lei nº13.303/16, combinado com o art. 37, §3º *in fine*, do Decreto nº 8.945/16, encaminhar o Relatório da Administração – 2017 desta Companhia.

Atenciosamente,



Walter Fernando Piazza Junior
Diretor Presidente



Rivânia
Presidência do Senado Federal
Rivânia Campos - Mat. 300862
Recebi o original
Em 27/06/18 Hs 11:11
Em mãos

Elaborado pela GEGRC
Liana Ferreira R. Costa e Campos

Página 1 de 1

Página 2 de 68

Parte integrante do Avulso do OFS nº 32 de 2018.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

1. Carta ao Acionista

Preparado pelos administradores da **Gas Brasileiro** para a devida apreciação do Acionista, este documento reúne o Relatório da Administração com as Demonstrações Financeiras da Companhia, o relatório dos Auditores Independentes e o parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

A **Gas Brasileiro** investiu em projetos para implantar e colocar em operação novas extensões da rede de distribuição, que possibilitaram o atendimento a clientes nos municípios de Igarçu do Tiête e Cravinhos, além de investimentos em outros municípios já atendidos com a rede, demonstrando que acredita na ampliação da infraestrutura de distribuição como o caminho para o desenvolvimento do mercado de gás natural no Estado de São Paulo.

Com objetivo de continuar expandindo os negócios da Companhia, a **Gas Brasileiro** tem se antecipado na busca por novas oportunidades de mercado, desenvolvendo parcerias e investindo em P&D voltado para novas aplicações e uso do gás natural.

No ano de 2017 a **Gas Brasileiro** atingiu a marca de 1.000 km de rede de distribuição em operação, encerrando o ano com 1.034 km, os quais permitem acesso à infraestrutura de gás canalizado a 33 municípios e o atendimento a 22,9 mil clientes. Os investimentos totalizaram R\$ 19,5 milhões no ano de 2017, destinado principalmente a expansão de 43,4 km de rede de distribuição.

A Companhia completou seu quadro de pessoal com 88 empregados, garantindo uma adequada prestação de serviço de distribuição de gás natural canalizado com segurança e qualidade.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Estas ações reforçam o empenho da **GasBrasiliانو** no cumprimento do papel de concessionária de serviços públicos do Estado de São Paulo, atendendo os interesses da sociedade e promovendo um ambiente nos municípios propícios a novos investimentos.

Agradecemos aos colaboradores, clientes e fornecedores pela contínua relação de confiança e pelo trabalho conjunto para o desenvolvimento da infraestrutura de gás natural.

DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

2. A GasBrasiliانو

A Gas Brasileiro Distribuidora S.A. foi constituída em 1999 e detém a Concessão para Exploração do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, conforme Contrato de Concessão firmado com o Estado de São Paulo em 10/12/1999 com duração de 30 anos.

As atividades da Companhia são reguladas e fiscalizadas pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP).

O controle acionário da GasBrasiliانو é de 100% da GASPETRO que, por sua vez, tem como acionistas a Petróleo Brasileiro S.A. – PETROBRAS (51% das ações ordinárias) e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (49% das ações ordinárias).

Área de Concessão

A concessão da GasBrasiliانو se localiza na área Noroeste do Estado de São Paulo, conforme mapa (figura 1), abrangendo 375 municípios e uma população de 9,1 milhões de habitantes¹.



Figura 1 – Mapa da Área de Concessão

¹ Fonte: IBGE – Estimativa populacional sistema SIDRA; referência: 2017.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

3. Destaques do Ano

22 mil clientes – A **GasBrasiliانو** encerrou o ano de 2017 com um total de 22.882 clientes ligados à sua rede de distribuição.

Interligação do município de Igarau do Tietê – A interligação do município de Igarau do Tietê possibilitou o atendimento à importante Polo Cerâmico da região Noroeste do Estado de São Paulo.

Início de fornecimento no município de Cravinhos – A **GasBrasiliانو** iniciou a distribuição de gás natural na cidade de Cravinhos onde investiu aproximadamente R\$ 6 milhões para a expansão da rede de distribuição em 13,5 km.

Mil quilômetros de rede de distribuição – A **GasBrasiliانو** ultrapassou a marca de 1.000 km de rede, encerrando o ano com 1.034 km e totalizando investimentos em sua área de concessão superiores a R\$ 480 milhões.

Satisfação de clientes – A pesquisa realizada com os clientes da **GasBrasiliانو** apontou um nível de satisfação de 94,4%.

Lucro líquido de R\$ 49,1 milhões – Os resultados da **GasBrasiliانو** têm-se mantido acima de R\$ 49 milhões nos últimos 4 anos.

ISO 9001 – O sistema de qualidade da **GasBrasiliانو** foi recertificado para a nova versão da ISO 9001/2015.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

4. Gestão Econômico-Financeira

Cenário Macroeconômico

Conforme divulgação da Carta de Conjuntura do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – 4º Trimestre de 2017, o Produto Interno Bruto (PIB) voltou a apresentar bom desempenho no terceiro trimestre de 2017, de acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), resultado que confere maior solidez à trajetória de recuperação gradual iniciada pela economia no início de 2017.

A publicação do IPEA também destaca que o consumo das famílias cresceu pelo segundo trimestre consecutivo (1,2%), enquanto a indústria avançou 0,8%, com destaque para a transformação, e os serviços cresceram 0,6%, estimulados pelo aumento do comércio.

O crescimento de 2,5% da produção industrial em 2017, divulgado pelo IBGE em 01/02/2018, confirma o cenário de recuperação da economia brasileira, após 3 anos de quedas consecutivas: 2014 (-3,0%), 2015 (-8,3%) e 2016 (-6,4%).

Mercado de Gás Natural

A demanda de gás natural pelo mercado consumidor do Estado de São Paulo, ano de 2017, registrou uma queda de 0,7% em relação ao ano de 2016. O volume de gás natural distribuído ao mercado industrial no ano de 2017 foi de 3,3 bilhões de m³, o que representa uma queda de 505 milhões de m³ ou 13% em relação ao ano 2016 (Fonte: Secretaria de Energia do Estado de São Paulo).

A *GasBrasiliانو* distribuiu 724,4 mil m³/dia em 2017 (0,4% inferior a 2016).

Aspectos Regulatórios

No âmbito regulatório, a *GasBrasiliانو* participou efetivamente dos processos de Consultas e Audiências Públicas da ARSESP, com destaque para aquele que culminou na criação da Deliberação ARSESP nº 765 a qual regulamenta o cálculo da apuração e compensação na tarifa do Encargo de Capacidade e de Gás de Ultrapassagem.

O processo de revisão tarifária da *GasBrasiliانو* para o 4º Ciclo, inicialmente previsto para se encerrar em dezembro/2014 ainda está suspenso. Em face deste atraso a margem da Companhia vem sendo provisoriamente corrigida pelo IGP-M. A Deliberação nº 766 dispôs sobre o último reajuste provisório das tarifas, vigente desde 10/12/2017.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Desempenho Econômico-Financeiro²

O lucro líquido da **Gas Brasileiro** em 2017 foi de R\$ 49,1 milhões (11,2% inferior ao ano de 2016), consolidando a manutenção do patamar acima de R\$ 49 milhões nos últimos 4 anos.

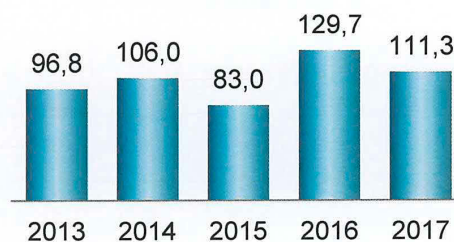
O quadro a seguir apresenta as principais magnitudes da Companhia no ano de 2017 e as variações em relação ao ano de 2016.

INDICADORES (R\$ mil)	2017	2016	Variação %
Receita Bruta	477.430	424.487	12,5
Custo do Gás	253.399	204.626	23,8
Margem de Contribuição	111.263	129.657	-14,2
Despesas Operacionais	64.494	65.040	-0,8
Lucro Líquido	49.085	55.332	-11,2
EBITDA	62.502	79.604	-21,5
Patrimônio Líquido ³	490.771	477.075	2,9
Conta Gráfica (saldo)	8.330	-3.934	311,7

Tabela 1 – Principais Indicadores

A margem de contribuição do ano de 2017 foi de R\$ 111,3 milhões, redução de 14,2% em relação aos R\$ 129,7 milhões no ano de 2016 (gráfico 1). O resultado foi consequência, essencialmente, da variação da Conta Gráfica.

Gráfico 1 - Evolução da Margem de Contribuição (R\$ milhões)



² Todos os valores monetários citados neste relatório são nominais

³ Valores do Patrimônio Líquido antes da distribuição de dividendos adicionais

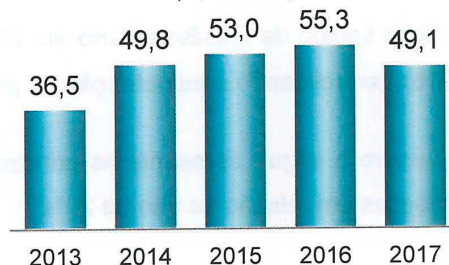




RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

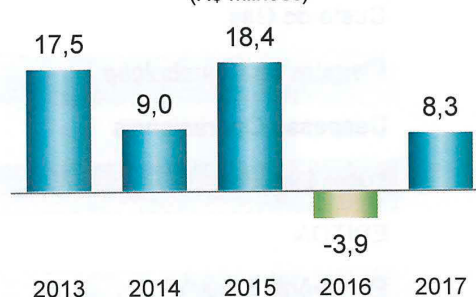
A Companhia registrou lucro líquido de R\$ 49,1 milhões – 11,2% menor em relação ao ano de 2016, cujo lucro foi de R\$ 55,3 milhões (gráfico 2).

Gráfico 2 - Evolução do Lucro Líquido
(R\$ milhões)



No ano de 2017, o saldo da conta gráfica regulatória, que representa a diferença acumulada entre o preço de compra do gás e o valor deste definido na tarifa, totalizou R\$ 8,3 milhões (gráfico 3). Essa conta gráfica foi estimada de acordo com Nota técnica NTG 001/2017 da ARSESP, incluindo os Encargos de Capacidade e Preço de Gás de Ultrapassagem.

Gráfico 3 - Evolução do Conta Gráfica
(R\$ milhões)





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

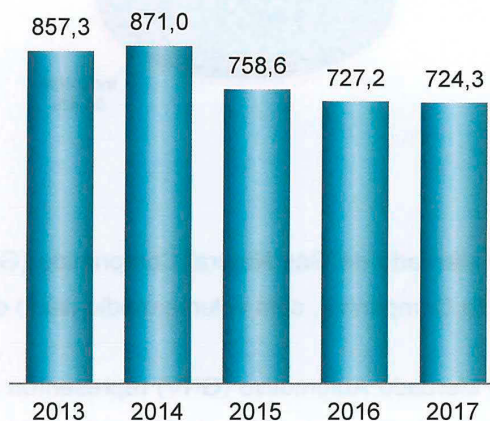
5. Gestão Comercial

Desempenho Comercial

O volume total distribuído manteve-se praticamente estável em comparação ao ano de 2016. O volume médio distribuído em 2017 foi de 724,3 mil m³/dia (gráfico 4).

A pequena retração no volume distribuído registrado em 2017, que representa 0,4% em relação a 2016, pode ser atribuída principalmente à migração de um consumidor do gás natural para a biomassa (representando 6,4 mil m³/dia no ano), além de queda no consumo de diversos setores consumidores (como vidros, cerâmica e alimentos), compensados pela entrada de novos clientes, que representaram um acréscimo de 9,9 mil m³/dia no ano.

Gráfico 4 - Evolução do Volume Distribuído (mil m³/dia)



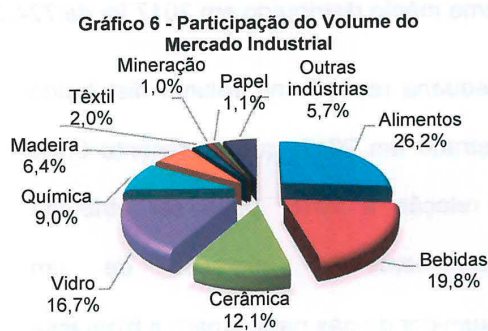
O volume distribuído ao Mercado Industrial foi de 683,4 mil m³/dia no ano de 2017, mercado de maior relevância em volume, com participação de 94,4% no volume total distribuído pela Companhia no ano de 2017 (gráfico 5).





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

O setor de Alimentos com 26,2% de participação, o setor de Bebidas (suco de laranja) com 19,8% e o setor de Vidros com 16,7%, representaram 62,7% de todo o volume distribuído ao Mercado Industrial no ano (gráfico 6).

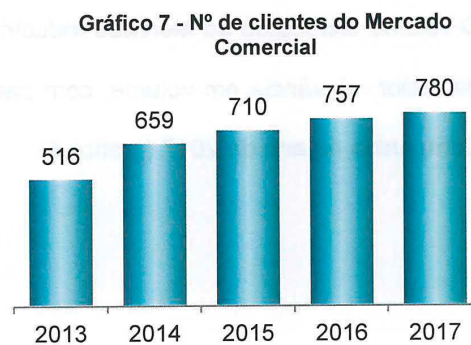


O Mercado de Gás Natural Comprimido (GNC) representou 1,0% do volume total distribuído pela Companhia, com volume médio diário de 7,4 mil m³ (16,4 mil m³/dia em 2016).

O Mercado Automotivo (GNV) representou 2,9% do volume total distribuído pela Companhia, com volume médio diário de 20,9 mil m³ (21,1 mil m³/dia em 2016). No ano de 2017 o resultado desse mercado foi de retração de 0,8% em relação ao ano de 2016.

O volume distribuído ao mercado Comercial atingiu média diária de 7,1 mil m³, com um crescimento de 7,4%, em relação ao ano de 2016.

A quantidade de clientes atendidos, passou de 757 para 780, representando um crescimento de 3,0% (gráfico 7).

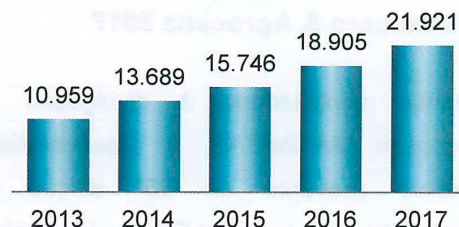




RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

No Mercado Residencial a quantidade de clientes de gás natural atendidos pela **GasBrasiliانو** passou de 18.905 em 2016, para 21.921 em 2017, representando um aumento de 16,0% (gráfico 8). Este mercado atingiu o volume médio diário de 5,4 mil m³, crescimento de 8,6% em comparação ao ano anterior.

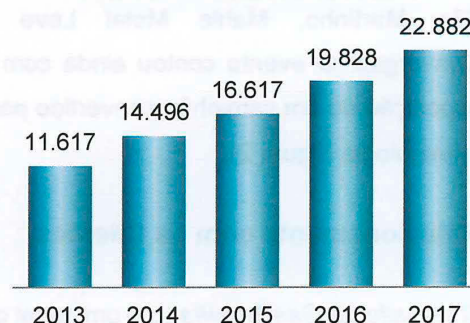
Gráfico 8 - Nº de clientes do Mercado Residencial



O Mercado Urbano, composto pelos mercados Residencial e Comercial, totalizam o volume distribuído de 12,5 mil m³/dia, que representa 1,8% do volume total distribuído e, contribui com 9,0% na margem de contribuição total da Companhia.

O número de clientes atendidos pela **GasBrasiliانو** cresceu 15,4%, passando de 19.828 em 2016 para 22.882 clientes em 2017 (gráfico 9).

Gráfico 9 - Número de clientes



A Companhia atende 163 clientes no Mercado Industrial, 1 revendedor no Mercado de GNC, 17 revendedores no Mercado Automotivo, 780 clientes no Mercado Comercial e 21.921 clientes no Mercado Residencial.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

6. Relacionamento com Clientes e Mercados

Fenasucro & Agrocana 2017

Dando continuidade à divulgação do conceito MAXIMIZAR, a **GasBrasiliانو** esteve presente na 25ª edição da *International Sugar and Energy Technology Trade Show* (Fenasucro & Agrocana). O evento foi palco da assinatura do Protocolo de Intenções para o desenvolvimento da tecnologia Diesel-Gás para o uso em frotas de veículos pesados. O protocolo foi firmado pela **GasBrasiliانو**, Secretaria de Energia do Estado de São Paulo, ARSESP, Grupo São Martinho, Mahle Metal Leve e Convergás. O evento contou ainda com a exposição de um caminhão convertido para a tecnologia (figura 2).



Figura 2 – Caminhão Diesel-Gás

Relacionamento com os Clientes

O *website* da **GasBrasiliانو** é um canal de atendimento para seus clientes. Além de encontrar informações gerais de tarifas e de uso do gás natural, o consumidor pode solicitar serviços como a 2ª via de fatura, pedido de religação do gás, pedido de bloqueio temporário, atualização de cadastro, alteração de titularidade e solicitação de assistência técnica.

Ao todo, no ano de 2017 foram contabilizados 95.000 acessos ao *website* da **GasBrasiliانو**, com destaque para os acessos de clientes na “Área do Cliente” para emissão de faturas.

Pesquisa de Satisfação

A **GasBrasiliانو** repetiu o bom desempenho na pesquisa de anos anteriores e atingiu o índice de satisfação geral dos clientes usuários de gás canalizado de 94,4%. O resultado da pesquisa reforça o comprometimento da companhia com a qualidade na prestação dos serviços e retrata a sua capacidade de preservar o alto índice de satisfação mesmo com o significativo crescimento da base de clientes nos últimos anos.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

7. Gestão de Investimentos

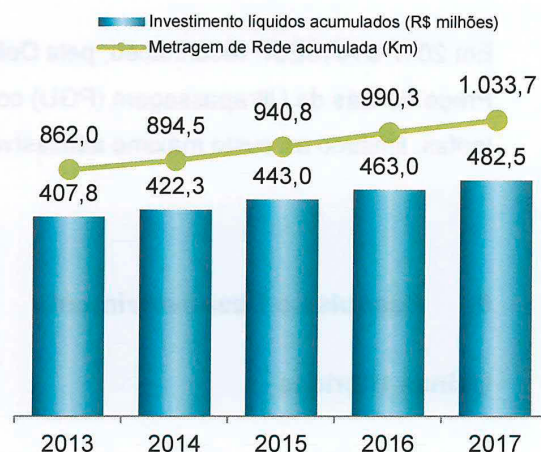
Em 2017 a **GasBrasiliانو** investiu R\$ 19,5 milhões, destinados principalmente a expansão de 43,4 km da rede de distribuição. Ao final do ano a rede de distribuição da Companhia totalizou 1.033,7km (gráfico 10), composta por 514,2 km em aço e 519,5 km em PEAD.

Os principais destinos dos investimentos da Companhia foram a finalização do Projeto Cravinhos e os Projetos Barra Bonita, e Sistema Local de Catanduva, ambos em fase de ligação dos clientes, preveem a ligação de 9 clientes e tiveram R\$ 10,8 milhões investidos em 2017, na construção de 21,7 km de rede.

A expansão de rede de distribuição para desenvolvimento dos mercados residencial, comercial e automotivo, ocorreu nos municípios de Bauru, com a construção de 4 km de rede no Projeto Bild; em Ribeirão Preto, através dos Projetos Iguatemi e Only e Esplanada, com 3,1 km de extensão, e em São Carlos, através de Projeto Rodobens, com 1,5 km de extensão. Outras expansões ocorreram, também, nos municípios de Araçatuba, Araraquara e Marília.

Destaca-se também, os investimentos de R\$ 1,9 milhão destinados à execução de projetos executivos e licenciamentos, possibilitando o amadurecimento de futuros projetos de expansão da rede de distribuição e de R\$ 1,5 milhão em Servidões de Desapropriações para a fase de Interligação do Projeto Catanduva.

Gráfico 10 - Investimentos líquidos e rede acumulada





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

8. Suprimento de Gás Natural

Ao final de 2016, a **Gas Brasileiro** assinou novo aditivo ao contrato de suprimento de gás natural, com a extensão do prazo até o ano de 2021.

Em 2017 a ARSESP reconheceu, pela Deliberação nº 765, o Encargo de Capacidade (EC) e o Preço do Gás de Ultrapassagem (PGU) como custos do gás, com o consequente repasse nas tarifas, limitado ao custo máximo admissível calculado pelo próprio órgão regulador.

9. Pesquisa e Desenvolvimento

Usinas Híbridas

Iniciado em 2014 com o objetivo de avaliar diferentes rotas tecnológicas que pudessem associar bagaço de cana e gás natural em plantas produtoras de açúcar etanol, o conceito denominado “Usina Híbrida” tem se apresentado como alternativa viável para elevar o retorno financeiro de projetos de geração de energia elétrica excedente com fonte biomassa. A consolidação da proposta se deu pela execução de 6 estudos de viabilidade técnica-econômica com Usinas parceiras, todos ratificando que a inserção de gás natural como combustível suplementar a partir do arranjo proposto, aumenta a eficiência global da Usina com impacto positivo na rentabilidade e competitividade do preço final de energia elétrica excedente.

A área de concessão da **Gas Brasileiro** possui a maior concentração de usinas do Brasil, aproximadamente 140 plantas. O modelo desenvolvido permite dobrar a quantidade de energia elétrica de fonte biomassa para uma mesma quantidade de bagaço de cana disponível, tendo apenas 20% da energia total constituída pelo gás natural.

Sistema Diesel-Gás

Encontra-se em fase de conclusão o projeto de pesquisa e desenvolvimento denominado “Avaliação da Tecnologia *Dual-Fuel* (Diesel-Gás) no Mercado Sucroenergético - Consumo Específico e Emissões” em parceria com o Grupo São Martinho e Convergás, cujo objetivo foi promover a tecnologia *Dual-Fuel* em veículo pesado no setor sucroenergético. Os testes em bancada permitiram avaliar o sistema *Dual-Fuel* quanto a performance e as emissões atmosféricas.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Observou-se durante os testes que parâmetros fundamentais de desempenho do caminhão como potência e o torque são mantidos, ou seja, não há impactos na dirigibilidade do caminhão em relação ao arranjo original. Os níveis de emissão dos gases de efeito estufa também foram comparados, demonstrando significativa redução nas emissões de CO₂ e NO_x.

A partir dos resultados identificados em bancada, observa-se atrativo retorno financeiro do projeto para o setor sucroenergético, futuramente maximizados pelo uso de biometano proveniente da vinhaça da cana. Já a redução dos níveis de emissão atmosférica poderá ser contabilizada como receita dentro da proposta do recém aprovado Programa Renovabio.

Os objetivos do projeto foram totalmente alcançados, o que gera maior confiabilidade na aplicação desta inovação tecnológica.

Desenvolvimento de Controladora de Odorização

Encontra-se em fase final de execução o projeto denominado “Desenvolvimento de Controladora de Odorização Customizada”. A Controladora pode ser definida como a “inteligência” do sistema pois dentre outras funções deve ser capaz de injetar o produto odorante de forma proporcional a vazão de gás natural e na concentração do produto odorante desejado.

A iniciativa visou desenvolver um produto comercial com arquitetura de programação aberta que proporcionará maior flexibilidade e confiabilidade na operação da rede de distribuição de gás natural.

Dentre os possíveis enquadramento e aplicabilidade de projetos de pesquisa e desenvolvimento encontra-se iniciativas que visam a excelência operacional em atividades consideradas críticas na operação do sistema de distribuição de gás natural.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

10. Gestão Operacional

Integridade do Sistema de Distribuição

No programa de manutenção, foram realizadas 1.294 ordens de serviços planejadas, tanto mecânica quanto elétrica, garantindo dessa forma a segurança do serviço disponibilizado aos clientes.

No ano de 2017, a Agência Reguladora realizou 8 fiscalizações na GasBrasiliانو voltadas à segurança e qualidade da prestação de serviço de distribuição de gás canalizado.

Foram realizados 2 simulados de emergências, e palestras e treinamentos para entidades e empresas nos municípios da área de concessão.

Com o intuito de assegurar a integridade da rede de distribuição, em 2017, foram realizados mais de 660 acompanhamentos de obras de terceiros próxima a rede de distribuição de gás natural.

Centro de Controle Operacional (CCO)

Localizado em Araraquara, o centro de controle operacional permite um total monitoramento de mais de 1000 km de redes de distribuição de gás natural operadas pela GasBrasiliانو. O Centro de Controle monitora 15 Estações de Controle de Pressão (ECP) de gás natural, 7 Estações de Odorização e os conjuntos de regulagem e medição de 30 grandes clientes industriais. Também é possível identificar rapidamente qualquer ocorrência anormal como, por exemplo, ações de vandalismo.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

11. Gestão de Pessoas

Programas de Gestão de Desempenho de Pessoas e Avanço de Nível e Promoção

No ano de 2017 ocorreu o quinto ciclo dos Programas de Gestão de Desempenho – GD e Avanço de Nível e Promoção – ANPR, que consistem num conjunto de práticas que visam, primeiramente, estabelecer metas e competências a serem atingidas pelos empregados, bem como determinar os treinamentos e demais recursos disponibilizados a estes para o cumprimento de tais objetivos. Posteriormente, são feitas avaliações que visam reconhecer os empregados com notório desempenho, bem como estabelecer ações efetivas para melhorar o desempenho daqueles que apresentaram performance abaixo do esperado.

Programa Treinamento e Desenvolvimento

Os treinamentos dos empregados continuaram merecendo especial atenção do planejamento e das ações da *GasBrasiliانو*, tendo sido realizadas 4.395 horas de treinamento, que correspondem a uma média de 49,9 horas-ano de treinamento por empregado, com investimentos da ordem de R\$ 223,9 mil. Destaca-se a realização de treinamentos “*in company*” focados em Desenvolvimento Gerencial e Desenvolvimento de Equipes, ambos totalizado 1.544 horas de treinamento.

Programa de Participação nos Resultados

Utilizando como metodologia o grau de atingimento de metas relacionadas ao Lucro Líquido, Margem de Contribuição, Realização de Investimentos, Volume de Vendas, Aumento da Base de Clientes, Custeio Gerenciável e Treinamento em Segurança, o Programa de Participação nos Resultados tem-se demonstrado como uma importante ferramenta para o eficaz alinhamento dos empregados aos objetivos da Companhia.

Processo Seletivo Público

A realização do segundo Processo Seletivo Público – PSP, realizado em 2017, permitiu o preenchimento de 11 cargos vagos na estrutura da Companhia, bem como a formação de um cadastro de reserva capaz de atender outras necessidades de pessoal em um período de até 4 anos.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

12. Governança

Governança, Conformidade e Riscos

Em consonância com as Resoluções da Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União — CGPAR, com a Lei 13.303/16 — Lei das Estatais e sua norma regulamentadora, o Decreto 8.945/16, a **Gas Brasileiro** vem aperfeiçoando as atividades e rotinas de controle e conformidade.

O compromisso da Companhia com a Ética está formalmente estabelecido em documentos como o Código de Ética do Sistema Petrobras, o Guia de Conduta da Petrobras e o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção. Tais documentos apresentam os princípios éticos e os compromissos de conduta que devem ser seguidos pelos integrantes do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, bem como pelos empregados e demais prestadores de serviços.

A **Gas Brasileiro** adotou também Canal de Denúncia especializado e independente, o qual visa garantir sigilo e integridade das informações, rastreabilidade dos processos e tratamento da totalidade das manifestações. Administrado por uma empresa externa, o novo Canal de Denúncia é responsável pelo recebimento e registro formal de denúncias internas e externas.

Independentes do Canal de Denúncia, a **Gas Brasileiro** possui ouvidoria e serviço de atendimento a clientes.

Auditoria Interna

A **Gas Brasileiro** conta com uma Auditoria Interna, vinculada ao Conselho de Administração, que realiza regularmente a avaliação dos principais processos de controle interno da companhia, com o objetivo de assegurar que a sua execução seja feita em conformidade com as diretrizes definidas pela Alta Administração, os padrões de processos em vigor e a legislação vigente.

No ano de 2017, a auditoria interna da **Gas Brasileiro** executou os trabalhos contemplados no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna — PAINT 2017, conforme aprovado pelo Conselho de Administração. Destaca-se a publicação do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna - RAIN 2016 no site da Companhia.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

13. Regulação

Assuntos Regulatórios

Duas deliberações relevantes derivadas dos processos de Consultas Públicas, as quais contaram com contribuições da Companhia, foram a Deliberação nº 732 a qual dispõe sobre as Condições Gerais de fornecimento de gás canalizado, revogando a então Portaria CSPE nº 160; e a Deliberação nº 744, que trata das condições de distribuição de Biometano na rede de gás canalizado do Estado de São Paulo.

Destaca-se também a Deliberação de nº 735, através da qual a ARSESP autorizou o Projeto de Rede Local Bebedouro, que consiste na ligação de um prospect industrial de grande porte, e posteriormente a construção de um trecho com mais de 12 Km de extensão para atendimento ao distrito industrial da cidade, que será abastecido com GNC/GNL, antecipando a disponibilização do gás natural para o mercado local.

Entre os dias 27 e 29 de setembro foi realizado pela ABAR (Associação Brasileira de Agências de Regulação) o X Congresso Brasileiro de Regulação, onde foram apresentados dois trabalhos técnicos da *GasBrasiliانو*, sobre os seguintes temas: “Os Aspectos Regulatórios na Expansão das Redes Locais de Distribuição de Gás Natural” e “O Impacto da Regulação no Custo da Prestação do Serviço: A Importância da AIR (Análise de Impactos Regulatórios)”.

14. Responsabilidade Socioambiental

Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde

A *GasBrasiliانو* considera que a qualidade de seus serviços, o respeito ao meio ambiente e a garantia da saúde e segurança de seus colaboradores e de todas as partes envolvidas nas atividades de distribuição de gás natural canalizado são fatores de primeira e constante importância para seu sucesso.

Impulsionada por esta diretriz, a *GasBrasiliانو* definiu, implementou e mantém um Sistema de Gestão da Qualidade de acordo com a norma ABNT NBR ISO 9001 - Sistemas de Gestão da Qualidade, certificado pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, organismo vinculado à Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP) e cuja auditoria de recertificação ocorreu em





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

dezembro de 2017 culminou com a recomendação de migração para a certificação NBR ISO 9001 versão 2015.

Semelhante à Gestão da Qualidade, a gestão da Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho é feita com base nos requisitos previstos nos preceitos determinados nas 15 Diretrizes de SMS do Sistema PETROBRAS.

Todo este conjunto de requisitos, normas e procedimentos aplicados na gestão da qualidade, saúde, meio ambiente e segurança foram verificados durante o ano de 2017 através da realização de 26 auditorias programadas e 25 inspeções não programadas, sendo as não conformidades tratadas por meio de planos de ação visando evitar sua reincidência.

A eficácia do Sistema de Gestão da Qualidade, Saúde, Meio Ambiente e Segurança tem se refletido em níveis elevados de satisfação dos clientes, comprovado nas pesquisas realizadas e no atendimento aos padrões de qualidade do serviço definidos pelo Contrato de Concessão.

O ano de 2017 marcou a conclusão da implantação do mapeamento de processos da **Gas Brasileiro**, ferramenta que se apresenta com grande potencial de contribuição na melhoria da gestão da qualidade. No total foram mapeados 19 processos chave, 53 subprocessos e 250 atividades.

Projetos Sociais, Culturais e Esportivos

Através do Programa **Gas Brasileiro** de Incentivo Social, Cultural e Esportivo, a Empresa apoiou, com aportes financeiros, os seguintes projetos no decorrer do ano de 2017:

- 17ª Feira Nacional do Livro de Ribeirão Preto – Tendo como organizadora a Fundação do Livro e Leitura de Ribeirão Preto, o Evento ocorreu em 13 locais da cidade, entre os dias 04 e 11 de junho, a qual contou com uma programação, totalmente gratuita, de 350 atividades culturais. O público presente, nos 08 dias do evento, foi de, aproximadamente, 180 mil visitantes, considerando a faixa etária de 04 a 87 anos;
- Projeto ALMA / Academia Livre de Música e Artes - O objetivo geral do Projeto ALMA é, primordialmente, a continuidade da qualificação artística para, aproximadamente, 100 alunos oriundos de outros projetos sociais de Ribeirão Preto e região. Além de aulas de canto, o projeto oferece qualificação e semiprofissionalização em instrumentos musicais, tais como, viola, violoncelo, contrabaixo, flauta, clarinete, piano e percussão;





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

- Projeto Sonhando Alto – Ano IV - É a continuação de um trabalho desenvolvido pela Associação de Basquetebol de Araraquara – ABA, cuja quantidade de crianças e jovens que passaram por treinamentos, nos últimos 3 anos, supera os 800. Há 06 núcleos, em diferentes locais, onde se realizam os treinamentos esportivos, a maioria deles em escolas públicas do município. Um deles, inclusive, dentro da APAE – Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais de Araraquara;
- Lacultesp/ Centro de Convivência - O projeto está em sua 5ª Edição e cujo objetivo, primordial, é promover, através do esporte, a integração e a valorização social, atendendo na sua totalidade, aproximadamente, 1.200 crianças, adolescentes e idosos. O projeto abrange 5 Núcleos dentro do Município de Ribeirão Preto;
- 23º Festival Tanabata de Ribeirão Preto - A origem do Festival Tanabata é a celebração e a comemoração de uma lenda japonesa do início do Século XVII e, hoje, é uma das maiores festas populares do Japão. Dentre as atividades, totalmente gratuitas, ocorridas nesta 23ª edição do Festival constaram apresentações de música, dança, arte e esporte, tudo relacionado à milenar cultura nipônica. O público presente, nos três dias do Festival, foi superior a 60 mil pessoas em Ribeirão Preto.

Em continuidade ao Programa **Gas Brasileiro** de Incentivo Social, Cultural e Esportivo, a Companhia realizou, em meados de 2017, nova seleção pública com objetivo de apoio a projetos de relevância social na região Noroeste do Estado S. Paulo, tendo havido inscrições ao redor de 45 projetos, para participarem do programa 2018/2019.

Patrocínios

Além do apoio através dos programas de incentivo, a Companhia também patrocinou dois eventos de interesse da sociedade.

- Seresta Para Todos à Caminho do Sol/ Bi-Centenário - Como ocorre há vários anos, a **Gas Brasileiro** patrocinou a tradicional Seresta. Em razão da relevância da data histórica - 200 Anos de Araraquara, uma extensa programação foi elaborada pela Municipalidade para a comemoração da data. O apoio da Empresa à Seresta este ano permitiu as contratações e apresentações da Banda MPB-4, do Rio de Janeiro, e dos Conjuntos Regional, Lilian Jardim e Os Seresteiros;
- Grupo Kabuki Vibe - O apoio financeiro da **Gas Brasileiro** propiciou a participação do Grupo Kabuki Vibe, de Ribeirão Preto, no Festival de Dança de Joinville, que contou com 33 participantes entre alunos e professores. Foram 5 apresentações dos jovens do Kabuki Vibe





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

no Festival, além da participação de alunas de ballet e professores em diversos cursos oferecidos durante o evento.

15. Perspectivas para 2018

Perspectivas

Para 2018, os principais projetos de expansão da rede de distribuição de gás natural são o Projeto Catanduva (Interligação) e Projeto Vila Panorama - Bauru. Além disso, a Companhia prevê manter o nível de investimentos em projetos executivos e licenciamentos nos projetos para atendimento aos municípios de Dumont, Sertãozinho, Jaú e São Simão.

A Companhia mantém seu compromisso com a sociedade e poder concedente de ser importante agente no desenvolvimento do Estado de São Paulo, contribuindo com significativos investimentos na expansão da rede de distribuição de gás natural.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

16. Administração e Conselho Fiscal da Companhia

Controle Acionário

A **GasBrasiliانو** é controlada pela Petrobras Gás S.A. – GASPETRO, empresa do Sistema PETROBRAS, com um capital social integralizado de R\$ 462.481.205,00.

DIRETORIA EXECUTIVA

em 31/12/2017

	Diretor Presidente
Walter Fernando Piazza Júnior	Diretor de Assuntos Regulatórios
José Waldir Ferrari	Diretor Técnico-Comercial
Claudio José de Almeida Camargos	Diretor Administrativo-Financeiro

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

em 31/12/2017

Titulares	Suplentes
Angélica Garcia Cobas Laureano (Presidente)	Fabício Bomtempo de Oliveira
Anderson Gil Ramos Bastos	Marco Francesco Patriarchi
Carla Maria de Oliveira Gonçalves	Leonardo Marcos Valadares
Iran Brigatto Medeiros	Vago
Verônica Sánchez da Cruz Rios	Celso Knijnik

CONSELHO FISCAL

Mandato até A.G.O. 2018

Titulares	Suplentes
Pedro Ivo Ferreira de Souza Júnior (Presidente)	Vinícius Pinto de Menezes
Márcio Musso Góes	Vago
Bruno Prado Castilho	Vago





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

17. Demonstrações Financeiras

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Ao Conselho de Administração e Acionistas da

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gas Brasileiro Distribuidora S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gas Brasileiro Distribuidora S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para o fato que parte substancial das operações da Companhia é realizada com parte relacionada, conforme descrito nas notas explicativas nº 18 e 22 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Outros assuntos

Demonstrações financeiras de períodos anteriores examinadas por outro auditor independente

O exame do balanço patrimonial, em 1º de janeiro de 2016 (derivado das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015) e o exame das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparados originalmente antes das reclassificações descritas na Nota explicativa nº 6, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria sem modificação, com data de 09 de março de 2016 e 10 de março de 2017, respectivamente. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, examinamos as reclassificações nos valores correspondentes do balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2016 e das demonstrações financeiras de dezembro de 2016, que em nossa opinião são apropriados e foram corretamente efetuadas, em todos os aspectos relevantes. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as informações referentes ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2016 e sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguuração sobre elas tomadas em conjunto.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 08 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

Rafael Henrique Klug

Contador CRC 1SP246035/O-7





RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Gas Brasileiro Distribuidora S.A.

Balanco patrimonial findos em 31 de dezembro

Em milhares de Reais

Ativo	Nota	31.12.2017	31.12.2016 Reapresentado	01.01.2016 Reapresentado	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31.12.2017	31.12.2016	01.01.2016
Circulante					Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	9	9.235	2.560	501	Fornecedores	18	27.189	31.354	66.691
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	10	111.275	103.325	135.824	Impostos e contribuições a recolher	19	12.623	5.882	5.475
Estoques		2.037	1.860	2.440	Obrigações trabalhistas e encargos sociais a pagar		4.570	3.587	3.803
Tributos a recuperar	11	1.396	579	606	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		-	24.650	4.533
Ativo fiscal	12	9.606	9.434	3.526	Outras contas a pagar		683	647	529
Créditos nas operações de aquisição de gás	14	32.922	29.593	-			45.065	66.120	81.031
Despesas antecipadas		346	239	547					
		166.817	147.590	143.444					
Não circulante					Não circulante				
Realizável a longo prazo					Exigível a longo prazo	20	11.714	11.591	11.936
Tributos a recuperar	11	5.973	4.605	1.776	Provisão para contingências		766	406	702
Bens da concessão indenizáveis	15	36.114	26.368	22.440	Outras contas a pagar		12.480	11.997	12.638
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	59.061	63.035	70.861			57.545	78.117	93.669
Depósitos judiciais	20	2.802	2.779	1.548	Total do passivo				
Créditos nas operações de aquisição de gás	14	-	24.204	53.000					
Despesas antecipadas		187	164	828	Patrimônio líquido	21			
					Capital social		462.481	462.481	462.481
Imobilizado	16	2.985	2.788	3.494	Reservas de lucros		28.290	14.594	26.606
Intangível	17	274.377	283.659	285.365					
		381.499	407.602	439.312	Total do patrimônio líquido		490.771	477.075	489.087
Total do ativo		548.316	555.192	582.756	Total do passivo e patrimônio líquido		548.316	555.192	582.756

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	Nota	2017	2016
Receita líquida			
Receita pela venda de gás e serviços	23	364.662	334.283
Receita de construção de infraestrutura	23	19.470	19.110
		<u>384.132</u>	<u>353.393</u>
 Custo das vendas de gás e serviços prestados	24	(291.747)	(241.343)
Custo de construção de infraestrutura	24	(19.470)	(19.110)
		<u>(311.217)</u>	<u>(260.453)</u>
 Lucro bruto		<u>72.915</u>	<u>92.940</u>
 Despesas operacionais			
Despesas comerciais	24	(13.564)	(10.879)
Despesas administrativas	24	(19.752)	(23.509)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		582	470
		<u>(32.734)</u>	<u>(33.918)</u>
 Lucro antes do resultado financeiro		<u>40.181</u>	<u>59.022</u>
 Resultado financeiro			
Despesas financeiras	25	(501)	(1.240)
Receitas financeiras	25	10.909	16.718
Variações monetárias e cambiais, líquidas	25	8.688	(5.116)
		<u>19.096</u>	<u>10.362</u>
 Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		<u>59.277</u>	<u>69.386</u>
Imposto de renda e contribuição social	13	(10.192)	(14.054)
 Lucro líquido do exercício		<u>49.085</u>	<u>55.332</u>
 Lucro básico e diluído por ação - em Reais	28	<u>0,11</u>	<u>0,12</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
		Não auditado
Resultado do exercício	<u>49.085</u>	<u>55.332</u>
Resultado abrangente total	<u><u>49.085</u></u>	<u><u>55.332</u></u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Em milhares de reais

	Reservas de Lucros				Total
	Capital social	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulado	
Em 1º de janeiro de 2016	462.481	5.290	38.344	(17.028)	489.087
Distribuição de dividendos exercício anterior	-	-	(38.344)	-	(38.344)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	55.332	55.332
Reserva legal	-	1.915	-	(1.915)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 21 (c))	-	-	-	(29.000)	(29.000)
Dividendos adicionais propostos	-	-	7.389	(7.389)	-
Em 31 de dezembro de 2016	462.481	7.205	7.389	-	477.075
Distribuição de dividendos do exercício anterior	-	-	(7.389)	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	49.085	49.085
Reserva legal	-	2.454	-	(2.454)	-
Juros sobre capital próprio (Nota 21 (c))	-	-	-	(28.000)	(28.000)
Dividendos adicionais propostos (Nota 21 (c))	-	-	18.631	(18.631)	-
Em 31 de dezembro de 2017	462.481	9.659	18.631	-	490.771

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2017	2016
		Reapresentado
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	49.085	55.332
Ajustes para conciliar o resultado com recursos gerados nas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	22.320	20.581
Remuneração sobre os bens da concessão indenizáveis	(3.525)	(3.093)
Constituição (reversão) da provisão para contingências	123	(336)
(Reversão) constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(948)	407
Perdas de créditos	4.632	-
Valor justo - gás pago e não retirado	(3.421)	-
Valor residual do ativo intangível baixado	658	107
Imposto de renda e contribuição social correntes	6.217	6.228
Imposto de renda e contribuição social diferidos	3.975	7.826
	<u>79.116</u>	<u>87.052</u>
(Aumento) diminuição nos ativos		
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	(21.693)	5.942
Estoques	(177)	580
Impostos a recuperar	5.681	(2.084)
Outras contas a receber	(129)	972
Créditos nas operações de aquisição de gás	24.295	(797)
Depósitos judiciais	(23)	(1.232)
Aumento (diminuição) nos passivos		
Fornecedores	(4.165)	(35.337)
Salários e encargos sociais	983	(215)
Impostos e contribuições a recolher	2.726	5.783
Outras contas a pagar	(156)	(246)
Juros pagos - Atualização de dividendos	(824)	(5.116)
Imposto de renda e contribuição social pagos	<u>(14.256)</u>	<u>(12.855)</u>
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>71.378</u>	<u>42.447</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de bens do ativo intangível	(19.470)	(19.110)
Aplicação em recebíveis de ativos financeiros	(327.473)	(325.249)
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	<u>337.532</u>	<u>351.417</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(9.411)</u>	<u>7.058</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(55.839)	(47.084)
Ingresso de financiamentos (*)	1.013	111
Pagamento de financiamentos (*)	<u>(466)</u>	<u>(473)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(55.292)</u>	<u>(47.446)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>6.675</u>	<u>2.059</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício - Nota 9	2.560	501
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício - Nota 9	<u>9.235</u>	<u>2.560</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>6.675</u>	<u>2.059</u>

(*) Refere-se a operações de *leasing* financeiro classificados no balanço patrimonial na rubrica de "Outras contas a pagar".





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais

	2017	2016
		Reapresentado
Receitas		
Receita de venda de gás	477.430	424.487
Receita de construção	19.470	19.110
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(3.684)	(407)
Outras (despesas) receitas	9.221	(10.872)
	502.437	432.318
Custos e despesas		
Custo do gás	(321.487)	(260.181)
Custo de construção	(19.470)	(19.110)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(19.991)	(20.460)
	(360.949)	(299.751)
Valor adicionado bruto	141.488	132.567
Depreciação e amortização	(22.320)	(20.581)
Valor adicionado líquido produzido	119.168	111.986
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	10.909	16.718
Valor adicionado total a distribuir	130.077	128.704
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	21.522	19.984
Impostos, taxas e contribuições	55.673	49.106
Remuneração de capitais de terceiros		
Despesas financeiras	501	1.240
Aluguéis	3.296	3.042
Remuneração de capitais próprios		
Juros sobre capital próprio	28.000	29.000
Lucros retidos	21.085	26.332
	130.077	128.704

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto operacional

A Gás Brasileiro Distribuidora S.A. (a seguir designada como "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede social em Araraquara, Estado de São Paulo. A Companhia é controlada, desde 29 de julho de 2011, pela Petrobras Gás S.A. - Gaspetro que detém 100% do seu capital social.

A Companhia tem por objetivo preponderante a exploração, mediante concessão, dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do estado de São Paulo, abrangendo 375 municípios, para atendimento dos segmentos industrial, residencial, comercial, gás natural veicular, termogeração e cogeração, compreendendo também a realização de negócios relacionados ao seu objeto social.

O respectivo Contrato de Concessão outorga e regula a exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado na área noroeste do estado de São Paulo e foi assinado em 10 de dezembro de 1999 entre o Poder Concedente (representado pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP) e a Companhia, com prazo de vigência de 30 anos, contado a partir da data de sua assinatura, com vencimento previsto para 9 de dezembro de 2029, podendo ser prorrogado por uma única vez por mais 20 anos, mediante requerimento da Companhia.

A ARSESP fiscaliza e regula os serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo.

Ao final do prazo da concessão, operar-se-á a reversão ao poder concedente dos bens e instalações vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.

O plano de expansão da rede de distribuição de gás natural em 2016 prevê investimentos da ordem de R\$ 30,7 milhões. O volume distribuído de gás natural no final do exercício de 2017 deve atingir 285,6 milhões de m³ (informações não auditadas), representando crescimento de 7,32% em relação ao distribuído em 2016, que foi de 266,1 milhões de m³ (2015 - 276,9 milhões de m³).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria Executiva da Companhia no dia 24 de fevereiro de 2017.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

2. Base de preparação

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.2 Declaração de conformidade (com relação às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC) e Conselho Federal de Contabilidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), as quais abrangem a Legislação Societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e complementadas pelo Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado, instituído pela portaria

CSPE nº 22 de 19 de novembro de 1999 e alterado pelas portarias CSPE nº 273 de 23 de dezembro de 2003 e CSPE nº 323 de 01 de setembro de 2004, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelos diretores da Companhia em 20 de fevereiro de 2018. Após sua emissão, somente os acionistas tem o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as principais políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- **Nota explicativa nº 10** - Contas a receber de clientes (perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa);
- **Nota explicativa nº 13** - Imposto de renda e contribuição social diferidos.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 15** - Mensuração do ajuste a valor presente (AVP) dos bens da concessão indenizáveis;
- **Notas explicativas nº 16 e 17** - Análise da vida útil econômica para fins de determinação da depreciação do ativo imobilizado e amortização do ativo intangível;
- **Nota explicativa nº 20** - Reconhecimento e mensuração da provisão para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos;
- **Nota explicativa nº 13** - Imposto de renda e contribuição social diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração a valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia regularmente revisa todas as mensurações significativas de valor justo através de dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então são analisadas as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

5. Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nos exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

5.1. Instrumentos financeiros

a. Ativos e passivos financeiros não derivativos

i. Reconhecimento e mensuração

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos como empréstimos e recebíveis e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

ii. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. São mensuradas pelo valor justo, as mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos e são reconhecidos no resultado do exercício. As aplicações financeiras em fundos de investimentos e os créditos nas operações de aquisição de gás são classificados nesta categoria.

iii. Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. Os empréstimos e recebíveis da Companhia abrangem o contas a receber de clientes e os bens da concessão indenizáveis. Estes estão classificados como recebíveis, conforme determina o ICPC 01 (R1), OCPC05.

No final do período de concessão da distribuição do gás, os bens e instalações vinculados ao serviço serão revertidos ao Poder Concedente. A Companhia terá o direito ao ressarcimento relativo aos investimentos realizados, observados os valores contábeis residuais e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado. Esses valores residuais estão sendo apresentados ajustados a valor presente.

b. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento efetuado com base no montante de gás natural consumido pelos clientes, ajustadas ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

As contas a receber são avaliadas pelo montante original da venda de gás natural, o que corresponde ao montante efetivamente consumido, deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é calculada e fundamentada na análise procedida pela administração, que leva em consideração a conjuntura econômica, os riscos específicos da carteira, a experiência passada, assim como as negociações em andamento, sejam por vias administrativas ou judiciais. O valor da provisão é a diferença entre o valor original do contas a receber e o valor recuperável.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

d. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. O custo é determinado usando-se o método da média ponderada. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de venda.

e. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

ii. Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As taxas médias anuais estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Urbanizações e benfeitorias em propriedade de terceiros	20
Equipamentos de informática	5





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

f. Ativos intangíveis

i. Concessões governamentais

Demonstrado ao custo pago na aquisição, deduzido de amortização acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A Companhia, quando firmou o Contrato de Concessão tinha como um dos principais objetivos atender ao Programa Prioritário de Termoeletricidade ("PPT") do Governo Federal de 1999, com o fornecimento de gás natural para cinco termoeletricas. O contrato foi concedido pelo montante de R\$ 274.900.

Em virtude da não implantação das termoeletricas na área de concessão, a Companhia efetuou revisões das projeções futuras de rentabilidade. Essas projeções utilizaram como parâmetro o método de avaliação econômica de geração de fluxos de caixa futuros descontados e revelaram que os investimentos efetuados até aquelas datas não seriam, na sua totalidade, recuperados pelos resultados futuros. Consequentemente, reduções extraordinárias do valor recuperável dos ativos foram reconhecidas no resultado dos exercícios de 2002 e de 2003, remanescendo o saldo de R\$ 8.345 para o contrato de concessão.

Melhorias na infraestrutura são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil do ativo, limitado ao prazo remanescente da concessão.

ii. Programas de computador (*softwares*)

Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares* identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativo intangível.

Os gastos com o aperfeiçoamento ou a expansão do desempenho dos *softwares* para além das especificações originais são acrescentados ao custo original do *software*.

iii. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos mercantis de bens relacionados com a concessão nos quais a Companhia fica substancialmente com todos os riscos e benefícios de propriedade são classificados como arrendamento financeiro. Os arrendamentos financeiros são registrados de forma similar a uma compra financiada, reconhecendo, no seu início, um ativo e um passivo de financiamento.

Os arrendamentos mercantis nos quais uma parte significativa dos riscos e benefícios de propriedade ficam com o arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos feitos para os arrendamentos operacionais são apropriados ao resultado como despesa ao longo do período do arrendamento.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

iv. Amortização

A amortização é reconhecida no resultado de forma linear com base nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis (limitado ao prazo remanescente da concessão), a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, conforme demonstrado a seguir.

	Anos
Software	5
Redes e estações	30
Fibra ótica	22
Conjunto de regulação e medição	20
Contrato de concessão	30

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

g. Redução ao valor recuperável (Impairment)

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de

Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

h. Fornecedores

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

i. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

j. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Aos acionistas é assegurado o dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a constituição da reserva legal, podendo, para efeito do pagamento da remuneração devida, ser computado o valor pago ou creditado a título de juros sobre capital próprio. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados de acordo com o estatuto social.

Nas demonstrações financeiras a distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo ao final do exercício e/ou no momento em que são apurados.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é deduzido da base de cálculo do resultado fiscal.

l. Reconhecimento da receita

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos.

A receita pela venda de gás natural é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. É reconhecida quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade do gás são transferidos para o consumidor. Logo, a Companhia adota como política de reconhecimento de receita a data em que o produto é entregue ao consumidor. Assim sendo, a Companhia reconhece como receita, o volume de gás efetivamente fornecido no mês, cujo faturamento aos clientes ocorrerá, parte no próprio mês e parte no mês subsequente.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Conforme o ICPC 01 (R1), os valores investidos na construção da infraestrutura necessária para a distribuição do gás canalizado, registrados no ativo intangível, devem ser considerados como serviço prestado ao Poder Concedente. No momento da entrada em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

m. Custo de gás a recuperar

A Companhia não reconhece contabilmente os saldos de ativos regulatórios na rubrica "Custo das vendas" no resultado do exercício correspondente, pelo fato dos mesmos não atenderem aos requerimentos mínimos para serem considerados como ativo financeiro de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e Pronunciamento Técnico CPC 39 - "Instrumentos Financeiros - Apresentação".

n. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, ajustes de desconto a valor presente dos ativos financeiros e juros recebidos de clientes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem, substancialmente, as despesas com atualização monetária das provisões para contingências e multas moratórias, compensatórias, conforme Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado.

Os ganhos e perdas monetárias são apresentados de forma líquida.

o. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

i. Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

ii. Despesas de imposto de renda e contribuição social – Diferidos

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

6. Reapresentação de valores correspondentes

A Companhia identificou reclassificações nos valores correspondentes decorrente de aplicações financeiras em cotas do Fundo de Investimentos em *Direitos Creditórios Não Padronizado (FIDC-NP)* que não atendem ao critério de caixa e equivalentes de caixa, conforme Pronunciamento Técnico CPC 03, sobretudo, em relação ao insignificante risco de mudança de valor, dado a natureza e contraparte destas aplicações.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Os montantes envolvidos são de R\$ 70.229 mil e R\$ 96.397 mil em 31 de dezembro de 2016 e 1º de janeiro de 2016, respectivamente, para a rubrica de contas a receber de clientes e outros recebíveis.

Abaixo segue o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e 1º de janeiro de 2016 reapresentados, considerando o efeito acima citado:

	31.12.2016 Original	Reclassificações	31.12.2016 Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	72.789	(70.229)	2.560
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	33.096	70.229	103.325
Outros ativos circulantes	41.705	-	41.705
	<u>147.590</u>	<u>-</u>	<u>147.590</u>
Não circulante	<u>407.602</u>	<u>-</u>	<u>407.602</u>
Total do ativo	<u>555.192</u>	<u>-</u>	<u>555.192</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Total do passivo	<u>78.117</u>	<u>-</u>	<u>78.117</u>
Total do patrimônio líquido	<u>477.075</u>	<u>-</u>	<u>477.075</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>555.192</u>	<u>-</u>	<u>555.192</u>
	01.01.2016 Original	Reclassificações	01.01.2016 Reapresentado
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	96.898	(96.397)	501
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	39.427	96.397	135.824
Outros ativos circulantes	7.119	-	7.119
	<u>143.444</u>	<u>-</u>	<u>143.444</u>
Não circulante	<u>439.312</u>	<u>-</u>	<u>439.312</u>
Total do ativo	<u>582.756</u>	<u>-</u>	<u>582.756</u>
Passivo e patrimônio líquido			
Total do passivo	<u>93.669</u>	<u>-</u>	<u>93.669</u>
Total do patrimônio líquido	<u>489.087</u>	<u>-</u>	<u>489.087</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>582.756</u>	<u>-</u>	<u>582.756</u>





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Demonstração do fluxo de caixa de 2016

O impacto na demonstração do fluxo de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 afetou os subtotais das atividades de investimentos, além dos saldos iniciais e finais de caixa e equivalentes de caixa, conforme abaixo:

	31.12.2016 Original	Reclassificação	31.12.2016 Reapresentado
Fluxo de caixa proveniente das atividades operacionais	<u>47.563</u>	<u>-</u>	<u>47.563</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de bens do ativo intangível	(19.110)	-	(19.110)
Aplicação em recebíveis de ativos financeiros	-	(325.249)	(325.249)
Resgate em recebíveis de ativos financeiros	-	351.417	351.417
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(19.110)</u>	<u>26.168</u>	<u>7.058</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(52.562)</u>	<u>-</u>	<u>(52.562)</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(24.109)</u>	<u>26.168</u>	<u>2.059</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	96.898	(96.397)	501
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>72.789</u>	<u>(70.229)</u>	<u>2.560</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa	<u>(24.109)</u>	<u>26.168</u>	<u>2.059</u>

Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia identificou reclassificações nos valores correspondentes na Demonstração do Valor Adicionado, decorrente da apresentação indevida de tributos recuperáveis na rubrica "Impostos, taxas e contribuições". Tais valores deveriam ser apresentados na rubrica de "custo do gás" de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, considerando que nos valores dos custos das vendas de gás, devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras, recuperáveis ou não. Sendo assim, a rubrica de "custo do gás" estava apresentada a menor e consequentemente a rubrica "Impostos, taxas e contribuições" apresentada a maior no montante de R\$ 55.152 mil, nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

	31.12.2016 Original	2016 Reclassificações	31.12.2016 Reapresentado
Receitas	432.318	-	432.318
Custos e despesas			
Custo do gás	(205.029)	(55.152)	(260.181)
Custo de construção	(19.110)	-	(19.110)
Materiais, serviços de terceiros e outras despesas	(20.460)	-	(20.460)
	(244.599)	(55.152)	(299.751)
Valor adicionado bruto	187.719	(55.152)	132.567
Depreciação e amortização	(20.581)	-	(20.581)
Valor adicionado líquido produzido	167.138	(55.152)	111.986
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	16.718	-	16.718
Valor adicionado total a distribuir	183.856	(55.152)	128.704
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos	19.984	-	19.984
Impostos, taxas e contribuições	104.258	(55.152)	49.106
Remuneração de capitais de terceiros	4.282	-	4.282
Remuneração de capitais próprios	55.332	-	55.332
	183.856	(55.152)	128.704

7. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

As principais normas e interpretações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2017.

- IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) - Pronunciamento Técnico CPC 48

A regra estabelece um novo modelo para classificação de ativos financeiros, baseado nas características dos fluxos de caixa e no modelo de negócios usado para gerir o ativo. Altera os princípios para reconhecimento de redução ao valor recuperável (*impairment*) de perdas incorridas para um modelo baseado nas perdas esperadas. Institui novos requisitos relacionados à contabilidade de hedge. A norma é aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A administração não identificou impacto na contabilização do passivo financeiro da Companhia, uma vez que os novos requisitos apenas afetam a contabilização de passivos financeiros que são designados pelo valor justo por meio do resultado atribuível às alterações no risco de crédito dos passivos, e a Companhia não possui tais passivos.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Também não foram identificados impactos materiais nas demonstrações financeiras quanto ao novo modelo de perdas esperadas para ativos financeiros. Em operação da infraestrutura é realizada a contabilização da receita pelo mesmo valor do investimento como serviço prestado ao Poder Concedente, ou seja, não há nenhuma margem para construção da infraestrutura.

- IFRS 15 *Revenue from Contracts with Customers* (Receita de Contratos com Clientes) - Pronunciamento Técnico CPC 47

Essa regra estabelece novos princípios para o reconhecimento, mensuração e divulgação de receitas com clientes.

Os requerimentos do IFRS 15 estipulam que a receita seja reconhecida quando o cliente obtém controle sobre as mercadorias ou serviços vendidos, o que altera o modelo atual que se baseia na transferência de riscos e benefícios. Adicionalmente, a nova norma traz mais esclarecimentos sobre reconhecimento de receitas em casos complexos. A norma é aplicável para os exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018.

A Companhia concluiu que a aplicação deste pronunciamento não terá impacto na identificação e mensuração dos resultados ou nos balanços patrimoniais.

- Impacto estimado da adoção do CPC 06 / IFRS 16 - Leases

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 (CPC 47) Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia ainda não iniciou uma avaliação do potencial impacto em suas demonstrações financeiras.

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC, além das citadas acima, que entraram em vigor e que se espera que tenham um impacto significativo sobre a Companhia.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

8. Gestão de risco financeiro

8.1 Fatores de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco da taxa de juros
- Risco de mercado

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes.

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócio e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber.

A Companhia estabelece uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas a serem incorridas com relação às contas a receber de clientes. A Companhia entende que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos.

b. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia vir a encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha caixa suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Usualmente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais, incluindo o cumprimento de suas obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Valor contábil	Até 12 meses	1 - 2 anos	3 - 5 anos
2017				
Fornecedores	27.189	27.189	-	-
Outras contas a pagar	1.449	683	640	126
	<u>28.638</u>	<u>27.872</u>	<u>640</u>	<u>126</u>
2016				
Fornecedores	31.354	31.354	-	-
Outras contas a pagar	1.053	647	406	-
	<u>32.407</u>	<u>32.001</u>	<u>406</u>	<u>-</u>

c. Risco da taxa de juros

A Companhia possui aplicações financeiras indexadas à variação do CDI, expondo este ativo financeiro às flutuações nas taxas de juros conforme demonstrado no quadro de sensibilidade a seguir:

Instrumentos Ativo financeiro	Exposição em 31/12/2017	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Elevação do índice em 25%		Elevação do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Contas a receber de clientes - Nota 10	60.170	CDI	9,95	12,44	1.203	14,93	3.009
					<u>1.203</u>		<u>3.009</u>
Instrumentos Ativo financeiro	Exposição em 31/12/2017	Risco	Taxa de juros efetiva % a.a.	Cenários			
				Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
				%	Valor	%	Valor
Contas a receber de clientes - Nota 10	60.170	CDI	9,95	7,46	(1.203)	4,98	(3.009)
					<u>(1.203)</u>		<u>(3.009)</u>

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que as alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros possam vir a impactar nos negócios da Companhia. A Companhia tem atuação em 100% no mercado nacional, no entanto, as compras de gás sofrem alterações no preço de acordo com a variação cambial do dólar, essa variação da moeda estrangeira é absorvida pelo custo do gás a recuperar (ativo/passivo regulatório), os quais são repassados aos clientes periodicamente nas revisões tarifárias.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

8.2 Gestão do capital

A política da Companhia privilegia uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credores e do mercado, acumulando caixa e equivalentes de caixa suficientes para a liquidação de suas obrigações de curto prazo. A eventual tomada de recursos de terceiros é considerada em cenários que esta seja a melhor opção para garantir o desenvolvimento futuro do negócio, conforme apresentado abaixo:

	2017	2016
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(9.235)	(2.560)
(-) Recebíveis de ativos financeiros - Nota 10	(60.170)	(70.229)
Outras contas a pagar (<i>leasing</i> financeiro)	1.168	621
(=) Caixa e equivalentes de caixa, líquidos	<u>(68.237)</u>	<u>(72.168)</u>
Total do patrimônio líquido	490.771	477.075
<i>Índice de alavancagem financeira</i>	-14%	-15%

8.3 Instrumentos financeiros por categoria

Os valores contábeis dos principais instrumentos financeiros não derivativos da Companhia em 31 de dezembro de 2017, registrados nos ativos e passivos, classificados como empréstimos e recebíveis, mensurados ao valor justo por meio do resultado e outros passivos financeiros, respectivamente, estão apresentados no quadro a seguir:

	2017	2016
Ativos		
Empréstimos e recebíveis		
Caixa e bancos (Nota 9)	9.235	2.560
Contas a receber de clientes e outros recebíveis	51.105	33.096
Bens de concessão indenizáveis	36.114	26.368
Depósitos judiciais	2.802	2.779
Valor justo por meio do resultado		
Recebíveis de ativos financeiros (Nota 10)	60.170	70.229
Créditos nas operações de aquisição de gás	32.922	53.797
Passivos		
Outros passivos financeiros		
Outras contas a pagar	1.449	1.053
Fornecedores	27.189	31.354
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	24.650





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

9. Caixa e equivalentes de caixa

	2017	2016
Caixa e bancos	9.235	2.560
	<u>9.235</u>	<u>2.560</u>

Refere-se substancialmente a saldo de conta-corrente em instituições financeiras.

10. Contas a receber de clientes e outros recebíveis

a. Composição

	2017	2016
Contas a receber de clientes	60.669	43.607
Recebíveis de ativos financeiros (*)	60.170	70.229
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(9.564)</u>	<u>(10.511)</u>
	<u>111.275</u>	<u>103.325</u>

(*) Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras. A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como "empréstimos e recebíveis", considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos.

b. Aging-list

	2017	2016
A vencer	50.787	32.582
Vencidos até 60 dias	3.252	3.719
Vencidos de 61 até 180 dias	3.658	51
Vencidos de 181 até 360 dias	93	655
Vencidos há mais de 360 dias	<u>2.879</u>	<u>6.601</u>
	<u>60.669</u>	<u>43.607</u>





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

c. Movimentação da provisão de créditos de liquidação duvidosa

	2017	2016
Saldo no início do exercício	(10.511)	(10.217)
Adições	(4.242)	(983)
Baixas por perda definitiva	5.189	
Baixas por recebimento de clientes		689
Saldo no final do exercício	<u>(9.564)</u>	<u>(10.511)</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como base a incerteza da capacidade de recebimento total dos valores registrados no contas a receber. A composição da provisão de créditos de liquidação duvidosa e de títulos vencidos e títulos não vencidos provenientes de renegociações.

11. Tributos a recuperar

	2017	2016
Circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	758	579
Programa de Integração Social (PIS)	114	-
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	524	-
	<u>1.396</u>	<u>579</u>
Não circulante		
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	632	846
Programa de Integração Social (PIS)	953	670
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	4.388	3.089
	<u>5.973</u>	<u>4.605</u>
	<u>16.975</u>	<u>14.618</u>

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui valores de créditos de Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no montante de R\$ 1.390 (R\$ 1.425 em 31 de dezembro de 2016), gerados por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância à legislação vigente. A Companhia estima que a parcela de créditos classificados no não circulante seja recuperada em até 48 meses, sem ocorrência de perdas.

A Companhia também possui em 31 de dezembro de 2017, valores de créditos do Programa de Integração Social (PIS) no montante de R\$ 1.067 (R\$ 670 em 31 de dezembro de 2016), bem como da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) no montante de R\$ 4.912 (R\$ 3.089 em 31 de dezembro de 2016), gerados por compras do ativo para a construção da rede de distribuição de gás. Esses créditos estão sendo recuperados em observância à legislação vigente.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

12. Ativo fiscal

	2017	2016
Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - Antecipações	7.108	7.147
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Antecipações	<u>2.498</u>	<u>2.287</u>
	<u>9.606</u>	<u>9.434</u>

13. Imposto de renda e contribuição social

a. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui saldos de diferenças temporárias, no montante de R\$ 173.707 (R\$ 185.397 em 31 de dezembro de 2016), entre o lucro contábil e o lucro tributável, passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros nas condições estabelecidas pela legislação vigente, sem prazo de prescrição, levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados futuros elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros, que podem, portanto, sofrer alterações.

Os créditos diferidos em função da redução ao valor contábil dos direitos de concessão, segundo regras tributárias, serão compensados pelo prazo do contrato de concessão.

O efeito decorrente dos prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias estão detalhados a seguir:

	2017	2016
Prejuízos fiscais (25%)	-	267
Base negativa de contribuição social (9%)	-	96
Diferenças temporárias dedutíveis, líquidas:		
Provisão para redução do valor contábil dos direitos de concessão	40.885	44.292
Ajuste a valor presente do Intangível e Bens da concessão indenizáveis	11.021	9.782
Provisão para créditos de liquidação duvidosas	3.252	3.574
Provisão para contingências	3.983	3.941
Outros diferenças	<u>(80)</u>	<u>1.083</u>
Ativo fiscal diferido	<u>59.061</u>	<u>63.035</u>





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

b. Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos

A administração considera que os créditos fiscais diferidos ativos serão realizados na proporção da realização das provisões e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções de lucros.

Em 31 de dezembro de 2017, a expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos é a seguinte:

Ano de recuperação

2018	5.550
2019	3.462
2020	3.462
2021	3.462
2022	3.462
Acima de 5 anos	39.663
	<u>59.061</u>

c. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	59.277	69.386
Alíquota combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(20.154)	(23.591)
Juros sobre capital próprio	9.520	9.860
Outras diferenças	442	(323)
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício		
Corrente	(6.217)	(6.228)
Diferido	(3.975)	(7.826)
	(10.192)	(14.054)
Alíquota efetiva	17%	20%

14. Créditos nas operações de aquisição de gás

	2017	2016
Circulante		
Créditos nas operações de aquisição de gás	32.922	29.593
Não circulante		
Créditos nas operações de aquisição de gás	-	24.204
	<u>32.922</u>	<u>53.797</u>





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

A movimentação dos créditos nas operações de aquisição de gás em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é composta conforme segue:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	53.797	53.000
Adições de novos créditos	-	797
Compensações	(24.296)	-
Atualizações	3.421	-
	<u>32.922</u>	<u>53.797</u>
Saldo no final do exercício	<u>32.922</u>	<u>53.797</u>

O contrato firme inflexível de compra de gás natural, firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, estabelece compromisso de retirada de volumes de gás natural fixado em um percentual da quantidade de volume contratado.

Como nos exercícios de 2016 e 2017 a Companhia retirou uma quantidade de gás natural inferior ao volume compromissado, foram efetuadas antecipações de compra de gás referentes aos volumes não retirados, conforme previsto nas regras contratuais, que resultaram no montante atualmente registrado. Em dezembro de 2016 foi celebrado o 2º termo aditivo ao Contrato Firme Inflexível de Compra e Venda de Gás Natural, e através deste aditivo, entre outros pontos, se repactuou a Quantidade Contratual. O referido termo aditivo permitiu ainda a revisão de expectativa de consumo dos valores antecipados e a consequente reclassificação de parte do saldo para o ativo circulante.

As quantidades de gás natural pagas e não retiradas poderão ser compensadas, conforme contrato firme inflexível, em até 12 meses após o término do contrato. As projeções feitas pela Administração indicam a compensação total do volume de gás natural pago e não retirado dentro do período contemplado no contrato.

15. Bens da concessão indenizáveis

	2017	2016
Servidão de passagem	6.748	5.152
Terrenos	421	329
Redes	26.103	18.614
Edificações	1.153	1.018
Estações	615	469
Outros	1.074	786
	<u>36.114</u>	<u>26.368</u>

Referem-se a ativos que serão revertidos para o poder concedente ao final do contrato de concessão, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devida, observados os valores contábeis e as datas de sua incorporação ao patrimônio do Estado.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Estes ativos estão descontados a valor presente no reconhecimento inicial a uma taxa média de 10,05% ao ano. Esta taxa tem como base Nota Técnica do órgão regulador (ARSESP), que objetiva apresentar a taxa do custo médio ponderado de capital (WACC) a ser aplicado no cálculo das tarifas. Considerando que a expansão, operação e manutenção das redes se financiam com capitais próprios, a Administração entende como prudente a utilização da taxa WACC regulatória como fator de desconto para os bens a serem indenizáveis ao final do Contrato de Concessão.

Abaixo apresentamos a movimentação dos bens da concessão indenizáveis:

	2017	2016
Saldo líquido no início do exercício	26.368	22.440
Adições - Transferência do ativo intangível (bifurcação) - Nota 17	6.225	489
(Baixas) reversão	(4)	346
Realização do ajuste a valor presente (AVP) - Nota 25	<u>3.525</u>	<u>3.093</u>
Saldo líquido no final do exercício	<u><u>36.114</u></u>	<u><u>26.368</u></u>

16. Imobilizado

	Urbanização e benfeitorias	Equipamentos de informática	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	2.836	658	3.494
(+) Transferências para o intangível		(181)	(181)
Depreciação	<u>(389)</u>	<u>(136)</u>	<u>(525)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>2.447</u>	<u>341</u>	<u>2.788</u>
Custo total	4.277	1.664	5.941
Depreciação acumulada	<u>(1.830)</u>	<u>(1.323)</u>	<u>(3.153)</u>
Valor Residual	<u>2.447</u>	<u>341</u>	<u>2.788</u>
(+) Transferências do intangível	-	821	821
(-) Baixas	-	(652)	(652)
Depreciação	<u>(389)</u>	<u>(235)</u>	<u>(624)</u>
(-) Baixas da depreciação		<u>652</u>	<u>652</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>2.058</u>	<u>927</u>	<u>2.985</u>
Custo total	4.277	1.833	6.110
Depreciação acumulada	<u>(2.219)</u>	<u>(906)</u>	<u>(3.125)</u>
Valor Residual	<u>2.058</u>	<u>927</u>	<u>2.985</u>
Taxa de depreciação	5%	20%	





RELATORIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

17. Imobilizado

	Redes	Software	Fibra ótica	Conjunto de regulagem e medição	Estações	Terrenos	Contrato de concessão	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	232.375	3.493	5.340	5.278	5.294	1.109	2.249	30.227	285.365
Aquisições	16.784	477	27	304	12	73	-	1.433	19.110
(-) Transferência para bens da concessão indenizáveis	121	-	(4)	(63)	(7)	-	-	(536)	(489)
(-) Transferência para o imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(181)	(181)
(-) Amortização da contrapartida dos bens da concessão	(5.459)	-	(30)	(20)	(102)	(74)	-	(380)	(6.065)
(-) Baixas	(55)	-	-	(1)	-	-	-	(34)	(90)
Amortização	(10.357)	(973)	(371)	(369)	(278)	-	(161)	(1.484)	(13.993)
(-) Baixas da amortização	1	-	-	-	-	-	-	1	2
Saldos em 31 de dezembro de 2016	233.410	2.997	4.962	5.129	4.919	1.108	2.088	29.046	283.659
Total do custo	312.437	12.481	8.169	8.337	7.442	1.108	8.345	46.149	404.468
Amortização acumulada	(79.027)	(9.484)	(3.207)	(3.208)	(2.523)	-	(6.257)	(17.103)	(120.809)
Valor residual	233.410	2.997	4.962	5.129	4.919	1.108	2.088	29.046	283.659
Aquisições	15.377	253	3	357	985	2	-	2.493	19.470
(-) Transferência para bens da concessão indenizáveis	(3.127)	-	(90)	(164)	(81)	(29)	-	(2.734)	(6.225)
(-) Transferência para o imobilizado	-	-	-	-	-	-	-	(821)	(821)
(-) Amortização da contrapartida dos bens da concessão	(6.508)	-	(30)	(28)	(115)	(83)	-	(405)	(7.169)
(-) Baixas	(10)	-	-	-	-	-	-	-	(10)
Amortização	(10.761)	(1.071)	(373)	(372)	(287)	-	(161)	(1.502)	(14.527)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	228.381	2.179	4.472	4.922	5.421	998	1.927	26.077	274.377
Total do custo	318.169	12.734	8.052	8.502	8.231	998	8.345	44.682	409.713
Amortização acumulada	(89.788)	(10.555)	(3.580)	(3.580)	(2.810)	-	(6.418)	(18.605)	(135.336)
Valor residual	228.381	2.179	4.472	4.922	5.421	998	1.927	26.077	274.377
Taxa média de amortização	3,33%	20%	4,50%	5%	3,33%	-	3,33%	2% a 20%	





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Em 2017, a Companhia não identificou indícios ou mudanças significativas nos cenários econômicos, operacionais ou tecnológicos que pudessem indicar a deteriorização, obsolescência ou perda de seu valor recuperável. Com base nas análises efetuadas, os efeitos foram devidamente refletidos nas demonstrações financeiras de acordo com o julgamento da administração. A rubrica "Outros" refere-se, substancialmente, a equipamentos para investimento na rede de distribuição.

18. Fornecedores

Refere-se basicamente ao contrato firmado pela aquisição de gás natural, empreiteiras e fornecedores de tubulações, destinados à construção de gasodutos e está composto como segue:

	2017	2016
Partes relacionadas		
Petróleo Brasileiro S.A. Petrobrás - Fornecimento de gás	22.383	21.084
Terceiros		
Materiais e serviços	4.396	9.863
Outros	410	407
	<u>27.189</u>	<u>31.354</u>

19. Impostos e contribuições a recolher

	2017	2016
Imposto sobre Circularização de Mercadorias e Serviços (ICMS)	6.900	4.212
Imposto de Renda Retido na Fonte - JCP	4.200	-
Programa de Integração Social (PIS)	209	150
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	966	700
INSS retido na fonte a recolher	107	490
Outros impostos e contribuições retidos a recolher	241	330
	<u>12.623</u>	<u>5.882</u>

20. Provisão para contingências

Nas datas das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados a contingências:

	Depósitos judiciais		Provisões para contingências	
	2017	2016	2017	2016
Contingência ARSESP - 3º Aditivo	-	-	7.003	7.003
Contingência ARSESP - TRCF	1.520	1.545	1.117	1.117
Processos fiscais	-	-	2.236	2.121
Processos trabalhistas	1.282	1.234	1.358	1.350
	<u>2.802</u>	<u>2.779</u>	<u>11.714</u>	<u>11.591</u>





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

A movimentação da provisão em 31 de dezembro de 2017 e 2016 é composta conforme segue:

	2017	2016
Saldo no início do exercício	11.591	11.936
Adições de novos processos	-	540
Pagamentos e reversões	(5)	(1.108)
Atualizações	128	223
	<u>11.714</u>	<u>11.591</u>
Saldo no final do exercício		

Adicionalmente, a Companhia está se defendendo de ações de natureza cível, envolvendo valores totais de R\$ 3.305 em 31 de dezembro de 2017 (31 de dezembro de 2016 - R\$ 1.622), classificados pela administração como de riscos de perdas possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não foi constituída provisão de perdas.

21. Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o capital social totalmente subscrito e integralizado é representado por 462.481.205 ações ordinárias nominativas, no montante de R\$ 462.481, sendo 100% pertencentes à Petrobras Gás S.A. - Gaspetro.

b. Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excede 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Dividendos e juros sobre capital próprio

Conforme estatuto social da Companhia é assegurado aos Acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, o qual considera juros sobre capital próprio em sua composição.

Conforme Assembleia Geral Extraordinária ocorrida em 21 de dezembro de 2017, foi deliberado a aprovação do pagamento dos juros sobre o capital próprio de 2017, que ocorreu em 28 de dezembro de 2017.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Lucro do exercício em 31 de dezembro de 2017	49.085
Constituição de reserva legal	(2.454)
Base de cálculo para dividendos e juros sobre capital próprio	46.631
Juros sobre capital próprio distribuídos	(28.000)
Percentual de juros sobre capital próprio distribuídos	60%
Imposto de renda sobre juros sobre capital próprio	4.200

Dividendos adicionais propostos são os valores de lucros remanescentes, propostos pela administração e a disposição da Assembleia Geral para sua destinação, ao valor de R\$ 0,04 por ação.

22. Partes relacionadas

a. Transações entre partes relacionadas

Os saldos de transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	2017	2016
Venda de gás		
Petrobras Distribuidora S.A. (i)	4.023	3.977
Compra de gás		
Petroleo Brasileiro S.A. (ii)	322.620	310.955
Reembolso de pessoal		
Petroleo Brasileiro S.A. (iii)	948	1.593
Petrobras S.A. - Gaspetro (iii)	1.239	961
Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (iii)	375	-

As transações são efetuadas com base em termos e condições comerciais normais ao mercado.

- i. As vendas realizadas para a Petrobras Distribuidora S.A. referem-se ao fornecimento de Gás Natural Veicular (GNV). A totalidade deste saldo foi recebida até 31 de dezembro de 2017.
- ii. Conforme mencionado na Nota 18, as compras referem-se ao gás natural adquirido integralmente da Petróleo Brasileiro S.A.
- iii. Mensalmente a Companhia realiza o reembolso de pessoal por meio de nota de débito.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

b. Remuneração do pessoal-chave da administração e do Conselho Fiscal

O pessoal-chave da administração inclui os Conselheiros de Administração, Diretor-Presidente, Diretor Administrativo-Financeiro e Diretor Técnico-Comercial. A remuneração para esses membros, somada à remuneração dos Conselheiros Fiscais, totalizou R\$ 1.876 (2016 - R\$ 1.870).

23. Receita de vendas

As receitas pelas vendas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 são as seguintes:

	2017	2016
Receita pela venda de gás	477.408	424.451
Receita pela prestação de serviço	22	36
Receita de construção de infraestrutura	19.470	19.110
Deduções:		
ICMS	(68.606)	(50.939)
PIS	(7.877)	(7.004)
COFINS	(36.285)	(32.261)
	<u>384.132</u>	<u>353.393</u>





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

24. Despesas por natureza

	2017	2016
Custo das vendas de gás		
Custo do gás adquirido	254.201	205.868
Custo de construção de infraestrutura	19.470	19.110
Depreciação e amortização	21.696	19.875
Pessoal e encargos	6.671	6.164
Serviços de terceiros	5.920	6.630
Despesas gerais	1.372	1.015
Arrendamento e aluguéis	1.307	1.232
Provisão para participação nos resultados	311	278
Utilidades e ocupação	269	281
	<u>311.217</u>	<u>260.453</u>
Despesas comerciais		
Serviços de terceiros	4.694	5.541
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	3.684	407
Pessoal e encargos	3.447	3.290
Arrendamento e aluguéis	935	891
Utilidades e ocupação	286	274
Despesas gerais	219	196
Provisão para participação nos resultados	169	155
Outras	130	125
	<u>13.564</u>	<u>10.879</u>
Despesas administrativas		
Pessoal e encargos	8.671	7.881
Utilidades e ocupação	2.105	1.933
Serviços de terceiros	2.064	1.813
Administradores e Conselho Fiscal	1.876	1.870
Taxa de fiscalização	1.794	1.650
Arrendamento e aluguéis	1.054	919
Despesas gerais	802	676
Depreciação	624	706
Provisão para participação nos resultados	377	347
Provisão - Contrato de suprimentos de gás (Penalidade)	48	5.388
Outras	337	326
	<u>19.752</u>	<u>23.509</u>





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

25. Resultado financeiro

	2017	2016
Despesas financeiras		
Juros	(378)	(477)
Atualização monetária das contingências	(123)	(763)
	<u>(501)</u>	<u>(1.240)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	7.384	12.526
Remuneração sobre os Bens da concessão indenizáveis	3.525	3.093
Reversão da provisão para contingências	-	1.099
	<u>10.909</u>	<u>16.718</u>
Variações monetárias, líquidas		
Variações monetárias ativas - compra de gás	9.512	-
Variações monetárias passivas - atualização de dividendos	(824)	(5.116)
	<u>8.688</u>	<u>(5.116)</u>

26. Compromissos

a. Compromisso de compra de gás natural

A Companhia tem firmado com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, o contrato firme inflexível de compra de gás natural que estabelece compromisso de retirada de volumes de gás natural fixado em um percentual da quantidade de volume contratado conforme mencionado nas Notas 14, 18 e 22.

b. Custo do gás a recuperar (repassar)

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2017, saldo a recuperar e em 31 de dezembro de 2016, saldo a repassar, decorrentes das diferenças entre o custo do gás incluso na tarifa cobrada do usuário e o custo efetivo do gás pago ao supridor (em função de diferenças temporais no repasse dos custos na atualização de tarifas). Os valores que compõem este saldo foram calculados de acordo com as premissas determinadas no contrato de concessão e foram objeto de revisão pelo órgão regulador.

Sua recuperação e/ou repasse é determinada pelo órgão regulador por ocasião da atualização da tarifa, que ocorre ordinariamente no aniversário da concessão ou extraordinariamente, mediante negociação entre a Concessionária e a ARSESP, caso o valor acumulado ultrapasse os valores previamente determinados.

Embora estes saldos sejam considerados como direitos e/ou deveres da Companhia perante o órgão regulador, os mesmos não estão sendo considerados como ativos/passivos financeiros no balanço patrimonial da Companhia devido às disposições contidas nos pronunciamentos e interpretações contábeis vigentes no Brasil, visto que sua realização depende substancialmente de consumo futuro pelos clientes do volume de gás projetado para o período considerado na atualização da tarifa.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

	2017	2016
Custo do gás a recuperar/(repassar) - Não auditado	<u>8.330</u>	<u>(3.934)</u>

c. Aluguéis

A Companhia mantém contratos de locação de imóveis urbanos junto a terceiros, que inclui sua sede administrativa, com prazos de duração entre 24 a 120 meses, com vencimento final em 31 de janeiro de 2022. As parcelas são corrigidas anualmente pelo IGP-M e o valor contratado junto aos terceiros em 31 de dezembro de 2017 é de R\$ 3.219.

27. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava a seguinte apólice de seguro:

Ramos	Limite Máximo de Indenização
Riscos Operacionais	6.917

28. Lucro por ação

a. Básico

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

	2017	2016
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	49.085	55.332
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício (lotes de mil)	<u>462.481</u>	<u>462.481</u>
Resultado básico por ação		
Lucro básico e diluído por ação - em reais	<u>0,11</u>	<u>0,12</u>

b. Diluído

A Companhia não possui nenhum instrumento com o efeito diluidor sobre o resultado por ação.





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

Composição da Diretoria

Walter Fernando Piazza Junior

Cláudio José de Almeida Camargos

Paulo Virgínio Teixeira de Lucena

Contador

Paulo França dos Santos

CRC 1SP201480/O-7





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 33, DE 2018

Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), combinado com o § 3º do art. 37 do Decreto 8.945/2016, o Relatório Anual da Administração da Gaspetro em 2017.

AUTORIA: GASPETRO

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO INICIAL: Às CI e CTFC.



[Página da matéria](#)





Rio de Janeiro, 20 de junho de 2018

GASPETRO 0025/2018

Ao
Presidente do Congresso Nacional
Senador Eunício Oliveira
Senado Federal Anexo 1 17º andar
Praça dos Três Poderes
70165-900 Brasília –DF

Assunto: Atendimento do segundo parágrafo do Artigo 23 da Lei 13.303 e do terceiro parágrafo do Artigo 37 do Decreto 8.945.

Referência: Relatório Anual da Administração da Gaspetro 2017.

Excelentíssimo Senhor Presidente do Congresso Nacional,

A Diretoria da Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, empresa controlada pela Petróleo Brasileiro S.A – Petrobras, vem por meio desta encaminhar o Relatório Anual da Administração da Gaspetro 2017 em atendimento ao disposto no segundo parágrafo do Artigo 23 da Lei 13.303/2016, assim como o terceiro parágrafo do Artigo 37 do Decreto 8.945/2016. O referido relatório, em anexo, foi aprovado pelo Conselho de Administração da companhia em 13/04/2018 e contempla a visão geral das atividades e os resultados obtidos pela Gaspetro.

Atenciosamente,


Thomaz Lucchini Coutinho
Diretor Presidente da Gaspetro

Anexo(s): Anexo - Relatório de Administração da Gaspetro 2017.pdf

c.c.: GASPETRO/BRA/Petrobras; GASPETRO
DCORP/BRA/Petrobras; GASPETRO DFIN/BRA/Petrobras;
GASPETRO DIOP/BRA/Petrobras; GASPETRO
GPLAN/BRA/Petrobras; GASPETRO DCORP
GCONF/BRA/Petrobras; GASPETRO SEGE/BRA/Petrobras;
GOVERNANCA ADE/BRA/Petrobras; GIA-RGN PGE
PDGQ/BRA/Petrobras; Joao Paulo Mesquita

GASPETRO - PETROBRAS GÁS S.A
Praia de Botafogo, 300, 12º andar, Centro Empresarial Botafogo
Botafogo, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, CEP 22.250-040

Presidência do Senado Federal
Recebi o Original

Em 26 de 19 H 17:06



Villela/BRA/Petrobras; Elisa Castilhos Silva/BRA/Petrobras

GASPETRO - PETROBRAS GÁS S.A
Praia de Botafogo, 300, 12º andar, Centro Empresarial Botafogo
Botafogo, Rio de Janeiro - RJ - Brasil, CEP 22.250-040





RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA GASPETRO 2017



Abril de 2018



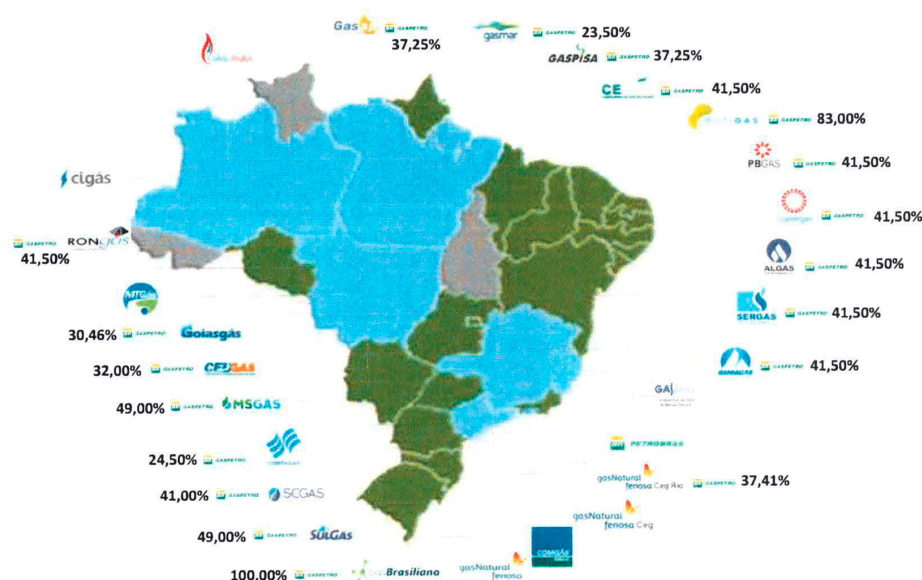


1. MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2017 foi marcado pelo início da recuperação econômica do país que, embora tênue, já dá sinais de retomada da atividade nos mais diversos setores, contribuindo para a geração de empregos, melhoria da renda, e consequentemente aumento do consumo das pessoas.

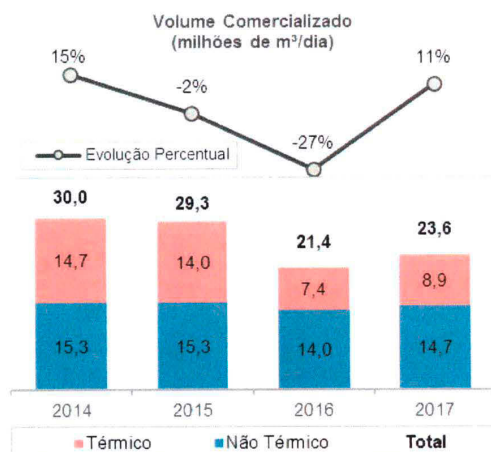
O gás natural como combustível presente nos diversos segmentos da economia, em especial no segmento industrial e de geração termoeletrônica, teve seu consumo nacional incrementado em 12%, quando comparado ao ano anterior, atingindo o volume médio diário de 57 milhões de m³. Com a retomada econômica, o mercado não térmico apresentou crescimento de 6% enquanto o setor termoeletrônico atingiu a marca de 20 milhões de m³ por dia, correspondente a um crescimento de 25%, em relação a 2016.

A Petrobras Gás S/A – Gaspetro é uma empresa com participação acionária da Petróleo Brasileiro S/A – Petrobras (51%) e da Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda, que detém participação em 19 Concessionárias de Distribuição de Gás Natural canalizado, sendo 14 em operação e 5 em fase pré ou parcialmente operacional.



As Companhias Distribuidoras Locais (CDLs) com participação da Gaspetro movimentaram, em 2017, 23,6 milhões de m³/dia, o que representou uma participação de mercado de 42%, com crescimento de 11%, em relação ao ano anterior. As vendas para o segmento termoeletrônico fecharam o ano com uma média de 9 milhões de m³/dia, um crescimento de 21% em relação a 2016.





A Receita Operacional das 14 CDLs em operação atingiu no ano de 2017 o montante de R\$ 8,2 bilhões, um crescimento de 15%, quando comparado ao ano anterior devido ao aumento do volume comercializado.

Mantendo uma política permanente de expansão da malha de distribuição de gás natural e alinhada com as regras dos seus respectivos contratos de concessão, nossas CDLs investiram em 2017 um montante de R\$ 317 milhões, o que permitiu a construção de 419 km de novas redes e a interligação de 50 mil clientes. Hoje a malha de gasodutos construída e operada pelas CDLs com participação da Gaspetro já atinge 9.233 km e superamos a marca de 400 mil clientes atendidos em 257 municípios, nos diversos estados da federação.

O Lucro Líquido da Gaspetro em 2017 foi de R\$ 257 milhões, com geração de EBTIDA de R\$ 253 milhões. Este resultado, entre outros fatores, é fruto da permanente gestão de custos e busca da melhor eficiência operacional nas CDLs.

Para os próximos 5 anos, as distribuidoras com participação da Gaspetro previram um plano de expansão dos negócios, no qual foram contemplados investimentos de R\$ 2,5 bilhões, necessários para sustentar o crescimento da infraestrutura de gás natural no médio prazo. O plano quinquenal em todos os seus elementos contempla o nosso compromisso assumido nos contratos de concessão firmados, em especial a oferta do gás natural ao maior número de consumidores, a preços competitivos e que promovam o desenvolvimento e a sustentabilidade do mercado de gás natural brasileiro e do modelo de concessão acordado.

Pela característica do negócio e dada a importância do gás natural na matriz energética brasileira, e ainda o potencial de crescimento existente, nossa expectativa para os próximos anos é bastante otimista, sustentada principalmente nas projeções econômicas emitidas pelas diversas entidades nacionais e estrangeiras.

Estamos certos de que os desafios para os próximos anos serão grandes e nossas CDLs estão prontas para superá-los à altura, graças à competência das pessoas que formam este time de aproximadamente 2.000 colaboradores comprometidos e alinhados com os propósitos das suas empresas, e principalmente ao atendimento das necessidades dos nossos clientes.





Por fim, agradecemos a todas as pessoas das equipes da Gaspetro e das nossas CDLs pelo excelente trabalho realizado e aos clientes, sem os quais não teríamos atingido o resultado obtido em 2017.

Atenciosamente,

Diretoria Executiva

Conselho de Administração

GASPETRO
Praia de Botafogo, 300 - 12º andar
Botafogo- Rio de Janeiro - CEP: 22.250.040
(21) 3952 2200

4





2. A GASPETRO

A Petrobras Gás S.A. – Gaspetro é uma companhia de capital fechado que tem como acionistas a Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras (51%) e a Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda. (49%). Essa configuração societária iniciou-se a partir da alienação parcial das ações, detidas pela Petrobras, em processo concluído em 28/12/2015, através da assinatura do Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças.

Atualmente, fruto da citada alienação parcial das ações detidas pela Petrobras, o capital social da Gaspetro passou a ser distribuído da seguinte forma:

ACIONISTAS	AÇÕES ORDINÁRIAS			AÇÕES PREFERENCIAIS TOTAL (CLASSE 'A+' 'B')			TOTAL GERAL		
	QTDE	VALOR	%	QTDE	VALOR	%	QTDE	VALOR	%
Petrobras	56.607	334.314.138,11	51,00%	2	11.811,76	100,00%	56.609	334.325.949,87	51,001%
Mitsui Gás	54.386	321.197.179,07	49,00%	0	-	0,00%	54.386	321.197.179,07	48,999%
TOTAL	110.993	655.511.317,18	100,00%	2	11.811,76	100,00%	110.995	655.523.128,94	100,000%

Sobre os resultados auferidos pela Companhia em 2017, pode-se relatar que o lucro líquido auferido pela Gaspetro (Controladora) foi de R\$ 256,5 milhões, 13% inferior ao apurado no ano anterior (R\$ 294,7 milhões), em decorrência, principalmente, dos seguintes fatores:

- Redução no resultado de participações em investimentos devido a menor margem de contribuição;
- Despesa de TOP (*take or pay*) na Compagás registrada em dezembro de 2016, que refletiu o resultado da Gaspetro em 2017;
- Menor resultado financeiro decorrente da receita sobre a fiança idônea concedida à Petrobras, que já foram transferidas integralmente para outras companhias;
- Redução dos saldos financeiros disponíveis e das taxas em aplicações;
- Menor impacto da provisão com tributos sobre o resultado, tendo em vista a reversão, em dezembro de 2016, de créditos relativos a impostos diferidos anteriormente constituídos.

O ano de 2017 também teve como destaque a consolidação da parceria com a Mitsui Gás, mantendo a excelência técnica e o desenvolvimento contínuo das companhias de distribuição de gás natural onde participamos. Para 2018, o desafio será a adaptação dos requisitos indicados pelos dispositivos legais relativos à governança das empresas estatais, especialmente à Lei nº 13.303/2016 e o Decreto nº 8.945/2016 e a continuidade do aperfeiçoamento dos processos internos e da governança da companhia.





3. GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura de Governança atual da Gaspetro é formada pelos seguintes órgãos colegiados:

- **Conselho de Administração:** formado por sete membros, que se reúnem ordinariamente uma vez por mês e, extraordinariamente, se necessário. Em 2017 foram realizadas 13 (treze) reuniões. O Conselho tem como atribuições principais definir as diretrizes estratégicas da Gaspetro e supervisionar os atos de gestão da Diretoria Executiva. É o órgão de direção superior, não exercendo função deliberativa;
- **Diretoria Executiva:** formada por quatro membros (Diretor Presidente, Diretor Operacional, Diretor Financeiro e Diretor Corporativo) e eleita pelo Conselho de Administração. Em 2017 foram realizadas 53 (cinquenta e três) reuniões, tendo sido deliberados assuntos relativos às CDLs em que a Gaspetro possui participação, além de temas associados à própria atividade e estrutura da Gaspetro; e,
- **Conselho Fiscal:** formado por três membros, eleitos em Assembleia Geral Ordinária. É um órgão fiscalizador e opinativo sobre matérias atinentes à sua função, que são encaminhadas para deliberação em Assembleia Geral. Em 2017 foram realizadas 12 (doze) reuniões deste colegiado.

O Conselho de Administração conta, ainda, com uma Auditoria Interna permanente, que avalia as atividades e controles internos e realiza serviços de auditoria na controlada e nas coligadas da Gaspetro.

A Gaspetro adota as melhores práticas de governança corporativa, utiliza instrumentos de gestão empresarial, de gestão de risco e *compliance* e, adicionalmente, também passou a adotar as políticas e procedimentos anticorrupção dos acionistas Petrobras e Mitsui Gás.

Em complemento a esses mecanismos, a Gaspetro utiliza ainda serviços de auditoria externa independente, cujo objetivo é verificar e atestar a exatidão das demonstrações contábeis da Companhia.

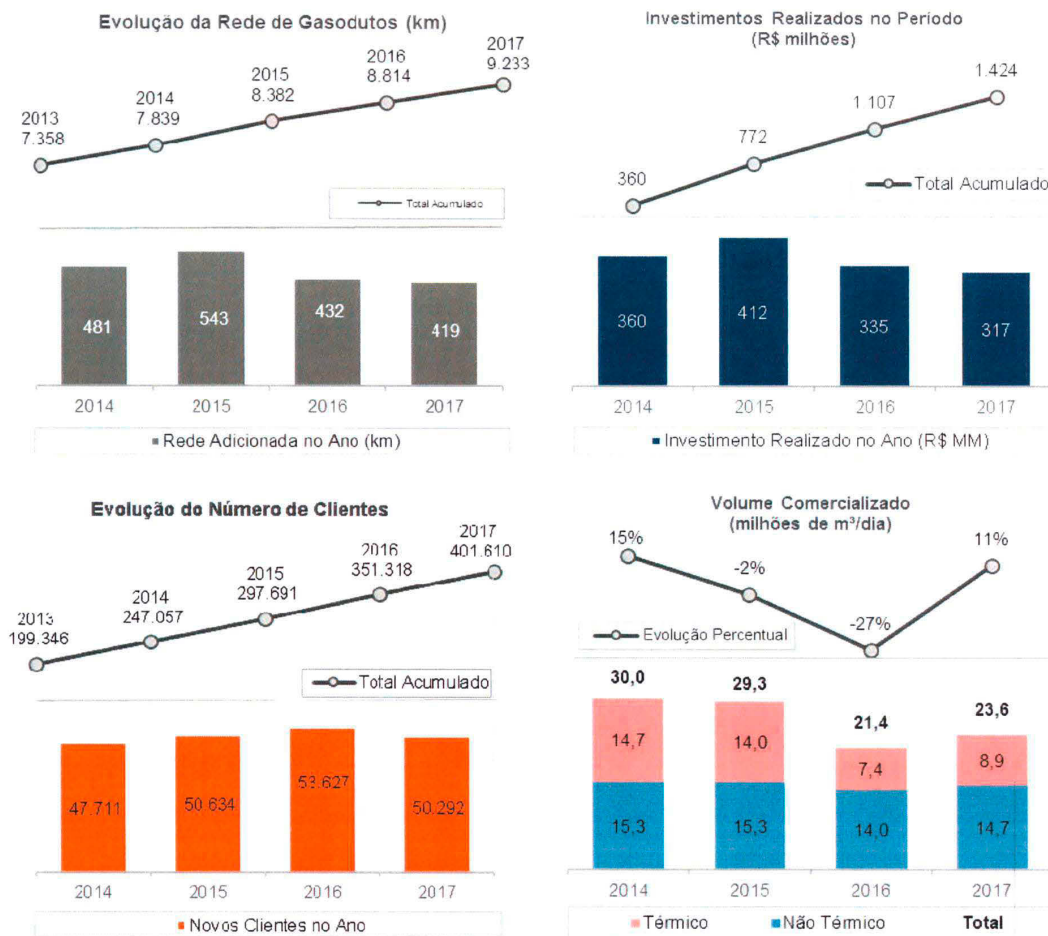
4. EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS DAS PARTICIPAÇÕES EM DISTRIBUIÇÃO DE GÁS NATURAL

As 19 distribuidoras de gás natural da Gaspetro investiram em 2017, R\$ 317 milhões, resultando na expansão de 419 km de rede de distribuição e na ligação de mais de 50 mil novos clientes.

Ao longo dos últimos quatro anos, essas companhias distribuidoras investiram R\$ 1,4 bilhão na construção de 1.875 km de gasodutos de distribuição, garantindo o atendimento de 202 mil novos clientes de gás natural no país, tendo como resultado a comercialização de 23,6 milhões de m³ de gás natural por dia em 2017, o que representou 42% do mercado nacional de distribuição de gás natural.

A evolução dos indicadores das distribuidoras com participação da Gaspetro está representada no conjunto de gráficos a seguir:





O volume total comercializado pelas distribuidoras com participação da Gaspetro cresceu 11% em relação a 2016, com o aumento de 5% das vendas no mercado não térmico e 21% no mercado térmico.

Dentre as principais realizações das companhias distribuidoras em 2017 pode-se destacar:

- A Ceg Rio comercializou 8,1 milhões m³/dia de gás natural este ano com a retomada dos mercados térmico e não térmico, que cresceram 37% e 11% respectivamente;
- A Bahiagas comercializou 3,6 milhões de m³/dia de gás natural para o mercado não térmico, apresentando um crescimento de 7% em relação a 2016;
- A Ceg Rio liderou a expansão de rede, ampliando em 82 km o seu sistema de distribuição em 2017;
- A Ceg Rio e a Sulgás incorporaram, respectivamente, 9.604 e 8.504 novos clientes em 2017, sendo as distribuidoras com maior expansão do número de clientes este ano dentre as companhias distribuidoras de gás com participação acionária da Gaspetro.





5. LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO

A Lei de Acesso a Informação - LAI (Lei 12.527/2011) regulamenta o direito à informação, garantido pela Constituição Federal, obrigando a Administração Pública Direta e Indireta das três esferas de Poder a considerar a publicidade como regra e o sigilo como exceção.

Com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, a Gaspetro utiliza o Serviço de Informação ao Cidadão – SIC do acionista Petrobras.

No ano de 2017, foi recebida uma manifestação através do canal da Ouvidoria, que foi tempestivamente respondida.

– X – X – X – X –





SENADO FEDERAL

OFÍCIO "S" Nº 34, DE 2018

Encaminha, em cumprimento ao § 2º do art. 23 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais), combinado com o § 3º do art. 37 do Decreto 8.945/2016, a análise anual de atendimentos das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da TRANSPETRO.

AUTORIA: Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO

DOCUMENTOS:

- [Texto do ofício](#)

DESPACHO INICIAL: Às CI e CTFC.



[Página da matéria](#)



00100.082744/2018-43
09.02.03.12
(2/501E)



PETROBRAS TRANSPORTE S.A.
TRANSPETRO

Rio de Janeiro, 21 de junho de 2018.

Ao Ilm.º Sr.
Presidente do Congresso Nacional, Senador Eunício Oliveira
Senado Federal Anexo 1, 17º andar
Praça dos Três Poderes
Brasília – DF – CEP 70165-900

Prezado Senhor,

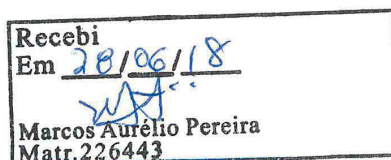
A Petrobras Transporte S.A. - TRANSPETRO, subsidiária integral da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, constituída na forma do artigo 65 da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997 e do artigo 251 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sociedade de economia mista fechada, com sede na capital do Rio de Janeiro, à Av. Presidente Vargas, 328, inscrita no CNPJ/MF 02.709.449/0001-59, vem pela presente informar ao Congresso Nacional, em cumprimento do disposto na Lei 13.303/16, art. 23, §2º, combinado com o previsto no Decreto 8.945/16, art. 37, § 3º, que o Conselho de Administração desta Companhia realizou a análise anual de atendimento das metas e resultados na execução do plano de negócios e da estratégia de longo prazo da TRANSPETRO.

As referidas conclusões encontram-se publicadas no Relato Anual Integrado de 2017, que segue anexo e que também poderá ser acessado em:
http://www.transpetro.com.br/pt_br/acesso-a-informacao/institucional/relatorios.html

Sendo o que cabe para este momento, colocamo-nos à disposição e aproveitamos a oportunidade para renovar nossos cumprimentos a V. S.ª e ao Congresso Nacional.

Atenciosamente,

Antonio Rubens Silva Silvino
Presidente da TRANSPETRO



Presidência do Senado Federal
Recebi o Original
Em 26/06/18 Hs 17:06
Jaqueline
Em mãos



00100-082744/2018-93
04.02.03.12

RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO

2017

BH TRANSPETRO



SUMÁRIO



Página 3

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**

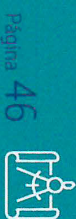
Página 7

GRANDES NÚMEROS

Página 15

NOSSOS CAPITAIS

Humano
Intelectual
Social e de relacionamento
Natural
Produtivo
Financeiro



Página 46

**ESTRATÉGIAS
E PERSPECTIVAS**

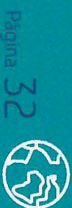
Planejamento
Estratégico 2030
Plano de Negócios
e Gestão 2018-2022



Página 4

**MENSAGEM DO
PRESIDENTE DA
TRANSPETRO**

Página 10

RELATO ESTRATÉGICO

Página 32

CONTEXTO EXTERNO

Página 53

**GOVERNANÇA, RISCOS
E CONFORMIDADE**

Governança e gestão
Conformidade
Controles internos
Gestão de riscos empresariais



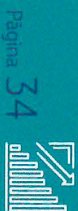
Página 6

SOBRE O RELATÓRIO

Página 12

**VISÃO GERAL DA
ORGANIZAÇÃO E
MODELO DE NEGÓCIOS**

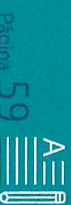
Quem somos
Onde estamos
Como geramos valor



Página 34

**DESEMPENHO
DOS NEGÓCIOS**

Dutos e Terminais
Transporte Marítimo
Desempenho financeiro
consolidado



Página 59

GLOSSÁRIO

RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 3

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO



Temos acompanhado de perto o empenho da Transpetro para se tornar uma empresa cada vez mais eficiente, competitiva e com alto desempenho nos indicadores relativos à segurança.

Nesse sentido, as decisões tomadas pela companhia indicam que ela segue no rumo certo com vistas a alcançar os objetivos traçados em seu Planejamento Estratégico e em seu Plano de Negócios e Gestão.

A segurança é um valor inegociável. Para crescer e obter os resultados planejados, principalmente no nosso setor, a empresa não pode tolerar qualquer tipo de desvio na execução de suas atividades. Por isso, a importância de se manter todos os esforços para aprimorar a política de segurança e valorizar a prevenção de acidentes.

A Transpetro investe no fator humano para alcançar estágios cada vez mais avançados na cultura de segurança. Toda a força de trabalho da companhia detém a autoridade necessária para decidir pela inter-

rupção de uma atividade caso exista qualquer dúvida com relação ao procedimento adotado ou quanto à segurança do que está sendo realizado. Afinal, a meta é, sempre, o acidente zero.

Os desafios da Transpetro são os mesmos que afetam a cadeia do petróleo, do *upstream* ao *downstream*, passando pelo *midstream*. E decorrem das transformações globais que tornam nossa indústria cada vez mais complexa e impactam as receitas das empresas. No Brasil, o novo ambiente do mercado e as mudanças regulatórias trazem potencialidades e desafios.

Nesse cenário, a Transpetro, com sua expertise única, consolida-se como opção competitiva no mercado. O Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL) da companhia

possui estrutura e tecnologia capazes de operar remotamente mais de 14 mil quilômetros de dutos, de norte a sul do país, em tempo integral. Por meio do seu Centro Nacional de Acompanhamento de Navios (CNAN), a empresa realiza o monitoramento de toda a frota em qualquer parte do mundo.

A Transpetro se estabelece como a melhor alternativa em transporte e logística do segmento. Mais adaptada e preparada para o novo cenário, em constante aperfeiçoamento de processos e estrutura, a companhia evolui para oferecer um nível cada vez mais elevado de serviços a seus clientes.

Jorge Celestino
Presidente do Conselho de Administração

Parte integrante do Aviso do OFS nº 34 de 2018.

Página 5 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Em 2017, continuamos avançando na melhoria da gestão em todos os nossos processos e no aperfeiçoamento de nossa estrutura organizacional e de governança. Com isso, colhemos alguns bons resultados e intensificamos nossa preparação para superar todos os desafios previstos no nosso Planejamento Estratégico e no Plano de Negócios e Gestão 2018-2022.

No ambiente de negócios, vivenciamos cenário conjuntural ainda adverso para crescimento de atividades. Enquanto a economia brasileira apresentou tímida recuperação do Produto Interno Bruto (PIB), o mercado de movimentação de derivados tornou-se ainda mais competitivo, levando a Petrobras a sofrer forte perda de *Market Share* nos segmentos de diesel e gasolina, devido ao aumento das importações por outros *players*.

Diante desse quadro, nossa principal fonte de receita, a movimentação do segmento de dutos e terminais, apresentou redução de 5,3% em relação ao ano anterior e afetou nosso faturamento bruto, que totalizou R\$ 8.592 milhões em 2017, uma queda de 4% no comparativo com 2016.

No Transporte Marítimo, o cenário foi mais positivo. Três novos navios entraram em operação em 2017 (dois petroleiros e um gaseiro) e quatro saíram da frota por alienação ou por fim de contrato. Porém, mantivemos a capacidade de transporte da nossa frota no nível do ano anterior, melhoramos a qualidade dos navios em operação e, o mais importante, alcançamos crescimen-

to de 9,6% no volume movimentado em relação a 2016, com contribuição positiva para o nosso resultado econômico bruto.

Nos últimos três anos, estivemos fortemente comprometidos, em todas as diretorias, com a disciplina de capital, com a otimização de investimentos, estrutura organizacional e de custos e com a redução de gastos, sem abrir mão da qualidade e segurança na prestação de serviços. Em função disso, pelo terceiro ano consecutivo, reduzimos os gastos operacionais gerenciáveis. Desconsiderando-se os efeitos da inflação e do câmbio e ajustando a base de ativos que operamos, a redução acumulada nesse período atingiu o montante de R\$ 2.228 milhões, proporcionando um ganho significativo de produtividade em custos na prestação dos nossos serviços.

Foi o resultado de todo esse esforço nesse período que atenuou os efeitos da queda da receita do ano, provocada pela menor movimentação de dutos e terminais e também pela redução das tarifas de transporte e movimentação de petróleo no segundo semestre, em razão de negociação com a Petrobras para

Parte integrante do Avulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 6 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

MENSAGEM DO PRESIDENTE

ajuste no contrato de tarifa. Com isso, nosso lucro bruto totalizou R\$ 1.978 milhões, com redução de 11% frente a 2016, ou R\$ 232 milhões. Essa queda foi impactada ainda pelo acréscimo de gastos decorrentes das intervenções clandestinas para furto de petróleo e combustível em nossos dutos, que atingiu a soma de R\$ 120 milhões em 2017, com 226 ocorrências.

Esse desempenho nos possibilitou alcançar uma geração operacional de caixa (Ebitda ajustado) de R\$ 1.584 milhões, 18% abaixo de 2016, e uma margem Ebitda de 21%. O indicador que faz a relação entre dívida líquida e Ebitda foi de 2,13, 9% acima da meta de 1,95.

O lucro líquido contábil no exercício foi de R\$ 121 milhões. Esse resultado considera a provisão de baixa por *impairment* de mais de R\$ 383 milhões no ano, em consequência da avaliação econômica da Unidade Geradora de Caixa (UGC) dos navios, além dos fatores não recorrentes e não previstos no Plano Anual de Negócios (PAN) 2017 já citados acima. Desconsiderando-se só o efeito do *impairment*, o lucro líquido seria de R\$ 374 milhões.

Nossos investimentos no ano totalizaram R\$ 1.399 milhões, sendo a maior parte dos recursos destinada à aquisição de novos navios já contratados, docagens das embarcações de nossa frota e reformas de tanques de petróleo e derivados, conforme previsto em nosso PNG 2017-2021.

Contribuímos também para os resultados obtidos pela Petrobras, em especial, na melhoria da caixa, ao encaminharmos a totalidade do montante disponível na forma de dividendos e juros sobre capital próprio. Nossa proposta de destinação dos resultados atingiu R\$ 111 milhões no ano, somando-se ao valor de R\$ 2.331 milhões pagos nos últimos três anos. Todos esses resultados foram alcançados mantendo nosso compromisso com a Segurança, Meio Ambiente e Saúde.

Com relação ao desempenho nos indicadores de Segurança, Meio Ambiente e Saúde, encerramos o segundo ano consecutivo sem nenhuma fatalidade. Mas o nosso principal indicador de segurança, a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR), atingiu 1,08, ultrapassando o nosso limite de alerta, que era de 0,91 em 2017.



Lucro líquido
R\$ 121 milhões

Investimentos
R\$ 1.399 milhões

Apesar do resultado, mantivemos ao longo do ano todos os esforços para intensificar as ações de prevenção de acidentes, como o treinamento de todas as equipes de empregados e prestadores de serviço nas Regras de Ouro e no Programa Compromisso com a Vida, além de várias outras medidas visando a maior investimento no fator humano e aprimoramento da nossa cultura de segurança.

Esse esforço já nos trouxe resultados significativos. O indicador TAR no segundo semestre foi de 0,87, portanto, abaixo do limite previsto para o ano, o que indica perspectivas positivas para a melhoria desse indicador em 2018.

Também melhoramos nossas perspectivas na frente de negócios, aumentando nossa capacidade de movimentação de petróleo e derivados por meio de operações de transbordo a contrabordo em São Sebastião (SP) e Angra dos Reis (RJ). Intensificamos ainda as exportações por navios *suezmax*, aumentando as viagens de longo curso e incluindo o retorno de viagem para os Estados Unidos.

Já na área de negócios de Dutos e Terminais, ampliamos as operações realizadas a partir do nosso Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL), no Rio de Janeiro, fortalecendo a segurança e a confiabilidade de nossas movimentações. E temos nossas equipes comerciais trabalhando incessantemente no desenvolvimento e busca de novos negócios.

Os progressos que fizemos nos últimos anos na governança e gestão transformaram a Transpetro, tornando-a mais integrada, ágil, capacitada tecnicamente, com melhor ambiência e conformidade e fortalecida para superar os desafios que tem pela frente neste e nos próximos anos. Tudo isso está detalhado neste relatório integrado, por todas as áreas da companhia.

Em suma, estamos no caminho certo e reconhecemos que temos ainda importantes ações a realizar em nossa gestão. Temos certeza de estarmos bem preparados, conscientes das nossas competências e competitivos para atender a Petrobras, o mercado e às novas oportunidades que estão surgindo.

Em nome da Diretoria da Transpetro, agradeço e parabeno todos os colaboradores e gestores da companhia pelo comprometimento, competência e esforço dedicados à empresa e pelos resultados conquistados em 2017.

Agradeço também aos representantes do Conselho de Administração e seus comitês (de SMS e de Auditoria) e do Conselho Fiscal pelo apoio, confiança e estímulo essenciais para o desenvolvimento do nosso trabalho.

Conto com a confiança e o empenho de todos para superarmos nossos novos desafios e cumprirmos nossas metas de 2018.

Vamos em frente!

Antonio Rubens Silva Silvino
Presidente da Transpetro

Parte integrante do Aviso do OFS nº 34 de 2018.

Página 7 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 6

SOBRE O RELATÓRIO



Este relatório traz os destaques da nossa atuação em 2017. O objetivo é apresentar com transparência aos nossos públicos de interesse de que forma nossa organização gera valor ao longo do tempo.

O escopo desta publicação abrange informações referentes às nossas atividades no Brasil e no exterior, contemplando, portanto, a Transpetro Controladora e a Transpetro International B.V, nossa empresa baseada na Holanda.

Parte integrante do Avulso do OFS nº 34 de 2018.

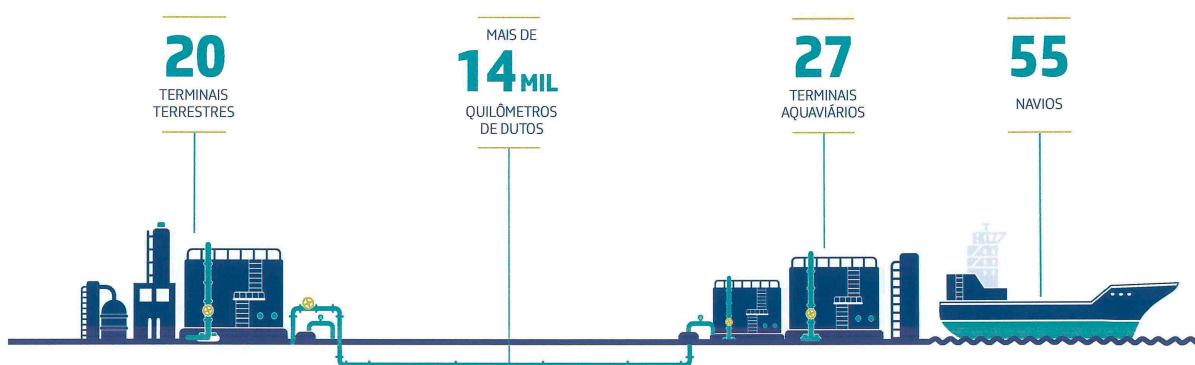
Página 8 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

GRANDES NÚMEROS

Nossos negócios se concentram em duas grandes áreas: Dutos e Terminais e Transporte Marítimo. Somos responsáveis pela operação de mais de 14 mil quilômetros de oleodutos e gasodutos, 47 terminais (20 terrestres e 27 aquaviários) e 55 navios.



Parte integrante do Aulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 9 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

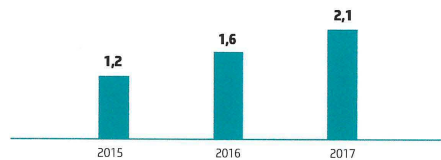
< > 8

GRANDES NÚMEROS

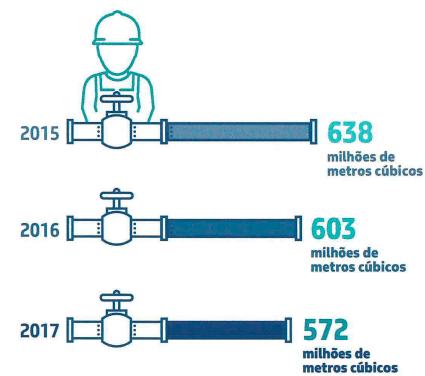
TAR (TAXA DE ACIDENTADOS REGISTRÁVEIS)



DÍVIDA LÍQUIDA SOBRE EBITDA



VOLUME MOVIMENTADO EM TERMINAIS E OLEODUTOS



Parte integrante do Avulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 10 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 9

GRANDES NÚMEROS



Parte integrante do Aulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 11 de 63





RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

RELATO ESTRATÉGICO

< > 10



RELATO ESTRATÉGICO

Nossos planos Estratégico (PE) e de Negócios e Gestão (PNG) estabelecem duas métricas de topo para a companhia: uma relativa a segurança e outra referente a endividamento. Tratam-se de dois processos prioritários e estão em estreito alinhamento com as diretrizes estabelecidas pela Petrobras.

Sempre em busca da melhoria contínua de nossos processos, mantemos o foco no aumento da segurança e na redução da alavancagem financeira. Nossa métrica de segurança considera a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) por milhão de horas-homem. Desde 2015 adotamos esse indicador, amplamente utilizado na indústria de petróleo e gás, como parâmetro para comparar os nossos resultados de segurança com os que são estabelecidos por outras empresas do mesmo porte e segmento.

Em 2017, foram computadas 42 ocorrências. Como resultado disso, o indicador TAR foi calculado em 1,08 e ficou 19% acima do limite de alerta (valor máximo aceitável) estabelecido para o ano (0,91). Entre as 42 ocorrências registradas, não houve fatalidades. Quando analisamos o resultado que obtivemos nesse indicador no primeiro e no segundo semestres, observamos uma evolução da taxa de 1,30 para 0,87. Essa redução da taxa verificada nos últimos seis meses do ano está associada à intensificação das ações do Programa Compromisso

com a Vida, com destaque para o treinamento de toda a força de trabalho nas Regras de Ouro.

Já o indicador financeiro definido para nossa métrica de topo faz a relação entre a dívida líquida e o Ebitda. Ele expressa a razão entre os compromissos assumidos pela empresa e a sua capacidade de caixa para honrá-los. Em 2017, atingimos o resultado de 2,1, próximo da meta estabelecida para o ano (1,95).

Esse número foi impactado diretamente pela redução do valor do Ebitda, por conta da menor demanda para a movimentação de petróleo e derivados em nossos dutos e terminais. Com relação à dívida líquida, o resultado obtido cumpriu o que estava planejado para o ano. Para 2018, o resultado previsto é de 3,4. O aumento apresentado no indicador para o exercício considera o impacto da projeção de movimentação, que deve registrar um discreto incremento de volume; e da entrega de três novos navios para a nossa frota, que contribui para aumentar o endividamento.



Parte integrante do Aviso do OFS nº 34 de 2018.

Página 13 de 63





VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E MODELO DE NEGÓCIOS

QUEM SOMOS

Somos uma empresa subsidiária integral da Petrobras que interliga as áreas de produção, refino e distribuição do Sistema Petrobras e presta serviço a distribuidoras e à indústria petroquímica. Atuamos ainda nas operações de importação e exportação de petróleo e derivados, gás e etanol.

Estamos estruturados para a busca de novas oportunidades no mercado, com competência e tecnologia bem desenvolvidas para o negócio, em processo acelerado de otimização de custos e melhoria de gestão, e determinados a ser cada vez mais competitivos, com segurança.



**Nossa
visão**

Líder em transporte e logística, com foco em petróleo e seus derivados, gás e biocombustíveis no Brasil, competitiva e rentável, que evolui com a sociedade.



VISÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO E MODELO DE NEGÓCIOS

ONDE ESTAMOS



COMO GERAMOS VALOR

Em função dos desafios externos e internos que enfrentamos e do alinhamento com nossa controladora, temos dois objetivos principais, conforme estabelece nosso Planejamento Estratégico: o aumento da segurança nas operações e a diminuição do grau de endividamento. Para tanto, desenvolvemos uma gestão corporativa integrada, investimos continuamente na excelência operacional e buscamos novas oportunidades de negócios para a conquista de resultados para o nosso acionista e demais públicos de interesse. Trabalhamos também para obter maior competitividade e produtividade dos nossos negócios e operações, mantendo o foco na eficiência da aplicação de capital e na redução de custos.



NOSSOS CAPITAIS

HUMANO
INTELECTUAL
SOCIAL E DE RELACIONAMENTO
NATURAL
PRODUTIVO
FINANCEIRO

NOSSOS CAPITAIS

HUMANO

Consideramos o capital humano fundamental para a existência, inovação e sustentabilidade do nosso negócio. Nossa força de trabalho realiza suas atividades em conformidade com as orientações corporativas, de forma comprometida e sempre tomando por base os valores e os princípios éticos da companhia, a fim de alcançarmos nossos objetivos.

Nossa gestão de pessoas, alinhada às nossas estratégias, busca valorizar o empregado. Em função disso, promovemos o desenvolvimento de nossos empregados, reconhecemos seus esforços a partir do mérito e prezamos pelo bom clima organizacional.

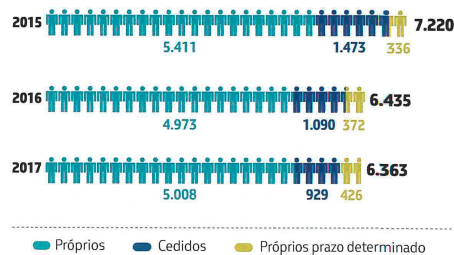
Adequação do Efetivo

Finalizamos em 2017 o projeto de dimensionamento do nosso efetivo, fundamental para a produtividade da companhia. Por intermédio dessa adequação, definimos a quantidade limite para o quadro de terra e de mar no horizonte 2017-2021, sempre em conformidade com o nosso Plano de Negócios e Gestão (PNG). Uma das ações decorrentes desse trabalho foi o lançamento do Processo Seletivo Público (PSP) para o quadro de mar (quarنيão e suboficiais), divulgado em 29 de dezembro de 2017. A entrada desses novos empregados também se deve ao atendimento à demanda histórica dos nossos marítimos para a implantação do regime de embarque 1 x 1, que estabelece um dia de folga para cada dia trabalhado.

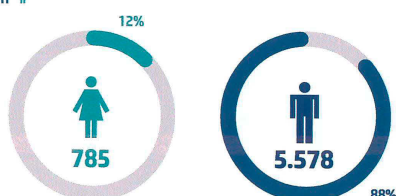
Para suportar todas as atividades que desenvolvemos, contamos com uma equipe formada por 6.363 empregados: 5.008 próprios, 929 cedidos e 426 marítimos contratados por prazo determinado. Esses números representam a redução de 1% do nosso efetivo em relação a 2016 e contemplam o desligamento, no ano passado, de 189 empregados cedidos, em função do Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) da Petrobras. No comparativo com 2015, a diminuição do quadro de empregados chega a 12%.



Composição do efetivo



Efetivo por gênero



Efetivo por escolaridade



Nossos Capitais

HUMANO

GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

Em 2017, aprovamos e instalamos nosso Comitê de RH com o objetivo de promover o alinhamento da nossa gestão de RH, disseminar boas práticas de gestão de pessoas e analisar o desempenho da função RH. Composto por gerentes executivos, o comitê se reúne mensalmente e conta com a participação trimestral da diretoria. No âmbito desse comitê, realizamos pesquisa de *benchmarking* de capital humano para buscar uma comparação com empresas cuja atuação seja semelhante a nossa.

A partir da formalização de nossa visão, valores e estratégias, construímos iniciativas de RH para o horizonte 2017-2021. Essas iniciativas direcionam nossas ações, desenvolvidas por meio de projetos dedicados ao planejamento, alocação e movimentação de efetivo; plano de cargos e carreiras; sucessão gerencial; desenvolvimento de competências individuais e de líderes; relacionamento de RH; e gestão da cultura e de desempenho.

Algumas ações realizadas em 2017 ilustram o desdobramento dessas iniciativas:



Sucessão Gerencial

Aprovado em novembro de 2017, o Modelo de Sucessão define critérios corporativos mínimos para a designação de empregado à função gerencial. Estabelece ainda a formação de banco de potenciais sucessores, realiza o *assessment center* (conjunto de técnicas e instrumentos que identificam competências, potencial e prontidão de candidatos) para o provimento das referidas posições e contribui para a maior transparência do processo.

Com a implantação do modelo, a expectativa é de que a companhia garanta maior qualidade na tomada de decisão para a escolha do profissional mais bem preparado para assumir os desafios da função.



Carreira

A progressão de carreiras na companhia evolui por duas diferentes rotas. Daí, ser conhecida como "Carreira em Y". De acordo com o perfil de liderança ou técnico que apresenta, o empregado pode ocupar função gerencial ou especialista.

Conforme apresentado acima, o provimento das funções gerenciais ocorre por meio do Modelo de Sucessão. Já em relação à função especialista, foi aprovada uma sistemática de designação de empregados. O processo destinado aos consultores seniores, por exemplo, passou a ser feito de forma centralizada, permitindo a alocação desses trabalhadores segundo as diretrizes do nosso Plano Estratégico.



Regimes de Trabalho

A redução opcional da jornada de trabalho, mediante diminuição proporcional de remuneração, entrou em vigor em 2017 para aliar interesses dos empregados e da companhia.

Trata-se de uma opção não definitiva, disponibilizada ao pessoal do regime administrativo com horário flexível e sem função gratificada. Tem validade de um ano e pode ser renovada automaticamente por igual período, caso não haja manifestação em contrário do empregado ou de seu gerente imediato.



Ambiência Organizacional

Nosso clima organizacional é mensurado pela Pesquisa de Ambiência, um importante instrumento de monitoramento e diagnóstico por promover o levantamento da percepção dos empregados e possibilitar a proposição de ações de melhoria. A gestão da ambiência organizacional compreende ainda a intervenção em aspectos que impactam as condições e relações de trabalho.

Em 2017, demos continuidade ao desenvolvimento do nosso Plano Corporativo de Ambiência e dos Planos de Ação Locais. Como a aplicação da pesquisa é realizada sempre no ano posterior ao da medição, a próxima edição, referente a 2017, está prevista para ocorrer no primeiro semestre de 2018.



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

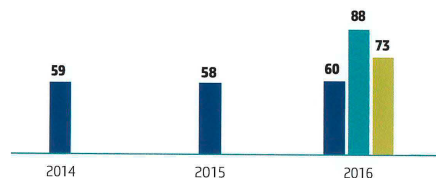
< > 18

NOSSOS CAPITAIS

HUMANO

GESTÃO DO CAPITAL HUMANO

Confira a evolução dos indicadores relativos à Pesquisa de Ambiência nos últimos anos:



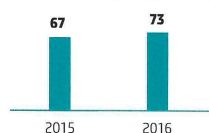
ISE
Índice de Satisfação dos Empregados

NCO
Nível de Comprometimento Organizacional (novo indicador)

IPRS
Indicador de Percepção de Responsabilidade Social (novo indicador)

A pesquisa de ambiência nos possibilita ainda conhecer o Índice de Satisfação Global (ISG), que é obtido a partir da média aritmética dos percentuais de satisfação dos empregados, considerando todas as dimensões pesquisadas. Com isso, dispomos de mais um insumo para as tomadas de decisão para a melhoria do clima organizacional.

Índice de Satisfação Global (ISG)



Principais benefícios concedidos a empregados

Oferecemos benefícios compatíveis com o porte da companhia e que buscam a valorização dos empregados. Entre eles, destacam-se os planos de previdência complementar e de assistência médica, além dos benefícios farmácia e educacionais.



Planos de Previdência

Patrocinamos, desde dezembro de 2011, um plano de previdência complementar na modalidade contribuição variável, o Petros-2. O número de inscritos no fim de 2017 corresponde a 87% dos nossos empregados.



Plano de Saúde

Mantemos um plano de assistência médica supletiva (Assistência Multidisciplinar de Saúde - AMS) que oferece serviços médico-hospitalar e odontológico a todos os empregados ativos e inativos e seus dependentes na modalidade coparticipação.

O participante tem acesso também a programas complementares, como o Benefício Farmácia, que permite a cobertura de medicamentos mediante uma contribuição mensal.



Benefícios Educacionais

Para contribuir com a formação dos dependentes de nossos empregados, mantemos os programas Benefícios Educacionais e Jovem Universitário, por intermédio dos quais custeamos parte das despesas deles, desde a creche até o ensino superior.



Parte integrante do Aviso do OFS nº 34 de 2018.

Página 20 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 19

NOSSOS CAPITAIS

HUMANO

SEGURANÇA E SAÚDE

Para mantermos o elevado padrão de qualidade e segurança das nossas atividades, desenvolvemos um sistema de gestão que utiliza como referência as principais normas adotadas no mundo.

E para confirmar a aderência de nossos processos às normas nacionais e internacionais relacionadas ao tema, nosso Sistema de Gestão Integrada de Qualidade, Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SGI de QSMS) é submetido periodicamente a auditorias externas. Em 2017, mantivemos as nossas certificações nas Normas ISO 9.001 (Qualidade), ISO 14.001 (Meio Ambiente), OHSAS 18.001 (Saúde e Segurança).

Em busca da melhoria contínua dos nossos processos, iniciamos também os trabalhos para adaptação do SGI às novas versões internacionais das Normas de Gestão da Qualidade e de Gestão Ambiental. As mudanças introduzidas nas auditorias internas de SGI de QSMS, cujo foco é a otimização de recursos, continuarão a avançar rumo ao seu aperfeiçoamento e consolidação.

Sempre em alinhamento com a Petrobras, implementamos também avaliações de gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde baseadas nos princípios de segurança de processo.



Queda significativa pelo terceiro ano consecutivo referente ao Percentual do Tempo Perdido (PTP)

100%
de Atestados de Saúde Ocupacional válidos (ASO)

Parte integrante do Aviso do OFS nº 34 de 2018.

Página 21 de 63



NOSSOS CAPITAIS

HUMANO

SEGURANÇA E SAÚDE

SEGURANÇA

A importância atribuída à segurança pode ser constatada nas diversas ações voltadas à prevenção de acidentes e à preservação da vida, o nosso bem mais precioso. Isso pôde ser constatado no aniversário de 63 anos da Petrobras, quando foi lançado o Programa Compromisso com a Vida, que abrange a Transpetro, e reforça a cultura de segurança nas empresas do Sistema. Além disso, a segurança é um valor para a companhia e, como tal, constitui-se em uma das metas de topo do nosso Planejamento Estratégico (PE) e do nosso Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2017-2021.

O Compromisso com a Vida foi estruturado a partir da análise dos resultados de avaliações e auditorias da nossa gestão de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (SMS) e das causas básicas identificadas no processo de investigação de acidentes nos últimos anos. A iniciativa reforça aspectos como compromisso da liderança, capacitação da força de trabalho, fiscalização de serviços contratados, análise de risco de tarefas e instalações, inspeção e manutenção, disciplina operacional e conformidade com procedimentos.

Com o objetivo de prevenir danos às pessoas e fortalecer a cultura de segurança de processo, o Sistema Petrobras criou também suas Dez Regras de Ouro, um conjunto de orientações, em formato simples, sobre comportamentos e cuidados aplicáveis às atividades operacionais do dia a dia, tendo por base a análise de acidentes ocorridos. A aplicação sistemática das regras tem potencial para assegurar a redução consistente do número de acidentes nas atividades desenvolvidas pela companhia.

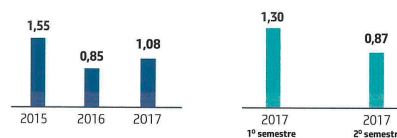
A aplicação rigorosa das diretrizes e procedimentos de SMS e o cumprimento do Programa Compromisso com a Vida e das Regras de Ouro são fundamentais para fortalecer nossa cultura de segurança. Para atingir as

metas estabelecidas para a companhia e impedir a reincidência dos casos ocorridos, estamos intensificando as medidas que vêm dando certo, propondo contramedidas específicas e atuando fortemente nos desvios já observados. A participação das lideranças na gestão dos processos e a atuação nas frentes operacionais têm sido de suma importância para a redução dessas ocorrências.

Sobre os indicadores de SMS, os resultados registrados em 2017 exigem que estejamos cada vez mais vigilantes e atentos aos riscos, reforçando a necessidade do cuidado diário e constante com a segurança.

A Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) é um indicador-chave. Por isso, foi incluído como uma das duas metas de topo da companhia. Sua relevância guarda relação direta com o peso atribuído à segurança no nosso Plano de Negócios e Gestão. Daí, o indicador ter sido incluído em um capítulo à parte (Relato Estratégico), no início deste relatório.

Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)



Segurança

Meta de topo do nosso
Planejamento Estratégico
e do nosso Plano de
Negócios e Gestão



NOSSOS CAPITAIS

HUMANO

SEGURANÇA E SAÚDE

SEGURANÇA

Outro indicador que merece nossa atenção é a Taxa de Ocorrências Registráveis (TOR). Em 2017, o resultado do TOR coincidiu com o limite de alerta estabelecido pela administração, representando 106 acidentados. Contudo, destacamos que nenhuma fatalidade foi registrada no ano, assim como houve redução nas taxas de gravidade dos acidentes.

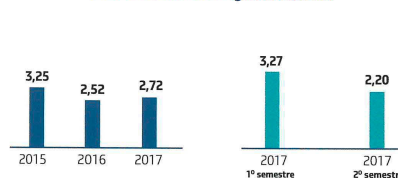
Para alcançar nossos objetivos, reforçamos durante o ano a aplicação rigorosa das nossas diretrizes e procedimentos de SMS, de acordo com uma política de tolerância zero com as fatalidades e respeito à disciplina operacional. Foi elaborado um plano de recuperação do TAR que contou com inúmeras ações, desenvolvidas de forma corporativa e em atendimento às suas particularidades. O plano de ação propiciou a melhoria do TAR, de 1,30 no primeiro semestre para 0,87, no segundo, e no TOR, que reduziu de 3,27 no primeiro semestre para 2,20, no segundo.

Entre as atividades realizadas, destacamos o Encontro de SMS com empresas contratadas; a aplicação de sanções a empresas contratadas que apresentarem baixo desempenho em SMS; incremento de Auditorias Comportamentais nas áreas de maior incidência de acidentes; programa de treinamento e capacitação de supervisores próprios e contratados em percepção de risco e análises de desvios; revisão da estrutura de inspeção de navios aumentando a ênfase em segurança; reuniões semanais de segurança com interação direta entre o diretor de Transporte Marítimo e os navios; e a implementação do *Tanker Management and Self Assessment* (TMSA), ferramenta de autoavaliação do sistema de gerenciamento de segurança em comparação às boas práticas da indústria marítima mundial.

No plano corporativo, realizamos o treinamento nas Regras de Ouro, o treinamento em segurança de processos e o treinamento referente a investigação de acidentes.

Com foco no comportamento seguro, integramos ainda mais a área de SMS nas reuniões de análise crítica e nas reuniões de coordenação das Gerências Executivas, realizamos o diagnóstico para melhorias de segurança na companhia e divulgamos e fomentamos a aplicação da sistemática de tratamento de conduta em SMS. Vale destacar ainda a realização de Auditoria Comportamental pela Alta Administração da companhia.

Taxa de Ocorrências Registráveis (TOR)



**Política de tolerância zero
com as fatalidades
(SMS)**

Regras de Ouro
*Treinamento em
segurança de
processos*



NOSSOS CAPITAIS

HUMANO

SEGURANÇA E SAÚDE

SAÚDE

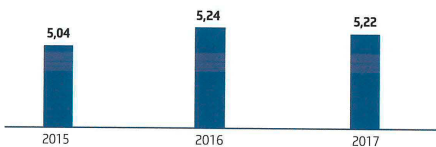
Nossa gestão de saúde é realizada por meio dos programas Compromisso com a Vida, de Prevenção de Riscos Ocupacionais, de Controle Médico de Saúde Ocupacional e de Promoção da Saúde, numa abordagem integrada com os processos de segurança, meio ambiente e higiene ocupacional.

O planejamento das ações voltadas à prevenção e promoção de saúde é norteado pela análise dos dados obtidos anualmente nos exames ocupacionais, associada às características e riscos das atividades laborais dos empregados.

Com relação ao indicador Percentual do Tempo Perdido (PTP), registramos queda significativa. As horas perdidas com doenças, tomando como referência os meses de dezembro de 2016 e de 2017, sofreram redução de 18,40%, devido a um robusto plano de ação voltado a diminuir o absenteísmo.

Resultado das ações de gestão e do comprometimento dos empregados com as questões de saúde, encerramos 2017 com 100% dos Atestados de Saúde Ocupacional (ASO) válidos. Outros programas de promoção da saúde contribuíram para os nossos resultados positivos. Entre eles, o de Condicionamento Físico e o de Alimentação Saudável, assim como as campanhas educativas relacionadas ao tema.

PTP Acumulado - 2017



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 23

NOSSOS CAPITAIS

INTELLECTUAL

GESTÃO DO CONHECIMENTO, COMPETÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Em decorrência do trabalho realizado pela Comissão de Gestão do Conhecimento, atualizamos o mapeamento dos conhecimentos críticos nas áreas de Serviços e de Dutos e Terminais.

Nesta última, realizamos também um diagnóstico de gestão do conhecimento. Por meio dessas ações, identificamos oportunidades de implantação de práticas que favoreçam o compartilhamento dos conhecimentos necessários aos nossos processos, como a implantação de comunidades virtuais, o rodízio gerencial e o desenvolvimento de conteúdos didáticos, entre outras.

Entre as comunidades virtuais, podemos destacar o Conecte, disponibilizado na intranet do Sistema Petrobras para possibilitar a conexão da força de trabalho com objetivos comuns, de modo a gerar valor para o negócio da companhia. Pela ferramenta, é possível compartilhar informações, promover a disseminação de conhecimentos técnicos, colaborar nos projetos e processos, bem como construir uma rede de contatos úteis, entre outras funcionalidades.

Para promover o registro e o compartilhamento dos conhecimentos de empregados que aderiram ao Programa de Incentivo ao Desligamento Voluntário (PIDV) da Petrobras, orientamos, acompanhamos e validamos 189 planos de Gestão do Conhecimento, resultando na elaboração de Inventários do Conhecimen-

to, Relatórios de Lições Aprendidas e Aprendizado por Observação.

Visando garantir as competências técnicas requeridas em nossas atividades operacionais, realizamos o mapeamento e o diagnóstico de competências dos empregados que atuam nos processos de manutenção, medição e qualidade de produto, operação remota, automação, pro-

gramação e logística integrada. Com o diagnóstico, otimizamos as ações de desenvolvimento para os empregados da área de dutos e terminais.

Privilegiamos ainda no modelo de desenvolvimento de recursos humanos ações com foco no alcance de nossas estratégias, na garantia da conformidade legal e normativa e no aprendizado contínuo dos nossos empregados. Esse modelo se baseia em ampla gama de soluções, suportadas em boa parte por avançada tecnologia educacional, como o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Destacamos ainda nessa área os simuladores desenvolvidos com tecnologia nacional, da qual somos proprietários, com base na experiência e conhecimento de nossos profissionais. São ferramentas alinhadas às mais modernas práticas de ensino e em conformidade com as exigências internacionais de qualificação do pessoal do quadro de mar.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 25 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 24

NOSSOS CAPITAIS

INTELLECTUAL

GESTÃO DO CONHECIMENTO, COMPETÊNCIAS E DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Com foco principal na Gestão de Pessoas, promovemos ainda o Programa de Desenvolvimento de Líderes, cujo objetivo é prover soluções eficazes para o aperfeiçoamento dos nossos gestores. Sua estrutura é composta por soluções individuais com ênfase no diagnóstico gerencial e *coaching* executivo; soluções transversais que contemplam conteúdos críticos de gestão; soluções customizadas que visam atender às necessidades específicas de cada área e soluções complementares derivadas de ações e conteúdos identificados no decorrer do programa.

Novas soluções em educação corporativa foram implantadas em 2017 com vistas a contribuir para o alcance dos nossos desafios. Com isso, aprimoramos e centralizamos a gestão do desenvolvimento de recursos humanos. Implantamos ainda o novo Planejamento de Desenvolvimento de Recursos Humanos (PDRH), com foco na implantação de soluções para atendimento a temas estratégicos.

Por conta disso, desenvolvemos as trilhas de aprendizagem de competências individuais corporativas e de conhecimentos transversais (co-

municação, negociação, gestão de pessoas, gestão de projetos). Implantamos também soluções customizadas, como o Programa de Conformidade e Ética, voltado a todos os empregados, e de Comercialização, direcionado especialmente aos empregados que atuam nessa atividade nas áreas de negócio de Dutos e Terminais e de Transporte Marítimo.

Com foco específico nos empregados do quadro de mar, aprovamos uma trilha de aprendizagem estruturada para o desenvolvimento dos marítimos, bem como de novas soluções educacionais (Básico de Manutenção, *Shiphandling* e Princípios, Sistemas e Equipamentos Navais). Já o Programa de Qualificação em Dutos e Terminais (PQDT) foi ampliado, com a disponibilização de dez novas disciplinas.

Realizamos em 2017 cursos de formação para a capacitação dos novos empregados, visando garantir as competências necessárias ao desempenho de suas atribuições. Os oficiais de náutica, oficiais de máquinas e auditores juniores recém-admitidos passaram primeiramente pela ambientação para conhecer melhor a Transpetro, além dos aspectos relativos a suas car-

Participação em
treinamentos182.761
horas-homem

reiras e do dia a dia de trabalho. Os auditores receberam ainda, nos primeiros meses de trabalho, o acompanhamento de um tutor para que fossem devidamente orientados sobre suas atividades.

Destacamos também o projeto desenvolvido pela Associação Brasileira de Ensaios Não Destrutivos e Inspeção (Abendi) em parceria com a Transpetro, a TBG e a Logum para certificação dos nossos profissionais que atuam na área de Inspeção de Faixa de Dutos. A capacitação é

equivalente aos padrões internacionais, com ganhos de produtividade e segurança na execução de nossas tarefas. A certificação de nossos inspetores de faixa por instituição respeitada e renomada no país é mais um subsídio para alcançarmos os resultados planejados.

Também aperfeiçoamos o processo de Planejamento de Treinamentos na Matriz de Capacitação em Segurança, Meio Ambiente e Saúde, permitindo melhorar a gestão integrada das necessidades de certificações legais e normativas.

Ainda na área de SMS, capacitamos mais 14 mil integrantes de nossa força de trabalho nas Regras de Ouro do Sistema Petrobras, um conjunto de orientações sobre comportamentos e cuidados aplicáveis às atividades operacionais do dia a dia, cujo objetivo é evitar acidentes.

Quanto à Matriz de Capacitação em SMS, abrimos novas turmas dos Cursos da Norma Regulamentadora (NR) 20, que trata da segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e líquidos combustíveis. Iniciativa pioneira no país, o treinamento desenvolvido na Modalidade Mista de Ensino (a distância e presencial) é

acompanhado por uma subcomissão tripartite, constituída por integrantes do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) e por representantes dos empregadores e dos trabalhadores.

As iniciativas descritas acima, juntamente com outras, contribuíram para o resultado de 22.392 participações de empregados em treinamento durante o ano, contabilizando 182.761 horas-homem Treinamento Total e a média de 29 horas de treinamento por empregado. Esses números superam os resultados obtidos em 2016, quando tivemos 22.018 participações, 174.328 de total de horas de treinamento no ano e a média de 27 horas por empregado.

Parte integrante do Averso do OFS nº 34 de 2018.

Página 26 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

25

NOSSOS CAPITAIS

INTELECTUAL

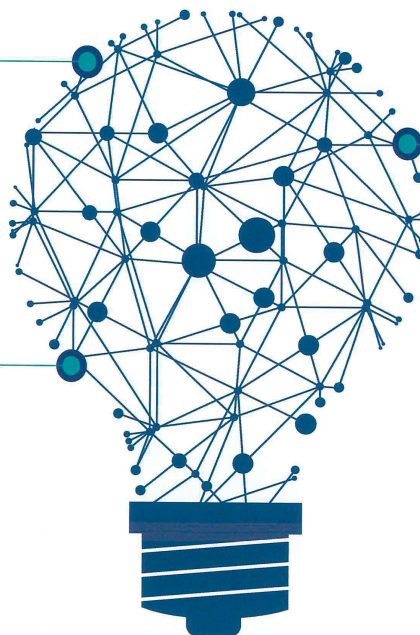
PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

Maiores e Melhores
do Transporte

Pela 12ª vez, recebemos o prêmio Maiores e Melhores do Transporte, concedido pela OTM Editora. Fomos considerados a melhor empresa no segmento de Transporte Marítimo e Fluvial. As 1.181 companhias avaliadas foram divididas em 37 segmentos das áreas de transporte e logística. O resultado levou em conta a capacidade de adaptação de cada uma delas e suas estratégias de competitividade frente ao cenário nacional.

Empresa Amiga
da Criança

Recebemos, pelo sétimo ano consecutivo, o Selo da Fundação Abrinq como "Empresa Amiga da Criança". O prêmio confirma a importância das ações desenvolvidas pela companhia a favor da infância e da adolescência. Entre as iniciativas de destaque que realizamos, estão os projetos Botos da Barra, Tenda Itinerante e Voluntariado.

Anuário Melhores
e Maiores

Conquistamos a quarta colocação no ranking das melhores em transporte, segundo o Anuário Melhores e Maiores da Revista Exame. A premiação avaliou as empresas que mais se destacaram em 20 setores da economia. Na análise por critérios, garantimos outros resultados de destaque. Aparecemos na segunda posição em 'Liderança de Mercado'; na quarta, em 'Riqueza Criada por Empregados'; na quinta, em 'Liquidez Corrente'; e, na sexta, em 'Rentabilidade'.

Parte integrante do Avulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 27 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 26

NOSSOS CAPITAIS

SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

Mantemos um estreito relacionamento com nossos públicos de interesse. Para isso, estabelecemos diálogo contínuo com a sociedade de forma a criar vínculos de confiança e garantir o cumprimento dos valores que norteiam nossa atuação: respeito à vida, às pessoas e ao meio ambiente; ética e transparência; orientação ao mercado; superação e confiança; e resultados.

Os relacionamentos com nossos públicos de interesse são orientados por nossa Política de Comunicação, estreitamente alinhada com as diretrizes adotadas pela Petrobras. O documento, aprovado por nosso Conselho de Administração em 2017, estabelece as premissas e direcionamentos para a construção de um diálogo aberto com a sociedade.

Nossa nova Política de Comunicação promove nossa adequação à Lei 13.303/16, conhecida como Lei das Estatais, e tem como princípios básicos a comunicação de forma consistente, coerente, verdadeira, transparente, simples e ágil com todos os nossos públicos. Também registra nosso compromisso de estabelecer diálogo contínuo, respeitando as diversidades humanas e culturais, e de manter nossos públicos informados de forma precisa e clara em relação também a temas e eventos sensíveis.

Para a definição da forma como queremos nos conectar com os nossos públicos, estabelecemos, também em 2017, o novo posicionamento da nossa marca. Construído em paralelo à revisão de nosso Plano de Negócios e Gestão 2018-2022 e do nosso Monitoramento Estratégico, o Posicionamento da Marca foi desenvolvido

a partir do propósito que direciona nossas atividades, o mesmo da controladora: prover a energia que move a sociedade a realizar o seu potencial. Ou seja, trabalhamos em nosso segmento de negócio para viabilizar a movimentação da energia que impulsiona pessoas, cidades e empresas.



Nosso propósito
Prover a energia que move a sociedade a realizar o seu potencial

Nosso novo posicionamento de marca se baseia ainda em nossa capacidade técnica única na logística e transporte de petróleo, derivados, gás natural e biocombustíveis; na nossa história de superação de desafios; no comprometimento das pessoas; na gestão empresarial com foco em resultados; e na segu-

rança e confiabilidade das operações. Tudo isso sempre em sintonia com as demandas da sociedade.

A partir desses dois pilares – Política de Comunicação e Posicionamento de Marca –, estabelecemos canais de comunicação e estratégias de relacionamento com todos os nossos públicos de interesse. Para nortear nossas ações na área da Responsabilidade Social, também estabelecemos uma nova política em 2017. De acordo com as diretrizes estabelecidas pelo documento, promovemos ações em prol do desenvolvimento sustentável e da mitigação de impactos relativos ao nosso negócio, sempre respeitando os direitos humanos e priorizando a comunicação clara e objetiva com nossos diversos públicos.

Entre as ações realizadas, destacamos as campanhas corporativas com foco em gênero e raça, o relacionamento contínuo com comunidades do entorno das nossas instalações, o estímulo às iniciativas do voluntariado da companhia e os convênios e patrocínios para o desenvolvimento de comunidades de nossas áreas de influência direta. Também atuamos em programas voltados à preservação dos direitos da criança e do adolescente e da igualdade de oportunida-

**Lei 13.303/16**

Comunicar de forma consistente, coerente, verdadeira, transparente, simples e ágil com todos os nossos públicos

Parte integrante do Aulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 28 de 63



NOSSOS CAPITAIS

SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

des entre homens e mulheres. Por todas essas ações, recebemos o reconhecimento de instituições externas especializadas. A Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (ligada ao Governo Federal) e a Fundação Abrinq renovaram nossas certificações e selos, em função dos trabalhos que desenvolvemos.

Patrocinamos também ações sociais, culturais e esportivas que potencializem ganhos de reputação e imagem da companhia por meio da vinculação da nossa marca a projetos de terceiros com aderência à nossa estratégia de Comunicação. Nessa área de atuação, buscamos também estreitar o relacionamento com os nossos públicos de interesse segundo as diretrizes da Política de Patrocínios da Petrobras e as orientações e exigências legais da Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República (Secom-PR).

Todas as ações patrocinadas devem atender aos interesses institucionais da companhia, além de estarem relacionadas ao nosso negócio. Seguindo essas diretrizes, demos continuidade em 2017 às ações que já estavam em desenvolvimento e reforçamos nossos laços com as comunidades vizinhas às nossas instalações.

Mantemos também uma equipe dedicada a receber, atender e mediar os pedidos de profissionais e veículos de imprensa sobre diversos assuntos relacionados à companhia. As atividades que desenvolvemos nessa área também seguem as diretrizes de comunicação do Sistema Petrobras. Ao longo de 2017, atendemos a 124 veículos de imprensa locais, regionais, nacionais e internacionais.

Com o objetivo de elevar a consciência de nossos públicos de interesse sobre a importância do transporte dutoviário, desenvolvemos ainda o Programa de Conscientização e Relacionamento com Partes Interessadas das Faixas de Dutos. Essa relação é norteada por uma comunicação baseada no diálogo e na empatia, a fim de gerar uma maior aproximação com esses públicos, além de promover uma melhor convivência e uma interface responsável com relação às nossas instalações.

Dessa forma, aumentamos os níveis de conhecimento desses públicos sobre a nossa empresa, nossas atividades e medidas de segurança e possibilitamos mudanças conscientes de atitudes, comportamentos e práticas em relação às nossas faixas de dutos e terminais.



Reconhecimento externo

Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (ligada ao Governo Federal) e a Fundação Abrinq

Conforme estabelece o propósito do programa, o trabalho é voltado a estreitar os vínculos de confiança com nossos públicos de relacionamento, implementando uma cultura de convivência e corresponsabilidade, a fim de orientá-los sobre os impactos decorrentes dos nossos processos operacionais e as medidas de mitigação e controle.

O diálogo com nossos públicos de interesse é realizado também por meio de uma Ouvidoria-Geral, que

contribui para uma atuação equilibrada e sustentável da companhia, conforme estabelecem o Código de Ética e o Guia de Conduta do Sistema Petrobras.

Nossa Ouvidoria-Geral disponibiliza canais específicos para o recebimento de reclamações, sugestões e pedidos de informação dos diversos públicos de interesse. Além disso, desde 2016, compartilhamos o Canal de Denúncia único para todo o Sistema Petrobras, acessível 24 horas por dia, 365 dias por ano, por telefone ou pela internet. Gerido por uma empresa externa independente, esse canal pode ser utilizado por todos os nossos públicos de interesse, com a garantia do anonimato e o nosso compromisso de não retaliação aos denunciante.

A atuação nessa área se dá de forma integrada às demais ouvidorias do Sistema Petrobras, que também se baseiam nos pilares de independência, isenção e transparência, de forma a preservar e promover a imagem da companhia.

Além disso, disponibilizamos um Serviço de Informação ao Cidadão, para o atendimento à Lei de Acesso à Informação, que garante a qualquer cidadão o acesso às nossas informações não sigilosas.



Canal de Denúncia único para todo o Sistema Petrobras

Acessível 24 horas por dia,
365 dias por ano, por telefone
ou pela internet



NOSSOS CAPITAIS

SOCIAL E DE RELACIONAMENTO

Nossas atividades-fim são integralmente reguladas e fiscalizadas por órgãos governamentais. Para evitar danos à nossa imagem, prejuízos por multa e morosidade no tratamento de nossos interesses ou interrupção das nossas atividades, realizamos relacionamento direto com as instituições definidoras das políticas públicas ou reguladoras.

Diante disso, atuamos nas demandas envolvendo a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), a Comissão Nacional de Segurança Pública nos Portos, Terminais e Vias Navegáveis (Conportos), Ministério de Transportes, Portos e Aviação Civil (MTPA), Ministério de Minas e Energia (MME), entre outros órgãos.

Nesses processos de relacionamento, estão incluídas, por exemplo, a obtenção de autorização de construção e operação para viabilizar empreendimentos, além da obtenção e

manutenção de outorgas de funcionamento de terminais aquaviários, com participação nos processos de licitação de áreas a serem arrendadas em portos públicos.

Para a execução de nossas atividades, cumprimos também uma gama de leis federais, estaduais e municipais, além de regulamentos, normas e exigências ambientais impostas pelos diversos órgãos aos quais nossas licenças estão condicionadas, sempre com foco na proteção à saúde humana e ao meio ambiente. Nossa gestão mantém sempre um estreito relacionamento com os órgãos ambientais e fiscalizadores. Ao todo, são 29 órgãos estaduais e oito federais.

Orientamos também as empresas prestadoras de serviço a atender os padrões e certificações relacionados ao cumprimento das normas de segurança, meio ambiente e saúde, como também na declaração ao atendimento dos requisitos legais e portarias relacionadas a esses temas.



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 29

NOSSOS CAPITAIS

NATURAL

Realizamos uma série de ações para reduzir os possíveis impactos de nossas operações sobre o meio ambiente. Entre elas, encontramos o uso racional da água, da energia e dos demais insumos e a redução das emissões atmosféricas, da geração de resíduos e de efluentes.

Em 2017, nossas ações preventivas possibilitaram significativa redução de vazamento de produto, representado pelo indicador Volume de Vazamento de Óleo e Derivados (VAZO). A taxa registrada ficou em 0,250 metros cúbicos, bem abaixo do limite de alerta, 20m³. Destaque também para a atividade de Transporte Marítimo, que não registrou vazamento em 2017.

Reafirmamos também nosso compromisso com a otimização do uso de recursos naturais e com a segurança operacional de nossas atividades. Uma comprovação de que aplicamos as boas práticas internacionais de segurança na execução de nossas atividades foi dada pelos órgãos ambientais dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo.

Recebemos do Instituto Estadual do Ambiente (Inea - RJ) e da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo (Cetesb) autorização para realizar operações de transbordo a contrabordo entre navios atracados aos píeres dos Terminais de Angra dos Reis (RJ) e de São Sebastião (SP). A nova atividade possibilita ampliar nossa logística de transporte e nossa capacidade de escoamento, sem criar novos berços de atracação.

Entre essas ações desenvolvidas, destaca-se também o convênio firmado para o desenvolvimento de projeto de proteção, avaliação de riscos e educação ambiental.

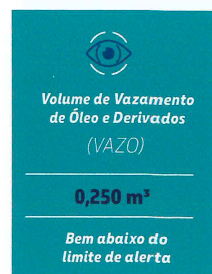


As atividades são promovidas em conjunto com o Inea, a Associação Cultural e de Pesquisa Noel Rosa e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Também celebramos com a Petrobras e a Fundação Florestal do Estado de São Paulo convênio para a gestão de áreas do Parque Estadual da Serra do Mar (PESM), maior unidade de conservação de mata atlântica do Brasil, por onde passa parte da malha de dutos do Sistema Petrobras responsável pelo abastecimento das regiões Sudeste e Centro-Oeste.

Firmamos ainda com a Cetesb um Termo de Compromisso Ambiental no processo de licenciamento da nossa malha dutoviária no estado de São Paulo. Com isso, será possível o reordenamento do transporte de gás natural, petróleo e derivados na Região Metropolitana de São Paulo, com vistas a garantir a segurança de todos, especialmente nas regiões de alta densidade populacional.

Como algumas de nossas instalações se situam próximas a áreas quilombolas e indígenas, mantemos também um relacionamento estreito com a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Fundação Palmares. Por conta disso, realizamos Estudo do Componente Indígena (ECI) na comunidade Cajuhiri-Aravessado (território indígena na área de influência do gasoduto Urucucó-Coari-Manaus, no Amazonas).

A apresentação do trabalho desenvolvido ocorreu em reunião promovida pela Funai. Aproveitamos a oportunidade para reforçar a importância da convivência pacífica e a necessidade de realizarmos manutenções preventivas a fim de garantir a segurança das instalações e, principalmente, das comunidades vizinhas aos dutos que transportam petróleo, gás liquefeito de petróleo e gás natural.



Parte integrante do Aulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 31 de 63



NOSSOS CAPITALS

PRODUTIVO

Nosso capital produtivo é composto essencialmente pelos terminais, dutos e navios que operamos, sejam eles próprios, da Petrobras ou de terceiros, arrendados ou não à Transpetro.

PRINCIPAIS ATIVOS

	2015	2016	2017
DUTOS E TERMINAIS			
Número de terminais aquaviários	28	27	27
Número de terminais terrestres	21	20	20
Número de tanques de petróleo, derivados e etanol	546	538	538
Número de esferas de GLP	49	50	50
Oleodutos (km)	7.264	7.719	7.719
Gasodutos (km)	7.151	7.155	7.155
Número de pontos de entrega de gás natural	137	137	137
Número de estações de compressão de gás natural	20	20	20
TRANSPORTE MARÍTIMO			
Número de navios em operação	54	56	55
Capacidade da frota em operação (milhares de TPB – toneladas de porte bruto)	4.452	4.564	4.529

Além dos ativos operados, também destacamos entre os nossos principais ativos o Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL), dotado de tecnologia de ponta para monitorar e operar, remotamente e de forma centralizada, nosso transporte dutoviário.

INVESTIMENTOS

A companhia realizou R\$ 1,4 bilhão em investimentos em 2017. Grande parte desses recursos foi destinada à construção de navios no país, com destaque para a entrada em operação de três embarcações no exercício: dois navios da classe suezmax e um gaseiro.

Também merecem destaque os investimentos na manutenção da infraestrutura de dutos e terminais, que contemplam, principalmente, as paradas programadas dos tanques de armazenamento de petróleo e derivados e as docagens das nossas embarcações.

INVESTIMENTOS (R\$ MILHÕES)	2016	2017	Part. %
Construção de navios no país	884	1.032	74
Infraestrutura de dutos e terminais	138	219	16
Docagem de Navios	134	120	9
Outros investimentos	80	27	2
TOTAL DE INVESTIMENTOS	1.236	1.399	100



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 31

NOSSOS CAPITAIS

FINANCEIRO

Nosso capital financeiro é composto pelos recursos financeiros disponíveis, sejam próprios ou de terceiros, alocados para nossa atividade produtiva.

Geração Operacional de Caixa + Financiamentos (Dívida)

ENDIVIDAMENTO

O nível de endividamento é parte da nossa principal métrica financeira, que é a relação entre Dívida Líquida e Ebitda. Desde que iniciamos o programa de modernização da frota, o nosso endividamento vem crescendo de forma gradativa e planejada. Isso ocorre em função do modelo como foi concebido o projeto, em que até 90% dos recursos para construção dos navios são financiados pelo Fundo da Marinha Mercante, por intermédio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil. Os aportes desses financiamentos ocorrem ao longo das construções das embarcações e são amortizados pelo sistema de amortização constante (SAC), com prazo de 48 meses de carência e de 240 meses para pagamento.

Para mais informações sobre o perfil da nossa dívida, veja a nota explicativa 29 das Demonstrações Financeiras.



DÍVIDA LÍQUIDA SOBRE EBITDA

Encerramos 2017 com o índice Dívida Líquida/Ebitda ajustado em 2,13. O nosso Plano de Negócios e Gestão para o horizonte de 2018 a 2022 prevê que esse indicador atingirá o maior patamar em 2018. A partir de 2019, quando estão planejadas as entregas dos últimos navios encomendados, iniciaremos um ciclo de redução gradativa do nosso nível de alavancagem, alcançando o índice de 1,6 ao final de 2022. O gráfico que apresenta os números relativos à dívida líquida sobre Ebitda está detalhado no capítulo sobre Relato Estratégico.

GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA

Atualmente, o capital gerado em nossas atividades operacionais é suficiente para financiar nossos investimentos. Desde 2015, a Administração vem adotando uma política de distribuição integral das reservas acumuladas e dos resultados gerados em cada exercício. Dessa forma, nos últimos três anos, foram pagos R\$ 2.300 milhões sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio.



Iniciaremos um ciclo de redução gradativa do nosso nível de alavancagem, alcançando o índice de

1,6
ao final de 2022

Geração de caixa total
R\$ bilhões

Parte integrante do Aviso do OFS nº 34 de 2018.

Página 33 de 63





CONTEXTO EXTERNO



CONTEXTO EXTERNO

—
AMBIENTE EXTERNO

O ano de 2017 foi marcado por considerável volatilidade dos mercados – impulsionada por incertezas políticas – e por uma recuperação no crescimento econômico do país mais lenta do que previsto originalmente, após a forte recessão observada nos últimos dois anos. A taxa de crescimento do PIB em 2017 registrou alta de 1,0%.

Embora a forte retração econômica que afetou o país desde meados de 2014 tenha contribuído para a redução do consumo energético nos últimos anos, pôde-se observar em 2017 um crescimento, ainda que modesto, de 1,7% no total das vendas de diesel e de gasolina pelas companhias distribuidoras, quando comparado com o ano anterior. Apesar do aumento do consumo, as refinarias brasileiras processaram um volume de petróleo 5,2% inferior a 2016. Como consequência, a produção total de derivados foi 4,5% menor do que no ano anterior.

O destaque no mercado de derivados em 2017 foi o aumento de importações feitas por terceiros (acréscimo de 53,4% no volume importado de gasolina e 63,6% no volume importado de diesel), já que os agentes importadores dispõem de outras opções de contratação de armazenagem em terminais privados.



**Aumento no volume
médio de gás
movimentado
11,8%**

Esses fatores impactaram desfavoravelmente a movimentação nos nossos oleodutos e terminais. A redução, no comparativo com 2016, foi de 5,3%, superior ao previsto nos cenários mais pessimistas e culminando no terceiro ano consecutivo de queda.

Mesmo diante de um cenário de desinvestimentos da Petrobras e de incertezas no ambiente macroeconômico, reforçamos nossa posição de excelência e liderança em transporte e logística, com a conquista de novos clientes, especialmente na área de gás. Isso resultou no aumento de cerca de 11,8% do volume médio diário de gás movimentado em relação a 2016.

No segmento de transporte marítimo, o cenário internacional de 2017 foi marcado pela tendência de queda nos valores do frete, devido, principalmente, à rápida expansão da frota mundial.



**Crescimento no total
das vendas de diesel
e de gasolina pelas
distribuidoras**

1,7%
**em relação ao
ano anterior**



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

DUTOS E TERMINAIS
TRANSPORTE MARÍTIMO
DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

< >
34

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

DUTOS E TERMINAIS
INDICADORES DE PERFORMANCE

De janeiro a dezembro de 2017, registamos movimentação de 572 milhões de metros cúbicos de petróleo e derivados em nossos terminais e oleodutos, resultado 5,3% inferior ao total registrado em 2016. No mesmo período, a movimentação média de gás natural foi de 69,78 milhões de metros cúbicos por dia, superior em 11,8% ao valor alcançado no ano anterior.

A queda de 5,3% observada na movimentação de produtos nos terminais e oleodutos operados pela Transpetro em 2017 refletiu o aumento das importações de derivados por terceiros e a consequente redução da participação da Petrobras no abastecimento do mercado interno, o que resultou em menores cargas processadas nas refinarias do sistema.

Apesar da queda de movimentação, obtivemos resultados expressivos de eficiência das nossas atividades operacionais. O indicador que mede a eficiência das operações de carregamento e descarregamento de navios nos terminais, o EON-TA, superou em mais de cinco pontos percentuais a meta de 86,73% estabelecida para o ano de 2017. O resultado se deve a otimizações internas nos processos dos terminais e à melhoria na disponibilidade de equipamentos decorrente das ações promovidas para a redução da deficiência de bombeio e de outras demoras e interrupções.

Eficiência das Operações com Navios em Terminais Aquaviários (EON-TA)



DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

DUTOS E TERMINAIS

DESTAQUES 2017 E DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Buscamos por meio de nossas atividades contribuir para os resultados do Sistema Petrobras, ajudando a controladora a superar os desafios descritos em seu Plano Estratégico e Plano de Negócios e Gestão.

Por conta disso, desenvolvemos várias ações visando a nos consolidar como líderes em transporte e logística no segmento de petróleo, gás e biocombustíveis, competitivos e rentáveis, conforme estabelece nossa visão 2030. Nesse sentido, ampliamos atividades, assumimos outros serviços, desenvolvemos novas soluções para o cliente, flexibilizamos operações. Sempre na busca por otimizar recursos e aumentar receitas.

Destacam-se também as operações de transbordo a contrabordo realizadas ao longo de 2017. Graças a elas, aumentamos nossa capacidade operacional e realizamos movimentação de petróleo para exportação sem a necessidade de construção de novos berços de atracação. Nossas primeiras movimentações realizadas por esse modelo ocorreram entre navios atracados ao pier do Terminal Aquaviário de Angra dos Reis (RJ), que está capacitado a executar até duas operações desse tipo simultaneamente, num total de quatro embarcações de uma única vez.

Realizamos também a inédita operação de transbordo atracado a contrabordo no Terminal de São Sebastião (SP). A atividade foi acompa-

nhada por representantes da Marinha, da Prefeitura local e dos órgãos ambientais responsáveis por incluir esse modelo de movimentação na licença de operação da unidade paulista. Trata-se de um projeto estratégico também para a comunidade do entorno do terminal, pois possibilita a diminuição do fluxo de navios no canal da cidade, uma reivindicação dos próprios moradores.

Outra ação desenvolvida para ampliar as nossas atividades foi o primeiro leilão eletrônico público para oferta de serviços prestados pela companhia. De acordo com o modelo inédito de venda, disponibilizamos ao mercado 4.500 metros cúbicos de espaço em tanque do Terminal Aquaviário de Belém (PA) para o armazenamento de diesel S10.

Ampliamos também nossas carteira de clientes nas bases de carregamento dos terminais de Jequié e Itabuna, na Bahia; de Biguaçu, Itajaí e Guaratirim, em Santa Catarina; e de Guarulhos, em São Paulo. Esta última é a maior unidade da América Latina capacitada a executar esse tipo de atividade. Ao todo, realiza cerca de 300 operações por dia, com seis produtos distintos: gasolina, diesel S500 e S10, biodiesel, e etanol anidro e hidratado.



Terminal Aquaviário de Belém (PA)



DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

DUTOS E TERMINAIS

DESTAQUES 2017 E DESEMPENHO DO NEGÓCIO

Antes de assumirmos esses serviços, respondíamos exclusivamente pela operação do parque de tanques e do poliduto. Desde junho de 2017, passamos a atuar também na operação das plataformas de carga e descarga de caminhões-tanque das distribuidoras.

A mudança contribuiu para a redução dos custos operacionais dessas unidades e para a maior aproximação da companhia com os clientes atendidos pelo modal rodoviário. Confirmou ainda nossa capacidade de atuar em outro processo de transporte e distribuição de combustíveis, ampliando nossas atividades e receitas.

Para aumentar a disponibilidade de nossos equipamentos, melhorar a relação entre eficiência e confiabilidade do sistema e garantir maior segurança a nossas operações, desenvolvemos diversas iniciativas em 2017. Entre elas destaca-se o início das atividades do Centro de Diagnóstico de Máquinas (CDM), que se estruturou para receber remotamente dados de 542 conjuntos de equipamentos (moto-bombas, turbocompressores, motogeradores, motocompressores, entre outros) instalados em todos os estados em que atuamos e de-

se envolveu novas ferramentas de análise de dados. Atualmente, o Centro de Diagnóstico emite um laudo a cada dois dias.

Nesse período, o CNCL deu início à operação remota das áreas de tancagem dos terminais de Angra dos Reis, no Rio de Janeiro, e de

dutos. Dessa forma, seguimos para alcançar o nosso propósito de nos tornarmos uma solução diferenciada para operações de ativos logísti-

nosso Centro Emergencial de Reparo de Dutos (Creduto), em Guarulhos (SP). O centro se consolidou como um modelo de sucesso e se tornou



CNCL - Sede (RJ)

O ano também foi marcado pela integração dos processos operacionais no Centro Nacional de Controle e Logística (CNCL), localizado no Rio de Janeiro, resultando em maior eficiência, segurança e inteligência operacional.

São Sebastião, em São Paulo, além das bases de carregamento de caminhões-tanque supridas pelo Oleoduto Recôncavo Sul da Bahia (Orsub), Oleoduto Paraná-Santa Catarina (Opasc) e Oleoduto São Paulo-Brasília (Osbra), todos poli-

cos de modo integrado, eficiente e inovador.

A fim de atender a uma necessidade do Sistema Petrobras com relação aos dutos terrestres, reunimos uma equipe altamente especializada em

uma referência nacional na área em que atua, em função da qualidade dos serviços que executa.



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

TRANSPORTE MARÍTIMO

Encerramos o ano com 55 navios, um a menos do que em 2016, mas mantivemos a capacidade de transporte em patamar equivalente ao registrado naquele ano. Além disso, a idade média dos nossos navios reduziu de 14,3 anos para 13,9 anos.

Três navios foram incorporados à nossa frota, acrescentando cerca de 316 mil toneladas de porte bruto (TPB) à nossa capacidade de transporte. Entraram em operação os navios do tipo suezmax Milton Santos e Abdias Nascimento (157 mil TPB cada um) e o gaseiro Gilberto Freyre, com capacidade de 2,5 mil TPB. No mesmo período, quatro navios deixaram de compor a nossa frota: Lobato (petroleiro de 44,7 mil TPB e 25 anos), Guaporé (gaseiro de 4,5 TPB e 35 anos), Nordic Rio e Nordic Brasília (ativadores de 152 mil TPB e 15 anos cada um).



DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

TRANSPORTE MARÍTIMO

INDICADORES DE PERFORMANCE

VOLUME DE OPERAÇÕES

Em 2017, movimentamos por transporte marítimo 86,3 milhões de toneladas de petróleo e derivados, volume 9,61% maior do que o registrado em 2016. No total, realizamos 3.454 operações, uma média de 288 por mês.

A capacidade de transporte da nossa frota de navios é de 4,53 milhões de toneladas de porte bruto (TPB). Movimentamos petróleo e seus derivados e gás liquefeito de petróleo, seja por cabotagem ou navegação de longo curso, em atendimento às demandas do Sistema Petrobras.

Nossos navios transportam 41% da carga de petróleo e derivados movimentada por via marítima no Sistema Petrobras, apresentando alta performance operacional e ambiental. Além disso, possuímos a terceira maior frota mundial de navios aliviadores de posicionamento dinâmico (DP).



Gaseiros

8

navios

Panamax

5

navios

Produtos Claros

14

navios

Suezmax

12

navios

Perfil da Frota por tipo de navio

Aliviador DP Aframax

8

navios

Aliviador DP Panamax

2

navios

Aliviador DP Suezmax

6

navios

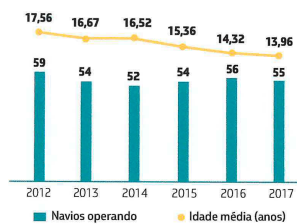
Total

55

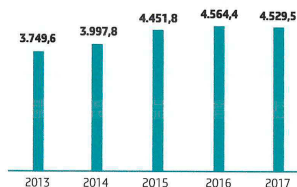
navios



Idade Média e Total de Navios em Operação



Total de Porte Bruto (em milhões)



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

40

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

TRANSPORTE MARÍTIMO

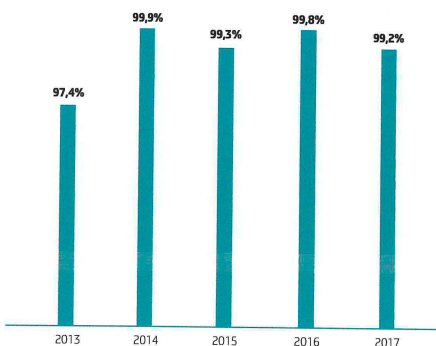
INDICADORES DE PERFORMANCE

DISPONIBILIDADE OPERACIONAL

Em 2017, a eficiência operacional da frota, representada pelo Índice de Disponibilidade Operacional (IDO), foi de 99,22%, excluindo os períodos de docagem (paradas obrigatórias dos navios, por força de legislação), e de 95,13%, se considerarmos todas as paralisações programadas dos nossos navios para manutenção.



Índice de Disponibilidade Operacional – Sem Docagem

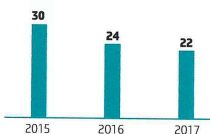
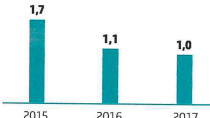


DOCAGENS

Ao todo, realizamos oito docagens em 2017. Em relação a 2016, registramos uma redução de 4% no tempo médio de cada parada, o que representou um ganho de receita de R\$ 600 mil. Os custos totais com docagens também caíram 4% em relação a 2016.



Média de dias de estaleiro

Custo médio de estaleiro
(em milhões de reais)

REDUÇÃO DE CUSTOS E MELHORIA DE RESULTADOS

Nosso Transporte Marítimo, alinhado com o Sistema Petrobras, vem reduzindo seus custos operacionais desde 2013, com os principais gastos gerenciáveis concentrados nas rubricas de Manutenção e Reparos e Materiais. Em 2017, as principais iniciativas para redução de custos se concentraram nas rubricas de Manutenção e Reparos, Materiais e Viveres.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 42 de 63



DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

TRANSPORTE MARÍTIMO**DESTAQUES 2017 E DESEMPENHO DO NEGÓCIO**

PROGRAMA DE MELHORIA SISTÊMICA

Com vistas ao fortalecimento da cultura de segurança e à melhoria da eficiência operacional dos navios, elaboramos o Programa de Melhoria Sistemática da Diretoria de Transporte Marítimo. Guia das atividades da área, esse programa é composto por várias iniciativas. Algumas são voltadas ao aprimoramento daquelas já estabelecidas, como o Navio 1000. Outras são iniciativas novas, como o *Tanker Management and Self Assessment* (TMSA).



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 42

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

TRANSPORTE MARÍTIMO

DESTAQUES 2017 E DESEMPENHO DO NEGÓCIO

PROGRAMA DE MELHORIA SISTÊMICA

TMSA

Como instrumento de melhoria contínua, iniciamos em 2017 um projeto de aprimoramento de nossos processos e práticas que se baseia nos requisitos do *Tanker Management and Self Assessment* (TMSA), sistemática altamente reconhecida no mercado e desenvolvida pela *Oil Companies International Marine Forum* (OCIMF).

A metodologia, adotada pelo Transporte Marítimo como ferramenta de gestão, avalia os sistemas de gerenciamento das empresas de navegação ligadas à indústria do petróleo em comparação às melhores práticas do mercado, com foco na segurança e desempenho operacional. Dessa forma, colabora de forma significativa para a adequação de suas próprias políticas e procedimentos às melhores referências (*benchmarking*) da indústria. O objetivo é atingir altos padrões de segurança e prevenção de acidentes para transpor os desafios de mercado da atividade de transporte marítimo.

Elaborado a partir dos resultados obtidos em auditoria de TMSA realizada no primeiro semestre de 2017, o projeto gerou insumos para elaborarmos um plano de ação, já em fase de implementação, com ênfase na melhoria da eficiência operacional e da cultura de segurança dos nossos navios.

Navio 1000

O Programa Navio 1000, que desenvolvemos desde 1994, é um dos nossos critérios mais completos de avaliação da performance do navio e, portanto, do desempenho de suas tripulações. O objetivo do projeto é medir o desempenho da frota, buscando alinhamento com as boas práticas e indicadores utilizados no mercado de transporte marítimo internacional. Além disso, visa preparar as embarcações para as inspeções de *vetting* e reforçar a construção de uma cultura de segurança entre as nossas tripulações.

Com essa nova metodologia de medição, estamos nivelando nossa frota com as melhores práticas de desempenho do mercado, agregando segurança e disponibilidade operacional, associadas à gestão eficiente de recursos.

Indicadores de gestão	
Segurança 700 pontos	Taxa de Acidentados Registráveis (TAR)
	Pré- <i>vetting</i>
	Incidentes, acidentes e / ou fatos de navegação
	Incidentes de poluição / Contaminação de carga
Performance operacional 200 pontos	Desvios e quase acidentes (>= 2 por mês no navio)
	Off-hire
	SIGO (Perda de performance operacional)
	Cumprimento do Plano Anual de Negócios (PAN)
Manutenção 100 pontos	Índice de atualização de movimentação de pessoal no NSS
	Indicadores de manutenção



Navio 1000

Avaliação do
desempenho
da frota

Parte integrante do Avulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 44 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 43

DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

TRANSPORTE MARÍTIMO

DESTAQUES 2017 E DESEMPENHO DO NEGÓCIO

PROGRAMA DE MELHORIA SISTÊMICA

Vetting

Uma importante ferramenta de gestão para a melhoria contínua dos níveis de segurança e eficiência no transporte marítimo é o *vetting*. Trata-se de um critério internacional de inspeção de navios – elaborado e padronizado também pela *Oil Companies International Marine Forum* (OCIMF) –, que gera um diagnóstico detalhado sobre a qualificação técnica do navio e de sua tripulação.

As inspeções são realizadas por inspetores credenciados pela OCIMF e os resultados são publicados no site da entidade, permitindo acesso aos potenciais clientes ou demandantes dos navios inspecionados. O *checklist* que guia essas inspeções foi introduzido na avaliação do Navio 1000, o que deixa nossa frota mais bem preparada para as inspeções externas. Em 2017, foram realizadas 31 inspeções externas de *vetting*.

Disciplina Operacional

Com o objetivo de garantir maior fidelidade das atividades em campo à disciplina no cumprimento do conjunto de procedimentos dedicados ao Transporte Marítimo, realizamos um estudo para identificação de oportunidades de melhoria sob o aspecto de disciplina operacional. Fruto desse estudo, dez iniciativas destinadas a conferir maior aderência das rotinas de bordo aos procedimentos e padrões estabelecidos estão em fase de implementação e vão conferir maior confiabilidade aos nossos navios.

Regime 1x1

O Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) do quadro de mar estabeleceu alteração no regime de embarque de nossas tripulações: o 1 x 1 (um dia de embarque por um dia de descanso) substituiu o 2 x 1, adotado anteriormente. Em dezembro de 2017, o novo regime foi implantado em dois dos nossos navios e passará a vigorar em toda a frota ao longo de 2018.

A mudança atende a uma demanda dos nossos marítimos e possibilita ganhos significativos, entre eles, a otimização do desempenho operacional dos navios e o aumento da produtividade. Como cada embarcação passa a ter tripulações fixas, a ambiência a bordo também melhora, visto que propicia aumentar o senso de pertencimento das equipes e reduz a rotatividade dos empregados. O novo regime representa também uma oportunidade de ascensão na carreira, com a abertura de 350 vagas no nosso quadro de empregados.



Vetting

31 inspeções
externas em 2017

Parte integrante do Avulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 45 de 63



DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

Nossa companhia permanece fortemente comprometida com o aprimoramento constante da cultura de disciplina de capital. Pelo terceiro ano consecutivo, reduzimos os nossos gastos operacionais gerenciáveis.

Eliminando os efeitos de inflação, câmbio e alteração na base de ativos que operamos, a redução acumulada nesse período alcançou 16%, proporcionando ganho significativo de produtividade em custos na prestação de nossos serviços e contribuindo para a redução dos custos logísticos do Sistema Petrobras.

Esse desempenho se torna ainda mais representativo ao considerarmos os gastos decorrentes das intervenções clandestinas para furto de petróleo e combustível em nossos dutos, que atingiu a soma de R\$ 120 milhões em 2017, com 226 ocorrências.



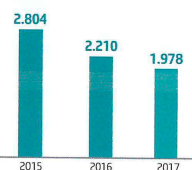
LUCRO BRUTO

Em 2017, nosso lucro bruto foi de R\$ 1.978 milhões, com retração de 11% frente a 2016. Houve redução das receitas de vendas devido, principalmente, à diminuição do volume movimentado nos terminais e oleodutos operados pela companhia, o que ocorreu pelo terceiro ano consecutivo.

No último ano, o principal motivo dessa redução foi o aumento de importações de derivados por terceiros, que levou à redução da participação da Petrobras no mercado interno. Além disso, a receita também foi impactada pela redução nas nossas tarifas de transporte e armazenamento de petróleo.

Nos custos dos serviços prestados alcançamos redução de 2% em função da menor realização nos gastos operacionais gerenciáveis, apesar do acréscimo de gastos decorrentes das tentativas de furtos de combustíveis.

Lucro bruto (R\$ milhões)



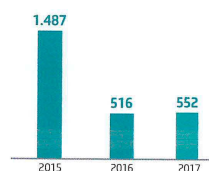
LUCRO OPERACIONAL

Nosso lucro operacional foi de R\$ 552 milhões, 7% superior a 2016, impactado principalmente pelas provisões de *impairment*, que totalizaram R\$ 383 milhões em 2017 e R\$ 799 milhões em 2016.

A provisão realizada em 2017 deveu-se principalmente à decisão de hibernação do projeto para construção de três navios da classe panamax, não sendo observadas variações significativas na avaliação dos demais ativos da companhia.

As despesas operacionais refletiram o aumento das provisões para contingências, e mantivemos as despesas administrativas no mesmo patamar de 2016.

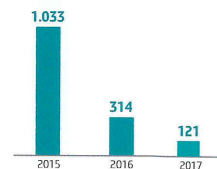
Lucro operacional (R\$ milhões)



RESULTADO LÍQUIDO

Atingimos lucro líquido de R\$ 121 milhões em 2017, resultado 61% inferior ao ano anterior. Além dos efeitos citados que impactaram o resultado operacional, em 2016 registramos efeito positivo não recorrente de R\$ 61 milhões na rubrica de equivalência patrimonial pelo encerramento contábil de nossa subsidiária Fronape International Company, e benefícios fiscais que reduziram o montante de imposto de renda e contribuição social devidos sobre o resultado do exercício anterior.

Lucro líquido (R\$ milhões)



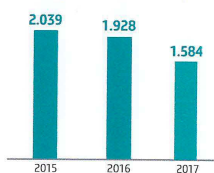
DESEMPENHO DOS NEGÓCIOS

DESEMPENHO FINANCEIRO CONSOLIDADO

EBITDA AJUSTADO

Nosso Ebitda ajustado foi de R\$ 1.584 milhões em 2017, 18% abaixo do ano anterior. Essa redução ocorreu em função das receitas de vendas, conforme citado na análise da variação do lucro bruto.

Ebitda ajustado (R\$ milhões)



RECONCILIAÇÃO DO EBITDA AJUSTADO (R\$ MIL)

	Real 17	Real 16	17 x 16 (%)
Lucro líquido	121.227	313.783	(61)
Resultado financeiro líquido	(241.945)	(267.508)	(10)
IR / CSLL	(188.481)	4.833	(4.000)
Depreciação e amortização	(645.103)	(620.014)	4
Ebitda	1.196.754	1.196.472	0
Variação ativo imobilizado	(3.954)	5.786	(168)
Equivalência patrimonial (CTA)		60.854	
Impairment	(383.232)	(798.606)	(52)
Ebitda ajustado	1.583.940	1.928.438	(18)

Ebitda e Ebitda Ajustado

O Ebitda (*Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*) é um indicador calculado como sendo o lucro líquido do período acrescido dos tributos sobre o lucro, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização. Divulgamos o Ebitda conforme faculta a Instrução CVM nº 527 de 4 de outubro de 2012.

Com o intuito de refletir a visão dos administradores quanto à formação do resultado das atividades correntes da companhia, o Ebitda também é apresentado ajustado (Ebitda Ajustado) por resultado da participação em investimentos, *impairment*, resultados provenientes de desinvestimentos e baixa de ativos, e efeitos cambiais acumulados de conversão (CTA) reclassificados para resultado.

RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< >
46

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2030
PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO 2018-2022



ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2030

No ciclo de Planejamento Estratégico 2030 foram definidas 57 iniciativas como desdobramento das dez estratégias a serem detalhadas e acompanhadas por nossa Alta Administração.

Na figura abaixo apresentamos como as Estratégias e Iniciativas estão relacionadas aos atributos da nossa Visão (Líder em transporte e logística, competitiva e rentável e que evolui com a sociedade).

PERFIL DAS INICIATIVAS ESTRATÉGICAS APÓS AS ANÁLISES		
Atributos da Visão	Estratégias	Iniciativas Atreladas a Estratégia
Líder em Transporte e Logística	2	11
Competitiva e Rentável	4	28
Que Evolui com a Sociedade	4	18
TOTAL	10	57



ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO (PNG) 2018-2022

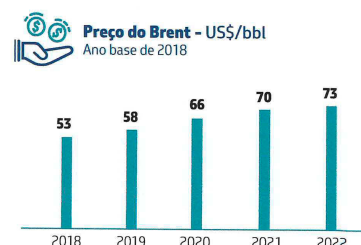
Nosso Plano de Negócios e Gestão (PNG) 2018-2022 mantém o foco no aumento da segurança e na redução da alavancagem financeira, conforme estabeleciam as duas métricas de topo definidas no PNG 2017-2021 e que continuam orientando as ações estratégicas da empresa.



A métrica de segurança considera a Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) por milhão de horas-homem. A partir de 2018, o nosso limite de alerta (valor máximo tolerável) para o indicador converge para os valores estabelecidos para a controladora.



O indicador financeiro faz a relação entre a Dívida Líquida e o Ebitda e prevê resultado de 3,4 em dezembro de 2018. O aumento apresentado no indicador para o próximo exercício é impactado tanto pela projeção de movimentação, o qual prevê um discreto incremento dos volumes, quanto pela entrega de três novos navios, que contribui com o aumento do endividamento.



As premissas de preço médio do Brent e a taxa média de câmbio adotadas para o PNG 2018-2022 estão representadas nos gráficos acima.

ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

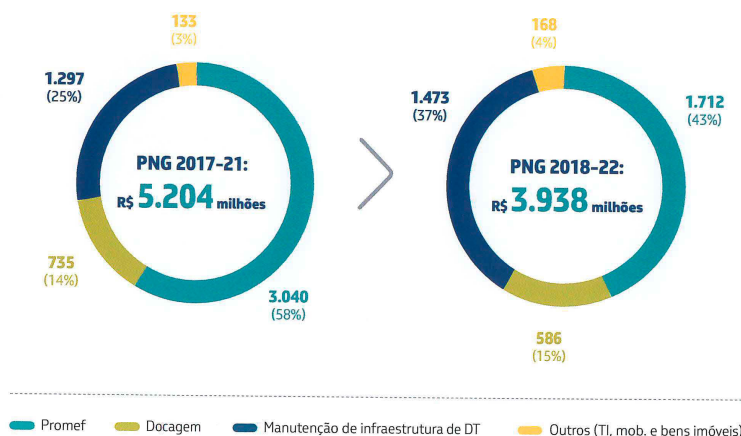
PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO (PNG) 2018-2022

A elaboração do nosso PNG 2018-2022 considerou a geração de valor por meio da busca contínua por oportunidades de redução de custos, desenvolvimento de novos negócios e eficiência de investimentos.



Comparativo de investimentos totais

Com relação ao pilar de eficiência de investimentos, a carteira do PNG 2018-2022 apresenta uma otimização significativa em comparação ao plano anterior. Essa melhoria se deve sobretudo à racionalização do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef), nosso principal investimento, que teve seu escopo revisado e seu cronograma de entregas renegociado com os estaleiros, com conclusão prevista para o ano de 2019.



ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

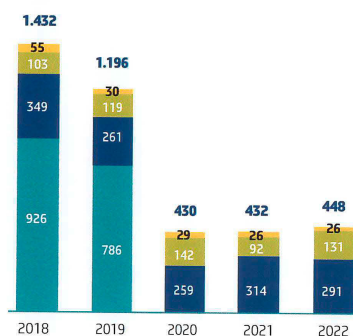
PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO (PNG) 2018-2022

Nossa carteira de investimentos destina ainda os recursos necessários aos projetos de manutenção de nossa infraestrutura de operações tanto no segmento de dutos e terminais quanto de transporte marítimo. O objetivo é mantermos sempre a segurança das operações e a integridade das instalações, garantindo o atendimento às normas aplicáveis.

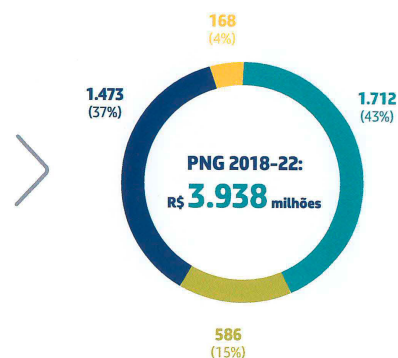


PNG 2018-2022 (com metas)

Distribuição anual de investimentos



Volume de investimentos totais



Promef Docagem Manutenção de infraestrutura de DT Outros (TI, mob. e bens imóveis)



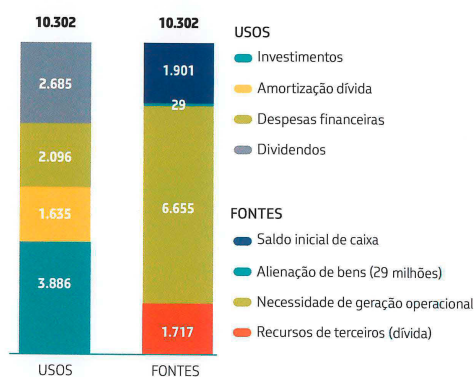
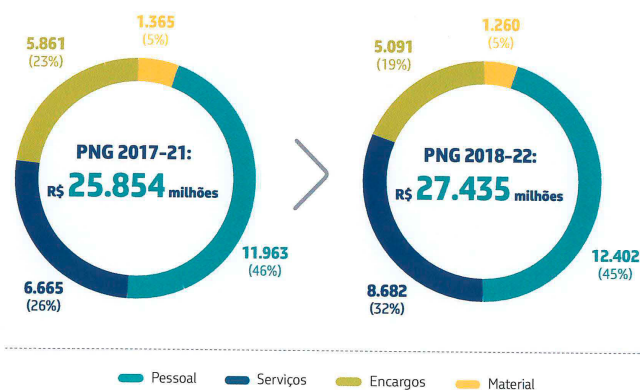
ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO (PNG) 2018-2022

Em relação aos gastos operacionais gerenciáveis (GOGs), o PNG 2018-2022 mantém as perspectivas de aumento da eficiência, prevendo um montante de R\$ 27.435 milhões até 2022. Em 2018, estimamos um GOG de R\$ 5.400 milhões. Cabe ressaltar que o aumento no GOG, quando efetuamos o comparativo entre os períodos, refere-se à adição de novas atividades no nosso portfólio.

Para cumprirmos os investimentos e os pagamentos de juros e amortizações projetados para o período de 2018 a 2022, planejamos utilizar como fontes de financiamento nosso saldo de caixa, a geração operacional, os financiamentos e a receita com a alienação de navios vendidos como sucata no fim de sua vida útil, conforme pode ser observado no gráfico a seguir:

Comparativo de GOGs

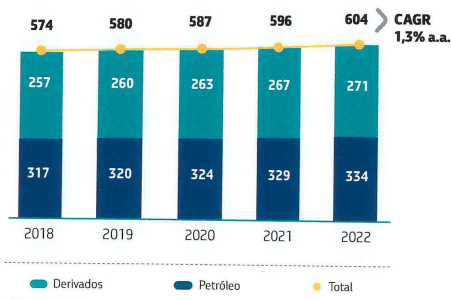


ESTRATÉGIAS E PERSPECTIVAS

PLANO DE NEGÓCIOS E GESTÃO (PNG) 2018-2022

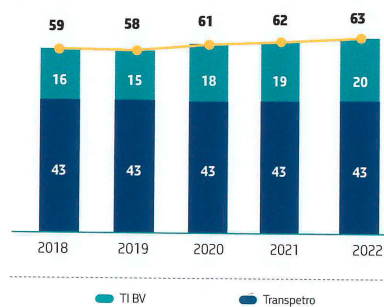
Movimentação de produtos

Planejamos alcançar em 2022, em nossos ativos de Dutos e Terminais, uma movimentação total de líquidos de 604 milhões de m³. Isso representa um crescimento médio anual de 1,3% sobre a movimentação projetada para o ano de 2018.



Frota em operação

Projetamos o crescimento da nossa frota ao longo do PNG 2018-2022, elevando de 59 para 63 o número de navios em operação. O quantitativo já leva em consideração as novas embarcações adicionadas à nossa frota por meio do Promef ou de afretamento em modelo de *Bareboat Charter Party* (BCP), bem como a saída de navios, seja pelo encerramento de contratos de afretamento existentes ou por causa do fim de sua vida útil.

Quantidade de navios em operação
(Fim do ano)

RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

GOVERNANÇA, RISCOS E CONFORMIDADE

GOVERNANÇA E GESTÃO
CONFORMIDADE
CONTROLES INTERNOS
GESTÃO DE RISCOS EMPRESARIAIS



53





GESTÃO E CONFORMIDADE

GOVERNANÇA E GESTÃO

O ano de 2017 foi de continuidade no fortalecimento dos nossos mecanismos de governança corporativa, com a implementação de uma série de medidas para melhorá-la, e aprimorar o alinhamento e relacionamento com nossa controladora. Como uma das principais ações, realizamos uma ampla revisão na Tabela de Limite de Competências (TLC), que aumentou a abrangência e o detalhamento das alçadas de competência na companhia, ajudando a aprimorar o nosso processo decisório e, consequentemente, nossa governança.

A revisão da TLC atende às recomendações encaminhadas por nossa diretoria e Conselho de Administração e representa uma importante evolução em nosso processo de gestão corporativa.

Ao longo do exercício, foram promovidas ações com o intuito de aprimorar os processos e práticas da companhia e alinhá-los aos requisitos contidos na lei nº 13.303/2016, decreto nº 8.945/2016, resoluções emanadas pela Comissão Interministerial de Governança Corporativa e de Administração de Participações Societárias da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (CGPAR) e regras corporativas comuns emitidas pela Petrobras.

Para atender os requisitos da lei nº 13.303/2016, aprovamos em janeiro de 2018 a adesão ao regulamento de licitações e contratos da Petrobras. O documento apresenta as novas formas de contratar, as etapas a serem percorridas nas licitações, a gestão contratual e os procedimentos auxiliares, inclusive o cadastro de fornecedores. O regulamento passou a ser implementado de modo progressivo pelas gerências da companhia, desde março deste ano.

Destacamos ainda o atendimento às recomendações do Comitê Especial de Investigação da Petrobras e o consequente aprimoramento dos nossos processos. Órgão de caráter independente e que se reporta diretamente ao Conselho de Administração da controladora, esse comitê atua como interlocutor das investigações independentes relativas às implicações da Operação Lava Jato.

Nossa estrutura de governança corporativa é composta por Assembleia Geral de Acionistas, Conselho Fiscal, Conselho de Administração e seus comitês, Auditorias (Interna e Externa), Ouvidoria-Geral, Diretoria Executiva e seus comitês, conforme a figura a seguir:

Estrutura de Governança



Práticas e Instrumentos de Segurança

Plano Estratégico
Plano de Negócios e Gestão
Plano Anual de Negócios
Planos Táticos
Tabela de Limites de Competência
Autorização Compartilhada
DIP Eletrônico / SDE
Sistema SAP
Petrocnet
Programa de Prevenção à Corrupção
Canal de Denúncias Petrobras
Código de Ética
Guia de Conduta
Guia de Conduta Concorrencional
Política de Brindes e Hospitalidade
Sistema de Padrões - Sinpep

Foram realizados seis eventos de Diagnóstico de Gestão do Presidente (DGP). O DGP é um exercício de liderança realizado pelo presidente, por meio de visitas às gerências da companhia. Seus principais objetivos são verificar a aplicação de práticas de gestão nas gerências, definir melhorias a serem implementadas, disseminar boas práticas e permitir o contato direto entre a força de trabalho e a Alta Administração.

Merece destaque também o Programa de Desburocratização da Transpetro. Conhecido como Simplifica, o programa foi inspirado na iniciativa realizada na controladora, tendo como foco simplificar nossos processos internos para garantir agilidade na tomada de decisão e redução de custos, sem comprometer a conformidade e a segurança. Aberto a toda a força de trabalho e contando com o patrocínio e participação dos diretores e gerentes executivos, o Simplifica teve a participação de mais de 1.400 empregados e captou cerca de 500 sugestões, distribuídas em 24 temas.



GESTÃO E CONFORMIDADE

CONFORMIDADE

Visando garantir um ambiente íntegro para os nossos negócios, trabalhamos na ampla disseminação da cultura de conformidade, na prevenção, detecção e correção de incidentes de fraude, corrupção e lavagem de dinheiro, na análise de integridade dos gestores e de contrapartes.

Para alcançar nossos objetivos, utilizamos como referência a Política de Conformidade Corporativa da Petrobras. O documento descreve e divulga os compromissos que assumimos em relação à promoção dos mais altos valores éticos e de transparência na condução de nossos negócios. Nossa atuação se baseia na tolerância zero à fraude, à corrupção e à lavagem de dinheiro.

Utilizamos também o Código de Ética, o Guia de Conduta e o Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC) para promover a integração e o fortalecimento das nossas iniciativas de *compliance*.

Programa Petrobras de Prevenção da Corrupção (PPPC)



É destinado aos nossos diversos públicos de interesse, como clientes, fornecedores, investidores, parceiros, poder público, empregados e prestadoras de serviços.



Promove ações contínuas de prevenção, detecção e correção de atos de fraude e de corrupção, consolidadas neste documento.



O programa está aderente às melhores práticas de mercado e às legislações anticorrupção, sobretudo à Lei 12.846/2013; ao *Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA), lei federal norte-americana, de 1977; e ao *UK Bribery Act*, lei britânica de combate e prevenção à corrupção, de 2010.

Ao longo de 2017, implementamos medidas de conformidade que buscaram eliminar a prática de atos em desacordo com nossas políticas e normas internas ou voltados a anular ou infringir os controles existentes ou de atuação.

Outra medida preventiva, voltada a subsidiar o gestor na tomada de decisão, foi o *Background Check* de Integridade (BCI), sumário de informações sobre a integridade de candidatos às funções gerenciais e da Alta Administração.

Nos processos de aquisição de bens e serviços, utilizamos o cadastro de fornecedores da Petrobras. A controladora avalia esses fornecedores pelo *Due Diligence* de Integridade (DDI), ferramenta que possibilita conhecer e analisar os riscos de integridade aos quais possamos estar expostos.

Na Transpetro, promovemos também avaliações de integridade quando elaboramos pareceres de conformidade para dar suporte à tomada de decisão e minimizar riscos nos processos decisórios da companhia. Além disso, incluímos em minutas de contratos cláusula referente à conformidade. Realizamos ainda apuração de denúncias recebidas pelo Canal de Denúncias. Os casos relativos a fraude e corrupção são tratados em conjunto com a Petrobras. Adicionalmente, instauramos Comissões Internas de Apuração para verificar indícios ou efetivas ocorrências contra integrantes da nossa força de trabalho e/ou contra o patrimônio da empresa.

Os desvios de conduta identificados em investigações internas são encaminhados para deliberação do Comitê de Correição. Vinculado à Diretoria, o comitê foi criado para reforçar o nosso sistema de consequências e orientar, uniformizar e acompanhar a aplicação de sanções disciplinares em casos de fraude ou corrupção.



GESTÃO E CONFORMIDADE

CONTROLES INTERNOS

Seguimos a política e as diretrizes de controles internos da Petrobras. Dispomos de uma série de controles internos com vistas a garantir a confiabilidade e a integridade de nossas atividades. Em alinhamento à metodologia utilizada na Petrobras, realizamos também análises de risco para identificar os processos mais sensíveis e desenvolver controles apropriados. A efetividade desses controles é avaliada internamente e por auditoria externa.

Outras ações preventivas que realizamos ao longo do ano foram palestra de conscientização da força de trabalho e treinamento a distância para gestores.

Adotamos ainda o modelo de "três linhas de defesa", criado pela Comunidade Europeia, com o objetivo de melhorar a comunicação relativa ao gerenciamento de riscos e o controle do processo por meio do esclarecimento dos papéis e responsabilidades essenciais.

Conselho de Administração / Comitê de Auditoria

Reguladores
externosAuditoria
externa(Gestores e equipes, Unidades
Operacionais e Área de Negócio)

1ª Linha de Defesa

Os gestores dos negócios têm a função de gerenciar os riscos e são responsáveis por implementar as ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

(Controles Internos, Conformidade,
Gestão de Riscos, It Security e Ouvidoria)

2ª Linha de Defesa

Os gestores que ocupam funções corporativas de controle de riscos e supervisão de conformidade assessoram os gestores dos negócios a prevenir atos contrários às normas e procedimentos ou aqueles relativos à fraude e corrupção.

(Auditoria Interna)

3ª Linha de Defesa

A Auditoria Interna avalia, de forma independente, se as ações foram implementadas a contento pelas duas linhas anteriores e se estão mitigando os riscos identificados.



Uma vez identificada deficiência de controle, atuamos ativamente para corrigi-la, bem como para diagnosticar potenciais riscos a outras áreas.

Ao término de 2017, avaliamos a eficácia de nossos controles internos sobre relatórios financeiros. Tomamos por base os critérios da Estrutura Integrada de Controles Internos, emitidos pelo *Committee of Sponsoring Organizations of Treadway Commission* (Coso), em atendimento à Lei Sarbanes-Oxley (SOx). Esses critérios regem a certificação da Petrobras e abrangem a Transpetro, por se tratar de empresa relevante do Sistema.

A partir dessa avaliação, verificamos que nossas ações remediaram, em todos os aspectos relevantes, as deficiências identificadas até 2017, comprovando a efetividade dos nossos controles internos sobre relatórios financeiros.



GESTÃO E CONFORMIDADE

GESTÃO DE RISCOS EMPRESARIAIS

A gestão integrada e proativa de riscos é fundamental para a entrega de resultados de maneira segura e sustentável.

A gestão de riscos empresariais, bem como a padronização e uniformização das análises de riscos são realizadas de acordo com a Política de Gestão de Riscos Empresariais, aprovada pelo nosso Conselho de Administração em 2016 e alinhada com a Petrobras, além de outras diretrizes e práticas definidas pela controladora.

Em 2017, elaboramos os mapas de riscos empresariais de 20 gerências executivas da companhia. Participamos ainda da estruturação do plano de gestão de crise e do processo de identificação dos ativos críticos, visando a garantir a continuidade dos nossos negócios e assegurar os níveis de serviços acordados com os clientes.

Para auxiliar nesse processo, nossa Política de Gestão de Riscos Empresariais estabelece diretrizes e responsabilidades e tem como base os seguintes princípios fundamentais:

Respeito à vida em toda a sua diversidade;

Pleno alinhamento e coerência com o nosso Plano Estratégico;

Atuação ética e em conformidade com requisitos legais e regulatórios,

Gestão integrada de riscos;

Orientação de ações de resposta a risco voltadas para a agregação ou a preservação de valor para os acionistas.

Participamos também do Comitê de Crise da Petrobras. Entre as ações desenvolvidas em conjunto com a controladora, está a construção do Guia de Gerenciamento de Crise, concluído no fim de 2017, cujo desdobramento na Transpetro será realizado ao longo de 2018. O guia formaliza e aborda, de maneira estruturada e integrada, os procedimentos e as equipes de resposta diante de eventos não programados (vazamentos, incêndios, indisponibilidade operacional, atos intencionais, fraudes, questões judiciais etc) com potencial de gerar crise.



Parte integrante do Avulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 59 de 63



RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 58

GESTÃO E CONFORMIDADE

GESTÃO DE RISCOS EMPRESARIAIS

Em alinhamento ainda com a controladora, os riscos identificados são classificados em cinco agrupamentos, segundo nosso sistema de gestão de riscos: Estratégico, Negócios, Financeiro, Conformidade e Operacional.

Um dos principais riscos do exercício de 2017 foi o aumento das intervenções intencionais de terceiros em nossos dutos, as denominadas derivações clandestinas, que têm exigido cada vez mais o aperfeiçoamento das nossas práticas de segurança operacional. Assim, criamos uma estrutura dedicada e promovemos a reestruturação do atendimento às emergências, inclusive em atividades correlatas como inspeção de faixa, reparo de dutos, integridade das instalações e comunicação.

De forma integrada com a Petrobras, colaboramos com as investigações das autoridades de segurança pública e investimos constantemente

no desenvolvimento de tecnologias de monitoramento. Nossa preocupação maior é a segurança das famílias, pois intervenções criminosas nos dutos podem trazer riscos para a comunidade. Diante disso, diversas atividades foram desenvolvidas para aproximar e informar a população vizinha aos dutos.

Criamos o telefone 168, canal direto e simples de comunicação para envio de informações sobre qualquer movimentação suspeita na faixa de dutos ou em terrenos próximos. A ligação é gratuita e o telefone funciona 24 horas por dia, sete dias por semana.

Como prevenção, reunimos também as populações vizinhas às nossas instalações a fim de alertá-las para os riscos envolvendo o furto de combustível por ação de terceiros nos dutos operados pela companhia. Entre eles, incêndios e explosões. Por conta disso, promovemos exercícios simulados de



**ligue
168**
canal direto,
ligação gratuita,
24 horas por dia,
sete dias por
semana.

emergência em São Paulo (SP) e Duque de Caxias (RJ), áreas que apresentam histórico de intervenção intencional de terceiros em nossa malha dutoviária.

Nossa atuação integrada com os órgãos públicos recebe especial atenção. Além disso, interagimos

com empresas do setor que atuam na América Latina para a troca de experiências, e a assinatura de convênio de cooperação, neste caso com companhias do México e da Colômbia.

Não toleramos também qualquer prática de corrupção e consideramos inadmissível todo ato ilegal envolvendo os nossos empregados e fornecedores. Somos oficialmente reconhecidos como vítimas dos crimes apurados na Operação Lava Jato. Ao longo de 2017, recuperamos, aproximadamente, R\$ 77 milhões como resultado de nossa atuação integrada com o Ministério Público Federal no âmbito da Lava Jato. Esse valor se refere à multa negociada pelo ex-presidente da companhia, José Sérgio de Oliveira Machado, por força do seu Acordo de Colaboração Premiada.



**Simulados de
emergência**

*São Paulo (SP) e
Duque de Caxias (RJ)*

Parte integrante do Avulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 60 de 63



GLOSSÁRIO

Ambiência – Conceito utilizado no Sistema Petrobras para abrigo do conjunto de elementos que tratam das condições e relações de trabalho e do vínculo empresa-empregado, incluindo a combinação dos elementos satisfação com o trabalho, clima, cultura e comprometimento organizacional.

CNCL – Centro Nacional de Controle Logístico da Transpetro, estrutura que utiliza tecnologia de ponta para monitorar e operar, remotamente e de forma centralizada, o transporte dutoviário da companhia.

Continuidade operacional – Objetivo do acompanhamento das operações em tempo real através de sistemas de alarmes e medições de eventos, tais como pressão, vazão e temperatura.

Cultura Organizacional – Conjunto integrado de modos de pensar, de sentir e de agir que são aprendidos e partilhados pelas pessoas de uma organização, servindo de maneira objetiva ou simbólica para constituir essas pessoas em uma comunidade particular.

Desenvolvimento de Fornecedores – Processo que reúne as atividades voltadas ao aumento da competitividade, realizado em parceria com os fornecedores.

Desalavancagem – É o processo de promover a redução gradual do endividamento financeiro de uma empresa.

Decagem – Grande manutenção planejada com o objetivo de restaurar ou manter o padrão original de desempenho previsto do bem (no caso, navio). É realizada em períodos regulares, previamente estabelecidos de acordo com a política interna de manutenção da entidade, em função do tempo estimado de desgaste dos bens. Serviço de reparo em dique seco ou flutuante dos navios da Transpetro.

Efluente – Corrente hídrica, tratada ou não, originada em operações e processos industriais ou marítimos ou em atividades administrativas, que possui potencial de causar poluição ambiental.

Empregados cedidos – Empregados do Sistema Petrobras requisitados por outras empresas do próprio Sistema Petrobras, Petros ou órgãos/entidades dos Poderes da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Governança – Relação entre agentes econômicos (acionistas, executivos, conselheiros) com capacidade de influenciar/determinar a direção e o desempenho das corporações. A boa governança corporativa garante aos sócios equidade, transparência e responsabilidade pelos resultados.

Hidrocarboneto – Classificação de um grande grupo de compostos químicos orgânicos, constituídos por átomos de carbono e hidrogênio. No presente trabalho, constitui uma denominação abrangendo o petróleo bruto.

Impairment – Perda no valor de recuperação de ativos.

Integridade operacional – Objetivo de processo sistemático baseado na inspeção do equipamento, na avaliação das indicações resultantes das inspeções, no exame físico do equipamento por diferentes técnicas, na avaliação dos resultados deste exame, na caracterização por severidade e tipo dos defeitos encontrados, e na verificação da integridade do equipamento através de análise estrutural.

Limite de Alerta (LA) – Parâmetro máximo admissível de um determinado indicador em um período definido, utilizado para aplicação de ações de correção e melhorias nos processos.

Linhas de amarração – Linhas retesadas ou tendões verticais que conectam as unidades flutuantes ao fundo do mar, ancorando-as, fornecendo a estas a força de restauração que as mantém em sua posição de projeto. As linhas podem ser compostas unicamente ou pela combinação de correntes, cabos de aço e políester.

Monoboia – É uma estrutura flutuante ancorada ao fundo do mar por 4, 6 ou 8 linhas de amarração dispostas radialmente. Estas estruturas funcionam como ponto de amarração e transferência de produto entre o navio e o terminal aquaviário.

Navio Aframax – Navio petroleiro para transporte de óleo cru com capacidade de carga entre 80 mil a 120 mil tpb (toneladas de porte bruto). O nome é baseado na terminologia *Average Freight Rate Assessment* (AFRA), ou, em português, Valor Médio de Frete.

Navio Gaseiro – Navio transportador de gás liquefeito de petróleo, destinado prioritariamente à navegação de cabotagem.

Navio Suezmax – Navio petroleiro para transporte de óleo cru com capacidade de carga na faixa de 140 mil a 175 mil tpb e com calado, boca e comprimento capaz de trafegar pelo canal de Suez.

Orçamento Base Zero (OBZ) – É uma ferramenta estratégica utilizada por organizações na elaboração ou na revisão do orçamento para um determinado período considerando uma base zerada, sem levar em conta receitas, custos, despesas e investimentos de exercícios anteriores (a chamada base histórica).

Promef – Programa de Modernização e Expansão da Frota da Transpetro.

Repair Team – Equipe formada por profissionais marítimos com larga experiência e conhecimentos técnicos dos equipamentos de bordo que, quando embarcados, estão subordinados ao Chefe de Máquinas do navio, apoiando a equipe de bordo na realização de reparos e das manutenções planejadas.

Sustentabilidade – É o trabalho da organização na gestão de fatores sociais e ambientais – em especial no relacionamento com as comunidades e demais públicos de interesse – com o intuito de desenvolver os espaços onde atua por meio de processos que estejam atrelados às estratégias de negócios da empresa. Numa gestão sustentável, integram-se os aspectos sociais, econômicos e ambientais. Também é associada à perenidade do negócio.

Taxa de Acidentados Registráveis (TAR) – É o número de acidentados registráveis sem afastamento, com afastamento e fatalidades para cada um milhão de horas-homem de exposição ao risco no período considerado.

Termelétrica – Unidade operacional que gera energia elétrica a partir da transformação da energia química de combustíveis.

Transbordo atracado a contrabordo – Operação que consiste na transferência de petróleo e derivados entre navios atracados.

Vetting – São inspeções responsáveis por certificar se o navio está apto a operar em qualquer porto, nacional ou estrangeiro, em condições de segurança, garantindo a preservação do meio ambiente e dos operadores envolvidos no processo.

RELATÓRIO ANUAL INTEGRADO
TRANSPETRO 2017

< > 60



Parte integrante do Avulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 62 de 63





www.transpetro.com.br

Parte integrante do Aulso do OFS nº 34 de 2018.

Página 63 de 63



Ofício do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicações



Ofício nº 20.882/MCTIC, de 7 de junho de 2018 do Ministro de Estado de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, em resposta ao Requerimento de Informações nº 624, de 2017, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, que visa instruir o Ofício S nº 19, de 2017.

A resposta foi encaminhada eletronicamente ao requerente e disponibilizada no sítio do Senado Federal.

O Ofício S nº 19, de 2017, retorna à Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática.



Projetos de Decreto Legislativo





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 2018

Susta a Resolução Normativa nº 433 de 27 de junho de 2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, que dispõe sobre os Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil e dá outras providências; revoga o § 2º do art. 1º, os incisos VII e VIII do art. 2º, o art. 3º, a alínea "a" do inciso I e os incisos VI e VII do art. 4º, todos da Resolução do Conselho de saúde Suplementar - CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998, que dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde; e revoga o inciso II e respectivas alíneas do art. 22, da RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, fixa as diretrizes de atenção à saúde e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Humberto Costa (PT/PE), Senador Lindbergh Farias (PT/RJ)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





[Página da matéria](#)



Senado Federal
Comissão de Constituição, Justiça e
Cidadania
Em 03 / 07 / 18

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 81, DE 2018

Susta a Resolução Normativa nº 433 de 27 de junho de 2018 da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS, que dispõe sobre os Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil e dá outras providências; revoga o § 2º do art. 1º, os incisos VII e VIII do art. 2º, o art. 3º, a alínea "a" do inciso I e os incisos VI e VII do art. 4º, todos da Resolução do Conselho de saúde Suplementar - CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998, que dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde; e revoga o inciso II e respectivas alíneas do art. 22, da RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, fixa as diretrizes de atenção à saúde e dá outras providências.



SF/18300.24980-41

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica sustada, nos termos dos incisos V e XI do art. 49 da Constituição Federal, a Resolução Normativa nº 433, de 27 de junho de 2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar-ANS.

Art. 2º Este decreto legislativo entre em vigor na data de sua publicação.

Justificação

A referida Resolução Normativa é editada em momento completamente inadequado, tendo em vista as dificuldades financeiras que o país vive. Por um lado, o SUS estrangulado pelo teto dos gastos da EC 95, que só em 2018 impactou negativamente no orçamento do Ministério da

Recebido em 02 / 07 / 2018
Hora: 17 : 55



Saúde, com uma redução de 3 bilhões. De outro, as operadoras que a cada dia diminuem suas carteiras, pois os beneficiários estão abrindo mão de seus planos, porque ou estão perdendo seus empregos, ou perdendo sua capacidade financeira de pagamento. Ainda, presenciamos o custo crescente da saúde, pela presença de novas tecnologias na saúde.

Todo esse impacto financeiro não pode ser transferido ao cidadão brasileiro. A nova Resolução regulamenta os Mecanismos Financeiros de Regulação (franquia e coparticipação), definindo mecanismos e procedimentos para essas modalidades de planos.

Embora essa RN tenha ficado em consulta pública, já é noticiado que os órgãos de defesa do consumidor demonstram suas preocupações, e que suas sugestões, pouco foram contempladas.

A Resolução tem alguns aspectos preocupantes que podem induzir uma movimentação do mercado para preferir a comercialização deste novo modelo, cujos gastos são, literalmente, divididos com os beneficiários. Não há garantia que haverá redução dos valores de comercialização pela metade. Não haverá, também, limitação dos valores cobrados pelos prestadores, em primeira e última instância os beneficiários destes planos que serão os atingidos.

Um dos objetivos da regulação é reduzir a assimetria de informações e equilibrar o setor de saúde suplementar, protegendo os beneficiários tanto do ponto de vista do direito do consumidor quanto do direito à saúde.

A missão da ANS é: *promover a defesa do interesse público na assistência suplementar à saúde, regular as operadoras setoriais - inclusive quanto às suas relações com prestadores e consumidores - e contribuir para o desenvolvimento das ações de saúde no país*. Nenhuma dessas missões devem ser transferidas aos beneficiários. Essa Resolução transfere para os beneficiários várias escolhas. A escolha do modelo de plano a ser adquirido e a escolha do momento em que poderá realizar seus procedimentos, pois dependerá de sua disponibilidade financeira. Isso é muito grave, o paciente poderá abrir mão de um atendimento necessário, pois em determinado período precisa “economizar” nos valores pagos de coparticipação.



SF/18300.24980-41

Página: 2/3 28/06/2018 16:32:45

6c650611dea199b5bd10847b6956c3b06cdbe47c

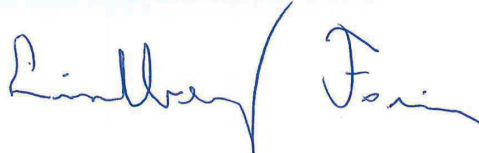


A Resolução atacada representa um recuo grave, não autorizado por Lei formal, para o direito do beneficiário, no que tange à regulamentação, de modo leonino, da modalidade coparticipação e franquia, evidenciando restrição a direitos já estabelecidos por diversas Leis e normas anteriores, o que escapa, notadamente, ao talante regulamentador da Agência.

Por esses motivos, pedimos a sustação da Resolução Normativa.

Sala das Sessões, de julho de 2018


SENADOR HUMBERTO COSTA





SF/18300.24980-41

Página: 3/3 28/06/2018 16:32:45

6c650611dea199b5bd10847b6956c3b06cdbe47c



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso V do artigo 49

- inciso XI do artigo 49





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 82, DE 2018

Susta os efeitos do Decreto nº 9.393, de 30 de maio de 2018, que regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegra de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra.

AUTORIA: Senador Armando Monteiro (PTB/PE)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



[Página da matéria](#)



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2018

Susta os efeitos do Decreto nº 9.393, de 30 de maio de 2018, que regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegra de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra.



O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Ficam sustados, nos termos dos incisos V do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos do Decreto nº 9.393, de 30 de maio de 2018, que altera o Decreto nº 8.415, de 27 de fevereiro de 2015, que regulamenta a aplicação do Regime Especial de Reintegra de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras – Reintegra.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O REINTEGRA foi reintroduzido pelos artigos 21 a 28 da Lei n.º 13.043/2014, sendo delegado ao Poder Executivo a regulamentação (art.29).

Afirma a própria lei que a mesma visa “*devolver parcial ou integralmente o resíduo tributário na cadeia de bens e produtos exportados*”. A exoneração tributária ampla na exportação está inserida na Constituição em diversos dispositivos como, *e.g.*, art. 149, § 2.º, I; art. 155, § 2.º, X, *a*, XII, *e* e *f*; art. 156, § 3.º, II. Tem-se, portanto, um princípio constitucional, ligado à igualdade competitiva e à geração de emprego no país, visto que a desoneração completa dos tributos indiretos na exportação é prática absoluta na realidade internacional.



O REINTEGRA não se trata, pois, de um *benefício* fiscal, de um favor, até porque se assim o fosse seria incompatível com as regras do comércio internacional.

Trata-se de correção de inadequações do sistema tributário, de modo a diminuir ou mesmo retirar a desvantagem competitiva da produção nacional, que se traduz em menos exportações, divisas, produção, emprego e renda.

O art.174 da Constituição Federal prevê que o Estado exercerá na forma da lei as suas funções de agente normativo e regulador da atividade econômica como um indicativo para o setor privado. Dessa forma, a União, não pode sinalizar um caminho e alterar subitamente seu curso sem infringir diretamente esse comando Constitucional.

Mais especificamente no campo tributário, a Constituição assegura a chamada *não surpresa do contribuinte*, positivada nas letras *b* e *c* do artigo 150, III, e 195, § 6.º da Constituição. O Supremo Tribunal Federal, inclusive, já aplicou essa garantia para a revogação de benefício fiscal, como se vê no Ag.Reg. no RE 564.225, Rel. Min. Marco Aurélio.

Todos esses comandos, longe de significar a *inconstitucionalidade* de tal ou qual comando, formam o contexto de compreensão da Lei que reinstituiu o REINTEGRA.

Não se pode, portanto, compreender o poder do Executivo de mudar o percentual como um direito potestativo. Trata-se de uma função ligada à busca da exoneração efetiva e correspondente à realidade, já que se exceder ao montante da oneração configuraria medida incompatível com as regras internacionais.

O Decreto n.º 9.393/2018 não atendeu a nenhuma dessas diretrizes. Tratou-se de medida abrupta, que rompeu com a confiança legítima dos exportadores, violando também a garantia da anterioridade e da noventena. Evidente, portanto, ter sido exorbitado o poder regulamentar e os limites do que lhe foi delegado pela Lei n.º 13.043/2014, razão pela qual se faz necessária a edição deste decreto legislativo, na forma do art. 49, V, da Constituição.



SF/18926.90454-50



Desse modo, dada a complexidade da matéria e seu grande impacto na economia brasileira, entendo que tal decisão extravasa os limites meramente regulamentares que são próprios de decretos presidenciais, a syndicar, na espécie, autorização legislativa por parte deste Congresso Nacional.

Diante da gravidade da situação que expusemos, solicitamos aos nossos estimados Pares o apoio a esta proposição legislativa.

Sala das Sessões,

Armando Monteiro



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso V do artigo 49

- artigo 174

- Decreto nº 8.415, de 27 de Fevereiro de 2015 - DEC-8415-2015-02-27 - 8415/15

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2015;8415>

- Decreto nº 9.393 de 30/05/2018 - DEC-9393-2018-05-30 - 9393/18

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:2018;9393>

- Lei nº 13.043, de 13 de Novembro de 2014 - LEI-13043-2014-11-13 - 13043/14

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2014;13043>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 83, DE 2018

Susta os efeitos da RN nº 433, de 27 de junho de 2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que dispõe sobre os Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil e dá outras providências; revoga o § 2º do art. 1º, os incisos VII e VIII do art. 2º, o art. 3º, a alínea “a” do inciso I e os incisos VI e VII do art. 4º, todos da Resolução do Conselho de saúde Suplementar CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998, que dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde; e revoga o inciso II e respectivas alíneas do art. 22, da RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, fixa as diretrizes de atenção à saúde e dá outras providências.

AUTORIA: Senador Ricardo Ferraço (PSDB/ES)

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de decreto legislativo](#)
- [Legislação citada](#)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





[Página da matéria](#)



PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº , DE 2018

Susta os efeitos da RN nº 433, de 27 de junho de 2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que dispõe sobre os Mecanismos Financeiros de Regulação, como fatores moderadores de utilização dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar; altera a RN nº 389, de 26 de novembro de 2015, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações referentes aos planos privados de saúde no Brasil e dá outras providências; revoga o § 2º do art. 1º, os incisos VII e VIII do art. 2º, o art. 3º, a alínea “a” do inciso I e os incisos VI e VII do art. 4º, todos da Resolução do Conselho de saúde Suplementar CONSU nº 8, de 3 de novembro de 1998, que dispõe sobre mecanismos de regulação nos Planos e Seguros Privados de Assistência à Saúde; e revoga o inciso II e respectivas alíneas do art. 22, da RN nº 428, de 7 de novembro de 2017, que atualiza o Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, que constitui a referência básica para cobertura assistencial mínima nos planos privados de assistência à saúde, contratados a partir de 1º de janeiro de 1999, fixa as diretrizes de atenção à saúde e dá outras providências.

Art. 1º Ficam suspensos, nos termos dos incisos V e XI do art. 49 da Constituição Federal, os efeitos RN nº 433, de 27 de junho de 2018, da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, que dispõe sobre a transparência das informações no âmbito da saúde suplementar, estabelece a obrigatoriedade da disponibilização do conteúdo mínimo obrigatório de informações

SF/18334.02548-38



referentes aos planos privados de saúde no Brasil e dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O artigo 49, V, da Constituição Federal prevê que “é da competência exclusiva do Congresso Nacional sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa”.

Em 27 de junho de 2018, foi editada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, resolução normativa de nº 433/2018, dispondo, principalmente sobre “os mecanismos financeiros de regulação dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar.

Ocorre que a referida resolução extrapola os limites regulatórios da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR – ANS, estabelecidos na lei nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000, que criou a agência e estabeleceu suas competências.

De fato, da leitura do artigo 4º da lei 9.961, de 2000, que estabelece a competência da ANS, não se depreende a delegação legislativa para a normatização de mecanismos financeiros de regulação dos serviços de assistência médica, hospitalar ou odontológica no setor de saúde suplementar.

Em matéria de regulação da equação econômica e financeira nas relações entre os operadores e consumidores dos serviços, a citada lei, prevê a competência para autorização de reajustes, ouvido o Ministério da Fazenda (XVII, do artigo 4º).

A Resolução 433, no entanto, vai muito além, estabelecendo normas que inovam no ordenamento jurídico, o que é vetado à Administração no exercício de seu poder regulamentar.

Por outro lado, a lei nº 9.961 de 28 de janeiro de 2000, estabelece que a Agência Nacional de Saúde Suplementar deve pautar sua



atuação visando a eficácia da proteção e defesa do consumidor de serviços privados de assistência à saúde (inciso XXXVI do artigo 4º).

A resolução 433, foi editada após a ANS, liberar um reajuste de 10% nas mensalidades dos planos de saúde, com a resolução que autoriza o aumento do percentual da coparticipação em até 40%, o impacto sobre os custos dos planos para o consumidor, pode chegar a 100%.

Por todo exposto, resta evidente a inconstitucionalidade da referida Resolução da ANS.

Assim, esperando contar com o apoio de meus pares, apresento o presente projeto de Decreto Legislativo.

Sala das Sessões, 03 de julho de 2018

RICARDO FERRAÇO



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- inciso V do artigo 49

- inciso XI do artigo 49

- Lei nº 9.961, de 28 de Janeiro de 2000 - LEI-9961-2000-01-28 - 9961/00

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2000;9961>

- artigo 4º



Projetos de Lei do Senado





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 318, DE 2018

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para instituir o bônus-desconto aos usuários pela redução do consumo de energia elétrica.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

DESPACHO: Às Comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e de Serviços de Infraestrutura, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2018

Altera a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, para instituir o bônus-desconto aos usuários pela redução do consumo de energia elétrica.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido dos seguintes § 8º e § 9º:

“**Art. 3º**

.....

§ 8º Na definição das modalidades tarifárias de fornecimento de energia elétrica aplicadas às unidades consumidoras das concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica, independente da tensão de fornecimento em que essas unidades são atendidas, é obrigatória a concessão de bônus desconto tarifário às unidades consumidoras que reduzirem o seu consumo médio anual de energia elétrica.

§ 9º O desconto tarifário de que trata o § 8º:

I – não poderá incidir sobre as tarifas de uso da rede de distribuição de energia elétrica;

II – poderá variar conforme a redução verificada do consumo de energia elétrica por parte da unidade consumidora;

III – poderá assumir valores diferentes durante o dia e durante o mês; e

IV – deverá refletir o custo evitado da concessionária ou da permissionária de distribuição com a aquisição de energia elétrica.

V – o bônus deverá ser concedido proporcionalmente a redução do consumo variando entre mínimo de 10% e o máximo 20%”. (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 360 (trezentos e sessenta) dias após a sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

Nos últimos anos, as tarifas de energia elétrica aumentaram substancialmente e atingiram um nível elevadíssimo, conforme reconhecido pelo próprio Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Apesar dessa situação preocupante, não há incentivos eficientes e eficazes à redução do consumo de energia elétrica. Os instrumentos existentes, expressos nas Bandeiras Tarifárias e nas Modalidades Tarifárias, não têm alcançado esse objetivo. Inclusive, o Tribunal de Contas da União (TCU) já reconheceu a incapacidade das Bandeiras Tarifárias de incentivar a redução do consumo.

Na verdade, o consumidor de energia elétrica que muda seus hábitos e que se esforça para reduzir o consumo não é devidamente recompensado. Não lhe é dado apropriar-se dos benefícios dessa iniciativa já que os resultados do menor consumo são divididos com os demais consumidores que assim não agiram. Ou seja, a regulação atual falha ao não reconhecer essa situação.

Diante desse cenário, proponho que, na definição das modalidades tarifárias de fornecimento de energia elétrica, seja obrigatória a concessão de um desconto (bônus) para os consumidores de energia elétrica que apresentarem redução em seu consumo anual. Essa recompensa servirá de estímulo para que a nossa população utilize a energia elétrica de forma mais eficiente e consciente.

Também proponho as diretrizes a serem seguidas na concessão e definição desse desconto: não poderá incidir sobre as tarifas de uso da rede de distribuição de energia elétrica (ou seja, se aplica somente ao componente tarifário relacionado aos gastos com compra de energia elétrica pela distribuidora); poderá variar conforme a redução verificada do consumo de energia elétrica por parte da unidade consumidora (para permitir descontos maiores para quem apresentar maior redução); poderá assumir valores diferentes durante o dia e durante o mês (uma forma de reconhecer que o custo da energia elétrica varia ao longo do dia); e deverá refletir o custo evitado da concessionária ou da permissionária de distribuição com a aquisição de energia elétrica (para mitigar o risco de haver injustiça com os demais consumidores).



3

Conto com o apoio desta Casa para a aprovação deste Projeto de Lei e, com isso, aperfeiçoar o funcionamento do setor elétrico e torná-lo mais justo.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:1996;9427](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9427)

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1996;9427>

- artigo 3º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 319, DE 2018

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para estabelecer obrigação de construir biblioteca escolar em todas as novas escolas públicas de educação básica.

AUTORIA: Senadora Rose de Freitas (PODE/ES)

DESPACHO: Às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania; e de Educação, Cultura e Esporte, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2018

Altera a Lei nº 12.244, de 24 de maio de 2010, para estabelecer obrigação de construir biblioteca escolar em todas as novas escolas públicas de educação básica.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, passa a vigor acrescida do seguinte art. 3º-A:

“**Art. 3º-A.** O projeto básico de que trata o inciso I do art. 7º da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, quando se tratar da construção de estabelecimentos de ensino de educação básica, conterá obrigatoriamente local identificado na planta baixa e a devida dotação orçamentária específica.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Alguém já disse que uma “escola é uma biblioteca rodeada por salas de aula”. Uma frase não poderia ser mais verdadeira, já que a leitura e a pesquisa que ocorrem em uma biblioteca são ao mesmo tempo meio para um aprendizado eficaz, mas também o fim de todo processo de ensino. Afinal, se a escola conseguir criar nos alunos o hábito de leitura, já terá feito a maior parte do seu trabalho.

Entretanto, apesar da importância da leitura e da pesquisa, não são poucas as escolas no Brasil sem biblioteca. Dados do Censo Escolar apontam que em 2016, apenas 49,2% das escolas de anos iniciais do ensino fundamental contavam com biblioteca ou sala de leitura. No caso dos anos finais esse percentual era de 73,8%. No ensino médio, 88,3% das escolas têm biblioteca ou sala de leitura.



2

Esses números são muito baixos, mas a situação é mais grave ainda se considerarmos que muitas bibliotecas e salas de leitura não funcionam adequadamente, por falta de materiais, de pessoal ou de projeto pedagógico apropriado.

Portanto, embora a Lei nº 12.244 de 24 de maio de 2010, determine a universalização das bibliotecas nas instituições de ensino do País, esta é uma realidade que está longe de acontecer.

Outro aspecto grave da questão, e que nossa proposição pretende solucionar, é o da construção de escolas sem a devida previsão de espaço para esses equipamentos tão importante para se alcançar a qualidade do ensino e conhecimento.

Em razão disso e com vistas a garantir que todas as novas escolas públicas do Brasil tenham espaço adequado para a instalação de bibliotecas ou salas de leitura, propomos a alteração da referida lei para incluir dispositivo com a obrigação de que dos projetos básicos para a construção de escola conste a previsão de espaço físico para esse equipamento fundamental.

Tendo em vista a importância da leitura para a qualidade do ensino, e considerando a necessidade de fazer cumprir os comandos da legislação no que tange às bibliotecas escolares, solicitamos dos nobres pares a aprovação desta proposição.

Sala das Sessões,

Senadora ROSE DE FREITAS



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.666, de 21 de Junho de 1993 - Lei de Licitação; Lei de Licitações e Contratos - 8666/93

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1993;8666>

- inciso I do artigo 7º

- Lei nº 12.244, de 24 de Maio de 2010 - Lei das Bibliotecas; Lei da Biblioteca Escolar - 12244/10

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2010;12244>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 320, DE 2018

Altera as Leis nos 9.615, de 24 de março de 1998; 8.313, de 23 de dezembro de 1991; 13.155, de 4 de agosto de 2015; e 11.345, de 14 de setembro de 2006, para majorar em vinte por cento os valores arrecadados em concursos de prognósticos a serem repassados para as áreas de esporte e cultura.

AUTORIA: Senador Rudson Leite (PV/RR)

DESPACHO: Às Comissões de Educação, Cultura e Esporte; e de Assuntos Econômicos, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Senador RUDSON LEITE – PV/RR

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera as Leis nºs 9.615, de 24 de março de 1998; 8.313, de 23 de dezembro de 1991; 13.155, de 4 de agosto de 2015; e 11.345, de 14 de setembro de 2006, para majorar em vinte por cento os valores arrecadados em concursos de prognósticos a serem repassados para as áreas de esporte e cultura.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os incisos II e VI do art. 6º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 6º**

.....
II – adicional de 5,4% (cinco inteiros e quatro décimos por cento) incidente sobre cada bilhete, permitido o arredondamento do seu valor feito nos concursos de prognósticos a que se refere o Decreto-Lei nº 594, de 27 de maio de 1969, e a Lei nº 6.717, de 12 de novembro de 1979, destinado ao cumprimento do disposto no art. 7º;

.....
VI - 12% (doze por cento) do montante arrecadado por loteria instantânea exclusiva com tema de marcas, emblemas, hinos, símbolos, escudos e similares relativos às entidades de prática

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.rudsonleite@senador.leg.br



**SENADO FEDERAL**

Senador RUDSON LEITE – PV/RR

desportiva da modalidade futebol, implementada em meio físico ou virtual, sujeita a autorização federal;

.....” (NR)

Art. 2º O art. 8º da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 8º** A arrecadação obtida em cada teste da Loteria Esportiva terá a seguinte destinação:

I - 45% (quarenta e cinco por cento) para pagamento dos prêmios, incluindo o valor correspondente ao imposto sobre a renda;

II - 15% (quinze por cento) para a Caixa Econômica Federal - CEF, destinados ao custeio total da administração dos recursos e prognósticos desportivos;

III - 12% (doze por cento) para pagamento, em parcelas iguais, às entidades de práticas desportivas constantes do teste, pelo uso de suas denominações, marcas e símbolos;

IV - 18% (dezoito por cento) para o Ministério do Esporte.

V - 10% (dez por cento) para a Seguridade Social.

.....” (NR)

Art. 3º O inciso VI do art. 56 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 56.**

.....

VI – 3,24% (três inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se esse valor do montante destinado aos prêmios;

.....” (NR)



SF/18779.71263-47

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.rudsonleite@senador.leg.br



SENADO FEDERAL

Senador RUDSON LEITE – PV/RR

Art. 4º O inciso VIII do art. 5º da Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 5º**

VIII – 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) da arrecadação bruta dos concursos de prognósticos e loterias federais e similares cuja realização estiver sujeita a autorização federal, deduzindo-se este valor do montante destinados aos prêmios;

.....” (NR)

Art. 5º O §4º do art. 24 da Lei nº 13.155, 4 de agosto de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 28.**

§ 4º Da totalidade da arrecadação de cada emissão da Lotex, 62,46% (sessenta e dois inteiros e quarenta e seis centésimos por cento) serão destinados à premiação, 12% (doze por cento) ao Ministério do Esporte para serem aplicados em projetos de iniciação desportiva escolar, 3,24% (três inteiros e vinte e quatro centésimos por cento) para as entidades de prática desportiva referidas no inciso I do § 2º deste artigo, 18,3% (dezoito inteiros e três décimos por cento) para despesas de custeio e manutenção, 3% (três por cento) para o Fundo Penitenciário Nacional - FUNPEN, conforme disposto na Lei Complementar nº 79, de 7 de janeiro de 1994, e o restante formará a renda líquida, de acordo com a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

.....” (NR)

Art. 6º O art. 2º da Lei nº 11.345, de 14 de setembro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** O total dos recursos arrecadados com a realização do concurso de que trata o art. 1º desta Lei terá exclusivamente a seguinte destinação:

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3

CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.rudsonleite@senador.leg.br



SF/18779.71263-47



**SENADO FEDERAL**

Senador RUDSON LEITE – PV/RR

I - 46% (quarenta e seis por cento), para o valor do prêmio;

II - 22% (vinte e dois por cento), para remuneração das entidades desportivas da modalidade futebol que cederem os direitos de uso de suas denominações, marcas, emblemas, hinos ou símbolos para divulgação e execução do concurso de prognóstico;

III - 19,4% (dezenove inteiros e quatro décimos por cento), para o custeio e manutenção do serviço;

IV - 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento), para o Ministério do Esporte, para distribuição de:

.....” (NR)

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.**JUSTIFICAÇÃO**

No dia 11 de junho último, o Governo Federal editou a Medida Provisória (MPV) nº 841, de 2018, que dispõe sobre o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP) e promove alterações na destinação dos recursos arrecadados com as loterias. Na prática, as medidas adotadas representam um grave retrocesso no financiamento das áreas do esporte e da cultura no País.

Em nosso entendimento, essa iniciativa é um equívoco e está calcada em uma visão limitada da realidade, que desconsidera o papel estratégico e de longo prazo desempenhado pela formação integral dos cidadãos na construção de valores e oportunidades que, em última instância, são a única garantia real de que o Brasil terá uma sociedade justa e segura no futuro.

A proposição que ora trazemos à consideração dos nobres Pares caminha com convicção em sentido contrário, qual seja, de aumentar a parcela da arrecadação das loterias destinada ao desporto e à cultura. Para tanto, promove uma elevação linear de 20% nos percentuais com tais

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.rudsonleite@senador.leg.br



SF/18779.71263-47





SENADO FEDERAL

Senador RUDSON LEITE – PV/RR

finalidades vigentes antes da edição da MPV nº 841, de 2018, com as devidas compensações nas despesas de custeio e manutenção.

Temos plena consciência de que a matéria será amplamente discutida no âmbito da Comissão Especial que tratará da referida medida provisória, de modo que a presente proposição poderia parecer prejudicada, mas lembramos, desde já, que a edição de uma medida provisória não revoga automaticamente os dispositivos que sejam com ela incompatíveis. Eles encontram-se, a rigor, com sua eficácia temporariamente suspensa, pendentes de deliberação do Congresso Nacional sobre sua remoção definitiva, ou não, do universo normativo pátrio.

Nesse sentido, tendo em vista as consequências deletérias que indubitavelmente decorrem da MPV nº 841, de 2018, confiamos que o Congresso Nacional não a acatará no formato atual. Nós mesmos, a exemplo de diversos outros parlamentares preocupados com os equívocos nela presentes, apresentamos inúmeras emendas visando sanear os problemas identificados.

Ainda assim, dada a relevância do tema, é fundamental enfatizar a mensagem de que a cultura e o esporte precisam de mais, nunca menos, apoio no País.

Por fim, é importante deixar claro que não se trata, em hipótese alguma, de menosprezar a gravidade dos problemas de segurança pública. Vai-se na direção correta, por exemplo, ao conferir um papel de coordenação ao governo federal. Todavia, comprometer o futuro não é a melhor maneira de resolver as dificuldades do presente.

Inúmeros estudos de renomados cientistas sociais apontam que o fim da violência passa pelo ingresso dos nossos jovens no mundo dos esportes e das artes. Tanto é verdade que numa análise rápida pelo mapa da violência constata-se que os jovens violentos estão distantes da escola, do trabalho e do ensino das artes.



SF/18779.71263-47

Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.rudsonleite@senador.leg.br



6



SENADO FEDERAL

Senador RUDSON LEITE – PV/RR

Posto isso, contamos com o apoio das Senhoras e dos Senhores
para o aperfeiçoamento e a aprovação desta matéria.

Sala das Sessões,

Senador RUDSON LEITE



Senado Federal - Anexo II - Ala Senador Ruy Carneiro - gabinete nº 3
CEP 70165-900 – Brasília / DF

Fone: (61) 3303-6315 – fax: (61) 3303-6314 - e-mail: sen.rudsonleite@senador.leg.br

Página 7 de 8

Parte integrante do Avulso do PLS nº 320 de 2018.



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 594, de 27 de Maio de 1969 - DEL-594-1969-05-27 - 594/69
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto:lei:1969;594>
- Lei Complementar nº 79, de 7 de Janeiro de 1994 - Lei do Fundo Penitenciário Nacional; Lei do FUNPEN - 79/94
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:complementar:1994;79>
- Lei nº 6.717, de 12 de Novembro de 1979 - LEI-6717-1979-11-12 - 6717/79
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1979;6717>
- Lei nº 8.212, de 24 de Julho de 1991 - Lei Orgânica da Seguridade Social; Lei do Custeio da Previdência Social - 8212/91
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8212>
- Lei nº 8.313, de 23 de Dezembro de 1991 - Lei Rouanet; Lei Federal de Incentivo à Cultura - 8313/91
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1991;8313>
 - inciso VIII do artigo 5º
- Lei nº 9.615, de 24 de Março de 1998 - Lei Pelé; Lei do Passe Livre - 9615/98
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9615>
 - inciso II do artigo 6º
 - inciso VI do artigo 6º
 - artigo 8º
 - inciso VI do artigo 56
- Lei nº 11.345, de 14 de Setembro de 2006 - Lei da Timemania - 11345/06
<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11345>
 - artigo 2º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 321, DE 2018

Confere ao Município de Bom Repouso (MG) o título de Capital Nacional do Morango.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG)

DESPACHO: À Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Confere ao Município de Bom Repouso (MG) o título de Capital Nacional do Morango.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O título de Capital Nacional do Morango é conferido ao Município de Bom Repouso, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O que torna uma cidade referência em alguma atividade cultural, social ou econômica? Certamente, não são a mera aridez e a frieza dos números, embora, no que concerne a Bom Repouso (MG), isso inequivocamente conte a favor do município, no que concerne à produção de morangos. Com efeito, segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG), de março de 2018, a cidade, com uma área de 500 ha (quinhentos hectares) destinada ao plantio de morangos, totalizando 25 milhões de mudas, cultivadas por três mil produtores, é recordista na plantação desse fruto no País. Os números encontram-se em declaração subscrita pelo Sr. Vicente Vanderlei Nery, Extensionista Agropecuário II da Instituição, e pelo Sr. Roberto Aparecido de Andrade, Presidente do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS) do município.

Ocorre que, para além dessas somas expressivas, Bom Repouso – que produz, graças ao clima favorável, morangos o ano inteiro, garantindo, com isso, a renda de boa parte da população – tem sua história, economia e, como se pode inferir, mercado de trabalho intimamente ligados a essa cultura (que deve ser compreendida nos sentidos sociológico e agrícola), formando uma verdadeira tradição local e regional. É uma cidade que, a bem dizer,





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO ANASTASIA

respira, partilha e se nutre de seu principal produto, valendo-se dele para também crescer e se desenvolver.

Trata-se, sob esse aspecto, do principal município do Polo de Incentivo à Cultura do Morango na região sul de Minas, criado pela Lei Estadual nº 20.619, de 14 de janeiro de 2013, ao lado de Borda da Mata, Brasópolis, Bueno Brandão, Cachoeira de Minas, Camanducaia, Cambuí, Conceição dos Ouros, Consolação, Córrego do Bom Jesus, Espírito Santo do Dourado, Estiva, Extrema, Gonçalves, Inconfidentes, Itapeva, Munhoz, Paraisópolis, Pouso Alegre, Sapucaí-Mirim, Senador José Bento, Tocos do Moji, Toledo e Senador Amaral.

É em Bom Repouso que ocorre, anualmente, a já tradicional Festa do Morango, revelando aspectos de uma economia cuja locomotiva é o morango e que, segundo a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), produziu, em 2017, 20 milhões de caixas da fruta, com aproximadamente 120 mil toneladas destinadas principalmente para o mercado interno. Mas o papel do morango não se limita ao campo, onde muitos empregos são gerados: estende-se ao comércio local, movimentando negócios, incrementando o turismo e aquecendo até mesmo o mercado imobiliário, por meio de novos empreendimentos.

E são precisamente o turismo e o agronegócio os setores que mais se beneficiarão da outorga do título de Capital Nacional do Morango a Bom Repouso, porquanto, com a visibilidade que a distinção lhe concederá, mais investimentos serão atraídos para o município, contribuindo sobremaneira para a consolidação dessa atividade e, mais importante, no atual cenário brasileiro, para a geração de empregos na cidade e também na região sul do Estado.

É, em síntese, preciso fazer justiça aos esforços empreendidos pela população local na conservação e continuidade dessa importante tradição agrícola, razão pela qual conclamo o apoio de meus ilustres Pares à aprovação da presente proposição.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO ANASTASIA



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:lei:2013;20619](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;20619)

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2013;20619>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 322, DE 2018

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre os dias e horários de funcionamento dos serviços notariais e de registro para a emissão de certidões de óbito.

AUTORIA: Senador Lasier Martins (PSD/RS)

DESPACHO: À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Lasier Martins

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº DE 2018

Altera a Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, para dispor sobre os dias e horários de funcionamento dos serviços notariais e de registro para a emissão de certidões de óbito.

SF/18731.01162-01

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 4º da Lei nº 8.935, de 18 de novembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 4º**

.....

§ 3º Para a emissão de certidões de óbito, o plantão será de 24 (vinte e quatro) horas, em todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados, podendo ser realizado em regime de sobreaviso.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há hoje um grande problema não equacionado pelos registros civis de pessoas naturais, no tocante à expedição de certidões de óbitos em períodos fora do horário comercial.

Quando a morte do indivíduo ocorre, por exemplo, no período noturno, nem sempre a família do falecido tem conseguido a agilidade necessária para a obtenção da certidão de óbito, muitas vezes tendo que esperar mais de 24 horas para conseguir o documento necessário ao sepultamento do corpo. Tal situação, principalmente em um momento





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **Lasier Martins**

delicado e de profundo pesar, não deveria ocorrer, especialmente em tempos de informação rápida. Em alguns Estados, como o Rio Grande do Sul, a legislação exige a certidão de óbito inclusive para o traslado do corpo, quando a família deseja realizar o sepultamento em local diverso do de falecimento.

Embora hoje a Lei dos Cartórios preveja que o serviço de registro civil das pessoas naturais será prestado também nos sábados, domingos e feriados pelo sistema de plantão (art. 4º, § 1º), muitas vezes o plantão estabelecido ocorre apenas durante algumas horas do dia, com nítidos transtornos aos que necessitam conseguir com celeridade a certidão de óbito de seu ente querido.

Por essa razão, entendemos cabível o aperfeiçoamento proposto pelo presente projeto, qual seja, estipular que o plantão do serviço de registro civil das pessoas naturais, apenas para a expedição de certidões de óbito, deva ser de 24 horas, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Não obstante, para evitar a necessidade de que o tabelionato fique efetivamente aberto ininterruptamente para tal finalidade, o que poderia causar transtornos enormes, principalmente para as pequenas serventias do interior, propomos que esse plantão possa ser realizado também sob o sistema de sobreaviso, com o rápido atendimento à família do falecido, caso o tabelião ou seu preposto venha a ser acionado por telefone ou outro meio igualmente ágil.

Ante o exposto, contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação do projeto em tela, que nada mais faz do que permitir a plena concretização da dignidade da pessoa humana, no tocante à memória e à imagem do falecido e ao amparo de sua família.

Sala das Sessões,

Senador **Lasier Martins**
(PSD-RS)



SF/18731.01162-01



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.935, de 18 de Novembro de 1994 - Lei dos Cartórios; Lei dos Notários e Registradores - 8935/94

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1994;8935>

- artigo 4º





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 323, DE 2018

Estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que relatem suspeitas de irregularidades no âmbito de entes públicos ou privados.

AUTORIA: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

DESPACHO: Às Comissões de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor; e de Constituição, Justiça e Cidadania, cabendo à última decisão terminativa



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que relatem suspeitas de irregularidades no âmbito de entes públicos ou privados.

SF/18952.51512-04

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de proteção e incentivo a pessoas naturais que, voluntariamente, relatem suspeitas de irregularidades, no âmbito de entes públicos ou privados, que possam configurar violação à ordem jurídica e atentar contra:

I – os princípios da administração pública, o patrimônio público, a probidade administrativa e a prestação de serviços públicos;

II – os direitos e garantias fundamentais e demais direitos humanos, inclusive os decorrentes do disposto no art. 5º, §2º, da Constituição Federal;

III – a organização e o exercício dos direitos sociais, de nacionalidade e políticos, e as relações de trabalho;

IV – a ordem econômica e tributária e o sistema financeiro;

V – o meio ambiente, a saúde pública, as relações de consumo e a livre concorrência;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

VI – bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a ordem urbanística e o patrimônio cultural e social.

§ 1º Para fins desta Lei, considera-se:

I – reportante: qualquer pessoa natural que, isoladamente ou em conjunto, apresentar relato de suspeita de irregularidade;

II – suspeita de irregularidade: a crença do reportante, fundada em bases razoáveis, na ocorrência de ação ou omissão, passada, presente ou iminente, relacionada às ofensas previstas neste artigo.

§ 2º Esta Lei não se aplica às pessoas que tenham envolvimento no ilícito relatado, como autores ou partícipes.

§ 3º Estão excluídos dos incentivos de que trata esta Lei as pessoas com atribuição legal específica ou obrigação contratual de reportar o ato ilícito às autoridades públicas, os advogados, auditores e empregados de áreas responsáveis por detectar e investigar fraudes.

Art. 2º Subordinam-se ao disposto nesta Lei:

I – os órgãos da administração direta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II – os fundos especiais, as fundações públicas, as entidades de natureza autárquica, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

III – os partidos políticos, sindicatos, federações e confederações sindicais, serviços sociais autônomos, entidades beneficentes de assistência social, organizações sociais, organizações da sociedade civil de interesse público e qualquer entidade que, direta ou indiretamente, receba recursos públicos;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

IV - as sociedades empresárias e as sociedades simples, personificadas ou não, independentemente do modo de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, cooperativas, sociedades estrangeiras que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.

Art. 3º O reportante apresentará o relato, preferencialmente, ao ente público ou privado em que teriam ocorrido os fatos que deram causa à suspeita de irregularidade.

§1º Na hipótese do relato referido no *caput* não ser possível, prático, não se mostrar efetivo ou, em razão da situação ao qual o reportante está sujeito, haver receio motivado de retaliação realizada pelo agente responsável pela irregularidade, o relato poderá ser feito ao órgão competente do ente público prejudicado pela irregularidade, do ente responsável pela regulação do assunto reportado, do ente responsável pela proteção difusa dos direitos possivelmente violados com a irregularidade ou a outra autoridade pública definida em regulamento.

§2º Na hipótese de o relato referido no *caput* e no §1º não ser possível, prático, não se mostrar efetivo ou, em razão da situação ao qual o reportante está sujeito, haver receio motivado de retaliação, o relato poderá ser feito, ainda, para organizações da sociedade civil, da mídia ou demais organizações relevantes que, nos limites de suas possibilidades e conforme acordo com o reportante, podem, entre outros, realizar diligências de apuração, dar publicidade ao relato e cobrar investigação e responsabilização dos fatos.

Art. 4º Apresentado o relato, ficam asseguradas ao reportante as medidas de proteção previstas no Capítulo IV desta Lei e os seguintes direitos:

I – registro do relato apresentado, cópia de seu protocolo e acesso a informações sobre as providências adotadas em decorrência de sua apresentação;



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

II – permanente identificação dos membros do órgão ou setor responsável pelo recebimento e processamento do relato;

III – preservação da identidade do reportante, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei;

IV – ciência sobre o andamento e os resultados da apuração, ressalvadas as informações protegidas por sigilo.

Parágrafo único. O relato apresentado com má-fé sujeitará o reportante à responsabilização civil, administrativa e penal, observado o disposto no Capítulo IV desta Lei.

CAPÍTULO II

DOS RELATOS ENCAMINHADOS A ENTES PRIVADOS

Art. 5º As estruturas criadas pelos entes privados para recebimento, processamento e investigação interna de relatos de suspeitas de irregularidades deverão, no mínimo:

I – manter mecanismos seguros e de fácil acesso para recebimento de relatos de irregularidade emitidos tanto por empregados como por demais pessoas interessadas;

II – comunicar, para o público interno e externo, informações acerca da existência do mecanismo de recebimento de relatos e instruções para seu uso;

III – definir diretrizes para o recebimento, processamento e apuração de suspeitas de irregularidades, assim entendida a avaliação da existência de elementos de materialidade suficientes e razoáveis para seu encaminhamento à investigação interna;

IV – possibilitar o recebimento de relatos desacompanhados de identificação do reportante;



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

V – assegurar a confidencialidade do relato e da identificação do reportante;

VI – comunicar-se com o reportante, mediante seu consentimento, para coletar informações relevantes e mantê-lo atualizado do andamento da investigação interna, assegurado o direito de o ente privado preservar informações que possam interferir com o andamento da investigação do relato;

VII – garantir que os relatos recebidos serão objeto de investigação em tempo razoável e que seus resultados serão comunicados ao reportante.

Parágrafo único. A existência da estrutura interna a que se refere o *caput* é obrigatória para entes privados com mais de cinquenta empregados.

Art. 6º Na hipótese de a suspeita de irregularidade ser confirmada em investigação interna, deverão ser tomadas medidas apropriadas para fazer cessá-la, restaurar a situação de regularidade, reparar os danos e prevenir novas ocorrências.

§1º Havendo identificação de possível ocorrência de crime, infração legal ou regulamentar sujeita à aplicação de multa, o ente privado deverá encaminhar notícia dos fatos ao Ministério Público, ao ente público prejudicado pela irregularidade, ao órgão regulador da matéria tratada e ao ente responsável pela proteção difusa dos direitos possivelmente violados com a irregularidade, conforme o caso aplicável.

§2º O ente privado preservará a identidade do reportante na comunicação de relatos feita nos moldes do parágrafo anterior.

CAPÍTULO III
DOS RELATOS ENCAMINHADOS A ENTES PÚBLICOS



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Art. 7º O relato conterá a exposição dos fatos que o reportante suspeita ilícitos e será acompanhado de informações ou elementos de prova das ações ou omissões relatadas.

Parágrafo único. O reportante resguardará da exposição pública os dados pessoais e as informações que não tenham pertinência com as irregularidades relatadas.

Art. 8º Para o recebimento e encaminhamento de relatos, a autoridade competente poderá estabelecer critérios mínimos ou indicativos de relevância, que:

I – serão determinados com base em dados estatísticos e em observação às prioridades do órgão ou entidade, seus recursos humanos e materiais, sua capacidade operacional e os resultados regionais anuais das unidades de fiscalização ou correição;

II – serão utilizados como parâmetro para rejeitar os relatos de ocorrências consideradas de menor expressão para o órgão ou entidade, a fim de priorizar suas atividades e direcioná-las ao esclarecimento de informações de maior importância;

III – serão impessoais, não podendo ser utilizados como justificativa para a não apuração de ocorrências que envolvam a autoria ou participação de determinado servidor, empregado ou agente público, agente político ou outro ocupante de função pública.

Art. 9º A autoridade com atribuição para receber os relatos de suspeita de irregularidades realizará, em dez dias, prorrogáveis por igual prazo, juízo de admissibilidade em que avaliará, em decisão fundamentada, a presença dos critérios mínimos ou indicativos de relevância e a existência de elementos suficientes para que o relato seja encaminhado à apuração.

§ 1º A decisão quanto ao recebimento ou arquivamento do relato será comunicada ao reportante.

SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

§ 2º O arquivamento do relato sem apuração das informações relatadas não impede o exercício regular da atividade fiscalizadora ou correcional do órgão ou entidade.

§ 3º Os relatos arquivados pelos entes públicos receberão o tratamento previsto no art. 31 da Lei n. 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 10. O reportante poderá apresentar o relato diretamente à autoridade superior ou externa:

I – quando tiver fundado receio do envolvimento de servidor, empregado ou agente público, agente político ou outro ocupante de função pública do órgão ou entidade que inicialmente rejeitar ou receber o relato com as ações ou omissões relatadas;

II – para requerer a adoção de medidas urgentes a fim de evitar danos pessoais ou ao interesse público, ou para a preservação de provas;

III – na ausência de apreciação definitiva, no prazo de até seis meses, dos procedimentos fiscalizatórios ou correccionais instaurados com fundamento no relato apresentado.

Parágrafo único. Nas hipóteses deste artigo, a autoridade superior ou externa procederá de acordo com o art. 9º.

Art. 11. A autoridade que receber o relato poderá adotar as seguintes providências, de ofício ou mediante requerimento:

I – encaminhar o relato e requerer à autoridade fiscalizadora do órgão ou entidade a instauração do respectivo procedimento fiscalizatório;

II – encaminhar o relato à autoridade correcional do órgão ou entidade e requerer a instauração de sindicância ou processo disciplinar, se o relato envolver a autoria ou participação de servidor ou empregado público, agente público, agente político ou outro ocupante de função pública em irregularidade ou ilícito;



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

III – analisar requerimentos de medidas de proteção, determinar ao órgão ou entidade e, quando necessário, requerer a outras autoridades, inclusive policiais, a adoção de medidas para proteção da integridade física, psicológica e funcional do reportante.

Art. 12. A autoridade fiscalizadora ou correcional se manifestará sobre os requerimentos a que se referem os incisos I e II do art. 11, no prazo de dez dias contados da data em que receber a comunicação, e, se for o caso, promoverá a apuração em até noventa dias, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, diante de comprovada necessidade.

§1º Havendo necessidade e viabilidade, e mediante seu consentimento, o reportante poderá ser solicitado a contribuir com a apuração da ocorrência relatada, prestando esclarecimentos, fornecendo novas informações e auxiliando na coleta de informações ou elementos de prova.

§2º A autoridade fiscalizadora ou correcional requererá autorização judicial, na forma da lei, se a obtenção de dados e informações sob sigilo se fizer necessária.

§3º A autoridade que tiver recebido e encaminhado o relato terá acesso permanente e direito à manifestação nos procedimentos fiscalizatórios ou correccionais que, por consequência, forem instaurados.

Art. 13. A autoridade fiscalizadora ou correcional comunicará à autoridade que tenha encaminhado o relato o inteiro teor das decisões que adotar no âmbito do procedimento instaurado com fundamento no relato.

§ 1º Ao reportante não cabe pedido de revisão da decisão da autoridade fiscalizadora ou correcional que apreciar juridicamente os fatos relatados, ficando-lhe assegurado, no entanto, o conhecimento dos seus termos e o acesso a documentos e informações produzidas pela investigação, ressalvados os dados sigilosos.



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

§ 2º A autoridade que tenha encaminhado o relato poderá requerer a homologação ou a revisão da decisão da autoridade fiscalizadora ou correccional, no prazo de dez dias, contados da data em que dela tomar ciência, indicando razões de fato e de direito e decisões administrativas em casos similares.

§ 3º O requerimento a que se refere o §2º deverá ser apreciado pelo dirigente ou pela unidade de revisão do órgão ou entidade no prazo máximo de trinta dias.

§ 4º As decisões a que se refere este artigo somente serão consideradas definitivas após proferida a decisão de revisão ou homologação.

Art. 14. No interesse do esclarecimento das informações relatadas, a autoridade fiscalizadora ou correccional, em decisão fundamentada, poderá determinar que a apuração seja conduzida reservadamente pelo prazo de noventa dias, prorrogável uma vez por igual período se houver necessidade, devidamente justificada.

Parágrafo único. Se a complexidade da apuração exigir sua condução reservada por prazo superior a 180 dias, a autoridade fiscalizadora ou correccional remeterá cópia do inteiro teor do procedimento investigatório ao Ministério Público.

Art. 15. Se, no prazo de seis meses, não houver apuração do relato recebido e encaminhado pela autoridade competente, o reportante poderá reapresentá-lo às entidades ou órgãos previstos no art. 3º.

Art. 16. Além das atribuições previstas nos artigos anteriores, caberá à autoridade administrativa com atribuição para o recebimento de relatos de suspeitas de irregularidades:

I – solicitar a cooperação de outros órgãos ou entidades para os fins previstos nesta Lei, observando-se a necessidade de preservar a identidade do reportante;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

II – manter interlocução permanente com o reportante e intermediá-la com outros órgãos ou entidades, quando necessária;

III – instaurar procedimento para apurar a prática das infrações administrativas previstas no Capítulo VI desta Lei, desde que relacionadas a relatos de irregularidades cujo recebimento seja de sua atribuição;

IV – tomar decisões no âmbito do procedimento a que se refere o inciso III, quanto a atos praticados por pessoas jurídicas de direito privado ou trabalhadores da iniciativa privada, e quanto a atos praticados por servidor ou empregado público, se a pena aplicável for advertência ou suspensão por até trinta dias, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

V – determinar as medidas de proteção necessárias à prevenção, cessação ou correção de ato de retaliação, inclusive liminarmente a pedido do reportante;

VI – atuar como “amicus curiae” em processo judicial no interesse da aplicação das medidas de proteção e incentivo previstas nesta Lei;

VII – requerer a revisão das decisões tomadas a respeito das providências requeridas nos termos do art. 11;

VIII – analisar e encaminhar requerimento do reportante para revisão dos percentuais e valores de retribuição fixados pela autoridade fiscalizadora ou correcional.

Parágrafo único. As decisões a que se referem os incisos IV e V do *caput* estarão sujeitas a recurso, que não terá efeito suspensivo em se tratando de medida urgente.

Art. 17. As autoridades administrativas com atribuição para receber os relatos de suspeitas de irregularidades deverão atender, no mínimo, ao seguinte:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

I – serão compostos, preferencialmente, por servidores ou empregados públicos estáveis e com formação e experiência profissional em atividades de monitoramento, fiscalização e correição, e que não tenham qualquer registro de condenação por má conduta em seu histórico profissional;

II – seus membros estarão investidos em mandato, com duração não inferior a dois anos, cujo termo final não deverá coincidir com o do mandato de outros membros e da autoridade que os nomeou;

III – será assegurada permanente identificação de seus membros perante o reportante e o público;

IV – a seus membros serão asseguradas, sempre que necessário, as medidas de proteção previstas nesta Lei e as previstas em lei para o representante de entidade sindical;

V – os requisitos para o recebimento de relatos e os critérios mínimos ou indicativos de relevância para recebimento e processamento dos relatos deverão ser públicos e objetivos e serão divulgados em linguagem clara e acessível;

VI – os meios de acesso aos serviços de protocolo de relatos serão amplamente divulgados, assegurando-se, inclusive, o acesso digital por meio dos sítios dos órgãos ou entidades na rede mundial de computadores;

VII – as dúvidas sobre as medidas e os procedimentos previstos nesta Lei poderão ser solucionadas por meio de canal de comunicação específico para esse fim;

VIII – os dados e estatísticas sobre o desempenho dos mecanismos de proteção e incentivo previstos nesta Lei serão publicados anualmente.

Art. 18. As atividades administrativas relacionadas ao recebimento e apuração de relatos de suspeitas de irregularidades são



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

consideradas serviço essencial para o exercício dos direitos de cidadania, da liberdade de expressão, de acesso à informação e para o cumprimento do dever legal de transparência pública.

CAPÍTULO IV

DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO AO REPORTANTE

Seção I

Disposições gerais

Art. 19. O reportante deverá ser protegido contra retaliação ou danos a sua pessoa em seu ambiente familiar, social ou de trabalho, sendo-lhe assegurada a punição dos responsáveis e a reparação dos danos causados.

Parágrafo único. As medidas de proteção serão estendidas, no que couber, aos familiares do reportante e a pessoas a ele relacionadas que possam sofrer retaliação em razão do relato.

Art. 20. As medidas de proteção e incentivo estabelecidas nesta Lei independem da apresentação de provas cabais ou da certeza do reportante acerca da veracidade dos fatos denunciado, e serão aplicáveis desde que a suspeita de irregularidade seja fundada em bases razoáveis.

Parágrafo único. As medidas de proteção subsistirão e não poderão ser limitadas ou excluídas se ao final da apuração se concluir pela inocorrência dos fatos relatados ou não houver a imposição de sanção ou punição de qualquer espécie aos possíveis responsáveis.

Art. 21. O reportante não será responsável civil, criminal ou administrativamente em razão do relato de suspeita de irregularidade, a menos que soubesse, ao momento do relato, que as informações prestadas fossem falsas e tenha feito o relato com má-fé.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Art. 22. Além das medidas de proteção à pessoa do reportante, previstas neste Capítulo, poderão ser adotadas medidas de proteção às pessoas jurídicas das quais o reportante seja representante, membro, sócio, acionista, cotista, diretor, empregado, participante ou associado, contra atos de retaliação, como cancelamento de contratos existentes, revisão imotivada de termos negociais, entre outros atos que lhe tragam desvantagem comercial.

Seção II

Da preservação da identidade do reportante

Art. 23. É direito do reportante a preservação de sua identidade, ressalvadas as disposições contidas nesta Seção.

Parágrafo único. A preservação da identidade do reportante estender-se-á ao procedimento fiscalizatório, correccional, investigatório ou administrativo, e ao processo judicial instaurado com fundamento no relato apresentado nos termos desta Lei.

At. 24. Se no curso do procedimento de apuração sobrevier a necessidade de levantamento da preservação da identidade do reportante, a autoridade fiscalizadora ou correccional poderá requerê-lo à autoridade que tenha recebido e encaminhado o relato, demonstrando o interesse público ou concreto da providência para o esclarecimento dos fatos.

§ 1º Haverá interesse público no levantamento da preservação da identidade do reportante se a providência for imprescindível para afastar dano ou perigo de dano iminente ao meio ambiente, à saúde e à segurança públicas, ou a consumidores.

§ 2º Haverá interesse concreto no levantamento da preservação da identidade do reportante se:





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

I – ele tiver apresentado prova obtida por meio ilícito e existir interesse jurídico no esclarecimento dos fatos e circunstâncias sobre sua obtenção, ainda que essa prova seja excluída dos autos;

III – for comprovada a falsidade de informação ou da prova apresentada e, após os esclarecimentos, ainda que preservada a identidade, persistir dúvida:

a) sobre a responsabilidade do reportante pela falsidade da informação ou prova, ou por sua apresentação, mesmo sabendo ou devendo saber que são falsas;

b) se o reportante tinha, podia ter tido ou teve acesso fácil e direto a informação ou esclarecimento sobre a falsidade da informação ou prova e foi deliberadamente negligente ao apresentá-la.

§ 3º Considera-se deliberadamente negligente a apresentação de informação ou prova falsa quando a conclusão sobre a veracidade dos fatos reportados se basear fundamentalmente na falsidade, sem análise ou indicação, pelo reportante, de outros elementos aos quais tinha acesso pessoal, fácil e direto e que por si só seriam suficientes para que fosse verificada a falsidade.

§ 4º Considera-se acesso pessoal, fácil e direto a disponibilidade irrestrita de informação ou prova sem o risco de revelação da identidade do reportante e de ocultação ou destruição de elementos probatórios.

§ 5º Comprovada a apresentação dolosa de informações ou provas falsas, o reportante perderá o direito às medidas de proteção previstas nesta Lei, terá levantada a preservação de sua identidade e ficará sujeito a responsabilização nas esferas penal, administrativa e cível.

Art. 25. Não rejeitando liminarmente o requerimento de levantamento da preservação da identidade, a autoridade que tenha recebido e encaminhado o relato determinará a manifestação do reportante, no prazo de vinte dias.

SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Art. 26. Caberá à autoridade que tenha recebido e encaminhado o relato determinar o levantamento da preservação da identidade do reportante, em decisão fundamentada que lhe será comunicada e executada somente após o decurso do prazo de trinta dias, contado da data da comunicação.

§ 1º O levantamento da preservação da identidade do reportante limitar-se-á às pessoas diretamente envolvidas no procedimento de apuração, salvo justificado interesse em contrário.

§ 2º Na hipótese do *caput*, o reportante poderá requerer à autoridade judicial a concessão de tutela de urgência para a manutenção da preservação de sua identidade.

Seção III

Da proteção à integridade física do reportante

Art. 27. Havendo perigo à integridade física do reportante, de seus familiares ou de pessoas a ele relacionadas, a autoridade que receber o relato poderá solicitar ou determinar a adoção das seguintes medidas de proteção, sem prejuízo de outras que entender cabíveis:

I – as previstas na Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999, inclusive a alteração da identidade a que se refere seu art. 9º;

II – a preservação do nome, qualificação, voz e imagem e informações pessoais durante a investigação e o processo criminal, salvo decisão judicial em sentido contrário;

III – a preservação de sua identidade, não podendo ser fotografado ou filmado pelos meios de comunicação sem sua prévia autorização por escrito;

IV – sua remoção, redistribuição, requisição, cessão ou colocação em exercício provisório em outro órgão ou entidade;



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

V – sua colocação e de seus familiares sob a proteção provisória de órgão de segurança pública, em caso de urgência e de ameaça iminente de risco a sua incolumidade física.

§1º Sendo o reportante integrante de força policial, a transferência de local poderá ser liminarmente solicitada pela autoridade que receber o relato.

§ 2º Na recolocação provisória ou definitiva, poderá haver a cooperação de órgãos federais, estaduais e municipais mediante acordo, segundo a conveniência para a preservação da incolumidade física dos envolvidos.

Art. 28. A autoridade que receber o relato poderá determinar que o ente público ou privado providencie orientação e apoio psicológico ao reportante, seus familiares ou pessoas a ele relacionadas.

Seção IV

Da proteção funcional e profissional

Art. 29. É nula de pleno direito a cláusula inserida em contrato de trabalho ou de prestação de serviço que imponha restrição ao direito de relatar suspeitas de irregularidades nos termos desta Lei.

Art. 30. São asseguradas ao reportante as seguintes medidas de proteção, sem prejuízo de outras que se façam necessárias:

I – proteção contra ações ou omissões praticadas em retaliação ao exercício do direito de relatar ou para as quais o ato de relatar tenha sido fator contributivo, tais como:

a) demissão arbitrária, imposição de sanções ou de prejuízos remuneratórios, retirada de benefícios diretos ou indiretos e negativa de acesso a treinamento e cursos ou de fornecimento de referências profissionais;





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

b) alteração de funções, atribuições, condições, lotação ou local de trabalho, salvo quando consensualmente acordadas com o reportante;

II – autorização temporária de trabalho domiciliar e de afastamento ou transferência do reportante de seu ambiente de trabalho, sem prejuízo do vínculo funcional ou trabalhista e da respectiva remuneração;

III – determinação de afastamento ou transferência do ambiente de trabalho da pessoa responsável pela prática de retaliação contra o reportante, inclusive do superior hierárquico imediato que se omitir ou recusar a adotar as medidas de proteção necessárias;

Parágrafo único. Em razão de ter relatado suspeita de irregularidade, o servidor, empregado ou agente público não será prejudicado:

I – em avaliação de desempenho para cargo ou emprego público, se estiver em estágio probatório;

II – em procedimento de avaliação periódica de desempenho previsto no inciso III do art. 41 da Constituição Federal, se for estável;

III – em avaliação especial de desempenho para aquisição da estabilidade, se não for estável.

Art. 31. Os auditores independentes contratados por pessoas jurídicas de direito privado para realização de auditoria e adequações de integridade somente poderão relatar suspeita de irregularidade identificada em cliente após o decurso do prazo de seis meses, contado da data da comunicação formal aos seus representantes legais das irregularidades e ilegalidades existentes, caso não haja indicativo de remediação.

Seção V

Da proteção contra retaliação



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Art. 32. Para os efeitos desta Lei, considera-se retaliação a ação ou omissão praticada contra direitos ou interesses do reportante em razão do exercício do direito de relatar suspeitas e irregularidades ou para os quais o relato tenha sido fator contributivo.

Parágrafo único. Também serão protegidas contra retaliação, nos termos deste Capítulo, as pessoas que:

I – proverem informações durante procedimentos correccionais, fiscalizatórios ou de investigações internas;

II – ajudarem ou tentarem ajudar os reportantes;

III – sejam percebidos como reportantes, mesmo que não o sejam.

Art. 33. Os órgãos, entidades e pessoas jurídicas de direito privado responderão objetivamente pela prática de retaliação contra o reportante, assegurado o direito de regresso contra seus autores ou partícipes.

§ 1º Haverá presunção relativa de prática de retaliação quando:

I – a prática de condutas previstas no inciso I do art. 30 tenha ocorrido antes do encerramento do procedimento de apuração, pública ou privada, e forem consideradas prejudiciais ao reportante;

II – for conhecida ou presumível a identidade do reportante e não lhe forem asseguradas condições usuais no ambiente de trabalho, resultando em isolamento funcional ou outra forma de transtorno.

§ 2º A presunção relativa da prática de retaliação estender-se-á, automaticamente, pelo prazo de três anos, a contar da data de apresentação do relato, se em razão dele tiver sido aplicada sanção ou punição no âmbito do serviço público ou da iniciativa privada.



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

§ 3º A presunção relativa da prática de retaliação somente será ilidida mediante comprovação de que as medidas tomadas em relação ao reportante tiverem motivação autônoma, legítima e não relacionada à apresentação do relato.

§ 4º O nexo de causalidade entre o relato e a prática de retaliação poderá existir nos casos em que o reportante:

I – tenha apresentado relato de suspeita de irregularidade;

II – estava na iminência de apresentar relato de suspeita de irregularidade;

III – tinha posição capaz de revelar suspeita de irregularidade.

§ 5º Na apuração da ocorrência de retaliação, o ônus da prova é do réu.

Art. 34. Sem prejuízo da reparação por danos materiais, o arbitramento do dano moral:

I – será feito em ação judicial;

II – não poderá ser inferior ao dobro dos proventos ou salário mensais do reportante ou do ofensor, se forem maiores que os daquele;

III – será calculado em relação a cada evento identificável, e multiplicado por tantos quantos forem os responsáveis diretos pela retaliação.

Art. 35. Se a retaliação for praticada no ambiente de trabalho e dela decorrerem prejuízos remuneratórios ao reportante, terá ele direito ao dobro do montante das verbas salariais relativas ao período em que perdurou o ato de retaliação.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Parágrafo único. Se o gestor, administrador ou representante legal do órgão, entidade ou pessoa jurídica de direito privado reconhecer a ocorrência da retaliação, realizando o pagamento do valor da remuneração devida antes da adoção de medidas judiciais pelo reportante, o acréscimo previsto no *caput* será equivalente ao limite do prejuízo total apurado.

Art. 36. Ocorrendo a hipótese de demissão ou exoneração como ato de retaliação, sem prejuízo da reintegração, será imposto ao órgão, entidade ou pessoa jurídica de direito privado responsável o pagamento de reparação ao reportante equivalente ao no mínimo doze e no máximo trinta e seis vezes a sua maior remuneração bruta mensal, e o pagamento das verbas remuneratórias e consectários legais, com os consequentes reflexos administrativos e trabalhistas.

§ 1º Não sendo do interesse do reportante a restauração da relação de emprego, ele poderá pelo pagamento em dobro da reparação referida no *caput*.

§ 2º Deverão ser considerados para a fixação da reparação prevista no *caput*, entre outros critérios, os possíveis danos econômicos ao reportante decorrentes da perda do cargo, emprego ou função, o grau de dependência do núcleo familiar relativamente a sua renda e a dificuldade de sua reinserção no mercado de trabalho.

Art. 37. A indenização referente a atos de retaliação contra o reportante ou deles decorrente não afasta seu direito de requerer judicialmente perdas e danos e outros direitos funcionais ou trabalhistas, vedada a dupla indenização com a mesma natureza.

Art. 38. Recebida a notícia da prática de retaliação, acompanhada de informações ou elementos de prova, a autoridade deverá instaurar procedimento simplificado para a apuração do ato e adotará as seguintes providências:

I – determinará medidas de proteção em caráter de urgência, inclusive para assegurar a preservação das condições de trabalho;



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

II – notificará o representante legal do órgão, entidade ou pessoa jurídica de direito privado para apresentação de defesa, possibilitando-lhe provar a inexistência de ato de retaliação ou a adoção de medidas para sua cessação ou reparação;

III – notificará pessoalmente os apontados como responsáveis pelo ato de retaliação para apresentação de defesa;

IV – designará audiência de conciliação e instrução.

Art. 39. Não tendo sido alcançado o acordo nem havido a cessação ou reparação do ato de retaliação, será realizada a instrução do procedimento.

Art. 40. Finda a instrução, a autoridade proferirá decisão, indicando as razões do seu convencimento e, reconhecendo a prática de retaliação, aplicará as sanções cabíveis.

Parágrafo único. Da decisão caberá recurso ao órgão superior, nos termos do regulamento.

Seção VI

Da proteção a dados e informações sigilosos

Art. 41. É protegido o sigilo das informações, dados e documentos que constituam elementos de prova do ilícito relatado e que tenham sido transferidos pelo reportante à autoridade competente.

§ 1º Considera-se mantido e inviolado o sigilo na transferência das informações, dados e documentos à autoridade fiscalizadora ou correcional a que forem enviados, ficando o reportante isento de responsabilidade civil ou penal.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

§ 2º O reportante que, após ter transferido dados e elementos sigilosos, divulgá-los sem autorização administrativa ou judicial, estará sujeito a responsabilização civil e penal, nos termos da lei.

CAPÍTULO V

DAS MEDIDAS DE INCENTIVO AO REPORTANTE

Art. 42. Se o relato apresentado e processado nos termos desta Lei resultar na imposição de penalidades e na obrigação de reparar danos ao erário, o reportante terá direito ao recebimento de retribuição que observará a seguinte graduação:

I – 15% (cinco por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) da soma dos valores das penalidades impostas e do montante fixado para reparação do dano, se o total for inferior ou igual a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

II – 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) da soma dos valores das penalidades impostas e do montante fixado para reparação do dano, se o total for superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e inferior ou igual a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

III - 1% (um por cento) a 5% (cinco por cento) da soma dos valores das penalidades impostas e do montante fixado para reparação do dano, se o total for superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais).

§ 1º A retribuição de que trata o *caput* somente será concedida se atendidos os seguintes requisitos:

I – o reportante tenha sido a primeira pessoa a relatar as informações;

II – não tenha havido a divulgação pública, por parte do reportante, das informações relatadas, ou da existência da apuração, antes da conclusão das autoridades fiscalizatórias ou correccionais;



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

III – os fatos não estejam sendo apurados em investigação ou procedimento instaurado previamente à apresentação do relato;

IV – se os fatos relatados estiverem sendo apurados em investigação ou procedimento instaurado previamente à apresentação do relato, o reportante tenha apresentado informação ou elemento de prova de substancial relevância que tenha contribuído para a apuração.

§ 2º No prazo de trinta dias, contado da data de recebimento do relato, a autoridade expedirá certidão sobre a existência ou não de procedimento instaurado para apuração das informações relatadas.

§ 3º O Poder Executivo poderá definir um valor mínimo para a base de cálculo da retribuição prevista no *caput*, desde que menor ou igual a trezentos salários mínimos.

§ 4º Os valores monetários previstos nos incisos do *caput* poderão ser atualizados, anualmente, por decreto do Presidente da República.

Art. 43. O percentual e o valor da retribuição a que tiver direito o reportante serão arbitrados pela autoridade fiscalizadora ou correcional, em decisão fundamentada, nos autos do procedimento ou processo que concluir pela ilicitude dos fatos apurados em decorrência do relato e impuser penalidade ou determinar a reparação do dano.

§ 1º O percentual de retribuição deverá ser arbitrado em:

I – consideração à originalidade, importância e qualidade das informações relatadas e à relevância que apresentarem para a apuração dos fatos ou o desempenho atual e futuro das atividades fiscalizatórias ou correccionais do órgão ou entidade;

II – montante que incentive a apresentação de novos relatos segundo as disposições deste Capítulo.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

§ 2º A retribuição será devida ainda que o relato resulte na punição dos responsáveis por fato diferente do inicialmente reportado, sendo, nesse caso, mensurada de acordo com a relevância das informações apresentadas.

§ 3º Tratando-se de relato coletivo, a retribuição será repartida equitativamente pelos componentes.

§ 4º A diferença entre o somatório das penalidades impostas e do montante fixado para a reparação do dano e o valor da retribuição arbitrada será recolhida separadamente deste e destinada nos termos da legislação específica.

§ 5º Os percentuais e valores de retribuição fixados pela autoridade fiscalizadora ou correcional poderão ser revistos, por requerimento do reportante encaminhado pela autoridade de recebimento do relato.

Art. 44. Se, em razão do relato, sobrevier condenação judicial, a retribuição será arbitrada pelo juiz na sentença, com base na soma do valor da reparação do dano, das multas impostas e dos bens e valores declarados perdidos, se for o caso.

Parágrafo único. O arbitramento judicial da retribuição considerará os valores eventualmente já assegurados ao reportante, na esfera administrativa.

Art. 45. O recolhimento e pagamento da retribuição será feito em dinheiro mediante depósito:

I – extrajudicial, por ordem da autoridade fiscalizadora ou correcional, se a retribuição for arbitrada em procedimento ou processo extrajudicial;

II – judicial, por ordem do juiz, se a retribuição for arbitrada em processo judicial.

SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

Parágrafo único. Aplica-se ao recolhimento e pagamento da retribuição, no que couber, as disposições da Lei n. 9.703, de 17 de novembro de 1998.

Art. 46. O reportante poderá requerer à autoridade fiscalizadora ou correccional ou ao juiz, quando for o caso, a expedição de certidão do valor da retribuição arbitrada em seu favor, considerada título executivo contra o responsável pelo seu pagamento.

Parágrafo único. O resgate da retribuição tomará por base os valores efetivamente recolhidos, concorrendo proporcionalmente quando houver recuperação parcial dos valores.

CAPÍTULO VI

DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENAS

Art. 47. Constituem infrações administrativas:

I – a ação ou omissão de dirigente de órgão ou entidade ou de seus servidores ou empregados públicos, agentes públicos ou agentes políticos, do representante legal de pessoa jurídica de direito privado ou de seus empregados, que tenham por objetivo manter, tolerar ou não fazer cessar retaliação contra o reportante;

II – deixar o dirigente de órgão ou entidade e o representante legal da pessoa jurídica de direito privado de adotar, cumprir ou implementar as medidas de proteção determinadas pela autoridade competente;

§ 1º A prática das condutas previstas nos incisos do *caput* sujeitará:

I – o servidor ou empregado público, o agente público e o agente político às penas de advertência ou suspensão por até trinta dias e, em caso de reincidência, a pena de multa de duas a doze vezes o valor bruto de seus





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

proventos ou salário mensais, sem prejuízo da aplicação de outras sanções cabíveis;

II – a pessoa jurídica de direito privado à pena de multa no valor de 0,5% (meio por cento) a 2% (dois por cento) de seu faturamento bruto no ano anterior.

§ 2º As sanções de natureza pecuniária aplicada nos termos deste artigo serão revertidas ao Programa Federal de Assistência a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas, de que trata a Lei nº 9.807, de 13 de julho de 1999.

Art. 48. Constitui crime revelar a identidade, captar ou divulgar a imagem do reportante sem sua prévia autorização por escrito, sujeitando-se o agente a pena de reclusão, de um a três anos, e multa.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 49. As instituições financeiras e sociedades empresárias que obtiverem a adjudicação de obras e serviços públicos de valor superior a dez mil salários mínimos deverão implementar mecanismos de conformação e integridade, instituindo-se unidade ou setor para o recebimento de comunicações da prática de irregularidades ou ilegalidades na forma desta Lei, podendo contratar empresa especializada, desde que independente de seus próprios auditores.

Parágrafo único. O órgão ou entidade pública poderá reter o repasse de valores à adjudicatária de bens e serviços até que sejam implementados os mecanismos referidos no *caput*.

Art. 50. Enquanto não for constituída e/ou regulamentada a autoridade que desempenhará as atribuições previstas nos Capítulos III e IV desta Lei, os relatos de suspeitas de irregularidades serão recebidos e processados na forma do Título V da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

1990, no que couber, observados os procedimentos e as medidas de proteção e incentivo previstas nesta Lei.

Parágrafo único. Em se tratando de pessoa jurídica que explore atividade econômica ou preste serviço público sujeito a regulação, as atribuições a que se refere o *caput* serão exercidas, provisoriamente, pela respectiva agência reguladora.

Art. 51. A Defensoria Pública fornecerá orientação e assistência jurídica à pessoa que pretenda apresentar ou tenha apresentado relato de informações de suspeita de irregularidade.

Art. 52. As ações judiciais relacionadas a esta Lei terão tramitação prioritária.

Art. 53. O artigo 117 da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XX:

“Art. 117.

XX – praticar ato de retaliação ao reportante ou descumprir as medidas de proteção determinadas de acordo com a lei específica.

.....” (NR)

Art. 54. Esta Lei entra em vigor após noventa dias contados da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Em 2017, o Brasil caiu 17 posições e ficou em 96º lugar no ranking da ONG Transparência Internacional, que mede a percepção da corrupção em 180 países do mundo. Foi o pior resultado dos últimos cinco anos.

Embora exista a impressão de que as instituições públicas estão mais maduras e que o Poder Judiciário e o Ministério Público tenham se atentado para a necessidade de perseguir atos de corrupção, inexistem na

Praça dos Três Poderes – Senado Federal – Anexo II - Ala Senador Teotônio Vilela – Gabinete 12 – CEP 70165-900 – Brasília DF
Telefone: +55 (61)3303-2201/02/03/04/05 – antoniocarlosvaladares@senador.leg.br



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

legislação instrumentos de efetiva proteção e verdadeiro incentivo a pessoas que queiram denunciar a ocorrência de atos ilícitos.

Diante desse quadro, é imprescindível a criação de mecanismos que incentivem uma cultura de combate aos atos ilícitos que acometem o interesse público, destacadamente a corrupção.

Pouco conhecida no Brasil, mas largamente aplicada nos Estados Unidos e em outros países do mundo, a legislação de proteção ao *whistleblower*, ou pessoa que relate suspeitas de irregularidades, permite a qualquer cidadão denunciar às autoridades competentes a ocorrência de fraudes ou atividades ilícitas em geral, das quais tenha conhecimento e de que não tenha participado, em troca de proteção a sua identidade e contra qualquer tipo de retaliação, além da possibilidade de recompensa financeira.

Os programas de *whistleblower* estão previstos em compromissos internacionais subscritos pelo Brasil, notadamente a Convenção das Nações Unidas para Combate à Corrupção (Convenção de Mérida), aprovada pelo Decreto Legislativo nº 348, de 18 de maio de 2005. Trata-se, segundo especialistas da ONU, do Conselho Europeu e do G20, de uma das mais importantes ferramentas de combate a irregularidades, notadamente corrupção, fraude à ordem econômica, atos lesivos aos direitos humanos, trabalhistas, dos consumidores e à livre concorrência.

Pode-se dizer que o *whistleblower*, ou reportante, é uma pessoa que, voluntariamente, chama a atenção de autoridades públicas para fatos que suspeita serem ofensivos à ordem jurídica. É a pessoa que, tendo acesso a dados e informações de uma organização, sem ter obrigação legal, relata a uma autoridade pública o que suspeita ser uma irregularidade ou uma lesão ao interesse público. É considerado um observador privilegiado do cenário ilícito, sem que dele venha participar. Geralmente, trata-se da pessoa que, tendo tomando conhecimento de fatos havidos no ambiente de trabalho, detém conhecimentos que em geral estão circunscritos a um pequeno círculo de pessoas, e que, por pressão do próprio ambiente corporativo ou organizacional, dificilmente seriam trazidos ao conhecimento público.

Conforme o relatório “*Whistleblower Protections Law in G20 Countries – Priorities for Action*”, publicado em setembro de 2014 pela *Transparency International Australia*, o Brasil é um dos países do G20



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

menos desenvolvidos nesta área, o que demonstra que muito há de ser feito para que cumpra os objetivos acordados nas reuniões do grupo.

Embora o país possua leis genéricas que tratam superficialmente sobre a pessoa que, voluntariamente, apresente denúncia de práticas ilícitas, nenhuma delas traz instrumentos eficientes proteção e incentivo capazes de estimular essa prática cidadã.

Nos Estados Unidos, duas leis se sobressaem no enfrentamento da corrupção. O *False Claims Act* (FCA) tornou-se a arma mais poderosa do governo americano para combater fraudes contra o Estado. O FCA promove uma parceria público-privada para combater a fraude contra o governo e incentiva os reportantes a processar civilmente empresas que fraudam os interesses do erário, oferecendo proteções contra a perda de emprego e uma recompensa financeira de 15% a 25% do total recuperado pelo governo.

Existe, ainda, o *Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act*. Por essa reforma, reportantes que forneçam à *Securities and Exchange Commission* (SEC), a Comissão de Valores Mobiliários norte-americana, informações sobre casos de violação da lei de valores mobiliários dos Estados Unidos podem receber de 10% a 30% dos recursos recuperados pelo governo americano.

Entre os anos de 2009 e 2014, o Departamento de Justiça norte-americano recebeu milhares de dicas de reportantes acerca de comportamentos ilícitos. Denúncias que resultaram na recuperação de aproximadamente 22 bilhões de dólares em punições e acordos. Desde 2017, suspeitas apontadas por reportantes permitiram à Receita Federal Americana coletar três bilhões de dólares em receitas tributárias.

O tema envolve complexidade e merece adequado detalhamento e especificações claras e qualificadas, de forma a assegurar a credibilidade necessária ao canal que se pretende criar como ferramenta institucional de prevenção e combate à corrupção e aos atos lesivos ao interesse público em geral.

Pesquisas feitas em países que já adotam a prática demonstram que “a principal razão dada para reportantes permanecerem silentes não é o



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

medo de represálias, mas a crença de que nada será mudado como resultado das denúncias”.

A ideia de estímulo em dinheiro, por meio de percentual da multa aplicada e dos valores arbitrados para a reparação dos danos, é realista, pois os reportantes, em geral, são mais prejudicados do que beneficiados por suas denúncias. Ainda que existissem boas normas de proteção antirretaliação na legislação pátria, não seriam elas suficientes para incentivar os reportantes ao risco de abrir mão de sua paz em prol do interesse público.

Assim, defendemos fortemente que, ao lado das medidas de proteção, devam ser criados incentivos financeiros relevantes, da forma já reconhecida pelos *False Claims Act* e o *Dodd-Frank Wall Street Reform and Consumer Protection Act* norte-americanos.

Quanto à proteção esperada, deve ser robusta, a fim de impedir toda forma de retaliação contra os integrantes dos setores público ou privado que reportarem, em bases razoáveis, à autoridade competente, informações ou elementos de prova de irregularidades.

Essa proteção deve ser capaz de impedir demissões, regressão funcional, penalidades ou qualquer forma de prejuízo no ambiente de trabalho. Deve conferir aos reportantes o direito de proteção de sua identidade, além de proteção a sua integridade física e à de sua família.

Os reportantes devem saber quais são seus direitos e obrigações ao exporem suas informações ou suspeitas de irregularidades, e as regras e procedimentos dos integrantes da cadeia formal de apuração.

Certas garantias e obrigações devem ser estendidas às autoridades receptoras dos relatos e àquelas que realizam o filtro dessas informações e apuram os fatos. Tal iniciativa, na medida das possibilidades legais, reforça a ferramenta nacional sobretudo na medida em que constrói confiança no sistema.

O presente projeto adota, em grande medida, a proposta da Campanha “Unidos Contra a Corrupção”, que apresentou um conjunto de 70 medidas para o aprimoramento do marco normativo de enfrentamento à



SF/18952.51512-04





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

corrupção no País. Elas foram formuladas por mais de 200 especialistas, envolveu consultas a 373 instituições e incluiu sugestões de 912 participantes cadastrados em plataforma pública. Esse processo foi liderado pelo Centro de Justiça e Sociedade, da FGV Direito Rio, e pela Transparência Internacional. A proposta da legislação de proteção do *whistleblower*, especificamente, consiste em um trabalho aprimorado de um projeto inicialmente desenvolvido no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA), com a colaboração de diversos órgãos públicos e entidades civis, levando em consideração as melhores práticas contidas nas principais legislações de países estrangeiros e nas recomendações contidas em estudos internacionais formulados pelas Nações Unidas, G20, Conselho Europeu e Transparência Internacional.

A sociedade brasileira clama pelo fim da corrupção e pela mudança da atual cultura empresarial e política no Brasil. Nos tempos sombrios em que vivemos, o Poder Legislativo deve oferecer uma resposta eficiente e adequada ao grande número de ilícitos que atingem os cofres públicos, comprometendo verdadeiramente o futuro da nação. Nessa seara, a legislação de proteção e incentivo às pessoas que apresentem relatos de irregularidades surge como um instrumento poderoso para o combate às práticas lesivas às instituições e ao interesse público em nosso País.

Diante do exposto, esperamos contar com o decisivo apoio dos nobres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PSB-SE



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - 1988/88

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 2º do artigo 5º

- inciso III do artigo 41

- Lei nº 8.112, de 11 de Dezembro de 1990 - Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis da União - 8112/90

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8112>

- artigo 117

- Lei nº 9.703, de 17 de Novembro de 1998 - LEI-9703-1998-11-17 - 9703/98

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1998;9703>

- Lei nº 9.807, de 13 de Julho de 1999 - Lei de Proteção a Vítimas e a Testemunhas; Lei de Proteção às Testemunhas - 9807/99

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9807>

- Lei nº 12.527, de 18 de Novembro de 2011 - Lei de Acesso à Informação, LAI - 12527/11

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2011;12527>

- artigo 31





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI DO SENADO

Nº 324, DE 2018

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir os agricultores familiares que sofrerem perdas decorrentes de estiagem ou excesso hídrico na produção de hortaliças no Benefício Garantia-Safra.

AUTORIA: Senador Ciro Nogueira (PP/PI)

DESPACHO: À Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em decisão terminativa



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI DO SENADO Nº , DE 2018

Altera a Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, para incluir os agricultores familiares que sofrerem perdas decorrentes de estiagem ou excesso hídrico na produção de hortaliças no Benefício Garantia-Safra.



O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O *caput* do art. 8º da Lei nº 10.420, de 10 de abril de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 8º** Farão jus ao Benefício Garantia-Safra os agricultores familiares que, tendo aderido ao Fundo Garantia-Safra, vierem a sofrer perda em razão de estiagem ou excesso hídrico, comprovada na forma do regulamento, de pelo menos 50% (cinquenta por cento) do conjunto da produção de feijão, milho, arroz, mandioca, algodão ou hortaliças, ou de outras culturas a serem definidas pelo órgão gestor do Fundo, sem prejuízo do disposto no § 3º.

.....” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

As hortaliças constituem um ingrediente (alimento, insumo) essencial à melhoria dos hábitos alimentares da população. Ricas em fibras, vitaminas, minerais, antioxidantes e água, fornecem nutrientes necessários ao bom funcionamento do organismo e auxiliam na hidratação do corpo. No entanto, de acordo com publicação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), embora a Organização Mundial de Saúde (OMS) recomende o consumo diário de 400 gramas de frutas e hortaliças, o brasileiro não consome nem 20% dessa quantia, em média.



A promoção do consumo de hortaliças, por sua vez, depende da conscientização da população para os benefícios proporcionados por esses alimentos e do fomento à horticultura, com ações que estimulem a ampliação da oferta de hortaliças e o barateamento do seu custo de produção, de forma que o acesso a uma alimentação equilibrada e saudável esteja também ao alcance dos seguimentos menos favorecidos da população.

Muito embora tenha se dado mais atenção à horticultura nos anos recentes, com ações que envolvem programas de incentivo às hortas comunitárias e à agricultura urbana e periurbana, essa ainda é uma das questões essenciais que têm sido negligenciadas pelo Poder Público. Um exemplo disso é o Programa Garantia-Safra, que ainda não prevê o pagamento do benefício em caso de perdas na horticultura em razão de estiagem ou excesso hídrico.

Além do seu papel fundamental na garantia da segurança alimentar, o fato de a horticultura ser intensiva na utilização de mão de obra faz com essa atividade constitua-se alternativa econômica e fonte de renda para um número considerável de agricultores familiares, muitos deles em situação de vulnerabilidade econômica e social. Para ilustrar a situação, artigo publicado em 2017 na Revista Sociedade e Território, vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e que entrevistou horticultores da região Centro-Sul do Estado do Piauí, verificou que 60% deles tinham ensino fundamental incompleto; e 40%, renda mensal inferior a um salário mínimo.

Ainda que um número significativo de horticultores utilize tecnologias de irrigação, a produção de hortaliças é sensível ao efeito das intempéries climáticas, sujeitando esses produtores à ocorrência de perdas sistemáticas de sua produção, por exemplo, pelo excesso hídrico decorrente de chuvas torrenciais.

É justamente em razão da importância da horticultura para a promoção da segurança alimentar e para a geração de renda e emprego na agricultura familiar e pela necessidade de apoio do Poder Público a essa atividade mediante o uso de instrumentos que contribuam para a mitigação dos riscos inerentes à produção, que propomos a inclusão das hortaliças entre aquelas culturas cuja perda autoriza o pagamento do Benefício Garantia-Safra.

O Programa Garantia-Safra abrange apenas as culturas de feijão, milho, arroz, mandioca ou algodão, desde a sua instituição, em 2002.



SF/18986.18341-27



Mesmo após a promulgação da Lei nº 12.766, de 27 de dezembro de 2012, que faculta ao órgão gestor do Fundo definir outras culturas para a cobertura do Garantia-Safra, e a publicação do Acórdão nº 451/2014 – Plenário, do Tribunal de Contas da União, que determinou ao então Ministério do Desenvolvimento Agrário que oferecesse estímulo e opções de cultivos e de práticas agronômicas adaptadas ao semiárido, o Comitê Gestor do Garantia-Safra permaneceu inerte, deixando de incluir novas modalidades de cultivos no Programa.

Pelos motivos expostos, tendo em consideração a relevância da horticultura para a promoção da segurança alimentar e a inércia do Comitê Gestor do Garantia-Safra quanto à disponibilização de opções de cultivos no âmbito daquele Programa, rogo aos nobres pares apoio à proposição legislativa que ora apresentamos.

Sala das Sessões,

Senador CIRO NOGUEIRA



SF/18986.18341-27



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.420, de 10 de Abril de 2002 - Lei do Seguro-Safra - 10420/02

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2002;10420>

- artigo 8º

- Lei nº 12.766, de 27 de Dezembro de 2012 - LEI-12766-2012-12-27 - 12766/12

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2012;12766>



Projeto de Resolução





SENADO FEDERAL

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 33, DE 2018

Dispõe sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na TV Senado.

AUTORIA: Senador Paulo Rocha (PT/PA)

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)



PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº , DE 2018

Dispõe sobre o uso da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) na TV Senado.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º O Anexo da Resolução nº 13, de 2018, passa a vigorar acrescido do seguinte art. 285-A:

“**Art. 285-A.** A TV Senado apresentará janela com intérprete de Língua Brasileira de Sinais em todas as suas transmissões institucionais, ressalvados os intervalos.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no prazo de cento e oitenta dias contados a partir da data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O direito à acessibilidade vem ganhando proeminência legislativa, e é bom que assim seja. Não há motivo para que se exclua quem tem o direito à inclusão justamente em razão de sua diferença. Exemplo de tal inteligência legislativa é o Estatuto da Pessoa com Deficiência.

Dessa forma, mostra-se imprescindível que uma TV pública e de ampla utilidade, como é a TV Senado, mostre-se de alcance amplo e irrestrito, tornando-se inteligível inclusive para os brasileiros com deficiência auditiva.



Assim, nada mais natural que a TV Senado ofereça, sem restrições, seu conteúdo em Libras, de forma a tornar amplo o acesso da população brasileira.

Peço, portanto, a contribuição dos Pares para a aprovação desta proposição pela Casa.

Sala das Sessões,

Senador PAULO ROCHA



LEGISLAÇÃO CITADA

- [urn:lex:br:federal:resolucao:2018;13](http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2018;13)

<http://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:resolucao:2018;13>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 395, DE 2018

Requer, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento, ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, de pedido de informações acerca do reajuste – autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) – de 10% (dez por cento) para contratos individuais e familiares de planos privados de assistência à saúde.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)

DESPACHO: À Comissão Diretora



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

REQUERIMENTO Nº , DE 2018

Requeiro, com base no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 216, I, do Regimento Interno do Senado Federal, o encaminhamento, ao Senhor Ministro de Estado da Saúde, de pedido de informações acerca do reajuste – autorizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) – de 10% (dez por cento) para contratos individuais e familiares de planos privados de assistência à saúde.

Auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) concluiu que a ANS não está atuando satisfatoriamente na regulação dos planos de saúde individuais e coletivos, o que favorece a prática de reajustes abusivos dos contratos. A auditoria avaliou os reajustes anuais de planos coletivos e individuais e constatou: i) que a ANS não possui procedimentos e mecanismos adequados e suficientes para a prevenção, identificação e correção de reajustes abusivos em seguros coletivos; ii) nos planos individuais, há falhas para a definição do teto dos reajustes.

O relatório foi aprovado em 28 de março de 2018 e, no Acórdão, o TCU **determinou** à ANS que:

9.1.1. elabore e envie a esta Corte, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, se ainda não o fez, plano de providências contemplando a instituição de mecanismos de atuação que permitam a efetiva aferição da fidedignidade e a análise crítica das informações econômico-financeiras comunicadas à autarquia pelas operadoras de planos de saúde, mormente no que se refere à retomada das visitas técnicas às empresas e ao tratamento dos casos em que identificadas práticas abusivas contra os consumidores;

9.1.2. reavalie a metodologia atualmente utilizada para definição do índice máximo de reajuste anual dos planos de saúde individuais/familiares, de modo a prevenir, com segurança, os efeitos de possível cômputo em duplicidade da variação associada à atualização do rol de procedimentos e eventos em saúde, haja vista tal variação, presumivelmente, já ser levada em conta pelas operadoras na definição dos reajustes dos planos coletivos;



SF/18160.73947-20



Respaldo nessa decisão do TCU, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC) ingressou, no dia 7 de maio, com ação civil pública contra a ANS pedindo a suspensão do reajuste anual dos planos de saúde individuais e familiares para os anos de 2018/2019.

Nessa ação, conforme foi amplamente noticiado pelos veículos de comunicação, em 12 de junho, a Justiça Federal em São Paulo proferiu decisão liminar que impôs um teto de 5,72% para o reajuste de planos de saúde individuais neste ano, por considerar que seria “excessivo” autorizar um reajuste maior do que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – Amplo (IPCA) relativo à saúde e aos cuidados pessoais.

Em resposta à ação do Idec, a Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) e a própria ANS reagiram e publicaram manifestações contrárias à entidade. Em matéria publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, a Agência lamentou “o viés pró-judicialização de entidades que buscam criar comoção e conflitos em prol de seus interesses” e ressaltou que o relatório do TCU não apontou irregularidades na condução da fórmula do reajuste, mas apenas sugestões de mudanças para aprimorar o processo. Do mesmo modo, a Fenasaúde afirmou que considera despropositada a ação, a qual pode colocar em risco a sustentabilidade do setor e ameaçar a saúde de milhões de brasileiros.

O Idec respondeu que as entidades “atacam quem exige, na tradição democrática e por meios legais, a revisão dos critérios de aumento de mensalidades de planos” e considerou que esses ataques expressam o desprezo pela transparência, pela necessidade de diálogo e pela dificuldade de cidadãos e famílias para arcar com os reajustes abusivos dos planos de saúde. O Instituto também lembrou que o acórdão do TCU não “recomenda”, mas “determina” à ANS que reavalie a sua metodologia.

Em 14 de junho, a ANS entrou com recurso contra a liminar e manifestou sua satisfação quando ela foi anulada pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, no dia 23 de junho.

A despeito da derrubada da liminar, porém, não há como a ANS desconsiderar os achados da auditoria do TCU e sua obrigação de apresentar o “plano de providências” especificado no Acórdão – no prazo de 180 dias ou até setembro próximo – e de reavaliar a metodologia utilizada para definição do índice máximo de reajuste anual dos planos de saúde individuais e familiares.

Assim, lembrando que o descumprimento das determinações do TCU sujeita o gestor responsável às penas previstas em lei, perguntamos:



3

1. Quais foram os critérios considerados pela ANS para autorizar o reajuste de dez por cento nas mensalidades dos planos individuais e familiares?
2. Por que a ANS adotou esse percentual em vez de tomar como base o IPCA relativo à inflação dos itens de saúde e cuidados pessoais?
3. Quais as medidas tomadas pela ANS para atender às determinações contidas no Acórdão do TCU acerca da metodologia adotada para calcular o reajuste dos planos individuais e familiares?
4. Como a ANS, no papel de agência reguladora, pode atuar de forma mais isonômica em relação ao setor regulado e aos consumidores?



Sala das Sessões,

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 396, DE 2018

Requer, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia 28 de junho de 2018 de Dom Miguel Fenelon Câmara Filho, Arcebispo Emérito de Teresina, bem como a apresentação de condolências a arquidiocese de Teresina e a Igreja Católica do Piauí.

AUTORIA: Senadora Regina Sousa (PT/PI)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, no dia 28 de junho de 2018 de **Dom Miguel Fenelon Câmara Filho**, Arcebispo Emérito de Teresina, bem como a apresentação de condolências arquidiocese de Teresina e a Igreja Católica do Piauí.

JUSTIFICAÇÃO

Nascido no Ceará, em 1925, Dom Miguel fez da sua vida a luta por dignidade e direitos do povo nordestino. Atuou em várias paróquias no Ceará.

Em 1970 foi designado Bispo Auxiliar de Fortaleza e, em 1974, foi transferido para Maceió como Bispo Coadjutor assumindo a direção da arquidiocese alagoana em 1976. Em 1984, Dom Miguel assumiu a arquidiocese de Teresina e permaneceu em sua direção até 2001, quando completou 75 anos. Seu lema episcopal “*SCIO CUI CREDIDI - Sei o que acreditei*” é uma declaração da fé que se transforma em conhecimento.



Uma história de dedicação à Fé Católica e ao povo do Nordeste, em especial aos excluídos, e que agora, ao partir, nos deixa a saudade da sua grande alma, e de sua dedicação como amigo e mestre.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2018.

Senadora Regina Sousa
(PT - PI)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 397, DE 2018

Requer de Voto de Pesar pelo falecimento do Desembargador Artur Oscar de Oliveira Déda, com apresentação de condolências ao Tribunal de Justiça de Sergipe, à Associação dos Magistrados de Sergipe (Amese) e a seus familiares.

AUTORIA: Senador Antonio Carlos Valadares (PSB/SE)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

REQUERIMENTO Nº DE 2018

Requerimento de voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Artur Oscar de Oliveira Déda, com apresentação de condolências ao Tribunal de Justiça de Sergipe, à Associação dos Magistrados de Sergipe (Amese) e a seus familiares.

SF/18631.17812-82

Requeiro, nos termos regimentais, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Desembargador Aposentado do Tribunal de Justiça de Sergipe, Dr. Artur Oscar de Oliveira Déda, com a apresentação de condolências ao TJ-SE, à Associação dos Magistrados de Sergipe (Amese) e a seus familiares.

JUSTIFICAÇÃO

Foi com profunda tristeza que recebi a notícia do falecimento do Desembargador Aposentado, Artur Oscar de Oliveira Déda, conterrâneo que encheu nossa cidade, Simão Dias, e nosso Estado de orgulho.

Filho de José Carvalho Déda e de D. Maria Acioly de Oliveira Déda, ele nasceu em 2 de março de 1932. Em 1958, graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito de Sergipe, da qual foi Professor da disciplina Direito Civil.

Em sua trajetória, passou pela Secretaria da Assembleia Legislativa de Sergipe. Também, foi Promotor Público substituto na comarca de Aquidabã, no ano de 1958 e Juiz de Direito das Comarcas de Riachão do Dantas (1961), Maruim (1964), Estância (1968) e finalmente da 3ª Vara Cível da Comarca de Aracaju.

Especializou-se em Direito Público e Direito Privado na Faculdade de Direito de Sergipe. Em junho de 1975, tomou posse como Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe, atuando depois





2

SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

como Corregedor Geral da Justiça (1977/79) e Presidente do Tribunal de Justiça (1979-1981).

Presidiu, também, o Tribunal Regional Eleitoral. Foi o primeiro Diretor da Escola Superior da Magistratura do Estado de Sergipe.

Excelente jurista, o Desembargador Artur Oscar de Oliveira Déda teve trabalhos publicados nas melhores revistas especializadas em Direito Civil, além de publicar vários verbetes na Enciclopédia Saraiva de Direito. Integrou o Conselho Editorial da Revista de Direito Civil de São Paulo e da Revista Ciência Jurídica.

É autor de diversos livros, entre eles “Histórias de Vários Tempos - Fatos e Pessoas”. Tomou posse na Cadeira nº 28, da Academia Sergipana de Letras a 11 de agosto de 1982.

Em fevereiro de 2002, aposentou-se do cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça de Sergipe, mas dedicou o restante de sua vida à atividade cultural na produção de livros e poemas.

Nossos sentimentos à família de Desembargador Artur Oscar de Oliveira Déda e a toda a família.

Sala das Sessões,

Senador ANTONIO CARLOS VALADARES

PSB-SE



SF/18631.17812-82





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 399, DE 2018

Requerem, nos termos dos artigos 154, III e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 10 de agosto de 2018, com as finalidades de homenagear os 94 anos de fundação da Sociedade Brasileira de Eubiose e celebrar a sanção da Lei nº 13.626, de 16 de janeiro de 2018, a qual instituiu nesta mesma data o Dia Nacional da Eubiose.

AUTORIA: Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senadora Regina Sousa (PT/PI), Senador Jorge Viana (PT/AC), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador Paulo Rocha (PT/PA)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº 399 DE 2018

à Publicação
Em 3/7/2018

Requeiro, nos termos dos artigos 154, III e 199 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão Especial, no dia 10 de agosto de 2018, com as finalidades de homenagear os 94 anos de fundação da Sociedade Brasileira de Eubiose e celebrar a sanção da Lei nº 13.626, de 16 de janeiro de 2018, a qual instituiu nesta mesma data o Dia Nacional da Eubiose.



SF/18940.21263-73

JUSTIFICAÇÃO

A Sociedade Brasileira de Eubiose (SBE) é uma Instituição Filosófica, Cultural Espiritualista e independente de ideologias políticas e confissões religiosas, sem fins lucrativos nem cargos remunerados, possuindo autonomia financeira, derivada exclusivamente de cotizações estatutárias e de doações voluntárias de seus associados.

Fundada em 1924 por Henrique José de Souza (1883-1963) e Helena Jefferson de Souza (1906-2000), a SBE – designação que adotou desde 1969 a Sociedade Teosófica Brasileira – é uma Instituição que vem exercitando várias gerações de brasileiros na prática e respeito à livre opinião, investigação e crítica, no estudo comparado das Ciências, das Artes, das Religiões e Filosofias, na análise da evolução das sociedades humanas e dos grandes momentos da História Universal – e do Brasil, em particular.

Natural da Bahia, de família abastada e, durante largos períodos, cidadão de Niterói, Rio de Janeiro e São Paulo, Henrique José de Souza foi amigo ou correspondente de importantes vultos intelectuais da época, assim como membro de prestigiadas associações nacionais e internacionais da época.

Página: 1/3 11/06/2018 17:50:59

fa37bd971787be39ea7e1143559fbaea4ea1bc02



A SBE tem sede e foro na cidade de São Lourenço (MG), onde é considerada de utilidade pública (desde 1953, por decreto da Câmara Municipal, e pela Lei n. 1.456, de 24.05.1956, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

Recentemente, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei 13626 de 16/01/2018, que instituiu o 10 de agosto como Dia Nacional da Eubiose efeméride fundadora da Instituição, em Niterói-RJ, no ano de 1924.

Entre outros objetivos presentes em seu Estatuto Social, contam-se cultivar a fraternidade universal sem distinção de raça, idade, sexo, gênero, crença ou nacionalidade; promover a investigação das Leis da Natureza e o desenvolvimento das mais nobres virtudes mentais e morais; promover ações educativas, culturais e sociais em benefício da criança, do adolescente e do jovem.

Sua tônica, eminentemente cultural, espiritualista e dedicada ao aperfeiçoamento do ser humano, foi recentemente consolidada com a criação do Instituto Cultural Brasileiro de Ação e Cidadania – <http://iculturalbr.org.br/> – organização não-governamental, igualmente sem fins lucrativos, dedicada ao fomento da Educação e da Cultura, da saúde e do bem-estar, do empreendedorismo e do protagonismo juvenil, do desenvolvimento pautado pela qualidade de vida e pela preservação e recuperação da Natureza; o incentivo às Artes e à economia criativa, etc.

A visão da Eubiose consiste essencialmente numa abordagem humanista e proativa, dirigida para o melhoramento permanente do Homem, do ponto de vista intelectual, afetivo emocional e espiritual, seja qual for sua origem ou etnia, crença ou religião, ideologia política ou profissão. Para a Eubiose, é o desenvolvimento harmonioso de todo o potencial humano que importa, tanto do ponto de vista individual, como do coletivo.



SF/18940.21263-73

Página: 2/3 11/06/2018 17:50:59

fa37bd971787be39ea7e1143559fbaea4ea1bc02



Ante o exposto, pedimos o apoio dos nobres pares a realização de tão importante homenagem à Sociedade Brasileira de Eubiose.

Sala das Sessões,



CRISTOVAM BUARQUE
Senador



SF/18940.21263-73

Senador (a)	Assinatura
Regina Souse	MR Souse
José Medeiros	
Ana Amélia (PP/RS)	
José Souse	
Paulo R. Joly	

Página: 3/3 11/06/2018 17:50:59

fa37bd971787be39ea7e1143559fbaea4ea1bc02





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 400, DE 2018

Requer, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, voto de pesar pelo falecimento do Deputado Estadual Guilherme Uchoa, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, nesta terça-feira, dia 3 de julho de 2018.

AUTORIA: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE)



[Página da matéria](#)



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO****REQUERIMENTO Nº , DE 2018**

Requeiro, nos termos do art. 218 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja consignado nos Anais desta Casa, VOTO DE PESAR pelo falecimento do Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Estadual Guilherme Uchoa, nesta terça-feira, dia 3 de julho de 2018.

JUSTIFICAÇÃO

Faleceu hoje no Recife, aos setenta e um anos, o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco, Deputado Estadual Guilherme Uchoa.

Em seu sexto mandato parlamentar, reeleito presidente da Assembleia Legislativa pelo sexto biênio consecutivo, Guilherme Aristóteles Uchoa Cavalcanti Pessoa de Melo, foi Governador em exercício por cinco vezes. Seguramente, uma das mais relevantes figuras políticas do Estado de Pernambuco.

Natural de Timbaúba, possuía bacharelado em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e era formado em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Caruaru. Exerceu a profissão de escrivão de polícia e aposentou-se como juiz de Direito, tendo atuado nas Comarcas de Palmeirinha, Angelim, Riacho das Almas, Caruaru, Cumaru, Goiana, Olinda e Recife.



SF/18574.44621-90



**SENADO FEDERAL**Gabinete do Senador **FERNANDO BEZERRA COELHO**

Como Presidente da Assembleia Legislativa, foi autor e contribuinte de importantes iniciativas responsáveis por modernizar Legislativo Pernambucano. Cite-se a construção do Edifício Governador Miguel Arraes de Alencar e o anexo ao prédio-sede que abrigam o novo Plenário da Assembleia, bem como os gabinetes parlamentares, a Primeira Secretaria e a Presidência, o que deu início à transformação do Palácio Joaquim Nabuco em museu e espaço de atividades culturais.

Também na sua gestão como Presidente, Uchoa elencou como prioridade de sua gestão a estruturação da TV Alepe e sua expansão para o interior do estado. Além disso, deu início à reforma do edifício anexo onde funcionam serviços administrativos da Casa. Realizou, dentre as diversas ações de valorização dos servidores, concurso público em 2014 para provimento de cem cargos efetivos.

O parlamentar representou a Assembleia em ações de grande relevo junto à Suprema Corte do país. Dentre elas, duas Ações Diretas de Inconstitucionalidade que obtiveram liminares favoráveis. Uma delas foi contra a redução do número de cadeiras no Parlamento Estadual. A outra questionou o modo de cobrança das taxas dos terrenos de marinha.

O estado de Pernambuco perde uma de suas mais significativas lideranças políticas. Apresento nossos sinceros sentimentos e solidariedade à família de Guilherme Uchoa, um homem de inúmeras qualidades, que tinha compromisso com o seu estado.

Sala das Sessões,

Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

SF/18574.44621-90





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 401, DE 2018

Requerem, nos termos dos arts. 218, III, "d" e 221, I, do RISF, Voto de pesar pelo falecimento do Dr. Edson Machado de Sousa, ex-diretor do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB e ex-presidente CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

AUTORIA: Senador Pedro Chaves (PRB/MS), Senadora Ana Amélia (PP/RS), Senador Airtton Sandoval (MDB/SP), Senador Alvaro Dias (PODE/PR), Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Cristovam Buarque (PPS/DF), Senador Dalirio Beber (PSDB/SC), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador José Medeiros (PODE/MT), Senador José Serra (PSDB/SP), Senador Lasier Martins (PSD/RS), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Reditario Cassol (PP/RO), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rodrigues Palma (PR/MT), Senador Rudson Leite (PV/RR), Senador Valdir Raupp (MDB/RO), Senador Waldemir Moka (MDB/MS)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Pedro Chaves

*A presidente,
freemonte-se
em 03.07.18.
João*



SF/18185.15763-75 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº *401* DE 2018

Senhor Presidente,

Requeremos, nos termos dos arts. 218, III, “d” e 221, I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do Dr. Edson Machado de Sousa, ex-diretor do Instituto de Educação Superior de Brasília – IESB e ex-presidente CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, bem como a apresentação de condolências aos familiares, bem como ao IESB e à toda comunidade acadêmica do Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

O Doutor Edson Machado de Sousa, 78 anos, faleceu no dia 20 de junho do presente ano. Dono de uma trajetória profissional brilhante, atuou por 32 anos no Ministério da Educação – MEC, onde foi Secretário de Educação Superior e presidente da CAPES, nesta por 8 anos. Foi secretário de Ciência e Tecnologia e membro do Conselho da Universidade das Nações Unidas, com sede em Tóquio.

Foi um intelectual brilhante que dedicou toda sua vida aos estudos da educação universitária nacional, tendo produzido muitos trabalhos sobre questões fundantes do ensino superior.

Página: 1/3 03/07/2018 10:03:01

fb1b48319fc4d96d426ab9c0d947bbbe335746a

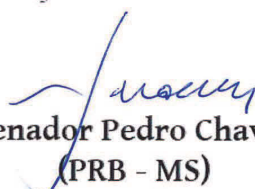


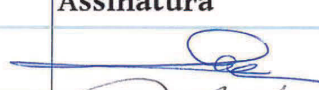
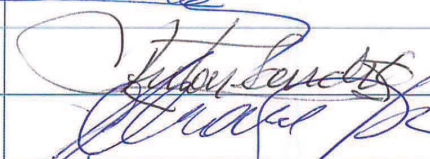
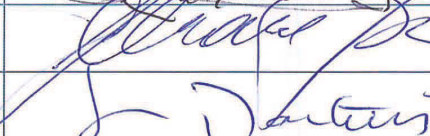

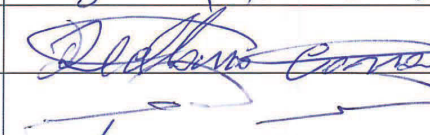


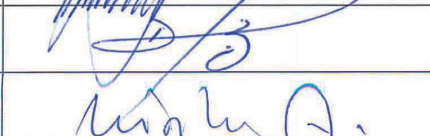
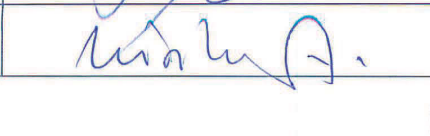
Além da esposa, Eda Coutinho, reitora do IESB, o Dr. Edson deixa os filhos Edineli, Edson Filho e Liliane, os netos Yuri, Pedro Emílio e João Pedro, nora e genro.

Ante o exposto, pedimos o apoio dos nobres pares a este relevante e oportuno requerimento.

Por último, solicitamos que este Voto de Pesar seja encaminhado aos familiares, bem como ao IESB e à toda comunidade acadêmica do Brasil.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2018.











Senador Pedro Chaves
(PRB - MS)
Senador

Nome do Senador	Assinatura
Ama Amélia (PP/RS)	
Antônio Sandoval	
ÁLVARO DIAS	
Lasier Martins	
Ediário Cassol	
Waldemar Roka	
VALDIR RAUPP	
Ediário BERBER	
CRISTOVAN	

Página: 2/3 03/07/2018 10:03:01

fb1b48319fc4d96d426ab9c00d947bbbe335746a



Nome do Senador	Assinatura
Antonio Anastasia	
Jose Medeiros	
Medeiros Ralene	
Reitor	
Silvane Teat	
Rudson Leite	
Paulo Renato Silva	
Eduardo Faria	
Paulo Leal	





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 402, DE 2018

Requer, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, da professora doutora Neide Gondim, ocorrido no sábado, 30 de junho de 2018 na cidade de Manaus , bem como a apresentação de condolências.

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)





REQUERIMENTO Nº DE

Exmo. Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais e de acordo com as tradições da Casa inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento, da professora doutora **Neide Gondim**, ocorrido no sábado, 30 de junho de 2018 na cidade de Manaus , bem como a apresentação de condolências.

JUSTIFICAÇÃO

É com profundo sentimento que apresento o presente voto de pesar aos familiares, amigos e colegas de trabalho da professora doutora **Neide Gondim**, que faleceu na manhã de sábado (30), após complicações cirúrgicas.

Mestre em Teoria Literária pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Gondim tornou-se referência nacional no que diz respeito ao tema Amazônia, especialmente quando publicou, em 1994, o livro intitulado “A invenção da Amazônia”, o qual aborda a visão colonialista sobre a região amazônica e sua perpetuação. De uma valia intelectual ímpar ao retratar a temática regional, Gondim ainda escreveu diversos livros, quais sejam: “A bolsa amarela – uma interpretação psicanalística” (1981); “Simá, Beiradão e Galvez, imperador do Acre” (1996); “Do paleolítico ao moderno: Mad Maria” (1998); “A



Amazônia de Jules Verne” (1998 e 1999); “O nacional e o regional na prosa de ficção do Amazonas” (2002); “A contribuição portuguesa para a literatura do Amazonas” (2005); e a reedição do “A invenção da Amazônia” (2007).

Sua atuação na área acadêmica sempre foi intensa, dedicando-se durante 30 anos à docência e pesquisa universitária. Desta forma, por tudo que representou em vida, tanto para seus familiares e entes queridos, quanto para seus incontáveis amigos, leitores, colegas de profissão, alunos e admiradores de seu trabalho, considero sua partida uma grande perda, e, por esse motivo, ofereço este Voto de Pesar.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2018.

Senadora Vanessa Grazziotin
(PCdoB - AM)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 403, DE 2018

Requer, nos termos do art. 222, do RISF, Voto de Congratulações e Aplausos a todos os integrantes do Boi Bumbá Caprichoso, que se destaca pelas cores azul e branco, por ter se sagrado vencedor no 53º Festival Folclórico de Parintins-AM com o desfile marcado pelo tema: “Sabedoria Popular uma Revolução Ancestral”, realizado no período de 28 de junho a 1º de julho do corrente ano

AUTORIA: Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB/AM)

DESPACHO: Encaminhe-se



[Página da matéria](#)



**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de aplauso Ao Senhor Presidente do Boi Bumbá Caprichoso, pela vitória alcançada no 53º Festival Folclórico de Parintins-AM com o desfile marcado pelo tema: “Sabedoria Popular uma Revolução Ancestral”, realizado no período de 28 de junho a 1º de julho do corrente ano.

Requeiro, ainda, que seja enviada cópia do presente voto, conforme dados em anexo.

JUSTIFICAÇÃO

O Festival Folclórico de Parintins-AM, além de grande evento folclórico reconhecido em nacionalmente, quiçá internacionalmente, reuniu este ano mais de 100.000 (cem mil) turistas entre brasileiros e estrangeiros, movimentando assim a economia do Município com recursos da ordem de R\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões) de reais, fora a geração de aproximadamente de 5.0000 (cinco mil) postos de empregos diretos e indiretos, em razão da contratação de mão-de-obra temporária em diversas áreas, contribuindo desta feita com a redução do desemprego na localidade.



Como sabido, Parintins-AM localiza-se na ilha de Tupinambarana, distante da Capital Manaus cerca de 369 (trezentos e sessenta e nove) quilômetros, onde se realiza anualmente o evento folclórico dos Bois Bumbás destinado a divulgar a beleza da cultura dos povos da Amazônia envolta por uma atmosfera de grande cultura, misticismo e encantos sobre a história e estórias dos povos guerreiros da maior floresta tropical do mundo.



SF/18061.31193-43 (LexEdit)

Não é demais relembrar também que os quesitos porque são avaliados os Boi Bumbás são bastante criteriosos, variando desde o Apresentador, passando pelo levantador de toadas, Batucada (no caso do Boi Garantido) ou Marujada (no caso do Boi Caprichoso), Ritual Indígena, Porta-Estandarte, Cunhã-Poranga, Evolução, Tribos Indígenas, Lenda Amazônica, Coreografia, até a Organização do Evento, afora outros itens, dentro de um contexto de rara e indiscutível beleza.

Por tais razões, que faço alicerçadas em nome da cultura e da divulgação do bom nome do meu Estado, é que solicito o deferimento do presente Requerimento em reconhecimento merecido a todos aqueles que se dedicam de corpo e alma para a grandeza e a glória do Amazonas.

Sala das Sessões, 3 de julho de 2018.

Senadora Vanessa Grazziotin
(PCdoB - AM)



Término de prazo



Encerrou-se em 29 de junho o prazo para interposição de recurso para apreciação do Plenário dos Projetos de Lei do Senado n^{os} 354 e 399, de 2017.

Não houve interposição de recursos.

Tendo sido aprovadas terminativamente pelas comissões competentes, as matérias vão à Câmara dos Deputados.



DELIBERAÇÕES DA ORDEM DO DIA

Projeto de Resolução nº 32/2018



**SENADO FEDERAL****PARECER Nº 121, DE 2018 – PLEN/SF**

Redação final do Projeto de Resolução nº 32, de 2018.

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação final do Projeto de Resolução nº 32, de 2018, que *autoriza o Município de Hortolândia, situado no Estado de São Paulo, a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).*

Senado Federal, em 3 de julho de 2018.

EUNÍCIO OLIVEIRA, PRESIDENTE

JOSÉ PIMENTEL, RELATOR

ANTONIO CARLOS VALADARES

CÁSSIO CUNHA LIMA



ANEXO DO PARECER Nº 121, DE 2018 – PLEN/SF

Redação final do Projeto de Resolução nº 32, de 2018.

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2018

Autoriza o Município de Hortolândia (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º É o Município de Hortolândia (SP) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de Infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável – Hortolândia – SP”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

- I – devedor: Município de Hortolândia (SP);
- II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);
- III – garantidor: República Federativa do Brasil;



IV – valor: até US\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de carência: até 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato;

VI – prazo de desembolso: até 6 (seis) meses para a solicitação do primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para a solicitação do último desembolso, contados a partir da data de assinatura do contrato;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 10.717.176,76 (dez milhões, setecentos e dezessete mil, cento e setenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e setenta e seis centavos) em 2018, US\$ 10.494.176,76 (dez milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, cento e setenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e setenta e seis centavos) em 2019, US\$ 10.416.496,76 (dez milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e noventa e seis dólares dos Estados Unidos da América e setenta e seis centavos) em 2020 e US\$ 10.372.149,72 (dez milhões, trezentos e setenta e dois mil, cento e quarenta e nove dólares dos Estados Unidos da América e setenta e dois centavos) em 2021;

VIII – amortização: 16 (dezesseis) prestações semestrais, consecutivas e, preferencialmente, iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas, vencendo-se a primeira após 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da data de assinatura do contrato;

IX – juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa *Libor* para empréstimos de 6 (seis) meses com uma margem de 1,95% a.a. (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento ao ano), sendo que o primeiro pagamento deverá ser feito em 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato, desde que ocorra algum desembolso durante esse período;

X – juros de mora: 2% a.a. (dois por cento ao ano) acrescidos aos juros a que se refere o inciso IX em caso de mora;

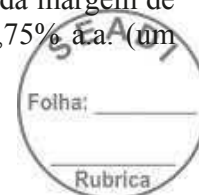
XI – comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, devida a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura contratual;

XII – comissão de financiamento: 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato e paga, no mais tardar, na oportunidade em que se realizar o primeiro desembolso;

XIII – gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos diretamente ao credor, no momento do primeiro desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contados a partir da data de início da vigência do contrato, o credor se obriga a financiar 20 (vinte) pontos básicos da margem de que trata o inciso IX do *caput*, reduzindo, nesse período, a margem para 1,75% a.a. (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento ao ano).



§ 3º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Hortolândia (SP) na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no *caput* é condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Hortolândia e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Mensagem nº 47/2018





Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 47, de 2018 - Evandro de Sampaio Didonet (Suíça e Liechtenstein)

Escolha do Senhor Evandro de Sampaio Didonet, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Matéria **MSF 47/2018**

Início Votação **03/07/2018 17:09:44** Término Votação **03/07/2018 17:52:48**

Sessão **103º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **03/07/2018 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
MDB	SP	Airton Sandoval	SECRETO
PODE	PR	Alvaro Dias	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PDT	RR	Ângela Portela	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PSDB	TO	Ataídes Oliveira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PP	PI	Ciro Nogueira	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalirio Beber	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PODE	PI	Elmano Férrer	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PROS	DF	Hélio José	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
DEM	RN	José Agripino	SECRETO
PODE	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PDT	TO	Kátia Abreu	SECRETO
PSD	RS	Lasier Martins	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
MDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PSDB	SC	Paulo Bauer	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PSD	PB	Raimundo Lira	SECRETO
PP	RO	Reditário Cassol	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PR	MT	Rodrigues Palma	SECRETO
PODE	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PV	RR	Rudson Leite	SECRETO

Emissão 03/07/2018 17:52:51



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 47, de 2018 - Evandro de Sampaio Didonet (Suíça e Liechtenstein)

Escolha do Senhor Evandro de Sampaio Didonet, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Confederação Suíça e, cumulativamente, no Principado de Liechtenstein.

Matéria **MSF 47/2018**

Início Votação **03/07/2018 17:09:44** Término Votação **03/07/2018 17:52:48**

Sessão **103º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **03/07/2018 14:00:00**

MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
MDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
PR	TO	Vicentinho Alves	SECRETO
MDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
DEM	GO	Wilder Moraes	SECRETO

Presidente: *Eunício Oliveira*

SIM:43

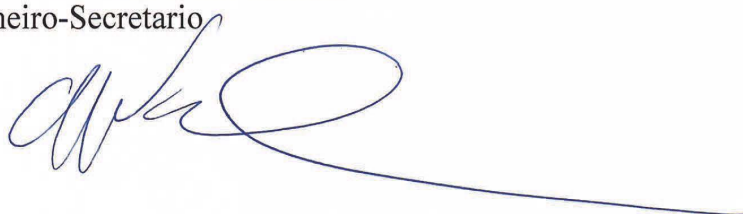
NÃO:2

ABST.: 2

PRESIDENTE:0

TOTAL:47

Primeiro-Secretario



Emissão 03/07/2018 17:52:52



Projeto de Resolução nº 31/2017





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 398, DE 2018

Requer, nos termos regimentais, urgência para o PRS 31/2017

AUTORIA: Comissão de Assuntos Econômicos



[Página da matéria](#)



*Amoradas,
em 03/07/2018.*

COMISSÃO DE ASSUNTOS
ECONÔMICOS

APROVADO EM 03/07/2018



SEN. TASSO JEREISSATI
PRESIDENTE DA CAE

REQUERIMENTO Nº 398, DE 2018

REQUERIMENTO Nº 45/CAE-2018

Nos termos regimentais, requeremos urgência para o Projeto de Resolução do Senado nº 31 de 2017, que “*Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos*”.

Em 03 de julho de 2018.



SENADOR

FERNANDO BEZERRA COELHO





Senado Federal
Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/07/2018 às 10h - 24ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB			
TITULARES		SUPLENTE	
RAIMUNDO LIRA		1. EDUARDO BRAGA	PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO		2. ROMERO JUCÁ	PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO		3. ELMANO FÉRRER	
ROSE DE FREITAS	PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA	PRESENTE
SIMONE TEBET	PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL	PRESENTE
VALDIR RAUPP	PRESENTE	6. VAGO	
FERNANDO BEZERRA COELHO	PRESENTE		

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)			
TITULARES		SUPLENTE	
GLEISI HOFFMANN		1. ACIR GURGACZ	
HUMBERTO COSTA		2. FÁTIMA BEZERRA	
JORGE VIANA	PRESENTE	3. PAULO PAIM	PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL	PRESENTE	4. REGINA SOUSA	
LINDBERGH FARIAS		5. PAULO ROCHA	PRESENTE
KÁTIA ABREU	PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES	

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
TITULARES		SUPLENTE	
TASSO JEREISSATI	PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA	PRESENTE
RICARDO FERRAÇO	PRESENTE	2. DALIRIO BEBER	PRESENTE
JOSÉ SERRA		3. FLEXA RIBEIRO	
RONALDO CAIADO		4. DAVI ALCOLUMBRE	
JOSÉ AGRIPINO	PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES	

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
TITULARES		SUPLENTE	
OTTO ALENCAR		1. SÉRGIO PETECÃO	
OMAR AZIZ		2. JOSÉ MEDEIROS	
CIRO NOGUEIRA		3. BENEDITO DE LIRA	

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)			
TITULARES		SUPLENTE	
LÚCIA VÂNIA		1. RUDSON LEITE	
LÍDICE DA MATA		2. CRISTOVAM BUARQUE	PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN	PRESENTE	3. VAGO	

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)			
TITULARES		SUPLENTE	
WELLINGTON FAGUNDES	PRESENTE	1. PEDRO CHAVES	PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO	PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA	
VAGO		3. RODRIGUES PALMA	PRESENTE

José Alexandre Girão M. da Silva
 Secretário da Comissão de Assuntos
 Econômicos - CAE



03/07/2018 15:10:13

Página 1 de 2

Página 3 de 3

Parte integrante do Avulso do RQS nº 398 de 2018.





SENADO FEDERAL

PARECER Nº 123, DE 2018 – PLEN/SF

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Projeto de Resolução nº 31, de 2017, nos termos da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta a redação do vencido, para o turno suplementar, do Projeto de Resolução nº 31, de 2017, que *altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos*, nos termos da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo), aprovada pelo Plenário.

Senado Federal, em 3 de julho de 2018.

CÁSSIO CUNHA LIMA, PRESIDENTE

JOSÉ PIMENTEL, RELATOR

ANTONIO CARLOS VALADARES

SÉRGIO PETECÃO



ANEXO DO PARECER Nº 123, DE 2018 – PLEN/SF

Redação do vencido, para o turno suplementar, do Projeto de Resolução nº 31, de 2017, nos termos da Emenda nº 1 – CAE (Substitutivo).

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, _____, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

RESOLUÇÃO
Nº _____, DE 2018

Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, para possibilitar aos consórcios públicos o recebimento de recursos decorrentes de operações de crédito.

O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 2º

.....

§ 1º

§ 2º Compreendem-se no inciso I do *caput* os consórcios públicos dos quais os entes da Federação participem, observadas as seguintes vedações:

I – o consórcio público não deve ter como objetivo único a contratação de operações de crédito;



II – a União não deve figurar como consorciada.” (NR)

“Art. 20-A. Para os consórcios públicos, os limites e as condições para a realização de operações de crédito de que trata este Capítulo deverão ser atendidos individualmente por cada ente da Federação consorciado.

§ 1º Para a avaliação dos limites e das condições individuais a que se refere o *caput*, o consórcio público deverá, no momento da proposta de contratação de operação de crédito, eleger uma das seguintes formas de apropriação do valor total da operação entre os consorciados:

I – a quota-parte do ente da Federação no contrato de rateio vigente no momento da contratação da operação de crédito; ou

II – a quota de investimentos decorrentes da operação de crédito que o consórcio público planejou para cada ente da Federação consorciado, admitida inclusive a hipótese de que um ou mais consorciados não tenham quota em determinada operação.

§ 2º Quando a operação de crédito exigir garantias e contragarantias para sua realização, ambas deverão ser oferecidas pelos entes da Federação consorciados de forma proporcional à apropriação do valor total da operação definida nos termos do § 1º.”

“Art. 20-B. A alteração do contrato de consórcio público, com a retirada ou a exclusão de um ou mais entes da Federação, implica:

I – no caso da exclusão de ente da Federação do consórcio público prevista no § 5º do art. 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, a execução imediata de garantias e contragarantias daquele ente da Federação, com proporcional redução das obrigações do consórcio junto ao credor;

II – no caso da retirada do ente da Federação do consórcio público prevista no art. 11 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, a manutenção das obrigações decorrentes da operação de crédito, devendo o ente da Federação optar, no ato de sua saída, pela:

a) manutenção dos respectivos pagamentos ao consórcio; ou

b) execução das garantias e das contragarantias com proporcional redução das obrigações do consórcio junto ao credor.

§ 1º A retirada ou a exclusão de ente da Federação do consórcio público deverá ser comunicada ao ofertante de garantias e contragarantias e ao credor em até 5 (cinco) dias úteis após o ato formal que oficialize a alteração do contrato de consórcio público.

§ 2º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para realizar as comunicações a que se refere o § 1º.



§ 3º Caso ente da Federação se retire do consórcio público e fique inadimplente com os pagamentos previstos na alínea “a” do inciso II do *caput*, executar-se-ão as garantias e as contragarantias imediatamente.

§ 4º Mediante previsão do contrato de consórcio público, a suspensão de ente da Federação do consórcio público prevista no § 5º do art. 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, poderá ser equiparada à retirada do ente para a manutenção das obrigações a que se refere o inciso II do *caput* deste artigo.”

“Art. 20-C. A extinção do contrato de consórcio público não altera as responsabilidades financeiras, os limites a que se refere o art. 6º ou as garantias e as contragarantias oferecidas em decorrência de operação de crédito contratada na vigência do contrato de consórcio público.

Parágrafo único. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes que tenham se apropriado de investimentos decorrentes de operação de crédito de forma superior ao ônus assumido até o momento da extinção do contrato de consórcio público.”

“Art. 35-A. Para os consórcios públicos, os requisitos previstos neste Capítulo para instruir os pedidos de autorização para a realização de operações de crédito deverão ser atendidos, individualmente, por cada ente da Federação consorciado.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.



Mensagem nº 41/2018



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 41, de 2018 - Tovar da Silva Nunes (Rússia e Uzbequistão)

Escolha do Senhor Tovar da Silva Nunes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Matéria **MSF 41/2018**

Início Votação **03/07/2018 18:09:48** Término Votação **03/07/2018 18:43:44**

Sessão **103º Sessão Deliberativa Ordinária**

Data Sessão **03/07/2018 14:00:00**

Partido	UF	Nome Senador	Voto
MDB	SP	Airton Sandoval	SECRETO
PP	RS	Ana Amélia	SECRETO
PSDB	MG	Antonio Anastasia	SECRETO
PSB	SE	Antonio C Valadares	SECRETO
PTB	PE	Armando Monteiro	SECRETO
PP	AL	Benedito de Lira	SECRETO
PSDB	PB	Cássio Cunha Lima	SECRETO
PPS	DF	Cristovam Buarque	SECRETO
PSDB	SC	Dalirio Beber	SECRETO
MDB	SC	Dário Berger	SECRETO
MDB	AM	Eduardo Braga	SECRETO
PODE	PI	Elmano Férrer	SECRETO
MDB	PE	Fernando Coelho	SECRETO
PSDB	PA	Flexa Ribeiro	SECRETO
PT	PR	Gleisi Hoffmann	SECRETO
PROS	DF	Hélio José	SECRETO
MDB	PA	Jader Barbalho	SECRETO
MDB	MA	João Alberto Souza	SECRETO
PSB	AP	João Capiberibe	SECRETO
PT	AC	Jorge Viana	SECRETO
PODE	MT	José Medeiros	SECRETO
PT	CE	José Pimentel	SECRETO
PSDB	SP	José Serra	SECRETO
PDT	TO	Kátia Abreu	SECRETO
PSD	RS	Lasier Martins	SECRETO
PT	RJ	Lindbergh Farias	SECRETO
PSB	GO	Lúcia Vânia	SECRETO
PR	ES	Magno Malta	SECRETO
MDB	SP	Marta Suplicy	SECRETO
PSD	AM	Omar Aziz	SECRETO
PT	RS	Paulo Paim	SECRETO
PT	PA	Paulo Rocha	SECRETO
PT	PI	Regina Sousa	SECRETO
-	DF	Reguffe	SECRETO
PSDB	ES	Ricardo Ferraço	SECRETO
PR	MT	Rodrigues Palma	SECRETO
PODE	RJ	Romário	SECRETO
DEM	GO	Ronaldo Caiado	SECRETO
PODE	ES	Rose de Freitas	SECRETO
PV	RR	Rudson Leite	SECRETO
PSD	AC	Sérgio Petecão	SECRETO

Emissão 03/07/2018 18:43:50



Senado Federal
55ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa Ordinária

Votação Secreta

Mensagem nº 41, de 2018 - Tovar da Silva Nunes (Rússia e Uzbequistão)

Escolha do Senhor Tovar da Silva Nunes, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Federação Russa e, cumulativamente, na República do Uzbequistão.

Matéria **MSF 41/2018** Início Votação **03/07/2018 18:09:48** Término Votação **03/07/2018 18:43:44**

Sessão **103ª Sessão Deliberativa Ordinária** Data Sessão **03/07/2018 14:00:00**

MDB	MS	Simone Tebet	SECRETO
MDB	RO	Valdir Raupp	SECRETO
PCdoB	AM	Vanessa Grazziotin	SECRETO
MDB	MS	Waldemir Moka	SECRETO
PR	MT	Wellington Fagundes	SECRETO
DEM	GO	Wilder Moraes	SECRETO

Presidente: *Eunício Oliveira*

SIM:45 NÃO:1 ABST.: 1 PRESIDENTE:0 TOTAL:47

Primeiro-Secretario

Emissão 03/07/2018 18:43:51



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

PARECERES APROVADOS EM COMISSÕES





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 54, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2017 - Complementar, do Senador Dalirio Beber, que Modifica a Lei Complementar nº 101, de 4 maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorrentes do § 1º do art. 20 da Constituição Federal sejam consideradas para fins de cálculo dos limites da despesa total com pessoal.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho

03 de Julho de 2018

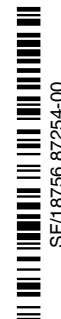




SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Fernando Bezerra Coelho

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2017 – Complementar, do Senador Dalírio Beber, que *modifica a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorrentes do § 1º do art. 20 da Constituição Federal sejam consideradas para fins de cálculo dos limites da despesa total com pessoal.*



RELATOR: Senador FERNANDO BEZERRA COELHO

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 334, de 2017 – Complementar.

O PLS nº 334, de 2017 – Complementar, de autoria do Senador Dalírio Beber, “*modifica a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências, para vedar que as receitas dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios decorrentes do § 1º do art. 20 da Constituição Federal sejam consideradas para fins de cálculo dos limites da despesa total com pessoal*”.

De acordo com a proposição, as receitas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios provenientes da participação no resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de



2³

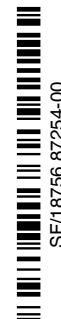
geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação financeira, não devem compor sua receita corrente líquida, para fins de apuração de seus limites com despesas de pessoal, de que tratam os artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Para tanto, promove alteração no art. 2º da LRF, acrescentando a alínea “d” ao seu inciso IV, que trata da definição da receita corrente líquida (RCL) para os todos os efeitos previstos na referida Lei.

Por fim, com vistas a que a adequação aos novos limites das despesas com pessoal não se dê de forma abrupta, uma vez que, necessariamente, os procedimentos propostos para a apuração da RCL implicarão limites inferiores, o PLS nº 334, de 2017 – Complementar prevê um período de transição de onze anos para que se realize a devida adequação, com expurgo da RCL de 5% e 10% das receitas de compensações financeiras a partir do início do primeiro e do segundo exercícios financeiros subsequentes à publicação da Lei, respectivamente. A partir do terceiro exercício, o percentual de expurgo sofrerá acréscimo de 10 pontos percentuais por exercício, até totalizar 100% ao final da regra de transição.

Adicionalmente, com o intuito de não criar restrições adicionais às finanças das unidades da Federação que porventura participem ou venham a aderir ao Regime de Recuperação Fiscal, instituído pela Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, o projeto prevê, também, a suspensão da aplicação do procedimento proposto e, logicamente, da regra de transição, enquanto o Regime estiver vigente.

Conforme justificação do projeto, as *receitas recebidas pelos estados, Distrito Federal e municípios decorrentes da aplicação do § 1º do art. 20 da Constituição Federal, chamadas de compensações financeiras ou de royalties, são justas e, para alguns estados e municípios, podem ser de valor significativo. Todavia, essas receitas têm a característica de serem voláteis, seja pela oscilação dos preços da energia elétrica e das substâncias minerais, inclusive petróleo e gás natural, seja pela variação da produção, provocada pelo regime hidrológico instável, no caso da geração hidroelétrica, ou, no caso da extração mineral, pelo esgotamento paulatino das jazidas.*



SF/18756.87254-00



Essa volatilidade desaconselha que tais receitas sejam utilizadas como base de cálculo para a apuração das despesas com pessoal, que são usualmente de caráter continuado.

Em 19 de setembro de 2017, o PLS nº 334, de 2017 – Complementar foi distribuído para análise desta Comissão de Assuntos Econômicos.

II – ANÁLISE

Compete a esta Comissão, nos termos do art. 99, inciso IV, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre proposições relativas a finanças públicas e normas gerais sobre direito tributário, financeiro e econômico.

A matéria objeto da proposição, qual seja, alteração do conceito de RCL, constante do art. 2º da LRF, trata de questões atinentes ao direito financeiro, sujeita, nos termos constitucionais, a legislação concorrente da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.

Dessa forma, a disciplina da matéria é condizente com a competência legislativa da União (art. 24 da Constituição Federal – CF) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da CF), não havendo impedimentos constitucionais formais nem materiais. Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

Assim, o projeto de lei em exame não apresenta vício de constitucionalidade quanto à iniciativa parlamentar para a instauração do processo legislativo, nem relativamente à matéria nele tratada. Como estipulado no art. 48 da CF, cabe ao Congresso Nacional, com a sanção do Presidente da República, dispor sobre todas as matérias de competência da União, nas quais se incluem, certamente, a referente ao conceito de RCL e sua utilização para a definição dos limites das despesas com pessoal. Não há, nos termos dispostos no art. 61, combinado com o art. 84, ambos da CF, prescrição de iniciativa privativa do Presidente da República na matéria tratada no projeto.

De resto, não há reparos a fazer ao texto, salientando, ainda, que o projeto está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a



SF/18756.87254-00



consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal.

Relativamente ao mérito, com o qual concordamos, pretende-se com o projeto retirar o viés que as receitas provenientes dos *royalties* e das compensações financeiras impõem às finanças públicas estaduais e municipais, sobretudo pelo que induzem aumentos de suas despesas de custeio em períodos de crescimento daquelas receitas.

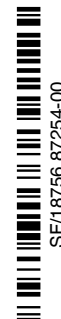
Como se sabe, nos termos do § 1º do art. 20 da CF, a cobrança de *royalties* tem como finalidade recompor financeiramente os prejuízos ou danos causados (externalidades negativas) pela atividade econômica na exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, assim como proporcionar meio de remunerar a Administração pelos ganhos obtidos por essa atividade.

Dessa forma, são receitas que nos estados, Distrito Federal e municípios são classificadas como receita corrente originada de transferências correntes de origem patrimonial e que, por se tratar de prestação pecuniária compulsória instituída por lei, geralmente podem se destinar a atender despesas relacionadas a uma finalidade pública específica, sendo impedida sua aplicação em certas despesas, notadamente sua aplicação para custeio de quaisquer despesas com pessoal.

Estas limitações são plenamente oportunas, pois se deve ter em conta que os recursos advindos dos *royalties* são uma receita finita e instável.

Nessa perspectiva, na nossa compreensão, a RCL, enquanto parâmetro para a estipulação de limites para os gastos com pessoal, incorpora deficiência conceitual. Isso porque, sua apuração, como hoje estabelecida na LRF, incorpora as receitas de *royalties*, que não podem ser utilizadas para custear despesas com pessoal. Portanto, a RCL não é eficaz no controle dessas despesas dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, uma vez que não reflete suas efetivas disponibilidades financeiras para custear despesas com pessoal.

Contrariamente, por inflar as disponibilidades financeiras, noção que embasa o conceito de RCL, a adoção desse parâmetro estimula e induz o crescimento das despesas com pessoal. Daí a oportunidade e a



adequação que o projeto propõe para o aprimoramento da apuração ajustada da RCL.

A propósito, vale mencionar que dentre as deduções hoje possíveis para a apuração da RCL são listadas, entre outras, a contribuição dos servidores ao regime próprio de previdência e a compensação entre o INSS e os sistemas locais de aposentadoria e pensão. A pretendida exclusão das receitas dos *royalties*, como esses dois abatimentos, escoram-se na noção de tratamento simétrico levado a efeito para a apuração da RCL, ou seja, todas essas exclusões têm em comum a não oneração da despesa de pessoal. Nota-se que, no caso das contribuições, prevalece o conceito de gasto líquido de pessoal, a parcela de fato suportada pela entidade estatal.

Por fim, cumpre destacar que o procedimento pretendido com o projeto não representa singularidade no ordenamento jurídico nacional. Com a edição da Emenda Constitucional nº 86, de 17 de março de 2015, que engendrou o denominado “orçamento impositivo”, os valores recebidos pelos estados e municípios, que tenham por origem emendas individuais ao Orçamento da União (emendas de Deputados ou Senadores), não integram a base de cálculo para a RCL para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal. Ou seja, esses valores, ainda que classificáveis como receitas correntes, não podem compor a base de cálculo da RCL para fins do cálculo dos limites das despesas com pessoal, muito embora continuem onerando a base de cálculo em outros demonstrativos que utilizam a RCL, tais como o montante da reserva de contingência, da dívida consolidada líquida, das operações de crédito, do serviço da dívida, das operações de crédito por antecipação de receita orçamentária e das garantias do ente.

Dessa forma, nos temos do art. 1º dessa Emenda Constitucional, o art. 166 da CF foi alterado com a incorporação de diversos dispositivos, em particular pelo acréscimo de seu § 13, *in verbis*:

Art. 166. Os projetos de lei relativos ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias, ao orçamento anual e aos créditos adicionais serão apreciados pelas duas Casas do Congresso Nacional, na forma do regimento comum.

.....

§ 13 Quando a transferência obrigatória da União, para a execução da programação prevista no §11 deste artigo, for destinada a Estados, ao Distrito Federal e a Municípios, independerá da adimplência do ente federativo destinatário e não integrará a base de



7
6

cálculo da receita corrente líquida para fins de aplicação dos limites de despesa de pessoal de que trata o caput do art. 169.

.....

Em conclusão, a adoção da sistemática de deduções prevista no PLS nº 334, de 2017 – Complementar, inegavelmente, conforma procedimento que, em última instância, reduz a margem para realização de despesas com pessoal, possibilitando aos entes adequarem as distorções verificadas em seu perfil de comprometimento da arrecadação corrente com despesas com pessoal aos limites definidos nos artigos 18 a 20 da LRF.

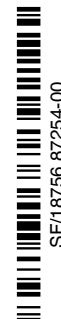
III – VOTO

Em face dos argumentos expostos, somos pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 334, de 2017 – Complementar.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/07/2018 às 10h - 24ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. ACIR GURGACZ
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. RUDSON LEITE
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VAGO	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 334/2017)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QE PASSA A CONSTITUIR O
PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

03 de Julho de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 55, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2017, do Senador Antonio Carlos Valadares, que Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senadora Maria do Carmo Alves

RELATOR ADHOC: Senadora Kátia Abreu

03 de Julho de 2018



PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2017, do Senador Antonio Carlos Valadares, que *altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar a contratação de operações de crédito externo e interno pelos consórcios públicos.*



Relatora: Senadora **MARIA DO CARMO ALVES**

I – RELATÓRIO

É submetido à apreciação desta Comissão o Projeto de Resolução (PRS) nº 31, de 2017, de autoria do Senador Antonio Carlos Valadares, que altera a Resolução do Senado Federal (RSF) nº 43, de 21 de dezembro de 2001.

O PRS nº 31, de 2017, possibilita aos consórcios públicos estaduais ou municipais, constituídos sob a forma de pessoa jurídica de direito público ou privado, contratar operações de crédito externo e interno. Determina ainda que os limites, as vedações e as demais condições e exigências previstas pela Resolução nº 43, de 2001, para a contratação de operação de crédito serão observados, individualmente, por cada ente que dele participe.

Na justificção, o autor enfatiza que *o presente Projeto de Resolução do Senado busca assegurar a possibilidade de consórcios públicos estaduais ou municipais contratarem operações de crédito internas ou externas. A ausência de uma referência expressa aos consórcios públicos na Resolução do Senado Federal nº 43, de 2001, que disciplina os limites, garantias e condições de autorização para operações de crédito dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, tem sido motivo para a Secretaria do Tesouro Nacional não acatar pedidos de operações de crédito envolvendo essas entidades.*



2³

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

II – ANÁLISE

O Projeto de Resolução nº 31, de 2017, não apresenta óbices de natureza constitucional, jurídica ou regimental, pois se refere à regulamentação do exercício de competência privativa constitucionalmente atribuída ao Senado Federal, nos termos do art. 52, incisos V a IX, da Constituição.

Ademais, reveste-se sob a forma de resolução, como prevê o art. 213, inciso III, do Regimento Interno do Senado Federal.

Em termos de técnica legislativa, convém frisar que a Resolução nº 43, de 2001, é a norma do Senado Federal que regulamenta o exercício da competência privativa a que acabamos de nos referir, procedendo de forma acertada o projeto ao pretender alterar norma própria preexistente. De resto, não há reparos a fazer ao texto, salientando, ainda, que o projeto está de acordo com a Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, conforme determina o parágrafo único do art. 59 da Constituição Federal, e estabelece normas para a consolidação dos atos normativos que menciona, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001.

Assim, o projeto de resolução em exame não apresenta vício de constitucionalidade, nem quanto à iniciativa parlamentar para a instauração do processo legislativo, nem relativamente à matéria nele tratada. Adicionalmente, todos os requisitos regimentais pertinentes à matéria foram cumpridos.

É verdade que as Resoluções do Senado Federal atualmente em vigor e que regulamentam esse preceito constitucional, as de nºs 40 e 43, de 2001, não explicitam os consórcios públicos entre os entes habilitados a pleitear e contratar operações de crédito.

A despeito dessa constatação, cumpre ressaltar que a literatura jurídica sobre a natureza dos consórcios tende a entendê-los como entidades integrantes da administração indireta dos entes associados, de forma que, implicitamente, estariam submetidos às disposições das referidas resoluções, sendo, portanto, em princípio, habilitados a realizar operações de crédito.

II2018-04956



Enfatize-se que a Lei nº 11.107, 6 de abril de 2005, que *dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos e dá outras providências*, determina, explicitamente, que o consórcio público com personalidade de direito público integra a administração indireta de todos os entes da Federação consorciados, incluindo-o entre as autarquias, submetendo-se, assim, ao controle de seu endividamento pelo Senado Federal.

A alteração proposta à Resolução nº 43, de 2001, é, portanto, pertinente e meritória, possibilitando que aquelas associações, hoje restringidas em seu direito de acesso ao crédito, devido à referida lacuna legal, tenham, expressamente, delimitadas as responsabilidades das partes envolvidas nas associações e, conseqüentemente, demarcadas as condições sob as quais se processará a apuração da observância dos limites globais e demais exigências para a contratação das operações de crédito.

A relevância do projeto se manifesta ainda em sua importância para que se viabilize, aos municípios com população inferior a noventa mil habitantes, o acesso a operações de crédito externo. Como se sabe, esses municípios, hoje, estão, na prática, impedidos de pleitear operações de crédito externo, pois a Comissão de Financiamentos Externos (COFIEEX) somente analisa e credencia pleitos, com garantia da União, de municípios com populações superiores a esse número, conforme a sua Resolução nº 294, de 18 de setembro de 2006. Obviamente, a não concessão de garantia da União praticamente inviabiliza que esses entes tenham acesso ao crédito externo. Também nesse contexto, entendemos meritório e oportuno o Projeto de Resolução nº 31, de 2017.

Destaque-se, porém, que o PRS nº 31, de 2017, antes de contornar situação impeditiva de acesso de pequenos municípios ao crédito externo, facilita e confere maior efetividade e eficácia às ações dos consórcios públicos, ao regulamentar o seu acesso ao mercado financeiro, interno e internacional.

A propósito, vale ressaltar que os consórcios racionalizam o uso dos recursos públicos e seu acesso ao crédito – desde que respeitados os limites e condições impostos aos consorciados – contribuirá para uma maior eficiência administrativa e para melhorar a qualidade dos serviços ofertados. Dessa forma, o PRS nº 31, de 2017, vai muito além da simples anulação de restrição hoje imposta àqueles municípios.



SF/18486.89186-61



Entretanto, em conformidade com a própria lei que regulamenta os consórcios públicos (Lei nº 11.107, de 2005), entendemos que o PRS nº 31, de 2017, não pode se descuidar do controle que deve ser exercido sobre os impactos dessas operações financeiras no endividamento público.

De acordo com a referida lei, os diversos recursos empregados por cada um dos partícipes dos consórcios públicos variam em função do montante de suas receitas, de sua população e dos bens e serviços disponíveis. Nada mais apropriado do que lhes assegurar a possibilidade de acesso aos empréstimos e financiamento, mantendo essa característica que os individualiza no âmbito da associação que venham a formar e que preserva a sua autonomia constitucional.

É o que pretendemos com os aperfeiçoamentos que propomos, nos termos de emenda substitutiva que apresentamos na conclusão deste parecer.

Essa emenda visa detalhar os procedimentos a serem observados por cada participante do consórcio no cumprimento das condições e limites de endividamento de que tratam as referidas resoluções do Senado Federal.

Nesse sentido, para viabilizar essa avaliação individual, o consórcio público deverá definir, no momento da contratação da operação de crédito, a forma a ser adotada para a repartição das parcelas de seu valor total entre os consorciados. Para tanto, ou se utiliza a quota parte do ente da Federação no contrato de rateio vigente no momento da contratação do crédito, ou a quota de investimentos atribuída a cada ente consorciado, incluída a hipótese de que um ou mais consorciados não assumam parcelas de responsabilidades em determinada operação.

Esse mesmo critério deverá ser observado relativamente às garantias e contragarantias a serem prestadas pelos entes consorciados, ou seja, elas deverão se limitar a valores proporcionais ao valor apropriado por cada ente.

Ademais, a emenda que apresentamos acresce novos dispositivos à Resolução nº 43, de 2001, os arts. 20-B e 20-C, para tratar das responsabilidades financeiras dos entes associados nos casos de sua retirada ou de sua exclusão do consórcio público ou de extinção de seu contrato.

II2018-04956



SF/18486.89186-61



A exclusão de ente consorciado nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 11.107, de 2005, ou seja, em decorrência do não cumprimento de despesas assumidas por meio de contrato de rateio do empréstimo, implicará imediata execução das garantias e contragarantias por ele oferecidas, com consequente e proporcional redução das obrigações do consórcio junto ao credor.

Já nas situações de retirada de um ente consorciado, de que trata o art. 11 da referida Lei nº 11.105, de 2005, ou seja, nos termos e na forma previamente disciplinada por lei, fica facultado a esse ente manter o pagamento das obrigações financeiras assumidas com a contratação de operação de crédito. Em caso de inadimplência desses pagamentos, será imediatamente procedida a execução das garantias e contragarantias concedidas.

Por último, nos casos de extinção do contrato de consórcio público, propomos que fiquem mantidas as responsabilidades financeiras assumidas em decorrência de operação de crédito contratada durante sua vigência e, em casos de dúvidas sobre a responsabilização financeira de cada ente acerca das obrigações remanescentes, os entes consorciados deverão responder solidariamente por essas obrigações, até que haja decisão que indique os respectivos responsáveis, assegurado o direito de regresso sobre os entes que tenham se apropriado de investimentos decorrentes de operação de crédito de forma superior ao ônus financeiro assumido até o momento da extinção do contrato.

Por fim, vale ressaltar que mantivemos no projeto a vedação da constituição de consórcios públicos tão somente para fins de contratação de operações de crédito, reforçando as diretrizes e os objetivos da própria Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, e o disposto no *caput* do art. 3º do Decreto nº 6.017, de 2007, que o regulamenta, em atendimento à determinação emanada do art. 241 da Constituição. Reitera-se, assim, que a obtenção de crédito não se encontra entre os objetivos fundamentais dos consórcios.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Resolução do Senado nº 31, de 2017, na forma da emenda substitutiva que apresentamos a seguir:

II2018-04956



SF/18486.89186-61



7
6**EMENDA Nº 1 – CAE (SUBSTITUTIVO)****PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO Nº 31, DE 2017**

Altera a Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, para possibilitar aos consórcios públicos o recebimento de recursos decorrentes de operações de crédito.



O SENADO FEDERAL resolve:

Art. 1º A Resolução do Senado Federal nº 43, de 21 de dezembro de 2001, passa a vigorar com as seguintes modificações, numerando-se seu parágrafo único como § 1º:

“Art. 2º

I –
.....

§ 1º

§ 2º Compreendem-se no inciso I do *caput* os consórcios públicos dos quais os entes da Federação participem, observadas as seguintes vedações:

I - o consórcio público não deve ter como objetivo único a contratação de operações de crédito;

II - a União não deve figurar como consorciada.” (NR)

“Art. 20-A. Para os consórcios públicos, os limites e condições para a realização de operações de crédito de que trata este Capítulo deverão ser atendidos individualmente por cada ente da Federação consorciado.

§ 1º Para a avaliação dos limites e condições individuais a que se refere o *caput*, o consórcio público deverá, no momento da proposta de contratação de operação de crédito, eleger uma das duas formas de apropriação do valor total da operação entre os consorciados:

II2018-04956



I – a quota parte do ente da Federação no contrato de rateio vigente no momento da contratação da operação de crédito; ou

II – a quota de investimentos decorrentes da operação de crédito que o consórcio público planejou para cada ente da Federação consorciado, comportando inclusive a hipótese de que um ou mais consorciados não tenham quota em determinada operação.

§ 2º Quando a operação de crédito exigir garantias e contragarantias para sua realização, estas deverão ser oferecidas pelos entes da Federação consorciados de forma proporcional à apropriação do valor total da operação definida nos termos do §1º.”

“Art. 20-B A alteração do contrato de consórcio público, com a retirada ou exclusão de um ou mais entes da Federação, implica:

I - no caso da exclusão de ente da Federação do consórcio público prevista no art. 8º, §5º, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, na execução imediata de garantias e contragarantias daquele ente da Federação, com proporcional redução das obrigações do consórcio junto ao credor.

II - no caso da retirada do ente da Federação do consórcio público prevista no art. 11 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, na manutenção das obrigações decorrentes da operação de crédito, com o ente da Federação optando no ato de sua saída pela:

a) manutenção dos respectivos pagamentos ao consórcio; ou

b) execução das garantias e contragarantias com proporcional redução das obrigações do consórcio junto ao credor.

§ 1º A retirada ou exclusão de ente da Federação do consórcio público deverá ser comunicada ao ofertante de garantias e contragarantias e ao credor em até cinco dias úteis após o ato formal que oficialize a alteração do contrato de consórcio público.

§ 2º Os entes consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o consórcio público, são partes legítimas para realizar as comunicações a que se refere o §1º.

§ 3º Caso ente da Federação se retire do consórcio público e fique inadimplente com os pagamentos previstos na alínea *a* do inciso II do *caput*, executar-se-ão as garantias e contragarantias imediatamente.

§ 4º Mediante previsão do contrato de consórcio público, a suspensão de ente da Federação do consórcio público prevista no art. 8º, §5º, da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, poderá ser equiparada à



SF/18486.89186-61



8⁹

retirada do ente para a manutenção das obrigações a que se refere o inciso II do *caput*. ”

“Art. 20-C A extinção do contrato de consórcio público não altera as responsabilidades financeiras, os limites a que se refere o art. 6º ou as garantias e contragarantias oferecidas em decorrência de operação de crédito contratada quando da vigência do contrato de consórcio público.

Parágrafo único. Até que haja decisão que indique os responsáveis por cada obrigação, os entes consorciados responderão solidariamente pelas obrigações remanescentes, garantido o direito de regresso em face dos entes que tenham se apropriado de investimentos decorrentes de operação de crédito de forma superior ao ônus assumido até o momento da extinção do contrato de consórcio público. ”

“Art. 35-A. Para os consórcios públicos, os requisitos previstos neste Capítulo para instruir os pedidos de autorização para a realização de operações de crédito deverão ser atendidos, individualmente, por cada ente da Federação consorciado. ”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora



II2018-04956



DECISÃO DA COMISSÃO

(PRS 31/2017)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CAE (SUBSTITUTIVO).

03 de Julho de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 56, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 294, de 2014, do Senador Wilson Matos, que Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que “estabelece as diretrizes e bases da educação nacional”, para dispor sobre a avaliação dos professores na educação básica pública.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Cristovam Buarque

03 de Julho de 2018



COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

PARECER Nº DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, ao Projeto de Lei do Senado nº 294 de 2014, que dispõe sobre a avaliação dos professores na educação básica pública.

SF/18276.23925-31

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Após a leitura e discussão do relatório no dia 15/05/2018, o nobre Senador Fernando Bezerra Coelho levantou questão quanto à compatibilidade com o Novo Regime Fiscal, mais conhecido como Teto dos Gastos (Emenda Constitucional nº 95/2016), da indicação de fonte de recursos proveniente de extinção de gasto tributário para cobrir a despesa decorrente da aprovação da presente proposta na forma do substitutivo apresentado.

Na oportunidade, foi concedida vista coletiva para que se pudesse dirimir a questão.

De acordo com nossa proposta de substitutivo, os docentes cujas escolas obtiverem resultados acima da média nacional farão jus ao recebimento de bônus salarial nos termos do regulamento. Por outro lado, os docentes de escolas que obtiverem baixo desempenho terão prioridade no aperfeiçoamento profissional continuado, previsto no inciso II do art. 67 da Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB).

Primeiramente, solicitamos à Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (CONORF) desta Casa, a estimativa do impacto



2³

orçamentário e financeiro do substitutivo que ora apresentamos. Adotando a premissa de bônus individual de mil reais por ano, pago a metade dos docentes, estimou-se o impacto do substitutivo em R\$ 952 milhões ao ano, distribuídos entre os entes estatais proporcionalmente ao número de docentes das respectivas redes de ensino.

Por fim, indicamos a extinção dos incentivos fiscais ao setor de termoeletricidade, revogando a Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001, o que gerará uma redução de R\$ 1,23 bilhão nos gastos tributários da União, montante suficiente para custear o pagamento do bônus salarial dos professores da educação básica e estimular o poder público e o setor produtivo a investirem em fontes limpas e renováveis para geração de energia.

II – ANÁLISE

De modo a atender a preocupação do Senador Fernando Bezerra Coelho e dos demais membros desta Comissão, solicitamos à CONORF que analisasse a compatibilidade da fonte de recursos indicada para cobrir as despesas com o pagamento de bônus salarial aos professores em relação ao Teto dos Gastos e a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

Vejamos o que diz o Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias (ADCT) na forma da Emenda Constitucional nº 95/2016:

“Art. 113. A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita **deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.**” (grifos nossos)

Por sua vez, a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF) determina que:

“Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:
I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

.....
§ 1º Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:



I - adequada com a lei orçamentária anual, a despesa objeto de dotação específica e suficiente, ou **que esteja abrangida por crédito genérico, de forma que somadas todas as despesas da mesma espécie, realizadas e a realizar, previstas no programa de trabalho, não sejam ultrapassados os limites estabelecidos para o exercício;**
.....” (grifos nossos)

“Art. 17. Considera-se obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

§ 1º Os atos que criarem ou aumentarem despesa de que trata o caput **deverão ser instruídos com a estimativa prevista no inciso I do art. 16 e demonstrar a origem dos recursos para seu custeio.**

§ 2º Para efeito do atendimento do § 1º, o ato será acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo referido no § 1º do art. 4º, **devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.**

§ 3º Para efeito do § 2º, **considera-se aumento permanente de receita o proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.**” (grifos nossos)

Desta feita, esclarecemos que atendemos às exigências legais ao estimar o impacto orçamentário e financeiro da proposta e indicar os recursos para seu custeio. Os recursos para custeio podem, conforme epigrafoado acima pela LRF, advir do aumento permanente de receita por meio de elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição. É exatamente isso que estamos fazendo ao propor a extinção da isenção da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) para o setor de termoeletricidade.

Quanto à conformidade ao Novo Regime Fiscal, a manifestação da CONORF, por nós compartilhada, foi no sentido de que a criação de uma nova despesa primária obrigatória, desde que tenha a devida compensação exigida na LRF e na LDO, ainda que não seja efetuada por redução de outra despesa primária de natureza obrigatória, não necessariamente contraria o Novo Regime Fiscal, mesmo quando todo o limite de despesa primária do Poder Executivo já estiver comprometido na lei orçamentária em execução.



Isso desde que o montante do gasto a ser instituído seja inferior ao total de despesas primárias autorizadas (mas não empenhadas) na lei orçamentária vigente, pois a realização da nova despesa depende da abertura de crédito adicional (ou ajuste na proposta) no qual terá que constar o equivalente cancelamento de dotações (despesa primária, provavelmente discricionária), assegurando-se a manutenção do limite de gastos.

Assim, e considerando que o PLS nº 294/2014 em exame produzirá efeitos financeiros apenas após o segundo ano subsequente ao da publicação, não se fará necessário ajuste no orçamento que estiver sendo executado quando de sua sanção. O ajuste será feito quando da elaboração da proposta orçamentária correspondente ao segundo ano após sua aprovação. Naquele momento, o Poder Executivo talvez tenha que deixar de incluir uma outra despesa primária (provavelmente discricionária) para conseguir acomodar dentro do teto o gasto com o bônus salarial, ainda que passe a contar, também, com a nova receita proveniente da revogação da mencionada renúncia de receita.

No entanto, toda essa análise ficará como contribuição para este Colegiado, pois outro embasamento que nos permite afirmar a compatibilidade do substitutivo ora apresentando com o Teto dos Gastos está no inciso I do § 6º do art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) na forma da EC nº 95/2016. Esse dispositivo estabelece que **não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos no Teto dos Gastos as complementações de que tratam os incisos V e VII do caput do art. 60 do mesmo ADCT.**

Na prática, isso significa que a complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) não está sujeita ao Teto dos Gastos. A Aplicação desses recursos se dá na forma estabelecida pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que em seu art. 22 determina que “pelo menos 60% dos recursos anuais totais dos Fundo será destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública”.

Também o art. 2º da mesma Lei estabelece que o referido fundo “destina-se à manutenção e ao desenvolvimento da educação básica pública e à **valorização dos trabalhadores em educação, incluindo sua**



condigna remuneração”. São esses os motivos que nos dão segurança e serenidade para lutar por essa causa, ajustando somente a revogação da Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001, a partir da produção dos efeitos financeiros da proposta, que se dará somente nos dois anos subsequentes à data de publicação da nova Lei.

III – VOTO

Ante o exposto, somos pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 294 de 2014, na forma do substitutivo a seguir.

EMENDA Nº 1 – CAE (SUBSTITUTIVO) PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 294 DE 2014

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre o aperfeiçoamento profissional continuado e o pagamento de bônus salarial para os professores da educação básica pública.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 67 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 67.**

VII – bônus salarial aos docentes cujas escolas obtiverem desempenho acima da média nacional nas avaliações conduzidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), nos termos do regulamento.

.....

SF/18276.23925-31



6⁷

§ 4º No aperfeiçoamento profissional continuado a que se refere o inciso II, conferir-se-á prioridade aos docentes cujas escolas obtiveram baixo desempenho nas avaliações conduzidas pelo Inep.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros no segundo ano subsequente ao da publicação.

Art. 3º Revoga-se a Lei nº 10.312, de 27 de novembro de 2001, no segundo ano subsequente ao da publicação desta Lei.

SF/18276.23925-31

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/07/2018 às 10h - 24ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. ACIR GURGACZ
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. RUDSON LEITE
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VAGO	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 294/2014)

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, NOS TERMOS DA EMENDA Nº 1-CAE (SUBSTITUTIVO).

03 de Julho de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 57, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2018 - Complementar, que Altera a Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018, para permitir o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em janeiro de 2018.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador José Pimentel

03 de Julho de 2018



2



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2018 – Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 500, de 2018, na Casa de origem), do Deputado Jorginho Mello, que *altera a Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018, para permitir o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em janeiro de 2018.*



SF/18380.14267-91

Relator: Senador **JOSÉ PIMENTEL**

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 76, de 2018 — Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 500, de 2018, na Casa de origem), de autoria do deputado Jorginho Mello, contém três artigos e um único objetivo, expresso em sua ementa e repetido em seu art. 1º: *permitir o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em janeiro de 2018.*

No art. 2º, propõe-se acréscimo de art. 2º-A à recém aprovada Lei Complementar (LCP) nº 162, de 6 de abril de 2018, para autorizar o retorno dos microempreendedores individuais (MEI), microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) excluídos do Simples Nacional em 1º de janeiro de 2018, que aderirem, *de forma extraordinária*, ao Programa



2³

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (PERT-SN), por ela criado.

O prazo estabelecido para a opção de retorno ao Simples Nacional é de *30 (trinta) dias, contado da data de adesão ao Pert-SN, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2018*, desde que o MEI, a ME ou a EPP não incorram nas vedações previstas na LCP nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em 1º de janeiro de 2018, na forma do regulamento.

A entrada em vigor da medida é imediata, a partir da publicação da nova lei complementar em que se transformar o projeto, nos termos do art. 3º da proposição.

Na justificação, o autor ressalta a necessidade de corrigir o problema criado com o veto do Presidente da República ao projeto que deu origem à nova Lei que cria o Pert-SN e sua posterior derrubada pelo Congresso Nacional, em abril deste ano. Como se sabe, o programa foi criado especialmente para, pela primeira vez, dotar os optantes do Simples Nacional do direito a um refinanciamento com abatimento de juros e multa, benefício que os grandes empresários já usufruíram em várias oportunidades.

Isso porque, sem essa medida, o PERT-SN não terá como cumprir o seu objetivo. A ideia que originou o projeto era a de possibilitar a reabilitação de 600 mil empresas que já haviam recebido aviso de exclusão do Simples nacional por estarem em débito com regime. O veto presidencial, ocorrido em 4 de janeiro de 2018, fez com que essas milhares de micros e pequenas empresas não conseguissem saldar as suas dívidas com a União e acabassem excluídas do Simples.

Sem suporte legal para permitir o reingresso, o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN) nada pode fazer a respeito, quando da regulamentação do Programa pela Resolução nº 138, de 19 de abril de 2018. Com isso, tornou-se imperativa a aprovação de nova lei, que permitisse a reintrodução no Simples Nacional àqueles que foram excluídos em janeiro de 2018, desde que estivessem em dia com suas obrigações relativas ao Simples Nacional.

cs2018-05109



SF/18380.14267-91





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

O Projeto, aprovado na Câmara dos Deputados, foi enviado a esta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), antes da sua deliberação em Plenário.

II – ANÁLISE

A apreciação da matéria pela CAE tem previsão no art. 99, IV, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), por ter a proposição conteúdo tributário.

No tocante à constitucionalidade, importa observar que a iniciativa parlamentar para propor lei complementar atinente ao Simples Nacional tem amparo na interpretação combinada dos arts. 48, I; e 146, III, *d*, e parágrafo único, todos da Constituição Federal (CF).

Em relação à juridicidade, nenhum reparo. A proposição, veiculada por instrumento legislativo adequado (lei complementar), inova, de maneira efetiva e genérica, o ordenamento jurídico, sem ofender os seus princípios diretores.

Igualmente, a proposição foi elaborada com técnica legislativa adequada, em acordo com o preceituado pela LCP nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

No mérito, tem razão o autor quando justifica a necessidade da medida proposta. Pouco sentido teria a instituição de um programa de recuperação fiscal no âmbito do Simples Nacional se os MEIs, as MEs e as EPPs mais necessitados fossem excluídos antes que dele pudessem usufruir.

Concordamos, ainda, que a aprovação do projeto não gera nenhum tipo de renúncia fiscal, já que permite a recuperação de micro e pequenas empresas que, de outra forma, terminariam extintas e impossibilitadas de pagar tributos e cumprir a sua função social de criação de empregos e geração de renda.

A pena de exclusão do Simples Nacional, quando levada a cabo, não aumenta a arrecadação, antes causa a sua diminuição. Ademais, ainda



SF/18380.14267-91





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

que se considere haver perda fiscal, a providência contida no art. 2º da LCP nº 162, de 2018, já seria suficiente para cumprir as exigências de responsabilidade fiscal decorrentes do Novo Regime Fiscal, da LCP nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF), e da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018).

III – VOTO

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2018 – Complementar.

Sala da Comissão, de de 2018.

, Presidente

, Relator



cs2018-05109



6



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador JOSÉ PIMENTEL

PLC 76/2018

00001

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 76, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 2018 – Complementar (Projeto de Lei Complementar nº 500, de 2018, na Casa de origem), do Deputado Jorginho Mello, que *altera a Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018, para permitir o retorno ao Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) dos optantes excluídos desse regime tributário em janeiro de 2018.*



SF/18728.79620-04

EMENDA DE REDAÇÃO Nº 1 - CAE

Dê-se ao art. 2-A a seguinte redação:

“**Art. 2-A.** Os microempreendedores individuais, micro empresas e empresas de pequeno porte excluídas do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em 1º de janeiro de 2018 que fizerem adesão ao Programa Especial de Regularização Tributária das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional (Pert-SN) instituído pela Lei Complementar nº 162, de 6 de abril de 2018 poderão fazer nova opção pelo regime tributário de forma extraordinária no prazo de 30 (trinta) dias **contados da data de publicação desta lei**, com efeitos retroativos à 1º de janeiro de 2018, desde que não incorram nas vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 em 1º de janeiro de 2018, na forma do regulamento.”

Sala das Sessões, de de 2018.

Senador **José Pimentel**
PT/CE





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/07/2018 às 10h - 24ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. ACIR GURGACZ
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. RUDSON LEITE
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VAGO	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 76/2018)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO, COM A EMENDA Nº 1 – CAE.

03 de Julho de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 58, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2018, do Senador Sérgio de Castro, que Dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Porto Central (Distrito Industrial Portuário) do Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senadora Rose de Freitas

03 de Julho de 2018



PARECER Nº DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2018, do Senador Sérgio Rogério de Castro, que *dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Porto Central (Distrito Industrial Portuário) do Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo.*



Relatora: Senadora **ROSE DE FREITAS**

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Assuntos Econômicos o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 75, de 2018, de autoria do Senador Sérgio de Castro, que *dispõe sobre a criação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Porto Central (Distrito Industrial Portuário) do Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo.*

O PLS nº 75, de 2018, em seu art. 1º, cria a Zona de Processamento de Exportação (ZPE) no Porto Central (Distrito Industrial Portuário) do Município de Presidente Kennedy, no Estado do Espírito Santo. O parágrafo único do dispositivo estabelece que a criação, características, objetivos e funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação pertinente.

O art. 2º do projeto de lei contém a cláusula de vigência.

Na justificção, o autor da proposição diz que iniciativas dessa natureza têm sido utilizadas por diversos países para dar maior dinamismo econômico a regiões determinadas. O autor argumenta que o potencial exportador do Espírito Santo é amplamente reconhecido, mas as duas ZPE instituídas no Estado estão ainda em um estágio inicial. Embora o Município de Presidente Kennedy se beneficie da exploração de petróleo e tenha um



produto interno bruto (PIB) *per capita* elevado, apresenta altos índices de pobreza e de desigualdade social. A criação de uma ZPE em Presidente Kennedy teria a vantagem da localização em área que apresenta facilidades para a exportação e poderia contribuir para a solução dos problemas apontados.

O PLS nº 75, de 2018, foi distribuído a esta Comissão de Assuntos Econômicos e à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), onde será analisada em caráter terminativo.

II – ANÁLISE

Conforme dispõe o art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário, ou por consulta de comissão, e, ainda, quando, em virtude desses aspectos, houver recurso de decisão terminativa de comissão para o Plenário.

A análise nesta comissão se restringe ao aspecto econômico. Avaliação sobre regimentalidade, juridicidade e constitucionalidade da proposição será realizada pela CDR, que proferirá decisão terminativa sobre a matéria.

O uso das ZPE como instrumento de incentivo à produção e às exportações tem sido usado com sucesso em vários países, entre eles, Estados Unidos, China, Índia, Coreia do Sul, Cingapura e muitos outros.

Os incentivos oferecidos atraem investimentos, inclusive estrangeiros, e proporcionam às empresas ali instaladas condições mais equilibradas para concorrer no mercado internacional. Além disso, as ZPE viabilizam o aumento do valor agregado das exportações, assim como contribuem para a geração de emprego e para a redução de desequilíbrios de desenvolvimento entre regiões.

No caso de instalação de uma ZPE no Município de Presidente Kennedy, seria possível estimular o desenvolvimento dos setores industrial e de serviços, criando empregos e dinamizando a economia local, o que se reveste de enorme importância dada a situação peculiar do município. Devido à pequena população e à atividade de extração de petróleo, em 2014, Presidente Kennedy foi o município com maior PIB *per capita* do país. No entanto, apresenta problemas típicos de áreas pouco desenvolvidas, como a



4

3

pobreza extrema e a dependência de programas assistenciais por parcela relevante de seus habitantes.

Entendemos que a proposição é meritória porque, tirando proveito da vantagem da localização do Município para abrigar uma ZPE, apresenta uma possível solução para importantes problemas relacionados ao desenvolvimento socioeconômico da área beneficiada.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 75, de 2018.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/07/2018 às 10h - 24ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. ACIR GURGACZ
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. RUDSON LEITE
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VAGO	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 75/2018)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O
PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

03 de Julho de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 59, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, que Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Elmano Férrer

03 de Julho de 2018



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.*



Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 468, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.*

O projeto de lei é composto de apenas dois artigos. O art. 1º autoriza o Poder Executivo a criar a ZPE nos municípios mencionados. O mesmo dispositivo, em seu parágrafo único, estabelece que a ZPE terá sua criação, características, objetivo e funcionamento regulados pela Lei nº 11.508, de 20 de julho de 2007.

O art. 2º contém a cláusula de vigência.

Em sua justificativa, o autor do projeto argumenta que dados da Organização Internacional do Trabalho mostravam que, em 2006, havia cerca de 3.500 zonas de processamento de exportação, distribuídas em 130 países, com a geração de 66 milhões de empregos, 40 milhões somente nas ZPEs existentes na China.

O autor, no tocante às exigências contidas na Lei nº 11.508, de 2007, no sentido de que as ZPE devem estar localizadas em áreas geográficas



2³

privilegiadas para a exportação, destaca a construção da ferrovia Transnordestina, cujo marco inicial situa-se nas duas cidades piauienses. Do total de 1.700 quilômetros da ferrovia, aproximadamente 420 quilômetros localizam-se no Estado do Piauí.

A ferrovia ligará áreas centrais do Nordeste brasileiro com os portos de Pecém e Suape e permitirá o escoamento da produção nordestina a custos mais baixos que os praticados no transporte rodoviário, o que proporcionará a exportação de produtos provenientes da ZPE a preços competitivos.

A instalação da ZPE, segundo o autor do projeto, permitirá o desenvolvimento econômico de expressiva parcela do interior do Estado do Piauí a partir da instalação de novas plantas industriais, que gerarão empregos e renda, diminuindo os desequilíbrios sociais e regionais.

O PLS nº 468, de 2011, foi distribuído anteriormente à Comissão de Desenvolvimento Regional, onde recebeu parecer favorável à sua aprovação.

II – ANÁLISE

O Regimento Interno do Senado Federal (RISF), em seu art. 99, inciso I, dispõe que cabe à Comissão de Assuntos Econômicos opinar sobre aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de comissão.

Em relação aos aspectos de regimentalidade, juridicidade ou constitucionalidade, não observamos quaisquer vícios na proposição em análise, a qual, ademais, está de acordo com a boa técnica legislativa ditada pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

No tocante ao mérito, tal como enfatizado na justificativa do projeto de lei, as zonas de processamento de exportação, devido às facilidades de ordem aduaneira, administrativa e logística, oferecem condições privilegiadas para a instalação de indústrias, acesso a matérias-primas e insumos e exportação de mercadorias.

cp2017-01462



Os países nos quais foram instaladas zonas de processamento de exportação experimentaram aumento da produção industrial, elevação do número de empregos e diversificação da pauta de exportações. O maior exemplo de sucesso do modelo de ZPE é a China, que, a partir da criação das zonas de processamento de exportação vivenciou o crescimento espetacular na quantidade de bens exportados e o desenvolvimento de regiões antes estagnadas economicamente.

A efetiva instalação das zonas de processamento de exportação, com base na experiência de outros países, apresenta grande potencial de atração de investimentos industriais, com a consequente geração de empregos, diminuição de desequilíbrios regionais e fortalecimento da balança comercial.

Os municípios de Eliseu Martins e Pavussu atendem às exigências da Lei nº 11.508, de 2007, por constituírem o ponto inicial da ferrovia Transnordestina, que interligará os municípios interioranos aos portos de Pecém e Suape e irá diminuir os custos de transporte e facilitar a circulação de matérias-primas e mercadorias.

A criação de ZPE em áreas menos desenvolvidas também atende ao disposto na Constituição Federal, que estabelece, em seu art. 3º, inc. III, ser um dos objetivos fundamentais do Brasil erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 468, de 2011.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

cp2017-01462



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 468/2011)**

A COMISSÃO APROVA O PROJETO, POR 14 (CATORZE) VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

03 de Julho de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 60, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2016, do Senador Donizeti Nogueira, que Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Pedro Chaves

03 de Julho de 2018

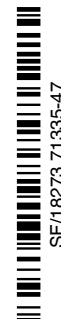




SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

PARECER Nº , DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2016, do Senador Donizeti Nogueira, que *dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.*



SF/18273.71335-47

Relator: Senador **PEDRO CHAVES**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 145, de 2016, do Senador Donizeti Nogueira, que tem como objetivo proibir a comercialização de buzinas de pressão à base de gás propano e butano a pessoas menores de dezoito anos de idade.

A proposição é constituída por quatro artigos. O art. 1º proíbe a comercialização das buzinas de pressão à base de *gás propano butano* envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos. O segundo artigo exige que, no ato da venda, seja solicitada a apresentação do documento de idade. O art. 3º, por sua vez, prevê que o descumprimento da Lei está sujeito a multa no montante de 1 (um) salário mínimo, além de exigir que a nota fiscal sobre a venda do produto possua identificação do comprador. Finalmente, o art. 4º prevê a vigência imediata da Lei, no caso de sua aprovação.

Na justificção, o autor destaca que a mistura dos gases butano e propano é altamente perigosa e pode causar queimaduras no sistema respiratório, além de produzir efeitos alucinógenos, náuseas, vômitos, riscos severos ao sistema cardiorrespiratório e ao sistema nervoso central. Nesse sentido, conforme o Senador Donizeti Nogueira, a proposta tem como objetivo *proteger e zelar pela saúde de muitos jovens em nosso país.*

Gabinete do Senador PEDRO CHAVES
Senado Federal – Anexo I – Térreo
70.165-900 – Brasília – DF

Telefone: (61) 3303-2969
Fax: (61) 3303-1926



3
2

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

A análise da proposição foi, inicialmente, realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Nesse colegiado, foi aprovado o relatório do Senador Sérgio Petecão, pela rejeição do projeto. Cabe à CAE a decisão terminativa.

Não foram oferecidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

O PLS nº 145, de 2016, vem ao exame desta Comissão em cumprimento ao disposto no art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), segundo o qual compete à CAE opinar acerca do aspecto econômico e financeiro de qualquer matéria que lhe seja submetida por despacho do Presidente, por deliberação do Plenário ou por consulta de outra comissão.

No tocante aos aspectos constitucionais, não vemos óbices à aprovação do projeto. O PLS atende aos requisitos constitucionais formais relativos à competência legislativa da União, às atribuições do Congresso Nacional e à iniciativa parlamentar. Nos termos dos incisos V e XV do art. 24 da Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre produção e consumo e sobre proteção à infância e à juventude. Notamos, ainda, que a matéria tratada não é de iniciativa privativa do Chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 61 da Constituição.

Do ponto de vista material, não observamos igualmente qualquer inconstitucionalidade, pois, além de não afrontar cláusula pétrea, o projeto está em harmonia com os preceitos da Lei Maior, particularmente com o disposto no inciso XXXII do art. 5º, que prevê que o Estado deverá promover, na forma da lei, a defesa do consumidor.

Quanto ao mérito, em que pese as nobres intenções que certamente motivaram a iniciativa legislativa do Senador Donizeti Nogueira, entendemos que o PLS nº 145, de 2016, não merece prosperar.

Inicialmente, cabe destacar que os gases propano e butano são, atualmente, utilizados para a fabricação e uso de diversos produtos, tais como perfumes, desodorantes, isqueiros, maçaricos, entre outros. Dessa forma, a proibição da comercialização de buzina de pressão a menores de 18 anos, tal como

Gabinete do Senador PEDRO CHAVES
Senado Federal – Anexo I – Térreo
70.165-900 – Brasília – DF

Telefone: (61) 3303-2969
Fax: (61) 3303-1926

SF/18273.71335-47





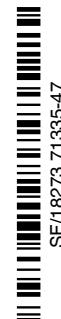
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador PEDRO CHAVES

proposto pelo projeto, não restringiria o acesso de crianças e adolescentes a produtos que contêm esses gases.

Ademais, conforme bem aponta o Senador Sérgio Petecão em seu relatório na CDH, há um problema de juridicidade no projeto, uma vez que a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que *dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA e dá outras providências*, já prevê, no art. 81, inciso III, a proibição de comercialização de *produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica*. Nesse sentido, dada a existência de indícios científicos de que o uso abusivo dos gases pode levar à dependência, a proibição de comercialização de produtos à base de tais substâncias a crianças e adolescentes já estaria prevista pelo art. 81, inciso III, restando ao poder público garantir a aplicação da lei existente.

Finalmente, destacamos o papel da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) na normatização das condições de produção e comercialização de produtos que possam afetar a saúde pública. A Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, que *define o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, cria a Agência Nacional de Vigilância Sanitária, e dá outras providências*, prevê em seu art. 2º, inciso III, que cabe à União normatizar, controlar e fiscalizar produtos, substâncias e serviços de interesse para a saúde, sendo a Anvisa a responsável pela a implementação e execução do disposto nesse inciso - conforme previsto no art. 7º da referida lei. Além disso, o art. 8º confere à agência a competência para *regulamentar, controlar e fiscalizar os produtos e serviços que envolvam riscos à saúde pública*.

Um exemplo desse tipo de atuação pela Anvisa é a Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 345, de 15 de dezembro de 2005, que *dispõe sobre produtos que contenham substâncias inalantes*. Por meio da Resolução, a agência proibiu a comercialização para indivíduos menores de dezoito anos *de colas, thinner e adesivos que contenham substâncias inalantes capazes de promover depressão no sistema nervoso central*. Fica evidente, assim, a existência de competência em órgão de natureza técnica no Poder Executivo para regulamentar a comercialização a crianças e adolescentes de produtos potencialmente nocivos à saúde.



SF/18273.71335-47



5
4

SENADO FEDERAL
Gabinete do *Senador PEDRO CHAVES*

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2016.

Sala da Comissão,

Senador TASSO JEREISSATI, Presidente

Senador PEDRO CHAVES, Relator





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/07/2018 às 10h - 24ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. ACIR GURGACZ
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. RUDSON LEITE
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VAGO	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 145/2016

Comissão de Assuntos Econômicos - Senadores

TITULARES - MDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO LIRA				1. EDUARDO BRAGA			
ROBERTO REQUIÃO				2. ROMERO JUCÁ			
GARIBALDI ALVES FILHO				3. ELMANO FERRER			
ROSE DE FREITAS				4. WALDEMIR MOKA			
SIMONE TEBET	X			5. AIRTON SANDOVAL		X	
VALDIR RAUPP				6. VAGO			
FERNANDO BEZERRA COELHO		X					
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GLEISI HOFFMANN				1. ACIR GURGACZ			
HUMBERTO COSTA				2. FÁTIMA BEZERRA			
JORGE VIANA	X			3. PAULO PAIM			
JOSÉ PIMENTEL	X			4. REGINA SOUSA			
LINDBERGH FARIAS				5. PAULO ROCHA			
KÁTIA ABREU	X			6. RANDOLFE RODRIGUES			
TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
TASSO JEREISSATI		X		1. ATAÍDES OLIVEIRA	X		
RICARDO FERRAÇO		X		2. DALÍRIO BEBER		X	
JOSÉ SERRA				3. FLEXA RIBEIRO			
RONALDO CAIADO				4. DAVI ALCOLUMBRE			
JOSÉ AGRIPINO		X		5. MARIA DO CARMO ALVES			
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR				1. SÉRGIO PETECÃO			
OMAR AZIZ				2. JOSÉ MEDEIROS			
CIRO NOGUEIRA				3. BENEDITO DE LIRA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÚCIA VÂNIA				1. RUDSON LEITE			
LIDICE DA MATA				2. CRISTOVAM BUARQUE	X		
VANESSA GRAZZIOTIN	X			3. VAGO			
TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
WELLINGTON FAGUNDES				1. PEDRO CHAVES			
ARMANDO MONTEIRO		X		2. CÁSSIO CUNHA LIMA			
VAGO				3. RODRIGUES PALMA		X	

Quórum: TOTAL 15
Votação: TOTAL 15 SIM 7 NÃO 8 ABSTENÇÃO 0
* Presidente votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 03/07/2018
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Tasso Jereissati
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 145/2016)**

**A COMISSÃO REJEITA O PROJETO, POR OITO VOTOS CONTRÁRIOS,
SETE VOTOS FAVORÁVEIS E NENHUMA ABSTENÇÃO**

03 de Julho de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 61, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2017, do Senador Ciro Nogueira, que Altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Otto Alencar

03 de Julho de 2018



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2017, do Senador Ciro Nogueira, que *altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora.*



Relator: Senador **OTTO ALENCAR**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame desta Comissão, para decisão terminativa, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 105, de 2017, do Senador Ciro Nogueira, que *altera o art. 40 da Lei nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, que dispõe sobre a cobrança judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública, para extinguir os juros e as multas de mora nas execuções fiscais suspensas em razão da não localização de bens do devedor sobre os quais possa recair a penhora.*

A proposição está estruturada em dois dispositivos. O primeiro insere o § 6º no art. 40 da Lei de Execução Fiscal, Lei nº 6.830, de 1980, para prever que o devedor sem condições financeiras de pagar a totalidade do valor cobrado na execução fiscal possa depositar apenas o valor correspondente ao principal e extinguir a integralidade dívida, sem ter de arcar com juros e multas de mora. O art. 2º, por sua vez, dispõe apenas sobre a vigência, ao determinar que a futura lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Na justificação, o autor sustenta que a proposição objetiva permitir que os devedores regularizem suas dívidas por meio do pagamento de parte substancial do valor cobrado. Alega, para tanto, que há estimativa de que grande parte dos devedores inscritos em dívida ativa têm condições



2³

de pagar o valor principal devido, mas não dispõem de recursos para arcar com os encargos de multa de mora e de juros.

É de se registrar que não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

A competência regimental para que a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) opine, em decisão terminativa, sobre a matéria advém da interpretação combinada dos arts. 91, inciso I; e 99, incisos I e IV, todos do Regimento Interno do Senado Federal.

No aspecto constitucional, registre-se que compete privativamente à União legislar sobre direito processual civil e que há legitimidade na iniciativa parlamentar nos termos, respectivamente, do inciso I do art. 22 e dos arts. 48 e 61, todos da Constituição Federal.

Embora esteja a proposição, sob o ponto de vista formal, adequada à Constituição, no mérito essa conclusão não parece evidente.

Como prevê o art. 1º da Lei de Execução Fiscal (LEF), a execução judicial da dívida ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e de suas respectivas autarquias e fundações é regida pela mencionada lei. Assim, o que nela previsto é aplicável a todas as esferas de Governo. Por isso, a matéria veiculada na LEF deve se ater ao processo civil de execução, sem previsão de normas de direito material, como a remissão de créditos, sob pena de violação à autonomia dos entes federados.

Caso entre em vigor a proposição, não só a União, mas os Estados, o Distrito Federal e os Municípios estariam obrigados a perdoar parte do montante devido na hipótese de a execução fiscal ser suspensa pela não localização do devedor ou de bens aptos a garantir a execução, desde que aquele não tenha condições financeiras de pagar a totalidade do crédito público. Assim, o texto do § 6º a ser inserido no art. 40 da LEF não parece respeitar o pacto federativo, cláusula pétrea assentada no inciso I do § 4º do art. 60 da Constituição Federal.

Ainda no tocante ao mérito, corre-se o risco de estimular a inadimplência com a aprovação da proposição, pois bastará que o devedor sem condições financeiras se oculte ou que não tenha bens passíveis de

dn2017-11050

SF/17789.59687-20



penhora para que o valor devido seja reduzido em razão da remissão de juros e de multa de mora. Assim, há possibilidade de que se aumente o volume de créditos em cobrança judicial por ausência de pagamento espontâneo até que, eventualmente, a execução fiscal seja suspensa.

Desse modo, não parece o caminho para se resolver o problema da inadimplência em relação aos créditos públicos a previsão do perdão de juros e de multa de mora aos devedores não localizados ou que não tenham bens passíveis de penhora. A solução, na verdade, passa pela reestruturação dos mecanismos de cobrança, de sorte a torná-los mais ágeis, a fim de que se encontre o devedor e de que se evite a dilapidação de seu patrimônio. Somente assim serão reduzidos os estratosféricos estoques de dívida ativa existentes em vários entes federativos.

Além dos aspectos de mérito, a proposição, sob o ângulo financeiro, também não se sustenta. Conforme previsto no art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), a proposição que conceda ou amplie benefício de natureza tributária que acarrete renúncia de receita deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos dois seguintes, atender ao disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a pelo menos uma das duas condições que serão explicitadas a seguir.

A primeira condição é que o proponente demonstre que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária e que não afetar as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da LDO. A outra condição é que a proposição esteja acompanhada de medidas de compensação, no período que iniciar sua vigência e nos dois seguintes, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação de base de cálculo, majoração ou criação de tributo. Nesse último caso, o benefício só pode entrar em vigor após implementadas tais medidas compensatórias.

É importante lembrar, também, as exigências da LDO de 2018, Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017. Essa norma impõe a observância de diversos requisitos de natureza financeira para as proposições legislativas que importem diminuição de receita, como se depreende dos seus arts. 112 e 114.

Além de todo o exposto, a Emenda Constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, reforça a



5
4

importância das disposições da LRF e da LDO, ao incluir no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o art. 113, que assim enuncia: *A proposição legislativa que crie ou altere despesa obrigatória ou renúncia de receita deverá ser acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.*

Como se nota, a proposição deixou de cumprir as exigências relacionados à renúncia fiscal. Mesmo que se defenda que um dos objetivos do projeto é possibilitar a recuperação de recursos pelos entes federativos, não se pode desconsiderar que o dispositivo a ser inserido na LEF perdoa parte do crédito público cobrado do devedor. Há, portanto, sob o ponto de vista formal, renúncia de receita, motivo pelo qual, ainda que se concordasse com o mérito, o projeto mereceria ser rejeitado por não observância das normas de direito financeiro e por desrespeitar o pacto federativo.

III – VOTO

Ante o exposto, votamos pela rejeição do Projeto de Lei do Senado nº 105, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

dn2017-11050





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/07/2018 às 10h - 24ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. ACIR GURGACZ
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. RUDSON LEITE
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VAGO	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 105/2017

Comissão de Assuntos Econômicos - Senadores

TITULARES - MDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO LIRA				1. EDUARDO BRAGA				
ROBERTO REQUIÃO				2. ROMERO JUCÁ				
GARIBALDI ALVES FILHO				3. ELMANO FERRER				
ROSE DE FREITAS				4. WALDEMIR MOKA				
SIMONE TEBET		X		5. AIRTON SANDOVAL			X	
VALDIR RAUPP				6. VAGO				
FERNANDO BEZERRA COELHO	X							
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GLEISI HOFFMANN				1. ACIR GURGACZ				
HUMBERTO COSTA				2. FÁTIMA BEZERRA				
JORGE VIANA	X			3. PAULO PAIM				
JOSÉ PIMENTEL		X		4. REGINA SOUSA				
LINDBERGH FARIAS				5. PAULO ROCHA				
KÁTIA ABREU		X		6. RANDOLFE RODRIGUES				
TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
TASSO JEREISSATI				1. ATAÍDES OLIVEIRA		X		
RICARDO FERRAÇO		X		2. DALÍRIO BEBER			X	
JOSÉ SERRA				3. FLEXA RIBEIRO				
RONALDO CAIADO				4. DAVI ALCOLUMBRE				
JOSÉ AGRIPINO		X		5. MARIA DO CARMO ALVES				
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR				1. SÉRGIO PETECÃO				
OMAR AZIZ				2. JOSÉ MEDEIROS				
CIRO NOGUEIRA				3. BENEDITO DE LIRA				
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÚCIA VÂNIA				1. RUDSON LEITE				
LÍDICE DA MATA				2. CRISTOVAM BUARQUE			X	
VANESSA GRAZZIOTIN		X		3. VAGO				
TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE - Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)		SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
WELLINGTON FAGUNDES				1. PEDRO CHAVES				
ARMANDO MONTEIRO		X		2. CÁSSIO CUNHA LIMA				
VAGO				3. RODRIGUES PALMA			X	

Quórum: TOTAL 15
Votação: TOTAL 14 SIM 3 NÃO 11 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 03/07/2018
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Tasso Jereissati
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLS 105/2017)**

A COMISSÃO REJEITA O PROVETO POR 11 VOTOS CONTRÁRIOS, 03 VOTOS FAVORÁVEIS E NENHUMA ABSTENÇÃO.

03 de Julho de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 62, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, que Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social sejam destinados para prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Valdir Raupp

03 de Julho de 2018



PARECER Nº , DE 2015

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 227, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, que *altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos royalties e do Fundo Social sejam destinados para a prevenção de desastres naturais ou provocados por vazamento radioativo, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres, e dá outras providências.*



RELATOR: Senador **VALDIR RAUPP**

I – RELATÓRIO

Vem para exame desta Comissão, o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 227, de 2011, de autoria do nobre Senador Walter Pinheiro.

O PLS é composto por dois artigos, além da cláusula de vigência. O art. 1º destina parte dos recursos dos *royalties* do petróleo para prevenção de desastres provocados por causas naturais ou por vazamento de elementos radioativos. Para tanto, altera os arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 1997, conhecida como Lei do Petróleo, para garantir que, pelo menos vinte por cento dos recursos transferidos para estados e municípios pelo Fundo Especial terão aquela finalidade.

Já o art. 2º insere, entre os projetos passivos de receber recursos do Fundo Social, aqueles destinados a prevenir desastres provocados por causas naturais ou por vazamento de elementos radioativos, bem como a atender a população e as áreas atingidas por esses desastres.

Adicionalmente, o PLS sugere uma alteração de forma na Lei do Petróleo, explicitando que a parcela dos *royalties* pertencentes à União



decorrentes da exploração na área do pré-sal sob o regime de concessão serão destinados ao Fundo Social, instituído pela Lei nº 12.351, de 2010.

De acordo com a justificação, todos os anos o Brasil se defronta com tragédias naturais que desabrigam ou mesmo retiram a vida milhares de pessoas. É necessário não só apoiar as vítimas dessas tragédias, como também preveni-las ou mitigar seus danos. Daí a necessidade de recursos para obras de prevenção, de evacuação de áreas de risco, de reflorestamento de margens de rios, de contenção de encostas, etc. A aprovação deste PLS irá atenuar o sofrimento de milhões de brasileiros, sem distinção de região ou classe social, ao garantir mais recursos para as obras de prevenção ou de apoio às vítimas.

O PLS foi inicialmente distribuído para a Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e para esta Comissão de Assuntos Econômicos. Em 22 de junho de 2011, a CI acolheu o parecer relatado *ad hoc* pelo Senador Waldemir Moka, concluindo pela aprovação da matéria com duas emendas, que tinham por objetivo sanar um problema de redação e técnica legislativa, excluindo a referência à Lei nº 2.004, de 1953, que já estava revogada.

Em vez de seguir diretamente para apreciação da CAE em decisão terminativa, como estava inicialmente previsto, em 5 de julho de 2013, o PLS passou a tramitar conjuntamente com o PLS nº 138, de 2011, por força do Requerimento nº 699, de 2013, de autoria do Senador José Pimentel. No dia 20 de agosto seguinte, o Requerimento nº 937, de 2013, de autoria do Senador Inácio Arruda, solicitou o desapensamento das duas matérias. Esse requerimento foi aprovado em maio de 2015. Com isso, o PLS nº 227, de 2011, voltou a tramitar isoladamente e, como já havia sido instruído pela CI, retornou para exame da CAE, em decisão terminativa.

Não foram apresentadas emendas, além daquelas acatadas pela CI.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 99 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão analisar os aspectos econômicos e financeiros das proposições que lhe são submetidas. Além disso, por se tratar de decisão em caráter terminativo, deveremos avaliar também os aspectos constitucionais e legais da matéria.



SF/15667.16115-15



Sobre a constitucionalidade, cabe dizer que a iniciativa parlamentar é legítima, pois se trata de matéria de competência da União (legislar sobre jazidas, minas e outros recursos minerais, conforme inciso XII do art. 22 da Constituição Federal – CF –, e legislar sobre defesa civil, inciso XXVIII do mesmo art. 22), e que não se encontra entre aquelas de iniciativa privativa do Presidente da República, conforme prevê o § 1º do art. 61 da CF.

O PLS também apresenta as características necessárias para atender aos pressupostos de juridicidade, quais sejam: novidade, abstratividade, generalidade, imperatividade e coercibilidade. Ademais, a espécie normativa – Projeto de Lei do Senado– é a forma adequada para regulamentar a matéria que se propõe.

Em relação à técnica legislativa, serão necessárias algumas alterações para se adequar ao texto atual da Lei nº 9.478, de 1997, substancialmente alterado pela Lei nº 12.734, de 2012.

Sobre o mérito, concordamos com o autor da matéria, Senador Walter Pinheiro, bem como com o Senador Waldemir Moka, que a relatou *ad hoc* na CI: desastres naturais têm impingido aos brasileiros enorme sofrimento. É necessário socorrer as vítimas que, de uma hora para outra, veem-se sem seus pertences e, nos casos mais graves, têm de recomeçar a vida sem seus entes queridos. Mais importante ainda, temos de investir em prevenção. Mas prevenir é caro: muitas vezes é necessário reflorestar áreas inteiras, pagar indenizações e remover famílias, construir contenções ou alterar leitos de rios, etc. Portanto, nada mais justo do que direcionar parte dos recursos dos *royalties* do petróleo para essa finalidade.

Pretendemos, contudo, ampliar o escopo da proposta. A Política Nacional de Defesa Civil, em seu Anexo A, classifica os desastres em três grandes grupos, de acordo com a causa: naturais, humanos e mistos. O PLS propõe destinar recursos para prevenção e apoio a vítimas de desastres naturais ou por vazamento de elementos radioativos. Desastres causados por vazamento de elementos radioativos pertencem ao subgrupo dos desastres de natureza tecnológica relacionados com produtos perigosos, que incluem, também, os desastres provocados por contaminação de produtos químicos. Além dos desastres de natureza tecnológica relacionados com produtos perigosos, também são importantes os desastres de natureza tecnológica relacionados com incêndios. Pertencem a esse subgrupo os incêndios em instalações que armazenam combustíveis.



SF/15667.16115-15



Tendo em vista a clara ligação entre exploração, transporte e manipulação do petróleo e o risco de desastres de natureza tecnológica relacionados com produtos perigosos e com incêndios, propomos emendar o PLS para permitir que os recursos dos *royalties* sejam destinados à prevenção e apoio às vítimas desses desastres, ampliando, portanto, as possibilidades de uso dos recursos. Destaque-se que a prevenção de desastres provocados por vazamentos de materiais radioativos permanece passível de recebimento de recursos, como prevê o PLS.

Em relação à técnica legislativa, a Lei nº 12.734, de 2012, alterou substancialmente a Lei nº 9.478, de 1997, que o art. 1º deste PLS propõe modificar. Em primeiro lugar, com a nova redação, a Lei do Petróleo já faz referência explícita ao Fundo Social, tornando-se desnecessária a alteração proposta para o § 3º (na redação anterior à Lei 12.734/2012) do art. 49. Também foram retiradas da Lei do Petróleo as referências à Lei nº 2.004, de 1953, que já havia sido revogada. Diante disso, as emendas acatadas na CI, quando da aprovação do relatório do Senador Waldemir Moka, em 2011 (portanto, também antes das alterações decorrentes da Lei 12.734/12), encontram-se prejudicadas.

Sobre a nova redação para o art. 47 da Lei nº 12.351, de 2010, será necessário alterar o texto dos atuais incisos VI e VII para retirar a expressão “e” do final do inciso VI, e transferi-la para o final do inciso VII.

III – VOTO

Diante do exposto, voto pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 227, de 2011, na forma da seguinte emenda substitutiva.

EMENDA Nº 3 – CAE (SUBSTITUTIVO)

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 227, DE 2011

Altera as Leis nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, e nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, para garantir que parte dos recursos dos *royalties* e do Fundo Social seja destinada para prevenção de desastres provocados por causas naturais ou de desastres humanos de natureza tecnológica relacionados com



incêndios ou com produtos perigosos, bem como para o atendimento das populações e áreas atingidas por esses desastres.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 48 e 49 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, passam a vigor com a seguinte redação:

“Art. 48.

.....

§ 5º No mínimo vinte por cento (20%) dos recursos transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios pelo Fundo Especial deverá ser destinado para prevenir desastres provocados por causas naturais ou desastres humanos de natureza tecnológica relacionados com incêndios ou com produtos perigosos, bem como para atender a população e as áreas atingidas por esses desastres.

§ 6º O regulamento deverá conter um plano de contingência para os desastres previstos no § 1º.” (NR)

“Art. 49.

.....

§ 8º No mínimo vinte por cento (20%) dos recursos transferidos aos Estados, Distrito Federal e Municípios pelo Fundo Especial deverá ser destinado para prevenir desastres provocados por causas naturais ou desastres humanos de natureza tecnológica relacionados com incêndios ou com produtos perigosos, bem como para atender a população e as áreas atingidas por esses desastres.

§ 9º O regulamento deverá conter um plano de contingência para os desastres previstos no § 4º.” (NR)

Art. 2º O art. 47 da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 47.

.....

VI - do meio ambiente;

VII - de mitigação e adaptação às mudanças climáticas; e



7
6

VIII – de prevenção de desastres provocados por causas naturais ou desastres humanos de natureza tecnológica relacionados com incêndios ou com produtos perigosos, bem como para atender à população e às áreas atingidas por esses desastres.

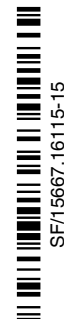
.....
§ 3º O regulamento deverá conter um plano de contingência para os desastres previstos no inciso VIII do caput.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entre em vigor um ano após a sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





8

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/07/2018 às 10h - 24ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. ACIR GURGACZ
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. RUDSON LEITE
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VAGO	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE





Senado Federal

9

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - Emenda nº 3-CAE (Substitutivo ao PLS 227/2011).

Comissão de Assuntos Econômicos - Senadores								
TITULARES - MDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO LIRA				1. EDUARDO BRAGA				
ROBERTO REQUIÃO				2. ROMERO JUCÁ				
GARIBALDI ALVES FILHO				3. ELMANO FERRER				
ROSE DE FREITAS				4. WALDEMIR MOKA				
SIMONE TEBET	X			5. AIRTON SANDOVAL	X			
VALDIR RAUPP				6. VAGO				
FERNANDO BEZERRA COELHO	X							
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GLEISI HOFFMANN				1. ACIR GURGACZ				
HUMBERTO COSTA				2. FÁTIMA BEZERRA				
JORGE VIANA	X			3. PAULO PAIM				
JOSÉ PIMENTEL	X			4. REGINA SOUSA				
LINDBERGH FARIAS				5. PAULO ROCHA				
KÁTIA ABREU	X			6. RANDOLFE RODRIGUES				
TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
TASSO JEREISSATI				1. ATAÍDES OLIVEIRA	X			
RICARDO FERRAÇO	X			2. DALÍRIO BEBER	X			
JOSÉ SERRA				3. FLEXA RIBEIRO				
RONALDO CAIADO				4. DAVI ALCOLUMBRE				
JOSÉ AGRIPINO	X			5. MARIA DO CARMO ALVES				
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR				1. SÉRGIO PETECÃO				
OMAR AZIZ				2. JOSÉ MEDEIROS				
CIRO NOGUEIRA				3. BENEDITO DE LIRA				
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÚCIA VÂNIA				1. RUDSON LEITE				
LIDICE DA MATA				2. CRISTOVAM BUARQUE			X	
VANESSA GRAZZIOTIN	X			3. VAGO				
TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
WELLINGTON FAGUNDES				1. PEDRO CHAVES				
ARMANDO MONTEIRO	X			2. CÁSSIO CUNHA LIMA				
VAGO				3. RODRIGUES PALMA	X			

Quórum: TOTAL 15
Votação: TOTAL 14 SIM 13 NÃO 1 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 03/07/2018
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Tasso Jereissati
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 227/2011)

A COMISSÃO APROVA A EMENDA Nº 3 – CAE (SUBSTITUTIVO), POR 13 (TREZE) VOTOS FAVORÁVEIS, 1 (UM) VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO, RESTANDO PREJUDICADOS O PROJETO E AS EMENDAS NºS 1 E 2 – CI.

03 de Julho de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 63, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2013, do Senador Paulo Paim, que Altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir as formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

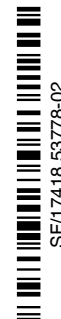
RELATOR: Senador Cristovam Buarque

03 de Julho de 2018



PARECER Nº DE 2017

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2013, do Senador Paulo Paim, que *altera a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, para incluir as formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas entre as doenças e condições cujos portadores são beneficiados com a isenção do cumprimento de prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez.*



SF/17418.53778-02

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

I – RELATÓRIO

Vem a exame desta Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 319, de 2013, de autoria do Senador Paulo Paim.

O projeto em questão tem por objetivo estender a isenção do cumprimento do prazo de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez aos portadores das formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas.

O Projeto possui dois artigos. O primeiro altera o art. 151 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para que passe a constar no rol de doenças especificadas no dispositivo as incapacidades acima citadas.

O art. 2º estabelece a vigência imediata da Lei, se aprovada.



2³

O projeto foi apresentado na legislatura anterior, tendo sido distribuído à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde teve parecer pela aprovação, e à Comissão de Assuntos econômicos (CAE), cabendo a esta a apreciação terminativa.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à CAE, nos termos do art. 99, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, opinar sobre o aspecto econômico e financeiro da matéria.

No que tange à constitucionalidade, à regimentalidade e à juridicidade, não há vícios que prejudiquem a proposição em apreço. Nos termos do art. 22, I, da Constituição Federal, compete à União legislar sobre direito do trabalho.

Quanto à técnica legislativa, cabe ressaltar que o primeiro artigo do projeto apresenta numeração equivocada, devendo ser alterado para art. 1º.

Quanto ao mérito, é louvável a iniciativa do PLS em questão que busca garantir maior proteção aos trabalhadores portadores das formas incapacitantes das doenças reumáticas, neuromusculares ou osteoarticulares crônicas ou degenerativas. Se aprovado, o projeto isentará esse grupo de trabalhadores do cumprimento do período de carência para a concessão de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez. A medida, se aprovada, trará mais justiça social a esses trabalhadores ao abreviar tempo de sofrimento e possibilitar-lhes usufruir dos benefícios que os auxiliarão no enfrentamento das doenças.

Ressalta-se que nem todos os portadores das referidas doenças farão jus à isenção do cumprimento do período de carência, mas, tão somente, aqueles com a forma incapacitante das doenças constantes no rol do inciso II do art. 26 da Lei nº 8.213, de 1991, ou seja, aqueles que ficam impossibilitados de desempenhar suas atividades profissionais. Cabe destacar que a legislação brasileira tem contemplado diferentes doenças graves e incapacitantes como justificadoras de concessão de aposentadoria especial.



Com relação à análise econômica da matéria, há dificuldade em estimar o impacto da medida uma vez que não bastam dados a respeito do número de portadores das doenças, já que é necessário o trabalhador apresentar a forma incapacitante da doença. De acordo com dados do Ministério da Previdência Social, no ano de 2015, o auxílio-doença representou em torno de 5,3% dos benefícios previdenciários ativos e a aposentadoria por invalidez, por sua vez, em torno de 11,5%. Do total de auxílios-doença previdenciários concedidos em 2016, 0,42% referiam-se a doenças reumáticas e 0,03% a doenças neuromusculares. Isso demonstra que o impacto esperado no orçamento da Previdência Social resultante da aprovação desta proposição seja mínimo.

Além disso, embora se perceba que o impacto mais significativo seria o decorrente dos possíveis beneficiários do auxílio-doença, o fato de algumas doenças em questão, como as reumáticas, estarem associadas a idades mais avançadas, em que o trabalhador já se encontra aposentado, reduz ainda mais o impacto financeiro do projeto.

Pelas razões expostas, somos favoráveis à aprovação do PLS nº 319, de 2013.

III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2013, com a seguinte emenda redacional:

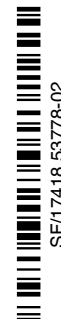
EMENDA Nº 1 – CAE (DE REDAÇÃO) (ao PLS nº 319, de 2013)

Renumere-se como art. 1º o artigo inicial do Projeto de Lei do Senado nº 319, de 2013.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/17418.53778-02





Senado Federal

5

Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/07/2018 às 10h - 24ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. ACIR GURGACZ
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. RUDSON LEITE
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÂSSIO CUNHA LIMA
VAGO	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



Senado Federal - Lista de Votação Nominal - PLS 319/2013 e a emenda nº 1-CAE.

Comissão de Assuntos Econômicos - Senadores

TITULARES - MDB	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
RAIMUNDO LIRA				1. EDUARDO BRAGA			
ROBERTO REQUIÃO				2. ROMERO JUCÁ			
GARIBALDI ALVES FILHO				3. ELMANO FERRER			
ROSE DE FREITAS				4. WALDEMIR MOKA			
SIMONE TEBET	X			5. AIRTON SANDOVAL	X		
VALDIR RAUPP				6. VAGO			
FERNANDO BEZERRA COELHO	X						
TITULARES - Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
GLEISI HOFFMANN				1. ACIR GURGACZ			
HUMBERTO COSTA				2. FÁTIMA BEZERRA			
JORGE VIANA	X			3. PAULO PAIM			
JOSÉ PIMENTEL	X			4. REGINA SOUSA			
LINDBERGH FARIAS				5. PAULO ROCHA			
KÁTIA ABREU	X			6. RANDOLFE RODRIGUES			
TITULARES - Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
TASSO JEREISSATI				1. ATAÍDES OLIVEIRA	X		
RICARDO FERRAÇO	X			2. DALÍRIO BEBER	X		
JOSÉ SERRA				3. FLEXA RIBEIRO			
RONALDO CAIADO				4. DAVI ALCOLUMBRE			
JOSÉ AGRIPINO	X			5. MARIA DO CARMO ALVES			
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
OTTO ALENCAR				1. SÉRGIO PETECÃO			
OMAR AZIZ				2. JOSÉ MEDEIROS			
CIRO NOGUEIRA				3. BENEDITO DE LIRA			
TITULARES - Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
LÚCIA VÂNIA				1. RUDSON LEITE			
LÍDICE DA MATA				2. CRISTOVAM BUARQUE	X		
VANESSA GRAZZIOTIN	X			3. VAGO			
TITULARES - Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTE	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
WELLINGTON FAGUNDES				1. PEDRO CHAVES			
ARMANDO MONTEIRO	X			2. CÁSSIO CUNHA LIMA			
VAGO				3. RODRIGUES PALMA	X		

Quórum: TOTAL 15
Votação: TOTAL 14 SIM 14 NÃO 0 ABSTENÇÃO 0
* Presidente não votou

ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19, EM 03/07/2018
OBS: COMPETE AO PRESIDENTE DESEMPATAR AS VOTAÇÕES QUANDO OSTENSIVAS (RISF, art. 89, XI)

Senador Tasso Jereissati
Presidente



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLS 319/2013)

A COMISSÃO APROVA O PROJETO E A EMENDA Nº 1 - CAE, POR 14 VOTOS FAVORÁVEIS, NENHUM VOTO CONTRÁRIO E NENHUMA ABSTENÇÃO.

03 de Julho de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 64, DE 2018

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2018, que Dispõe sobre a proteção de dados pessoais e altera a Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 330, de 2013, do Senador Antonio Carlos Valadares, que Dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais, e dá outras providências, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2014, que Dispõe sobre o fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiros a organismos estrangeiros, e sobre o Projeto de Lei do Senado nº 181, de 2014, do Senador Vital do Rêgo, que Estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais.

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati

RELATOR: Senador Ricardo Ferraço

03 de Julho de 2018



COMPLEMENTAÇÃO DE VOTO

RELATÓRIO E ANÁLISE

Após a apresentação de nosso relatório ao PLC 53, de 2018, na data de ontem, 2 de julho, o eminente senador Valdir Raupp protocolou outras 9 emendas, perante esta Comissão, sobre as quais passamos a discorrer.

A **Emenda nº 1** afeta os artigos 11 e 16 do projeto, basicamente esclarecendo que às obrigações legais que fundamentam as regulações propostas sejam também incluídas aquelas regulatórias, tal como previsto no inc. II, do art. 7º.

Somos **favorável** à emenda, mas alterando sua natureza para emenda de redação. De fato, promovemos a mesma modificação em nosso parecer, quanto à mudança no art. 11.

A **Emenda nº 2** altera o conjuntivo “e” para “ou”, no inc. II, do § 1º, do art 26, que versa sobre a autorização ao Poder Público, por lei específica e respaldo contratual ou por convênio, para transferência de dados de bancos públicos a entidades privadas.

A **Emenda nº 3**, por sua vez, amplia a possibilidade de compartilhamento de dados no âmbito do Poder Público, quando houver previsão legal ou regulamentar.

A **Emenda nº 4** amplia, no art. 11, a possibilidade de tratamento de dados pessoais sensíveis na execução de contratos ou na fase pré-contratual de uma relação jurídica em que o titular seja parte, quando necessário a atender os legítimos interesses dos agentes de tratamento.

A **Emenda nº 5** inclui, na parte final do art. 20, a expressão “exceto nos casos em que for necessário para a celebração ou a execução de um contrato entre o titular dos dados e um responsável pelo tratamento”. O objetivo, segundo o autor, é assegurar a autonomia contratual entre as partes.

A **Emenda nº 6** altera o conceito legal que se atribui a “órgão de pesquisa”, para suprimir a expressão “sem fins lucrativos” relacionada às pessoas jurídicas que estão ali previstas.



SF/18732.45691-85



A **Emenda nº 7** modifica o conceito de dado pessoal sensível, com o objetivo de limitar a abrangência quanto às informações de saúde do titular dos dados.

A **Emenda nº 8** altera os artigos 42, 44 e 52, quanto à responsabilidade dos agentes, a natureza do tratamento irregular e o teto para o valor da multa, que, neste último caso, propõe uma redução para 10 milhões de reais.

Por fim, a **Emenda nº 9** afeta o art. 10, do PLC, para alterar o alcance da disposição referente ao legítimo interesse, particularmente quanto à proteção de direitos do titular, fazendo, agora, incluir também a de terceiros.

Ao contrário da **Emenda nº 1**, as **Emendas nºs 2 a 9** são nitidamente de mérito, o que nos impede, face à decisão política, de promover seu acatamento.

No mais, o nobre senador Armando Monteiro sugeriu-nos uma modificação, no mesmo art. 16, tal como proposto pela Emenda 1 - CAE, com a qual concordamos, a ponto de acatar a emenda sugerida. Outra proposta do nobre senador constitui a inclusão da palavra “ou” nos incisos que asseguram o regime de excludentes de responsabilidade civil, no art. 43. Concordamos com a sugestão a apresentamos emenda de redação respectiva.

VOTO

Ante o exposto, votamos pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 53, de 2018, com a apresentação das emendas de redação a seguir, e da **Emenda nº 1 – CAE**; como emenda de redação, e pela rejeição das demais proposições apensadas:

EMENDA Nº 10 - CAE (DE REDAÇÃO)

Exclua-se, do inciso I do art. 3º do PLC nº 53, de 2018, a expressão “salvo o tratamento previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei”, adequando-se a pontuação do dispositivo remanescente.

EMENDA Nº 11 - CAE (DE REDAÇÃO)



SF/18732.45691-85



Acrescente-se o seguinte § 2º, ao art. 3º do PLC nº 53, de 2018, renumerando-se os demais:

“Art. 3º

.....

§ 1º

§ 2º Excetua-se, do disposto no inciso I, deste artigo, o tratamento de dados previsto no inciso IV do caput do art. 4º desta Lei.”



EMENDA Nº 12 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso I do art. 4º do PLC nº 53, de 2018, o termo “pessoais” pela expressão “particulares e não econômicos”.

EMENDA Nº 13 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso III do art. 4º do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 4º

.....

III – realizado para fins exclusivos de:

- a) segurança pública;
- b) defesa nacional;
- c) segurança do Estado; ou
- d) atividades de investigação e repressão de infrações penais; ou”

EMENDA Nº 14 - CAE (DE REDAÇÃO)



Substitua-se, no PLC nº 53, de 2018, a expressão “órgão competente” por “autoridade nacional”, adequando-se o respectivo dispositivo alterado quanto à sintaxe de concordância.

EMENDA Nº 15 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso II do art. 5º do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 5º.....

.....

II - dado pessoal sensível: dado pessoal sobre a origem racial ou étnica, a convicção religiosa, a opinião política, a filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural;”

EMENDA Nº 16 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso III do art. 5º do PLC nº 53, de 2018, a expressão “dados anonimizados: dados pessoais relativos” por “dado anonimizado: dado relativo”.

EMENDA Nº 17 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso IV do art. 5º do PLC nº 53, de 2018, o termo “localizado” por “estabelecido”.

EMENDA Nº 18 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no PLC nº 53, de 2018, o termo “responsável” por “controlador”, salvo no inciso XIX, do art. 5º; no § 2º, do art. 13; no art. 14; e no inciso II, § 2º, do art. 50.



EMENDA Nº 19 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso XIII do art. 5º do PLC nº 53, de 2018, a seguinte

redação:

“Art. 5º

.....

XIII– bloqueio: suspensão temporária de qualquer operação de tratamento, mediante guarda do dado pessoal ou do banco de dados;

.....”

EMENDA Nº 20 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no PLC nº 53, de 2018, a expressão “organização internacional” por “organismo internacional”, adequando-se o respectivo dispositivo alterado quanto à sintaxe de concordância.

EMENDA Nº 21 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso VI do art. 7º do PLC nº 53, de 2018, a seguinte

redação:

“Art. 7º

.....

VI – para o exercício regular de direitos em processo judicial, administrativo ou arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;

.....”

EMENDA Nº 22 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso X, do art. 7º, a seguinte redação:

“Art. 7º.....

.....

X – para a proteção do crédito, inclusive quanto ao disposto na legislação pertinente.”

EMENDA Nº 23 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no § 5º do art. 7º do PLC nº 53, de 2018, o termo “responsáveis” por “controladores”.

EMENDA Nº 24 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao *caput* do art. 10 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 10. O legítimo interesse do controlador somente poderá fundamentar tratamento de dados pessoais para finalidades legítimas, consideradas a partir de situações concretas, que incluem, mas não se limitam a:

.....”

EMENDA Nº 25 - CAE (DE REDAÇÃO)

Deem-se aos incisos I e II do art. 10 do PLC nº 53, de 2018, as seguintes redações:

“Art. 10.....

I – apoio e promoção de atividades do controlador;
e



II – proteção em relação ao titular, do exercício regular de seus direitos ou a prestação de serviços que o beneficiem, respeitadas as legítimas expectativas dele e os direitos e liberdades fundamentais, nos termos desta Lei.

.....”

EMENDA Nº 26 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao título da Seção II, do Capítulo II, do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Seção II

Dos Dados Pessoais Sensíveis”

EMENDA Nº 27 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao *caput* do art. 11 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 11. O tratamento de dados pessoais sensíveis somente poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

.....”

EMENDA Nº 28 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao inciso I do art. 11 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 11.....

I – quando o titular ou seu responsável legal consentir de forma específica e destacada, para finalidades específicas;



.....”

EMENDA Nº 29 - CAE (DE REDAÇÃO)

A alínea a, do inc. II, do art. 11, do PLC 53, de 2018, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11.....

.....

II -

a) cumprimento de obrigação legal e regulatória pelo controlador;

.....”

EMENDA Nº 30 - CAE (DE REDAÇÃO)

Exclua-se, na alínea “b” do inciso II do art. 11 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “e uso”.

EMENDA Nº 31 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se à alínea “d” do inciso II do art. 11 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 11.....

.....

II -

.....

d) exercício regular de direitos, inclusive em contrato, processo judicial, administrativo ou



arbitral, este último nos termos da Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996;

.....”

EMENDA Nº 32 - CAE (DE REDAÇÃO)

Deem-se aos §§ 3º e 4º do art. 11 do PLC nº 53, de 2018, as seguintes redações:

“Art. 11.....

.....

§ 3º A comunicação ou o uso compartilhado de dados pessoais sensíveis entre controladores com o objetivo de obter vantagem econômica poderá ser objeto de vedação ou de regulamentação por parte da autoridade nacional, ouvidos os órgãos setoriais do poder público, no âmbito de suas competências.

§ 4º É vedada a comunicação ou o uso compartilhado entre controladores de dados pessoais sensíveis referentes à saúde com o objetivo de obter vantagem econômica, exceto nos casos de portabilidade de dados quando consentido pelo titular.

.....”

EMENDA Nº 33 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao caput, do art. 12, a seguinte redação:



“Art. 12. Os dados anonimizados não serão considerados dados pessoais, para os fins desta Lei, salvo quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

.....”

EMENDA Nº 34 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no caput do art. 13 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “pseudomização” por “pseudonimização”.

EMENDA Nº 35 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 14 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 14.....

.....

§ 2º No tratamento de dados de que trata o § 1º deste artigo, os controladores deverão manter pública informação sobre os tipos de dados coletados, a forma de sua utilização e os procedimentos para o exercício dos direitos a que se refere o art. 18 desta Lei.

.....

§ 4º Os controladores não devem condicionar a participação dos titulares de que trata o § 1º deste artigo a jogos, aplicações de internet ou outras atividades para o fornecimento de informações



pessoais além das estritamente necessárias à atividade.”

EMENDA Nº 36 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 14, § 5º, do PLC nº 53, de 2018, o termo “responsável” por “controlador”.

EMENDA Nº 37 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no art. 14, § 6º, do PLC nº 53, de 2018, a expressão “no § 3º deste artigo” por “neste artigo”.

EMENDA Nº 38 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no inciso IV do art. 15 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “da legislação em vigor” por “ao disposto nesta Lei”.

EMENDA Nº 39 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no inciso II do art. 16 do PLC nº 53, de 2018, o termo “estudos” por “estudo”.

EMENDA Nº 40 - CAE (DE REDAÇÃO)

Exclua-se, do § 1º do art. 18 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “e os organismos de defesa do consumidor”.

EMENDA Nº 41 - CAE (DE REDAÇÃO)

Inclua-se, no art. 18 do PLC nº 53, de 2018, o seguinte § 8º:

“Art. 18.....

.....



SF/18732.45691-85



§ 8º O direito a que se refere o § 1º, deste artigo, também pode ser exercido perante os organismos de defesa do consumidor.”

EMENDA Nº 42 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 22 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 22. A defesa dos interesses e dos direitos dos titulares de dados poderá ser exercida em juízo, individual ou coletivamente, na forma do disposto na legislação pertinente, acerca dos instrumentos de tutela individual e coletiva.”

EMENDA Nº 43 - CAE (DE REDAÇÃO)

(Ao PLC nº 53, de 2018)

Dê-se ao § 4º do art. 23 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 23.....

.....

§ 4º Os serviços notariais e de registro exercidos em caráter privado, por delegação do poder público, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de que trata o caput deste artigo, nos termos desta Lei.

.....”

EMENDA Nº 44 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no § 5º do art. 23 do PLC nº 53, de 2018, o termo “serviços” por “órgãos”.



EMENDA Nº 45 - CAE (DE REDAÇÃO)

Exclua-se, do inciso VI do art. 34 do PLC nº 53, de 2018, o termo “as”.

EMENDA Nº 46 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se no § 5º do art. 35 do PLC nº 53, de 2018, o termo “caput” por “§ 1º”.

EMENDA Nº 47 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no inciso II do § 1º do art. 42, do PLC nº 53, de 2018, o termo “responsáveis” por “controladores”.

EMENDA Nº 48 - CAE (DE REDAÇÃO)

Inclua-se, ao final do inciso II, do art. 43, do PLC nº 53, de 2018, a palavra “ou”.

EMENDA Nº 49 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao § 3º do art. 42 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 42.....

.....

§ 3º As ações de reparação por danos coletivos que tenham por objeto a responsabilização nos termos do caput deste artigo podem ser exercidas coletivamente em juízo, observado o disposto na legislação pertinente.

.....”

EMENDA Nº 50 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 45 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 45. As hipóteses de violação ao direito do titular no âmbito das relações de consumo permanecem sujeitas às regras de responsabilidade previstas na legislação pertinente.”

EMENDA Nº 51 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no § 1º do art. 46 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “dados sensíveis” por “dados pessoais sensíveis”.

EMENDA Nº 52 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no caput do art. 50 do PLC nº 53, de 2018, a expressão “responsáveis e” por “controladores e os”.

EMENDA Nº 53 - CAE (DE REDAÇÃO)

Dê-se ao art. 52 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 52.....

I – advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas;

II – multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração;

III – multa diária, observado o limite total a que se refere o inciso II;



IV - publicização da infração após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência.

V – bloqueio de dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização;

VI – eliminação dos dados pessoais a que se refere a infração;

VII – suspensão parcial ou total de funcionamento de banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador;

VIII – suspensão do exercício de atividade de tratamento de dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogáveis por igual período;

IX – proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados; e

.....

§ 3º O disposto nos incisos I, IV, V, VI, VII, VIII e IX do caput deste artigo poderá ser aplicado às entidades e aos órgãos públicos, sem prejuízo do disposto nas Leis nºs 8.112, de 11 de dezembro de 1990, 8.429, de 2 de junho de 1992, e 12.527, de 18 de novembro de 2011.

.....”

EMENDA Nº 54 - CAE (DE REDAÇÃO)



Dê ao art. 55 do PLC nº 53, de 2018, a seguinte redação:

“Art. 55. Fica criada a Autoridade Nacional de Proteção de Dados - ANPD, integrante da administração pública federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério da Justiça.

§ 1º A ANPD deverá ser regida nos termos previstos na Lei nº 9.986, de 18 de julho de 2000.

§ 2º A ANPD será composta pelo Conselho Diretor, como órgão máximo, e pelo Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade, além das unidades especializadas para a aplicação desta Lei.

§ 3º A natureza de autarquia especial conferida à ANPD é caracterizada por independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes e autonomia financeira.

.....”

EMENDA Nº 55 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, no caput do art. 56 e no caput do art. 57, do PLC nº 53, de 2018, a expressão “Autoridade Nacional de Proteção de Dados” por “ANPD”.

EMENDA Nº 56 - CAE (DE REDAÇÃO)

Substitua-se, nos §§ 1º e 2º, do art. 56, do PLC nº 53, de 2018, a expressão “Autoridade” por “ANPD”.



18

Sala da Comissão, em de junho de 2018.

Senador Ricardo Ferraço
PSDB-ES



17





Senado Federal

19

Relatório de Registro de Presença
CAE, 03/07/2018 às 10h - 24ª, Ordinária
 Comissão de Assuntos Econômicos

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
RAIMUNDO LIRA	1. EDUARDO BRAGA PRESENTE
ROBERTO REQUIÃO	2. ROMERO JUCÁ PRESENTE
GARIBALDI ALVES FILHO	3. ELMANO FÉRRER
ROSE DE FREITAS PRESENTE	4. WALDEMIR MOKA PRESENTE
SIMONE TEBET PRESENTE	5. AIRTON SANDOVAL PRESENTE
VALDIR RAUPP PRESENTE	6. VAGO
FERNANDO BEZERRA COELHO PRESENTE	

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
GLEISI HOFFMANN	1. ACIR GURGACZ
HUMBERTO COSTA	2. FÁTIMA BEZERRA
JORGE VIANA PRESENTE	3. PAULO PAIM PRESENTE
JOSÉ PIMENTEL PRESENTE	4. REGINA SOUSA
LINDBERGH FARIAS	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU PRESENTE	6. RANDOLFE RODRIGUES

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
TASSO JEREISSATI PRESENTE	1. ATAÍDES OLIVEIRA PRESENTE
RICARDO FERRAÇO PRESENTE	2. DALIRIO BEBER PRESENTE
JOSÉ SERRA	3. FLEXA RIBEIRO
RONALDO CAIADO	4. DAVI ALCOLUMBRE
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. MARIA DO CARMO ALVES

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
OTTO ALENCAR	1. SÉRGIO PETECÃO
OMAR AZIZ	2. JOSÉ MEDEIROS
CIRO NOGUEIRA	3. BENEDITO DE LIRA

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
LÚCIA VÂNIA	1. RUDSON LEITE
LÍDICE DA MATA	2. CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE
VANESSA GRAZZIOTIN PRESENTE	3. VAGO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	1. PEDRO CHAVES PRESENTE
ARMANDO MONTEIRO PRESENTE	2. CÁSSIO CUNHA LIMA
VAGO	3. RODRIGUES PALMA PRESENTE





20

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO**(PLC 53/2018)**

A COMISSÃO APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CAE, FAVORÁVEL AO PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 53 DE 2018, COM AS EMENDAS NºS 1 E 10 A 56 - CAE, REJEITANDO AS EMENDAS NºS 2 A 9; E PELA REJEIÇÃO DOS PROJETOS DE LEI DO SENADO NºS 330 DE 2013; 131 DE 2014; E 181 DE 2014.

03 de Julho de 2018

Senador TASSO JEREISSATI

Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 42, DE 2018

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2017, que Altera a Lei nº 10.457, de 14 de maio de 2002, substituindo a expressão “Dia do Bacharel em Turismo” por “Dia Nacional do Turismólogo e dos Profissionais do Turismo”.

PRESIDENTE EVENTUAL: Senador Antonio Anastasia

RELATOR: Senadora Lídice da Mata

RELATOR ADHOC: Senador José Agripino

03 de Julho de 2018



PARECER Nº , DE 2017

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2017 (Projeto de Lei nº 3629/2012, na Casa de origem), do Deputado Otavio Leite, que *altera a Lei nº 10.457, de 14 de maio de 2002, substituindo a expressão “Dia do Bacharel em Turismo” por “Dia Nacional do Turismólogo e dos Profissionais do Turismo”*.



Relatora: Senadora **LÍDICE DA MATA**

I – RELATÓRIO

Vem à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 14, de 2017, (Projeto de Lei nº 3.629, de 2012, na origem), de autoria do Deputado Otávio Leite, que propõe seja alterada a Lei nº 10.457, de 14 de maio de 2002, no sentido de substituir a expressão ‘Dia do Bacharel em Turismo’, por “Dia Nacional do Turismólogo e dos Profissionais do Turismo”, celebrado, anualmente, em 27 de setembro.

A proposição consta de três dispositivos: o art. 1º propõe a alteração no texto do art. 1º da referida lei; o art. 2º, por sua vez, estabelece a alteração no texto da ementa; e, por fim, no art. 3º, consta a cláusula de vigência, a qual propõe que a futura lei entre em vigor na data de sua publicação.



Em sua justificação, o autor da matéria ressalta que a alteração abrangerá não apenas os bacharéis em turismo, os turismólogos, mas também todos os profissionais envolvidos no setor do turismo.

Na Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei nº 3.629, de 2012, foi aprovado pelas Comissões de Cultura (CCULT) e de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

No Senado Federal, o PLC nº 14, de 2017, foi distribuído para a apreciação exclusiva da CE. Após a análise desta Comissão a matéria segue para a decisão do Plenário.

Não foram apresentadas emendas à proposição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CE opinar sobre matérias que versem sobre datas comemorativas, caso do projeto de lei em análise.

Como bem enfatiza o autor da matéria, o turismo constitui importante fator de desenvolvimento econômico, social e cultural em todo o mundo. No Brasil, em especial, o setor vem promovendo avanços e se consolidando como um efetivo instrumento de geração de empregos e distribuição de renda.

Além disso, o autor esclarece que a Lei nº 12.591, de 18 de janeiro de 2012, reconheceu a profissão de Turismólogo e disciplinou o seu exercício.

Por essas razões, é, sem dúvida, pertinente, oportuna e meritória a iniciativa, ora proposta, no sentido de promover a adequação da expressão na Lei nº 10.457, de 2002, a fim de reconhecer e prestigiar tão distinta categoria profissional.



SF/17829.41091-45



Tendo em vista o caráter exclusivo da distribuição à CE, cabe, igualmente, a esta Comissão apreciar os aspectos de constitucionalidade e de juridicidade da proposição.

No que tange à constitucionalidade, a iniciativa obedece aos requisitos constitucionais formais para a espécie normativa, além de também não afrontar dispositivos de natureza material da Carta Magna.

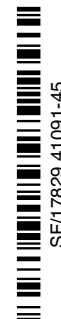
Quanto à juridicidade, cumpre lembrar que a instituição de efemérides é regulamentada pela Lei nº 12.345, de 9 de dezembro de 2010, que estabelece critérios para a instituição de datas comemorativas. De acordo com essa Lei a apresentação de proposição legislativa que vise a instituir data comemorativa deve vir acompanhada de comprovação da realização de consultas e/ou audiências públicas que atestem a alta significação para os diferentes segmentos profissionais, políticos, religiosos, culturais e étnicos que compõem a sociedade brasileira.

Cabe observar, no entanto, que o projeto de lei em tela não cria uma nova data comemorativa, mas altera a Lei nº 10.457, de 2002, que institui o Dia do Bacharel em Turismo, de forma a tornar mais abrangente a homenagem estabelecida por aquela Lei.

Diante disso, a proposição também está em consonância com ordenamento jurídico nacional.

No que concerne à técnica legislativa, o texto do projeto está igualmente de acordo com as normas estabelecidas pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, com a redação dada pela Lei Complementar nº 107, de 26 de abril de 2001, que dispõem sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Sendo assim, o projeto de lei em questão atende aos aspectos de natureza constitucional, técnica e jurídica.



III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2017.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora





6

Senado Federal

Relatório de Registro de Presença
CE, 03/07/2018 às 11h30 - 31ª, Extraordinária
Comissão de Educação, Cultura e Esporte

MDB	
TITULARES	SUPLENTE
ROSE DE FREITAS	1. VALDIR RAUPP PRESENTE
DÁRIO BERGER	2. HÉLIO JOSÉ
MARTA SUPICY	3. RAIMUNDO LIRA
JOSÉ MARANHÃO	4. SIMONE TEBET PRESENTE
EDISON LOBÃO	5. VAGO
JOÃO ALBERTO SOUZA	6. VAGO

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PDT, PT)	
TITULARES	SUPLENTE
ÂNGELA PORTELA	1. GLEISI HOFFMANN
FÁTIMA BEZERRA	2. HUMBERTO COSTA
LINDBERGH FARIAS	3. JORGE VIANA PRESENTE
PAULO PAIM PRESENTE	4. JOSÉ PIMENTEL PRESENTE
REGINA SOUSA	5. PAULO ROCHA PRESENTE
KÁTIA ABREU PRESENTE	6. VAGO

Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
TITULARES	SUPLENTE
ANTONIO ANASTASIA PRESENTE	1. DAVI ALCOLUMBRE
FLEXA RIBEIRO	2. RONALDO CAIADO
ROBERTO ROCHA	3. EDUARDO AMORIM
MARIA DO CARMO ALVES	4. VAGO
JOSÉ AGRIPINO PRESENTE	5. VAGO

Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
TITULARES	SUPLENTE
JOSÉ MEDEIROS	1. SÉRGIO PETECÃO
ROBERTO MUNIZ	2. ANA AMÉLIA PRESENTE
CIRO NOGUEIRA	3. LASIER MARTINS PRESENTE

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PPS, PSB, PCdoB, PV, REDE, PODE)	
TITULARES	SUPLENTE
CRISTOVAM BUARQUE PRESENTE	1. JOÃO CAPIBERIBE
LÚCIA VÂNIA	2. RANDOLFE RODRIGUES
LÍDICE DA MATA	3. ROMÁRIO

Bloco Moderador (PTB, PRB, PR, PTC)	
TITULARES	SUPLENTE
PEDRO CHAVES PRESENTE	1. MAGNO MALTA
WELLINGTON FAGUNDES PRESENTE	2. RUDSON LEITE
EDUARDO LOPES	3. ARMANDO MONTEIRO PRESENTE

Não Membros Presentes





Senado Federal

7

Relatório de Registro de Presença**Não Membros Presentes**

ROMERO JUCÁ
ATAÍDES OLIVEIRA
AIRTON SANDOVAL
VICENTINHO ALVES



DECISÃO DA COMISSÃO

(PLC 14/2017)

NA 31ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, REALIZADA NESTA DATA, A PRESIDÊNCIA DESIGNA RELATOR “AD HOC” O SENADOR JOSÉ AGRIPINO, EM SUBSTITUIÇÃO À SENADORA LÍDICE DA MATA. A COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE APROVA O RELATÓRIO, QUE PASSA A CONSTITUIR O PARECER DA CE, FAVORÁVEL AO PROJETO.

03 de Julho de 2018

Senador ANTONIO ANASTASIA

Presidiu a reunião da Comissão de Educação, Cultura e Esporte





SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 122, DE 2018-PLEN/SF

(DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA)

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2016, do Senador Donizeti Nogueira, que Dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim

RELATOR: Senador Sérgio Petecão

RELATOR ADHOC: Senadora Marta Suplicy

24 de Agosto de 2016



PARECER Nº , DE 2016

Da COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2016, do Senador Donizeti Nogueira, que *dispõe a proibição da comercialização de buzina de pressão à base de gás propano butano, envasado em tubo de aerossol a menores de 18 (dezoito) anos e dá outras providências.*

Relator: Senador **SÉRGIO PETECÃO**

RELATORIA “AD HOC”: SENADORA **MARTA SUPLICY**

I – RELATÓRIO

Vem ao exame da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 145, de 2016, de autoria do Senador Donizeti Nogueira, que pretende proibir a comercialização de buzinas acionadas pelos gases butano e propano a crianças e adolescentes.

Trata-se de proposição constituída por quatro artigos. O primeiro proíbe a comercialização de *buzina de pressão à base de gás propano butano* a pessoas com idade inferior a 18 anos. O art. 2º determina que a venda do produto é condicionada à apresentação, pelo comprador, de documento de identidade. O art. 3º prevê sanção de multa ao descumprimento das determinações dos artigos anteriores. Por fim, o art. 4º, a cláusula de vigência, dispõe que a lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Em sua justificção, o autor relembra os casos de mortes atribuídas à inalação indevida dos gases butano e propano, substâncias utilizadas como propelentes para acionamento de buzinas, que são muito populares em festas e eventos esportivos. Argumenta que a proibição da venda de tais produtos inibirá o abuso de inalantes e, por conseguinte, reduzirá a ocorrência de intoxicações e mortes de crianças e adolescentes.

Após apreciação nesta Comissão, o projeto será examinado na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) em caráter terminativo. Até o momento, não foram apresentadas emendas.



II – ANÁLISE

A apreciação do PLS nº 145, de 2016, pela CDH justifica-se em razão do que dispõe o art. 102-E do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No que respeita ao mérito, a proposição sob análise pretende proibir a venda de buzinas acionadas por mistura dos gases butano e propano a pessoas com idade inferior a 18 anos. Não há como negar a importância de tal medida, visto que são frequentes os relatos de abuso desses inalantes. A disseminação do uso inadequado dessas substâncias é consequência de serem utilizadas em dispositivos para acionar buzinas utilizadas por crianças e adolescentes em atividades recreativas, como festas e eventos em geral.

O uso inalatório – e não recomendado – desses gases é motivado por seus efeitos no Sistema Nervoso Central, que se caracterizam, em geral, por euforia e perda da inibição, entre outras sensações. Todavia, a aspiração desses gases pode também resultar em complicações clínicas graves como, por exemplo, insuficiência respiratória, arritmia cardíaca e morte. De fato, o aumento do número de intoxicações e de óbitos decorrentes de tal prática tem chamado a atenção das autoridades da área de saúde.

Evidentemente, tais constatações endossam a intenção do autor. Todavia, por mais nobre que pareça ser sua intenção, cumpre alertar que o PLS nº 145, de 2016, apresenta alguns problemas que merecem destaque.

Inicialmente, cabe informar que o gás propelente utilizado em buzinas é também reconhecido pelo termo “gás liquefeito de petróleo” (GLP), cuja função é expelir o conteúdo do produto. Durante muitos anos, utilizou-se, como propelente, o gás clorofluorcarbono (CFC). Todavia, pelo fato de se ter provado prejudicial ao meio-ambiente – com destaque aos danos que causa à camada de ozônio –, esse produto foi substituído por outros gases com menor potencial de causar danos ecológicos.

Atualmente, o propelente mais utilizado geralmente é composto pela mistura do propano e do butano, embalados em concentrações variadas de acordo com o tipo de produto. Tais substâncias são utilizadas, por exemplo, em frascos de cosméticos (perfumes e desodorantes), isqueiros, maçaricos e sprays de tinta. Note-se ainda que o “gás de cozinha” é predominantemente composto por esses gases. Desse modo, fica evidente que proibir a comercialização apenas de buzinas não significa que crianças e adolescentes deixarão de ter fácil acesso a produtos que contêm butano e propano.

O segundo problema do projeto refere-se ao fato de que a sua apresentação foi motivada por reportagens sobre mortes decorrentes da inalação do propano e butano das buzinas em questão. Com efeito, consta da justificção do projeto de lei sob análise que



o produto é vendido livremente no Brasil. E embora os avisos do rótulo alertem para os riscos da inalação do gás, seu consumo é livre e sem critérios.

A vítima mais recente desta prática, foi uma estudante que morreu na madrugada sábado (26/03/2016) depois de inalar o gás de buzina durante uma festa em um condomínio na cidade paulista de São José do Rio Preto, ela teve uma parada cardíaca e veio a óbito.

Depreende-se que o caso que aparentemente motivou a apresentação desse projeto foi a morte de jovem de 18 anos atribuída à inalação gases de uma buzina. Esse relato evidencia o descompasso entre a proposição e sua justificação, visto que prevê a proibição da venda a menores de 18 anos, fato que não se aplicaria à vítima do caso relatado, já maior de idade, segundo as reportagens. Ou seja, o projeto vale-se do relato de óbito de pessoa que, por ser maior de idade, não estaria protegida pela lei que dele surgisse.

Outro problema da proposição sob análise diz respeito à existência de indícios científicos que sugerem haver, de fato, risco de dependência decorrente do uso abusivo dos gases butano e propano. Com isso, o PLS nº 145, de 2016, poderia estar prejudicado, visto que o art. 81 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), já proíbe a comercialização de produtos que contenham tais substâncias.

Por fim, julgamos que cabe à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) regulamentar matérias de natureza técnica mediante publicação de normas infralegais. Ressalte-se que, analogamente ao caso em questão, a Anvisa já normatizou a venda da “cola de sapateiro”, um solvente com efeito psicotrópico e com capacidade de causar dependência quando excessivamente inalado.

Nesse caso, a autarquia, por meio da Resolução da Diretoria Colegiada (RDC) nº 345, de 15 de dezembro de 2005, que dispõe sobre produtos que contenham substâncias inalantes, proibiu a venda para pessoas menores de 18 anos de idade de

produtos colas, “thinner” e adesivos que contenham substâncias inalantes capazes de promover depressão na atividade do sistema nervoso central (SNC) e que apresentem potencial de abuso que pode desencadear a autoadministração.

Conclui-se, portanto, que o projeto de lei sob análise apresenta os seguintes problemas: tem possibilidade de não atingir o objetivo almejado (os gases butano e propano estão presentes também em outros produtos como isqueiros, cosméticos e sprays de tinta); vale-se do relato de óbito de pessoa que, por ser maior de idade, não estaria protegida pela lei que dele surgisse; pode ter a sua juridicidade questionada (a possível dependência decorrente do abuso dos gases propelentes torna prejudicada a proposição, visto que o assunto já está



regulamentado no ECA); e trata de matéria que deve ser normatizada por órgão técnico do Poder Executivo, no caso, a Anvisa.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **rejeição** do Projeto de Lei do Senado nº 145, de 2016.

Sala da Comissão, 24 de agosto de 2016.

Senador Paulo Paim, Presidente

Senadora Marta Suplicy, Relator “ad hoc”





SENADO FEDERAL SECRETARIA DE COMISSÕES

Reunião: 77ª Reunião, Extraordinária, da CDH

Data: 24 de agosto de 2016 (quarta-feira), às 11h

Local: Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 6

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PDT, PT)	
Paulo Paim (PT)	1. Lindbergh Farias (PT)
Regina Sousa (PT)	2. Ana Amélia (PP)
Angela Portela (PT)	3. Telmário Mota (PDT)
Fátima Bezerra (PT)	4. Cristovam Buarque (PPS)
VAGO	5. Humberto Costa (PT)
Benedito de Lira (PP)	6. Gleisi Hoffmann (PT)
Maioria (PMDB)	
Dário Berger (PMDB)	1. Simone Tebet (PMDB)
Hélio José (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD)
Rose de Freitas (PMDB)	3. Marta Suplicy (PMDB)
Omar Aziz (PSD)	4. VAGO
Valdir Raupp (PMDB)	5. VAGO
Bloco Social Democrata(PSDB, PV, DEM)	
Ricardo Franco	1. VAGO
Ataídes Oliveira (PSDB)	2. VAGO
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. VAGO
Cássio Cunha Lima (PSDB)	4. VAGO
Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia(PPS, PSB, PCdoB, REDE)	
João Capiberibe (PSB)	1. Romário (PSB)
Randolfe Rodrigues (REDE)	2. José Medeiros (PSD)
Bloco Moderador(PTB, PSC, PRB, PR, PTC)	
Magno Malta (PR)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Vicentinho Alves (PR)	2. Eduardo Lopes (PRB)



SENADO FEDERAL

PARECER (SF) Nº 124, DE 2018-PLEN/SF (DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO)

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2011, do Senador Ciro Nogueira, que Dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios de Eliseu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira

RELATOR: Senador Wilson Santiago

RELATOR ADHOC: Senador Rodrigo Rollemberg

04 de Outubro de 2011



PARECER Nº , DE 2011

Da COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que *dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Elizeu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.*

RELATOR: Senador **WILSON SANTIAGO**

RELATOR “AD HOC”: Senador **RODRIGO ROLLEMBERG**

I – RELATÓRIO

Vem à apreciação desta Comissão o Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira, que dispõe sobre a criação de Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos Municípios de Elizeu Martins e Pavussu, no Estado do Piauí.

O art. 1º do projeto autoriza o Poder Executivo a criar Zona de Processamento de Exportação (ZPE) nos municípios mencionados. Seu parágrafo único prevê que a criação, as características, os objetivos e o funcionamento da ZPE serão regulados pela legislação cabível. O art. 2º contém a cláusula de vigência.

O Autor assim justifica sua iniciativa: “Este empreendimento, cujo marco inicial situa-se nos municípios piauienses de Elizeu Martins e Pavussu, tornará possível o escoamento das riquezas geradas no nordeste



brasileiro de forma muito mais econômica que o transporte rodoviário e permitirá que a produção da ZPE aqui proposta alcance o mercado internacional a custos competitivos”.

O PLS nº 468, de 2011, foi encaminhado às Comissões de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo a esta última a decisão terminativa.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas à proposição nesta Comissão.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 104-A, III, do Regimento Interno do Senado Federal, cabe a esta Comissão opinar sobre matérias pertinentes a programas, projetos, investimentos e incentivos voltados para o desenvolvimento regional. Assim, nesta Comissão, a análise se restringe ao mérito do Projeto de Lei do Senado nº 468, de 2011, no que concerne ao seu impacto sobre o desenvolvimento regional.

Considerações sobre os aspectos financeiros e orçamentários, de constitucionalidade, de juridicidade e de regimentalidade da matéria serão feitas na Comissão de Assuntos Econômicos, que decidirá em caráter terminativo, conforme dispõe o art. 49, conjugado com o inciso I do art. 99, do Regimento Interno do Senado Federal.

No tocante ao mérito, cabe esclarecer que a discussão sobre a criação de ZPE no Brasil remonta à década de oitenta, quando foram criadas,



mediante decreto presidencial, dezessete ZPE. No entanto, elas nunca chegaram a entrar em operação.

Recentemente, o debate em torno das ZPE voltou à tona, com a discussão e aprovação pelo Congresso Nacional da Lei nº 11.508, de 2007. Diante da discussão sobre a importância das ZPE como instrumento de promoção do desenvolvimento, foram apresentados diversos Projetos de Lei do Senado com o objetivo de autorizar a criação de ZPE em diversos municípios brasileiros, entre os quais está o PLS que ora analiso.

Sem sombra de dúvidas, o PLS nº 468, de 2011, é meritório, já que as ZPE são um importante instrumento de desenvolvimento econômico, capaz de contribuir para reduzir as desigualdades entre regiões do Brasil.

Ainda que seja favorável às ZPE como instrumento de política de desenvolvimento, é necessário levar em conta a legislação sobre sua criação. A Lei nº 11.508, de 2007, que atualizou a legislação relativa às Zonas de Processamento de Exportação, em seu art. 2º, estabelece que a criação de ZPE far-se-á por decreto, à vista de proposta dos Estados ou Municípios. O art. 3º, por sua vez, determina que o Conselho Nacional das Zonas de Processamento de Exportação (CZPE) analisará as propostas de criação das ZPE e dará prioridade para as propostas de criação de ZPE localizada em área geográfica privilegiada para a exportação. Portanto, caberá ao Conselho Nacional analisar o mérito da criação de ZPE nos Municípios de Elizeu Martins e Pavussu, no Piauí, cuja proposta deverá ser feita pelo Estado ou pelos Municípios.

O Senado Federal, a respeito de projetos de lei autorizativa, ainda adota o entendimento do Parecer nº 527, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de autoria do Senador Josaphat



Marinho, segundo o qual esse tipo de projeto não sofreria, em princípio, vício de iniciativa. De acordo com esse Parecer, “o efeito jurídico de uma lei autorizativa é o de sugerir ao Poder Executivo, como forma de colaboração, a prática de ato de sua competência”.

Em função do Requerimento nº 3, de 2011, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que requereu, nos termos do art. 90, inciso XI, e art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, parecer sobre a constitucionalidade das proposições de natureza autorizativa, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou em sua 28ª Reunião Ordinária, ocorrida em 15 de junho de 2011, Parecer de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, ainda não aprovado pelo Plenário do Senado Federal, pela inconstitucionalidade de projetos de lei autorizativa.

No mesmo Parecer aprovado pela CCJ, informa-se que aquela Comissão aprovou, em 6 de abril de 2011, substitutivo ao Projeto de Resolução do Senado (PRS) nº 74, de 2009, que insere no art. 224 do Regimento Interno do Senado Federal a hipótese de indicação que visa a sugerir a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão, ou o envio de projeto sobre a matéria de sua iniciativa exclusiva. O substitutivo contém regra de transição, que permite a formulação de requerimento de indicação como conclusão aos pareceres dos projetos de lei autorizativa em curso. A matéria, contudo, ainda se encontra em tramitação na Casa.

Assim sendo, parece-me que todos os Projetos de Lei do Senado que propõem a criação de ZPE devem ser entendidos como uma sugestão, ou mesmo uma indicação, ao Poder Executivo, que, segundo a legislação em vigor, tem a competência para criar ZPE por meio de decreto. Esse foi,



inclusive, o Parecer dado pela Comissão de Assuntos Econômicos, em 2008, a um grande número de Projetos de Lei do Senado que propõem criação de ZPE em vários municípios de vários Estados da Federação.

Portanto, o PLS nº 468, de 2011, deve ser entendido como uma sugestão, ou indicação, ao Poder Executivo, que tem a competência legal para criar ZPE por meio de decreto. Ademais, creio ser possível a criação de uma ZPE nos municípios de Elizeu Martins e Pavussu, o que deverá contribuir para o desenvolvimento daqueles municípios e da região do extremo sul do Piauí.

Como conclusão, no que respeita ao mérito, adoto integralmente os argumentos que sustentam a proposição, a qual se coaduna com os ditames da Constituição Federal, em especial o art. 43, que trata da redução das desigualdades regionais. Ademais, a proposição não fere a ordem jurídica vigente e atende às normas para elaboração e alteração de leis, previstas na Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

III – VOTO

Diante do exposto, recomendo a aprovação do Projeto Lei do Senado nº 468, de 2011, de autoria do Senador Ciro Nogueira.

Sala da Comissão, em 04 de outubro de 2011.

Senador **Benedito de Lira**, Presidente

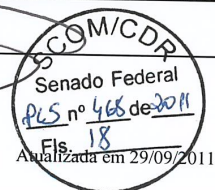
Senador **Rodrigo Rollemberg**, Relator “Ad Hoc”





SENADO FEDERAL
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 468, DE 2011	
ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE <u>04/10/2011</u> OS(AS) SENHORES(AS) SENADORES(AS)	
PRESIDENTE: <u>SENADOR BENEDITO DE LIRA</u>	
RELATOR: <u>SENADOR RODRIGO ROLLEMBERG "AD HOC"</u>	
TITULARES	SUPLENTE
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PCdoB, PRB)	
WELLINGTON DIAS (PT)	1-PAULO PAIM (PT)
ANA RITA (PT) <u>Amo</u>	2- ZEZE PERRELLA (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB) <u>Imon</u>	3-JOSÉ PIMENTEL (PT) <u>João Paulo</u>
VICENTINO ALVES (PR)	4-MAGNO MALTA (PR)
JOÃO DURVAL (PDT)	5-ACIR GURGACZ (PDT)
LÍDICE DA MATA (PSB) <u>Imon</u>	6- RODRIGO ROLLEMBERG(PSB) <u>rg</u>
BLOCO PARLAMENTAR DA MAIORIA (PV, PMDB, PP, PMN, PSC)	
ANA AMÉLIA (PP) <u>Paul</u>	1-JOÃO ALBERTO SOUZA (PMDB)
EDUARDO AMORIM (PSC)	2-LOBÃO FILHO (PMDB)
VITAL DO RÊGO (PMDB)	3-VAGO
WILSON SANTIAGO (PMDB) <u>Willy</u>	4-EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
IRO NOGUEIRA (PP) <u>Willy</u>	5-REDITARIO CASSOL (PP)
BENEDITO DE LIRA (PP)	6-GARIBALDI ALVES (PMDB)
BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA (PSDB, DEM)	
VAGO	1-LÚCIA VÂNIA (PSDB)
CÍCERO LUCENA (PSDB) <u>Lucena</u>	2-VAGO
MARIA DO CARMO ALVES (DEM) <u>Maria</u>	3-JOSÉ AGRIPINO (DEM)
PTB	
MOZARILDO CAVALCANTI <u>Mozarildo</u>	1-ARMANDO MONTEIRO
PSOL	
VAGO	1- RANDOLFE RODRIGUES



RESOLUÇÃO



Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Eunício Oliveira, Presidente, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O **Nº 14, DE 2018**

Autoriza o Município de Hortolândia (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Hortolândia (SP) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação destinam-se a financiar parcialmente o “Programa de Infraestrutura Urbana e Desenvolvimento Sustentável – Hortolândia – SP”.

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I – devedor: Município de Hortolândia (SP);

II – credor: Corporação Andina de Fomento (CAF);

III – garantidor: República Federativa do Brasil;

IV – valor: até US\$ 42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V – prazo de carência: até 54 (cinquenta e quatro) meses, contados a partir da data de assinatura do contrato;

VI – prazo de desembolso: até 6 (seis) meses para a solicitação do primeiro desembolso e até 48 (quarenta e oito) meses para a solicitação do último desembolso, contados a partir da data de assinatura do contrato;

VII – cronograma estimativo de desembolso: US\$ 10.717.176,76 (dez milhões, setecentos e dezessete mil, cento e setenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e setenta e seis centavos) em 2018, US\$ 10.494.176,76 (dez milhões, quatrocentos e noventa e quatro mil, cento e setenta e seis dólares dos Estados Unidos da América e setenta e seis centavos) em 2019, US\$ 10.416.496,76 (dez milhões, quatrocentos e dezesseis mil, quatrocentos e noventa e seis dólares dos Estados Unidos da América e setenta e seis



centavos) em 2020 e US\$ 10.372.149,72 (dez milhões, trezentos e setenta e dois mil, cento e quarenta e nove dólares dos Estados Unidos da América e setenta e dois centavos) em 2021;

VIII – amortização: 16 (dezesseis) prestações semestrais, consecutivas e, preferencialmente, iguais, acrescidas dos juros no vencimento de cada uma das parcelas, vencendo-se a primeira após 54 (cinquenta e quatro) meses contados a partir da data de assinatura do contrato;

IX – juros: exigidos semestralmente sobre os saldos devedores do principal do empréstimo à taxa anual variável que resulte da soma da taxa **Libor** para empréstimos de 6 (seis) meses com uma margem de 1,95% a.a. (um inteiro e noventa e cinco centésimos por cento ao ano), sendo que o primeiro pagamento deverá ser feito em 180 (cento e oitenta) dias contados a partir da data de assinatura do contrato, desde que ocorra algum desembolso durante esse período;

X – juros de mora: 2% a.a. (dois por cento ao ano) acrescidos aos juros a que se refere o inciso IX em caso de mora;

XI – comissão de compromisso: 0,35% a.a. (trinta e cinco centésimos por cento ao ano) sobre os saldos não desembolsados do empréstimo, devida a partir do vencimento do primeiro semestre após a assinatura contratual;

XII – comissão de financiamento: 0,65% (sessenta e cinco centésimos por cento) sobre o montante total do empréstimo, devida a partir do início da vigência do contrato e paga, no mais tardar, na oportunidade em que se realizar o primeiro desembolso;

XIII – gastos de avaliação: US\$ 50.000,00 (cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América), pagos diretamente ao credor, no momento do primeiro desembolso.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, assim como os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º Durante o período de 8 (oito) anos, contados a partir da data de início da vigência do contrato, o credor se obriga a financiar 20 (vinte) pontos básicos da margem de que trata o inciso IX do **caput**, reduzindo, nesse período, a margem para 1,75% a.a. (um inteiro e setenta e cinco centésimos por cento ao ano).

§ 3º Será exigida nova autorização do Senado Federal caso ocorram, antes da assinatura do contrato, alterações nas condições financeiras do empréstimo autorizado que impliquem ônus superiores aos previstos nesta Resolução.

Art. 3º É a República Federativa do Brasil autorizada a conceder garantia ao Município de Hortolândia (SP) na operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

Parágrafo único. A autorização prevista no **caput** é condicionada:

I – ao cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso;

II – à comprovação da situação de adimplemento quanto aos pagamentos de tributos, empréstimos e financiamentos devidos à União e quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dela recebidos nos termos do art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007;

III – à celebração de contrato de concessão de contragarantia entre o Município de Hortolândia e a União, sob a forma de vinculação das cotas de repartição das receitas tributárias previstas nos arts. 158 e 159, complementadas pelas receitas próprias de impostos



estabelecidas no art. 156, nos termos do § 4º do art. 167, todos da Constituição Federal, bem como de outras garantias em direito admitidas.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 3 de julho de 2018.

Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal

tksa/prs18-032



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PSB - Lídice da Mata*
Bloco-PP - Roberto Muniz* (S)
Bloco-PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

Bloco-PRB - Eduardo Lopes* (S)
Bloco-PT - Lindbergh Farias*
Bloco-PODE - Romário**

Maranhão

Maioria-MDB - Edison Lobão*
Maioria-MDB - João Alberto Souza*
Bloco-PSDB - Roberto Rocha**

Pará

Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro*
Maioria-MDB - Jader Barbalho*
Bloco-PT - Paulo Rocha**

Pernambuco

Bloco-PTB - Armando Monteiro*
Bloco-PT - Humberto Costa*
Maioria-MDB - Fernando Bezerra Coelho**

São Paulo

Maioria-MDB - Airtton Sandoval* (S)
Maioria-MDB - Marta Suplicy*
Bloco-PSDB - José Serra**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Aécio Neves*
Maioria-MDB - Zeze Perrella* (S)
Bloco-PSDB - Antonio Anastasia**

Goiás

Bloco-PSB - Lúcia Vânia*
Bloco-DEM - Wilder Moraes* (S)
Bloco-DEM - Ronaldo Caiado**

Mato Grosso

Bloco-PODE - José Medeiros* (S)
Bloco-PR - Rodrigues Palma* (S)
Bloco-PR - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

Bloco-PP - Ana Amélia*
Bloco-PT - Paulo Paim*
Bloco-PSD - Lasier Martins**

Ceará

Maioria-MDB - Eunício Oliveira*
Bloco-PT - José Pimentel*
Bloco-PSDB - Tasso Jereissati**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima*
Bloco-PSD - Raimundo Lira* (S)
Maioria-MDB - José Maranhão**

Espírito Santo

Bloco-PR - Magno Malta*
Bloco-PSDB - Ricardo Ferraço*
Bloco-PODE - Rose de Freitas**

Piauí

Bloco-PP - Ciro Nogueira*
Bloco-PT - Regina Sousa* (S)
Bloco-PODE - Elmano Férrer**

Rio Grande do Norte

Maioria-MDB - Garibaldi Alves Filho*
Bloco-DEM - José Agripino*
Bloco-PT - Fátima Bezerra**

Santa Catarina

Bloco-PSDB - Dalirio Beber* (S)
Bloco-PSDB - Paulo Bauer*
Maioria-MDB - Dário Berger**

Alagoas

Bloco-PP - Benedito de Lira*
Maioria-MDB - Renan Calheiros*
Bloco-PTC - Fernando Collor**

Sergipe

Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares*
Bloco-PSDB - Eduardo Amorim*
Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves**

Mandatos

*: Período 2011/2019 **: Período 2015/2023

Amazonas

Maioria-MDB - Eduardo Braga*
Bloco-PCdoB - Vanessa Grazziotin*
Bloco-PSD - Omar Aziz**

Paraná

Bloco-PT - Gleisi Hoffmann*
Maioria-MDB - Roberto Requião*
Bloco-PODE - Alvaro Dias**

Acre

Bloco-PT - Jorge Viana*
Bloco-PSD - Sérgio Petecão*
Bloco-PP - Gladson Cameli**

Mato Grosso do Sul

Bloco-PRB - Pedro Chaves* (S)
Maioria-MDB - Waldemir Moka*
Maioria-MDB - Simone Tebet**

Distrito Federal

Bloco-PPS - Cristovam Buarque*
Maioria-PROS - Hélio José* (S)
-S/Partido - Reguffe**

Rondônia

Bloco-PP - Reditario Cassol* (S)
Maioria-MDB - Valdir Raupp*
Bloco-PDT - Acir Gurgacz**

Tocantins

Bloco-PSDB - Ataídes Oliveira* (S)
Bloco-PR - Vicentinho Alves*
Bloco-PDT - Kátia Abreu**

Amapá

Bloco-PSB - João Capiberibe*
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues*
Bloco-DEM - Davi Alcolumbre**

Roraima

Bloco-PDT - Ângela Portela*
Maioria-MDB - Romero Jucá*
Bloco-PV - Rudson Leite** (S)



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco da Maioria - 19

MDB-18 / PROS-1

Airton Sandoval.	MDB / SP
Dário Berger.	MDB / SC
Edison Lobão.	MDB / MA
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eunício Oliveira.	MDB / CE
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Garibaldi Alves Filho.	MDB / RN
Hélio José.	PROS / DF
Jader Barbalho.	MDB / PA
João Alberto Souza.	MDB / MA
José Maranhão.	MDB / PB
Marta Suplicy.	MDB / SP
Renan Calheiros.	MDB / AL
Roberto Requião.	MDB / PR
Romero Jucá.	MDB / RR
Simone Tebet.	MDB / MS
Valdir Raupp.	MDB / RO
Waldemir Moka.	MDB / MS
Zeze Perrella.	MDB / MG

Bloco Social Democrata - 17

PSDB-12 / DEM-5

Aécio Neves.	PSDB / MG
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Ataídes Oliveira.	PSDB / TO
Cássio Cunha Lima.	PSDB / PB
Dalirio Beber.	PSDB / SC
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Eduardo Amorim.	PSDB / SE
Flexa Ribeiro.	PSDB / PA
José Agripino.	DEM / RN
José Serra.	PSDB / SP
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Paulo Bauer.	PSDB / SC
Ricardo Ferraço.	PSDB / ES
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Ronaldo Caiado.	DEM / GO
Tasso Jereissati.	PSDB / CE
Wilder Moraes.	DEM / GO

Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania - 13

PSB-4 / PCdoB-1 / REDE-1 / PPS-1

PODE-5 / PV-1

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Carlos Valadares.	PSB / SE
Cristovam Buarque.	PPS / DF
Elmano Férrer.	PODE / PI
João Capiberibe.	PSB / AP
José Medeiros.	PODE / MT
Lídice da Mata.	PSB / BA
Lúcia Vânia.	PSB / GO
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Rudson Leite.	PV / RR
Vanessa Grazziotin.	PCdoB / AM

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 12

PT-9 / PDT-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Ângela Portela.	PDT / RR
Fátima Bezerra.	PT / RN
Gleisi Hoffmann.	PT / PR
Humberto Costa.	PT / PE
Jorge Viana.	PT / AC
José Pimentel.	PT / CE
Kátia Abreu.	PDT / TO
Lindbergh Farias.	PT / RJ
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Regina Sousa.	PT / PI

Bloco Parlamentar Democracia Progressista - 11

PP-6 / PSD-5

Ana Amélia.	PP / RS
Benedito de Lira.	PP / AL
Ciro Nogueira.	PP / PI
Gladson Cameli.	PP / AC
Lasier Martins.	PSD / RS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Raimundo Lira.	PSD / PB
Reditario Cassol.	PP / RO
Roberto Muniz.	PP / BA
Sérgio Petecão.	PSD / AC

Bloco Moderador - 8

PTB-1 / PR-4 / PRB-2 / PTC-1

Armando Monteiro.	PTB / PE
Eduardo Lopes.	PRB / RJ
Fernando Collor.	PTC / AL
Magno Malta.	PR / ES
Pedro Chaves.	PRB / MS
Rodrigues Palma.	PR / MT
Vicentinho Alves.	PR / TO
Wellington Fagundes.	PR / MT

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
---------------	----

Bloco da Maioria.	19
Bloco Social Democrata.	17
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.	13
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	12
Bloco Parlamentar Democracia Progressista.	11
Bloco Moderador.	8
S/Partido.	1
TOTAL.	81

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 55ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz** (Bloco-PDT-RO)	Garibaldi Alves Filho* (Maioria-MDB-RN)	Pedro Chaves* (Bloco-PRB-MS)
Aécio Neves* (Bloco-PSDB-MG)	Gladson Cameli** (Bloco-PP-AC)	Raimundo Lira* (Bloco-PSD-PB)
Airton Sandoval* (Maioria-MDB-SP)	Gleisi Hoffmann* (Bloco-PT-PR)	Randolfe Rodrigues* (Bloco-REDE-AP)
Alvaro Dias** (Bloco-PODE-PR)	Hélio José* (Maioria-PROS-DF)	Reditario Cassol* (Bloco-PP-RO)
Ana Amélia* (Bloco-PP-RS)	Humberto Costa* (Bloco-PT-PE)	Regina Sousa* (Bloco-PT-PI)
Ângela Portela* (Bloco-PDT-RR)	Jader Barbalho* (Maioria-MDB-PA)	Reguffe** (-S/Partido-DF)
Antonio Anastasia** (Bloco-PSDB-MG)	João Alberto Souza* (Maioria-MDB-MA)	Renan Calheiros* (Maioria-MDB-AL)
Antonio Carlos Valadares* (Bloco-PSB-SE)	João Capiberibe* (Bloco-PSB-AP)	Ricardo Ferraço* (Bloco-PSDB-ES)
Armando Monteiro* (Bloco-PTB-PE)	Jorge Viana* (Bloco-PT-AC)	Roberto Muniz* (Bloco-PP-BA)
Ataídes Oliveira* (Bloco-PSDB-TO)	José Agripino* (Bloco-DEM-RN)	Roberto Requião* (Maioria-MDB-PR)
Benedito de Lira* (Bloco-PP-AL)	José Maranhão** (Maioria-MDB-PB)	Roberto Rocha** (Bloco-PSDB-MA)
Cássio Cunha Lima* (Bloco-PSDB-PB)	José Medeiros* (Bloco-PODE-MT)	Rodrigues Palma* (Bloco-PR-MT)
Ciro Nogueira* (Bloco-PP-PI)	José Pimentel* (Bloco-PT-CE)	Romário** (Bloco-PODE-RJ)
Cristovam Buarque* (Bloco-PPS-DF)	José Serra** (Bloco-PSDB-SP)	Romero Jucá* (Maioria-MDB-RR)
Dalirio Beber* (Bloco-PSDB-SC)	Kátia Abreu** (Bloco-PDT-TO)	Ronaldo Caiado** (Bloco-DEM-GO)
Dário Berger** (Maioria-MDB-SC)	Lasier Martins** (Bloco-PSD-RS)	Rose de Freitas** (Bloco-PODE-ES)
Davi Alcolumbre** (Bloco-DEM-AP)	Lídice da Mata* (Bloco-PSB-BA)	Rudson Leite** (Bloco-PV-RR)
Edison Lobão* (Maioria-MDB-MA)	Lindbergh Farias* (Bloco-PT-RJ)	Sérgio Petecão* (Bloco-PSD-AC)
Eduardo Amorim* (Bloco-PSDB-SE)	Lúcia Vânia* (Bloco-PSB-GO)	Simone Tebet** (Maioria-MDB-MS)
Eduardo Braga* (Maioria-MDB-AM)	Magno Malta* (Bloco-PR-ES)	Tasso Jereissati** (Bloco-PSDB-CE)
Eduardo Lopes* (Bloco-PRB-RJ)	Maria do Carmo Alves** (Bloco-DEM-SE)	Valdir Raupp* (Maioria-MDB-RO)
Elmano Férrer** (Bloco-PODE-PI)	Marta Suplicy* (Maioria-MDB-SP)	Vanessa Grazziotin* (Bloco-PCdoB-AM)
Eunício Oliveira* (Maioria-MDB-CE)	Omar Aziz** (Bloco-PSD-AM)	Vicentinho Alves* (Bloco-PR-TO)
Fátima Bezerra** (Bloco-PT-RN)	Otto Alencar** (Bloco-PSD-BA)	Waldemir Moka* (Maioria-MDB-MS)
Fernando Bezerra Coelho** (Maioria-MDB-PE)	Paulo Bauer* (Bloco-PSDB-SC)	Wellington Fagundes** (Bloco-PR-MT)
Fernando Collor** (Bloco-PTC-AL)	Paulo Paim* (Bloco-PT-RS)	Wilder Moraes* (Bloco-DEM-GO)
Flexa Ribeiro* (Bloco-PSDB-PA)	Paulo Rocha** (Bloco-PT-PA)	Zeze Perrella* (Maioria-MDB-MG)

Mandatos

*: Período 2011/2019 ** Período 2015/2023



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Eunício Oliveira - (MDB-CE)

1º VICE-PRESIDENTE

Cássio Cunha Lima - (PSDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

João Alberto Souza - (MDB-MA)

1º SECRETÁRIO

José Pimentel - (PT-CE)

2º SECRETÁRIO

Gladson Cameli - (PP-AC)

3º SECRETÁRIO

Antonio Carlos Valadares - (PSB-SE)

4º SECRETÁRIO

Zeze Perrella - (MDB-MG)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Eduardo Amorim - (PSDB-SE)

2º Sérgio Petecão - (PSD-AC)

3º Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

4º Cidinho Santos - (PR-MT)



COMPOSIÇÃO

LIDERANÇAS

<p>Bloco da Maioria (MDB/PROS) - 19</p> <p>Líder Simone Tebet - MDB (142,162)</p> <p>.....</p> <p>Líder do MDB - 18 Simone Tebet (142,162)</p> <p>Vice-Líder do MDB Valdir Raupp (141)</p> <p>Líder do PROS - 1 Hélio José (42,48,86,155)</p>	<p>Bloco Social Democrata (PSDB/DEM) - 17</p> <p>Líder Eduardo Amorim - PSDB (70,103,140)</p> <p>Vice-Líderes Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Ataídes Oliveira (75)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 12 Paulo Bauer (100)</p> <p>Vice-Líderes do PSDB Ricardo Ferraço (78,85,112,160) Roberto Rocha (37,54,111,158,159)</p> <p>Líder do DEM - 5 Ronaldo Caiado (104)</p> <p>Vice-Líder do DEM José Agripino (32,51)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP/PSD) - 11</p> <p>Líder Ciro Nogueira - PP (165)</p> <p>Vice-Líderes Benedito de Lira (106) Otto Alencar (49)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PP - 6 Benedito de Lira (106)</p> <p>Líder do PSD - 5 Omar Aziz (45,101)</p> <p>Vice-Líder do PSD Lasier Martins (94,96,117)</p>
<p>Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PDT) - 12</p> <p>Líder Lindbergh Farias - PT (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líderes Acir Gurgacz (8,26,116) Regina Sousa (34)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PT - 9 Lindbergh Farias (28,59,62,89,125,134,135)</p> <p>Vice-Líder do PT Paulo Rocha (25,41,55,63,126)</p> <p>Líder do PDT - 3 Acir Gurgacz (8,26,116)</p> <p>Vice-Líder do PDT Ângela Portela (139,163)</p>	<p>Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PSB/PCdoB/REDE/PPS/PODE/PV) - 13</p> <p>Líder João Capiberibe - PSB (1,11,113,153,154)</p> <p>Vice-Líderes Randolfe Rodrigues (20,23,91,156) Vanessa Grazziotin (17,22,157)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PSB - 4 Antonio Carlos Valadares (52,71,146,164)</p> <p>Vice-Líder do PSB Lídice da Mata (13,19,145,166)</p> <p>Líder do PCdoB - 1 Vanessa Grazziotin (17,22,157)</p> <p>Líder do REDE - 1 Randolfe Rodrigues (20,23,91,156)</p> <p>Líder do PPS - 1 Cristovam Buarque (64)</p> <p>Líder do PODE - 5 Alvaro Dias (16,65,136)</p> <p>Vice-Líder do PODE Romário (137,152)</p> <p>Líder do PV - 1 Rudson Leite (167)</p>	<p>Bloco Moderador (PTB/PR/PRB/PTC) - 8</p> <p>Líder Wellington Fagundes - PR (43,46,109)</p> <p>.....</p> <p>Líder do PTB - 1 Armando Monteiro (97)</p> <p>Líder do PR - 4 Vicentinho Alves (105)</p> <p>Vice-Líder do PR Magno Malta (108)</p> <p>Líder do PRB - 2 Eduardo Lopes (81,95)</p> <p>Líder do PTC - 1 Fernando Collor (5,6,67,69)</p>
<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - MDB (119)</p> <p>Vice-Líderes Fernando Bezerra Coelho (102,129,144) Davi Alcolumbre (74,87,131,150) Flexa Ribeiro (132,151) Sérgio Petecão (10,133,148) Wilder Morais (39,122,128,147)</p>	<p>Minoria</p> <p>Líder Humberto Costa - PT (15,21,50,53,79,90,114)</p>	

Notas:

1. Em 01.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado líder do PSB (Of. 8/2015-GLPSB)
2. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado líder do PRB (Of. 2/2015-BLUFOR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

3. Em 01.02.2015, o Senador Marcelo Crivella foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
4. Em 01.02.2015, o Senador Blairo Maggi foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
5. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. 001/2015-BLUFOR).
6. Em 01.02.2015, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTB (Of. 1/2015-GLPTB).
7. Em 01.02.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
8. Em 01.02.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 1/2015-GLPDT).
9. Em 03.02.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado líder do PSDB (Of. s/n GLPSDB).
10. Em 03.02.2015, o Senador Sérgio Petecão foi designado vice-líder do PSD (Of. 002/2015-GLPSD).
11. Em 03.02.2015, o Senador João Capiberibe foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
12. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
13. Em 03.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Democracia Participativa (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar Democracia Participativa).
14. Em 03.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado líder do PPS (Of.18/2015-GSJMEDEI).
15. Em 04.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do PT (Of. 2/2015-GLDPT).
16. Em 04.02.2015, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (expediente s/n).
17. Em 04.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada líder do PCdoB (Of. 1/2015-GLPCdoB).
18. Em 24.02.2015, o Senador José Medeiros foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
19. Em 24.02.2015, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD);
20. Em 24.02.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
21. Em 24.02.2015, o Senador Humberto Costa foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 02/2015-GLDBAG).
22. Em 24.02.2015, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 01/2015-BSD).
23. Em 29.09.2015, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder da REDE (Of. 67/2015/GSRROD).
24. Em 03.03.2015, o Senador José Pimentel foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
25. Em 03.03.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
26. Em 03.03.2015, o Senador Acir Gurgacz foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
27. Em 03.03.2015, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 4ª vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
28. Em 03.03.2015, o Senador Lindbergh Farias foi designado 3º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
29. Em 03.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
30. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 014-2015/GLDBAG).
31. Em 03.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 3/2015-GLPDT).
32. Em 04.03.2015, o Senador José Agripino foi designado vice-líder do DEM (Of. 007/2015-GLDEM).
33. Em 06.03.2015, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 52/2015-GLPSDB).
34. Em 17.03.2015, a Senadora Regina Souza foi designada 5ª Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 32/2015-GLDBAG).
35. Em 17.03.2015, o Senador Walter Pinheiro foi designando 3º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Telmário Mota (Of. 32/2015-GLDBAG).
36. Em 17.03.2015, o Senador Telmário Mota foi designando 4º Vice-Líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador José Pimentel (Of. 32/2015-GLDBAG).
37. Em 25.03.2015, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 30/2015-GLPSB).
38. Em 07.04.2015, o Senador Antonio Anastasia foi designado terceiro Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
39. Em 07.04.2015, o Senador Wilder Moraes foi designado segundo Vice-Líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2015-Bloco Parlamentar da Oposição).
40. Em 28.04.2015, o Senador Delcídio do Amaral foi designado Líder do Governo (Msg. 120/2015).
41. Em 25.08.2015, o Senador Paulo Rocha foi designado 2º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
42. Em 25.08.2015, o Senador Hélio José foi designado 1º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
43. Em 25.08.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado 3º vice-líder do Governo (Mem. 42/2015-GLDGOV).
44. Em 09.09.2015, o Senador Telmário Mota foi designado 4º vice-líder do Governo (Mem. 46/2015-GLDGOV).
45. Em 03.11.2015, o Senador Omar Aziz foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (of. 1/2015).
46. Em 19.11.2015, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do PR (Ofício s/n - GABLI DPR).
47. Em 08.12.2015, o Senador Cássio Cunha Lima foi reconduzido líder do PSDB para o exercício de 2016 (Of. s/n GLPSDB).
48. Em 10.12.2015, o Senador Hélio José foi designado líder do PMB (Mem. 12-193/2015-GSHJOSE).
49. Em 16.12.2015, o Senador Otto Alencar foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 003/2015).
50. Em 03.02.2016, o Senador Humberto Costa foi reconduzido à liderança do PT (Of. 1/2016-GLDPT).
51. Em 16.02.2016, o Senador José Agripino foi designado líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n).
52. Em 16.02.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Líder do PSB, conforme Of. nº 1/2016-GLPSB, em substituição ao Senador João Capiberibe.
53. Em 24.02.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Governo (MSG nº 49/2016).
54. Em 01.03.2016, o Senador Roberto Rocha foi designado Vice-Líder do PSB (Of. 2/2016-GLPSB).
55. Em 02.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do PT, deixando de ocupar a vaga de 1º Vice-líder (Of. 3/2016-GLDPT).
56. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
57. Em 08.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 4ª vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
58. Em 08.03.2016, o Senador Telmário Mota foi designado 3º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
59. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do Bloco de Apoio ao Governo (Of. 17/2016-GLDBAG).
60. Em 08.03.2016, o Senador Donizeti Nogueira foi designado 4º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
61. Em 08.03.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3ª vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
62. Em 08.03.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 4/2016-GLDPT).
63. Em 08.03.2016, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco de Apoio ao Governo, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 16/2016-GLDBAG).
64. Em 17.03.2016, o Senador Cristovam Buarque foi designado líder do PPS (Of. 3-009/2016-GSCB).
65. Em 02.02.2016, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Verde (Memo 008/16-SEN).



66. Em 22.03.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada 2ª vice-líder do Governo, em substituição ao Senador Paulo Rocha (Memo. 8/2016-GLDGOV).
67. Em 30.03.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do PTC (Of. 1/2016-LIDPTC).
68. Em 05.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado Líder do PTB (Of. Nº 001/2016-LIDPTB).
69. Em 06.04.2016, o Senador Fernando Collor foi designado líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
70. Em 06.04.2016, o Senador Eduardo Amorim foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
71. Em 06.04.2016, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado Vice-Líder do Bloco Socialismo e Democracia, conforme Memo. nº 14/2016-BLSDEM.
72. Em 06.04.2016, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar União e Força (Of. nº 9/2016-BLUFOR)
73. Em 03.05.2016, o Senador Zeze Perrella é designado vice-líder do PTB (Of. nº 2/2016-LIDPTB).
74. Em 05.05.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
75. Em 05.05.2016, o Senador Ataídes Oliveira foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
76. Em 05.05.2016, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2ª vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
77. Em 05.05.2016, o Senador Waldemir Moka foi designado 1º vice-líder do PMDB (Of. 62/2016-GLPMDB).
78. Em 05.05.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar da Oposição (Of. s/n/2016-Bloco Parlamentar da Oposição).
79. Em 12.05.2016, o Senador Humberto Costa deixou de ser líder do governo (Mensagem nº 253/2016 e Memorando nº 104/2016-GSHCST)
80. Em 01.06.2016, o Senador Aloysio Nunes Ferreira foi designado Líder do Governo (Mensagem 306/2016).
81. Em 06.06.2016, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2016-GSEL).
82. Em 06.06.2016, o Senador José Aníbal foi designado 2º vice-líder do PSDB, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 35/2016-GLPSDB).
83. Em 10.06.2016, a Senadora Gleisi Hoffmann deixa de compor a 2ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
84. Em 10.06.2016, o Senador Telmário Mota deixa de compor a 4ª vice-liderança do Governo (Of. 49/2016-GLDBAG).
85. Em 14.06.2016, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 5º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
86. Em 14.06.2016, o Senador Hélio José foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
87. Em 14.06.2016, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
88. Em 14.06.2016, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 17/2016-GLDGOV).
89. Em 22.06.2016, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder da Minoria (Of. 13/2016-GLDPT).
90. Em 08.08.2016, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do PT e do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Ofícios nº 14/2016-GLDPT e nº 77/2016-GLPRD).
91. Em 24.08.2016, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado líder do Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Memo. 53/2016-GLBSD).
92. Em 01.10.2016, o Senador Marcelo Crivella reassume a liderança do partido (Memo nº 42/2016-GSMC).
93. Em 29.11.2016, a Senadora Fátima Bezerra foi designada 3º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 19/2016-GLDPT).
94. Em 16.02.2016, o Senador Lasier Martins foi designado líder do PDT (Memo. 59-GSTMOTA).
95. Em 02.01.2017, o Senador Eduardo Lopes é designado Líder do PRB (Memo. nº 1/2017-GSELOP).
96. Em 31.01.2017, o Senador Lasier Martins deixou a liderança do PDT, em virtude de sua desfiliação do partido.
97. Em 31.01.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado líder do PTB (Comunicação s/n-2017)
98. Em 31.01.2017, o Senador Elmano Férrer deixou a vice-liderança do PTB, em virtude de sua desfiliação do partido.
99. Em 31.01.2017, o Senador Telmário Mota deixou a vice-liderança do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e a vice-liderança do PDT e, em virtude de sua desfiliação do partido.
100. Em 01.02.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado líder do PSDB (Comunicação s/n-2017)
101. Em 01.02.2017, o Senador Omar Aziz foi designado líder do PSD (Memo. nº 1/2017-GLPSD)
102. Em 01.02.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do PSB (Of. GLPSB nº 1/2017)
103. Em 31.01.2017, o Senador Eduardo Amorim deixou a vice-liderança do Bloco Moderador e a liderança do PSC, em virtude de sua desfiliação do partido.
104. Em 01.02.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado líder do DEM (Of. 01/2017-GLDEM).
105. Em 01.02.2017, o Senador Vicentinho Alves foi designado líder do PR (Of. sn/2017-GLPR).
106. Em 01.02.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado líder do PP (Of. 01/2017-GLDPP).
107. Em 01.02.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 11/2017)
108. Em 03.02.2017, o Senador Magno Malta é designado vice-líder do PR (Of. de indicação s/nº-2017)
109. Em 03.02.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Moderador (Of. 1/2017-BLUMOD)
110. Em 06.02.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado líder do PSC (Of. 11/2017-GSPCHAV).
111. Em 06.02.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSB (Of. 2/2017-GLPSB)
112. Em 07.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado Vice-Líder do PSDB (Ofício 42/2017-GLPSDB)
113. Em 08.02.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Socialismo e Democracia (Memo 2/2017-GLBSD)
114. Em 08.02.2017, o Senador Humberto Costa foi designado Líder da Minoria (Ofício 2/2017-GLDPT)
115. Em 08.02.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do PT (Of. 1/2017-GLDPT).
116. Em 09.02.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado líder do PDT (Of. 4/2017-GLPDT).
117. Em 22.02.2017, o Senador Lasier Martins foi designado Vice-líder do PSD (Memo. 3/2017-GLPSD).
118. Em 23.02.2017, o Senador José Aníbal deixou de ocupar o cargo de 2º vice-líder do PSDB, em função do retorno ao mandato do Senador titular, José Serra.
119. Em 07.03.2017, o Senador Romero Jucá foi indicado Líder do Governo (Mensagem. 57/2017-PR).
120. Em 07.03.2017, o Senador Aloysio Nunes Ferreira afastou-se do exercício para exercer cargo no Poder Executivo (Memo 60/2017-SANF).
121. Em 09.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi indicada líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 1/2017-BLPRD).
122. Em 14.03.2017, o Senador Wilder de Moraes foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo 17/2017-GLDPRO)
123. Em 22.03.2017, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. GLPMDB nº 71/2017)
124. Em 24.03.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 74/2017)
125. Em 19.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado 2º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
126. Em 19.04.2017, o Senador Paulo Rocha foi designado 1º vice-líder do PT (Of. 13/2017-GLDPT).
127. Em 28.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Moderador (Of. 61/2017-BLOMOD).
128. Em 08.05.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
129. Em 08.05.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado 1º vice-líder do Governo (Memo. 13/2016-GLDGOV).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



130. Em 08.05.2017, o Senador José Medeiros foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
131. Em 08.05.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 3º vice-líder do Governo (Memo 13/2016-GLDGOV).
132. Em 08.05.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
133. Em 08.05.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 13/2017-GLDGOV).
134. Em 08.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do PT (Of. 17/2017-GLDPT).
135. Em 19.06.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 78/2017-GLDPRD).
136. Em 04.07.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
137. Em 04.07.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 8/2017)
138. Em 05.07.2017, o Senador Raimundo Lira foi designado líder do PMDB e da Maioria (Of. 39 e 40/2017-GLPMDB).
139. Em 11.07.2017, a Senadora Ângela Portela foi designada líder temporária do PDT no período de 11 a 14 de julho de 2017. (Memo nº 36/2017).
140. Em 02.08.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado líder do Bloco Social Democrata (Of. s/n).
141. Em 16.08.2017, o Senador Valdir Raupp foi designado 1º Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017)
142. Em 16.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada 2ª Vice-Líder do PMDB (Of. GLPMDB nº 172/2017).
143. Em 23.08.2017, o Senador José Medeiros foi designado vice-líder do Podemos (Memo nº 12/2017).
144. Em 05.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho deixou a liderança do PSB em virtude da sua desfiliação do Partido (Memo 67/17-GSFERCOE).
145. Em 12.09.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
146. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado vice-líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 82/2017-BLSDEM).
147. Em 13.09.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
148. Em 13.09.2017, o Senador Sérgio Petecão foi designado 5º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
149. Em 13.09.2017, o Senador José Medeiros foi designado 4º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
150. Em 13.09.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado 2º vice-líder do Governo (Memo 28/2017-GLDGOV).
151. Em 13.09.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado 3º Vice-Líder do Governo (Of. 28/2017-GLDGOV).
152. Em 21.09.2017, o Senador Romário foi designado vice-líder do Podemos (Of. nº 1/2017)
153. Em 27.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
154. Em 28.09.2017, o Senador João Capiberibe foi designado líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo 86/2017-BLSDEM)
155. Em 11.10.2017, o Senador Hélio José foi designado líder do PROS (Of. 315/2017-GSHJOSE).
156. Em 31.10.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
157. Em 31.10.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada 2ª vice-líder do Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 8/2017-GLBPDC).
158. Em 23.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado 1º Vice-Líder do PSDB (Of. 235/2017-GLPSDB)
159. Em 13.03.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado 2º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
160. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado 1º vice-líder do PSDB (Of. 24/2018-GLPSDB).
161. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros renunciou à 2ª vice-líderança do Governo (Of. 63/2018-GSIMEDEI).
162. Em 04.04.2018, a Senadora Simone Tebet foi designada líder do PMDB e da Maioria (Of. nº 40/2018-GLPMDB)
163. Em 04.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada vice-líder do PDT (Memo nº 1/2018-GLDPDT).
164. Em 04.04.2018, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado líder do PSB (Of. nº 9/2018-GLPSB).
165. Em 10.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi indicado líder do Bloco Democracia Progressista (Of. S/N/2018-BI.DPROG)
166. Em 09.05.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada vice-líder do PSB (Memo nº 17/2018-GLDPSB).
167. Em 06.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado líder do PV (Memo. 1/2018-GRSLEITE).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF)

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Instalação: 06/12/2017

Apresentação Emendas - prazo final quadruplicado: 16/05/2018

Relatórios Parciais - prazo final quadruplicado: 12/07/2018

Relat. Relator-Geral - prazo final quadruplicado: 23/08/2018

Parecer Final Comissão - prazo final quadruplicado: 21/09/2018

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Dário Berger ⁽³⁾	1. Senador Eduardo Braga ⁽³⁾
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽³⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽³⁾
Senador Roberto Requião ⁽³⁾	3. Senador Airtton Sandoval ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)	1.
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA)	1.
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 28.11.2017, os Senadores José Pimentel e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Fátima Bezerra membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 56/2017-GLBPRD).
2. Em 28.11.2017, o Senador Pedro Chaves foi designado membro titular, e o Senador Armando Monteiro membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor a comissão (Of. 110/2017-BLOMOD).
3. Em 28.11.2017, os Senadores Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Roberto Requião foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Braga e Valdir Raupp membros suplentes, pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 215/2017-GLPMDB).
4. Os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Acir Gurgacz foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente da Comissão, e o Senador Pedro Chaves designado relator, em reunião realizada em 06.12.2017 (Memo. nº 001/2017-CTREFCC).
5. Em 06.02.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a comissão (Memo 01/2018-BLDPRO).
6. Em 27.02.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 23/2018-GLPMDB).

Secretário(a): Felipe Geraldês / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-4854 / 3510

E-mail: coceti@senado.leg.br

2) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A EXAMINAR O PLS 258, DE 2016**Finalidade:** Destinada a examinar o PLS 258, de 2016, que institui o Código Brasileiro de Aeronáutica.**Número de membros:** 11**PRESIDENTE:** Senador Vicentinho Alves (PR-TO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)**RELATOR:** Senador José Maranhão (MDB-PB)**Designação:** 22/06/2016**Leitura:** 13/07/2016**Instalação:** 12/07/2016**MEMBROS**

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)

Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

Senador José Maranhão (MDB-PB)

Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Senador Paulo Rocha (PT-PA)

Senador Lasier Martins (PSD-RS)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

Senador Jorge Viana (PT-AC)

Senador Hélio José (PROS-DF)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾**CALENDÁRIO DE TRAMITAÇÃO DO
PROJETO DE LEI DO SENADO 258, de 2016****PRAZOS**

Recebimento de emendas perante as Comissões : 2016-07-13 a 2016-10-31 (Projeto de Código - Art. 374, III, do RISF)

Relatórios Parciais : 2016-11-01 a 2016-11-16 (Projeto de Código - Art. 374, IV, do RISF)

Relatório do Relator-Geral : 2016-11-17 a 2016-11-23 (Projeto de Código - Art. 374, V, do RISF)

Parecer Final da Comissão : 2016-11-24 a 2016-11-30 (Projeto de Código - Art. 374, VI, do RISF)

Notas:

*. Em 12.07.2016, foi instalada a comissão (Memo. 001/2016-CEAERO).

**. Em 13.07.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 25.08.2016 (Memo. 3/2016-CEAERO).

***. Em 04.10.2016, prorrogado o prazo para recebimento de emendas perante a comissão para 31.10.2016 (Memo. 10/2016-CEAERO).

1. Em 26.09.2016, o Senador Roberto Rocha licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 720 e 721/2016, aprovados na sessão de 04.10.2016.

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes**Telefone(s):** 61 - 3303 3514**E-mail:** coceti@senado.leg.br

3) COMISSÃO PARA ACOMPANHAMENTO DA OPERAÇÃO CARNE FRACA**Finalidade:** Destinada a acompanhar os desdobramentos da operação Carne Fraca da Polícia Federal.**Número de membros:** 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



4) COMISSÃO EXTERNA PARA INVESTIGAR EMPRESAS BRASILEIRAS NO PARAGUAI

Finalidade: Averiguar as informações veiculadas na imprensa nacional nos últimos anos a respeito da grande quantidade de empresas brasileiras instaladas no Paraguai.

(Requerimento nº 19, de 2018)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾

Instalação: 23/05/2018

MEMBROS

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾

Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾

Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾

Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²⁾

Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ^(3,5)

Notas:

1. Em 08.05.2018, os Senadores Eduardo Braga, Airtton Sandoval, Acir Gurgacz, Armando Monteiro e Roberto Rocha foram designados membros da comissão (Of. 31/2018-GSEBRA).

2. Em 08.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro da comissão (Of. 22/2018-BLOMOD).

3. Em 10.05.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro da comissão (Of. 35/2018-BLPRD).

4. Em 23.05.2018, os Senadores Eduardo Braga e Pedro Chaves foram eleitos presidente e relator, respectivamente (Memo 1/2018-CTPAR)

5. Em 12.06.2018, a Senadora Fátima Bezerra foi designada membro da comissão, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 43/2018-BLPRD).



6) COMISSÃO ESPECIAL DAS OBRAS INACABADAS - 2016

Finalidade: Acompanhar e fiscalizar as obras inacabadas financiadas, direta ou indiretamente, por recursos federais.

Requerimento nº 584, de 2016

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Instalação: 08/11/2016

Prazo final: 22/12/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

TITULARES	SUPLENTES
Maioria	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1.
VAGO	2. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO
	2.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
VAGO	1. VAGO
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Felipe Gerales e Guilherme Brandão (Adjunto)

Telefone(s): 33034854

E-mail: coceti@senado.leg.br

7) COMISSÃO EXTERNA DE FISCALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO FEDERAL NO RIO DE JANEIRO

Finalidade: Acompanhar a execução e os desdobramentos da intervenção federal na segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.

Requerimento nº 37, de 2018

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ)
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)	2.
	3. Senador Romário (PODE-RJ)

Notas:

*. Em 24.04.2018, os Senadores Rose de Freitas e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Eduardo Lopes, membros suplentes, para compor o colegiado.



8) COMISSÃO EXTERNA DOS HOSPITAIS DE TOCANTINS

Finalidade: Averiguar e fiscalizar a situação de emergência e o caos nos hospitais públicos em Tocantins (Requerimento nº 963, de 2016)

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

RELATOR:

Prazo final prorrogado: 15/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	1.
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁾	2.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	3.
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹⁾	4.

Notas:

1. Em 14.02.2017, a Presidência designou os senadores Kátia Abreu, Lúcia Vânia, Vanessa Grazziotin e Ataídes Oliveira para comporem a Comissão.



9) COMISSÃO EXTERNA DA TERRA INDÍGENA VALE DO JAVARI

Finalidade: Realizar diligência nas cidades de Tabatinga e São Paulo de Olivença, no Estado do Amazonas, para averiguar a denúncia de massacre de indígenas de uma tribo isolada na Terra Indígena Vale do Javari e verificar as consequências de cortes orçamentários da Funai.

Requerimento nº 742, de 2017

Número de membros: 3

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS



10) COMISSÃO DE JURISTAS RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DE ANTEPROJETO DE CÓDIGO ELEITORAL

Finalidade: Estudar a legislação eleitoral brasileira e proceder a um exame crítico dos aspectos jurídicos do sistema eleitoral e do procedimento eleitoral adotado pelo Brasil e a elaborar, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de sua instalação, anteprojeto de Código Eleitoral, que contemple, inclusive, a legislação correlata passível de codificação.

(Ato do Presidente nº 192, de 2010)

Número de membros: 23

PRESIDENTE: José Antonio Dias Toffoli

Instalação: 07/07/2010

Prazo final prorrogado: 22/12/2018

MEMBROS

Admar Gonzaga Neto
Arnaldo Versiani Leite Soares
Carlos Caputo Bastos
Carlos Mário da Silva Velloso
Edson de Resende Castro
Fernando Neves da Silva
Hamilton Carvalhido
Joelson Costa Dias
José Antonio Dias Toffoli
José Eliton de Figuerêdo Júnior
Luciana Müller Chaves
Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Márcio Silva
Marcus Vinicius Furtado Coelho
Roberto Monteiro Gurgel Santos
Raimundo Cezar Britto
Torquato Lorena Jardim
Geraldo Agosti Filho
José Rollemberg Leite Neto
Walter de Almeida Guilherme
Roberto Carvalho Velloso
Henrique Neves da Silva
Ezikelly Silva Barros

Notas:

*. Em 22.6.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 200, de 2010, que amplia para 20 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica os senhores Geraldo Agosti Filho, José Rollemberg Leite Neto e Walter de Almeida Guilherme para comporem o colegiado.

**. Em 19.8.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 278, de 2010, que amplia para 21 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Roberto Carvalho Velloso para compor o colegiado.

***. Em 16.12.2010, foi publicado o Ato do Presidente nº 329, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 120 dias.

****. Em 18.04.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 88, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de setembro de 2011.

*****. Em 17.6.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 136, de 2011, que amplia para 22 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica o senhor Henrique Neves da Silva para compor o colegiado.

*****. Em 15.09.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 182, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 15 de dezembro de 2011.

*****. Em 15.12.2011, foi publicado o Ato do Presidente nº 202, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de março de 2012.

*****. Em 30.03.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2012.

*****. Em 20.06.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 19, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 31 de outubro de 2012.

*****. Em 01.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 31, de 2012, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 28 de fevereiro de 2013.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. Em 19.11.2012, foi publicado o Ato do Presidente nº 34, de 2012, que amplia para 23 o quantitativo de vagas da Comissão, e indica a senhora Ezikelly Silva Barros para compor o colegiado.

*****. Em 21.02.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 5, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de junho de 2013.

*****. Em 28.06.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 26, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de dezembro de 2013.

*****. Em 19.12.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 54, de 2013, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 20 de junho de 2014.

*****. Em 15.07.2013, foi publicado o Ato do Presidente nº 12, de 2014, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 19 de dezembro de 2014.

*****. Em 08.12.2015, foi publicado o Ato do Presidente nº 43, de 2015, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 17 de junho de 2016.

*****. Em 17.06.2016, foi publicado o Ato do Presidente nº 13, de 2016, que prorroga os trabalhos da Comissão até o dia 30 de setembro de 2016.

*****. O Ato do Presidente nº 27, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

*****. O Ato do Presidente nº 12, de 19 de dezembro de 2017, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2018.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 61 33033492

Fax: 61 33021176

E-mail: coceti@senado.leg.br



11) COMISSÃO DE JURISTAS DA DESBUROCRATIZAÇÃO - 2015

Finalidade: Apresentar, no prazo de 180 dias, anteprojeto de Lei destinados a desburocratizar a Administração Pública Brasileira, melhorar a relação com as empresas, o trato com o cidadãos e promover a revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015

Número de membros: 20

PRESIDENTE: Mauro Campbell Marques

VICE-PRESIDENTE: João Geraldo Piquet Carneiro

RELATOR: José Antonio Dias Toffoli

Leitura: 19/08/2015

Instalação: 02/09/2015

Prazo final: 11/04/2016

Prazo final prorrogado: 22/12/2017

MEMBROS

Mauro Campbell Marques

José Antonio Dias Toffoli

Paulo Rabello de Castro

João Geraldo Piquet Carneiro

Ives Gandra Martins

Otávio Luiz Rodrigues Junior

Aristóteles de Queiroz Camara

Mary Elbe Queiroz

Eumar Roberto Novacki

Gabriel Rizza Ferraz

Antonio Helder Medeiros Rebouças

Daniel Vieira Bogéa Soares

Luciana Leal Brayner

Marcello Augusto Diniz Cerqueira

Everardo de Almeida Maciel

Eduardo Maneira

Helena Taveira Torres

Paulo Ricardo de Souza Cardoso

Cleide Regina Furlani Pompermaier

Leonardo Carneiro da Cunha

Notas:

*. O Ato da Comissão Diretora nº 13, de 20 de agosto de 2015, fixa em 10 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Mauro Campbell Marques, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz.

**. O Ato do Presidente nº 28, de 1º de setembro de 2015, fixa em 16 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Mauro Campbell Marques, José Antonio Dias Toffoli, Paulo Rabello de Castro, João Geraldo Piquet Carneiro, Mauro Roberto Gomes de Mattos, Ives Gandra Martins, Otávio Luiz Rodrigues Junior, Aristóteles de Queiroz Camara, Mary Elbe Queiroz, Eumar Roberto Novacki, Gabriel Rizza Ferraz, Antonio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner, Marcello Augusto Diniz Cerqueira e Everardo de Almeida Maciel para compor o colegiado. Indicando ainda os Senhores Mauro Campbell Marques, João Geraldo Piquet Carneiro e José Antonio Dias Toffoli como, respectivamente, Presidente, Vice-Presidente e Relator do colegiado.

***. O Ato do Presidente nº 26, de 1º de setembro de 2015, fixa em 14 o número de membros da Comissão, indicando os senhores Antônio Helder Medeiros Rebouças, Daniel Vieira Bogéa Soares, Luciana Leal Brayner e Marcello Augusto Diniz Cerqueira para compor o Colegiado.

****. O Ato do Presidente nº 31, de 14 de setembro de 2015, fixa em 17 o número de membros da Comissão, indicando o Senhor Ricardo Vital de Almeida para compor o Colegiado.

*****. O Ato do Presidente nº 37, de 6 de outubro de 2015, fixa em 20 o número de membros da Comissão, indicando os Senhores Leandro Paulsen, Helena Taveira Torres e Paulo Ricardo de Souza Cardoso para compor o Colegiado; o Ato altera, ainda, a finalidade da Comissão, para acrescentar a promoção da revisão do processo administrativo e judicial de execução fiscal.

*****. O Ato do Presidente nº 46, de 15 de dezembro de 2015, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, indicando o Senhor Eduardo Maneira para compor o Colegiado.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



*****. O Ato do Presidente nº 7, de 5 de abril de 2016, altera o Ato da Comissão Diretora nº 13, de 2015, retirando da composição da Comissão Mauro Roberto Gomes de Mattos e Laendro Paulsen; e indicando Cleide Regina Furlani Pompermaier e Leonardo Carneiro da Cunha. O Ato ainda prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 31/12/2016.

*****. O Ato do Presidente nº 28, de 15 de dezembro de 2016, prorroga o prazo de funcionamento da Comissão para 22/12/2017.

Secretário(a): Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 33033501

E-mail: coceti@senado.gov.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1)CPI DOS MAUS-TRATOS - 2017

Finalidade: Investigar as irregularidades e os crimes relacionados aos maus-tratos em crianças e adolescentes no país.

Requerimento nº 277, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾

Leitura: 25/04/2017

Instalação: 09/08/2017

Prazo final: 22/12/2017

Prazo final prorrogado: 18/08/2018

TITULARES	SUPLENTE
MDB	
Senadora Simone Tebet (MS) ⁽³⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁵⁾
Senadora Marta Suplicy (SP) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽⁴⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES)	

Notas:

*. Em 14.12.2017, foi lido o Requerimento nº 1091, de 2017, que prorroga o prazo da CPI por 180 dias.

1. Em 08.08.2017, os Senadores José Medeiros e Ana Amélia foram designados, respectivamente, titular e suplente na Comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo nº 56/2017-BLDPRO).

2. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Magno Malta, Simone Tebet e José Medeiros, respectivamente, como Presidente, Vice-Presidente e Relator, do Colegiado (Memo nº 1/2017-CPIMT)

3. Em 09.08.2017, as Senadoras Simone Tebet e Marta Suplicy foram designadas membros titulares na Comissão pelo Bloco da Maioria (PMDB)(Of. 166/2017-GLPMDB).

4. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

5. Em 18.10.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo PMDB (Of. 206/2017-GLPMDB).

6. Em 21.11.2017, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Amorim, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 240/2017-GLPSDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3492



2)CPI DA ELETROBRAS

Finalidade: Apurar e analisar possíveis irregularidades envolvendo o processo de privatização das Centrais Elétricas do Brasil (Eletrobras).

Requerimento nº 316, de 2018

Número de membros: 10 titulares e 10 suplentes

Leitura: 23/05/2018



3)CPI DOS SUPERSALÁRIOS

Finalidade: Investigar os pagamentos de remuneração a servidores e empregados públicos em desacordo com o teto constitucional, bem como estudar possibilidades de restituição desses valores ao erário pelos beneficiários.

Requerimento nº 815, de 2017

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Leitura: 27/09/2017



4)CPI DOS CARTÕES DE CRÉDITO - 2018

Finalidade: Investigar os juros extorsivos cobrados pelas empresas operadoras de cartão de crédito.

Requerimento nº 107, de 2018

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁸⁾

Leitura: 14/03/2018

Instalação: 17/04/2018

Prazo final: 28/10/2018

TITULARES	SUPLENTES
Bloco da Maioria (MDB, PROS)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Zeze Perrella (MDB-MG) ^(6,7,9)
Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(6,7)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(5,12)	1. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Reditario Cassol (PP-RO) ^(1,10,13)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽²⁾	

Notas:

- Em 11.04.2018, os Senadores Wilder Moraes e Lasier Martins foram designados membro titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 28/2018-BLDPRO).
- Em 11.04.2018, o Senador Eduardo Lopes foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. nº 21/2018-BLOMOD).
- Em 11.04.2018, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 29/2018-GLBPDC).
- Em 11.04.2018, o Senador Ataídes Oliveira foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata (Of. 27/2018-GLPSDB).
- Em 11.04.2018, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro titular, e a Senadora Regina Sousa, suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 23/2018-BLPRD).
- Em 11.04.2018, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Romero Jucá foram designados membros titulares, e o Senador Dário Berger, suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 42/2018-GLPMDDB).
- Em 13.04.2018, o Senador Dário Berger deixou a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Romero Jucá, que passou a ocupar vaga de suplente (Of. 45/2018-GLPMDDB).
- Em 17.04.2018, os Senadores Ataídes Oliveira, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram escolhidos para ocupar os cargos de Presidente, Vice-Presidente e Relator da comissão, respectivamente (Memo. 1/2018-CPICC).
- Em 17.04.2018, o Senador Zeze Perrella foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo Bloco da Maioria, para compor o Colegiado (Of. nº 48/2018-GLPMDDB).
- Em 23.04.2018, o Senador Ivo Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 04/2018-BLDPRO).
- Em 25.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata (Of. 35/2018-GLPSDB).
- Em 12.06.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lindbergh Farias, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. nº 042/2018-BLPRD).
- Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o Colegiado (Of. nº 36/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Leandro Bueno / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3508

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽⁶⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ^(5,25)	1. Senador Eduardo Braga ^(5,8)
Senador Roberto Requião ^(5,8)	2. Senador Romero Jucá ⁽⁵⁾
Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁵⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(5,20)	4. Senador Waldemir Moka ⁽⁵⁾
Senadora Simone Tebet ⁽⁵⁾	5. Senador Airtton Sandoval ^(16,19,24)
Senador Valdir Raupp ⁽⁵⁾	6.
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽¹⁹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(1,28,33)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(1,12,14,33)	6. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(1,11)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾	1. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽³⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,21,22,27)	2. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ^(3,22,23,26,27)
Senador José Serra (PSDB-SP) ⁽³⁾	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽³⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁵⁾	4. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁵⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁵⁾	5. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽²⁾	2. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽¹⁵⁾	1. Senador Rudson Leite (PV-RR) ^(18,30)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF)
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	3. ^(7,15)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁴⁾	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁴⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁴⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ^(4,9,10,32)
VAGO ^(4,13,31)	3. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(4,29)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel, Lindbergh Farias e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 4/2017-GLBPRD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

2. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 020/2017-BLDPRO).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Tasso Jereissati, Ricardo Ferraço, José Serra foram designados membros titulares; e os Senadores Ataídes Oliveira, Dalírio Beber e Flexa Ribeiro, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPSDB).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Armando Monteiro e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Cidinho Santos, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
5. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº07/2017-GLDEM).
6. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Tasso Jereissati e Garibaldi Alves Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 6/2017-CAE).
7. Em 14.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 30/2017-BLSDEM).
8. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao senador Eduardo Braga, que passou a ocupar a vaga como suplente (Of. nº 76/2017-GLPMDB).
9. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
10. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 55/2017-BLOMOD).
11. Em 29.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 65/2017-GLBPRD).
12. Em 02.06.2017, o Senador Acir Gurgacz deixa de compor, como titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 68/2017-GLBPRD).
13. Em 06.06.2017, o Senador Telmário Mota, que ocupava vaga de suplente, foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Of. nº 68/2017-BLOMOD).
14. Em 19.06.2017, o Senador Acir Gurgacz foi indicado membro titular, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 79/2017-GLBPRD).
15. Em 12.09.2017, a Senadora Lúcia Vânia passa a atuar como membro titular, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 79/2017-BLSDEM).
16. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
19. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
20. Em 31.10.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. nº 210/2017-GLPMDB).
21. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
22. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. 233/2017-GLPSDB).
23. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata (Ofício nº 236/2016-GLPSDB).
24. Em 07.02.2018, o Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPMDB).
25. Em 23.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro titular, em substituição à Senadora Kátia Abreu, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 18/2018-GLPMDB).
26. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
27. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Dalírio Beber, que passou a integrar a comissão como membro suplente (Of. nº 19/2018-GLPSDB).
28. Em 25.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. 34/2018-BLPRD).
29. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
30. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 45/2018-GLBPDC).
31. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 45/2018-GLBPDC).
32. Em 19.06.2018, o Senador Cássio Cunha Lima foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 45/2018-BLOMOD).
33. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou o cargo de suplente e passou a ocupar o colegiado como membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, que passa a atuar como suplente (Of. 45/2018-BLPRD)

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 16/09/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1.
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁾	
	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO	1.

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA TRATAR DOS TEMAS ESTRUTURAIS E DE LONGO PRAZO DA ECONOMIA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 12/2013, com o objetivo de tratar dos temas estruturais e de longo prazo da Economia Brasileira.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva
Telefone(s): 61 33033516



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾	1. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽⁸⁾
Senador Waldemir Moka ^(8,11)	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁸⁾	3. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ^(8,14)	4. Senador Edison Lobão ⁽⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ^(8,12)	5. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	5. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽²⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁶⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁶⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(6,18,19,20,21)
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁹⁾	3. Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	4. Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,24)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(3,15,16)	2. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(10,22)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁵⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(7,23)	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁷⁾
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽⁷⁾	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁷⁾

Notas:

*. Os Blocos Parlamentares Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham 1 vaga na comissão, com a qual o colegiado totaliza 21 membros.

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Humberto Costa, Paulo Paim, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, José Pimentel e Jorge Viana, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 24/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia foram designados membros titulares; e o Senador Otto Alencar, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular; e os Senadores Romário e Vanessa Grazziotin, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 5/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 15/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 27/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Cidinho Santos e Vicentinho Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Hélio José, Eduardo Braga, Marta Suplicy, Rose de Freitas e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves Filho, Valdir Raupp, Romero Jucá e Edison Lobão, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPMDB).



9. Em 13.03.2017, os Senadores Ronaldo Caiado e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e os Senadores José Agripino e Davi Alcolumbre, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 7/2017-GLDEM).
10. Em 14.03.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 38/2017-GLDPRO).
11. Em 14.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao senador Eduardo Braga, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-GLPMDDB).
12. Em 14.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro titular, em substituição ao senador Renan Calheiros, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 52/2017-GLPMDDB).
13. Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Marta Suplicy e Ronaldo Caiado, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2017-CAS).
14. Em 31.03.2017, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição à senadora Rose de Freitas, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 86/2017-GLPMDDB).
15. Em 07.06.2017, o Senador Benedito de Lira foi designado membro titular, em substituição à senadora Ana Amélia, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. s/n).
16. Em 14.06.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Benedito de Lira, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo 33/2017-BLDPRO).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
19. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 238/2017-GLPSDB).
20. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
21. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-GLPSDB).
22. Em 17.04.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, pelo Bloco Democracia Progressista, na comissão (Memo. 3/2018-BLDPRO).
23. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
24. Em 06.06.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 17/2018-GLDEM).

Secretário(a): Patrícia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO ESPECIAL SOBRE DOENÇAS RARAS

Finalidade: Propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos das pessoas com Doenças Raras, bem como o devido aprimoramento na legislação específica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽³⁾

Leitura: 23/08/2017

Prazo prorrogado: 24/12/2018

TITULARES	SUPLENTES
Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽¹⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽¹⁾	4. Senador Cidinho Santos (PR-MT) ⁽¹⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	5. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 23.08.2017, foram designados os Senadores Waldemir Moka, Airtton Sandoval, Dalirio Beber, Maria do Carmo Alves e Ana Amélia, como membros titulares, e os Senadores Ângela Portela, Ronaldo Caiado, Romário, Cidinho Santos e Armando Monteiro, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. 110/2017-CAS)

2. Em 30.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Waldemir Moka e Dalirio Beber, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 122/2017-CAS).

3. Em 12.09.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado Relator da subcomissão (Of. nº 12/2017-CASRARAS).

*. Prazo final prorrogado, nos termos do Ofício nº 186/2017-PRESIDENCIA/CAS.

Secretário(a): Patricia de Lurdes Motta de Oliveira e Oliveira

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33034608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
Maioria ⁽⁵¹⁾	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Requião (MDB-PR) ⁽¹⁾
Senador Edison Lobão (MDB-MA) ⁽¹⁾	2. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,55)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	3. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,50,53)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾	4. Senador Garibaldi Alves Filho (MDB-RN) ⁽¹⁾
Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽¹⁾	5. Senador Waldemir Moka (MDB-MS) ⁽¹⁾
Senadora Marta Suplicy (MDB-SP) ⁽¹⁾	6. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾
Senador José Maranhão (MDB-PB) ⁽¹⁾	7. Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,44,49)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(6,19)
Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁶⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ^(6,17,18)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁶⁾	3. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ^(6,11,13,19)
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(6,17)	4. Senador Hélio José (PROS-DF) ^(6,45)
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	5. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(6,19,22,27)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(6,22,27)	6. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(6,42,43)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Aécio Neves (PSDB-MG) ^(3,21,28,33)	1. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(3,12,35,36,37,47)
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽³⁾	2. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽³⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ^(3,15,23,24,25,26)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽³⁾
Senador Wilder Moraes (DEM-GO) ^(9,48)	4. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(9,48)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁹⁾	5. Senador José Serra (PSDB-SP) ^(20,23,24,25,26)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁵⁾	1. Senador Reditario Cassol (PP-RO) ^(5,56)
Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ^(5,14)
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ^(5,46,57)	3. VAGO ^(5,39,57)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽³²⁾	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(4,38,41,52)	1. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) ^(4,29,31,34)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(4,30)	2. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽⁴⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁴⁾	3. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽²⁾	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(2,16,54)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ^(2,10)	2. Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ^(2,10)
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽²⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(2,40)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 08.02.2017, os Senadores Jader Barbalho, Edison Lobão, Eduardo Braga, Simone Tebet, Valdir Raupp, Marta Suplicy e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Romero Jucá, Renan Calheiros, Garibaldi Alves Filho, Waldemir Moka, Rose de Freitas e Hélio José, como membros suplentes, pelo Bloco da Maioria, para compor a CCJ (Of. 17/2017-GLPMDB).

2. Em 08.02.2017, os Senadores Armando Monteiro, Vicentinho Alves e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Wellington Fagundes, Eduardo Lopes e Fernando Collor, como membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor a CCJ (Of. 003/2017-BLOMOD).

3. Em 08.02.2017, os Senadores Aécio Neves, Antônio Anastasia e Aloysio Nunes Ferreira foram designados membros titulares; e os Senadores José Aníbal, Cássio Cunha Lima e Eduardo Amorim, como membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. 027/2017-GLPSDB).



4. Em 08.02.2017, os Senadores Antônio Carlos Valadares, Roberto Rocha e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Lídice da Mata, João Capiberibe e Vanessa Grazziotin, como membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CCJ (Memo. 003/2017-GLBSD).
5. Em 08.02.2017, os Senadores Lasier Martins, Benedito de Lira e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores Ivo Cassol, Roberto Muniz e Sérgio Petecão, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCJ (Memo. 022/2017-BLDPRO).
6. Em 08.02.2017, os Senadores Jorge Viana, José Pimentel, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Paulo Rocha e Regina Sousa, como membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCJ (Of. 2/2017-GLPT).
7. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Edson Lobão o Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
8. Em 09.02.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Antônio Anastasia o Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2017-CCJ).
9. Em 14.02.2017, os Senadores Ronaldo Caiado, Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Davi Alcolumbre, como membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor a CCJ (Of. nº004/2017-GLDEM).
10. Em 14.02.2017, o Senador Eduardo Lopes passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Moderador, em permuta com o Senador Vicentinho Alves, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 6/2017-BLOMOD).
11. Em 15.02.2017, o Senador Humberto Costa deixa de compor a comissão, como suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 16/2017-LBPRD).
12. Em 20.02.2017, o Senador Ricardo Ferraço passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Aníbal (Of. 53/2017-GLPSDB).
13. Em 07.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (of. 27/2017-GLBPRD).
14. Em 09.03.2017, a Senadora Ana Amélia passou a ocupar a vaga de suplente, pelo o Bloco Democracia Progressista, em substituição ao Senador Roberto Muniz (Of. 31/2017-BLDPRO).
15. Em 09.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Aloysio Nunes Ferreira, que assumiu cargo no Poder Executivo (of. 98/2017-GLPSDB).
16. Em 14.03.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (of. 30/2017-BLOMOD).
17. Em 21.03.2017, a Senadora Gleisi Hoffmann foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, deixando de ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (of. 47/2017-GLBPRD).
18. Em 29.03.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 53/2017-GLBPRD).
19. Em 19.04.2017, os Senadores Humberto Costa, Lindbergh Farias, Regina Sousa, Paulo Rocha e Ângela Portela foram designados membros suplentes, nessa ordem, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 61/2017-GLBPRD).
20. Em 20.04.2017, o Senador José Serra foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLDEM).
21. Em 26.06.2017, o Senador Paulo Bauer foi designado membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 135/2017-GLPSDB).
22. Em 26.06.2017, a Senadora Ângela Portela deixou de ocupar a vaga de suplente na comissão, pois foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 87/2017-GLBPRD).
23. Em 27.06.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 165/2017-GLPSDB).
24. Em 27.06.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador José Serra (Of. 165/2017-GLPSDB).
25. Em 04.07.2017, o Senador José Serra deixou de ocupar a vaga de titular e passou a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Flexa Ribeiro (Of. 168/2017-GLPSDB).
26. Em 04.07.2017, o Senador Flexa Ribeiro deixou de ocupar a vaga de suplente e passou a ocupar a vaga de titular na comissão, em substituição ao Senador José Serra (Of. 168/2017-GLPSDB).
27. Em 08.08.2017, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Of. 89/2017-GLBPRD).
28. Em 10.08.2017, o Senador Aécio Neves foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Bauer, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 184/2017-GLPSDB).
29. Em 10.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição à Senadora Lídice da Mata, que passou a compor o colegiado como membro titular (Memo. 71/2017-BLSDEM).
30. Em 10.08.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passou a compor o colegiado como membro suplente (Memo. 71/2017-BLSDEM).
31. Em 19.09.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de ocupar a vaga de suplente no colegiado, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. 84/2017-BLSDEM).
32. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
33. Suspenso de 27.09.2017 a 17.10.2017, quando o Plenário deliberou sobre a ação cautelar nº 4.327/2017, do Supremo Tribunal Federal.
34. Em 10.10.2017, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 1/2017-GLBPPDC).
35. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
36. Em 09.11.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ricardo Ferraço, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 232/2017-GLPSDB).
37. Em 21.11.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dalírio Beber, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 239/2017-GLPSDB).
38. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
39. Em 12.12.2017, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 39/2017-GLDPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



40. Em 05.02.2018, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. 01/2018-BLOMOD).
41. Em 07.02.2018, a Senadora Lúcia Vânia foi designada membro titular, em substituição ao Senador Antonio Carlos Valadares, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Of. 02/2018-GLBPDC).
42. Em 21.02.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo 8/2018-BLDPRO).
43. Em 21.02.2018, o Bloco Parlamentar da Resistência Democrática cede uma vaga de suplente ao Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 1/2018-BLPRD).
44. Em 27.02.2018, o Senador Raimundo Lira foi designado membro suplente, pelo PMDB, em substituição ao Senador Hélio José para compor a comissão (Of. 19/2018-GLPMDB).
45. Em 28.02.2018, o Senador Hélio José foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Paulo Rocha, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 17/2018-BLPRD).
46. Em 14.03.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. 25/2018-BLDPRO).
47. Em 14.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, em substituição ao Senador Roberto Rocha, para compor o colegiado (Of. 26/2018-GLPSDB).
48. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado e este, suplente, em substituição ao Senador Davi Alcolumbre, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 6/2018-GLDEM).
49. Em 18.04.2018, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo Bloco da Maioria, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 49/2018-GLPMDB).
50. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
51. Em 25.04.2018, o Bloco da Maioria cedeu uma vaga de membro suplente ao PSDB (Of. 54/2018-GLPMDB).
52. Em 25.04.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição à Senadora Lúcia Vânia (Memo. 33/2018-GLBPDC).
53. Em 26.04.2018, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente em vaga cedida ao PSDB pelo Bloco da Maioria (Of. 36/18-GLPSDB).
54. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
55. Em 12.06.2018, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romero Jucá, para compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 75/2018-GLPMDB).
56. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
57. Em 19.06.2018, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor o Colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 38/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 61-3303-3972

Fax: 61-3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE**Número de membros:** 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ^(7,12)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Dário Berger ⁽⁷⁾	2. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁷⁾	3. Senador Raimundo Lira (PSD-PB) ⁽¹⁵⁾
Senador José Maranhão ⁽⁷⁾	4. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Edison Lobão ^(7,15,18)	5.
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	4. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	5. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(4,29)	6.
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁶⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ^(1,9,19)	3. Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽²¹⁾
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾	4.
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁶⁾	5.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁵⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽⁵⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	3. Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ^(2,16,22,23,26,27)
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ^(2,19)
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾	3. Senador Romário (PODE-RJ) ^(13,20)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	1. Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽³⁾
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,8)	2. Senador Rudson Leite (PV-RR) ^(3,25,28)
Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽³⁾	3. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,10,11,24)

Notas:

*. O PMDB e os Blocos Parlamentares Resistência Democrática e Social Democrata compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 27 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 29/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque, Lúcia Vânia e Lídice da Mata foram designados membros titulares; e os Senadores Romário e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CE (Memo. nº008/2017-BLSDM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Pedro Chaves, Thieres Pinto e Eduardo Lopes foram designados membros titulares; e os Senadores Magno Malta e Vicentinho Alves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Lindbergh Farias, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, José Pimentel e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CE (Of. nº005/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores José Medeiros, Roberto Muniz e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CE (Of. nº026/2017-GLBPRO).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



6. Em 13.03.2017, os Senadores Maria do Carmo Alves e José Agripino foram designados membros titulares; e os Senadores Davi Alcolumbre e Ronaldo Caiado, membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Dário Berger, Marta Suplicy, José Maranhão, Raimundo Lira e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-GLPMDB).
8. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, que passou a compor o colegiado como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 27/2017-BLOMOD).
9. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixou de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 104/2017-GLPSDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 50/2017-BLOMOD).
12. Em 07.06.2017, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 135/2017-GLPMDB).
13. Em 16.08.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 73/2017-BLSDEM).
14. Em 18.08.2017, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 62/2017-BLDPRO).
15. Em 31.08.2017, a Senadora Simone Tebet foi designada membro titular, em substituição ao Senador Raimundo Lira, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 178/2017-GLPMDB).
16. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 80/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 05.10.2017, o Senador Edison Lobão foi designado membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 198/2017-GLPMDB).
19. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 216/2017-GLPSDB).
20. Em 11.10.2017, o Senador Romário foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. nº 3/2017-GLBPDC).
21. Em 24.10.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 225/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 13/2017-GLBPDC).
24. Em 08.02.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 4/2018-BLOMOD).
25. Em 28.02.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Vicentinho Alves, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 17/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 17.04.2018, o Senador João Capiberibe foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania para compor a comissão (Memo. 30/2018-GLBPDC).
28. Em 20.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 42/2018-BLOMOD).
29. Em 25.06.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 46/2018-BLPRD)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 61 33033498
E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Requer a criação da Subcomissão Permanente denominada Bancada do Livro, que por meio de audiências públicas, depoimentos de autoridades, diligências, ou outro meio regimental, possa analisar os problemas que envolvem a autoria, editoração, publicação e distribuição de livros no país, o sistema brasileiro de bibliotecas, a importação e exportação de livros, direitos autorais, e quaisquer outros assuntos relacionados com o livro.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESPORTOS

Finalidade: Requer seja criada, no âmbito da Comissão de Educação, uma Subcomissão de Desportos, de caráter permanente, destinada a apreciar programas, planos e políticas governamentais instituídas para o setor desportivo no País.

(Requerimento 811, de 2001)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Willy da Cruz Souza

Telefone(s): 61 33033498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽¹⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹¹⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(11,14)
Senador Romero Jucá ^(11,23,24)	2. Senador Dário Berger ⁽¹¹⁾
Senador João Alberto Souza ⁽¹¹⁾	3.
Senador Valdir Raupp ^(11,14)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁶⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽⁶⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁶⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁶⁾	4. Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁶⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁴⁾	1. Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ^(7,9)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,9)	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(8,22)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽¹⁾
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(1,10)	2. Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽²⁾
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾	2. Senador Rudson Leite (PV-RR) ^(2,21,27)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(5,15)	1. VAGO ^(5,17,18,26)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,25)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,12,16)

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle" para "Comissão de Meio Ambiente".

1. Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Wilder Moraes foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Benedito de Lira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLDPRO).

2. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular; e os Senadores Vanessa Grazziotin e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 7/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares; e o Senador Dalirio Beber, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 35/2017-GLPSDB).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Armando Monteiro e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Jorge Viana, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 10/2017-GLBPRD).

7. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 100/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 8/2017-GLDEM).

10. Em 23.03.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes, para compor o colegiado (Of. nº 2/2017-BLDPRO).

11. Em 31.03.2017, os Senadores Hélio José, Renan Calheiros, João Alberto Souza e Eduardo Braga foram designados membros titulares; e os senadores Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 36/2017-GLPMDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Pedro Chaves deixa de compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 37/2017-BLOMOD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

13. Em 04.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CMA).
14. Em 05.04.2017, o Senador Valdir Raupp passa a atuar como titular, em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Eduardo Braga. O Senador Aírton Sandoval foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Valdir Raupp, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 88/2017-GLPMDB).
15. Em 10.04.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro, pelo Bloco Moderador (Of. nº 46/2017-BLOMOD).
16. Em 17.04.2017, o Senador Pedro Chaves passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 40/2017-BLOMOD).
17. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
18. Em 24.04.2017, o Senador Telmário Mota passa a compor o colegiado, como membro suplente, pelo Bloco Moderador (Of. nº 54/2017-BLOMOD).
19. Em 26.04.2017, a Comissão reunida elegeu o Senador Wellington Fagundes Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 9/2017-CMA).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 10.10.2017, o Senador Roberto Rocha deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 4/2017-GLBPDC).
22. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
23. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
24. Em 25.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro titular pelo Bloco da Maioria para integrar o colegiado (Of. 55/2018-GLPMDB).
25. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
26. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 46/2018-GLBPDC).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo. 46/2018-GLBPDC)

Secretário(a): Aírton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-Feiras 11:30min -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Regina Sousa (PT-PI)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Paulo Paim (PT-RS)

TITULARES	Suplentes
MDB ⁽²¹⁾	
Senador Fernando Bezerra Coelho ^(6,10,22)	1. Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾
Senadora Marta Suplicy ⁽⁶⁾	2.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁶⁾	3.
VAGO ^(6,9)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ^(4,30,32)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Jorge Viana (PT-AC) ^(4,28,29,33)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ^(1,8,19)	1.
Senador José Medeiros (PODE-MT) ^(1,11,25)	2.
VAGO ^(1,12)	3.
VAGO ^(7,14)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ^(3,24)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽²⁰⁾	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽²³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁷⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾	1. Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ^(16,31)
Senador Romário (PODE-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(18,27)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Magno Malta (PR-ES) ⁽⁵⁾	1. Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,34)
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,13,15)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ^(5,26)

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, os Senadores Dalírio Beber, Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 039/2017-GLPSDB).

2. Em 09.03.2017, os Senadores João Capiberibe e Romário foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 21/2017-BLSDDEM).

3. Em 09.03.2017, o Senador José Medeiros foi designado membro titular; e o Senador Sérgio Petecão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 24/2017-BLDPPO).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Paim e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 8/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Magno Malta e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

6. Em 10.03.2017, os senadores Eduardo Braga, Marta Suplicy, Hélio José e Garibaldi Alves Filho foram designados membros titulares; e o senador Valdir Raupp, membro suplente, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 39/2017-GLPMDB).

7. Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

8. Em 21.03.2017, o Senador Dalírio Beber deixou de ocupar a vaga de titular pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de ocupar a vaga de titular pelo PMDB no colegiado (Of. nº 73/2017-GLPMDB).

10. Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).

11. Em 03.04.2017, o Senador Eduardo Amorim deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 102/2017-GLPSDB).

12. Em 03.04.2017, o Senador Ricardo Ferraço deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 103/2017-GLPSDB).

13. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 18.04.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves deixa de compor o colegiado, pelo Bloco Social Democrata (Of. 13/2017-GLDEM).
15. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-BLOMOD).
16. Em 02.05.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2017-BLSDEM).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 07.11.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 10/2017-GLBPDC).
19. Em 28.11.2017, o Senador Eduardo Amorim foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 246/2017-GLPSDB).
20. Em 28.11.2017, a Senadora Ana Amélia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 83/2017-BLDPRO).
21. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
22. Em 27.02.2018, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular pelo PMDB, para compor a comissão (Of. 22/2018-GLPMDB).
23. Em 27.02.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
24. Em 27.02.2018, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador José Medeiros, para compor o colegiado (Memo. nº 20/2018-BLDPRO).
25. Em 14.03.2018, o Senador José Medeiros foi designado membro titular, em vaga cedida pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Memo. nº 25/2018-GLPSDB).
26. Em 15.03.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Wellington Fagundes (Of. 19/2018-BLOMOD).
27. Em 10.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Memo. nº 28/2018-GLBPDC).
28. Em 11.04.2018, o Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 24/2018-BLPRD).
29. Em 17.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Viana, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Of. 25/2018-BLPRD).
30. Em 17.04.2018, o Senador José Pimentel foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ângela Portela, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 28/2018-BLPRD).
31. Em 17.04.2018, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o Colegiado (Memo 31/2018-GLBDPC).
32. Em 25.04.2018, a Senadora Ângela Portela foi designada membro titular, em substituição ao Senador José Pimentel, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 29/2018-BLPRD).
33. Em 25.04.2018, a Senador Jorge Viana foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Humberto Costa, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o Colegiado (Ofício 30/2018-BLPRD).
34. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBC. PERM. PARA ENFRENTAMENTO DO TRÁFICO NAC. E INTERNACIONAL DE PESSOAS E COMBATE AO TRAB. ESCRAVO

Finalidade: Elaborar e aprovar proposições legislativas, bem como analisar políticas públicas já existentes acerca do Tráfico de Pessoas e Combate ao Trabalho Escravo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE JUSTIÇA DE TRANSIÇÃO

Finalidade: Acompanhar a conclusão e as recomendações do relatório da Comissão Nacional da Verdade.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
VAGO	1. VAGO
VAGO	2. VAGO
Maioria	
VAGO	1. VAGO
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
VAGO	1. VAGO

Notas:

1. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO ESTATUTO DO TRABALHO

Finalidade: Aprofundar o debate sobre a reforma trabalhista com vistas a criação do Estatuto do Trabalho, no âmbito da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

Instalação: 09/08/2017

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽²⁾	1. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽²⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC) ⁽¹⁾	
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ⁽²⁾	1. Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽²⁾

Notas:

1. Os Blocos Social Democrata, Democracia Progressista, Socialismo e Democracia e Moderador compartilham uma vaga no Colegiado.

2. Em 04.08.2017, foram designados os Senadores Valdir Raupp, Paulo Paim e Telmário Mota, como titulares, e Hélio José, Ângela Portela e João Capiberibe, como suplentes, para compor o Colegiado (Of. nº 75/2017-CDH)

3. Em 09.08.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Telmário Mota e Paulo Paim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. 76/2017-CDH).

*. Em 03.08.2017, é criada a Subcomissão Temporária, nos termos do Requerimento nº 83, de 2017, da CDH (Of. nº 74, de 2017-CDH)

**. Em 09.08.2017, a Comissão reunida aprovou o RDH 87/2017, que alterou o nome da Comissão para Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (Of. 76/2017-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.4) SUBCOMISSÃO DOS DIREITOS HUMANOS NA INTERVENÇÃO FEDERAL

Finalidade: Proteção dos Direitos Humanos na vigência da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro, estabelecida pelo Decreto Federal nº 9.288, de 16 de fevereiro de 2018.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
MDB	
	1. Senador Hélio José (PROS-DF)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)	
Senador Romário (PODE-RJ)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS)	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR)
	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Telmário Mota (PTB-RR)	

Notas:

*. Em 07.03.2018, foram indicados como membros titulares o Senador Romário, o Senador Paim e o Senador Telmário Mota, pelos Blocos Parlamentar Democracia e Cidadania, Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e Bloco Moderador, respectivamente, e membros suplentes o Senador Hélio José, a Senadora Ângela Portela e o Senador Lindbergh Farias, pelos PMDB, Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania e Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente, para compor a Comissão (Of. 3/2018-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quartas-Feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁹⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Edison Lobão ⁽⁷⁾	1. Senador Airtton Sandoval ^(7,13,25,26)
Senador João Alberto Souza ⁽⁷⁾	2. Senador Valdir Raupp ⁽⁷⁾
Senador Roberto Requião ^(7,13)	3. Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁷⁾
Senador Romero Jucá ⁽⁷⁾	4. Senadora Marta Suplicy ^(17,21,22)
Senador Fernando Bezerra Coelho ⁽²¹⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁵⁾	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁵⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ^(5,16,24)	2. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁵⁾
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁵⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁵⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(5,16)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽²⁾	1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) ⁽²⁾
Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ⁽²⁾	2. Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁸⁾
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(2,12,23)	3. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹¹⁾
Senador José Agripino (DEM-RN) ⁽⁸⁾	4. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁶⁾	2. Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽⁴⁾	1. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽⁴⁾
Senador Rudson Leite (PV-RR) ^(4,18,27)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Fernando Collor (PTC-AL) ⁽³⁾	1. Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ^(3,10,14,15,19)
Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽³⁾	2. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽³⁾

Notas:

*. O PMDB e o Bloco Resistência Democrática compartilham 1 vaga na Comissão, com a qual o Colegiado totaliza 19 membros.

1. Em 09.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 16/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, os Senadores Antonio Anastasia, Paulo Bauer e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Cássio Cunha Lima, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 32/2017-GLPSDB).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Fernando Collor e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Cidinho Santos e Armando Monteiro, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Cristovam Buarque e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e a Senadora Vanessa Grazziotin, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o colegiado (Of. 10/2017-BLSDEM).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Jorge Viana e Lindbergh Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, José Pimentel, Paulo Paim e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 9/2017-GLBPRD).

6. Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ana Amélia foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 29/2017-BLDPRO).

7. Em 09.03.2017, os Senadores Edison Lobão, João Alberto Souza, Renan Calheiros e Romero Jucá foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Requião, Valdir Raupp e Hélio José, membros suplentes, pelo PMDB para compor o colegiado (Of. 38/2017-GLPMDB).

8. Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Ronaldo Caiado, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).

9. Em 14.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Jorge Viana, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CRE).

10. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao senador Cidinho Santos, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 29/2017-BLOMOD).



11. Em 21.03.2017, o Senador Flexa Ribeiro foi designado membro suplente pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 106/2017-GLPSDB).
12. Em 21.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Tasso Jereissati, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Social Democrata (Of. nº 99/2017-GLPSDB).
13. Em 24.03.2017, o Senador Roberto Requião foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao senador Renan Calheiros, que passa a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 75/2017-GLPMDB).
14. Em 10.04.2017, o Senador Thieres Pinto foi designado membro suplente para compor o colegiado, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Moderador (Of. nº 43/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 07.06.2017, o Senador Acir Gurgacz passou a ocupar a vaga de titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em permuta com o Senador Humberto Costa, que passou a ocupar a vaga de suplente na Comissão (of. 74/2017-GLBPRD).
17. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
18. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
19. Em 19.09.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-BLOMOD).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 11.10.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado, deixando de compor a composição como suplente (Of. nº 199/2017-GLPMDB).
22. Em 31.10.2017, a Senadora Marta Suplicy foi designada membro suplente, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 208/2017-GLPMDB).
23. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
24. Em 24.04.2018, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. 33/2018-BLPRD).
25. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
26. Em 28.05.2018, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo MDB (Of. 67/2018-GLPMDB).
27. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 42/2018-GLBPCD).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza
Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3496
E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA FÓRUM MUNDIAL DA ÁGUA

Finalidade: Proceder aos preparativos do 8º Fórum Mundial da Água, que será realizado entre os dias 18 e 23 de março de 2018, em Brasília.

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	1.
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	2.
Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(1,3)	4.
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽¹⁾	5.
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽¹⁾	6.
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	7.
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽¹⁾	8.
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾	9.
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽¹⁾	10.
Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽¹⁾	11.
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽¹⁾	12.
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾	13.
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹⁾	14.
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	15.
Senador Reguffe (S/Partido-DF) ⁽¹⁾	16.
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ⁽¹⁾	17.

Notas:

1. Em 26.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antônio Anastasia, Ana Amélia, Armando Monteiro, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Flexa Ribeiro, Hélio José, Jorge Viana, Lasier Martins, Otto Alencar, Roberto Muniz, Regina Souza, Reguffe e Vanessa Grazziotin foram designados membros da subcomissão (Of. 10/2018-CRE).

2. Foram eleitos os Senadores Jorge Viana e Cristovam Buarque para ocupar os cargos de Presidente e Vice-Presidente da subcomissão respectivamente (publicação no Diário do Senado do dia 23.02.2018, página 17).

3. Em 14.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro da subcomissão, em substituição ao Senador Armando Monteiro, para compor o colegiado (Of. 21/2018-CRE).

*. Em 08.02.2018, os Senadores Acir Gurgacz, Antonio Anastasia, Cristovam Buarque, Davi Alcolumbre, Fátima Bezerra, Fernando Bezerra Coelho, Jorge Viana, Otto Alencar e Vanessa Grazziotin foram designados membros do colegiado (Of. 10/2018-CRE).

Secretário(a): Alvaro Araujo Souza

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI**Número de membros:** 23 titulares e 23 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Eduardo Braga (MDB-AM)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Garibaldi Alves Filho (7,30,35)	1. Senador Hélio José (PROS-DF) (7)
Senador Eduardo Braga (7)	2. Senador Romero Jucá (7,9,10,23,29)
Senador Fernando Bezerra Coelho (7,15)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	4. Senador Jader Barbalho (7)
Senador Valdir Raupp (7,27)	5. VAGO (10,27)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (3)	1. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) (3)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (3)	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (3)
Senador José Pimentel (PT-CE) (3)	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3)	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	5. Senadora Regina Sousa (PT-PI) (3)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) (2)	1. Senador José Agripino (DEM-RN) (6)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (2,8,11,19,20,24,25)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (18)
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (2)	3.
Senador Wilder Morais (DEM-GO) (6,28)	4.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4)	1. Senador Lasier Martins (PSD-RS) (4)
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,28,36)	2. Senador Reditario Cassol (PP-RO) (4,34)
Senador Roberto Muniz (PP-BA) (4)	3. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (4)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) (1)	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) (1,21)
Senador Rudson Leite (PV-RR) (1,16,32)	2.
VAGO (14,18)	3.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) (5)	1. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (5,22)
Senador Vicentinho Alves (PR-TO) (5)	2. VAGO (5,12,13,33)
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) (5,26,31)	3. Senador Magno Malta (PR-ES) (5)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Vanessa Grazziotin e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Antonio Carlos Valadares, membro suplente, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 9/2017-BLSDM).
2. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira, Cássio Cunha Lima e Flexa Ribeiro foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 33/2017-GLPSDB).
3. Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Jorge Viana, José Pimentel, Paulo Rocha e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Fátima Bezerra, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 6/2017-GLBPRD).
4. Em 09.03.2017, os Senadores Otto Alencar, Wilder Morais e Roberto Muniz foram designados membros titulares; e os Senadores Lasier Martins, Ivo Cassol e Gladson Cameli, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. 30/2017-BLDPRO).
5. Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes, Vicentinho Alves e Pedro Chaves foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro, Thieres Pinto e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
6. Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador José Agripino, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 07/2017-GLDEM).
7. Em 14.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Braga, Romero Jucá, Elmano Férrer e Raimundo Lira foram designados membros titulares; e os Senadores Hélio José, Garibaldi Alves Filho, Rose de Freitas e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 33/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

8. Em 21.03.2017, o Senador Cássio Cunha Lima deixou de compor, pelo Bloco Social Democrata, a CI (Ofício 105/2017-GLPSDB).
9. Em 22.03.2017, o Senador Garibaldi Alves Filho deixou de compor, como membro suplente pelo PMDB, o colegiado (Ofício 72/2017-GLPMDB).
10. Em 28.03.2017, os Senadores Kátia Abreu e Valdir Raupp foram designados membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 81/2017-GLPMDB).
11. Em 29.03.2017, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 110/2017-GLPSDB).
12. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
13. Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 49/2017-BLOMOD).
14. Em 12.09.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 78/2017-BLSDEM).
15. Em 13.09.2017, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romero Jucá, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
16. Em 13.09.2017, vago em virtude de o Senador Fernando Bezerra Coelho ter sido designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 180/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 09.10.2017, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado, deixando de ocupar a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Of. nº 215/2017-GLPSDB).
19. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
20. Em 21.11.2017, o Senador Sérgio de Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado em vaga anteriormente ocupada pelo Senador Ricardo Ferraço (Of. nº 237/2017-GLPSDB).
21. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
22. Em 07.12.2017, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, em substituição ao Senador Armando Monteiro (Of. nº 120/2017-BLOMOD).
23. Em 07.12.2017, a segunda suplência do PMDB fica vaga, em virtude da designação da Senadora Kátia Abreu como suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado, conforme nota nº 22.
24. Em 12.03.2018, vago em virtude do retorno do Senador Ricardo Ferraço, titular do mandato.
25. Em 13.03.2018, o Senador Ricardo Ferraço foi designado membro titular, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 18/2018-GLPSDB).
26. Em 10.04.2018, o Senador Pedro Chaves deixou de compor o colegiado pelo Bloco Moderador (Of. nº 25/2018-BLOMOD).
27. Em 17.4.2018, o Senador Valdir Raupp deixou de ocupar a vaga de suplente para ocupar a vaga de titular na comissão, pelo PMDB, em substituição ao Senador Raimundo Lira (Of. 46/2018-GLPMDB).
28. Em 17.04.2018, o Senador Wilder Moraes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Ronaldo Caiado, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2018-GLDEM).
29. Em 18.04.2018, o Senador Romero Jucá foi designado membro suplente, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 50/2018-GLPMDB).
30. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
31. Em 08.05.2018, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 32/2018-BLOMOD).
32. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43/2018-GLBPDC).
33. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43/2018-GLBPDC).
34. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).
35. Em 21.06.2018, o Senador Garibaldi Alves Filho foi designado membro titular, pelo Bloco da Maioria, para compor o colegiado (Of. nº 78/2018-GLPMDB).
36. Em 21.06.2018, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Of. 37/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O ACOMPANHAMENTO DAS ATIVIDADES DA ELETROBRÁS DISTRIBUIÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 8/2012, do Senador Ivo Cassol, para o acompanhamento das atividades da Eletrobrás Distribuição Acre, Eletrobrás Distribuição Alagoas, Eletrobrás Distribuição Piauí, Eletrobrás Distribuição Rondônia, Eletrobrás Distribuição Roraima e Eletrobrás Amazonas Energia, com a finalidade de discutir a qualidade de energia produzida e oferecida aos consumidores, os problemas, causas, efeitos e soluções técnico-operacionais e de gestão administrativa.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286



8.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE OBRAS DE PREPARAÇÃO PARA A SECA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 20/2013, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de propor políticas e propiciar as condições necessárias para a execução de obras que permitam o desenvolvimento econômico do Nordeste e o bem estar de sua população.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br



8.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DO SETOR DE MINERAÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 24/2015, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, destinada ao estudo e acompanhamento do setor de mineração no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Designação: 20/05/2015

Instalação: 10/06/2015

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)	1. Senador Walter Pinheiro (S/Partido-BA)
Maioria	
Senador Hélio José (PROS-DF)	1. Senador Valdir Raupp (MDB-RO)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Wilder Moraes (DEM-GO)	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

Notas:

*. Em 12.07.2017, foi lido em Plenário o Requerimento nº12, de 2017, da CI, que altera de 3 para 5 o número de membros da subcomissão (Of. 99/2017-PRESCI).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Hélio José (PROS-DF) ^(8,14)	1. Senador Romero Jucá ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	2. Senadora Simone Tebet ^(8,14)
Senador Waldemir Moka ^(8,10)	3. Senador Valdir Raupp ⁽⁸⁾
Senador João Alberto Souza ⁽⁸⁾	4. Senador Dário Berger ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ^(4,12)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(4,12,24)
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	2. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽⁴⁾	3. Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁵⁾
VAGO ^(5,11)	2. Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ^(7,15,21)
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(7,15)	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Senador Roberto Muniz (PP-BA) ^(17,27)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽²⁰⁾	
Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) ^(19,22,23,26,30)
Senador Rudson Leite (PV-RR) ^(2,18,28)	2.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁶⁾	1. Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,16,25,29)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 26/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 17/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Ciro Nogueira foram designados membros titulares; e o Senador José Medeiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista para compor o colegiado (Of. 25/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Paulo Rocha e Regina Sousa foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Jorge Viana, José Pimentel e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática para compor o colegiado (Of. 12/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 34/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Thieres Pinto foram designados membros titulares; e os Senadores Armando Monteiro e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 13.03.2017, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Simone Tebet, Elmano Férrer, Jader Barbalho e João Alberto Souza foram designados membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Hélio José, Valdir Raupp e Dário Berger, membros suplentes, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-GLPMDB).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Fátima Bezerra Presidente deste colegiado (Memo. nº 6/2017-CDR).
- Em 15.03.2017, o Senador Waldemir Moka foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, pelo PMDB (Of. 56/2017-GLPMDB).
- Em 21.03.2017, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, deixando de ocupar a comissão como membro titular (Ofício 100/2017-GLPSDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Humberto Costa foi designado membro titular; e Senadora Ângela Portela, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. nº 48/2017-GLBPRD).
- Em 29.03.2017, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 8/2017-CDR).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

14. Em 29.03.2017, o Senador Hélio José passa a atuar como membro titular, em substituição à Senadora Simone Tebet, designada como suplente, pelo PMDB (Of. 71/2017-GLPMDB).
15. Em 29.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Social Democrata (Of. 12/2017-GLDEM).
16. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
17. Em 08.08.2017, o Senador Wilder Moraes foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. 55/2017-BLDPRO).
18. Em 12.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares deixa de compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 81/2017-BLSDEM).
19. Em 19.09.2017, o Senador Antonio Carlos Valadares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Socialismo e Democracia (Of. nº 86/2017-BLSDEM).
20. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
21. Em 07.11.2017, o Senador Antonio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Ofício 228/2017-GLPSDB).
22. O Senador Antonio Carlos Valadares licenciou-se por 121 dias, nos termos do art. 43, incisos I e II, do RISF a partir do dia 22 de novembro de 2017, conforme Requerimentos nºs 1.000 e 1.001, de 2017, deferido em 22.11.2017.
23. Em 05.12.2017, o Senador Elber Batalha foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Democracia e Cidadania, em substituição ao Senador Antônio Carlos Valadares, que está de licença (Memo. nº 14/2017-GLBPDC).
24. Em 13.12.2017, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela (Of. nº 122/2017-BLPRD).
25. Em 07.03.2018, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 15/2018-BLOMOD).
26. Em 23.03.2018, o Senador Elber Batalha deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular (Of. nº 1/2018-GSACAR).
27. Em 08.05.2018, o Senador Roberto Muniz foi designado membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, em substituição ao Senador Wilder Moraes (Of. nº 6/2018-BLDPRO).
28. Em 12.06.2018, o Senador Rudson Leite foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. nº 43a/2018-GLBPDC).
29. Vago, em função da assunção do suplente do Senador Telmário Mota, na Comissão, em 12.06.2018 (Memo n. 43a/2018-GLBPDC).
30. Em 19.06.2018, o Senador Antônio Carlos Valadares foi designado membro suplente pelo Bloco Democracia e Cidadania, para compor o colegiado (Memo. 48/2018-GLBPDC).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amelia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Valdir Raupp (MDB-RO) ⁽⁸⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Waldemir Moka ⁽⁶⁾	1. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁶⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁶⁾	2. Senador Romero Jucá ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp ⁽⁶⁾	3.
Senador Dário Berger ⁽⁶⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	2. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽¹⁾	3. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁴⁾	1. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁴⁾
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE) ⁽⁴⁾	2. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁷⁾
Senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) ⁽⁷⁾	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) ⁽³⁾	1. Senador José Medeiros (PODE-MT) ⁽³⁾
Senador Ivo Cassol (PP-RO) ⁽³⁾	2. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹²⁾	
Senadora Lúcia Vânia (PSB-GO) ⁽²⁾	1.
(2,9)	2.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Telmário Mota (PTB-RR) ^(5,10,11)
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(5,13)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Rocha, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângela Portela, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Paim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CRA (Of. nº011/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lúcia Vânia e Roberto Rocha foram designados membros titulares pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor a CRA (Memo. nº018/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Lasier Martins e Ivo Cassol foram designados membros titulares; e os Senadores José Medeiros e Ana Amélia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CRA (Memo. nº028/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, os Senadores Dalirio Beber e Eduardo Amorim foram designados membros titulares; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 30/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Wellington Fagundes e Cidinho Santos foram designados membros titulares; e os Senadores Thieres Pinto e Pedro Chaves, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 10.03.2017, os senadores Waldemir Moka, Elmano Férrer, Valdir Raupp e Dário Berger foram designados membros titulares; e os senadores Rose de Freitas e Romero Jucá, membros suplentes, pelo PMDB, para compor a CRA (Of. nº 37/2017-GLPMDB).
- Em 13.03.2017, o Senador Ronaldo Caiado foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 15.03.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ivo Cassol e Valdir Raupp, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 2/2017-SACRA).
- Em 06.04.2017, o Senador Roberto Rocha deixou de compor a comissão, pelo Bloco Socialismo e Democracia (Memo. 42/2017-BLSDEM).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
- Em 19.04.2017, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Thieres Pinto, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 51/2017-BLOMOD).
- Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
- Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).



Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas -
Telefone(s): 3303 3506
Fax: 3303 1017
E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Finalidade: REQUERIMENTO nº 3, DE 2007 ? CRA, que requer a criação, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, de Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, com 7 membros titulares e mesmo número de suplentes, com o objetivo de acompanhar o impacto e as perspectivas, para o setor agrícola brasileiro, da produção mundial de biocombustíveis.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3311-3506/3321

Fax: 3311-1017

E-mail: scomcra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (MDB-MS)

TITULARES	Suplentes
MDB (22)	
Senador Waldemir Moka (8)	1. Senador Airtton Sandoval (10)
VAGO (8,12)	2. Senador Hélio José (PROS-DF) (11)
Senador Valdir Raupp (8)	3. Senador Dário Berger (16)
Senador João Alberto Souza (8)	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (1,15)	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) (1)
Senadora Regina Sousa (PT-PI) (1,14,23)	2. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) (1)
Senador Jorge Viana (PT-AC) (1)	3. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (1,15)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1,23)
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) (4)	1. Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (7)
Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) (4,20)	2.
Senador José Agripino (DEM-RN) (7)	3.
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Omar Aziz (PSD-AM) (2)	1. Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (2)	2. Senador Reditario Cassol (PP-RO) (2,24)
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) (17)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (9)	1. VAGO (3,18)
	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) (6)
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
VAGO (5,13,19,21)	1. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) (5)
Senador Magno Malta (PR-ES) (5)	2. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) (5)

Notas:

- Em 09.03.2017, os Senadores Ângela Portela, Fátima Bezerra, Jorge Viana e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Lindbergh Farias, Paulo Rocha e Regina Sousa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CCT (Of. nº013/2017-GLBPRD).
- Em 09.03.2017, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Gladson Cameli e Ivo Cassol, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor a CCT (Memo. nº023/2017-BLDPRO).
- Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº006/2017-BLSDEM).
- Em 09.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 31/2017-GLPSDB).
- Em 09.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Magno Malta foram designados membros titulares; e os Senadores Pedro Chaves e Eduardo Lopes, membros suplentes, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 5/2017-BLOMOD).
- Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro suplente pelo Bloco Socialismo e Democracia para compor o Colegiado (Memo. nº 24/2017-BLSDEM).
- Em 13.03.2017, o Senador José Agripino foi designado membro titular; e o Senador Davi Alcolumbre, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
- Em 14.03.2017, os Senadores Waldemir Moka, Eduardo Braga, Valdir Raupp e João Alberto Souza foram designados membros titulares pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 34/2017-GLPMDB).
- Em 14.03.2017, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Of. nº 31/2017-BLSDEM).
- Em 15.03.2017, o Senador Airtton Sandoval foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 58/2017-GLPMDB).
- Em 22.03.2017, o Senador Hélio José foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 70/2017-GLPMDB).
- Em 31.03.2017, o Senador Eduardo Braga deixa de compor o colegiado, como membro titular, pelo PMDB (Of. nº 85/2017-GLPMDB).
- Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixou de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.

14. Em 02.05.2017, a Senadora Fátima Bezerra deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 62/2017-GLBPRD).
15. Em 08.05.2017, o Senador Paulo Rocha passou a compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Ângela Portela, que passou a ocupar o colegiado como membro suplente (Of. 64/2017-GLBPRD).
16. Em 11.07.2017, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 141/2017-GLPMDB).
17. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
18. Em 10.10.2017, a Senadora Lídice da Mata deixa de compor a Comissão, como suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (Memo. 2/2017-GLBPDC).
19. Em 24.10.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular pelo Bloco Moderador, para compor o Colegiado (Of. 104/2017-BLOMOD).
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 28.11.2017, o Senador Cidinho Santos deixou de compor, como membro titular, o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. 118/2017-BLOMOD).
22. Em 07.02.2018, o Bloco da Maioria (PMDB) cedeu uma vaga de titular ao PRTB (Of. 16/2017-GLPMDB).
23. Em 24.04.2018, o Senador Humberto Costa foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição à Senadora Regina Sousa, que passou a compor o colegiado como membro titular (Of. 32/2018-BLPRD).
24. Em 19.06.2018, o Senador Reditario Cassol foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ivo Cassol, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. 35/2018-BLDPRO).

Secretário(a): Mariana de Abreu Cobra Lima

Reuniões: Terças-Feiras 14h:30 min -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.gov.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁸⁾**RELATOR:** VAGO

TITULARES	Suplentes
MDB	
Senador Valdir Raupp ⁽³⁾	1. VAGO ^(6,14)
Senador Hélio José (PROS-DF) ⁽³⁾	2.
Senador João Alberto Souza ^(3,6,9)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽¹⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽¹⁾
Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁴⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁴⁾
VAGO ^(7,12)	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Roberto Muniz (PP-BA) ⁽¹¹⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹¹⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹³⁾	
Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽²⁾	1.
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Wellington Fagundes (PR-MT) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(5,10)

Notas:

1. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Lindbergh Farias e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Of. 15/2017-GLBPRD).
2. Em 09.03.2017, o Senador Cristovam Buarque foi designado membro titular, pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 13/2017-BLSDEM).
3. Em 10.03.2017, os senadores Valdir Raupp, Hélio José e Kátia Abreu foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor a CDH (Of. nº 43/2017-GLPMDDB).
4. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).
5. Em 14.03.2017, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Thieres Pinto, membro suplente, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 28/2017-BLOMOD).
6. Em 28.03.2017, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor o colegiado como titular, passando a atuar como suplente, pelo PMDB (Of. nº 82/2017-GLPMDDB).
7. Em 04.04.2017, o Senador Dalírio Beber foi designado membro titular; e o Senador Flexa Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 111/2017-GLPSDB).
8. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Hélio José e Wellington Fagundes, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CSF).
9. Em 05.04.2017, o senador João Alberto Souza foi designado membro titular, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. nº 93/2017-GLPMDDB).
10. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
11. Em 29.06.2017, o Senador Roberto Muniz foi designado membro titular e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Of. nº 36/2017-BLDPRO).
12. Em 28.08.2017, o Senador Dalirio Beber deixou de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Social Democrata (Of. 197/2017-GLPSDB).
13. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
14. Em 23.02.2018, a Senadora Kátia Abreu deixou de compor, como suplente, a comissão, pelo PMDB (Of. 20/2018-GLPMDDB).

Secretário(a): Raymundo Franco Diniz**Telefone(s):** 61 33034440**E-mail:** csf@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽¹²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Airtton Sandoval (MDB-SP) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
MDB	
VAGO ^(10,21)	1. Senadora Simone Tebet ⁽¹⁸⁾
Senador Airtton Sandoval ⁽¹⁰⁾	2. Senador Garibaldi Alves Filho ⁽¹⁸⁾
Senador Dário Berger ⁽¹⁰⁾	3. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁸⁾
Senador Romero Jucá ⁽¹⁰⁾	4.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)	
Senadora Fátima Bezerra (PT-RN) ⁽⁴⁾	1. Senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR) ⁽⁴⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁴⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁴⁾
Senadora Regina Sousa (PT-PI) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁴⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽⁴⁾	4. Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹¹⁾
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)	
Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) ⁽⁵⁾	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) ⁽⁶⁾
Senador Dalirio Beber (PSDB-SC) ⁽⁵⁾	2. Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽⁷⁾
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ⁽⁶⁾	3. Senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES) ^(7,20)
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)	
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁹⁾	1. Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁷⁾
Senador Gladson Cameli (PP-AC) ⁽⁹⁾	2. Senador Wilder Morais (DEM-GO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV) ⁽¹⁹⁾	
Senador João Capiberibe (PSB-AP) ⁽¹⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾
Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) ^(2,13)	2. Senador Cristovam Buarque (PPS-DF) ⁽³⁾
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)	
Senador Rodrigues Palma (PR-MT) ^(8,15,16,22)	1. Senador Eduardo Lopes (PRB-RJ) ⁽¹⁶⁾
Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ^(8,14)	2. Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽²³⁾

Notas:

*. Em 30.03.2017, foi publicada a Resolução nº 3, de 2017, que alterou o nome da "Comissão de Transparência e Governança Pública" (CTG) para "Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor" (CTFC).

1. Em 09.03.2017, o Senador João Capiberibe foi designado membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 11/2017-BLSDEM).

2. Em 09.03.2017, a Senadora Lídice da Mata foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 27/2017-BLSDEM).

3. Em 09.03.2017, os Senadores Randolfe Rodrigues e Cristovam Buarque foram designados membros suplentes pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado (Memo. 28/2017-BLSDEM).

4. Em 09.03.2017, os Senadores Fátima Bezerra, Paulo Paim, Regina Sousa e Acir Gurgacz foram designados membros titulares; e os Senadores Gleisi Hoffmann, Humberto Costa e Jorge Viana, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 14/2017-GLBPRD).

5. Em 09.03.2017, os Senadores Ataídes Oliveira e Dalirio Beber foram designados membros titulares, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. 41/2017-GLPSDB).

6. Em 13.03.2017, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves, membro suplente, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 7/2017-GLDEM).

7. Em 21.03.2017, os Senadores Flexa Ribeiro e Ricardo Ferraço foram designados membros suplentes, pelo Bloco Social Democrata, para compor o colegiado (Of. nº 101/2017-GLPSDB).

8. Em 23.03.2017, os Senadores Thieres Pinto e Fernando Collor foram designados membros titulares, pelo Bloco Moderador, para compor o colegiado (Of. nº 35/2017-BLOMOD).

9. Em 23.03.2017, os Senadores Sérgio Petecão e Gladson Cameli foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista, para compor o colegiado (Memo. nº 1/2017-BLDPRO).

10. Em 31.03.2017, os Senadores Renan Calheiros, Airtton Sandoval, Dário Berger e Romero Jucá foram designados membros titulares, pelo PMDB, para compor o colegiado (Of. 40/2017-GLPMDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 04.04.2017, o Senador Lindbergh Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor o colegiado (Memo. 54/2017-GLBPRD).
12. Em 05.04.2017, a Comissão reunida elegeu os Senadores Ataídes Oliveira e Airtton Sandoval, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Memo. nº 1/2017-CTFC).
13. Em 06.04.2017, a Senadora Vanessa Grazziotin foi designada membro titular pelo Bloco Socialismo e Democracia, para compor o colegiado, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Memo. 41/2017-BLSDM).
14. Em 10.04.2017, o Senador Armando Monteiro foi designado membro titular para compor o colegiado, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Moderador (Of. nº 41/2017-BLOMOD).
15. Em 17.04.2017, o Senador Thieres Pinto deixa de compor a Comissão, em virtude de reassunção de mandato do titular.
16. Em 26.04.2017, o Senador Cidinho Santos foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Lopes, membro suplente, para compor o colegiado, pelo Bloco Moderador (Of. nº 57/2017-BLOMOD).
17. Em 14.06.2017, os Senadores Ana Amélia e Wilder Moraes foram designados membros suplentes, para compor o colegiado, pelo Bloco Parlamentar Democracia Progressista (Memo. nº 29/2017-BLDPRO).
18. Em 08.08.2017, os Senadores Simone Tebet, Garibaldi Alves Filho, Elmano Férrer foram designados membros suplentes pelo Bloco da Maioria (PMDB) no colegiado (Of. 163/2017-GLPMDB).
19. Em 27.09.2017, foi criado o Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania.
20. Em 07.11.2017, o Senador Ricardo Ferraço licenciou-se, nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, conforme os Requerimentos nºs 959 e 960/2017.
21. Em 24.04.2018, o Senador Renan Calheiros deixou de compor a Comissão, pelo Bloco da Maioria (Of. 52/2018-GLPMDB).
22. Em 03.05.2018, o Senador Rodrigues Palma foi designado membro titular, pelo Bloco Moderador, em substituição ao Senador Cidinho Santos (Of. 28/2018-BLOMOD).
23. Em 22.05.2018, o Senador Pedro Chaves foi designado membro suplente pelo Bloco Moderador (Of. 35/2018-BLOMOD).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Quartas-feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 03/02/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes**PRESIDENTE:** Senador João Alberto Souza (MDB-MA) ⁽⁸⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Pedro Chaves (PRB-MS) ⁽⁸⁾**1ª Eleição Geral:** 19/04/1995**7ª Eleição Geral:** 14/07/2009**2ª Eleição Geral:** 30/06/1999**8ª Eleição Geral:** 26/04/2011**3ª Eleição Geral:** 27/06/2001**9ª Eleição Geral:** 06/03/2013**4ª Eleição Geral:** 13/03/2003**10ª Eleição Geral:** 02/06/2015**5ª Eleição Geral:** 23/11/2005**11ª Eleição Geral:** 30/05/2017**6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

TITULARES		SUPLENTE	
MDB			
Senador Airtton Sandoval (SP)		1. Senador Jader Barbalho (PA)	
Senador João Alberto Souza (MA)		2. Senador Eduardo Braga (AM)	
Senador Romero Jucá (RR)		3. VAGO (15)	
Senador Hélio José (PROS-DF) (16)		4. (1)	
Bloco Social Democrata (PSDB, DEM)			
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)		1. Senador Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) (14)	
Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)		2. Senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO)	
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)		3. Senador Paulo Bauer (PSDB-SC)	
Bloco Parlamentar Democracia Progressista (PP, PSD)			
Senador Gladson Cameli (PP-AC) (2,3,9,12)		1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) (4,5,13)	
Senador Lasier Martins (PSD-RS) (2,3)		2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) (4,5)	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PDT)			
Senador José Pimentel (PT-CE)		1. Senadora Regina Sousa (PT-PI)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)		2. Senadora Ângela Portela (PDT-RR) (6)	
Bloco Parlamentar Democracia e Cidadania (PODE, PSB, PCdoB, REDE, PPS, PV)			
Senador João Capiberibe (PSB-AP)		1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE)		2. Senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM)	
Bloco Moderador (PR, PRB, PTB, PTC)			
Senador Telmário Mota (PTB-RR) (10,11)		1. Senador Cidinho Santos (PR-MT) (7,17)	
Senador Pedro Chaves (PRB-MS)		2.	
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)			
Senador Roberto Rocha (PSDB/MA)			

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. O Senador Elmano Férrer renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do MEMO nº024/2017 - GSEFERRE, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
2. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
3. Eleito membro titular, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
4. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
5. Eleito membro suplente, nos termos do MEMO nº 017-BLDPRO/2017, lido e publicado na Sessão do Senado Federal de 31.05.2017.
6. A Senadora Fátima Bezerra renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleita na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OF.nº69/2017 - GSFBEZER, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
7. O Senador Telmário Mota renunciou à vaga de Suplente no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para a qual foi eleito na Sessão do Senado Federal de 30.05.2017, nos termos do OFÍCIO/GSTMOTA/012/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05.06.2017.
8. Os Senadores João Alberto Souza e Pedro Chaves foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente do Conselho na 1ª Reunião de 2017, realizada em 06.06.2017.
9. O Senador Ivo Cassol renunciou à vaga de 1º Titular do Bloco Parlamentar Democracia Progressista no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, para o qual foi eleito na Sessão do Senado Federal do dia 31/05/2017, nos termos do Ofício nº220/2017 - GSICAS, lido na Sessão do Senado Federal de 08/06/2017.

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>

10. O Senador Wellington Fagundes renunciou à vaga de Titular do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Of. Nº 074/2017 - BLOMOD, datado de 14.06.2017, lido na sessão do Senado Federal do dia 19.06.2017.
11. O Senador Telmário Mota foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Ofício nº 75/2017-BLOMOD, de 14.06.2017.
12. O Senador Gladson Cameli foi eleito membro titular na Sessão do Senado Federal de 20.06.2017, após indicação realizada por meio do Memorando nº 26/2017- BLDPRO, de 08.06.2017.
13. Eleito membro suplente na Sessão do Senado Federal de 27.06.2017, nos termos do MEMO nº 034-BLDPRO/2017.
14. O Senador Cássio Cunha Lima foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 170/2017-GLPSDB, subscrito pelo Líder do PSDB, Senador Paulo Bauer, lido na Sessão do Senado Federal de 04 de julho de 2017.
15. O Senador Hélio José renunciou à vaga de Suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, nos termos do Memo GSHJOSE nº 07-245/2017, lido na sessão do Senado Federal de 05/07/2017.
16. O Senador Hélio José foi eleito membro titular do Conselho, conforme Of. GLPMDB nº 125/2017, subscrito pelo Líder do PMDB e do Bloco da Maioria, Senador Raimundo Lira, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.
17. O Senador Cidinho Santos foi eleito membro suplente do Conselho, conforme Of. nº 081/2017 - BLOMOD, subscrito pelo Líder do Bloco Moderador, Senador Wellington Fagundes, datado de 05.07.2017, lido na Sessão do Senado Federal da mesma data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ*(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 03/12/2001**2ª Designação:** 26/02/2003**3ª Designação:** 03/04/2007**4ª Designação:** 12/02/2009**5ª Designação:** 11/02/2011**6ª Designação:** 11/03/2013**7ª Designação:** 26/11/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
REDE
PRB
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 08/02/2017



4) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, e Portaria do Presidente nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:** Senador Fernando Collor (PTC-AL)

MEMBROS
PTB
Senador Fernando Collor (PTC-AL)
PSC
Senador Eduardo Amorim (PSDB-SE)
MDB
Senador Romero Jucá (RR)
(1)

Notas:

1. O Senador Jader Barbalho licenciou-se do Senado Federal.



5) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES
(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 23/03/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2017



SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

6) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 30/11/2010
2ª Designação: 14/03/2011
3ª Designação: 21/03/2012
4ª Designação: 11/03/2013
5ª Designação: 20/05/2014
6ª Designação: 04/03/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



Atualização: 11/11/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

7) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL*(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 12/09/2012**2ª Designação:** 11/03/2013

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 31/01/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303.5258**Fax:** 3303.5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

8) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL*(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 22/08/2013**2ª Designação:** 01/07/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 18/10/2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Ed. Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

9) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO*(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013.)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****1ª Designação:** 20/12/2013**2ª Designação:** 16/09/2015

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PROS
PRTB

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

10) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR		BLOCO / PARTIDO
VAGO		MDB
VAGO		MDB
VAGO		PT
VAGO		PSDB
VAGO		PSD

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

Fax: 3303-5260

E-mail: saop@senado.leg.br



11) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



12) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 31/01/2015**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.leg.br

13) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

Número de membros: 17 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

2ª Designação: 21/03/2012

3ª Designação: 11/03/2013

4ª Designação: 26/03/2014

5ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
MDB
VAGO
PT
VAGO
PSDB
VAGO
PSB
VAGO
PDT
VAGO
PR
VAGO
PSD
VAGO
DEM
VAGO
PP
VAGO
PTB
VAGO
PPS
VAGO
PCdoB
VAGO
PSC
VAGO
PRB
VAGO
REDE
VAGO
PTC
PODE



Atualização: 29/11/2016

Notas:

*. Vagos (Art.17, caput, da Res. 42/2010).

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** (61)3303-5255**Fax:** (61)3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

14) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



15) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO*(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



16) COMENDA ZILDA ARNS
(Instituída pela RSF 21/2017, em 26/10/2017)

Número de membros: 18 titulares

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PROS
REDE
PSC
PRB
PTC
PODE



17) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL**Número de membros:** 19 titulares**PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:****PRESIDENTE (art. 88, § 3º do RISF):**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRTB
PRB
PROS
PSC
PSD
PSB
PTB
PTC
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



18) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR*(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PSB
PDT
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS



19) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 01/07/2015

MEMBROS
DEM
PCdoB
PDT
MDB
PP
PPS
PR
PRB
PSB
PSD
PSDB
PT
PTB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

Atualização: 01/06/2016



Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP**Endereço:** Anexo II, térreo**Telefone(s):** 3303-5255**Fax:** 3303-5260**E-mail:** saop@senado.leg.br

20) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
DEM
MDB
PCdoB
PDT
PPS
PP
PRB
PROS
PSD
PSB
PTB
PTC
PV
PR
PSDB
PT
PODE
REDE



21) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA*(Resolução do Senado Federal nº 43 de 2016)***PRESIDENTE:****VICE-PRESIDENTE:**

MEMBROS
MDB
PT
PSDB
PDT
PSB
PR
PSD
DEM
PP
PTB
PPS
PCdoB
PRB
REDE
PTC
PODE
PRTB
PROS

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-4561**E-mail:** saop@senado.leg.br

Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

**SENADO
FEDERAL**

